

The cover features a collage of black and white photographs. At the top, a large, ornate building with a dome and classical architectural elements is visible. Below it, a river scene shows a boat on the left and a large, rounded rock formation on the right. In the foreground, several traditional houses with steeply pitched, thatched roofs are situated on a sandy bank. The overall composition highlights the diverse landscapes and architecture of the Amazon region.

ALMANAQUE MUNICIPAL BRASILEIRO

ESTADO DO AMAZONAS
ANO DE 1970

SEC-39592
- 1.876 -

UMA PALAVRA

A presente edição do "Almanaque Municipal Brasileiro" é dedicada ao Estado do Amazonas. Era preciso mostrar alguma coisa do grande Estado, incrustado no coração da selva amazônica, por isso mesmo esquecido e muitas vezes vilipendiado. Amaldiçoado por uns, condenado por outros, como foco de doenças e de clima hostil, lembrado apenas como superfície imensa, verdade é que o Amazonas é uma escola de brasilidade, sem ser inferno e nem paraíso, mas uma terra digna para o homem viver e sobreviver. No Amazonas, como em tôda a Amazônia, muito se terá de fazer, ainda. Com uma área total de 1 564 445 km², é um mundo que começa a desabrochar. Seus municípios se desenvolvem, suas comunicações começam a se tornar mais contínuas, suas riquezas naturais começam ser melhores estudadas. E para ajudar essa obra de integração nacional, as fronteiras do Amazonas já sentem a presença da segurança nacional, através dos batalhões do Exército Brasileiro, que vão além de um simples trabalho rotineiro. políciam, ensinam, constroem e povoam; os rios amazonenses vêem os navios de guerra da Flotilha do Amazonas como um ponto de apoio; os céus do Amazonas têm nos aviões da FAB o sentido social de que tanto carece a população amazonense. É o Brasil que se une, que se identifica, que se torna mais Brasil. É possível que se constate alguma falha. É possível que os números já não revelem a realidade, em função do tempo. Mas o leitor poderá sentir que, partindo daí, terá uma visão maior de que o Amazonas é uma Revolução no Programa Desenvolvimentista do Brasil.

O AUTOR

Rua Sacadura Cabral - Diários Associados.
Redator Chefe da Agência Meridional - Rio de Janeiro.

Registrado protocolo nº 2504. Folha 20, Livro 4º

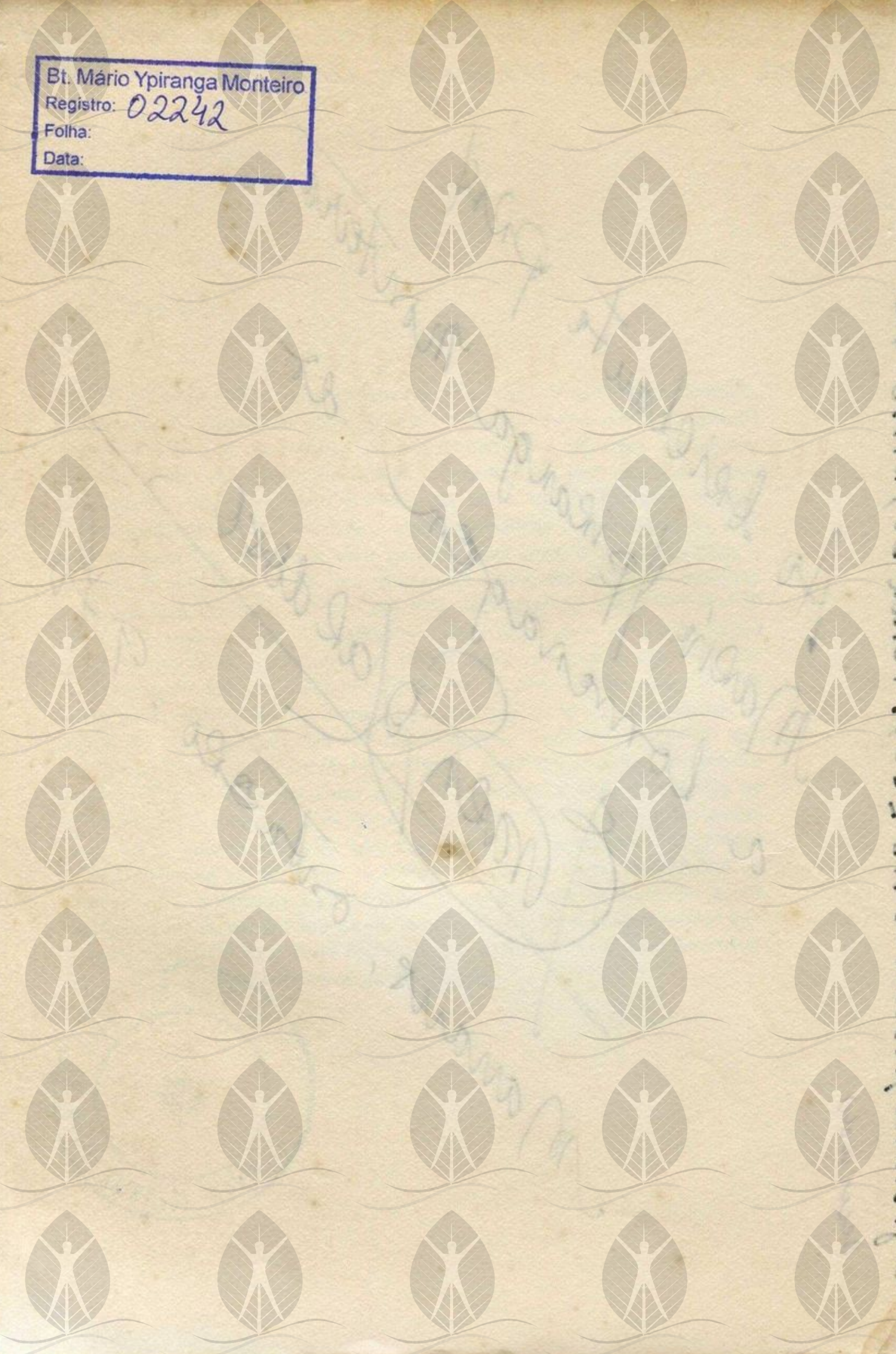
decurado

As brilhante Prof.
Mãe Pinanga Monteiro,
a Comenagom de

~~Mãe Cardoso~~
Manaus, outubro, 9º



Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Registro: 02242
Folha:
Data:



50
0011. 02. 2104. 1012. 01. 00000000. 01. 1958.

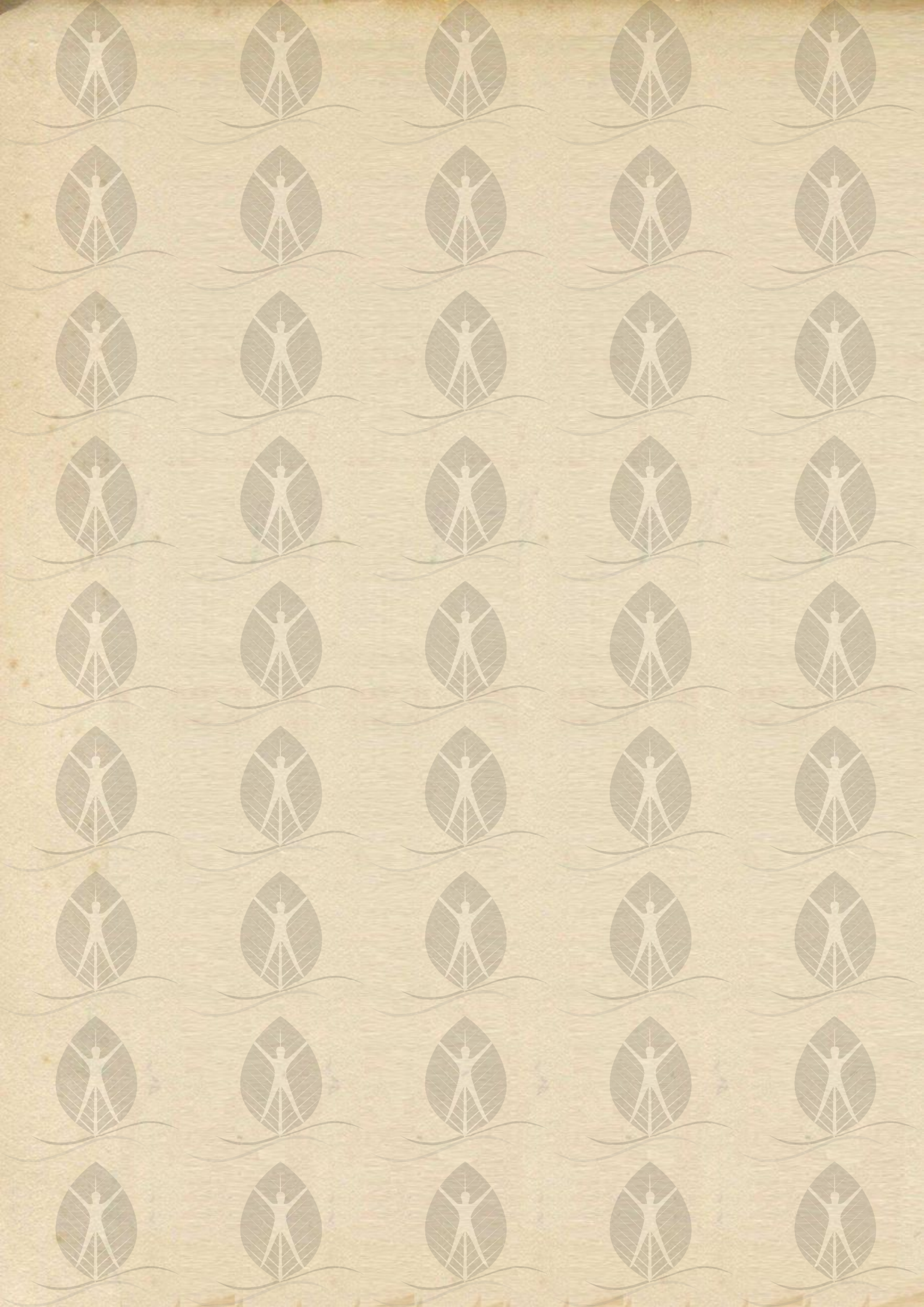


ALMANAQUE MUNICIPAL BRASILEIRO

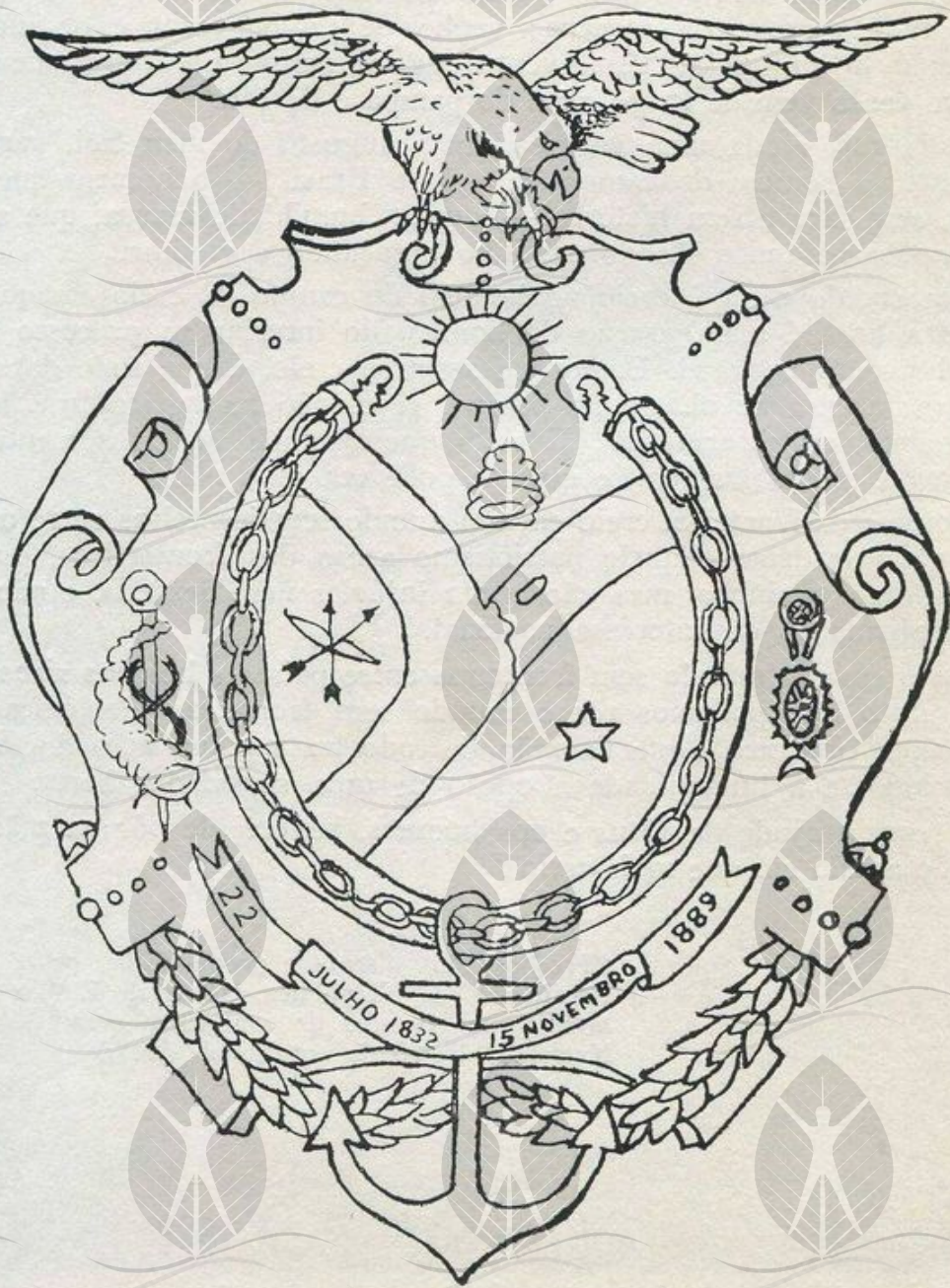
Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

ESTADO DO AMAZONAS
1970

Am 17
9448113
e 2682



ESTADO DO AMAZONAS



“Homens do meu País!

Venho como sempre fui. Venho do campo, da fronteira, da família; venho do povo, da caserna; venho de minha terra e de meu tempo. Venho do miniano. “Esse vento que faz pensar no campo, meus amigos, êste vento vem de longe, vem do pampa e do céu.”

Valho-me, ainda uma vez, do poeta augusto do meu Sul, para ver, no vento, o homem do campo de todo o Brasil — o homem que ninguém vê, sem face e sem história —, aquela humildade mansa, que a vida vai levando na quietação do caminho abraçando a coxilha.

Homem do campo, creio no homem do campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, porque assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isso não se faz somente dando a terra a quem não tem, e quer, e pode ter.

Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens. Sinto por dentro aquêlê patriotismo aceso dos fronteiriços, que estende ponte aos vizinhos, mas não aceita injúrias nem desdêns, e não se dobra na afirmação do interêsse nacional.

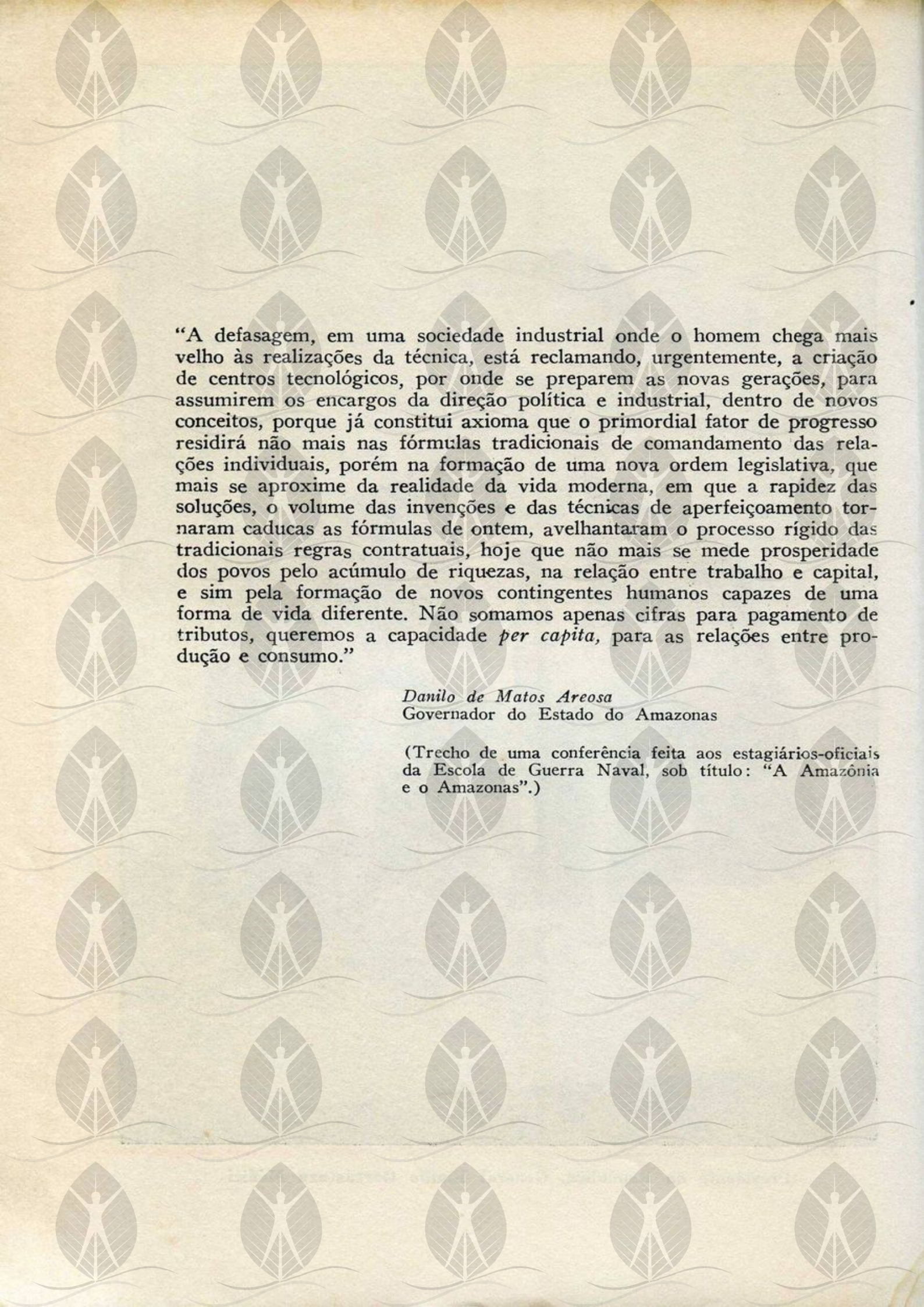
Creio em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres. E sinto que podemos ter o mundo sem fronteiras ideológicas, onde o avanço científico fique na mão de todo homem, na mão de tôda nação, abrindo-se à humanidade a opção de uma sociedade aberta.

E, com a ajuda de Deus e dos homens, haverei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio.”

(Trechos do discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, por ocasião de sua posse perante o Congresso Nacional, dia 30 de outubro de 1969.)



Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici



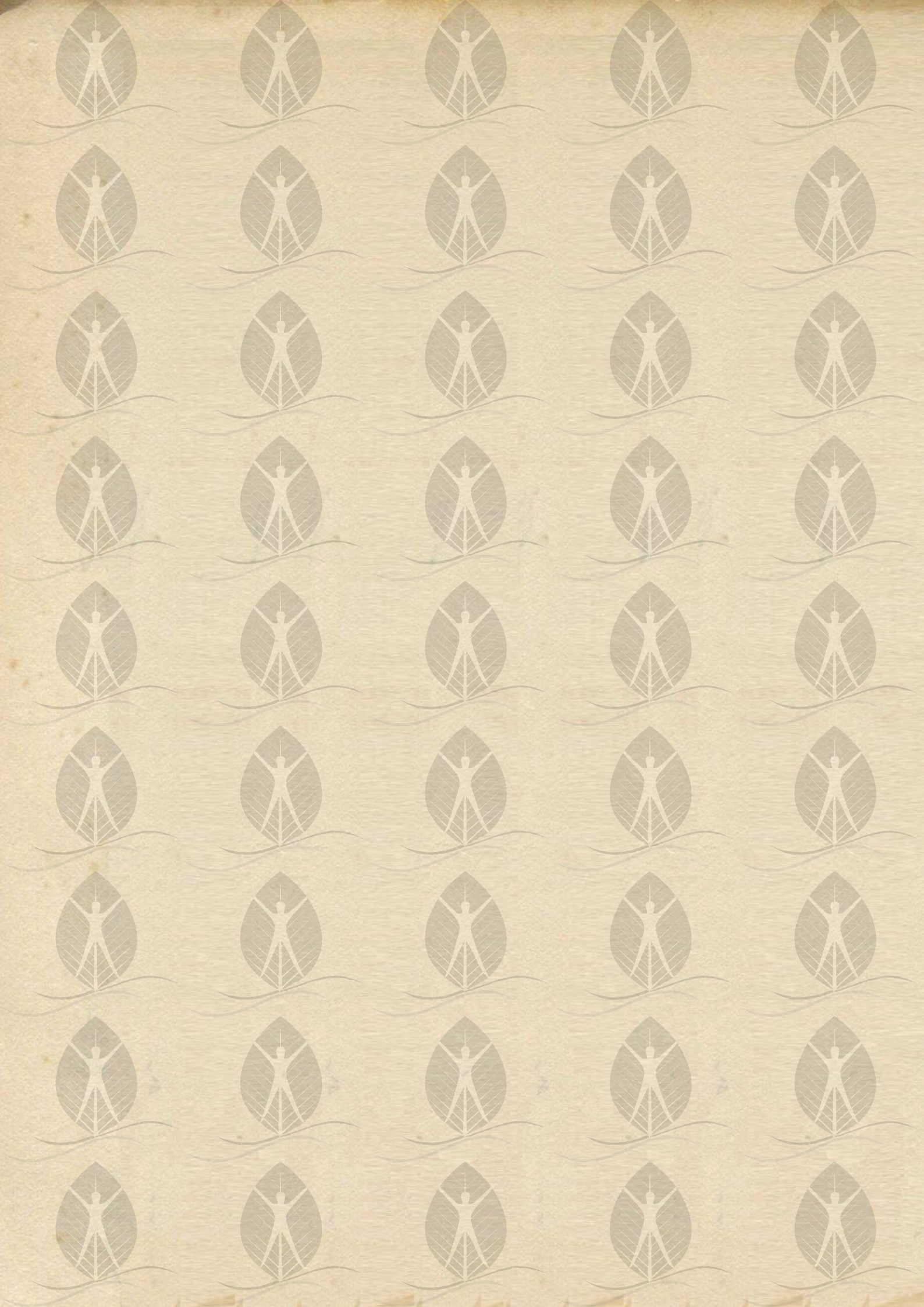
“A defasagem, em uma sociedade industrial onde o homem chega mais velho às realizações da técnica, está reclamando, urgentemente, a criação de centros tecnológicos, por onde se preparem as novas gerações, para assumirem os encargos da direção política e industrial, dentro de novos conceitos, porque já constitui axioma que o primordial fator de progresso residirá não mais nas fórmulas tradicionais de comandamento das relações individuais, porém na formação de uma nova ordem legislativa, que mais se aproxime da realidade da vida moderna, em que a rapidez das soluções, o volume das invenções e das técnicas de aperfeiçoamento tornaram caducas as fórmulas de ontem, avelhantaram o processo rígido das tradicionais regras contratuais, hoje que não mais se mede prosperidade dos povos pelo acúmulo de riquezas, na relação entre trabalho e capital, e sim pela formação de novos contingentes humanos capazes de uma forma de vida diferente. Não somamos apenas cifras para pagamento de tributos, queremos a capacidade *per capita*, para as relações entre produção e consumo.”

Danilo de Matos Areosa
Governador do Estado do Amazonas

(Trecho de uma conferência feita aos estagiários-oficiais da Escola de Guerra Naval, sob título: “A Amazônia e o Amazonas”.)



Danilo de Matos Areosa, Governador do Estado do Amazonas





AMAZONAS, IMAGEM DE VIDA NOVA

Era a borracha o sustentáculo da economia amazônica, da amazonense em particular, no princípio dêste século. As arcas do Tesouro Nacional recebiam o ouro que a borracha produzia em consequência de sua exportação e de seu alto preço, para o exterior. Era a época suntuosa da Amazônia, e Manaus era uma cidade caudatária de tôdas as volúpias. Nasceu o Teatro Amazonas, essa bela obra arquitetônica que ainda hoje embeleza a cidade, dentre outras. E o Estado era tomado pelos estrangeiros que o visitavam encantados pela beleza natural que oferecia. As mais famosas companhias de teatro do mundo, os artistas mais famosos, concentravam suas exhibições no palco do Teatro Amazonas. Não era preciso ir à Europa para ver e conhecer o que havia de melhor. Atraídos pela euforia do dinheiro fácil todos vinham à Amazônia. O filho do homem rico era estudante nas Faculdades de Paris, de Londres, de Lisboa ou de Coimbra. Até se dizia que era mais fácil ir à Europa do que procurar os Estados do Sul brasileiro. As maiores e melhores emprêsas de navegação marítima tinham suas linhas estendidas até Manaus. E era comum encontrar-se nas ruas de Manaus aquêles estrangeiros suarentos, a reclamar do calor mas a gozar a vida nababesca que tôda a região oferecia. A Amazônia era o Brasil. Depois, veio a “débâcle”. A borracha caiu de cotação no mercado internacional. Nossas sementes foram levadas criminosamente para a África e ali disseminadas. E cresceram, se desenvolveram e constituíram o maior concorrente do produto amazônico. E assim veio o marasmo, a saudade dos tempos de ontem. A Amazônia voltou a ser cenário das frases admiráveis, dos romances, das poesias. E de tanto se escrever aleatoriamente sôbre a Amazônia, um dia veio a realidade. Uma Revolução serviu para que se redescobrisse a existência de uma região que estava necessitada de coragem para cumprir sua finalidade na integração nacional. E vieram as primeiras leis de ajuda e incentivo. Seu primeiro governante revolucionário — Prof. Artur Cesar Ferreira Reis — arregaçou as mangas e iniciou um trabalho de recuperação do Estado, iniciando-o pela Capital. Dir-se-ia, um trabalho de profilaxia. Não foi fácil começar. Não foi fácil fazer entender que um processo revolucionário não se faz com o coração. E o Amazonas sentiu os efeitos de um trabalho feito

objetivamente. Convocados todos os homens de boa vontade, uma nova estrutura foi planejada. E renasceu o Amazonas. E renasceu a confiança. E reviveu a esperança.

Logo depois, com o Estado preparado para a grande arrancada, foi escolhido o sr. Danilo de Matos Areosa para ser o continuador da obra revolucionária. Integrado no espírito que levou o Governo Federal a organizar um plano de unidade nacional, o Governador Danilo de Matos Areosa planejou para o seu período de governo, certo de que era necessário estabelecer um programa de trabalho para os dias atuais, um Plano Quinquenal que o executa rigidamente, embora sujeito às variações da receita estadual. Abrindo estradas, estabelecendo vias de comunicações, ampliando o campo preventivo de saúde pública, alargando os horizontes da educação, incentivando novos campos de trabalho, é o atual governador do Amazonas o maior exemplo de trabalho, de esforço, de dedicação. Ajudado pelas iniciativas federais, também as estimula para que o Amazonas deixe de ser apenas aquele acidente geográfico que a natureza plantou no coração da selva. Caminhando para a industrialização de suas matérias-primas; planejando para firmar uma infra-estrutura que possibilite a organização de uma sociedade economicamente estável, o Governador Danilo de Matos Areosa apenas está fiel ao pensamento do Presidente Emílio Garrastazu Médici de que um Programa de Integração Nacional só se faz com sacrifício, com trabalho e com dedicação. O Amazonas de hoje é imagem de vida nova.

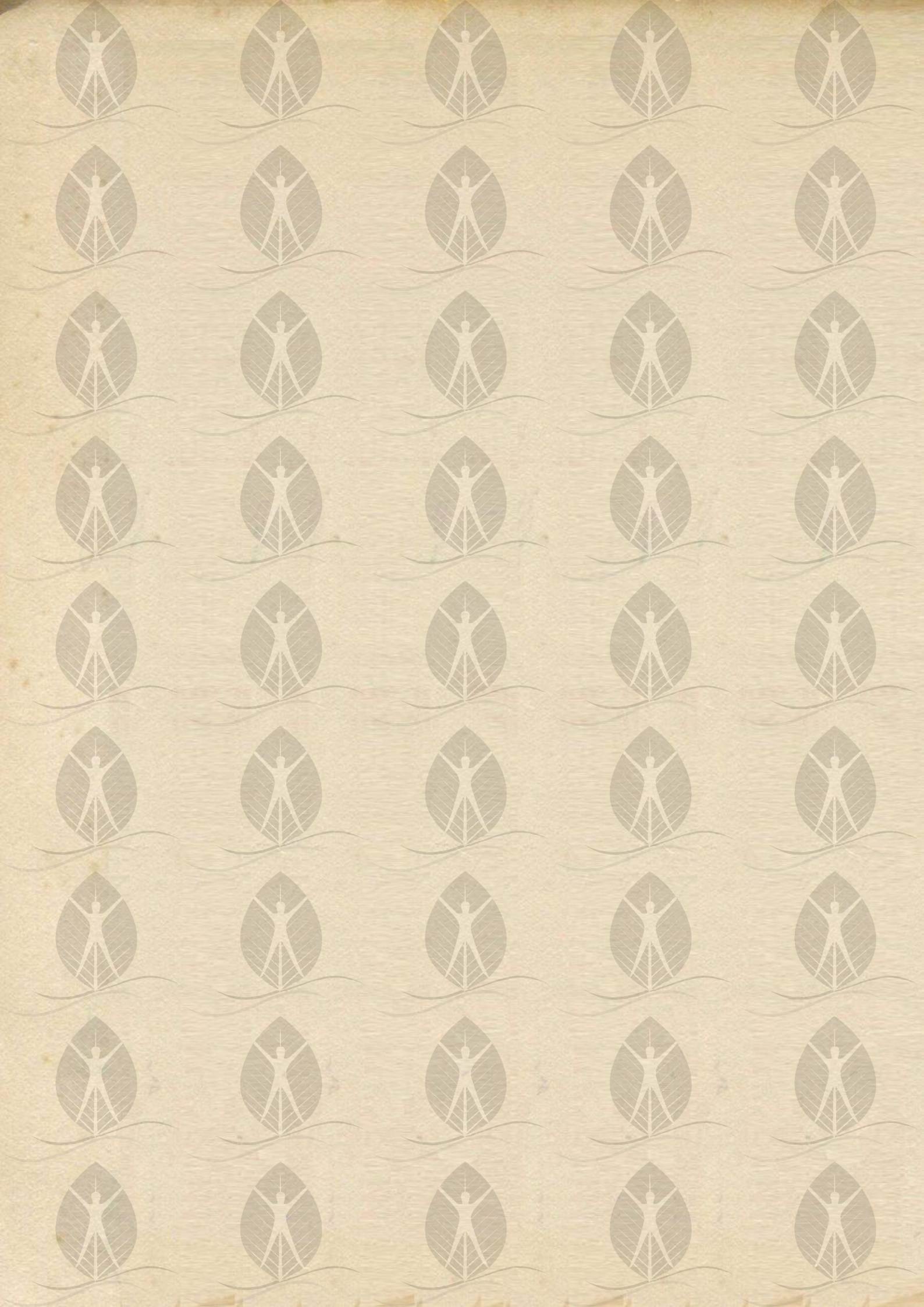


MENSAGEM DO GOVERNADOR

DANILO DE MATOS AREOSA

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO



Na Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, por ocasião da abertura do período legislativo de 1970, o Governador Danilo de Matos Areosa fêz uma síntese dos trabalhos realizados pela sua administração durante o ano de 1969, salientando que o “Estado encerrou o exercício financeiro de 1969 com seus compromissos praticamente em dia”.

Depois de afirmar que a administração do Estado tem sido no sentido de “proporcionar melhores condições de vida para a população do Amazonas, dentro de um clima de liberdade, de paz e respeito aos direitos individuais consagrados pela Democracia, único regime que nos permite viver com dignidade, assegurando aos homens a justiça social”, o Governador Danilo de Matos Areosa afirmou que “o Plano Quinquenal deflagrado em 1968 continuou a ter execução normal, calcado naquela filosofia adotada pelo nosso Govêrno de que o desenvolvimento deve considerar acima de tudo o homem e seus elevados fins, pois desenvolvimento econômico rigorosamente materialista termina em neurose”.

Realizações de um Plano

Em uma síntese muito rápida — salienta a Mensagem governamental — poderíamos gozar o esforço e o trabalho efetivo dos setores do Govêrno estadual nestes últimos períodos administrativos, tendo como orientação o Plano Quinquenal.

Dada a premissa básica de que sem educação não se efetiva vigorosamente o desenvolvimento econômico, o Govêrno teve a sua ação voltada para a solução dos grandes problemas educacionais do Estado. A estatística fria dos números mais do que as palavras de uma exposição revela o considerável crescimento da rêde escolar pública em apenas um triênio: o ensino primário da Capital, de 34.200 matrículas em 1966, alcançou, em 1969, 60.400, com um acréscimo, em números absolutos, de 26.200 novas matrículas, enquanto que para o interior o acréscimo foi da ordem de 36.787 matrículas, passando-se de um total de 45.200 em 1966 para 81.987 matrículas no ano passado.

No que respeita ao ensino médio, foram bastante alentadores os índices de progresso atingidos nestes últimos três anos. Quatorze novos ginásios foram instalados no interior e dez na Capital. As matrículas em 1969, na Capital, alcançaram a casa dos 18.800 e, no interior, 1.900, ressaltando que em 1966 eram apenas 9.900 e 100 respectivamente.

A precariedade do ensino nos municípios amazonenses foi por nós constatada pessoalmente, durante as viagens de observações que empreendemos desde 1967, num total de quase trinta, cujas distâncias percorridas, em milhas, atingiram 8.212, além de mais de 900 km através de rodovias e quarenta horas de voo.

Ao lado dessas medidas básicas, o setor educação deflagrou uma larga programação infra-estrutural, visando, coerentemente, ao aperfeiçoamento e à instauração de uma política cultural consciente e dinâmica.

Merecem ênfase especial as providências que estão sendo tomadas para a implantação de uma estação de rádio e uma televisão educativa, com que procuraremos suprir as deficiências da área, objetivando especialmente estabelecer um programa de comunicação e educação de massa, quando é sabido que as populações do interior do Estado ouvem freqüentemente emissoras estrangeiras que transmitem seus programas em português, sem que a potência das emissoras brasileiras possa alcançá-las.

No que diz respeito à saúde teve o Governo do Estado a preocupação de realizar um planejamento realista, onde se destaca, como ponto de honra, a assistência às populações de longas datas desamparadas da hinterlândia. Consubstanciou-se esta preocupação na organização da Superintendência do Serviços Médicos do Interior — SUSEMI —, que tem por objetivo a execução de um plano para construir, instalar e equipar unidades médicas terrestres e móveis que atenderão toda a vasta área dos municípios interioranos. Além deste programa de larga envergadura, o Estado não tem se descurado de suas atividades básicas na Capital, também desenvolvendo sua ação nas unidades que integram a rede hospitalar do Governo.

No tocante ao saneamento, mormente no que se relaciona com o problema do abastecimento de água, tiveram prosseguimento no ano passado as obras de implantação do novo sistema de abastecimento de água de nossa Capital, empreendimento que irá solucionar, em termos objetivos, a questão da escassez do fornecimento de água a Manaus, cuja população vem sendo sacrificada em decorrência de um serviço que chegou ao seu ponto de exaustão, tornando-se obsoleto e precário.

No setor de transportes, orientou-se o Governo pela preocupação máxima com a integração do Amazonas, através de uma vinculação rodo-administrativa a Brasília, ao grande sistema brasileiro de rodovias. Para isso, desenvolvem-se, em grande escala, trabalhos na estrada Manaus—Pôrto Velho, que interligará o Estado ao Sul do país, utilizando-se a ligação de Rondônia com o eixo da rodovia Belém—Brasília.

Outro projeto de grande envergadura, atacado no setor transporte, foi a estrada Manaus—Caracaráí, que conta igualmente com a atenção especial do Governo Federal, por considerar da maior relevância o papel das rodovias no processo de integração e ocupação da área amazônica.

Da mesma forma, as telecomunicações assumem fundamental importância, no contexto das medidas atinentes à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia, que representa no quadro físico do Brasil metade de sua extensão territorial.

E, neste particular, o Estado vem ativando o seu programa, com a instalação de uma rede de estações radiotelegráficas que cobrirá todos os municípios amazonenses.

Sistema Nacional

Enquanto isto, cuidou o Governo Federal de romper a barreira do silêncio em que, por longas décadas, permaneceu a nossa região, principalmente o setor ocidental.

Para tanto, a Empresa Brasileira de Telecomunicações firmou contrato para a implantação do Sistema de Telecomunicações da Amazônia, cujo programa deverá estar concluído até fins de 1971. Todavia, para a inclusão da Amazônia Ocidental no Plano Nacional de Telecomunicações, a partir deste ano, o Governo do Estado teve que se empenhar arduamente, pois do contrário somente daqui a dois anos é que teriam início os estudos para execução desta obra.

Portanto, graças à atuação decidida do Governo do Amazonas, apoiado pelas demais unidades da Amazônia Ocidental, obteve-se a decisão do Governo Federal favorável aos legítimos interesses da nossa região.

Revigorou o Governador Danilo de Matos Areosa em sua Mensagem aos Deputados Estaduais que “dificilmente poder-se-ia dar ao povo amazonense uma visão, mesmo pálida, do esforço que se desenvolveu para alcançar os resultados que vimos de referir, se, mesmo sob a liderança do Amazonas, não tivesse existido o apoio dos Governadores da Amazônia Ocidental, cujos interesses defendemos com tanto empenho quanto os nossos próprios. E, por isto, a vitória alcançada, que é tanto deles quanto nossa, pode também ser creditada ao corajoso empenho com que defendemos os interesses do Estado e da região”.

Outros Setores

A Mensagem enfatiza que o “Governo continua desenvolvendo intensas atividades, para diminuir o deficit de habitação em nosso Estado, fazendo-se sentir a atuação, tanto na Capital como no interior. O total de casas construídas até esta data é da ordem de 3.500 unidades. Com isso vem o Governo proporcionando moradia mais condigna a nossa população, beneficiando àquelas classes de menor renda familiar, para o que conta com recursos financeiros do Banco Nacional da Habitação e do próprio Estado.

O setor de produção, responsável pelo estabelecimento das condições infra-estruturais que venham impulsionar as atividades agrícolas e pecuárias do Estado, desenvolve suas atividades através de um planejamento racional do Programa Setorial de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, que acentua os lineamentos reais para uma política agrícola consentânea com as necessidades de nossa região.

Da mesma forma, no setor de eletrificação prossegue o Governo dando execução ao seu programa para levar aos municípios este fator de progresso e desenvolvimento que é a energia elétrica.

E na Capital, pela importância que representa, ressaltamos a construção do “Estádio Vivaldo Lima”, obra que já se pode considerar uma realidade.

Expressão Econômica do Estado

Os setores da administração — ressalta a Mensagem à Assembléia Legislativa — continuaram a envidar todos os esforços, objetivando dinamizar o desenvolvimento do Amazonas, que, mercê da política de incentivos fiscais do Governo Federal para a região e também dos estímulos e da ação do Governo Estadual na execução de obras básicas de infra-estrutura, tem dado mostras de crescimento de sua economia.

Ao traduzirmos em números a expansão da economia regional, veremos que êste crescimento dá para o Produto Interno Bruto, no ano de 1968, uma evolução da ordem de 15%, valor êsse que expressa de maneira clara o crescimento econômico do Estado. No remanejo ainda das estatísticas de nossa expansão, iremos encontrar uma evolução acentuada das importações totais do Amazonas que, em valores monetários ajustados, evoluíram em 88,6%, em relação aos níveis do ano anterior. De outra parte, a renda familiar mensal, na cidade de Manaus, de acôrdo com pesquisa efetuada pela CODEAMA, cresceu na ordem de 64% em termos reais, no período de maio de 1966 a abril de 1968. Mencione-se a expressiva evolução das operações bancárias do Estado, cujos saldos de depósitos a 31 de dezembro de 1968 cresceram, em valores reais, 82% entre 1958 e 1968, sendo que, no período de 1967/68, êsse crescimento foi mensurado em cêrca de 50%.

O Governo do Estado, como não poderia deixar de acontecer, procurando complementar os estímulos fiscais do Poder Central para a região, implementou a sua política específica de incentivos, respaldada em leis consentâneas com a realidade econômica local.

Criou-se o Fundo de Amparo ao Desenvolvimento do Estado do Amazonas, pela Lei 864, de 3 de julho de 1969, com a finalidade geral de financiar o capital fixo e de giro das emprêsas instaladas ou que venham a se instalar em nosso Estado, que operam ou venham a operar nos setores básicos da economia prevista no Plano Quinquenal da Administração Estadual.

Como resultado desta ação coordenada dos Governos Federal e Estadual, podemos afirmar com segurança que nesta década o nosso Estado alcançará um notável surto desenvolvimentista, salientando-se que, sòmente em 1969, nada menos de quinze projetos foram analisados pela CODEAMA, totalizando investimentos de mais de 202 milhões de cruzeiros.

O Desafio Brasileiro

O espaço amazônico, já temos dito, e o reafirmamos outra vez, continua a ser o grande desafio ao povo brasileiro, no que se refere à sua ocupação e à transformação das potencialidades econômicas em riqueza efetiva para o nosso país. Nestas condições, a apreciação da problemática amazônica deve

envolver, além de fatores de ordem econômica, considerações de natureza eminentemente política, relativas à segurança nacional.

A preservação e a garantia da posse de uma área que tem uma linha de fronteira internacional de cerca de 11.000 km de extensão e cobre 60% do território nacional, constituindo-se num dos maiores espaços vazios do mundo, grandemente observado pelos países superpovoados carentes de melhores condições de vida, exige, portanto, a continuidade do interesse da Nação brasileira, que passou a executar uma política de valorização da área, mais agressiva e objetiva, a partir de 1964, com os Governos da Revolução, nas gestões dos saudosos Marechais Humberto de Alencar Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva, e que vem tendo continuidade no Governo do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici, que de público já manifestou a sua preocupação em acelerar o desenvolvimento e a ocupação da região amazônica.

A integração da Amazônia aos melhores padrões da civilização brasileira, refletindo a maturidade que alcançamos, é, pois, segundo acentua o ilustre amazonólogo Arthur Cesar Ferreira Reis, tarefa pesada e grave, que exige impetuosidade, persistência e o mais acendrado sentimento de brasilidade, porque não significa apenas a operação de natureza material, mas empreendimento visando ao resguardo da soberania e da potencialidade do Brasil.

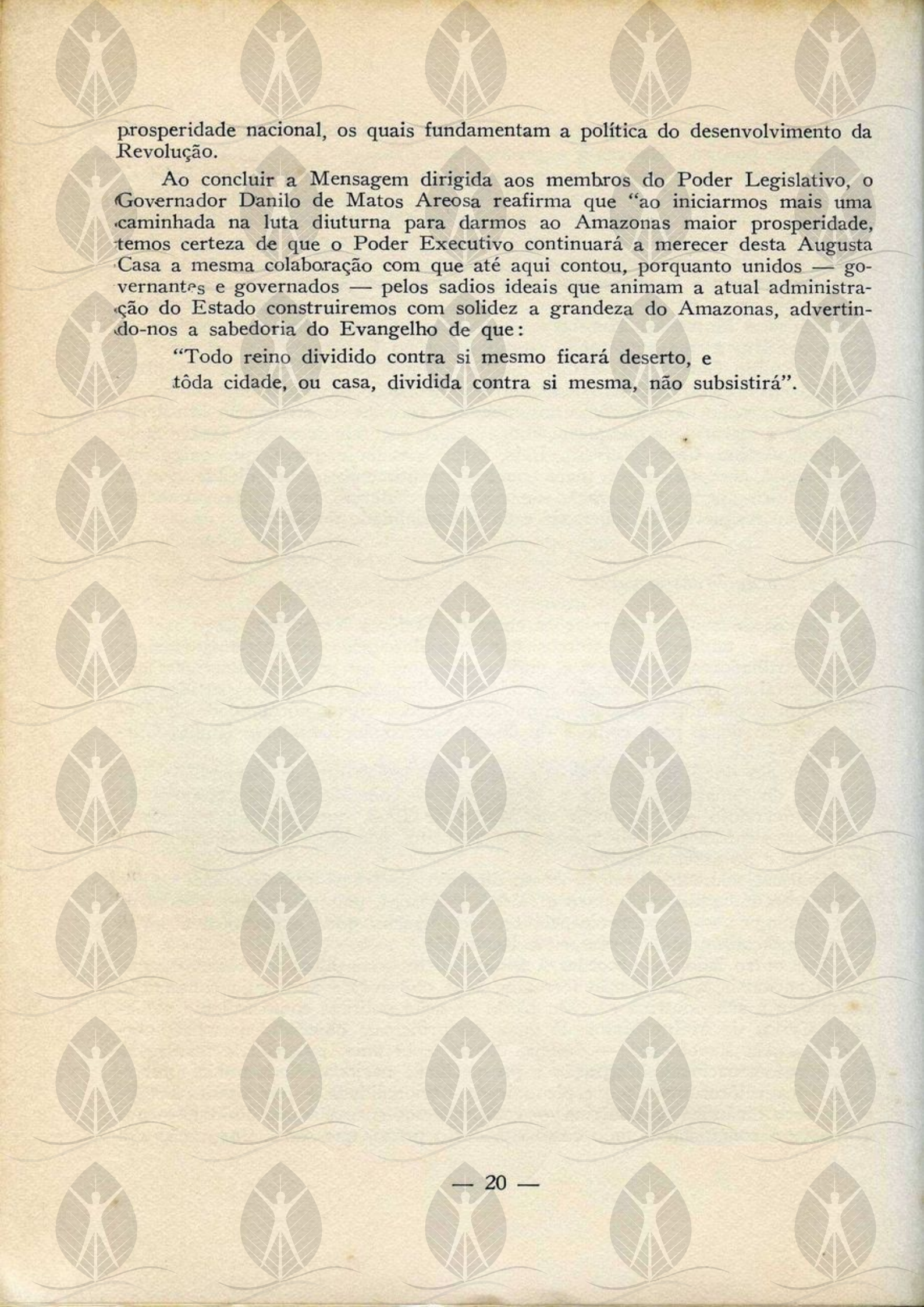
Movimento de Transformação

Depois de analisar as relações entre os Podêres Executivo, Legislativo e Judiciário, e também os esforços empreendidos pelas classes empresariais, pelos trabalhadores, estudantes e, enfim, pelo povo em geral, a Mensagem governamental se refere à atuação partidária, salientando caber aos partidos políticos um papel importante na caminhada rumo à plena normalidade da Democracia em nosso país, como é do desejo sincero do Presidente Emílio Garrastazu Médici.

O início do último período de mais uma legislatura da Assembléia Legislativa do Amazonas — diz a Mensagem — coincide com a passagem do sexto aniversário da Revolução de Março de 1964, que restituiu ao país a ordem, a segurança, a disciplina e o respeito, condições indispensáveis ao progresso e ao desenvolvimento.

Indiscutivelmente, é um processo dinâmico de transformação social aquele movimento deflagrado pelo povo e Forças Armadas, pois nêle vamos encontrar uma ideologia — a sobrevivência da Democracia, que se encontrava seriamente ameaçada quando irrompeu a Revolução.

Por outro lado, ao proceder à avaliação dos mais altos interesses e aspirações nacionais, a Revolução formulou seus objetivos e para cuja consecução estruturou a sua doutrina e o seu plano de ação política, como salienta o General Carlos de Meira Matos. E quais os principais objetivos nacionais perseguidos pela Revolução? — Independência, soberania, integridade territorial, prestígio internacional, integração e prosperidade nacional, democracia, preservação dos valores morais e espirituais da nacionalidade e paz social. Localizando-se a dinâmica da doutrina — conforme nos ensina aquele militar — nos objetivos a conquistar a todo custo e a curto prazo, que são a integração e a



prosperidade nacional, os quais fundamentam a política do desenvolvimento da Revolução.

Ao concluir a Mensagem dirigida aos membros do Poder Legislativo, o Governador Danilo de Matos Areosa reafirma que “ao iniciarmos mais uma caminhada na luta diuturna para darmos ao Amazonas maior prosperidade, temos certeza de que o Poder Executivo continuará a merecer desta Augusta Casa a mesma colaboração com que até aqui contou, porquanto unidos — governantes e governados — pelos sadios ideais que animam a atual administração do Estado construiremos com solidez a grandeza do Amazonas, advertindo-nos a sabedoria do Evangelho de que:

“Todo reino dividido contra si mesmo ficará deserto, e toda cidade, ou casa, dividida contra si mesma, não subsistirá”.

O AMAZONAS É ASSIM

Resumo histórico

Posição geográfica: 2° 8' 30" lat.N; 9° 49' 00" extremo S.; 56° 04' 50" extremo E.; 73° 48' 06" extremo O. long.W. Gr.

O Estado do Amazonas é o mais extenso de todos os Estados brasileiros. Com os seus 1 564.445 km², o Estado do Amazonas apresenta os mais variados aspectos, que vão das várzeas a um relêvo importante; de igarapés a rios dignos de nota, da vegetação rasteira à grande floresta. Confina com seis países estrangeiros. Ao sul limitam-no o Estado de Mato Grosso, a República da Bolívia e o Estado do Acre, a oeste, o Peru, Equador e Colômbia; ao norte, a Venezuela; a leste, a Guiana e o Estado do Pará. O Amazonas divide com o Pará o poderoso Rio Amazonas, mas tem uma parte muito maior desse rio do que o Pará e é a unidade político-geográfica que dispõe da mais extensa superfície fluvial do mundo.

O Amazonas é geralmente baixo e quase inteiramente produto do período terciário. O seu contorno irregular muito se aproxima do quadrado, estendendo-se por mais de 15 graus de longitude e mais de 15 graus de latitude. O Equador passa pela sua parte Norte, correndo o leito principal do Rio Amazonas numa latitude quase uniforme de 3 graus Sul; a maior parte do Estado acha-se, pois, no Sul da zona tórrida.

A vida no Amazonas não é mais perigosa do que em outras regiões, como na África Ocidental, por exemplo. É uma terra em que a colheita é perpétua, em que a natureza não dorme nem descansa. É uma terra de poderosos rios, que são as suas estradas, entre florestas que, se não fôssem habitadas, se poderiam considerar virgens. De Parintins, situada a 676 milhas a Oeste da cidade do Pará, até Tabatinga, onde o grande rio, vindo do Peru, penetra em território brasileiro, há 1.074 milhas de distância. Nesse enorme trajeto, três imensos rios entram no Amazonas, procedendo do Norte — o Içá, o Japurá e o Negro; e cinco do Sul — o Javari, que é a linha divisória com o Peru, o Jataí, o Juruá, o Purus e o Madeira. Todos estes grandes rios têm ainda inúmeros afluentes; e há outros rios menores procedentes do Norte ou do Sul que às dezenas desembocam na grande artéria amazônica e que são do volume do Tâmis, do

Sena ou do Tejo. A par do explorador, do seringueiro e do negociante de madeiras, o geógrafo, muito especialmente, tem aqui vastíssimo campo de trabalho. O maior dos grandes rios que desaguam no Amazonas, dentro dos limites do Estado, é o mais oriental, o Madeira, que, vindo das altas montanhas da Bolívia, tem um curso de 3.107 milhas.

Em todo o vasto Estado, as margens do rio, revestidas de grandes florestas, constituem o horizonte do viajante, e em nenhuma dessas florestas se poderia penetrar sem o auxílio do guia, do terçado ou do machado. As florestas do Amazonas têm sido chamadas “o desespero dos botânicos”. Depois de apresentar uma lista bem minuciosa de orquídeas e palmeiras, conhecidos monarcas das plantas e árvores da Amazônia, diz o geógrafo francês Eliseu Réclus: “Quanto às outras produções da floresta, preciosas madeiras, borracha, variadas gomas, resinas e substâncias canforadas, o botânico as classificou em milhares de espécies e a indústria está sempre aprendendo a conhecer os seus valores e aplicá-las”. Em relação à fauna, podemos citar o mesmo autor: “Reina um silêncio tumular em muitos pontos da floresta, de onde se poderia inferir que a fauna é mal representada; entretanto, se não são muito numerosos os representantes de cada família, as espécies oferecem uma variedade singular”. Durante os seus onze anos de exploração no Amazonas, o naturalista Bates (a quem tanto deveu o ilustre Darwin) colecionou 14.712 espécies de animais, 8.000 dos quais eram completamente desconhecidos da ciência.

Francisco Orellana, o espanhol — quem primeiro desceu o Amazonas com 50 companheiros —, fez referência no seu relatório a grande número de vilas nas margens desse rio. Três séculos depois, 150 tribos distintas que povoavam essas vilas desapareceram. A invasão dos brancos sem dúvida concorreu muito para diminuir a população indígena e é muito raro encontrarem-se índios de pura raça nas margens dos rios. Existem ainda, na selva, tribos belicosas que evitam a presença dos civilizados, atacando-os quando penetram em seus territórios.

No setor de colonização do Amazonas ou dos altos rios, os mestiços e especialmente os cearenses, êstes de cruzamento português, indígena e africano, são em maior número. A história do suprimento de trabalhadores ao Amazonas é uma curiosa página da história da pátria. Assim, tem sido comprovado que uma proporção apreciável de seringueiros procede não do estrangeiro, mas sim do Ceará, vindos em menor escala os demais Estados do Nordeste. E são os Estados nordestinos que têm ajudado a povoar a imensa Amazônia. Muitos a procuram ávidos pela riqueza que os seringais possam lhes proporcionar; outros, fugindo da impiedosa sêca que os reduz a verdadeiros trapos humanos. A grande maioria não enriquece. Poucos se tornam os “coronéis” dos velhos tempos. Mas, em compensação, a família se reproduz abundantemente.

Quando Portugal, na primeira metade do século XVI, dividiu o Brasil em Capitânicas ou Províncias desiguais, o Amazonas não foi incluído, e só depois de 1636 se estabeleceu na embocadura do imenso “mar de água doce” a Capitania de Joanes, hoje Ilha de Marajó. Quem primeiro descobriu o Rio Amazonas foi o espanhol Vicente Yanez Pinzon, companheiro de Colombo, que explorou a costa no Norte do Brasil e reconheceu o estuário. Em 1519, Gonçalo Pizarro, irmão do conquistador do Peru, partiu do Pacífico em busca do Eldorado que, embora hoje no domínio da fantasia, empolgou a imaginação e credulidade da Europa por meio século. Pizarro não foi longe, mas o seu lugar-tenente Orellana,

traiando-o, quando a sua expedição estava nos maiores apuros, abandonou-o. Depois de ter descido o Amazonas, com alguns homens, e chegado ao Atlântico, Francisco Orellana seguiu para a Espanha, para onde levou maravilhosas lendas, grandemente exageradas como de costume. Entre elas contava-se a das mulheres guerreiras (também atribuída a Gonçalo Pizarro, que teve de explicar as causas do insucesso da sua expedição), de onde o grande rio tirou o seu nome Amazonas, dado depois ao maior Estado do Brasil. Um século depois, outro espanhol, Juan de Palácios, partindo de Quito, no Equador, chegou à confluência do Rio Napo com o Amazonas, continuou até a entrada do Rio Negro e foi morto pelos índios. Os companheiros que se salvaram conseguiram alcançar Belém, fortaleza fundada pelos portugueses no estuário.

Dirigida pelo capital-geral Velho de Carvalho, partiu de Belém, rio acima, uma expedição em 1637 que, depois de um ano de quase incríveis aventuras, chegou a Quito, em 1638. Espanha e Portugal estavam então sob uma só coroa, e os pioneiros foram entusiasticamente recebidos. Esta foi a primeira expedição bem sucedida na travessia do continente, nesta latitude, de Leste para Oeste, e a sua ousadia e sucesso estão no mesmo nível do colossal trabalho dos brasileiros, na última metade do século XIX, no Amazonas. Voltando a Belém, em 1639, Pedro Teixeira, chefe da expedição, levantou um marco na foz do Rio Napo, como sinal da ocupação do país pelos portugueses — fato que, devido à separação entre Portugal e Espanha, no ano seguinte, foi um dos principais argumentos aduzidos por Portugal para provar o seu direito a toda a bacia do Amazonas até aquele ponto. Em 1625, os holandeses estabeleceram uma feitoria no Xingu, um dos afluentes do Amazonas, mas foram, com outros aventureiros, gradativamente expulsos pelos portugueses, que conseguiram alcançar o completo domínio do rio, cuja livre navegação fecharam aos estrangeiros. Só depois de 1867 o Amazonas foi de novo franqueado ao mundo.

Até 1822, quando o Brasil se fez independente como Império, o território, agora conhecido por Amazonas, fazia parte da Capitania do Pará, com uma Subcapitania em São José do Rio Negro, estabelecida em 1755. O primeiro governador, Joaquim de Melo Póvoas, fez de Barcelos o seu quartel-general, no vale do Rio Negro, acima da cidade de Manaus, sendo Barcelos uma das muitas povoações fundadas pelos jesuítas nessa região. O terceiro governador, Manoel da Gama Lôbo, transferiu a sede do govêrno para a Barra do Rio Negro, hoje Manaus — capital do Estado do Amazonas —, então uma simples vila missionária. Depois da Independência, em 1822, os habitantes de Rio Negro bateram-se pela sua autonomia e estabeleceram um govêrno provisório, mas, tendo sido subjugados, foi Rio Negro de novo incorporada, em 1832, como comarca da Província do Pará. Contudo, continuaram a protestar, e em 1850 conseguiram uma lei que separava da Província do Pará a Comarca de Rio Negro, elevando-a à categoria de Província sob a denominação de Amazonas, em 1.º de janeiro de 1852. A vila da Barra do Rio Negro, elevada a cidade, que por uma vizinha tribo de índios foi de novo batizada com o nome de Manaus, ficou sendo a sede do govêrno.

Até 1853, a navegação do Amazonas era feita por batelões, que levavam muitas semanas a chegar ao Rio Negro, tendo o govêrno central sistematicamente proibido a navegação a vapor naquele rio. Contudo, em 1852, o Visconde de Mauá, o mesmo homem que dirigira a construção da primeira estrada de

ferro no Brasil, obteve um monopólio de navegação a vapor no Amazonas, e nesse mesmo ano foi organizada a Companhia de Comércio e Navegação, com o capital de 4.000 contos de réis. Vinte anos mais tarde, depois de ser franqueada ao mundo a navegação no Amazonas (1872), essa Companhia se transformou na Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, pertencente aos ingleses, que tão bons serviços prestaram no desenvolvimento da região. Depois passou ela para o domínio do governo brasileiro com o nome de Serviços de Navegação da Amazônia e Administração dos Portos do Pará (SNAPP), mais tarde, já no governo da Revolução de 31 de março de 1964, transformada apenas em Empresa de Navegação da Amazônia Sociedade Anônima. De 1872 em diante o progresso passou a ser rápido e, por volta de 1874, começou a linha subsidiada de vapores entre Liverpool e Manaus, outra para os Estados Unidos e ainda outra para o Rio de Janeiro e portos de escala, em 1884.

Em 1889, com a proclamação da República, a Província tornou-se o autônomo Estado do Amazonas, dirigido por um governador e uma Constituição própria.

Vale recordar o Barão Sant'Anna Nery, na sua maravilhosa obra — “A Terra do Amazonas”: — “A causa e efeito do desenvolvimento do comércio no Estado do Amazonas é a facilidade do transporte. Em 1872 entraram 51 vapores; em 1906, o número atingiu 1.248”.

A franquia do colossal rio foi o ponto de partida do progresso do Amazonas, aumentado pela sua subsequente independência do Pará.

Vegetação

A ocorrência de uma densa cobertura florestal é o aspecto mais característico da Amazônia. Pelos limites exteriores da selva correm os limites da região natural. A mata amazônica, denominada “hiléia” (*Hyloea*) por Humboldt, é a mais vasta floresta equatorial do mundo.

Vista de um avião, sua paisagem é de incrível monotonia. As copas das árvores, que se sucedem contínuas e de altura irregular, lembram a superfície de um colossal tapete verde-escuro, esponjoso, estendido até o horizonte, em todas as direções. Rasgões relativamente estreitos deixam apenas passar os rios, únicos caminhos por onde o homem pode esgueirar-se até o interior daquela compacta massa vegetal.

Vista desde o chão, porém, a uniformidade cede lugar a uma extrema variedade. Conforme o sítio em que se encontra, a floresta amazônica se subdivide em: mata de igapó, mata de várzea — que R. Rodrigues Lima ainda reparte em mata de várzea baixa e de várzea alta — e mata de terra firme. Cada uma delas tem um conjunto de plantas típicas, mas muitas espécies existem que crescem em várias formações. Assim, a mata de igapó é muito rica em palmeiras, especialmente o jupati e o açai; na mata da várzea vicejam em grande número a seringueira e a samaúma, e a castanha-do-pará ergue-se dominadora em imensas extensões de mata de terra firme.

Quando uma estrada corta a mata virgem de terra firme — como a Manaus—Itacoatinga, a Belém—Brasília ou a Brasília—Acre — pode-se observar com clareza a estrutura da hiléia, a luta por um lugar ao sol e a adaptação dos

indivíduos ao meio. Os gigantes da mata são as árvores emergentes, com 35 metros ou mais de altura, que expandem suas copas por cima das demais, aqui e acolá, como ilhas num oceano revôlto. Este oceano de verdura é formado pela abóbada foliar, entre 20 e 35 metros, onde, ao contrário, as copas das árvores se comprimem, alongando-se na direção vertical, em disputa da luz. Entre 5 e 20 metros, o andar arbóreo interior é constituído por árvores de troncos finos e poucas folhas que crescem à procura do nível superior da vegetação. Do solo até 5 metros, arbustos, samambaias e outras pequenas plantas formam o sub-bosque, cujas formas vegetativas são adaptadas à vida num ambiente de estufa: morno, úmido e de penumbra. Muitas plantas dêste andar têm folhas grandes, capazes de captar avidamente em seus estômagos a energia dos raros feixes de luz infiltrados através da verdura e que escorrem por suas pontas afiladas o excesso de água sôbre elas acumulado.

A densidade vegetal da selva amazônica é ainda aumentada pelos cipós, pendentes das árvores mais altas e que ligam os diferentes andares; pelas epífitas, que crescem agarradas aos troncos e galhos das árvores, e pela infinidade de vegetais inferiores: os musgos, os líquens, os fungos, os cogumelos.

É uma ilusão de origem literária pensar que a hiléia se apresenta, por tóda parte, como uma floresta de folhas perenes. Certamente é a mata de várzea e, nas áreas de clima sempre úmido, como o do Alto Rio Negro, também a de terra firme. Nas partes onde a estação sêca é pronunciada, entretanto, uma fração das árvores perde as folhas — particularmente as árvores emergentes — no auge da estiagem.

As raízes chatas, verticais e triangulares, chamadas “sapopembas”, que apóiam como escoras certas árvores, dão uma impressão exagerada sôbre a grossura das mesmas. Raríssimas devem ser aquelas cujos troncos, à altura do peito de um homem, alcançam dois metros de espessura. A natureza parece sugerir que a hiléia é uma formação jovem, recém-instalada na Amazônia, fato que só pode ser comprovado, porém, através de um exame dendrológico sistemático ou do exame com carbono 14.

A complexidade da hiléia tem chamado a atenção de muitos cientistas. Deffontaines informa, sôbre êste assunto, que, enquanto as florestas européias, já meticulosamente estudadas, contêm 200 espécies arbóreas, na selva amazônica foram, até hoje, catalogadas mais de 400 árvores, e seu conhecimento completo está longe de ser atingido.

Tal riqueza botânica equivaleria a uma pobreza econômica, porque as florestas das zonas temperadas e frias, sendo mais homogêneas, permitiriam sua exploração a custo mais baixo, visto que as espécies de valor comercial se sucedem a pequena distância. A hiléia já não é assim e a exploração dos seringueais silvestres foi um exemplo disso. Mesmo nas concentrações naturais de hévea, no Acre e sudoeste do Amazonas, a distância a percorrer entre duas seringueiras mais próximas é da ordem de 300 metros, pelo menos.

Claro que tal condição é desfavorável à hiléia para o extrativismo vegetal; contudo, nesta mesma forma econômica, a heterogeneidade da mata equatorial permite uma variedade muito maior de atividades extrativas que as florestas de coníferas.

A relativa dificuldade da produção coletora na selva amazônica reside sobretudo na falta de conhecimento empírico. No entanto, os caboclos da região

sabem muito bem, por exemplo, que a castanha-do-pará se encontra, principalmente, no Médio Tocantins e no Itacaiúnas (Pará), bem como nos vales do Madeira e do Purus; que os vales seringueiros por excelência são os do Juruá, Purus e Madeira, e que as matas do Médio Araguaia são ricas em mogno.

Segundo assegura o prof. Lúcio de Castro Soares, em seu livro "Amazônia", riquíssima em espécies botânicas, a hiléia amazônica oferece quantidade incalculável de matérias-primas vegetais de grande valor industrial, algumas delas essenciais à civilização moderna.

Dentre estas matérias-primas contam-se madeiras para todos os fins, óleos e resinas para a indústria de tintas, vernizes e lubrificantes; vários látex produtores de borracha; fibras; frutos alimentícios.

A abundância de alimentos e de água na floresta amazônica sustenta variadíssima fauna terrestre e aquática, donde serem a caça e a pesca importantes fontes de riqueza da Amazônia.

Clima

O Estado do Amazonas, ao contrário do que tem sido difundido, não apresenta clima insalubre. É agradável na maior parte do ano e não há registros de casos de insolação. Vive-se bem, ao agradável convívio do sol tropical. A máxima absoluta registrada no Estado, segundo o IBGE, tem sido de 37,5, a mínima absoluta de 20° e a média compensada de 26,4.

População

O Estado do Amazonas, com sua vasta extensão, apresenta para este ano de 1970, por estimativa do IBGE, uma população de 961 mil habitantes. Manaus, a capital, conta com 279 mil habitantes, ficando os restantes 682 mil habitantes espalhados pelas outras cidades e lugarejos do interior, não havendo, além da Capital, nenhuma cidade com população digna de nota.

Solos

Clássicamente divididos em solos de várzeas e de terra firme, convém salientar que há também zonas de terra enxuta, quase seca; savanas, campinas, terrenos ondulados, etc. Dentro deste quadro, seu aproveitamento é o mais diversificado possível.

Minerais

Rico, imensamente rico, em minérios, suas reservas encontram-se inexploradas, exceção feita ao ouro, explorado desordenadamente, em garimpos esparsos. Mas o governo intensifica os estudos e pesquisas de minérios, valendo lem-

brar o relatório do Departamento de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, classificando o minério da área do Rio Jatapu como de alto teor de ferro, baixa sílica e alto fósforo. Ressalte-se, também, a existência de traços de cobalto nos rios Negro e Aripuanã. Já está comprovada a existência do estanho (cassiterita), do manganês, do alumínio, do tungstênio, do titânio, do rutilo, do cobre, do chumbo, do níquel. E dos não-metálicos, o linhito, o caulim, o calcário, a gipsita e a mica.

As jazidas de ferro do Rio Jatapu, localizadas a 500 milhas de Manaus, foram consideradas pelo DNPM como uma das maiores reservas de minério de ferro do Brasil, avaliadas em 17 milhões de dólares. Ali estão 77 milhões de toneladas, em forma de pequenas montanhas e blocos dispersos à flor da terra.

Enquanto se espera o mapa geológico da Amazônia, a Universidade Federal do Amazonas firmou convênio com a Universidade de Kiel e com o Instituto Max Planck, da Alemanha, para a criação, em Manaus, de uma Escola de Recursos Naturais.

A Cia. Siderúrgica do Amazonas é que possui a concessão para a exploração das jazidas de ferro e implanta, em fase de conclusão, a 12 km de Manaus, uma usina siderúrgica integrada, para a produção inicial de 28 mil toneladas de aço anuais de laminados de aço carbono comum, correspondidos nas categorias de produtos perfilados leves e trefilados.

Rios

Quadro permanente em sua paisagem, os rios do Amazonas apresentam ora suas águas claras ou escuras. Os mais importantes, sem falar no Amazonas, são: Negro, Solimões, Madeira, Juruá, Tefé, Purus, Nhamundá. Parará, furos, igarapés e lagos também contribuem para seu imenso potencial hidrográfico.

Animais

Os animais são os mais variados, dentro das classificações deste reino. São peixes (dos maiores aos menores), conhecendo-se cerca de 33 espécies, como o Tucunaré, o Pirarucu, o Tambaqui, o Acará, o Curimatá, o Dourado, dentre outros; sáurios, quelônios, ofídios; répteis; mamíferos e uma infinidade de belíssimos pássaros.

Recursos Naturais

É imenso o potencial, neste setor, que a floresta oferece. São seringueiras, sorveiras, balateiras, uquicaraneiras, maçarandubeiras, castanheiras, guaraná, palmeiras (amêndoas oleaginosas, aplicáveis em indústrias diversas), árvores com aplicação na indústria madeireira, árvores frutíferas (frutos exóticos com alto teor alimentício), etc.

Num estudo realizado e publicado em 1941, o naturalista Celestino Pesce catalogou cerca de 119 espécies, das mais variadas sementes oleaginosas da

Amazônia. No seu magnífico trabalho, Celestino Pesce salientou: “No mundo há fome de gorduras, enquanto de outros produtos há até superprodução que os governos procuram limitar. Nenhum Estado, como a Região Amazônica, se encontra em condições de apagar esta fome”.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, seguindo a experiência dos mais renomados naturalistas, dentre os quais pode-se citar Paul Le Cointe, se empenha em que deve ser feito o cultivo racional das melhores espécies, abandonando-se o arcaico sistema da simples colheita.

Indústria

O Estado do Amazonas apresenta um parque de indústrias de transformação das mais variadas espécies. Entre as principais podemos citar: beneficiamento de castanha, de couros de jacaré, de derivados de petróleo, de juta, de látex, de madeiras, etc. Aliás, é justo ressaltar a adoção de técnica mais avançada no beneficiamento de madeira, com a fabricação de compensados e laminados, com excelente aceitação, inclusive no mercado externo.

Recorda-se que equipes técnicas da FAO e da UNESCO realizaram estudos sobre as mais variadas espécies de madeiras, seus valores econômicos e industrial. E a SUDAM tem todos os elementos necessários ao real conhecimento do potencial madeireiro do Amazonas.

Produção

Uma das principais fontes de divisas do Estado é a juta, cuja produção cresce de ano para ano. Outro produto obtido em larga escala é o guaraná, aplicado nas indústrias de refrigerantes e na de produtos medicinais. A borracha e a castanha-do-pará são outros produtos, seguidos da sôrva, da batata, do pau-rosa; a madeira; as peles e couros de animais silvestres.

Pesca e Piscicultura

A fauna aquática é riquíssima. São peixes de vários tamanhos e espécies, sáurios, quelônios, etc.

Constitui o peixe a base alimentar da população, sendo a pesca uma atividade amplamente empregada na região. Dentro deste quadro está o Governo, bem como particulares, fomentando a piscicultura, visando à não-extinção das espécies.

Com os incentivos fiscais que o governo estabeleceu para a pesca e com a implantação da Zona Franca de Manaus, o aproveitamento industrial dos recursos piscícolas do Amazonas representam um excelente atrativo à iniciativa privada, sobretudo pela variedade de tipos de peixes. O aproveitamento racional do pirarucu e a sua industrialização comercial permitirão maior comércio não apenas no país, mas sobretudo na exportação. E a SUDEPE deve voltar suas vistas para a bacia ictiológica do Amazonas, interessando homens de in-

dústria para a industrialização do pescado amazonense, todo êle de primeira qualidade.

Transportes

Ligado ao resto do Brasil por três companhias de aviação, que empregam os mais modernos aviões, o Estado do Amazonas só conta com a Cruzeiro do Sul para cobertura de suas linhas internas. Assim, somente 17 cidades estão ligadas por via aérea com a capital, dependendo as 27 restantes ao transporte fluvial.

É muito importante assinalar o apoio dado pela Fôrça Aérea Brasileira (FAB) às povoações mais longínquas do Estado. E a colaboração que o Governo do Amazonas recebe do Ministério da Aeronáutica.

Fluvial

Êste é o mais importante elo entre a Capital do Estado e seu interior, bem como o resto do país e o exterior.

A ENASA, órgão federal, mantém linhas regulares, ligando o Amazonas a pontos do seu território e a outros da região. Suas linhas internas também são suplementadas por várias companhias particulares, que penetram até aos pontos mais distantes. Quanto à ligação com o Sul é feita através dos excelentes navios da Companhia de Navegação Costeira e de empresas nacionais particulares, e com o exterior, por intermédio de navios de Cias. tradicionais, citando-se, entre elas, a Booth Line.

Rodoviário

Preocupa-se o governador do Estado com a ligação da Capital com o interior, através de estradas de rodagem. Obedecendo a essa diretriz, foi traçado um Plano Rodoviário, que já se encontra em execução e que, quando concluído, trará um grande desenvolvimento à economia amazonense. E êsse plano, incluído no Plano Rodoviário Nacional, dá mais alento para que, em menor tempo, concluídas estejam as estradas Manaus—Pôrto Velho (BR-319), com 864 km de extensão, e a BR-174, Manaus—Alalaú—Caracaráí. Em tráfego a BR-319, então o Amazonas estará diretamente ligado a Brasília e às demais cidades brasileiras através do sistema rodoviário, num trabalho de eficaz integração nacional. A BR-174 permitirá que o Território de Roraima fique igualmente integrado à comunidade nacional, permitindo maior desenvolvimento, graças ao transporte rodoviário.

Estradas estaduais como a AM-010 (Torquato—Tapajós); AM-070 (Manacapuru—Cacau Pirera); AM-450 (Circuito Tarumã—Ponta Negra—São Jorge), AM-452 (Caldeirão), tôdas elas em trabalho permanente.

Energia

O Estado do Amazonas conta com duas companhias de eletricidade CEM — Companhia de Eletricidade de Manaus — e a CELETRAMAZON — Centrais Elétricas do Amazonas.

Em 1968, de acôrdo com os dados estatísticos do IBGE, o Amazonas tinha instaladas usinas térmicas da ordem de 30.302 kW, com uma produção líquida de 92.548 mWh.

A CELETRAMAZON foi criada com a finalidade de atender às cidades do interior. Assim é que já estão em pleno funcionamento as Centrais Elétricas de Humaitá; a de Urucará; a de Benjamin Constant, Manicoré, Eirunepê; a de Codajás e a de Atalaia do Norte.

Para 1970 estão previstas as inaugurações das Centrais Elétricas dos Municípios de: Santo Antônio do Itá, Lábrea, Bôca do Acre, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Barcelos e Autazes.

Através dessa política de eletrificação, procura o Govêrno implantar no Estado uma infra-estrutura imprescindível à instalação da pequena e média indústrias que irá aproveitar a mão-de-obra ociosa, além de criar melhores condições de vida, capaz de fixar o homem neste imenso espaço vazio.

Comunicações

Problema de primeiro plano que o Govêrno do Estado está enfrentando resolutamente e resolvendo em ritmo satisfatório é o das comunicações. E o que já realizou permite que se afirme que a Companhia Amazonense de Telecomunicações — CAMTEL —, empresa criada pelo Govêrno do Estado, está cumprindo sèriamente suas finalidades quer com relação à Capital, quer com relação ao interior. Desde 1967, vem funcionando o nôvo Serviço Urbano de Manaus, a cargo da CAMTEL, cuja Central tem equipamento montado — considerado como o que há de mais moderno e eficiente nesse campo — com capacidade total de 10.200 linhas. E mais quatro mil linhas foram colocadas à venda para atender à demanda pública, o que significa dizer que até fins de 1970 Manaus estará com 14.200 aparelhos funcionando. E a sua expansão irá aumentando de ano para ano.

Servindo-se apenas das linhas telegráficas da Empresa Brasileira de Telégrafos para sua comunicação com o resto do país, Manaus conta ainda com os serviços da Cia. Rádio Internacional. Serviço demorado, pelo congestionamento permanente das linhas e das condições atmosféricas, dentro em breve êsse serviço estará sendo feito pela EMBRATEL, através da implantação do tronco Amazônia, o que poderá acontecer a partir do segundo semestre de 1971.

Na programação organizada para o interior, a CAMTEL tem funcionando, regularmente, as Estações Radiotelefônicas de Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e Coari.

E em fase final de instalação, com algumas delas experimentalmente funcionando, as novas Estações Radiotelefônicas dos municípios de: Benjamin Constant, Fonte Boa, Codajás, Manicoré, Borba, Humaitá, Maués, Bôca do Acre, Lábrea, Eirunepê, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira.

Base fundamental do governo estadual, o Amazonas é sede da Universidade do Amazonas, dirigida pela Fundação Universitária do Amazonas.

O Reitor da Universidade do Amazonas é o Prof. Jauary Marinho e o presidente da Fundação Universitária do Amazonas, o Prof. Guilherme Nery. O Prof. Abdul Sayol de Sá Peixoto é o Vice-Reitor da Universidade do Amazonas, embora exercendo atualmente outra função pública no governo do Estado da Guanabara.

A UA foi criada em 12 de junho de 1962, através de lei federal e instalada oficialmente a 17 de janeiro de 1965.

Integram a UA: a Faculdade de Direito; a Faculdade de Medicina; a Faculdade de Engenharia, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a Faculdade de Odontologia e Farmácia; a Faculdade de Ciências Econômicas; a Escola de Serviço Social (agregada à UA); e como parte não integrante da UA, a Escola de Enfermagem.

No campo estadual, a Secretaria de Educação do Amazonas tem em funcionamento, pelos dados estatísticos de 1968, 49.000 alunos primários na Capital e 68.500 no interior. Em Manaus, a rede escolar se beneficiou com o crescimento de seis novas unidades e vinte e duas no interior.

O ensino médio registra, em 1968, uma frequência de 14.000 alunos na Capital e 1.300 no interior. Mas o mais importante a registrar é a melhoria salarial dos professores secundários, que passaram de Cr\$ 400,00 para Cr\$ 770,00. E a Secretaria realizou jornadas pedagógicas que visaram a oferecer um treinamento específico, atualizando o professorado amazonense sobre os novos métodos de ensino, aglutinando-os nas cidades de Tabatinga (Benjamin Constant, São Paulo de Olivença); Coari (Tefé, São Paulo de Olivença, Lábrea, Codajás e Manacapuru), Parintins (Itacoatiara, Maués), Humaitá (Eirunepê, Manicoré, Borba e Nova Olinda do Norte).

O fato mais importante no setor educacional é a implantação da Televisão Educativa. A TV funcionará numa área de 60 mil m², localizada na Estrada do Aleixo, e atingirá uma área de 200 km de raio em redor de Manaus — 125.600 km² (Manaus—Itacoatiara—Careiro—Manacapuru) — 44% da população do Estado, com o objetivo básico de alfabetizar os adultos.

Ao lado da TV Educativa, o Governo do Amazonas está implantando, na cidade de Benjamin Constant, uma emissora de rádio (A Rádio Educativa do Solimões), para atender o município-sede e mais Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá. A implantação da Rádio Educativa do Solimões, na fronteira, beneficiará não somente o Estado, mas também, e de modo altamente expressivo, os interesses da nacionalidade, porque, em face das dimensões continentais do Amazonas, a infiltração de elementos estranhos ao espírito nacional é um fato caracterizado e que afeta a unidade e a natureza do País. Em Manaus, o governo do Estado realiza estudos para a implantação de uma possante emissora de rádio.

Saúde

Política fundamental de um governo, a Saúde Pública está a exigir um trabalho permanente e absoluto para a eliminação das doenças mais comuns numa região tropical como o Amazonas. Passando da medicina curativa, até então em voga, para a medicina preventiva, embora ambas estejam de tal forma interligadas, certo é que a Saúde Pública no Amazonas coordenou-se criando uma rede assistencial e profilática composta de Unidades Mistas, Unidades Sanitárias, Subunidades e Unidades Móveis, capazes de levar aos mais longínquos municípios do Estado aquela assistência de que tanto carecem.

Para estabelecer, todavia, uma política integrada de saúde, foi criada a Superintendência dos Serviços Médicos do Interior (SUSEMI). E convênios foram firmados com o Exército para atender às populações de Marco, em Tabatinga, e às do próprio estirão do Equador, Atalaia do Norte e Palmeiras, contratados dois médicos e pessoal auxiliar.

E tão importante foi a criação da SUSEMI (conforme se lerá no relatório sobre o problema saúde no Amazonas), que a sua disseminação pelo interior do Estado é uma das razões do sucesso da política de saúde pública no Amazonas.

Há que se fazer um especial registro ao trabalho que a Fundação SESP realiza em todo o Estado do Amazonas. Mantendo hospitais, postos de saúde, postos volantes, o SESP tem desempenhado importante papel.

Manaus, melhor servida no campo de saúde pública, tem em funcionamento a Santa Casa de Misericórdia, a Beneficência Portuguesa, o Hospital Getúlio Vargas, a Maternidade Ana Nery, o Sanatório Adriano Jorge, o Hospital São José, a Clínica São Braz, sem contar outras particulares.

Num estudo realizado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas (CODEAMA), para a aplicação do Plano Quinquenal do Amazonas (1968-1972) no capítulo de assistência médica, foi constatada a existência de 3.500 leitos hospitalares, assim distribuídos: Governo Federal — 526; Governo Estadual — 1.888; Particular — 1.086. A evidência é notável: do total de leitos existentes no Estado, 69% são mantidos pelos governo federal e estadual e 31% pelos particulares.

Do total de leitos mantidos pelo Poder Público, destaca-se a atuação marcante do Governo Estadual, mantendo cerca de 78%.

Mas a observação mais importante que a CODEAMA faz é a relação médico por habitantes. Verifica-se que um médico deveria atender cerca de 7.127 pessoas, o que é humanamente impossível, dada a dispersão da população dentro do Estado.

Necessariamente, o Amazonas precisa de mais médicos.

Poder Legislativo

Deputado Homero de Miranda Leão — presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas;

Deputado Rafael Faraco — líder do Governo;

Deputado Nathanael Bento Rodrigues — líder da Minoria;

Deputados da ARENA — Wilson Paula de Sá, João Braga Júnior, Tupinambá de Paula e Souza, Álvaro Maranhão, Augusto Montenegro, Dorval Vieira, Oswaldo Monteiro, Mário Almeida da Silva, Theomário Pinto da Costa, Rossini Lima, Darcy Augusto Michillis, José Cidade de Oliveira, Sérgio Pessoa Neto e Alfredo Campos.

Deputados do MDB — Nathanael Bento Rodrigues, Léa Alencar Antony, Júlio Furtado Belém, Francisco Queiroz, João Bosco Ramos Lima, Andrade Neto e João Valério de Oliveira.

Eleitorado

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral anunciou, o Estado do Amazonas conta com um eleitorado de 200.589 eleitores, até 30 de junho de 1970.

Nas eleições de 15 de novembro de 1970, esse eleitorado deverá escolher 2 Senadores; 4 deputados federais e 12 deputados à Assembléia Legislativa do Estado. Atualmente, a composição é de 7 deputados federais e 30 estaduais.

ESTADO DO AMAZONAS

“TERRA DE OFIR foi o nome do Amazonas pré-histórico, dado pelos hebreus e fenícios da época de Salomão, que ali iam buscar ouro por ordem do rei de Israel, para a construção do Templo de Jerusalém.

O substantivo Ophir, Auphir, Aupir, Afir ou Ofir tem larga analogia com a expressão hebraica Apir, também pertencente à língua quíchua, falada pelos incas, significando mineiro, e com o vocábulo nheengatu, apirepana, comprar. Esta palavra se compõe de apire ou apira, de cima, dos altos e de pana ou bona, que quer dizer riqueza, proventos. Na língua de Israel, Apir é também escrita Aypir e Aypira, que por seu turno tem fundadas relações com Yapurá, rio afluente da margem esquerda do Solimões. Cândido Costa e o padre Ulisses Penafort se convenceram de ter encontrado no Rio Japurá o “distrito mesmo de Ophir”.

As controvérsias sôbre a verdadeira posição da região de Ofir, se na Ásia, na África ou na América, afloram das investigações dêsse passado remoto. Todavia, as demoras das expedições de Salomão e de Hiram, através dos mares, excedentes ao largo espaço de três anos, persuadiram a autorizados no assunto de que essa região fôra muito mais afastada daquelas partes do Antigo Continente. Seria, de fato, na América, no Brasil, no Pará, no Amazonas?

Eis a grande interrogação! Sim, na América, no Brasil, no Amazonas, porque a palavra Ofir quer dizer — Fim — e dá-nos a entender que essa região seria situada no Fim do Mundo, em terras longínquas e desconhecidas. O Amazonas, naquela época transcendental, fôra verdadeiramente considerado o “Fim do Mundo”, e ainda hoje, para muitos patrícios ilustres do Sul, é uma terra quase inacessível, pelo clima e pela distância.

A Terra de Ofir, o País do Ouri, de Salomão, situada nos confins do mundo, no fim da Amazônia, é o Amazonas. Em apoio encontram-se gravados

em pedras gigantescas os números hieróglifos hebreus e fenícios, espalhados por diversos rios da Bacia; a translação do nome de Salomão, notável rei hebreu, para o suntuoso Rio Solimões e tantas outras designações dadas a lugares e a cursos fluviais da mesma região. Estes argumentos são verossímeis e sustentados por notáveis antropólogos.

A alteração da palavra Iapurá para Iapura, Iapira, Aypira é, portanto, metaplástica. Entretanto, é necessário acrescentar algo que nos fale de perto, visto nos considerarmos autorizados a emitir outras formas, que podem também elucidar o caso, diferentemente.

Não obstante o transcendente estudo da palavra Ofir e da forma louvável por que foi admitida para fixar no Rio Yapurá ou Japurá o distrito de Ofir ou Fim do Mundo, seria temeridade confirmar isso com aquela precisão, mesmo porque as tropas de Salomão estacionaram no Rio Solimões, desde a sua foz, na confluência do Rio Negro, até o vale daquele rio. Na língua tupi, nheengatu, ou brasileira, encontra-se explicação bem fundamentada e consentânea para a palavra, com as suas raízes e significação próprias. Japirá, como representamos, ou Iapurá, como é pronunciado na língua de origem, que não possui a letra J, também pode ser estudada sob outros aspectos: Iapurá, Iapura, Iapira ou escrita com Y, quando o vocábulo designa água, conforme uma convenção estabelecida entre nós, Yapurá, Yapura ou Yapira.

No primeiro caso encontraremos Iapurá tal qual se pronuncia, que é uma fruta silvestre comestível e saborosa. A designação indígena sempre define satisfatoriamente a coisa, e assim: Iá, fruta; apurá, apura, apira, ipura, purá, pura ou pira significa de dentro. Desta maneira poderíamos traduzir Iapurá. a fruta está dentro, isto é, a parte comestível da fruta é a interna ou, ainda, a fruta é a própria semente. É justamente isto. E para maiores esclarecimentos citaremos um exemplo conhecido em todos os círculos culturais e que é da própria língua em aprêço: Caaipura, caaipora, coaipira, caipira, de dentro do mato, matuto, o infeliz que desconhece a cidade e a influência da civilização.

Quanto à forma referente a água, isto é, o segundo caso, temos: Yapurá, Yapura ou Yapira. Y, água; apurá, apura ou apira, que também significa: de cima, dos altos, da cabeceira do rio. Sabe-se que o Rio Japurá ou Yapurá é um dos afluentes do Solimões mais distanciados da foz do Amazonas e, assim, na língua indígena, Yapurá seria: Rio dos Altos ou Rio das Cabeceiras.

Em seguida vem a famosa designação dada por Francisco Orellana, o arrojado espanhol, primeiro navegador do Rio Amazonas, quando de sua céebre viagem, em 1541, pela notável artéria. Desejoso de perpetuar o seu nome, deu ao rio a denominação de Orellana, porém, atacado pelos índios Caraíbas, povoadores da margem setentrional do "Mar Dulce", de Pinzón, decidiu mudar a denominação dada para Amazonas, julgando que fôsem índios guerreiros da casta das Amazonas da Capadócia.

Levando Orellana a notícia da sua aventura à Espanha, seu rei, Carlos V, premiou-o com o título de Capitão-General e deu à terra descoberta o nome de Nueva Andaluzia, em homenagem à fértil região da Andaluzia, atravessada pelo Rio Guadalquivir, que corre ao sul da Espanha.

A história das índias Amazonas percorreu tôda a Península Ibérica e, por isso, caiu a denominação da Nueva Andaluzia, de Carlos V, e com a pomposa designação de Amazonas ficaram o rio e a terra.

Posteriormente a terra foi também conhecida e chamada pelos exploradores sertanistas portugueses Sertão das Amazonas, devido às suas imensas coordenadas se afastarem demasiadamente da costa atlântica e dos centros de cultura e civilização. Foi ainda conhecida por Guiana Portuguesa a região — amazonense e paraense — compreendida entre o Atlântico, os rios Amazonas e Negro e os nossos limites com a República da Venezuela e as Guianas Inglesa, Holandesa e Francesa, depois chamada Guiana Brasileira, fundada em Macapá pelos portugueses, em 1688.

Muitos viajantes e exploradores se dispuseram a emprestar ao “Rio Mar” um famoso epíteto, que no futuro estender-se-ia do rio à terra. Entretanto, a denominação do Estado do Amazonas seria inevitavelmente subordinada ao Rio Capitânea, que o divide em duas zonas consideráveis, como as de tantas outras regiões foram os seus mais importantes acidentes naturais. Chamou-se no período colonial Território das Amazonas e Capitania de São José do Rio Negro, com a comarca dêste nome, por Carta Régia de 3 de março de 1755, de Dom José I, de Portugal, em homenagem ao rei, e ao rio, que banha a famosa capital do Estado.

Depois da Independência, já sob a tutela da Província do Pará, foi o Território contemplado pelo decreto de 25 de junho de 1833, que fez a divisão judiciária da Província, com a designação de Comarca do Alto Amazonas. Mais tarde, por Lei Imperial número 582, de 5 de setembro de 1850, que elevou a Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província, tomou a denominação de Província do Amazonas.

Afinal, com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, passou a chamar-se Estado do Amazonas. Confirmada a denominação dada ao rio pelo navegador espanhol, depois irradiada até chegar ao Estado, ainda nos resta o dever de investigar sobre a sua origem e significação. Duas conclusões têm sido tiradas sobre a etimologia da palavra e ambas devemos abordar com interesse, dadas as fontes autorizadas de que promanam. Amazonas Hamas-ohone, sem macho. Amazonas: A-mazos, sem seio. A primeira, de Fabre d'Olivet, o sábio francês, interessa tanto quanto a segunda, de origem grega, que serão abordadas pela ordem. Chamam-se Amazonas as mulheres guerreiras povoadoras da região da Ásia Menor, na Capadócia, célebres pela sua bravura e pelo uso de amputarem o seio direito.

Sobre a etimologia da palavra, explica aquêlo douto: “Esta palavra compõe-se da raiz mas em latim, maste em francês antigo, maschio em italiano, moth em irlandês. Ohone é a negativa, de onde mas-ohone, ao que o fenício aplica o artigo ha, dando portanto: Hamas-Ohone, sem macho”.

A segunda, de fonte helênica, também é um vocábulo composto, que bem revela o que, de fato, ela é, e está em perfeita harmonia com a tradição histórica, da qual não devemos nos distanciar muito.

A-sem, mazos-seio, dando-nos Amazos, com o verdadeiro significado da palavra Amazonas: — sem seio.

As Amazonas eram mulheres guerreiras e como tal combatiam exércitos, para serem sempre vencidos, como aconteceu à Pantesiléia e à Antílope. Elas, entretanto, queimavam ou amputavam o seio direito para facilitar o manejo do arco e da flecha e enjeitavam os filhos varões. Ora, somente pelo fato de possuírem filhos para enjeitar e filhas a que se dedicavam carinhosamente,

está soberanamente provado que elas recebiam o “macho” e daí a reprodução da sua casta valente e numerosa. Pelos motivos expostos, mas reverente à memória do notável investigador e sábio, venho opinar pela segunda conclusão. Amazonas, sem seio.

Em seguida vêm os nomes poéticos. Um dos nossos escritores, num desejo de nacionalizar a expressão, gesto, aliás, louvável, chegou a aproximar-se do seu objetivo, chamando o Amazonas “Terra de Icamíaba”

Esta designação, conquanto sugestiva, ficaria mais ajustada ao nobre intuito do ilustre escritor se fôsse Terra de Camiíma ou Cambiíma, que tem significação idêntica a Amazonas. Cami ou Cambi, seio; ima, é um sufixo negativo, correspondente à preposição sem.

Já foi dito que a ordem aqui é inversa como no latim.

Também não escapou a outros ilustres o desejo de ligar um nome ao grande vale. Humboldt batizou-o de “Celeiro do Mundo”, encarando a extensão territorial e a sua exuberância. Alberto Rangel parece ter vislumbrado a imagem do sofrimento pousada sobre o verdor da floresta amazônica e por isto crismou-a de “Inferno Verde”.

Álvaro Maia, que sentiu na alvorada de sua existência o mais íntimo aconchego da selva sombria e fresca da Planície, chamou-o, em magnífico contraste, “Paraíso Verde” e depois “Flumilândia” (região dos rios). Afinal, “Gleba Verde”, “Gleba Morena” e tantos outros nomes poéticos por prosadores ilustres.

E, se não fôsse tanto arrôjo, eu seria capaz de cognominá-lo de Barrete Verde da República, não só pelo clorofilado de sua floresta, como ainda pela posição geográfica que possui.”

(História de Octaviano de Melo, que foi Juiz de Direito em várias comarcas do Amazonas, em seu “Topônimos Amazonenses”)

O RIO AMAZONAS

O Rio Amazonas nasce em território peruano, sua origem é o riacho Lauricocha que sai do laguinho do Niño, nas geleiras da Cordilheira de Santa Ana, a 5.100 m de altitude (Missão Flornoy-1941), por mais ou menos 10° 3' de latitude Sul e 76° 40' de longitude W. Gr., distrito de Huanuco, província de Junín, a cêrca de 180 km NNE de Lima. Depois de um percurso, aos saltos, de 45 km para o norte, formando sucessivamente seis laguinhos (L. de Santa Ana, de Caballococha, de Nieve-urco, de Tinquincocha, de Yanacocha e de Patarcocha), o dito riacho entra no Lago Lauricocha, que tem 4 km de comprimento e 1/2 km de largura. Na sua saída pela extremidade NE do Lago Lauricocha, o riozinho toma o nome de Tunguragua, serpeando em direção norte, no meio das ramificações dos Andes cujos últimos contrafortes êle transpõe no “Pongo de Manseriché”, virando definitivamente para leste. Pouco abaixo desta violenta corredeira, o Amazonas, já com o nome de Marañon, torna-se navegável, em qualquer estação, por pequenos navios que não requerem mais de 2 m d'água, achando-se ainda a 4.950 km de sua foz.

Entrando no Brasil na confluência do Rio Javari, em frente da pequena cidade de Tabatinga, passa o Amazonas a chamar-se Rio Solimões, nome que conserva num percurso de 1.550 km, desde a fronteira até receber o Rio Negro, na sua margem esquerda. Somente à secção do Rio Negro ao mar (1.530 km) está mais especialmente reservado, no país, a denominação de RIO AMAZONAS.

O Amazonas é o único coletor das águas que desce pela vertente oriental dos Andes, desde o 3.º grau de lat. N (nascentes do Rio Uapés) até o grau 19 de lat. S (nascentes do Rio Guapay — Alto Madeira), numa distância de mais de 3.300 km, em toda esta vasta extensão dos Andes amazônicos, a época da temperatura mais baixa varia de maio a julho, consoante se trata dos setores colombiano, equatoriano, peruviano ou boliviano, e, durante toda a estação fria, o encontro desta gigantesca muralha provoca a formação de correntes ascendentes do ar e, assim, a condensação do total da umidade trazida pelos ventos que sopram entre NE e SE, de tal modo que, dos 3.500 m de altitude para cima, a poderosa Cordilheira, cuja linha de cume se eleva quase sempre a mais de 4.000 m, atingindo, com frequência, de 5 a 6.000 m e mais, cobre-se de uma espessa camada de neve e de gelo. No fim do inverno encontra-se desta forma acumulada ali uma massa de água congelada que, sem exagero, se pode avaliar em mais de 100 bilhões de metros cúbicos, a qual, rapidamente reduzida ao estado líquido, algumas vezes mais tarde, pela elevação da temperatura num verão normal, pode fornecer por dia ao Amazonas uma contribuição de 3 ou 4 bilhões de metros cúbicos d'água, ou seja, 1/3 ou 2/5 do aumento total da vazão diária do rio em tempo de enchente.

Haverá uma verdadeira inundação se uma queda de chuvas excepcionais no alto da bacia coincide, por acaso, com um forte degelo nos Andes.

Hidrografia

As características de um rio resumem o quadro natural em que se encontra. O Brasil possui gigantescas bacias, de modo que rios imensos, atravessando regiões variadas, ou apresentam características complexas, como resultante, ou mudam de características ao longo do curso, à proporção que atravessam as diferentes regiões.

Bacia Amazônica

Cerca de 56% do território brasileiro são ocupados pela Bacia Amazônica, mais de 4,5 milhões de quilômetros quadrados. As chuvas que tombam sobre os planaltos do Brasil Central vão alimentar rios gigantescos, com mais de 1.500 km de comprimento, que correm em direção à depressão amazônica, para onde também convergem grandes artérias provenientes dos planaltos situados ao norte, como o Rio Negro, além dos cursos de água formadores do Amazonas, que descem das encostas andinas e seus contrafortes.

Desta forma, a depressão amazônica acumula formidável massa de água, que ainda mais se avoluma em virtude das copiosas chuvas que caem na baixada equatorial.

O centro da calha amazônica abriga, pois, um rio descomunal, sem paralelo a qualquer outro curso de água, um rio-mar. Geralmente as margens não são avistadas pelos viajantes que navegam sobre suas águas; na confluência do Rio Negro, a largura chega a 100 km, enquanto no local mais estreito é de 1,5 km. Não sendo o rio mais extenso da Terra (o Amazonas ocupa o segundo lugar, com 6.577 km), é, no entanto, o de maior descarga, representada pelos 200.000 m³ de água lançados por segundo no oceano. A água doce forma enorme mancha no oceano, quilômetros ao largo. A maré alta de sizígia, no encontro com a caudal líquida que flui do continente, provoca verdadeira onda de choque remontante, não raro causadora de naufrágios de pequenos barcos e um estrondo conhecido como pororoca.

As profundidades, que alcançam até 140 m, e o fraco declive do Rio Amazonas — nos últimos 3.000 km de percurso desce apenas 60 metros — permitem a entrada de grandes navios oceânicos até Manaus, a 2.000 km no interior do continente. Para montante e pelos afluentes, a navegação só é possível em embarcações menores.

A forma da baixada amazônica é anômala: ampla a oeste, na direção do interior da bacia, e estreita em direção à foz, fenômeno relacionado à evolução geológica da região. Paralelamente, alarga-se também para o oeste a faixa de características equatoriais, regada por chuvas muito abundantes. É esse território de baixos platôs e planícies que caracteriza a Bacia Amazônica, com seu intrincado de cursos de água. Os rios, inclusive o Amazonas, descrevem meandros divagantes, ladeados de lagos de várzea; canais marginais, paranás-mirins, acompanham o leito principal e furos unem rios entre si ou a lagos. Grande número de cursos fluviais menores, igarapés, corta a terra firme. Rios cujo maior percurso é na faixa equatorial, como o Japurá, Juruá, Purus, apresentam altas descargas específicas, escoando até 30 litros de água por segundo, por quilômetro quadrado de bacia. É interessante ressaltar que no trecho mais ocidental da Amazônia, onde a depressão se alarga e o clima é mais úmido, os afluentes tendem a formar traçados em pequeno ângulo ou quase paralelos ao rio principal, notadamente o Japurá e o Içá. O Japurá teria a maior descarga específica dos grandes rios do Brasil 35 a 40 litros/segundo/km², vale acrescentar que nessa área o regime dos rios é equatorial, com dois máximos no ano.

O regime do Rio Amazonas não é o de tipo equatorial, devido à influência das grandes artérias que provêm das regiões tropicais. É fato que, recebendo afluentes de dois hemisférios, a oscilação sazonal é menos acentuada: quando baixam as águas dos afluentes da margem esquerda, elevam-se as dos da margem direita e vice-versa; o Médio Amazonas ainda apresenta duas cheias, durante o ano. No Baixo Amazonas, porém, devido à desproporção entre os afluentes das duas margens e às chuvas fortes do outono, existe apenas um máximo, de maio a junho. O declive suave do Rio Amazonas é também fator de atenuação da amplitude de oscilação sazonal das descargas dos rios, cheias de proporções descomunais e catastróficas são ocasionais.

Na passagem dos terrenos cristalinos para a “terra firme” os afluentes do Rio Amazonas apresentam cachoeiras, muitas vezes devidas à presença de diques de diabásio. Na parte ocidental da Amazônia, as cachoeiras encontram-se muito distantes da confluência com o Rio Amazonas, de modo que longos trechos

não oferecem obstáculos à navegação. A leste, onde a cobertura terciária se estreita, as cachoeiras são mais próximas ao grande rio: o Xingu é navegado em pequeno trecho.

Os rios, na Amazônia, têm capital importância na organização da vida humana. Além de constituírem o principal sistema do transporte terrestre, servem de pistas de pouso para hidroaviões e fornecem alimentação às populações ribeirinhas, através da caça e da pesca.

O potencial hidráulico da Bacia Amazônica é de 5.857,1 (MW) — só o Amazonas tem 5.557,1 (MW).

A TERRA

A Origem do Vale Amazônico

O primeiro estudo com seriedade científica sobre a região amazônica foi realizado em 1875 pela Expedição Thayer, dirigida por Louis Agassiz, famoso por seus estudos que levaram à descoberta de uma antiga glaciação no hemisfério Norte. No entanto, as hipóteses e conclusões de Agassiz sobre o grande vale foram postas em dúvida e corrigidas por seus discípulos, que aqui chegaram em expedições posteriores. Entre essas hipóteses corrigidas e negadas, está a da existência de galerias no vale amazônico. E entre os equívocos do sábio suíço está o ter confundido os ossos de um provável mamífero quaternário com um Mosasauro (não confundir com *Mesosaurus*), que é um réptil marinho que data do Cretáceo.

Em 1870 chegou ao vale a Expedição Morgan, chefiada por Frederick Hartt, que o estudou durante dois anos. A essa expedição se deve o estabelecimento da estratigrafia amazônica, em suas linhas gerais; a descoberta da ocorrência de terrenos paleozóicos marinhos e de terreno cretáceo continental. A imagem estatigráfica que se tinha da bacia era de que tinha a forma de uma calha semicilíndrica, dentro da qual os terrenos geológicos se superpunham na seguinte ordem, de baixo para cima: terreno siluriano, terreno devoniano, terreno carbonífero, terreno cretáceo, terreno terciário e os recentes depósitos flúvio-lacustres. Essa visão era válida para a parte central da bacia.

Ao ser constatada a ocorrência de fósseis considerados então terciários marinhos no extremo ocidental da bacia, criou-se a hipótese de que a região fôra atingida pelo Caribe. Outras hipóteses surgiram, principalmente a que dava o Rio Amazonas como provocado pelo levantamento dos Andes. Essas hipóteses foram postas em xeque pelas atuais investigações científicas realizadas, a partir de 1944, pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Êstes estudos geofísicos e as sondagens profundas descobriram que a planície amazônica encerra uma seqüência de sedimentos de quatro mil metros de espessura. Originou-se no comêço do Siluriano sob a forma de uma grande depressão. Graças a essa depressão o Crato Guiano-Brasileiro ficou dividido em duas "ilhas". A presença do mar no grande vale é testemunhada pelos fósseis de animais marinhos que viveram no Siluriano, como os graptólitos, dotados de uma camada de quitina. No fundo dêsse mar siluriano vagavam grandes colônias de *Climacograptus*, provida cada uma de pequena bexiga flu-

tuadora. Nos siltitos que afloram no Rio Trombetas aparecem milhares dessas colônias. Outro dado científico é o fato de a espessura dos sedimentos da parte média da bacia atingir 200 metros, enquanto a espessura das rochas devonianas alcança 800 metros e a das rochas carboníferas chega a 1.500 metros. Alentadas espessuras de evaporitos foram encontradas em terreno carbonífero. Hoje se sabe da existência de uma fossa tectônica profunda na embocadura do Amazonas, na altura do arquipélago marajoara. As rochas devonianas que contêm fósseis marinhos afloram da parte média da bacia até às proximidades do Atlântico. Mas não aparecem na superfície nem na subsuperfície da fossa tectônica de Marajó. Pensam os geólogos que esta ausência foi causada pela erosão. Na seqüência carbonífera da bacia predominam os sedimentos químicos. A precipitação de sais minerais dá origem aos evaporitos, que são representados pelo sal-gema e pela anidrita. Segundo os geólogos, a presença abundante de evaporitos indica que o mar carbonífero foi quente e raso e que durou um longo tempo.

A hipótese do golfo caraíbico, criada pelos pioneiros dos estudos geológicos da bacia do grande rio, foi destruída quando se constatou que os fósseis encontrados no Acre não eram marinhos nem terciários, mas apenas fósseis de água doce. O que veio mostrar a falta de fundamentação científica da existência de fósseis cenozóicos marinhos no processo da recente sedimentação da bacia, que deve ter ocorrido em ambiente flúvio-lacustre.

A imagem de uma calha simples não foi portanto comprovada pelos modernos estudos geofísicos. A imagem moderna é de que a bacia é uma estrutura complicada por falhamentos de diversas idades, constatando-se a existência de diabásios intrusivos nas rochas sedimentares. E quanto ao levantamento dos Andes, sabe a moderna geologia que teve lugar no Terciário e que a fossa tectônica de Marajó data do fim do Mesozóico.

Os atuais estudos geofísicos realizados pelos prospectores de petróleo devem trazer novas descobertas sobre a história geológica do grande vale tropical, possuidor da maior bacia intracratônica sul-americana, com cerca de 1.250.000 quilômetros quadrados de extensão.

LIGEIOS ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO AMAZONAS

Principais rios do Amazonas

Os afluentes do Rio Amazonas são inúmeros. Se contarmos os paranás, igarapés, o número cresce, assustadoramente, das nascentes à embocadura. A rede hidrográfica que cobre o Estado é grande. Segundo a Corografia do Amazonas, de autoria do Prof. Agnelo Bittencourt, o Amazonas apresenta os principais acidentes geográficos do grande rio e um pequeno roteiro dará idéia da grandeza aquática do imenso vale.

Na margem direita do Rio Amazonas, os seguintes afluentes:

JAVARI — Nasce este rio com o nome de Jaquirana e, depois de longo curso, tem sua foz cerca de 200 metros de largura. O seu curso todo pode ser avaliado em 800 e poucas milhas. Os afluentes do Javari, pela margem direita,

são: Itecuahy e o Curuçá; pela esquerda, já na República do Peru, Javará-Mirim e o Galvez.

O Rio Javari banha o município de Benjamin Constant e serve de meio de comunicação, para embarcações de certo calado, com a República do Peru.

JANDIATUBA — O curso desse rio é avaliado entre 300 e 500 quilômetros. Passa pelo município de São Paulo de Olivença e suas margens são bastante alagadiças. Não obstante, existem, nas margens do rio, seringais e ele favorece o movimento de embarcações para os mesmos e localidades vizinhas.

JUTAÍ — Nasce ao norte de terras banhadas pelo Rio Ipixuna, afluente do Juruá. Suas águas são barrentas e suas margens pouco habitadas. Possui, nelas, seringais nativos, castanhais e salsa. No seu curso, tem passagens estreitas. Ainda possui indígenas habitando suas margens, daí o pouco rendimento de suas riquezas naturais, impossibilitados que se acham os desbravadores de atingir as cabeceiras.

JURUÁ — É um dos mais importantes e caudalosos afluentes do Solimões. Nasce no Sêrro das Mercês, numa altitude de 453 metros acima do nível do mar. Costumam dividir o Juruá, quanto à navegabilidade, em baixo, médio e alto. Desempenha papel importante no interior do Estado, pois os inúmeros tributários que possui e suas riquezas o fazem de intensa navegação, durante o ano. Os principais afluentes do Juruá são: Eiru, Gregório, da Liberdade, Paraná do Arrependido, Tejo. Nas margens do rio existem cidades e é considerado um dos mais importantes afluentes do Rio Amazonas.

TEFÉ — Nasce este rio em terras altas, entre os rios Tapauá e Juruá. Corre na direção de NE e recebe, no seu curso, inúmeros igarapés e água dos lagos. Possui, nas suas margens, seringais nativos, castanhais e muitas madeiras de lei. São tributários do Tefé, pela direita, os igarapés: Coró, Surubim, Itanga, Ingá e Abio. Pela esquerda: Socó, Maravilha, Arabauá, Teany e Curumita.

CATAUÁ — Corre no município de Tefé. Suas margens são inundáveis e constitui um rio propriamente de baixada. Antes de alcançar o Solimões, atravessa o lago de igual nome e divide-se em dois braços.

COARI — O Rio Coari é de intenso tráfego. A navegação nele é franca, em determinadas épocas do ano, nas enchentes. Em outras ocasiões somente se viaja por meio de pequenas embarcações, motores de pôpa e canoas.

PURUS — O rio nasce com o nome de Pucani, nas serranias que separam dele a hacia do Ucayale. É um rio muito importante na região amazônica e, de modo especial, no Estado. Suas águas são barrentas, quase iguais às do Solimões, variando a cor de conformidade com a época do ano, de enchente e vazante. Nas margens do rio existem seringais nativos, castanhais, madeiras de lei, sôrva e abundante caça. No Alto Purus o regime de águas é muito irregular. Formam às vezes grandes enxurradas. O Rio Purus tem inúmeros afluentes: Cavaljani, Huavental, Rio dos Paros, Manuel Urbano ou Alto Chamboyaco, Santa Cruz e São João.

Pela margem esquerda, Corinja, Maniche, Arraia, Malpaja, Santa Rosa e Curanja.

MADEIRA — É o mais notável afluente do Rio Amazonas. Seu curso é de 3.240 km francamente navegável na extensão de 1.241 km desde a foz até

a cachoeira de Santo Antônio, já na divisa do Estado de Mato Grosso. É formado pela união do Mamoré e do Beni ou Alto Madeira. Outros geógrafos acham que se forma pela união do Mamoré com o Guaporé. Em suas margens existem madeiras de lei, castanhais, seringais, pau-rosa, sendo intenso o tráfico, em determinados trechos, em tôdas as fases do ano. Tem águas barrentas e carrega, na corredeira, paus, restos de árvores, terras caídas, balcedos, matupás, principalmente na enchente, o que provoca muito cuidado à navegação fluvial. São afluentes do Rio Madeira: Jaci-Paraná, Abunã, Jamari, Gi-Paraná, Manicoré, Aripuanã, Canumã, Abacaxis e o Andirá.

Na margem esquerda, temos os seguintes afluentes:

IÇÁ — Nasce nos contrafortes andinos da Colômbia. Tem uma extensão de 1.452 km. É o caminho aberto às relações comerciais com a República da Colômbia. Em suas margens existem grandes seringais nativos, castanhais, sôrva, madeiras de lei e abundante caça. Em determinados trechos a população é escassa, sendo, portanto, um rio que exige penetração e constante exploração, principalmente de matérias-primas. Os afluentes dêsse rio se acham em território colombiano. São os seguintes: Ingaparaná e o Carapanã, Jaguas e Caucaia, que se estende até a bacia do Japurá, São Miguel.

JAPUÁ — Também denominado Caquetá. Como o Içá, tem sua origem nos Andes Colombianos. Seu curso atinge 1.848 km. Liga-se ao Rio Solimões, por vários braços, que lhe conduzem as águas barrentas do grande rio.

NEGRO — Nasce nas regiões do Papayán, na Colômbia. O curso do rio é de 1.551 km, francamente navegável até certo trecho, na antiga S. Isabel. A corrente das águas é, em determinados trechos, de uma milha por hora, nos lugares largos, e, nos estreitos, de duas milhas. O rio tem o nome de sua côr, escura. Quando em pequena quantidade em recipiente cristalino, a côr da água se torna amarelada. É um rio muito importante e que possui inúmeros afluentes. Esse rio se destaca não somente pela côr de suas águas, escuras, como também porque nas suas margens se encontra a Capital do Estado. Entre os seus afluentes destaca-se o Rio Branco, aliás o mais rico de todos. Suas paisagens são notáveis. São afluentes do Rio Negro: Tomo, Xié, Uapés, Içana, Dmiti, Cueiras, Amanauá e Turumã-Grande.

A bacia do Rio Branco mede, aproximadamente, 35.000 m. Dos afluentes do Rio Negro êste merece destacada importância. As margens são bonitas, sendo que banha o Território de Roraima e possui inúmeras riquezas, efetuando-se, em alguns de seus tributários, mineração. Na região rio-branquense os campos naturais são comuns, o que favorece a criação, naquelas paragens.

NHAMUNDÁ — É um rio de certa importância. Tem sua origem em terras altas, que se estendem entre as cabeceiras do Uatumã e as do Trombetas. Em determinados trechos suas águas são de azul profundo, correndo entre montes e tendo nas margens espessa vegetação. Hoje possui campos para criação de gado, além de suas matas serem ricas em madeiras de lei, castanha, pau-rosa e piaçaba.

Os rios de planalto, de modo geral, são encachoeirados, com corredeiras, saltos ou cachoeiras.

Os rios de planície, no entanto, são lentos, sinuosos, sem quedas d'água. Assim o Rio Amazonas e seus afluentes, em maioria, são considerados rios de

planície, facilitando a navegação e fornecendo possibilidades de comunicações entre os diversos municípios.

As chuvas têm grande influência na formação dos rios, estabelecendo a enchente e a vazante. Também nos lagos.

LAGOS — Nos meses de inverno, quando as águas dos rios crescem e se intensificam as chuvas, que modificam a paisagem, na grande planície, tôdas as baixadas se transformam em imensos lençóis aquosos. E surgem inúmeros lagos, destacando-se:

Lagos tributários do Rio Amazonas: Macunari-Paurá, Urucurituba, Uruçarã, Arrozal, Piranhas, Arari, Autaz, Rei, Janauacá, Manaquiri, Paratari, Jaurá e Uricuri.

Lagos tributários do Rio Madeira: Sampaio, Anamã, Guariba, Taboca, Macados, Jacaré. Três Casas, Pupunha, Mururé, Tucunaré, Curicaca, Arari, Matapi, Capanã, Baestas, Jurarã, Capitari, Tamandauá e Carapatuba.

Lagos tributários do Rio Purus: Beruri, Surara, Jari, Macados, Namandauá, Canaçarú, Meteripuá, Aiapuá, Panelão, Açaí, Araçã, Itapã, Mapiã, Japã, Inari e Acariã.

Além dêsses existem centenas de outros, espalhados em todo o Estado, numa prova evidente de que a região é retalhada por rios, paranãs, igarapés e lagos, os quais amenizam os rigores do clima, nos meses do verão amazônico.

Fenômenos

Na região amazônica ocorrem fenômenos interessantes. Os rios, alguns, ainda procuram cavar definitivamente o seu leito. Dêsse modo, correm sem rumos certos, modificados pela maior ou menor quantidade de chuvas em certas áreas.

Temos assim:

Terras caídas — Blocos enormes de terra, às vêzes cobertas de vegetação, que se desprendem das margens do rio, no solapamento oriundo das águas fluviais e das chuvas.

Pororoca — Quando o rio é caudaloso e encontra as águas do oceano em que penetra, provoca a pororoca. Ocorre com freqüência, provocando um enorme estrondo, principalmente no Baixo Amazonas.

Furos — São cursos d'água que ligam rios entre si ou rios e lagos.

Paraná-mirins — São pequenos braços de rios que cercam as ilhas fluviais.

Igarapés — A região amazônica é banhada por um labirinto de rios. Os pequenos rios que avançam para o interior da selva, calmos, tranqüilos, enfeitados pela folhagem, são chamados igarapés. São tantos, na paisagem amazônica, que dificilmente se poderia contá-los.

Friagem — Nos meses de junho e julho, na região amazônica, durante quatro ou cinco dias, ocorre o fenômeno da friagem. É em decorrência dos ventos frescos que sopram de SSO. A temperatura, nesses dias, acusa 18 graus, modificando sensivelmente o meio ambiente, de modo particular nas regiões banhadas pelos afluentes do Rio Solimões.

Orografia

O Amazonas possui poucas montanhas. Com o desmembramento de seu território, para a criação do de Roraima (ex-Rio Branco), o número de serras e montanhas diminuiu, pois as mais importantes ficaram naquela região, fronteira com a Guiana Inglesa, hoje simplesmente Guiana.

No alto Rio Negro existem as de Hecupanapano e Molepity e ainda Tocanos e Sacurá-Urá. Na região do Japurá—Cupati e Apoporis. No Nhamundá — Cupiranga, Castanha, Azul e Taciu.

VENHA AO AMAZONAS

E VEJA MANAUS

Ah! Manaus, a cidade tropical engastada na selva. Venha vê-la. Venha correr suas ruas e avenidas. Venha ver o pôrto flutuante. Venha ver seu casario colonial puramente português. Venha ver a Zona Franca. Venha ver seus bairros. Venha ver a Ponte Negra, o Tarumã. Venha ver o encontro das águas. Venha ver Manaus sob o domínio da luz equatorial. Sentir o calor humano de sua gente. Venha ver um pouco de arte, traduzida nesse majestoso Teatro Amazonas. Venha conviver com a mocidade amazonense. Venha ver um povo que se afirma. Que luta. Que se desenvolve. Que acredita no Brasil. Venha ver o Amazonas, que já iniciou a arrancada gloriosa para a reafirmação do seu destino. E então você terá feito uma viagem pelo mundo sagrado da luz. Da luz que é o sol mais brilhante do trópico!

Aeroporto

Ao chegar ao Aeroporto Internacional de Ponta Pelada, você estará praticamente no centro da cidade, pois somente oito quilômetros o separam dos melhores hotéis e do centro urbano.

Bancos

Uma excelente rede bancária oferece a você um serviço à altura das mais importantes metrópoles. Quase todos dotados de carteiras de câmbio, facilitando, assim, o intercâmbio monetário.

Transportes

Apresentando Manaus o índice de um automóvel por 20 habitantes, o serviço de

transporte urbano é suprido por táxis da melhor qualidade. No entanto, as várias companhias de turismo, entre as quais a Selvatur e a Amazon Explorer, possuem transporte próprio.

Hotéis

Em Manaus você encontrará excelentes hotéis. O Amazonas, na praça Adalberto Valle, ao lado do cais flutuante. O Hotel Amazonas possui 51 apartamentos, uma suíte presidencial, ar refrigerado, restaurante de 1.^a categoria, varanda tropical, o Mandy's Bar, de ambiente sofisticado, com intérpretes em inglês e francês. Depois tem o Lord Hotel, na rua Marcílio Dias, com 41 apartamentos refrigerados e outros com ventilador. Ótimo restaurante, American Bar, e proporciona ao hóspede uma visão da

antiga Manaus, com seus telhados pitorescos. Vem depois o nôvo Hotel Martilopes, com ar refrigerado. O Líder Hotel, na av. 7 de Setembro, também com apartamentos refrigerados; o Hotel El-Dorado, na Av. Eduardo Ribeiro, com apartamentos refrigerados; o Hotel Presidente, na rua Marechal Deodoro, também com ar refrigerado, e, na Estrada das Flôres, o Hotel Madrid, com suítes refrigeradas e apartamentos com ventiladores. Mas há outros, menores, mais simples, como o Floriano Peixoto, o Veneza, o Cruzeiro do Sul, o Formosa, o Rio Mar, o Ideal, o Grande Hotel, o Palace, o Nôvo Olinda e a Hospedagem Garrido.

Brevemente, quando v. voltar a Manaus, talvez já encontre pronto o Hotel Tropical de Manaus, entre a Praia Negra e o Parque Turístico de Tarumã.

Restaurantes

Além dos restaurantes dos hotéis Amazonas e Lord, ambos com cozinha internacional, você poderá ir conhecer o Chapéu de Palha, na Vila Municipal, o mais curioso e extravagante restaurante, servido por garçonetes. É um restaurante sem paredes e o seu estilo é realmente o de um grande chapéu de palha. Ali você encontrará todos os pratos típicos do Amazonas, inclusive a famosa caldeirada de tucunaré. No bairro de Adrianópolis, você encontrará o Alvorada, também típico. Mas você terá outros restaurantes bons como o Au Bon Gourmet, no Aeroporto Internacional; o Jupaty, na estrada do Aeroporto; o Central, na rua José Clemente, o Shangai, na Avenida João Coelho; o Canto da Alvorada, na rua Comendador Clementino; o Restaurante e Bar Maranhense, na av. Eduardo Ribeiro; o restaurante do Papai, na av. Eduardo Ribeiro; o Fazzano Lanches; o Restaurante Chinês, na rua Dr. Moreira; o Querência Gaúcha, na rua Jonathas Pedrosa; o Manaus, na rua Henrique Martins; o Amazonas, na rua Quintino Bocaiúva; o Garfo de Ouro, na Vila Municipal; o famoso Solar da Olímpia e o Bowling Center, e o mais nôvo, o 300, do Mário Silva.

Comidas típicas e bebidas

A caldeirada de peixe do Rio Negro (prato de origem portuguesa); o pato no tucupi; as peixadas; tartarugada; sôpa de tartaruga; tacacá, filé de pirarucu; sardinha frita;

filé de tucunaré grelhado; mixira (feita com a carne de peixe-boi); sarapatel; paxicá. Além disso há mólhos como o arubé e ingredientes picantes como a pimenta murupi. E as famosas "batidas" de taperebá, maracujá, jenipapo. E tem a banana "pacovã", frita, com canela e açúcar, para uma excelente sobremesa.

Passeios

Como todo bom turista, não deixe de procurar a Selvatur, no hall do Hotel Amazonas, ou a Amazon Explorer, no Lord Hotel, para programar bons passeios. E procure também o pessoal do dr. Joaquim Marinho, no Departamento de Turismo, que lhe poderá oferecer vários tipos de excursão pela Capital e arredores, inclusive para pequenas caçadas e ver o encontro das águas. Não deixe, porém, de visitar o Mercado Municipal, com muitos atrativos regionais, e o pôrto flutuante. Os bairros da cidade merecem ser visitados, bem como o Palácio Rodoviário, a Ponta Negra, o Parque Turístico do Tarumã, o Parque 10 de Novembro e a Catedral de Manaus.

Museus-Igrejas

O Museu do Índio é um dos mais completos, no gênero. Apresenta peças do artesanato indígena. Fica na av. 7 de Setembro. Tem o Museu Numismático, instalado no Banco do Estado do Amazonas, também na 7 de Setembro. Possui valiosas peças datadas do século V a.C. Sua mais importante coleção, além das moedas raríssimas, é a do Domínio Holandês no Brasil. Tem o Museu Industrial, ponto importante em qualquer roteiro turístico pela sua mostra completa da indústria, desde a extrativa até a de transformação, inclusive apresentando aspectos sociais. Fica na rua Guilherme Moreira. E na mesma rua, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, onde você encontrará magníficos exemplares de pássaros, répteis e insetos da região e ainda uma biblioteca especializada em assuntos amazônicos. Visite as Igrejas de Manaus. Inicie sua visita pela Catedral de Nossa Senhora da Conceição, muito imponente em sua arquitetura neoclássica. E ainda a dos Remédios, São Sebastião, Nossa Senhora de Nazaré e Nossa Senhora Auxiliadora.

Praças

Cidade com um traçado urbanístico de grande harmonia, Manaus também é possuidora de inúmeras e amplas praças, entre as quais destacam-se, pelo seus monumentos e sua beleza, as seguintes: Oswaldo Cruz, Pedro II, da Saudade e São Sebastião. Nesta última está o Monumento construído em comemoração à Abertura dos Portos da Amazônia ao Comércio Exterior.

Cinemas

Manaus tem uma grande cadeia de cinemas. Os mais luxuosos são o Odeon, Avenida e Ypiranga, pelo conforto que oferecem. E tem outros como o Guarani, Ideal, Palace Boulevard Amazonas, Vitória, Eden e Politeama.

Clubes

Diversões é o que não falta em Manaus e tôdas elas extremamente características de uma cidade cercada de rios e florestas. Um fim-de-semana à beira de um igarapé, banhos de piscinas naturais em meio a uma vegetação luxuriante, são diversões das mais repousantes e deliciosas que se possa imaginar. E para maior conforto do turista, foram construídas pequenas casas de madeira, além dos campos de esporte ao longo dos igarapés. Existem clubes de campo aristocráticos, como o Bosque Clube, o Tucunaré e o Guanabara.

A vida social da cidade se movimenta pelos numerosos clubes como o Ideal Clube, o Rio Negro, o Olímpico, a AABB, o Sheik e o Nacional.

E os mais famosos clubes de futebol do Amazonas são o Rio Negro, o Nacional, o Fast Clube, o Olímpico, o São Raimundo, o Sul América, o Internacional, o Luso Sporting e outros.

O Estádio Municipal "Vivaldo Lima", construído na Estrada das Flores, quando estiver totalmente pronto, comportará 50 mil espectadores, assim distribuídos: 30 mil nas arquibancadas, 17 mil nas gerais e 3 mil nas cadeiras especiais e tribuna de honra. No Estádio "Vivaldo Lima", parcialmente pronto, a CBD realizou treinos da seleção nacional que competiu na Copa do México de 1970. E graças ao estádio, o futebol amazonense tomou inusitado impulso, sendo hoje

considerado um dos melhores que se pratica no Brasil.

O esporte amazonense é dirigido pela Federação Amazonense de Futebol, filiada à Confederação Brasileira de Desportos.

Colônia japonesa

Na Rodovia Manaus—Itacoatiara, no km 48, está o núcleo nipônico, iniciado em 1957, em fase de grande expansão e centro da maior cultura de pimenta-do-reino do Estado. Foi iniciada, recentemente, a plantação em larga escala do guaraná.

Lajes

Distando 22 km de Manaus por via terrestre ou 20 por via fluvial, Lajes proporciona, do seu promontório, uma vista deslumbrante, abrangendo em tôda a sua extensão o encontro das águas e descortinando uma vista belíssima sobre o Rio Negro e parte do Solimões. Para alcançar Lajes, por rodovia, você percorrerá, durante alguns minutos, o interior da Companhia Brasileira de Plantação, onde desenvolve-se o plantio racional de vários espécimes florestais amazônicos, especialmente da seringueira.

Mercado Municipal

Tropicalíssimo, é o ponto obrigatório a todos os turistas pelo exótico de suas frutas, pelo pitoresco de suas canoas ancoradas na "praia", pela essência indígena que vem do nome de seus peixes, frutas e outros produtos, pela pureza de sua cerâmica e de seus utensílios de palha e fibra.

Frutas

Famosas pelos seus nomes indígenas e pelo seu sabor exótico, serão realmente motivo de curiosidade, levando-o a descobrir que realmente as frutas amazonenses são as mais gostosas e mais brasileiras que você pode conhecer. Nunca é demais repetir seus nomes, porque você não deve esquecê-las: cupuaçu, bacuri, mari-mari, tucumã, ingás, taperebá, pupunha, etc.

Os sorvetes das frutas do Amazonas são famosos e agradam a todos. Principalmente os de cupuaçu, graviola, sôrva e pupunha.

O EXÉRCITO NA PROA DO DESAFIO AMAZÔNICO

O quartel do seu Exército continua na Amazônia. Continua, porque sempre esteve dentro da amplidão verde que a farda conquista para a nossa economia. Principalmente agora, o Exército Brasileiro penetra nos 3/5 do Brasil amazônico, fixando-se nos pontos estratégicos de ocupação humana e econômica. Ao lado da FAB e da Marinha de Guerra, no mesmo abraço integrador, vai o verde-oliva rasgando espaços de integração, numa resposta viva ao maior desafio do século — a Amazônia.

Os claros demográficos e econômicos — todo o vazio continental de florestas e rios da grande área — recebem a ação colonizadora do soldado, mediante o apoio dos Ministérios do Interior, dos Transportes, da Saúde e da Agricultura, num movimento integrado de apossamento da maior fronteira virgem do Desenvolvimento Nacional.

Numa área cujo conceito geográfico transborda de nossos limites políticos — alcançando, além do Brasil, a Colômbia, Peru, Bolívia, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname e Guiana Francesa —, o Exército irrompe como sentinela avançada no dorso do universo amazônico. Aceita, de frente, a carga ocupacional de um terço da reserva florestal do mundo, na vigésima parte do planeta. São 9 mil km de linhas de fronteira — volume linear maior do que a nossa costa atlântica — debaixo de vigilante e poderoso dispositivo de Segurança produzido pelo Triângulo das 3 Armas.

Mas, além da missão primordial de Segurança, reponta o sacerdócio do desbravamento. O Exército reconstitui, no mar das selvas, a epopéia das bandeiras. Imprime o seu timbre rondoniano. Foi assim no Brasil-Sul, todo êle integrado pela farda, ocupado pelas gandolas pioneiras.

É assim no Super-Brasil da Amazônia, todo êle encampado pela presença humana do uniforme. Oiapoque, Manaus, Roraima, Cucuí, Japurá, Ipiranga, Tabatinga, Estirão do Equador, Palmeira, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Guajará-Mirim, Forte Príncipe da Beira, Pôrto Velho — todo o corpo verde da Amazônia — experimentam os impulsos de integração do Exército.

Branços, prêtos, mulatos, índios — a grande raça dentro da mesma farda — a levantar o *status* social de comunidades vegetativas, levando a saúde, a cartilha e o complexo de infra-estrutura essencial à arrancada do Desenvolvimento. Onde o Brasil é apenas uma ficção geográfica — nas faixas ainda sem Brasil — o Exército Brasileiro implanta a Pátria física: o homem e sua economia. Em todos os quadrantes — lá, onde só existe o nada — o soldado deixa o rastro da colonização. Sentinelas da Amazônia — o braço armado do Brasil — elas chegam primeiro com a marca do exemplo. Para definitiva ocupação do vazio.

Manaus é a Sede do Comando Militar da Amazônia

A transferência do Comando Militar da Amazônia — de Belém para Manaus — marcou a maior presença do Exército, nos seus objetivos de Segurança e Desenvolvimento, em relação aos 3/5 de Brasil quase sem ocupação: a Amazônia.

Esse deslocamento do CMA para Manaus — capital da Amazônia Ocidental — evidencia a penetração fardada, senão a conquista de novos e remotos espaços geográficos, onde a dispersão demográfica e as grandes distâncias representam a maior dimensão do problema da integração.

O Exército quer ocupar — deixar seus rastros de colonização nas selvas do vazio. Está marchando mato adentro, transpondo rios e pântanos, para que sigam atrás da farda, nos sulcos de seu desbravamento, as colunas do empre-sariado industrial, agrícola e de comercialização, implantando núcleos com reais condições de fixação do brasileiro no Brasil amazônico.

Por isso Manaus é a sede do Comando Militar da Amazônia. Porque Manaus funciona como centro irradiador da Amazônia Interior — a mais perdida, a mais distante, a mais longe do Brasil Desenvolvido, a que mais necessita do pioneirismo do soldado.

As gandolas entram com o capital do sacrifício. Por baixo da Bandeira que se mistura com o verde das copas, o ponto civilizador iniciado: o quartel, salpicos de casas de sapé, a escolinha, o hospital, a olaria, a serraria, a chaminé da pequena usina elétrica. Em suma: a ocupação implantada, ainda balbuciente, mas a matriz do que será, em breve, a grande Amazônia Brasileira.

Em Manaus, além da sede do CMA, está o CIGS, o Centro de Instrução de Guerra na Selva. É, sem favor, o mais treinado e eficiente corpo de tropa de sua especialidade. Nem no Vietname — nem em selva outra de paz ou de guerra — existe um CIGS com tamanho poder operativo e mobilidade de combate em meio adverso. É a lição da antiguerilha. Sua fama se projetou em outros Exércitos. Pois o CIGS está formando, nas técnicas da guerra na selva, oficiais de outras nações amigas. Sua missão é a de transformar homens em supersoldados. Quem não possuir têmpera de aço, vontade dura, saúde excepcional e, sobretudo, quem não tiver motivação cívico-militar, não resistirá às rígidas instruções do CIGS. Ele forma homens para vencer. Produz a síntese Coragem-Civismo-Técnica, dentro do imoderado amor à Pátria.

O antigo 27.º BC, hoje o 1.º Batalhão de Infantaria da Selva, foi o primeiro apoio do Exército em Manaus. De suas baionetas partiu tudo o que existe na área militar da Amazônia Interior. É um Batalhão querido do povo, por onde passaram as lideranças regionais. Governadores do Amazonas contam com orgulho que foram praças do então 27.º BC.

Hoje, êste Batalhão prepara o soldado para a missão de fronteira, a mais prioritária do verde-oliva. Nas faixas perdidas da grande planície setentrional, a bandeira do CMA assinala a vigilância permanente e a progressiva integração. De Manaus parte o apoio logístico.

Ainda em Manaus funcionam, entre outras organizações militares, o Hospital Geral de Manaus, a Companhia Especial de Transportes, a 29.ª CSM, a Comissão de Obras, com seu canteiro de construções que não lhe permitiu, sequer, pela arrancada de trabalho, o levantamento de sua sede própria. A Comissão opera na construção de casas para oficiais e sargentos, como em outros setores vinculados aos objetivos de integração. Na Amazônia, o Exército assumiu características regionais. Outro Exército dentro do mesmo Exército. Um Exército caboclo — tão índio e tão Brasil — abrindo caminho para a passagem da civilização brasileira. O Exército exato para a Amazônia.

O Soldado no Postal de Cucuí

Tudo em volta de Cucuí é verde e belo, dentro do grande silêncio potâmico. Lá, entre árvores e água — em cima o azul cintilante do céu — perfila-se o 4.º Pelotão de Fronteira. Um punhado estóico de verde-oliva que ocupa os espaços em nome do Brasil. Defronte ao quartel, a famosa Pedra do Cucuí, já no território venezuelano, perto da fronteira do Brasil e da Colômbia. Ali também chegou o padre com o Exército. Gandola e batina, numa autêntica cruzada de desbravamento e conquista, convocaram pequenas comunidades salpicadas para a obra educacional e cívica. A cartilha na frente, de mãos dadas com a saúde e a palavra Brasil. Cucuí está sendo ocupado. O índio deixa a maloca e aprende a cantar o Hino Nacional. O braço corta a árvore, e da clareira surge o roçado. Uma agricultura de sobrevivência. Espetam o céu pequenas chaminés. Do rastro da farda vai nascendo a obra sonhada de integração.

Japurá — O 3.º Pelotão Vigilante

Num trecho avançado do Rio Japurá, numa das últimas curvas do grande afluente do Amazonas, o seu Exército plantou o 3.º Pelotão de Fronteira. Parece mais uma vírgula verde-oliva naquele deserto aquático. Mas se ninguém se encoraja a abrir a mata e lançar uma semente de Brasil, vai o soldado cumprir a sua missão integradora. Uma clareira na floresta, dela surgindo, na direção do céu muito azul, o mastro da Bandeira de todos os brasileiros. O Japurá é a única via de acesso àqueles longes da Pátria. O quartel se apossa da terra, chama os caboclos mais próximos e eis que surge uma vila de casinhas modestas: a escola, a saúde, as primeiras letras do civismo implantado. É a conquista do Brasil para os brasileiros.

O Brasil Chegou ao Içá

Ipiranga, sede do 2.º Pelotão de Fronteiras, no Rio Içá, funciona como centro integrador na imensa região. Não faz muito tempo era mato virgem, sem sinal de civilização, com uns poucos nativos desterrados naqueles verdes. A presença do homem era assinalada por canoas esparsas que subiam ou desciam o rio em razão da pesca para sobrevivência. Mas chegou o quartel com a sua correspondente ação civilizadora. O velho Rio Içá, tão primitivo, tão sem Brasil, experimentou pela primeira vez o toque de uma alvorada de ocupação humano-econômica. E apareceram a quadra de esporte, a granja, o alfabeto militar para a criança e o homem perdidos. Em função social, o Exército começou a lecionar vida moderna para as gentes de Içá. A roça mais racional, a implantação do curral e o artesanato. No mastro do quartel, a Bandeira do Brasil é uma mensagem eterna de integração.

Tabatinga é o Exemplo Fecundo das Colônias Militares na Amazônia

Na fronteira com a Colômbia e o Peru — a cêrca de mil quilômetros de Manaus — fica Tabatinga, à margem esquerda do Rio Solimões. Durante oito meses do ano é chuva torrencial e lama — tudo isto escaldando sob um sol violento. Neste mundão molhado o Exército instalou, recentemente, por transformação da 7.^a Cia. de Fronteira e da Colônia Militar de Tabatinga, o Comando Militar do Solimões. Ele é responsável pelo movimento cívico em relação ao Desenvolvimento. Produz o soldado e o cidadão. Implanta a escola e o complexo social que torna possível a fixação do homem. É a Bandeira no mastro, além das copas, como corolário de um trabalho produtivo de conquista. A colonização que sempre acompanhará a presença do Exército na região amazônica significa o apossamento da terra: o cultivo, novas técnicas agrícolas, o criatório, tudo o que a terra poderá produzir para sobrevivência do homem do Brasil.

Tabatinga está dividida em dois centros principais, interligados na obra integradora: o civil, no povoado de Marco, por onde passa a divisa Brasil—Colômbia, e o militar, que se desdobra pelo resto da área, semeando núcleos paisanos de ocupação. Destaca-se, neste espaço, a Vila Militar, com o grupo escolar, o quartel, casas e uma farmácia. Manaus fica a 5 dias de navio e 12 de lancha, mas um avião da FAB, tipo Catalina, aterrissa naquela região banhada pelo Solimões tôdas as semanas.

Vejam que o nôvo Comando Militar, dentro do espírito da antiga Colônia Militar, vai também ao encontro do brasileiro roceiro, na área, ensinando-lhe o bê-á-bá da agricultura moderna. Nesta missão prolongada, o Exército proporciona assistência dentária, veterinária, deflagrando um processo continuado de alfabetização. É preciso que a farda dê de tudo, porque não existe mesmo nada na área. Dessa operação conjugada — da farda com a ocupação econômica — repontam os setores de agropecuária, industrial, comercial, serviços públicos, habitacional e sanitário, sendo que o fator educação do homem é o capitânea de tôdas as metas. Crianças, quando deixam a escola pela manhã, buscam à tarde os aprendizados de carpintaria, olaria, serraria, colchoaria, oficinas mecânicas e construção de embarcações típicas da região. Vai assim o soldado aplicando uma educação pragmática ao homem da fronteira. Uma educação prática, ensinando ao homem o que necessita aprender para transformar o mato em Brasil. Estes Comandos Militares — progresso natural dos pelotões e companhias de fronteira — são o arremate tático de ocupação. Funcionam como colmeias de ensinamentos úteis. E significam o único apoio — ao lado de outros dispositivos fardados — que tem o brasileiro da fronteira para a sua integração definitiva na comunidade nacional.

Estirão do Equador, Milagre de Ocupação

É um furo aberto na cabeça da mata. Uma clarabóia no manto vegetal, onde o soldado do seu Exército criou o valente Estirão do Equador, nas margens do Rio Javari. A região destampa cenários de uma beleza poderosa. O sol

equatorial cai de cima, forte, como se aquêlê universo fôsse uma sauna. Um caldeirão fervente. Naquele pedacinho radiante de Brasil, o 9.º Pelotão de Fronteira hasteia, tôdas as madrugadas, a Bandeira Nacional. Um trabalho permanente das formigas militares: a granja, o colégio, a praça, o "playground" em ritmo de uma ardente comunidade se formando. Para ocupar e integrar. O rio, que passa molemente na esquina de barro, é a única testemunha impessoal dêste devotamento à Pátria. O Exército embala êste Brasil criança e o faz crescer.

Palmeira É o Front Mais Jovem

Palmeira é uma das frentes de ocupação sócio-econômica mais recentes do Exército na Amazônia Interior. A farda está salpicando o continente verde em áreas estratégicas, de modo a irradiar os efeitos de integração. Em Palmeira o quartel foi montado com material pré-fabricado. A frota fluvial verde-oliva, em missão de marujo, transportou o pesado equipamento através de muitos rios, atravessando furos e igapós, até alcançar o ponto perdido de Palmeira. Em pouco tempo uma população segregada, sem meios de progresso, se transformou numa pequena comunidade ativa. Veio o alfabeto, o soldado mestre-escola, seguindo-se-lhe o médico e a aplicação de métodos modernos de lavoura e criatório. Um "T" de confortáveis residências substituiu o tradicional "tapiri" do caboclo amazônico. Palmeira, recém-criada, é, hoje, base de acupação no Amazonas. O bandeirante colonial refluí na alma e no corpo do soldado.

Marinha de Guerra — 240 Anos na Amazônia

Na Amazônia — contingente anfíbio — a Marinha de Guerra chegou há 240 anos, ocupando com suas quilhas os espaços náuticos da maior rêde hidrográfica do mundo — 1.100 tributários do Rio Amazonas e a imensa caudal saindo do Ucaiale (lagoa de Vifro, Arequira, Peru) até o Marajó, num caminhar líquido de 6.275 km, dos quais 3.165 dentro das selvas do Brasil. São rios — reproduzindo a imagem de uma grande fôlha — que furam uma extensão territorial de 6.100.000 km quadrados, sendo que 3.900.000 ficam dentro do verde-amarelo da nossa Pátria. Neste Universo potâmico a nossa Marinha de Guerra apareceu em 1729, quando o Governador e Capitão-General do Maranhão e Grã-Pará, Alexandre de Souza Freire, lançou a pedra fundamental das realizações navais, mandando construir as Canoas de Guerra da época e armazenar munições para os canhões. Nascia, assim, a Casa das Canoas. Em 1871 Manoel Bernardo de Melo e Castro, Governador e Capitão-General do Grã-Pará-Maranhão e Rio Negro, criou o Arsenal de Marinha, que produziu o primeiro navio paraense — a nave "Belém". Mas foi no século XIX que o Arsenal atingiu o seu apogeu. De 1761 e 1821 foram incorporadas à Armada Real 1 nau de 74 canhões, 5 fragatas de 44 canhões, 4 charruas, 4 brigues e 14 chalupas. Dois mil homens trabalhavam, nessa época, no Arsenal de Marinha. Em 1840 já 11 navios de guerra defendiam as águas da Bacia Amazônica: 4 em Belém, 1 no Tapajós, 1 no Luzia, 1 em Manaus, 1 em Monte

Alegre, 1 em Tupinambarana, 1 no Rio Negro e 1 entre Belém e Tapajós. Eram 500 marujos e 90 canhões que percorriam, já então, o Rio Amazonas e seus afluentes principais. Hoje, a nossa Marinha de Guerra prossegue, na Amazônia, cumprindo a sua tradição de Segurança e Desenvolvimento Social. Atua, na área, por intermédio do 4.º Distrito Naval e da Flotilha do Amazonas. Eis uma síntese conclusiva de suas atividades mais relevantes: defesa da área do 4.º Distrito, visando obter o domínio do mar e das vias fluviais; socorro e salvamento marítimo e fluvial, mantendo os navios sempre aparelhados; patrulha costeira, para defender a fauna marítima e a flora aquática, prestando assistência técnica aos pescadores e proporcionando-lhes assistência médica, dentária, profilática e farmacêutica; patrulha fluvial, que percorre os rios e procura ocupar os pontos mais remotos da Bacia Amazônica; assistência médico-social progressiva até os altos rios, através da patrulha fluvial; apoio ao Exército e à Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, como dispositivo de transporte para as áreas mais afastadas da fronteira; apoio a entidades oficiais e organizações de assistência social — oficiais e particulares — por intermédio das patrulhas fluviais permanentes; apoio ao Serviço de Sinalização Náutica do Norte, tendo em vista sua crescente importância; intercâmbio com as nações limítrofes, cujo espírito pan-americano é estimulado com a presença das corvetas e liberdade operativa, que resulta no maior conhecimento da região, com levantamentos de croquis e cartas e sempre maior experiência de prática. A maior densidade de trabalhos da Marinha de Guerra, na Amazônia, concentra-se, entretanto, na Base Naval de Val-de-Cães que se situa na baía de Guajará, a 8 km de Belém. Ela está aparelhada para apoiar uma força naval de 2 fragatas, 15 navios de patrulha, 5 navios de patrulha fluvial, 2 corvetas, 1 rebocador de alto mar, 8 navios varredores grandes e 10 navios varredores pequenos e mais suas embarcações de serviço. Além disso, o conjunto de oficinas, dique e mão-de-obra de Val-de-Cães situa o pôrto de Belém — porta marítima da Amazônia —, a partir de Salvador até Trinidad, como o mais bem equipado, servindo como indispensável suporte para a navegação mercante nacional e estrangeira. Este é o comportamento da Marinha de Guerra — uma das pontas operantes do triângulo militar de integração. A Grande Marinha do Brasil.

FAB na Disparada de Ocupação da Amazônia

Eis a Fôrça Aérea da Amazônia — as bandeiras do ar. As asas da FAB, indispensáveis no complexo militar de integração da área. São elas que dão apoio às frentes de ocupação do verde-oliva. Penetra o avião militar onde não chega o navio ou a lancha. Desce dos céus na clareira que o Exército abriu, em missão de abastecimento e manutenção dos núcleos implantados. Isto acontece em tôda a Amazônia. Mas é principalmente na Amazônia Ocidental que a FAB se torna indispensável. Semanalmente nos altos rios amazônicos, vai o Correio Aéreo Nacional — o bravo CAN amazônico — levar a sua contribuição, voando sôbre o manto verde que parece nunca acabar. Onde ninguém ousaria pousar, a FAB coloca o casco de seus Catalinas ou as rodas do seu DC-3 pioneiríssimo, atendendo ao chamamento cívico da Pátria. Vejam a epo-

péia do Cachimbo, no âmago da Amazônia e a conquista aérea do Roraima, onde foram aplicadas bombas incendiárias na selva para abrir um campo para pouso do primeiro monomotor. São rasgos épicos do soldado do ar, repetidos cada vez que se torna necessário.

A Aeronáutica considerou a Amazônia como da mais alta relevância para o emprêgo de investimentos na construção e melhoria dos aeroportos, no incremento de seu plano habitacional, na modernização e aquisição de aeronaves próprias para a região e na melhoria do sistema de proteção ao vôo. Em relação aos aeroportos foram elaborados dois planos: construção de novos aeroportos, agora num ritmo mais acelerado, e restauração dos já existentes. Em 1968, a FAB investiu na realização desses projetos quase seis milhões de cruzeiros, atingindo as áreas de Rio Branco, Manaus, Macapá e Belém. Em Manaus a Aeronáutica aplicou dois milhões de cruzeiros na construção de residências para militares e civis e no atendimento ao pessoal dos Núcleos de Proteção ao Vôo e das Administrações dos Aeroportos. Ao mesmo tempo, promoveu a melhoria da infra-estrutura local, tornando possível a transferência de um Esquadrão de aeronaves C-47 para Belém, a modernização dos Catalinas e a aplicação de 8 unidades de transporte "Buffalo" para Manaus.

Em 46 localidades da Amazônia, a FAB melhora o sistema de proteção ao vôo, em colaboração com o Ministério do Interior. Com tôdas essas medidas é evidente o saldo de integração, que pode ser positivado através das seguintes conquistas imediatas: apoio às linhas do CAN, melhoria de segurança de vôo nas rotas e fora das aerovias, inclusive no apoio às linhas internacionais; melhoria da rêde de integração nacional; manutenção de Segurança Nacional nas faixas de nossas fronteiras e desenvolvimento sócio-econômico regional, possibilitando a melhoria do padrão de vida do povo interiorano, na Amazônia. Assim, ao lado do Exército e da Marinha de Guerra, vai a FAB cumprindo a sua missão histórica. Para que a Amazônia possa participar do convívio nacional.

A COMARA NA INTEGRAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA

A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica — COMARA — vem realizando há muitos anos, naquele imenso território, uma grande obra de integração nacional, já tendo construído acima de 60 aeroportos e campos de pouso, gastando mais de 50 milhões de cruzeiros e beneficiando perto de 100 cidades e vilas da Amazônia.

Por outro lado, o Govêrno Federal considerou da mais alta relevância a construção de aeroportos naquela região, um dos suportes básicos da ocupação daquela imensa área.

Dentro do Plano Aeroviário Nacional, a COMARA se propõe a construir 126 aeroportos naquela região, no período de 10 anos, contribuindo para uma maior integração e dinamização das terras do rio-mar e melhoria das condições econômicas e sanitárias de suas populações.

A construção de novos aeroportos e pistas de pouso na hinterlândia amazônica está trazendo uma enorme série de benefícios, destacando-se:

- a) Melhoria de segurança de vôo nas rotas dentro e fora das aerovias, e no apoio às linhas internacionais;
- b) Apoio as Linhas do CAN;
- c) Rapidez no desenvolvimento sócio-econômico regional;
- d) Grande melhoria na rêde de integração nacional;
- e) Manutenção da Segurança nas faixas de fronteiras;
- f) Fator de aceleração no desenvolvimento sócio-econômico regional, possibilitando uma melhoria do nível de vida dos habitantes das terras banhadas pelo rio-mar.

No ano passado, foram gastos Cr\$ 5.871.000,00 em obras nos aeroportos do Rio Branco, Manaus, Macapá e Belém.

Por outro lado, o Ministério da Aeronáutica em convênio com a SUDAM e o Ministério das Comunicações está melhorando o Sistema de Proteção ao Vôo em 46 localidades da Amazônia despendendo a importância de Cr\$ 5.563.000,00 na melhoria de suas comunicações.

Para a abertura de campos de pouso em plena selva, a COMARA planeja verdadeira operação de guerra, com o emprêgo de bombas de arrebentação e gelatinosa e horas mais tarde são lançados pára-quedistas para a preparação e futura chegada de helicópteros transportando máquinas-ferramentas para a construção da pista pioneira. A 1.^a Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento já abriu grande número de pistas em florestas densas, inclusive 3 no Brasil Central que foram batizadas com os nomes de CAPOTTO, TATUÁ e PORORI em homenagem aos indígenas brasileiros.

Os aeroportos de Cachimbo e Jacareacanga, inaugurados há muitos anos e em plena selva, prestam uma grande proteção ao vôo nas rotas do Brasil Central e facilitaram o convívio com os indígenas que ali vivem.

Área de 62,5%

A área sob a responsabilidade da COMARA abrange 62,5% do Território Nacional. Algumas obras já executadas e outras em execução pela COMARA nos aeroportos e campos de pouso nas localidades de Teresina, Parnaíba, Bom Jesus do Piauí, Floriano, Gilbués, São Luiz, Barra do Corda, Pinheiro, Codó, Carolina, Pôsto Nacional, Belém, Marabá, Alenquer, Altamira, Santarém, Paritins, Itacoatiara, Manaus, Moura, Barcelos, Tapuruquara, Taracua, Içana, Caçuí, Uaupés, Coari, Maués, Tefé, Tabatinga, Ipiranga, Vila Bittencourt, Estirão do Equador, Palmeira, Carauari, Manicoré, Humaitá, Lábrea, Bôca do Acre, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Amapá, Pôrto Velho, Guarajá-Mirim, Boa Vista, etc.

PLANO QÜINQÜENAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Coordenação Geral da:

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
ESTADO DO AMAZONAS

Secretário-Executivo: Dr. Ozias Monteiro Rodrigues

Na apresentação do Plano Qüinqüenal do Estado do Amazonas (1968/72), o Governador Danilo Duarte de Matos Areosa salientou que “a preocupação, mais do que a preocupação, o propósito definido, em convicção e consciência, de apontar, de situar o homem como centro, como motivo e com meta de quaisquer planos ou programas de transformações sócio-econômicas, e a idéia de estabelecer diretrizes fundamentais para a solução de tóda uma constelação de problemas, oriundos da necessidade de domar, de domesticar o meio ambiente a fim de satisfazer à demanda e às aspirações do mesmo homem — êsse binômio criatura-condição orientou, desde o primeiro momento, o compromisso e a tarefa político-administrativa do meu Govêrno.

Dentro dessa perspectiva de entendimento do dever e da responsabilidade, encontrei-me com o imperativo de elaborar êste instrumento de planejamento, que, fugindo aos critérios tradicionais das soluções improvisadas, empíricas, pretendo venha possibilitar ao dever e à ação da Administração Pública comprometimento real e efetivo com a pesquisa da problemática estadual e o encontro das indispensáveis soluções.

Seguro dêstes pontos de vista e acreditando na capacidade dos técnicos amazonenses, convoquei a equipe da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas para a urgente tarefa de comandamento técnico na elaboração dêste Plano, sem descurar, momento algum, de formular as orientações básicas do atual Govêrno, que se caracterizam na valorização do homem e, principalmente, do homem da “hinterlândia”.

ASPECTOS DA ECONOMIA AMAZONENSE

O Estado do Amazonas apresenta-se com características distintas dos demais Estados da Federação, no que diz respeito à existência de grandes “espaços vazios” dentro do seu território, o que evidencia a magnitude do problema com que se defronta para a sua efetiva ocupação e o aproveitamento racional de suas potencialidades econômicas.

A escassez populacional, aliada a uma desordenada distribuição da população pelo espaço geográfico, e o estágio de desenvolvimento educacional e cultural em que se encontra essa população constituem fatores de real importância para a análise da economia amazonense.

Pelas estimativas feitas pelo IBGE, para 1970, a população do Amazonas terá aproximadamente 961 mil habitantes, o que corresponderá a 1,04% da população total do país.

Com uma área de 1.564.445 km², que corresponde a 18,38% do total do País, o Amazonas é, como Estado da Federação, o que apresenta a menor densidade demográfica.

Estimativas feitas para o ano de 1967 indicavam que os municípios de Manacapuru, Manaus, Careiro, Itacoatiara, Maués, Parintins, Silves, Urucará, Urucurituba, Nova Olinda do Norte, Nhamundá, Autazes, Barreirinha e Itapiranga, praticamente pertencentes a uma mesma região, possuíam uma população de 521 mil habitantes, ocupando uma área de 215.840 km².

Assim, 58% da população do Estado estavam concentrados em apenas 13,8% da área do território do Estado, evidenciando-se, assim, a sua má distribuição, a qual explica que o restante da área, 86,2%, está ocupado esparçadamente por 42% da população, aparecendo imensas regiões completamente desabitadas e inexploradas, cuja densidade chegava a atingir 0,28 hab/km².

Infra-Estrutura Sócio-Econômica

O Amazonas, em relação ao resto do país, é um dos Estados mais carentes de investimento em capital social básico, especialmente nos municípios localizados no interior do Estado, onde as condições de vida do homem são extremamente difíceis, motivadas principalmente pela ausência de serviços que sirvam como elementos de sustentação às populações que procuram, através de um extrativismo predatório e de uma atividade agropecuária bastante rudimentar, os meios econômicos para sua subsistência.

A situação da capital do Estado, muito embora não seja excepcional em relação às outras capitais brasileiras, é bem diferente das cidades do interior.

Manaus já possui alguma infra-estrutura que, completamente, poderá exercer a função de um grande pólo de desenvolvimento de interesse nacional, em face de sua estratégica localização e de seu poder de centralidade dentro da Amazônia Ocidental. Um outro aspecto de grande importância que deve ser levado em conta é que Manaus é hoje Zona Franca, onde já existem implantados alguns serviços básicos que permitem o desenvolvimento do setor industrial, bem como melhores condições de vida ao homem. Assim, a economia amazonense apresenta-se sob duas formas caracteristicamente distintas e sob

certos aspectos dramáticos, de vez que coexistem duas realidades diversas, tanto do ponto de vista econômico como social. Esta economia quando sujeita a uma análise sócio-econômica faz surgir caracteres próprios e distintamente marcantes de economia subdesenvolvida.

Mas há que se considerar, muito justamente, o problema Zona Franca. Desde sua implantação, destacam-se os anos de 68 e 69. Em 68, a SUFRAMA registrou a entrada e respectiva aprovação de 24 projetos, num total de 73 milhões e 158 mil cruzeiros; em 1969, êsses projetos se elevaram a 35, num total de 194 milhões e 324 mil cruzeiros. São, seguramente, cerca de oito mil novos empregos.

Produção Extrativa

Embora caindo de importância relativa, correlacionada que é com o próprio desenvolvimento geral, baseado na expansão de outros setores, a produção extrativa ainda constitui um dos principais sustentáculos da economia estadual.

A evolução do valor da produção nos biênios 1960/61 e 1964/65, revelam uma tendência descendente, somente revelando crescimento relativo o valor da produção do guaraná, o que demonstra um aumento real observado, em termos comparativos aos biênios considerados, da ordem de 264,5%, sendo que sua produção demonstra oscilações ano a ano. A castanha do Brasil apresenta certa flutuação na produção, sendo que seu valor apresenta perda relativa de 1,8% nos dados comparados dos biênios considerados. Com isto, seu decréscimo relativo, que foi de 7,1% no princípio da série, reduziu-se para 8,9% em relação aos últimos anos da série considerada. Todavia, juntamente com a borracha e as gomas não elásticas, compõem mais de 90% da produção extrativa do Estado.

A longo prazo, o desenvolvimento da produção da borracha e da castanha, em termos de racionalização, só pode residir, segundo os técnicos no assunto, no seu agricultamento. E êste, a rigor, ainda não passou da fase experimental na região.

Paralelamente com os estudos e pesquisas que convém ampliar e intensificar, devem levar em consideração, em primeiro plano, as providências de efeito prático a curto e médio prazos e que devem se restringir às esferas políticas de fixação de preços mínimos, creditícia, de comercialização e de transporte, com atenção especial para o aviltamento dos preços pagos ao produtor, em favor da intermediação.

Das políticas de transporte e fixação de preços mínimos é que devem advir os maiores benefícios, sobretudo do primeiro, através da criação de uma nova estrutura de vias de escoamento da produção, mormente no sudoeste do Estado, que possibilite o acesso aos mercados da região Centro-Sul em condições de concorrência. Estudos recentes indicam a possibilidade de colocação da borracha natural tipo Acre no mercado de São Paulo, com seus custos reduzidos em 23% relativamente aos níveis atuais. E o problema assume maior importância para o Estado quando se estima o consumo potencial de borracha natural do mercado brasileiro, já em 1970, em cerca de 50 mil toneladas, 30% acima da até então produção da Amazônia.

Dependendo também de outras providências, notadamente no termo da propaganda e do contrôlo da especulação, seria viável o aumento do consumo interno da castanha no mercado nacional, presentemente ao nível de 2 mil toneladas, contra cêrca de 25 mil que demandam ao exterior.

Finalmente, merece uma referência a extração do linalol (álcool terpênico, isômero do geraniol. Encontra-se nas essências da alfazema, laranjeira, lima, etc.; tem cheiro a rosa e usa-se no preparo da essência sintética de rosa). De alto valor monetário, tem significativa importância para a economia estadual, em que pêsse o pequeno volume produzido. Fruto da atividade tipicamente devastadora, deve ser objeto de legislação especial imediata, que obrigue às indústrias a adoção do rendimento sustentado na produção do pau-rosa.

Agricultura

A agricultura amazonense é praticada tanto na terra firme como na várzea, sendo esta última preponderante no atual estágio em que se encontra a economia agrícola amazonense e representa, apenas, 3,8% da superfície da região, aproximadamente.

As terras firmes amazônicas não apresentam grande rendimento agrícola quando trabalhadas pelos processos tradicionais. São solos relativamente pobres e ácidos em consequência da lixiviação a que estão sujeitos, em face ao elevado índice de pluviosidade da região. A existência de uma exuberante floresta em estado de clímax biológico não é, por si só, um indicativo de fertilidade.

A utilização de terras firmes implicaria na destruição das florestas que as recobrem, fazendo com que ficassem expostas a ação mecânica das fortes chuvas típicas da região, perdendo, portanto, em pouco tempo, os seus principais elementos nutritivos. Em face destas circunstâncias, o seu rendimento só seria mantido através da utilização de fertilizantes e medidas preventivas contra a erosão. Aliás, em áreas pouco povoadas, como soe ser o Estado do Amazonas, onde o trabalho é um fator escasso, os critérios de investimentos "capital intensity" seriam lógicamente recomendáveis.

Mesmo assim, tem-se cultivado nas terras firmes principalmente frutos, tubérculos e últimamente a pimenta-do-reino.

As várzeas são constituídas pelos terrenos alagadiços localizados às margens dos rios da Bacia Amazônica. Nestes solos aluvionais, de fertilidade comprovada, é onde se realiza a quase totalidade da ainda incipiente agricultura amazonense. As várzeas de matéria orgânica são as mais férteis.

A superfície da várzea amazônica é imensa; calculada em 60.000 km². Daí afirmar-se que o futuro agrícola do Amazonas reside no aproveitamento racional e adequado das várzeas. Contudo, o produto agrícola, excluindo a juta, ainda é bastante insuficiente, ocorrendo êste fato pela utilização de uma técnica de produção inadequada. Os instrumentos utilizados nos plantios são bastante rudimentares e predatórios ocasionando uma baixa produtividade do setor.

Pecuária

Em que pêsse a superfície do Estado ser de 1.564.445 km², conta o Amazonas com uma população bovina somente superior à do Estado do Acre e Territórios Federais.

A pecuária se desenvolve nas Zonas do Médio Amazonas e do Madeira, sendo que seu domínio se estende da capital do Estado até o Município de Parintins. Nas demais zonas do Estado existem pequenos rebanhos que não chegam a ter grande significação no cômputo geral.

Apesar do melhor pasto apresentado nas várzeas, onde atualmente se encontra o grosso do rebanho amazonense, o risco que elas representam torna-o antieconômico, de vez que devido as inundações periódicas a que estão sujeitas, assumem no mais das vezes proporções catastróficas para o criador, como em 1953, quando houve uma perda de cerca de 50% da população bovina do Amazonas.

Rebanho

Pelas estatísticas do IBGE, o Amazonas, levando em conta o ano de 1968, está com um rebanho de 291 mil cabeças de bovinos. Outras espécies reveladas pelo IBGE são: eqüinos, 23 mil; asininos, 2 mil; muares, 9 mil; suínos, 679 mil; ovinos, 70 mil; e caprinos, 78 mil.

Produção de Leite

A produção de leite em 1968 foi de 16.919 litros, valendo Cr\$ 4.906,536,00. De ano para ano tem havido um aumento relativo na produção de leite.

Avicultura

No que concerne à avicultura, especialmente a criação de galinhas, a população total estimada é de 879 mil cabeças, pelas estatísticas de 1968 do IBGE. Os demais galináceos são: galos, frangos e frangas — 805 mil; patos, marrecos e gansos — 328 mil; perus — 42.

FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

A filosofia para uma política de desenvolvimento das grandes áreas desertas — caso específico da Amazônia, e em dimensão menor, o Amazonas — teria que ser reorientada para o Estado, principalmente levando-se em conta os modelos formulados pela SUDAM, através de seu instrumento diretor — o Plano Quinquenal.

Assim, voltadas as perspectivas do planejador amazonense para a realidade que o circunda, guindaram-se suas orientações para a tarefa de ocupação

efetiva do espaço físico, visando transformá-lo em espaço social, apto a desenrolar as tarefas eminentemente válidas do desenvolvimento.

Essa ocupação será objetivada com a criação de uma infra-estrutura capaz de fixar o homem na "hinterlândia" amazonense, fazendo-o instrumento efetivo das transformações sócio-econômicas, dentro de uma dinâmica programada, a qual, além das tarefas do desenvolvimento econômico em si, está ligado o problema de segurança nacional, através do povoamento dos imensos espaços vazios característicos do "facies" interiorano do Estado.

Caracterizada por uma pequena, mas já a esta altura notada urbanização na cidade de Manaus, a corrente migratória do interior para a Capital acentuar-se de ano para ano, formando, é forçoso revelar, alguns pontos de estrangulamento na dinâmica da cidade, como exemplo recente da antiga Cidade Flutuante, imensa favela aquática, felizmente já erradicada da entrada fluvial de Manaus.

Dar, portanto, ao interior do Estado condições próprias ao seu desenvolvimento é, claramente, a tônica da formulação duma política de desenvolvimento para a área, donde a necessidade de proporcionar aos Municípios os pré-requisitos básicos para o início e embasamento de suas economias externas, criando, por outro lado, estímulos novos capazes de condicionar a aplicação de recursos de capital e humanos naquelas áreas desertas do espaço amazônico.

Dessa diretriz básica, a eleição de municípios estrategicamente situados como "pontos de apoio e irradiação", perfeitamente delineados neste Plano, foi a consequência lógica de ação planejadora, apoiada no fato de algumas daquelas comunidades terem, a esta altura, as condições mínimas exigidas para a ação desenvolvimentista na região.

Nessa perspectiva, poder-se-á enfatizar para as Zonas Fisiográficas onde se localizam êsses "Pontos de Apoio e Irradiação", um incremento do Produto Real, e, ao mesmo tempo, a melhoria das condições sociais e econômicas dos demais municípios do Estado do Amazonas.

Para deflagrar essa tônica desenvolvimentista, o atual Plano Quinquenal do Governo do Estado do Amazonas prevê duas operações básicas: "operação interior" e "operação capital", as quais já tiveram início.

Aquela primeira operação terá o seu desenvolvimento condicionado a uma ação integrada dos organismos municipais, estaduais e federais, visando com isso a uma ação coordenada na aplicação de recursos, tendo como uma de suas consequências o efeito de irradiação à sua periferia, num processo eminentemente dinâmico do desenvolvimento econômico.

A segunda "Operação Capital" também está se orientando no sentido de concentração de recursos dos órgãos das esferas estadual, municipal e federal, com a aplicação dos recursos através da elaboração de programas setoriais, visando, no seu desenrolar, à melhoria e à complementação dos serviços de obras básicas que virão ao encontro do desejo de se propiciar um extenso programa de industrialização na área.

Tôda essa panorâmica centralizada no Plano Quinquenal do Governo do Estado do Amazonas advém da perspectiva de se estabelecer a continuidade do sistema de planejamento estadual, criado através do Decreto n.º 228, de

17-7-1965, que visa, no seu bôjo, a criar condições para mobilizar, coordenar e controlar os recursos das áreas estaduais, municipais e federais a serem aplicados no Estado.

Portanto, quer a "Operação Capital" quer a "Operação Interior" se orientam dentro da teoria do espaço geo-econômico de François Perroux, que estabelece para uma política de desenvolvimento o estabelecimento de pólos de crescimentos donde partirão as ondas concêntricas que prevêm o dimensionamento de suas ações nas periferias, motivando, com esta metodologia, as transformações em cadeias que irão deflagrar o desenvolvimento econômico.

Nessa ordem de pensamento a criação dos "Pontos de Apoio e Irradiação", no Interior do Estado, permitirá acentuadamente, a formação de uma estrutura de produção diversificada, golpeando, de maneira acentuada, as atividades primitivistas de um extrativismo pedratório na hinterlândia do Amazonas.

Também a Capital, servindo de área de revitalização regional através de uma conotação nova onde a tarefa planificada dos órgãos estaduais, federais e municipais, se farão mais acentuadas, motivará o primeiro momento de ar-ranço desenvolvimentista, cujas ações do centro para a periferia irão motivar, grandemente, as transformações estruturais da economia amazonense.

Os 14 municípios escolhidos, servindo de "Pontos de Apoio e Irradiação" localizados em tôda a extensão do Estado e que servirão de área de ação do Plano no decorrer de tôda a sua vida útil, são os seguintes:

ZONA DO MÉDIO AMAZONAS

1. Parintins
2. Itacoatiara
3. Maués

ZONA DO RIO NEGRO

4. São Gabriel da Cachoeira (Uapés)

ZONA DO SOLIMÕES-TEFÉ

5. Coari
6. Manacapuru
7. Tefé

ZONA DO RIO PURUS

8. Bôca do Acre
9. Lábrea

ZONA DO RIO JURUÁ

10. Eirunepé

ZONA DO SOLIMÕES-JAVARI

11. Benjamin Constant
12. Fonte Boa

ZONA DO RIO MADEIRA

13. Manicoré
14. Humaitá

Não obstante haver sido patenteada a escolha definitiva dos municípios-pontos mas, levando-se em conta a impraticabilidade de se orientar as atividades dos programas setoriais, a um desenvolvimento pleno, ao mesmo tempo e tendo-se ainda a variável de existência de um período de vida útil do plano durante cinco (5) anos, ficou estabelecida uma escala prioritária, com três (3) categorias, sempre tendo por razões básicas:

- 1) Concentração de recursos nas áreas mais desenvolvidas, com vistas à maximização do rendimento social;
- 2) Atuação em áreas consideradas estratégicas para a segurança nacional.

Esse critério condicionou a apresentação dos seguintes municípios-pontos distribuídos nas prioridades acima referidas:

- Primeira Prioridade: 1968/1969 — Benjamin Constant, Coari, Itacoatiara, Manacapuru, Parintins e Tefé.
Segunda Prioridade: 1970/1971 — Bôca do Acre, Eirunepé, Humaitá, Manicoré e Maués.
Terceira Prioridade: 1972 — Fonte Boa, Lábrea, São Gabriel da Cachoeira (Uaupés).

EDUCAÇÃO E CULTURA

O Plano Quinquenal realizou um diagnóstico dos mais positivos sobre o problema educacional do Amazonas. Salientou que não se pode, inquestionavelmente, pensar em formular, em toda a sua pujança, as tarefas do desenvolvimento se forem esquecidas a ênfase e o sentido prioritário das metas educacionais, sobre as quais repousam a responsabilidade das modificações técnico-científicas da população, predisposta que está para enfrentar, se devidamente aparelhada para tal, as transformações sócio-econômicas advindas com a demarcação do desenvolvimento.

Portanto, sobre um planejamento para a educação e para a cultura repousam os setores sociais que modificarão o arcabouço de uma antiga situação, eivada toda ela dos vícios próprios de uma estrutura já ultrapassada e perfeitamente passível de uma transformação, que lhe permitirá fornecer as bases para o êxito continuado dos encargos do desenvolvimento sócio-econômico.

Constituem, por conseguinte, fatores condicionantes do desenvolvimento social e econômico, a capacidade que uma população teria de absorver conhecimentos de caráter técnico, visando a uma ação eficaz, de forma racional no potencial econômico existente, procurando remover os óbices naturais surgidos no desenrolar de tal ação. Isso só poderá acontecer se o povo estiver preparado para tais modificações, e sob esse aspecto a educação torna-se matéria verdadeiramente prioritária apta, portanto, a merecer especial atenção do Plano que se pretende executar e em todo o período de sua vigência.

No caso especial do Estado do Amazonas, ao ser preparado o Plano Quinquenal, a situação educacional se mostrava de maneira bastante dramática,

exigindo um acurado estudo e imediatas soluções, algumas das quais foram imediatamente tomadas.

Segundo o IBGE, o ano de 1968 já registrou, para o ensino primário, nas seis séries, cerca de 106.618 alunos, sendo que só a 1.^a série registrou 62.420 alunos.

O ensino médio (ginasial e colegial) registrou em 1968 um total geral de 22.276 alunos, sendo 16.892 para o ginasial e 5.384 para o colegial.

Para o ensino superior no Amazonas, as condições são mais promissoras. Pela estatística do IBGE referente ao ano de 1968, 7 são os estabelecimentos pertencentes à Universidade Federal. Com um corpo docente de 257 professores, inclusive 44 do sexo feminino, em 1968 estavam inscritos 1.221 candidatos disputando 613 vagas no primeiro ano. Foram examinados 1.158 e aprovados 541.

O que é importante notar é a predominância pelo estudo da Medicina, Administração e Economia, Filosofia, Ciências e Letras e Direito, numa inversão total do que ocorria até o ano de 1966, quando a maioria só se preocupava em estudar Direito.

A necessidade do próprio desenvolvimento econômico — afirma o Plano Quinquenal — está a reclamar técnicos de nível médio nos campos industrial e agrícola, principalmente como consequência da transição da “Sociedade Tradicional” para uma sociedade afinada com o progresso da tecnologia e às múltiplas e complexas atividades da sociedade de nossos dias. Esses objetivos, se colimados, darão ao elenco a necessária integração à vida da sociedade, efetivando, por outro lado, a sua formação humana como elemento indispensável às futuras transformações exigidas pelo desenvolvimento de uma nação.

Dentro, portanto, dessa ordem de formulações, como objetivos a serem efetivados no atual Plano de Governo, merecem destaque:

- a) distribuição racional dos estabelecimentos de ensino primário em todos os “Municípios-Ponto”;
- b) criação de novos estabelecimentos de ensino médio;
- c) elevação do nível educacional da população escolarizável em decorrência do maior aperfeiçoamento dos professores de nível primário e secundário;
- d) aperfeiçoamento de escolas que possibilitem o aprendizado das técnicas agrícolas e industriais, a fim de preparar técnicos de nível médio para o desenvolvimento;
- e) redução dos índices negativos de aproveitamento escolar dos contingentes escolares de nível primário e médio;
- f) criação de possibilidade de se desenvolver pré-condições para uma perfeita extensão de uma política cultural capaz de elevar o nível das populações escolares do Estado;
- g) estabelecimento de critérios novos no ensino que possibilitem a fixação profissional do estudante, capaz de desenvolver no mesmo a noção exata de seu papel nos encargos futuros do desenvolvimento.

SAÚDE PÚBLICA

O capítulo que o Plano Quinquenal reserva ao problema de Saúde Pública é dos mais importantes. Salienta que as atividades de Saúde Pública desenvolveram-se, inicialmente, diante da necessidade de defesa coletiva perante o perigo de contágio das doenças em geral, particularmente nas epidemias. O isolamento dos leprosos e a quarentena nos portos são exemplos da fase da medicina defensiva.

A evolução dos conhecimentos científicos revelam, no entanto, que numerosas doenças, temíveis pela sua rápida propagação, poderiam ser evitadas por meio de medidas de caráter coletivo. Era a fase da medicina preventiva. Mais recentemente, a Saúde Pública passou a assumir, também, o caráter médico-curativo e, muitas vezes, assistencial, seguindo as condições econômicas e sociais da comunidade proporcionando, progressivamente, às pessoas desprovidas de recursos, acesso às conquistas da medicina moderna.

Todos sabemos — revela o Plano Quinquenal — que no círculo do sub-desenvolvimento as precárias condições de saúde da população constituem um dos elos a impedir o arranco para o desenvolvimento. É, porém, na boa condição de saúde que reside a força do trabalho, sem a qual não será alcançada a fase do desenvolvimento.

Afirmando que a medicina curativa não será desprezada, o PQ salienta que as funções curativas e preventivas da medicina estão, hoje, de tal forma interligadas, que não poderá haver separação rígida entre umas e outras. A Saúde Pública passa então a ter por objetivo a “prevenção das doenças e de seu agravamento, a promoção da Saúde e da eficiência física e mental através de medidas relacionadas com a comunidade”.

Diante dessa situação, foram definidas as medidas julgadas prioritárias para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, no que se refere ao setor Saúde Pública, assim discriminadas:

1 — Restauração técnica-administrativa da Secretaria de Saúde do Estado, a qual já passou a contar, em sua estrutura administrativa, com quatro (4) órgãos que coordenarão a política médico-assistencial, no Estado do Amazonas, a saber:

- Departamento de Assistência Médico-Hospitalar.
- Departamento de Medicina Preventiva
- Divisão Técnica
- Superintendência dos Serviços Médicos do Interior — SUSEMI

2 — Melhoria das instalações hospitalares existentes no Estado;

3 — Aquisição e instalação de novos equipamentos que possibilitem a prestação de melhores serviços ao público;

4 — Construção e ampliação de prédios para a complementação de diversos serviços hospitalares;

5 — Construção e instalação de Centros e Postos de Saúde;

6 — Aquisição de ambulâncias;

7 — Divisão do Estado em Zonas Sanitárias, com um planejamento completo para o atendimento do interior do Estado;

8 — Definição e estabelecimento de uma política salarial possibilitando o perfeito funcionamento da SUSEMI;

9 — Criação de Centros de Estudos e Aperfeiçoamento do Pessoal;

10 — Atuação decisiva da Medicina preventiva como medida indispensável ao combate de certas doenças transmissíveis.

Com a adoção dessas medidas, o PQ objetiva o seguinte:

- a) Diminuição das taxas de mortalidade, morbidade e incapacidade, ainda hoje registradas no Estado;
- b) Melhoria da produtividade do sistema de proteção e recuperação da saúde, com a finalidade de aumentar a satisfação da demanda de assistência médica;
- c) Integração do homem na comunidade amazonense com perfeitas condições de saúde e educação sanitária.

Três prioridades foram estabelecidas pelo PQ, como solução para o problema médico-sanitário do Estado; além da "Operação Interior", no período 1968/1972: 960 novas construções civis; 360 reformas hospitalares; 1.060 novos equipamentos, 260 novos veículos.

O problema da prestação de assistência médico-sanitária às populações rarefeitas e irregularmente distribuídas em grande extensão territorial, como se verifica na Amazônia Ocidental, é da mais difícil solução. Por isso, a disposição do Governo, ao elaborar o seu Plano Quinquenal, levou em consideração, em primeira instância, elevar o padrão do homem interiorano e fazer com que ele permaneça em seu habitat. Valendo-se dos recursos financeiros e auxílio dos órgãos federais, sob a coordenação da SUDAM, o Plano visou a coordenar as atividades dos órgãos federais e estaduais que atuam na faixa — Saúde, dando-lhes uma orientação harmônica.

Dentro do princípio de prioridade, o PQ procurou adotar um sistema de classificação mais condizente com a realidade amazônica, adotando os seguintes padrões de Unidades Sanitárias: Subunidade; Unidade Sanitária "A"; Unidade Sanitária "B"; Unidade Sanitária Móvel; Unidade Sanitária Mista.

Qualquer, porém, que seja o tipo de Unidade Sanitária em ação, suas atividades são de duas ordens: atividades sanitárias básicas e atividades sanitárias especiais.

As atividades básicas são as seguintes: assistência médica, educação sanitária, saneamento do meio, controle das doenças transmissíveis e bioestatística.

As atividades sanitárias especiais são: higiene materna, higiene pré-escolar, higiene escolar, higiene dentária, higiene do adulto, higiene industrial e higiene mental.

No quadro de doenças transmissíveis, a malária continua a ocupar lugar de destaque. Segundo estatísticas da Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em 1966 os seus postos de saúde registraram a existência de 2.798 doentes de malária e 416 de outras doenças.

Com a criação da SUSEMI, que é um órgão autárquico, foram estabelecidas nove Zonas Sanitárias: Zona Sanitária de Itacoatiara, de Parintins, de Benjamin Constant, de Manacapuru, de Tefé, de Fonte Boa, de Lábrea, de Eirunepé e de Manicoré.

Ao final de 1972, todos os Municípios do Estado do Amazonas terão suas Unidades Sanitárias e o Estado estará dotado de uma infra-estrutura sanitária capaz de proporcionar condições para o desenvolvimento da sua hinterlândia.

Para atender a programação estabelecida pelo PQ, o Setor Saúde despendirá a soma de 52 milhões de cruzeiros, nos diversos subprogramas, através de recursos oriundos do Tesouro do Estado, da Loteria do Estado, da Taxa de Assistência Médico-Hospitalar e outros.

HABITAÇÃO

A situação habitacional do Estado do Amazonas não difere da de outras unidades da Federação. Há um considerável deficit habitacional. Com o advento da Revolução de 31 de Março e a posterior criação do Banco Nacional de Habitação, entidades foram igualmente criadas, como a Companhia Amazonense de Habitação. Ao realizar o seu Plano Quinquenal, o Governo do Amazonas verificou que 30% das casas construídas eram rústicas (barracos), não apresentando a mínima condição de higiene capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida do homem.

Diante disso, a atuação do Governo Estadual está orientada no sentido de reduzir o deficit habitacional existente, bem como substituir, a longo prazo, as casas rústicas, sem condições adequadas à vida do homem. Assim, o programa habitacional do Estado foi dividido em duas etapas: "Operação Capital" e "Operação Interior".

"Operação Capital": No exercício de 1968, foram construídas pela COHAB-AM mais 362 unidades no conjunto do Bairro da Raiz, além de obras complementares e comunitárias, com construção de lojas, arruamento, ajardinamento, etc.

No Conjunto do Bairro de Flôres, foram realizadas obras de infra-estrutura, tais como serviços de água, esgoto, energia elétrica, antes de o referido conjunto ter sido entregue aos seus usuários.

No Bairro do Parque 10, foram entregues também aos usuários, em janeiro passado, o Conjunto Residencial "Presidente Castelo Branco", com um total de 1.303 residências, de três tipos diferentes. As obras comunitárias do Conjunto compreendem: 60 lojas comerciais, escolas, ginásio, centro social e centro de saúde, além dos serviços de infra-estrutura, como abastecimento de água e sistema elétrico.

Ainda em janeiro de 1970, foi lançada a pedra fundamental do Conjunto do Japiim, compreendendo dez mil unidades residenciais e que uma vez concluído será, no gênero, o maior da América Latina.

A COHAB já deu início à programação objetivando atingir a chamada classe média, com a construção do conjunto "Parque Tropical", a ser erguido nas imediações do Parque 10. Outro conjunto destinado a esta mesma classe social, será construído na Estrada da Ponta Negra, já tendo sido feitos levantamentos da poligonal e processamentos jurídicos.

"Operação Interior": No interior do Estado, na cidade de Itacoatiara, está em fase de conclusão um Conjunto Residencial de 252 unidades. Em Parintins, também está em fase final de conclusão um Conjunto Residencial de 190

unidades. Em Benjamin Constant, acaba de ser concluído um conjunto residencial de 80 unidades. E já foram aprovados pelo Banco Nacional de Habitação, os projetos elaborados pela COHAB-AM, referentes aos Conjuntos Residenciais de Coari, 152 casas, e Manacapuru, 80 unidades.

O Plano Quinquenal havia estabelecido para o período 1968-1969 a construção de 300 novas residências. Pelos dados oficiais da COHAB-AM, foram construídas 522 novas residências do tipo AM-3/45, isto é, 3 cômodos e 45 m² de área construída. Na segunda prioridade (1970/1971), a COHAB construirá mais 250 casas, e na terceira prioridade (1971/1972), 200 novas moradias.

ENERGIA ELÉTRICA

Os principais problemas do Estado do Amazonas foram muito bem estudados pela CODEAMA, através do Plano Quinquenal do Governo do Estado do Amazonas. O melhor serviço de energia elétrica era oferecido na Capital; alguns municípios do interior se serviam de um precário sistema de energia elétrica. Muito embora o Estado possua uma extensa rede hidrográfica, ainda não foi possível a realização de um estudo dos potenciais hidrelétricos. Entretanto, a selva amazônica e as grandes distâncias que separam os pequenos centros urbanos, impossibilitam a formação de qualquer sistema hidrelétrico em futuro próximo.

Atualmente, o setor energético do Estado é atendido por duas companhias de economia mista: Centrais Elétricas do Estado do Amazonas S/A — CELETRAMAZON, e Companhia de Eletricidade de Manaus — CEM.

A CELETRAMAZON, foi criada pela Lei Estadual n.º 35, de 31 de julho de 1965, com a finalidade de construir e explorar Centrais e Usinas geradoras de energia elétrica, linhas de transmissão e distribuição em todos os municípios do interior do Amazonas. O Governo do Estado é o acionista majoritário desse órgão.

A Companhia de Eletricidade de Manaus — CEM, subsidiária da ELETROBRÁS, criada com a finalidade de abastecer a cidade de Manaus, através de uma usina termelétrica, com a participação do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Manaus. Instalada com três unidades geradoras de 7.500 kW cada uma, totalizando 22.500 kW de capacidade instalada, logo foram absorvidos pela instalação de novas indústrias e desenvolvimento da cidade. Sofrendo processo de ampliação para 35.000 kW, que deverão estar concluídos em 1972, a CEM se verá obrigada, a partir do final do Plano Quinquenal, a partir para novas ampliações, pois o programa industrial da Zona Franca de Manaus, o estabelecimento de um parque industrial da maior importância, exigirá energia elétrica suficiente para o seu desenvolvimento.

A CELETRAMAZON vem efetuando com eficiência a eletrificação do interior do Estado, obedecendo ao programa do Governo do Estado e a escala de prioridade proposta.

Depois de já ter instaladas Centrais Elétricas em seis municípios, em obediência ao PQ, a empresa deverá aumentar o potencial energético do interior do Estado em 152,4% obedecendo a distribuição de sua execução em priori-

dades, o que equivale dizer que em 1972 terá instalada no interior do Estado, precisamente em 34 municípios, 7.356 kVA, em 60 ciclos e os tipos de usinas serão Térmica-Diesel e Térmica-Vapor (Locomóvel). O valor desse programa quinqüenal-elétrico será da ordem de 18 milhões e 350 mil cruzeiros, através de recursos do Governo do Estado, do Fundo Federal de Eletrificação, do Ministério de Minas e Energia, da SUDAM, de Recursos Próprios e Outros Recursos.

TELECOMUNICAÇÕES

Ninguém desconhece na Amazônia o problema das grandes distâncias. Faz pouco tempo, ainda, difíceis eram realmente as comunicações em todo o Estado. A simples visualização da área do Estado do Amazonas em um mapa, evidencia que a própria manutenção dessa fronteira, só poderá subsistir com a implantação de um sistema de transporte e comunicações perfeitamente entrosados.

A despeito disso, é ainda recente o reconhecimento governamental, em termos de empreendimento, de que a existência de uma rede de telecomunicações é condição mínima necessária, embora, obviamente, não suficiente, para que se criem condições de progresso.

No caso particular do Estado do Amazonas, um eficiente sistema regional de telecomunicações, se não elimina, na sua totalidade, as conseqüências sócio-econômicas do isolamento das comunidades amazonenses pelas deficiências de transportes, se atenua a um nível compatível às necessidades do desenvolvimento econômico da região.

A Companhia Amazonense de Telecomunicações — CAMTEL —, empresa criada pelo Governo do Estado, vem executando um amplo programa nesse setor, atuando em dois setores: Capital e interior do Estado.

Desde 1967, vem funcionando o novo Serviço Urbano de Manaus, a cargo da CAMTEL, cuja Central tem equipamento montado com o que há de mais moderno, com capacidade total de 10.200 linhas. E para 1970, a CAMTEL colocou à venda, para atender à demanda ocorrida, mais quatro mil linhas.

Programação Para o Interior

A CAMTEL já instalou e funcionam regularmente, as Estações Radiotelefônicas de Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e Coari.

Pelo sistema de Radiotelefonía, Manaus já está ligada com os municípios de Benjamin Constant, Bôca do Acre, Humaitá, Tefé, Maués, Borba, São Gabriel da Cachoeira, Manicoré, Fonte Boa, Lábrea e Eirunepé.

Em comparação com outros centros urbanos, mais avançados do país, a situação de telecomunicações urbanas estabelecidas em Manaus, pela CAMTEL, é bastante razoável. Em 1967, quando a CAMTEL passou efetivamente a comandar o sistema telefônico de Manaus, para uma população de então 225 mil habitantes, estavam instalados 4.500 telefones; Belém, com 537 mil ha-

bitantes, possuía apenas 7.500 telefones; Fortaleza, com 780 mil habitantes, possuía apenas 18.000 telefones; Belo Horizonte, com 1.081.000 habitantes, possuía apenas 26.500 telefones.

RODOVIAS

O Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas — DER-AM — tem a seu cargo a responsabilidade do planejamento e execução do Plano Rodoviário do Estado, bem como a manutenção em condições normais de tráfego, das estradas implantadas, objetivando a complementação do tradicional sistema fluvial de ligação entre os diversos núcleos existentes no Estado do Amazonas.

Salienta o Plano Quinquenal a importante função que exercem essas estradas no que respeita a ocupação do Território Nacional e a possibilidade de aproveitamento de recursos naturais ainda não explorados.

A situação do sistema rodoviário do Amazonas em 1968, era a seguinte:

Rodovias Radiais

Manaus—Alalaú, com 284 km, até a divisa de Roraima, daí prosseguindo até Caracará e Rio Branco, tem a sigla de BR-174; Manaus—Pôrto Velho, com 864 km; Manaus—Itacoatiara, com 286 km construídos (AM-010); Manaus—Cacau—Pirera—Manacapuru (AM-070); Manaus—Aleixo, com 22 km construídos (AM-020).

Rodovias Transversais

Humaitá—Lábrea (BR-460), antiga AM-280, com a extensão total de 217 km.

Rodovias de Ligações e Acessos

Humaitá—Pôrto Velho, com 193 km (AM-480) Tarumã—Ponta Negra—São Jorge, com 29 km construídos (AM-450); Itacoatiara—Puraquequara, com 54 km (AM-449); km 281 da AM-010 — Aeroporto de Itacoatiara, com 2,50 km; km 135 da AM-010—Usina (AM-445), com 20 km; km 16 da AM-070—Colônia do Caldeirão (AM-452), 8 km; km 53 da AM-070—Colônia de Bela Vista, com 8,6 km.

A parte principal do programa de atividades do DER-AM no período 1968/1972 está embasada na realização das rodovias federais BR-319 (trecho Pôrto Velho—Beruri, com alterações do traçado de modo a atingir o município de Careiro, bem mais próximo a Manaus que Beruri) e BR-174 (no trecho que vai de Manaus a Alalaú, na divisa com Roraima).

Ambas as rodovias já foram delegadas ao DER-AM, que espera obter, no quinquênio, o ressarcimento de considerável parte dos investimentos que venha

a efetuar naquelas obras do Plano Rodoviário Nacional. Estas estradas têm prioridades absolutas.

A construção dessas rodovias tem como ponto fundamental a vinculação rodo-administrativa a Brasília, que dentro do Plano Rodoviário Nacional é representada pelas estradas radiais convergentes para o centro das decisões políticas do Brasil. Na Amazônia Interior, Rio Branco, capital do Estado do Acre, e Pôrto Velho, capital do Território Federal de Rondônia, estão ligadas ao Centro-Sul; mas duas importantes capitais — Manaus, no Amazonas, e Boa Vista, em Roraima — ainda faltam, na realidade, integrarem-se ao sistema rodoviário nacional.

A par dos fatores geopolíticos, a integração rodoviária de Manaus e Boa Vista ao Centro-Sul proporcionará, dentre outras, as seguintes vantagens imediatas de ordem econômica:

- a) Dinamização do giro das riquezas interioranas;
- b) Conhecimento dos recursos existentes, que ainda hoje a floresta encerra, presentemente conhecidos apenas de avaliação superficial;
- c) Implantação de correntes migratórias dos centros brasileiros, onde excede a mão-de-obra, carreando para a região "know-how" que, por certo, dará uma feição mais diversificada à economia local.

PROGRAMAS RODOVIARIOS MUNICIPAIS

O DRM-AM tem a seu encargo, desde o advento do Decreto-Lei n.º 61/66, coordenar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional — FRN — pelos municípios do Estado.

Baseado naquele imperativo de ordem legal o Departamento efetuou um diagnóstico das necessidades dos "Municípios-Ponto" no quinquênio, no setor *Estradas*, dimensionando a rede em implantação, melhorada e mantida no período.

Para executar êsse programa quinquenal, até 1972, o DER-AM estabeleceu os recursos necessários, na seguinte ordem:

Quotas do Fundo Rodoviário Nacional (municípios) — Cr\$ 1.802.800,00;
Recursos da SUDAM — Cr\$ 16.799.000,00.

Os municípios atendidos, de acordo com o Plano Quinquenal do Governo do Estado do Amazonas, são:

Parintins, Benjamin Constant, Tefé, Itacoatiara, Manacapuru, Coari, Manicoré, Humaitá, Eirunepé, Maués, Bôca do Acre, Lábrea, Fonte Boa e São Gabriel da Cachoeira.

AEROPORTOS

Ao ser concluído para ser aplicado o Plano Quinquenal, era evidente a dificuldade de transporte e comunicação numa região com peculiaridades as mais diversas. Em 1966, a rede de campos de pouso no Amazonas era composto de 14 pistas, das quais, apenas uma (a de Manaus) possuía revestimento asfáltico.

O Governo considerou como objetivos principais para o quinquênio (68/72), no setor aeroviário:

- a) o desenvolvimento dos transportes aéreos de carga e sobretudo de passageiros para o interior do Estado;
- b) o estabelecimento de facilidades de deslocamento rápido para o interior, bem como melhores condições às atividades administrativas e ao bem-estar social.

Este programa está sendo executado pelo Governo Federal, através da COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica —, atingindo a Capital e o interior.

Operação Capital

Salientou o Plano Quinquenal que, a fim de dar ao Estado do Amazonas as condições necessárias ao seu desenvolvimento auto-sustentado, o Governo Federal tomou uma série de medidas orientadoras que culminaram com a reformulação da estrutura da Zona Franca de Manaus. Essas medidas, além de propiciarem um maior afluxo imigratório para a área, deram maior intensidade ao tráfego aéreo nacional e internacional. Porém, o grande obstáculo para a intensificação da navegação aérea era o estado em que se encontrava o aeroporto internacional de Ponta Pelada (Manaus). Com os trabalhos realizados, sua recuperação tornou possível o que atualmente se registra. Mas foi uma forma paliativa. Mesmo porque, constatada está a necessidade de a COMARA tornar efetiva a escolha, nas circunvizinhanças de Manaus, de área que preencha as premissas técnicas básicas, necessárias para a construção de um aeroporto com instalações internacionais o que virá carrear recursos externos para o desenvolvimento maior de Manaus, de vez que, tornar-se-á a escala de destaque nas linhas internacionais, possibilitando a convergência de turistas e transeuntes nacionais e internacionais para o Amazonas.

Operação Interior

Numa visão global dos municípios do Amazonas, o Plano Quinquenal salienta a constatação da inexistência de um serviço eficiente de transporte, ao tempo de sua elaboração — tanto interno, ligando os vilarejos às sedes, como estas à capital do Estado.

Assim, o Governo do Estado e a Comissão de Aeroportos da Amazônia — COMARA —, numa ação conjugada de esforços, harmonizando os lédimos objetivos de legar às populações interioranas um imprescindível sistema de transportes aeroviários que, de per si, interligará todo o território, com profundas repercussões no seu sistema econômico. Pela programação financeira da própria SUDAM, com delegação de poderes à COMARA, esta tem constituída, já, patrulhas mecanizadas com equipamento de terraplenagem, revestimento asfáltico e também oficina de campo e pessoal especializado. E a COMARA tem um programa para cumprir, em dez anos, na construção de

126 aeroportos em tôda a região amazônica, recuperando e melhorando os já existentes. Para isso, sobretudo aproveitando o tempo útil de trabalho (durante seis meses as chuvas não permitem êsse tipo de trabalho), a COMARA têm organizadas cinco patrulhas com atuação em cinco eixos diferentes, assim especificados: Patrulha 1 — Rota do Rio Branco; Patrulha 2 — Rota do Rio Negro; Patrulha 3 — Rota do Rio Solimões; Patrulha 4 — Rota do Rio Juruá—Purus—Rio Branco do Acre; Patrulha 5 — Rota do Rio Madeira.

PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Analisa o Plano Qüinqüenal que a situação dos Portos e Vias Navegáveis do Amazonas ainda representa o atraso na transformação das estruturas do sistema de transportes em relação as exigências da evolução da economia.

O programa de transportes fluviais para o Amazonas se apresenta como uma peça de fundamental importância para a política de desenvolvimento do Estado, visto que define, em largos traços, os elementos infra-estruturais capazes de atender às reclamações de bem-estar e garantir a unidade e segurança do País.

A economia do Estado do Amazonas apóia-se, fundamentalmente, no transporte fluvial. As ligações entre a cidade de Manaus, centro econômico, administrativo e cultural da Unidade Federativa, às demais cidades do interior são realizadas por via fluvial; exceção feita aos municípios de Itacoatiara e Manacapuru que em paralelo ao sistema fluvial são ligados por rodovias.

Operação Capital

O pôrto da cidade de Manaus, está sofrendo melhoramentos na sua estrutura e, paralelamente a esta medida, novos equipamentos (guindastes, tratores, empilhadeiras e carrêtas) foram adquiridos, a fim de dotá-lo de todo o aparelhamento mecânico necessário. O projeto está sendo executado pela Administração do Pôrto de Manaus, contando para isso com recursos próprios e do DNPVN.

Operação Interior

Para o interior do Estado, o PQ estabeleceu a construção de 14 portos nos municípios de Benjamin Constant, Coari, Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Tefé, Bôca do Acre, Eirunepé, Humaitá, Manicoré, Maués, Fonte Boa, Lábrea e S. Gabriel da Cachoeira. Êsses portos foram divididos em prioridades, segundo a importância econômica de cada um e realizados estudos e projetos de viabilidade. A Diretoria Regional do Departamento de Portos e Vias Navegáveis tem a responsabilidade dêsses trabalhos, além de: realizar estudos nos principais rios da Bacia Amazônica a oeste do Rio Trombetas; realizar obras de retificações e desobstrução em vias de interesse.

Os recursos necessários para todo esse trabalho têm como fontes o DNPVN, o DER-AM e a SUDAM, num total de Cr\$ 24.730.000,00.

PESQUISAS

O Amazonas é um Estado que possui recursos naturais de extraordinária importância. No entanto, tudo isso ainda carece de estudos acurados e pesquisas para sua exata mensuração.

Presentemente os órgãos que se dedicam a pesquisas no Estado do Amazonas são pouquíssimos e lutam com uma série de dificuldades, sendo as mais graves a falta de recursos financeiros e pessoal qualificado. Assim, destacam-se o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA; a Campanha de Erradicação da Malária — CEM; e o Centro de Pesquisas Rodoviárias do DER-AM.

Segundo levantamento recente feito pela CODEAMA, as pesquisas que estão sendo feitas ou programadas para o Estado do Amazonas são as seguintes:

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA

Pesquisas em andamento:

- 1 — Estudos sobre germinação de essências florestais.
- 2 — Inventário diagnóstico em uma área de 100 hectares de floresta.
- 3 — Determinação espectroquímica de maiores e menores constituintes em pequenas amostras de minerais.
- 4 — Ecologia-Química, Hidrografia, Biologia, Logia da bacia do sistema do Rio Negro.
- 5 — Estudos Rio-sistemáticos das espécies simuliidae-Pium.
- 6 — Estudos sobre malária simiana no Estado do Amazonas.
- 7 — Geografia humana de Manaus.
- 8 — Determinação da D.M.L. do Veneno do Lachesis Muta Muta.
- 9 — Envenenamento Lachesico.
- 10 — Método de amostragem para avaliação do Obineário do Estado do Amazonas.
- 11 — Diagnóstico sócio-econômico do Município-Modelo do INDA — Parintins.
- 12 — Isolamento, purificação e identificação de alcalóides naturais existentes em espécimes botânicos da Amazônia.
- 13 — Contribuição ao conhecimento de aspidosperma album — aspidosperma obscurinervium Azambuja, Apolynaceae da Amazônia.
- 14 — Levantamento de dados climatológicos na estação em funcionamento na reserva florestal Ducke, levantamentos de dados actinométricos no centro da cidade de Manaus, balanço readição e balanço hídrico.
- 15 — Catálogo das madeiras da Amazônia — 2.^a série.

- 16 — Determinação de densidade e umidade em 300 madeiras amazônicas;
- 17 — Estudos macro e microscópicos de 11 annonaceas da Amazônia.
- 18 — Estudo anatômico da fôlha-caule, frutos. Ponto vegetativo. Rispanização.
- 19 — Os nomes vulgares das plantas de Manaus;
- 20 — Listas das espécies ocorrentes em Manaus;
- 21 — Estudos sôbre Bombacaceae.
- 22 — Estudo sistemático das espécies florestais da região amazônica como fonte de matéria-prima para papel e celulose;
- 23 — Estudo de germinação de campo de várias espécies florestais.
- 24 — Introdução de espécies exóticas como Pinus Eucaliptus.
- 25 — Estudo da propagação vegetativa de várias espécies.
- 26 — Monografias florestais.
- 27 — Frutos comestíveis da Amazônia.

Campanha de Erradicação da Malária — CEM

Pesquisas em andamento:

- 1 — Distribuição da fauna anofélica.
- 2 — Provas de suscetibilidade dessa fauna ao D.D.T.
- 3 — Investigações de casos de Malária em Manaus, observando-se a procedência.
- 4 — Registro de casos de Malária em todo o setor.

Centro de Pesquisas Rodoviárias do DER-AM e Núcleo de Pesquisas do IPR

Pesquisas realizadas:

- 1 — Rodovias e Pavimentos da Amazônia Ocidental.
- 2 — Rochas e agregados da Amazônia Ocidental.
- 3 — Estudo comparativo dos solos lateríticos da Amazônia Ocidental.
- 4 — Estabilização de solos da Amazônia Ocidental com aditivos.

Há muito o que fazer no setor de pesquisas. É evidente a falta de mão-de-obra especializada, de técnicos, de químicos, de laboratoristas. Segundo o PQ é necessária e urgente a criação de laboratórios de mineralogia e geologia econômica, de pedologia e fertilidade do solo e de fundações; da ampliação do Centro de Pesquisas Rodoviárias e sua transformação em Centro de Pesquisas do Amazonas, englobando todos os laboratórios; realização de um programa de pesquisas aplicadas com a finalidade de identificar, no território estadual, as áreas possuidoras de recursos naturais economicamente exploráveis, que coadjuvadas com a implantação de uma infra-estrutura sócio-econômica, possam constituir-se em "Pontos de Apoio e Irradiação".

COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO

Revela o PQ que, a rigor não foi ainda levado a efeito, no Amazonas, uma política de colonização ou de povoamento orientado com os requisitos mínimos indispensáveis à ocupação da terra em bases técnicas, exceção feita de alguns agrupamentos de origem nipônica.

No que respeita a colônias estaduais, as providências no sentido de sua estruturação e expansão pouco ultrapassaram os atos legais de criação.

Decorrentes ou não da legislação estadual que instituiu especificamente diversas colônias (Decretos n.ºs 27, de 1956, e 32, de 1962), pode-se individualizar atualmente as seguintes unidades em funcionamento (Colônias Estaduais):

Municípios de Manaus

Cláudio Mesquita; Manaus—Caracarái ou Rio Branco; Efigênio de Sales (rodovia Manaus—Itacoatiara); Rio Prêto (mesma rodovia e margem do rio Prêto).

Município de Itacoatiara

Nôvo Amazonas (rodovia Manaus—Itacoatiara).

As cinco unidades levantadas contavam, em 1967, data do levantamento, 595 colonos, numa área cultivada de 3.009 ha. Na Colônia Efigênio Sales, existiam 41 japoneses.

A atividade das colônias é quase exclusivamente agrícola, encontrando-se apenas alguma associação com avicultura de maior vulto nas lavouras de pimenta-do-reino. As instalações mais encontradas constaram de casas de farinha (145), paióis ou silos (27), currais (16), pocilgas (26) e galinheiros (150).

No Plano Federal, o INDA (hoje INCRA) mantém a Colônia Bela Vista, com 300.000 hectares. E no campo do pessoal, 1 engenheiro agrônomo em Manaus, 2 na Colônia, 10 técnicos agrícolas, também na Colônia.

Num estudo da antiga SPVEA, hoje SUDAM, foi dito que nos empreendimentos colonizadores da Amazônia seria desejável realizar a conjugação de elementos nacionais e estrangeiros. A natural prioridade para os grupos de famílias de migrantes nacionais na apropriação econômica das terras agricultáveis não deve significar a completa exclusão dos elementos alienígenas. Sem perturbar o trabalho de atração de grandes contingentes brasileiros que se deslocam em busca de melhores condições de vida, tem particular significação captar para a Amazônia quantidades apreciáveis de imigrantes estrangeiros tradicionalmente agricultores, pôsto que poderão trazer, além da fôrça do seu trabalho, recursos e técnicos capazes de intensificar o desenvolvimento regional.

O importante no caso é proporcionar aos nacionais e aos estrangeiros condições favoráveis para o trabalho reprodutivo, sem quaisquer discriminações.

A atrair a imigração dirigida para a Amazônia dever-se-ia estimular o aforamento, em pequenas glebas, a preços baixos. Estudos realizados sugerem tal orientação. Os recursos para a colocação dos imigrantes poderiam ser, in-

clusive, conseguidos através de organizações que se ocupam do problema, a exemplo do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias. Os próprios governos dos países emigrandistas poderiam financiar, como já vêm fazendo para outras regiões do Brasil a imigração para as áreas amazônicas, através de acôrdos específicos.

A conjugação de elementos nacionais e estrangeiros nos esforços de colonização da Amazônia só trará vantagens. Aos nacionais facilitará o levantamento dos padrões de cultura e técnicas adaptadas nas atividades rurais, e aos imigrantes estrangeiros proporcionará a adaptação dos valôres mais significativos de suas culturas no ambiente brasileiro.

A Amazônia já dispõe de alguns estudos capazes de indicar área e mesmo glebas possíveis de aproveitamento econômico através da verdadeira colonização econômica e da atividade agrícola pròpriamente dita. Aos organismos que comandam a colonização, caberia realizar a seleção dessas áreas visando a um objetivo econômico insuspeitável.

Ninguém desconhece que um bom sistema de financiamento é indispensável para o estímulo e o desenvolvimento das atividades de colonização.

Nada mais necessário — recomendava o estudo da SPVEA — para o êxito dos projetos de colonização na região amazônica, do que conjugar os esforços existentes nesse sentido. Seria aconselhável fundir em um único mecanismo de ação tôdas as entidades do Poder Público com meios e recursos aplicáveis em empreendimentos colonizadores na Amazônia. Para tanto deveria ser criado um órgão de cúpula, com funções executivas.

É um imperativo a programação de uma colonização racionalizada e de um povoamento dirigido para dinamizar o desenvolvimento da Amazônia. Tôdas as facilidades devem ser criadas para que as principais áreas amazônicas, propícias à agricultura e à pecuária, se transformem em autênticos centros de atração para os contingentes humanos que se deslocam de diversas regiões do país, notadamente do Nordeste.

ZONAS AGROPECUÁRIAS

O Plano Qüinqüenal estabeleceu um programa para a zona agropecuária do Estado, dividindo-a em oito sedes. A de Manaus, teria como correspondente os municípios de Careiro, Manacapuru, Anori, Autazes e Nova Olinda do Norte. A de Parintins, teria como correspondente os municípios de Parintins, Nhamundá, Barreirinha e Maués. A de Itacoatiara teria os municípios de Itacoatiara, Silves, Itapiranga, Urucará e Urucurituba. A de Humaitá, os municípios de Humaitá, Borba, Manicoré e Nôvo Aripuanã. A de Lábrea, teria os municípios de Lábrea, Canutama, Bôca do Acre, Apuini e Tapauá. A de Eirunepé teria os municípios de Eirunepé, Carauari, Envira, Ipixuna e Juruá. A de Tefé, teria os municípios de Tefé, Coari, Codajás, Japurá e Maraã. A de Benjamin Constant, os municípios de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Fonte Boa, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença.

As zonas agropecuárias, na vigência do PQ, têm seus principais objetivos:

a) realizar, no Interior, a política de assistência técnica ao produtor agropecuário e extrativista, dito independente ou vinculado em colônias municipais, em integração com o Ministério da Agricultura, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas e demais órgãos e entidades vinculadas, promovendo em vinculação com a rede bancária, a implantação e disseminação do sistema de crédito orientado, tendo em mira a elevação da produtividade física e da rentabilidade das atividades primárias do Estado;

b) realizar a política de terras do Estado incorporando as funções das perícias territoriais;

c) promover, juntamente com os demais órgãos e entidades já referidas, os incentivos possíveis, no sentido de que se efetivem ou ultrapassem as previsões de produção esperada de origem animal e vegetal, contidas nas metas globais;

d) integrar-se com o serviço de colonização e povoamento e concorrer para a realização dos demais projetos prioritários do plano de poupança do Estado.

Granja de Demonstração

Seu objetivo é em grande parte o abastecimento de gêneros alimentícios básicos à população da capital e municípios mais importantes do Estado, ao mesmo tempo a motivação de possibilitar a ocupação de terras firmes e, ainda mais, visando a implantação da economia granjeira no Amazonas. Sobre ela repousa, em doses crescentes, o suprimento de produtos como o leite, ovos, carne de suínos e aves, verduras e frutas, para atender ao consumo cada vez mais crescente.

Os objetivos são:

Criação de gado leiteiro; criação de suíno tipo carne; criação de aves; horticultura; fruticultura; cultivo e manejo de pastagens; treinamento de pessoal técnico e de mão-de-obra rural especializada e semi-especializada; observações e estudos de comportamento das criações e lavoura cultivadas.

Juta

A política jutícola do Programa de Produção está sendo norteadas pelas recomendações do II Encontro de Juta da Amazônia (agosto de 1964), selecionadas as de maior objetividade, segundo trabalho do INPA.

Para o maior desenvolvimento da produção de juta no Amazonas, entre outros objetivos, é recomendação do Plano Quinquenal, que sejam realizados ensaios de novas técnicas de produção objetivando elevar a produtividade por homem nos trabalhos de preparo do solo, transporte da juta colhida e beneficiamento desta no campo; aquisição pelo Estado e revenda financiada aos juticultores, das máquinas descorticeiras aprovadas no ensaio preliminar, através de contrato para encomenda mínima inicial proposta pela indústria paulista; cadastramento dos produtores, tendo em vista a racionalização e maior objeti-

vidade na distribuição de sementes e prestação de serviços de assistência técnica e creditícia; e, finalmente, a produção de sementes no Amazonas, em conjugação com o Instituto de Pesquisas Agronômicas do Norte.

Pimenta-do-reino

A pimenta-do-reino, no Amazonas, tem um programa conjuntural agravado pelos níveis de produtividade ainda não satisfatórios e custos relativamente elevados em que está operando. A necessidade maior está no aumento de produtores e áreas cultivadas. Em consequência, foram estabelecidas as seguintes normas.

- a) aumento de cerca de 100 para 500 pipericultores, incluindo os de origem japonesa e os brasileiros,
- b) área média de dois hectares por produtor totalizando, com o aumento das explorações existentes, cerca de 800 novos hectares cultivados;
- c) estímulo à constituição de, no máximo, quatro áreas produtoras, a fim de facilitar os trabalhos de assistência técnica, inclusive os seus suportes de experimentação e demonstrações;
- d) orientação da rede bancária com o financiamento das novas culturas em nível consentâneo com o seu custo e prazo de formação;
- e) prestação de assistência técnica especializada, conjugada a assistência creditícia;
- f) estímulo à criação associada de gado leiteiro e pequenos e médios animais tendo por base a motivação da produção de estêrco para adubação orgânica dos pimentais.

Guaraná

Para o guaraná, os objetivos postos em prática são os seguintes:

- a) obter variedades cultiváveis ou híbridas, de alta produção e resistência às doenças, que aliadas às práticas agrícolas racionais, possibilitem aumentar a produtividade e a rentabilidade da cultura;
- b) desenvolvimento de trabalhos ou culturas já existentes, visando a sua restauração, mediante poda, adubação e tratamento fitossanitário a fim de auferir maiores lucros de guaranacultura;
- c) fomentar racionalmente o cultivo do guaraná.

Borracha

Os objetivos para o fomento da produção em bases racionais exigem sejam feitos com o seguinte esquema:

- a) modificar o estado atual de exploração dos seringais através da racionalização e introdução de técnicas em seu processo de produção;
- b) promover o agriculturamento da seringueira;
- c) diversificar a economia dos seringais.

O programa de produção que insere o Plano Quinquenal é o de dar assistência à produção de castanha, concretamente projetada em termos de promover ensaios e demonstrações de seu cultivo, incorporando também algumas providências de ordem geral e de execução a longo prazo, recomendadas pela I Conferência Nacional da Castanha.

Sugestões para a aplicação:

- a) procurar modificar os processos atuais de colheita da castanha de forma a permitir uma melhor qualidade do produto;
- b) intensificar as pesquisas capazes de assegurar a racionalização do cultivo da castanheira, dando-se prioridade às de caráter econômico, inclusive, naturalmente, a determinação de custos culturais;
- c) delimitação do potencial produtivo dos castanhais em toda a região

INCENTIVOS À INDUSTRIALIZAÇÃO

Um dos aspectos mais importantes do Plano Quinquenal é a sugestão como incentivo à industrialização, oferecendo oportunidade de investimentos para empresários, tendo em vista especialmente a utilização de incentivos fiscais do Governo Federal (SUDAM) Deverão ser elaborados em conjugação com a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA), os estudos ou pré-projetos industriais e seleção daqueles de viabilidade de implantação mais imediata no Amazonas. Preliminarmente são indicados os seguintes:

- a) sucos, conservas e passas de frutas nativas e/ou cultivadas no Estado;
- b) açúcar;
- c) confeitarias;
- d) farinha panificável e outros derivados de mandioca;
- e) laticínios (manteiga, queijo, requeijão), com localização provável em Parintins;
- f) óleos vegetais;
- g) indústria madeireira integrada (madeira para construção, laminados, contraplacados, parquet, madeira para móveis, pasta físico-mecânicas, papelão, papel, etc.);
- h) pescado;
- i) artefatos de borracha.

TURISMO

É a famosa indústria sem chaminés. Nenhuma região poderá oferecer melhores condições para o desenvolvimento da indústria turística, do que a Amazônia, particularmente o Estado do Amazonas. A ausência de uma política de-

finida e condições intrínsecas favoráveis ao turismo impediram a nação brasileira de participar significativamente do mercado internacional, deixando-a à margem dessa competição.

Dêsse afluxo de dólares, oriundo do turismo, que circula pelo mundo, o Brasil capta diminuta parcela. E, além disso, o grande volume de divisas levadas para o exterior, por uma minoria, afeta nossa balança de pagamentos. O Brasil, até bem pouco tempo, caracterizava-se por um país exportador de turismo.

O Amazonas no Contexto Nacional de Turismo

Em consonância com os demais programas setoriais do Plano Quinquenal, o Governo do Estado está fazendo executar, através do DEPRO, o programa de turismo, numa ação calcada nos programas infra-estruturais implantados nas operações Capital e Interior, objetivando o carreamento externo, em termos de captação de divisas que êsse setor propicia.

Programação Quinquenal

O Estado do Amazonas inseriu em seu Plano Quinquenal de Governo uma definição da política que está encetando. Compreende-se como política de turismo, em paralelo com o Governo Federal, a atividade decorrente de tôdas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do Estado e, como consequência, do País.

Dessa forma, o Governo do Amazonas, sendo conhecedor das exigências do turismo, notadamente do turismo externo, condicionou elementos capazes de fomentar o desenvolvimento dessa espécie de indústria também no interior do Estado, em 14 municípios denominados "Pontos de Apoio e Irradiação", além de introduzir incentivos especiais em paralelo à política federal de turismo. Assim, o Governo trata de criar embriões de desenvolvimento nesses municípios, criando condições para expansão do turismo, construindo hotéis, pousadas e demais elementos que permitam maior conforto ao turista.

Sob um enfoque especial faz-se menção à Zona Franca de Manaus como atração turística de realce, em decorrência do caráter único de experiência brasileira nesse sentido e como objeto de curiosidade para o grande turismo interno, o qual se caracteriza por viagens a longa e média distâncias envolvendo consideráveis gastos em passagens, estadas, compras, etc; realizadas por indivíduos das classes econômicas alta e média, acentuadamente no período das férias escolares. Ainda sobre a Zona Franca de Manaus, deve-se levar em consideração o ponderável aumento de negócios, dando origem a movimentação de agentes econômicos viajando por interesse nos fluxos de negócios, em decorrência de sua grande área de influência.

Obedecendo a sua programação quinquenal, está o Govêrno dando ênfase na recuperação de balneários que se encontram localizados na periferia dos centros urbanos, ao mesmo tempo em que motiva o empresariado privado a investir recursos em empreendimentos turísticos, como é o caso do Hotel Tropical, na Ponta Negra.

Inclui o Plano Quinquenal a construção de um prédio, que tomaria o nome de Lobo D'Almada, onde ficaria concentrada a sede do Departamento de Turismo e Promoções; o Museu do Índio; o Museu Numismático e um auditório do Grupo de Estudos Cinematográficos.

Na verdade, a programação quinquenal exige um investimento da ordem de 1.300 milhões de cruzeiros e só através dos atrativos dos incentivos fiscais estaduais e federais será possível executá-lo integralmente.

Os outros programas do PQ para o setor turismo estabelecem a construção de pousadas turísticas; um Centro de Convenções; beneficiamento de pontos de atrações turísticas; pesquisas para escolha de áreas de interêsse turístico.

O Departamento de Turismo e Promoções do Estado do Amazonas, no afã de organizar a arrancada definitiva para a exploração do turismo no Amazonas, já realiza as seguintes promoções: Exposição de Matérias-Primas; Festa da Juta; O Amazonas Utiliza Madeira; o Festival da Cerveja; o Torneio Internacional de Pesca; Manaus, Capital das Férias, aproveitando exatamente as férias escolares; Exposição Fotográfica do Amazonas; Garôta Turismo Internacional da Amazônia; Festival Folclórico do Amazonas; Feiras e Exposições de Arte e Cultura; Festivais de Cinema de Curta e Longa Metragem; Festival Internacional do Piano Para a Juventude; e, finalmente, Por Que Quero Conhecer o Amazonas?

O Amazonas, ao final dêste quinquênio, já terá deixado de ser apenas a região dos encantos, da paisagem, da selva, dos cânticos poéticos dos enamorados da beleza natural, dos sonhadores apegados às lendas das amazonas guerreiras, do malfadado "inferno verde". O Amazonas terá caminhado para fixar, definitivamente, na Amazônia Ocidental, a sua metrópole majestosa, desenvolvida, sem o perigo das doenças, fixando cada vez mais o homem à terra, conquistando os lugares vazios, integrando-se à comunidade brasileira como um centro populoso dos mais expressivos, realizando as profecias dos mais renomados naturalistas que viram na Amazônia o "celeiro do mundo".

EXTRATIVISMO FLORESTAL

Num excelente trabalho sôbre a Amazônia, o Prof. Lúcio de Castro Soares analisou o que chamou de uma economia subdesenvolvida, todo um processo chamado, entre outros, de extrativismo florestal.

Baseando-se principalmente na exploração das riquezas naturais, de que o homem se aproveita com grande esforço e pequeno rendimento, a economia da Amazônia Brasileira é essencialmente primária. A coleta de produtos, for-

recidos na sua maior parte pela floresta, constitui a principal atividade econômica das populações amazônicas, segundo levantamentos estatísticos então realizados.

A alta frequência das ocupações extrativas entre os trabalhadores da Amazônia Brasileira acentua-se no Estado do Acre, onde 60% das pessoas economicamente ativas nela se enquadram. No Território de Rondônia, a proporção também é de 46%. Reduz-se no Estado do Amazonas para 37%; para 26% no Amapá; 20% no Pará e, finalmente, 17% no Território de Roraima.

A mais importante atividade econômica Amazônia Brasileira é, pois, o extrativismo vegetal. De fato, essa atividade contribui com cerca de 53% da renda regional, cabendo o restante, sobretudo, à pecuária.

Dentre os produtos fornecidos pela floresta amazônica, é a borracha o mais importante, constituindo a sua extração o sustentáculo econômico da região, a borracha contribui com quase 30% do valor total da produção da Amazônia. Segue-se-lhe a castanha-do-pará, outro produto de coleta florestal, que garante quase 8% da receita regional.

Longe de serem todos os produtos florestais aproveitados na Amazônia, alguns deles, porém, concorrem para a sua economia. Assim é que, além da borracha e da castanha, figuram no extrativismo florestal dezenas de outros produtos, como as madeiras de quase tôdas as espécies tropicais, frutas e sementes oleaginosas, óleos e resinas produzidos pelo caule de várias árvores, grande quantidade de fibras silvestres, raízes e cascas medicinais e aromáticas.

As sementes de elevado teor oleífero, fornecendo variedade surpreendente de óleos, em sua maioria regionalmente utilizados na indústria de sabões, como por exemplo o óleo de murumuru (*Astrocaryum murumuru*), de ucuúba (*Virola* sp.) e de andiroba (*Carapa guianensis*). Outros, devido a suas propriedades terapêuticas, são empregados na indústria farmacêutica, como o cumaru ou fava tonca (*Coumarouna odorata*) e na indústria de alimentação, como o patauá (*Oceanocarpus* sp.), donde se retira um azeite comestível, de sabor próximo ao de oliveira.

Longa é a lista dos produtos da floresta, os quais não se limitam apenas aos de origem vegetal, mas também aos oferecidos pela variadíssima fauna que na formidável floresta amazônica tem o seu habitat, produtos êsses representados principalmente pelos couros e peles de animais silvestres.

A extraordinária dispersão das espécies botânicas na floresta amazônica e a rarefação populacional observada em sua imensa área de ocorrência são apontadas como as principais causas do pouco desenvolvimento do extrativismo na Amazônia. A êstes juntam-se outros, como a deficiência e mesmo a falta de transporte, de crédito para a exploração das riquezas naturais e de técnicas adequadas à extração de cada produto natural. Com exceção da extração da borracha e da castanha, que possuem certa organização já tradicional, embora muito precária e rudimentar, todos os demais produtos florestais são recolhidos ao acaso ou procurados com grande sacrifício e pouco rendimento por tôda a heterogênea massa florestal, quando os seus preços experimentais melhores cotações nos mercados nacionais e estrangeiros.

A coleta da maioria dos produtos da floresta não constitui uma "profissão", sendo uma entre as muitas atividades extrativas dos habitantes da hília,

que se lançam à apanha de todos os produtos que lhes proporcionem lucro, por menor que êste seja.

Dentre as atividades estrativas florestais de maior lucro na floresta amazônica destacam-se a borracha, a castanha-do-pará, o óleo de pau-rosa e as madeiras.

Borracha

A borracha silvestre continua a ser a principal indústria extrativa da Amazônia Brasileira. Ela criou um tipo hamano regional — o seringueiro, o seu extrator e um tipo de propriedade latifundiária — o seringal, a área de sua exploração.

Com o látex de árvores de grande ocorrência na hiléia amazônica sua extração é, principalmente, feita pela incisão da casca de espécies do gênero *Hevea* (família das euforbiáceas), conhecidas pelo nome de seringueiras. Há diversas espécies de seringueiras: a “barriguda” (*Hevea spruceana*), a “vermelha” (*Hevea guianensis*), a “branca” (*Hevea randiana*), etc., sendo a *Hevea brasiliensis* e suas variedades as mais exploradas.

A borracha é obtida pela coagulação do látex da seringueira, dentro da floresta, por um rudimentar processo de defumação pela queima de madeiras ou de coquilhos ricos em ácido pirolenhoso, sendo os mais utilizados os da palmeira ouricuri (*Scheelea martiana*).

A seringueira encontra-se dispersa na floresta, a dezenas de metros distante uma da outra, numa proporção média de 5 a 6 árvores por hectare. Cada seringal tem geralmente de 100 a 120 seringueiras (chamadas “madeiras”) e que o seringueiro “corta” ou “sangra” (isto é, produz sulcos em suas cascas, com uma machadinha ou uma faca especial) durante a época de menor pluviosidade, o “verão”, segundo a terminologia regional.

Ligando uma seringueira a outra existe uma trilha (a “estrada”), aberta na floresta pelo seringueiro e que chega a ter mais de um quilômetro de extensão. A “estrada” começa na habitação do seringueiro, situada na margem de um rio, e nela termina, formando um circuito fechado. Na parte da manhã é feito o corte em sulcos oblíquos orientados por um sulco vertical em cuja base é cravada uma “tigelinha” de fôlha-de-flandres. À tarde o seringueiro percorre novamente a “estrada” recolhendo o “leite” das tigelinhas em um balde. Em seguida, é feita, então, a “defumação” do látex, que vai sendo derramado aos poucos sôbre a parte mediana de um longo e grosso bastão de madeira (colocado na fumaça de pequena fogueira e ao qual é imprimido um movimento rotatório) coagulando-se em finas camadas. O látex assim coagulado vai tomando forma arredondada, constituindo uma “bola” ou “péla” de uns 40 quilos, forma comercial sob a qual a borracha é vendida pelo seringueiro. Um seringueiro ativo chega a trabalhar 120 seringueiras por dia, recolhendo até 20 litros de látex diários e conseguindo obter até 800 quilos de borracha ao fim da safra, que tem a duração da estação “sêca” (6 a 8 meses) conforme o regime fluvial da região em que êle opera.

Outros tipos de borracha, de diferentes aplicações industriais, são também extraídos, como a do caucho (*Castilloa* sp.), a da balata e da maçaranduba (espécies do gênero *Manilkara*), a da coquirana (gênero *Ecclinusa*). É, porém, a borracha fornecida pelas seringueiras do gênero *Hevea* (principalmente das espécies *brasiliensis* e *benthamiana*) que constitui a viga mestra da economia amazônica. As maiores áreas de ocorrência da *Hevea* são as altas bacias dos Rios Purus e Juruá (Acre e Amazonas) e bacia do alto Madeira (Rondônia).

Os maiores produtores de borracha da Amazônia Brasileira continua a ser o Acre e o Amazonas.

Não podendo competir em volume, qualidade comercial e preço com a borracha plantada na Malásia (com mudas obtidas de sementes levadas, em fins do século passado, da própria Amazônia), o Brasil foi, há cerca de 30 anos atrás, definitivamente afastado do comércio mundial da goma-elástica, embora já viesse sentindo desde a I Guerra Mundial a concorrência daqueles centros produtores do Oriente. Assim é que, desde 1947, a Amazônia deixou de exportar para o exterior a preciosa goma que, de 1870 a 1910, lhe garantiu o domínio do mercado mundial. Ditando o preço do produto, a Amazônia conheceu durante aqueles memoráveis 40 anos incalculável riqueza, da qual é testemunho mais eloqüente a grande cidade de Manaus, verdadeiro milagre urbano no coração da selva mais densa e hostil do nosso planeta.

Não acreditando, a princípio, nas vantagens comerciais da borracha cultivada, a Amazônia continuou confiando, por muitos anos, na supremacia da borracha silvestre, donde o fracasso da heveacultura por várias vezes nela tentada por iniciativa do governo brasileiro, logo após a grande derrocada. O resultado desse lamentável descaso se reflete até hoje na sua economia e na do próprio país. Devido a concorrência oriental, passamos de maiores produtores e exportadores de borracha nas primeiras décadas do presente século a país deficitário dessa matéria-prima, pois, atualmente, a produção de goma-elástica brasileira é insuficiente para atender à demanda cada vez maior da indústria nacional dela dependente. Perdendo gradativamente a supremacia do comércio internacional do produto procurou-se, no suprimento do mercado interno, uma compensação.

Sentindo profundamente a falta de sua matéria-prima, foi o governo obrigado a autorizar a importação a fim de que as indústrias não paralisassem suas atividades. E para complementar a produção nacional de borracha (em 1968 a produção de borrachas de vários tipos foi de 32.184 quilos, valendo Cr\$ 51.599.521), as importações se sucedem, ao lado dos tipos sintéticos produzidos pela Petrobrás.

A solução definitiva da crise gerada pela insuficiência da produção de borracha natural está no desenvolvimento da heveacultura racional e em grande escala — que garantirá, talvez, em futuro não muito distante, o abastecimento total da indústria brasileira — e no aproveitamento das reservas dos seringueis nativos.

Pode-se ilustrar a informação de que na Amazônia há, atualmente, em alguns pontos, extensas áreas plantadas de seringueiras, num trabalho liderado pelo Instituto de Pesquisas Agronômicas do Norte (ex-Instituto Agronômico

do Norte) e como determinante de uma lei federal obrigando ao plantio de seringueiras, num trabalho de renovação necessário e urgente.

Castanha-do-pará

Pelo seu alto valor comercial, a castanha-do-pará figura como o segundo mais valioso produto extrativo florestal da Amazônia Brasileira.

A castanha-do-pará é a semente de uma das mais altas e mais belas árvores da floresta amazônica, a castanheira (*Bertholletia excelsa*, da família das lecitidáceas). Sua amêndoa, rica em óleo, de agradável sabor e alto valor nutritivo, é largamente utilizada na indústria alimentar (confeitaria); constituindo o seu óleo boa fonte de calorías, seu consumo é bastante generalizado nos países de clima frio e temperado, como acontece com outras sementes de origem tropical, como o amendoim e o cacau. A maior parte da produção de castanha se destina aos Estados Unidos e à Europa.

A castanheira é árvore típica da “terra-firme” amazônica: apesar de praticamente ocorrer em todos os solos enxutos da Bacia Amazônica, é encontrada com maior frequência em certas áreas, formando “castanhais”. A coleta de seus frutos, lançados ao chão pelos ventos, e a extração, no local, de suas amêndoas, é feita por um tipo humano regional — o “castanheiro”. A época da “safra” da castanha coincide geralmente com a estação chuvosa, quando ocorrem os grandes vendavais que atiram ao solo os frutos maduros. Os frutos (amêndoas) estão envoltos por um recipiente vulgarmente chamado de “ourico”, que guarda em seu interior uma média de 16 a 22 amêndoas, dependendo do tamanho de cada uma. Um bom “castanheiro” poderá recolher, por dia, um ou dois hectolitros de castanhas.

Pau-rosa

Entre os produtos extrativos florestais da Amazônia Brasileira, o pau-rosa (árvore da família das lauráceas — Anibal Duckei, inicialmente denominada *Aniba rosaeodora*, var. amazônica) figura como um dos de maior valor econômico. O óleo essencial contido na madeira desta árvore é obtido pela destilação desta a vapor d'água, numa média de 8 a 9 quilos por tonelada de madeira. O óleo de pau-rosa constitui importante “matéria-prima da indústria de perfumaria, utilizado, sobretudo, como fonte de produção de linalol e fabricação de acetato de linalila e outros produtos usados naquela indústria” (Kissin, 1954). A exportação deste valioso óleo essencial já vem sendo feita há mais de 25 anos, pesando apreciavelmente em favor da economia regional, e particularmente na do Estado do Amazonas. Os Estados Unidos figuram como o maior importador, seguidos da Grã-Bretanha e da França. Cerca de 10% do óleo de pau-rosa amazônico se destinam aos portos nacionais do Sul do país, que, por sua vez, reexportam parte para praças estrangeiras. No Estado do Amazonas pouco mais de meia centena de destilarias de pau-rosa são encontradas, especialmente nos municípios de Manaus, Maués, Itacoatiara e Parintins.

Madeiras

A floresta amazônica é uma das mais ricas fontes de madeiras duras conhecidas, sendo a indústria madeireira uma das mais antigas atividades econômicas da Amazônia Brasileira baseada no extrativismo florestal. São inúmeras as espécies produtoras de excelente madeira fornecidas pela hiléia amazônica.

A despeito de possuir a maior reserva florestal do Brasil, a Região Norte não figura todavia como a região brasileira maior produtora e exportadora de madeira, cabendo à Região Sul esta primazia. Vários fatores concorrem para esta circunstância, como a falta de aparelhagem técnica para a sua exploração, o seu primitivismo e a falta de transportes.

A fim de desenvolver a exploração e industrialização das madeiras amazônicas em bases racionais, visando a um maior rendimento econômico, o Governo brasileiro solicitou a colaboração técnica da FAO (Food and Agriculture Organization), sendo criada por esta agência especializada das Nações Unidas a Missão Floestal da Amazônia.

Heveacultura

Numa tentativa de reconquista do monopólio do comércio mundial da borracha, arrebatado pela concorrência da goma cultivada nas plantações do Oriente, foram, há uns 35 anos, plantados milhares de seringueiras na Amazônia Brasileira. De acôrdo com a mentalidade da época o cultivo da hévea foi ensaiado nos próprios seringais, sem nenhum resultado prático.

A primeira experiência de cultura racional e em grande escala de seringueiras na Amazônia Brasileira, nos moldes orientais, foi realizado no período de 1928/1934, pela Companhia Ford Industrial do Brasil, no Rio Tapajós, a cerca de 200 quilômetros de sua foz. Tal experiência estaria, porém, fadada ao malôgro, por não ter sido feita com o necessário rigor técnico e científico requerido por um empreendimento dessa natureza. Mais tarde, nova experiência foi feita em Belterra, ainda à margem direita do Rio Tapajós, também com maus resultados. Foram utilizados clones selecionados, importados da Malásia. As árvores com elas obtidas foram, porém, atacadas pelos inimigos naturais das seringueiras nativas, principalmente por um fungo, a *Dothidela ulei*, causador do chamado "mal das fôlhas".

A batalha foi finalmente vencida pela ciência com a descoberta do método do duplo enxêrto, que tornou as árvores resistentes àquelas pragas, e veio garantir a cultura com êxito da seringueira na Amazônia. Este método consiste na utilização de um pé amazônico no qual é enxertado um tronco asiático (de grande produção de látex) no qual é feito um segundo enxêrto, com uma copa (também amazônica) altamente resistente às pragas, embora não totalmente imune.

Desistindo da emprêsa, a Companhia Ford vendeu Belterra, em 1946, ao Governo brasileiro, que ficou, a partir de então, sob a administração do então Instituto Agrônômico do Norte. Dois milhões e meio de seringueiras plantadas em Belterra, numa área de 6.700 hectares, dois milhões em exploração produ-

zem cêrca de 100 toneladas mensais de látex concentrado, correspondendo a 650 toneladas anuais de borracha sêca.

A heveacultura vem se expandindo na Amazônia. O Território do Amapá está na vanguarda da cultura da seringueira. Duas grandes companhias brasileiras de artefatos de borracha — Pirelli e Goodyear — estão cultivando seringueiras, em chamados seringais-modêlo. São de grande importância para as economias nacional e regional as plantações de seringueiras iniciadas pelas fábricas de pneus, não menos apreciável será a benéfica influência que essas plantações-modêlo exercerão sôbre as plantações individuais. As plantações das fábricas de pneus irão representar o mesmo papel desempenhado pelas plantações de hévea da Malásia e Insulíndia; foi tão benéfica a irradiação da assistência técnica das suas grandes plantações-pilôto, que, hoje em dia, mais de 50% da produção de borracha cultivada do Oriente estão nas mãos de pequenos plantadores.

Nos planos de colonização da Amazônia Brasileira está prevista a heveacultura nas pequenas propriedades agrícolas das futuras zonas coloniais; no Núcleo Colonial de Bela Vista (município de Manaus), mais de 50 mil seringueiras já foram plantadas pelos colonos japoneses e nacionais. Neste núcleo colonial, bem como em outras colônias agrícolas, o cultivo de seringueiras é associado a culturas alimentares de ciclo rápido.

O govêrno brasileiro continua dando apoio financeiro para a expansão da heveacultura racional na Amazônia através de financiamento pelo BASA e pela SUDAM.

Guaraná

O produto conhecido por êste nome é obtido das sementes dos frutos de um arbusto trepador, o guaraná, da família das sapindáceas, gênero *Paulinia*, espécie nativa da hiléia amazônica.

Embora seja planta espontânea na região, tôda a produção comercializável do guaraná brasileiro provém de espécies cultivadas; os portugueses já encontraram sua cultura sendo praticada pelos silvícolas da tribo Maué, os quais, com o pó obtido pela torrefação e trituração de suas sementes, faziam uma bebida estimulante e de variadas propriedades terapêuticas.

Não obstante ser Maués o município amazonense maior produtor de guaraná e possuidor de suas maiores culturas, estas são igualmente feitas em outras regiões do Estado do Amazonas, como as terras compreendidas entre os Rios Amazonas, Madeira, Maués e o Paraná do Ramos, a bacia do Médio e Baixo Rio Negro.

O processo de preparação do guaraná ainda é, em suas características gerais, o mesmo adotado pelos índios nos recuados tempos pré-colombianos. Depois de lavadas e descascadas, as sementes são torradas a fogo lento em tachos e, em seguida, trituradas em um pilão de madeira, até que fiquem reduzidas a um pó fino. A êste é adicionada água para formar uma pasta que é modelada a mão em bastões que secam ao sol ou ao forno. É, porém, sob a forma de pó que o guaraná é utilizado industrialmente. Sua exportação é, todavia, feita em semente.

Os métodos de preparação do pó, devidamente racionalizados, permitirão aumento de produção, pois nas condições atuais é de 350 gramas por pé e por ano. Não raro, porém, são encontrados exemplares produzindo até 2 e 3 quilos.

Com o guaraná é fabricada industrialmente saborosa bebida refrigerante de largo consumo. O seu alto teor em cafeína — 2,29%, ou seja, quase duas vezes o do café (Murça Pires-1949) — garante a sua intensa exportação a bom preço, para emprego na indústria farmacêutica.

O Japão, os Estados Unidos, a Itália, a França, o Peru e a Alemanha Ocidental são os maiores importadores do guaraná brasileiro.

O SETOR MADEIREIRO DA AMAZÔNIA

Detendo em seus limites fitogeográficos a maior reserva florestal do mundo, com 3,5 milhões de km², a Amazônia não vem conseguindo aproveitar-se desta potencialidade, apesar das amplas perspectivas existentes de conquista de um mercado externo de fácil acesso.

Num excelente trabalho publicado pela revista "Indústria & Produtividade", órgão oficial da Confederação Nacional da Indústria, foi feito um estudo sobre o setor madeireiro da Amazônia.

Esfôrço mais recente para tentar dar um impulso maior ao setor vinha sendo tentado pela SUDAM através de estudos detalhados das perspectivas de exportação de madeiras pela Amazônia e pelo recebimento de vários projetos que, se beneficiando dos Incentivos Fiscais, visam a aplicar recursos no setor.

Todavia, duas medidas do Governo Federal vieram desestimular quaisquer aplicações no campo madeireiro. Inicialmente a exclusão da indústria de beneficiamento (serraria) da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, concedida através do Decreto-Lei 288. Posteriormente, a Resolução n.º 44 do Conselho Nacional do Comércio Exterior — CONCEX —, que, pretendendo desenvolver o setor de serragem, proibiu a exportação de quaisquer tipos de madeira em toros. Em função desta contradição de ação governamental, em que ficaram proibidas as exportações de madeiras em toros, e de medidas que desestimularam a expansão das serrarias, apresenta-se a seguir um panorama das efetivas potencialidades da região no campo da exportação de madeira em toros, reivindicação máxima dos empreendedores privados já estabelecidos na região e daqueles que pretendem, através de outros incentivos governamentais, ali atuar. Estas reivindicações vêm tendo inclusive apoio das autoridades locais e culminaram com a publicação de um documento pelo Estado do Amazonas, que analisa a atual situação do setor e as implicações da resolução do CONCEX.

Ociosidade

Segundo relatório da FAO e estimativas da Forest Resource, a Floresta tropical amazônica cobre 261 milhões de hectares e contém 78,3 bilhões de

m³ de madeiras, dos quais 77,9 bilhões de latifoliadas. Contando com esse imenso potencial, a Amazônia vem exportando nos últimos anos uma média nunca superior a 100 mil m³ de toros, madeiras serradas e produtos lavrados.

Somente para melhor situar esta posição, na Costa do Marfim, onde os recursos florestais não vão além de 17 milhões de hectares, tem-se uma exportação média anual de 1.521 mil m³. Ainda de acordo com a FAO, o rendimento volumétrico da indústria de extração de madeira é baixíssimo. Para cada milhão de m³ de toros abatidos, apenas 600 mil são destinados às serrarias, e de 10 milhões de m³, 663 mil são transformados em lenha e 72 mil em carvão, o que vem caracterizar métodos destrutivos de aproveitamento. A exploração de madeira na Amazônia, além do mais, circunscreve-se às áreas marginais dos rios, às florestas de várzea, produzindo desmatamento nos locais de extração. Os extratores coletam apenas madeiras de cotação comercial especulativa, atendendo encomendas de serrarias que visam a lucro imediato, não se permitindo, assim, o estabelecimento de uma indústria sólida e com áreas de suprimento.

Inventário

Por outro lado, até há pouco tempo o que se conhecia das espécies arbóreas da heterogênea floresta amazônica ligava-se às pesquisas botânicas de Huber, de Dicke e, mais recentemente, de Kuhlmann e William Rodrigues, que se esforçaram por inventariar, nas proximidades de Manaus, uma área que o INPA e a UNESCO projetam como jardim botânico típico.

Devem-se a técnicos da FAO, que atuavam junto à antiga SPVEA, os primeiros inventários florestais, realizados na margem sul do Rio Amazonas, a partir do Madeira e até o litoral atlântico, cobrindo uma área de 200 mil km², representando 20 milhões de hectares. Nesta área, que é a mais extensa faixa florestal contínua já inventariada em todo o mundo, os técnicos identificaram vinte e quatro tipos de floresta, segundo o critério de classificação de tipos e volumes de madeiras que fornecem e a frequência e predominância de determinadas espécies.

Dividiram-na em sete blocos: 1) área Madeira—Tapajós, compreendendo uma faixa de 3,7 milhões de hectares, dos quais 80% de floresta, onde, agora, não é tão frequente a ocorrência de pau-rosa; 2) área Tapajós—Xingu, com 2,5 milhões de hectares inventariados, notando-se a predominância de andiroba, acapu e ucuuba; 3) área Xingu—Tocantins, com 3 milhões de hectares inventariados, elevada frequência de Maçaranduba (da qual se aproveita apenas o látex) e de ucuuba, das melhores madeiras para compensados; 4) área Tocantins—Guamá—Capim, com 4,6 milhões de hectares, na qual predomina a cupiúba e a quaruba e tem frequência o pau-amarelo e o acapu; 5) área Caeté—Maracassumé, com 2,7 milhões de hectares — nela — chega a extremo a floresta amazônica de Leste e começa a aparecer a palmeira babaçu; 6) área ao longo da Belém—Brasília (limitada entre São Miguel do Guamá, no Pará, e Imperatriz, no Maranhão), com 2,0 milhões de hectares inventariados, predominância de pau-amarelo; 7) área do Mogno, compreendendo a parte Norte de Goiás e a parte Sul do Pará, inventariando-se 350 mil hectares.

Nesta última área, os técnicos da FAO identificaram o mogno em 70 mil hectares, com volumes que variam de 0,16 a 4,72 m³/hectare. Espécie que ocorre na floresta de planalto, o mogno tem frequência pela faixa que se estende pelas bacias superiores do Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Juruá e Purus, até o Território de Rondônia.

Outra espécie de grande frequência e predominância na faixa marginal sul do Rio Amazonas é a imbaúba, incidindo, com maior densidade, na região Xingu—Tocantins, correspondente a um volume de madeira de 2 m³/hectare, o que significa um total aproximado de 3.540 mil m³ nos 1.770 mil hectares da floresta ali existente. Na região Tocantins—Guamá—Capim, o volume médio da imbaúba é da ordem de 1,5 m³/hectares da área inventariada, 4.468 mil m³ dessa madeira de alto valor econômico.

Apesar de todo o potencial anterior, as serrarias continuam sem expandir-se principalmente em função do ponto de estrangulamento encontrado na etapa de extração das madeiras dentro da densa floresta amazônica. Além de ser um processo primitivo, que ocupa grande contingente de mão-de-obra, somente no Estado do Amazonas o sindicato local estima que 30 mil pessoas dependam da atividade, outros fatores contribuem mais ainda para limitar a produção local. A necessidade de capital de giro é cada vez mais exigida e os extratores são financiados pelas serrarias que imobilizam recursos avultados por um prazo excessivamente longo que pode atingir até a um ano.

Depreciação

O processo de extração atual pode ser decomposto da seguinte forma: no verão, quando as chuvas são escassas e o nível dos rios é mais baixo, os madeireiros embrenham-se na floresta para marcar as árvores a serem cortadas. A seguir, estas são abatidas e ficam aguardando a cheia dos rios, que coincide com o período das chuvas para o transporte dos toros às serrarias que distam milhares de quilômetros das áreas de extração. São conduzidas em espécie de jangadas para os centros maiores onde as serrarias transformam para consumo local ou exportam *in natura*.

A excessiva sujeição dos toros ao tempo, como se verifica pela operação descrita, torna a madeira passível de ataque de fungos e insetos, prejudicando-lhe a qualidade.

Desta forma, somente um programa a longo prazo poderia influir na elaboração de um programa de ampliação da capacidade das serrarias locais. Além do mais, o mercado mundial de madeira encontra-se voltado para a madeira em toros, que é responsável por 74% das importações mundiais, cabendo os 26% restantes para as madeiras serradas e preparadas. O estabelecimento de condições para exportações de madeiras em toros, no caso especial da Amazônia, em nada viria prejudicar a economia nacional, e pelo contrário em muito beneficiaria sua balança comercial.

Uma simples comparação, realizada em estudo procedido pela CODEAMA, indica que somente para a Amazônia Ocidental, que representa metade da Amazônia Legal, se fossem atingidos os mesmos índices médios de utilização

de outras florestas mundiais, com o rendimento por hectare atingido pelas florestas africanas, já permitirá obter a situação que se segue.

O índice de utilização do potencial florestal, ou seja, a relação entre a área florestal em utilização e a reserva total passaria para 37% quando hoje é de 7% para o Brasil e de dois milésimos para a Amazônia.

A dúvida

Vale por outro lado considerar a possibilidade de desenvolvimento de novos materiais pela indústria química que poderiam diminuir grandemente a importância da madeira nos próximos anos como material de construção.

É evidente que os valores anteriores somente podem ser citados como metas de um programa mais amplo. Numa primeira etapa bastaria criar condições de disciplinamento dos processos tradicionais de extração e incentivar a entrada de empresas madeireiras na região, operando dentro das mais modernas técnicas de exploração florestal, não esquecendo, também, a necessidade do reflorestamento.

Poder-se-ia, por exemplo, condicionar a atividade das novas empresas de extração à abertura de estradas, dentro do Plano Rodoviário Nacional (a Transamazônica poderá ser o melhor exemplo) e ao reflorestamento das áreas exploradas, de modo a permitir a implementação de um programa racional de colonização, estribado em suportes econômicos que constituiriam, sem dúvida, um grande passo à conquista da Amazônia e a sua efetiva integração à comunidade brasileira. Sobre este aspecto já é válida a pretensão dos industriais amazonenses e dos futuros investidores da região, de que seja permitida a exportação de madeiras sob a forma de toros.

Por último, considere-se que a participação do Brasil no mercado de madeiras tropicais é de apenas 0,4%. Nas exportações brasileiras quase que a totalidade é constituída de pinheiro do Paraná (coníferas) pois as madeiras latifoliadas, da Região Amazônica, concorrem com menos de 3% do total exportado.

Para melhor avaliar a importância que pode vir a ter o setor não só para a economia nacional, mas também e principalmente em termos regionais, indicam-se algumas informações referentes ao mercado mundial de madeiras.

Os maiores países exportadores de madeiras latifoliadas em toros, segundo informação da FAO para o ano de 1965, eram o Gabão, as Filipinas, a Costa do Marfim, a Sabah e a França, que, juntos, eram responsáveis por 72% do comércio mundial, que atingia 17,5 milhões de m³ de toros, num total de 23,6 milhões de m³.

Quanto aos países importadores, o destaque principal cabe ao Japão que importa praticamente 30% do volume mundial comercializado, vindo a Alemanha com 11% e a França e Itália com 8% e 7%.

O quadro a seguir apresenta a estrutura do comércio mundial de madeira tropical em toros com percentagem das exportações e importações para a média do período 1960/1965.

QUADRO I

ESTRUTURA DO COMÉRCIO MUNDIAL — MADEIRA TROPICAL EM TOROS

Regiões	Exportações %	Importações %
Europa	23,7	49,1
América do Norte	23,2	14,6
Ásia	21,6	34,5
URSS	17,5	—
África	11,2	0,8
América Latina	1,8	0,4
Pacífico	1,0	0,4
Total	100,0	100,0

Fonte: CNUCED — GATT, Forum de Comércio Internacional, abril 1968.

Como se observa, a Europa e a Ásia são os continentes que apresentam saldo negativo de comércio, o primeiro pela própria ausência do produto, e o segundo por contar com o Japão, que sozinho absorve quase 30%. Destaca-se por outro lado a Rússia, que foi incluída em separado pela sua posição privilegiada de exportadora sem nenhuma contrapartida de importação. Fato mais importante, todavia, para as perspectivas de penetração no mercado mundial da Amazônia, refere-se às fontes de suprimento do mercado europeu. Sua análise indica ser a África o principal continente supridor da Europa na parte de madeiras em toros, com 72,5%, seguido da Ásia com 5,2% e os outros continentes atingindo 22,3%.

Torna-se claro portanto que o mercado para nossas madeiras existe e que não seria impossível concorrer com os atuais fornecedores, basicamente países com características semelhantes às nossas.

SISTEMA BANCÁRIO DO AMAZONAS CRÉDITO E FINANCIAMENTO

O Banco do Estado do Amazonas S. A., fundado em 1957 e que somente passou a operar em 1958, na qualidade de Banco oficial do Governo amazonense, tem as características de um Banco estadual de fomento. Durante o ano de 1969 aumentou consideravelmente seus negócios e suas atividades.

A despeito das medidas de restrição de taxas resultantes da política financeira nacional, seus resultados no ano de 1969 foram substancialmente maiores que os do ano anterior, mercê do incremento do volume de seus negócios e do extremo cuidado com que foram encaradas as operações realizadas pela sua

Diretoria, presidida pelo sr. Laércio da Purificação Gonçalves, técnico de longa experiência em assuntos bancários.

A par do aumento de capital de Cr\$ 3.000.000,00 para Cr\$ 10.000.000,00, lançado em 1968, porém efetivado no ano de 1969, os recursos do Banco foram acrescidos ainda da dotação feita pelo Governo do Estado, de Cr\$ 5.000.000,00, resultante de venda de ações da Petrobrás, valor incorporado ao Patrimônio do Banco sob a denominação de Fundo para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas.

Graças a essa dotação o BEA teve condições de aplicar maior soma de recursos no atendimento dos empreendimentos agropecuários e industriais, de onde o significativo aumento das operações nesses setores básicos da economia regional.

Como agente financeiro do Governo do Estado prestou o Banco do Estado do Amazonas, não só à Secretaria de Fazenda, mas, também, aos demais órgãos ligados ao poder público, toda assistência ao seu alcance, inclusive na arrecadação de impostos e taxas estaduais como na transferência de numerário para atendimento de despesas em outras localidades do Estado e fora dêle; amparo creditício às Colônias Agrícolas organizadas ou supervisionadas pela Secretaria de Produção, etc.

Racionalizando seus serviços visando à redução de seus custos operacionais e melhor atendimento à clientela, criou o Caixa Executivo, pioneiro no Estado do Amazonas, o que significa verdadeiro exemplo da boa técnica bancária. Semple executando medidas de melhoria técnica, o BEA contratou técnicos em atividades bancárias, reforçando seu quadro de assessoramento; seus funcionários fizeram cursos no Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoal do Banco do Brasil, assim como em outros patrocinados pelo Sindicato dos Bancários da Guanabara, além de custear cursos especiais para melhor aprimorar seu quadro funcional.

Com o apoio técnico da ACAR-Amazonas, o BEA deflagrou o processo de Crédito Rural Orientado, financiando diretamente produtores de juta, arroz, guaraná, pimenta-do-reino e outros gêneros, com resultados bem satisfatórios.

Finalmente, colaborando com o DER-Amazonas, serviu como agente para a obtenção do empréstimo externo de US\$ 10.000.000,00, destinado ao financiamento das obras da estrada Manaus—Pôrto Velho, operação concluída satisfatoriamente nos primeiros dias de 1970, com a entrada, no Estado, da primeira parcela do empréstimo obtido, no total de Cr\$ 12.000.000,00.

Colocado em número o movimento do Banco pode ser melhor medido pelos seguintes dados:

APLICAÇÕES — Saldos em 5/12/1969, comparados, em milhares de Cr\$:

Crédito Geral	1966	1967	1968	1969
Ao Comércio	6.244	6.089	8.231	10.879
À Indústria	1.679	3.944	6.326	13.073
À Lavoura	440	272	123	516
À Pecuária	55	66	133	1.380
Outros	404	378	2.193	4.177

Crédito Especial	1966	1967	1968	1969
À Indústria	2.383	1.839	1.476	1.066
À Agricultura	280	203	270	159
À Pecuária	355	264	468	940

APLICAÇÕES — Montante das Aplicações até 5/12/1969, em milhares de Cr\$:

Empréstimo à Produção	Pelo Crédito Geral		Pela Carteira Especializada	Total
	À Produção Agrícola	657	877	1.534
À Produção Animal	834	925	1.759	
À Produção Industrial	26.167	944	27.111	
As Cooperativas de Produção	71	—	71	
Empréstimos ao Comércio				
Ao Com. de Prod. Agrícolas	2.441	330	2.771	
Ao Com. de Prod. Origem Animal	7	158	165	
Ao Com. Prod. Industriais	20.541	—	20.541	
Ao Com. não Especificado	5.314	—	5.314	
Empréstimos a atividades não Especificadas	9.803	—	9.803	
Empréstimos ao extrativismo	—	30	30	
Outros	54	211	265	
	<u>65.889</u>	<u>3.475</u>	<u>69.364</u>	

Os financiamentos através da Carteira de Crédito Rural tiveram a seguinte distribuição:

OPERAÇÕES REALIZADAS (até 5/12/1969) em mil cruzeiros:

AGRICULTURA

À Horticultura	87.142	
À Pimenta-do-Reino	14.868	
Ao Guaraná	99.885	
Ao Arroz e Feijão	114.400	
À Juta (fibra)	496.295	
As Máquinas, Adubos, Inseticidas	34.272	819.862
	<u>819.862</u>	

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Pecuária

Bovinocultura	925.682	
Avicultura	102.794	
Outras	97.823	1.126.299
	<hr/>	

Comercialização de Produtos de Origem Animal

158.590

2.465.352

O programa de Crédito Rural orientado atingiu os seguintes municípios amazonenses :

Manaus	1.198.691	
Itacoatiara	19.307	
Maués	99.885	
Careiro	113.744	
Autazes	255.635	
Eirunepé	45.148	
Bôca do Acre	43.443	
Manicoré	38.223	
Tefé	1.300	
Parintins	34.855	
Manacapuru	500.498	
Coari	16.800	
Outros	97.823	2.465.352
	<hr/>	

Em Convênio com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (FIPEME), o Banco do Estado do Amazonas concedeu financiamento à indústria nos seguintes setores :

	Valor	%
Alimentação	255.851	39,5
Cerâmica	46.043	7,0
Lixívias	2.673	0,5
Madeira Serra	78.712	12,0
Móveis	78.837	12,0
Têxtil	178.055	28,0
Prensagem de Juta	3.596	1,0
	<hr/>	<hr/>
	643.767	100,0

Com a participação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, através do FINAME, o BEA concedeu financiamentos a diversas atividades para aquisição de equipamentos, como segue:

	Valor	%
Tratores agrícolas	57.815	12
Motores Marítimos	109.111	23
Frigoríficos	92.504	20
Cerâmica	207.964	45
	<hr/>	<hr/>
	467.394	100

Com o apoio do Banco Nacional da Habitação — Subprograma RECON, foram concedidos financiamentos para construção de residências, no total de Cr\$ 269.385,44 até o presente.

A evolução do Setor de Depósitos pode ser observada através dos seguintes números:

Ano	Depósitos	Índices
1965	10.298	100
1966	11.217	108
1967	8.152	79
1968	13.992	135
1969	31.781	291

O movimento da arrecadação de impostos e taxas pode ser observado pela comparação do efetivado durante o ano de 1968, com o obtido até 5-12-1969, a saber:

	1968	até 5/12/1969
F G T S	2.371.085	2.937.954
Fundo de Ass. T. Rural	41.222	73.589
I N P S	1.330.503	2.350.950
I B R A	25.620	5.270
Imp. de Renda	1.083.892	1.797.018
I P I	1.158.545	42.431
I C M	26.080.261	47.180.976
C A M T E L	318.948	554.206

O Fundo de Amparo ao Desenvolvimento do Estado do Amazonas, criado pela Lei n.º 864, de 3/7/1969, e regulamentado pelo Decreto n.º 1.414, de 4/7/1969, foi instituído pelo Governo do Estado, em caráter permanente, com a finalidade geral de financiar o Capital fixo, semifixo e de giro das empresas instaladas ou que venham a se instalar no Estado do Amazonas, que operem ou venham a operar nos setores básicos da economia, previstos no Plano Quinquenal da Administração Estadual.

Dos recursos e sua utilização

Constituem recursos do Fundo de Amparo ao Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — FUNDEA :

- I — Inicialmente, o produto da venda de ações da Petrobrás, de propriedade do Estado, até o valor global de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).
- II — 50% do importe do lucro líquido resultante da movimentação do próprio fundo, apurado em balanços semestrais.
- III — 50% do total recolhido ao Banco do Estado do Amazonas S. A., pelas empresas beneficiadas com a restituição do ICM prevista na Lei n.º 839, de 17 de dezembro de 1968, na forma do que dispõe o parágrafo único do art. 11 da citada lei.

Os recursos do FUNDEA serão utilizados no amparo do desenvolvimento do Estado, de modo a impulsionar os setores primário, secundário e terciário de sua economia, aproveitando ao máximo sua potencialidade e a infra-estrutura implantada pelas tarefas consubstanciadas no PLANAL, através de:

- I — Financiamento às obras que visam ao cumprimento do Plano Quinquenal do Governo, desde que as empresas executoras dessas obras atendam às normas regulamentares.
- II — Financiamento de capital fixo, semifixo e de giro, às pessoas jurídicas ou naturais, com atividades nos setores de extrativismo, agricultura, pecuária, indústria (especialmente as de transformação ou beneficiamento de matérias-primas regionais) e comércio, êste ligado aos setores de produção.
- III — Empréstimos, por meio de contratos, títulos, cédulas e Notas de Crédito Rural, para financiamento de safras agropecuárias e de extração de produtos regionais.
- IV — Empréstimos à comercialização de produtos regionais ou manufaturados no Estado através de títulos, contratos ou Notas Promissórias Rurais.
- V — Desconto de legítimos efeitos comerciais, resultante da comercialização de produtos e gêneros necessários aos centros de produção.






Administração de Recursos

Os recursos do FUNDEA estão sob a responsabilidade administrativa do Banco do Estado do Amazonas S. A. que, em suas aplicações, observará as taxas normais de juros recomendados pelo Banco Central do Brasil.

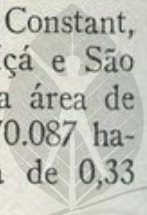
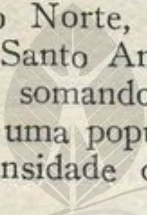
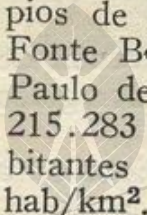


A concessão dos financiamentos à conta do FUNDEA, está a cargo da Diretoria do Banco do Estado do Amazonas S. A., seguindo sempre o trâmite normal das operações bancárias da espécie.

OS MUNICÍPIOS AMAZONENSES

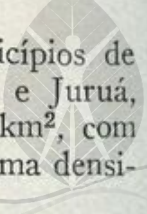
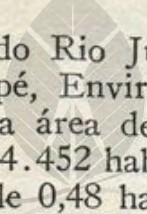
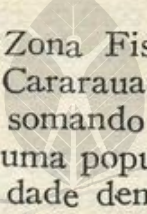


O Amazonas conta com 44 municípios, distribuídos em sete micro-regiões, que se poderiam também chamá-las de Zonas Fisiográficas, assim discriminadas:



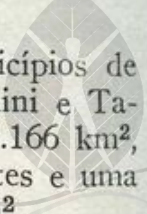
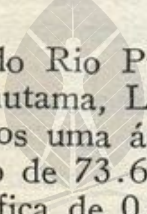
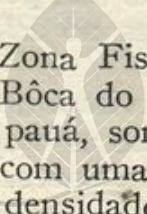


MICRO-REGIÃO 1 — Zona Fisiográfica do Solimões-Javari: municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Itá e São Paulo de Olivença, somando todos uma área de 215.283 km², com uma população de 70.087 habitantes e uma densidade demográfica de 0,33 hab/km².



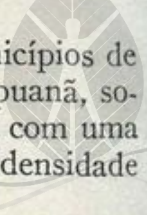
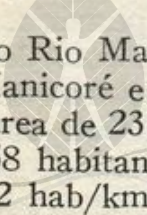
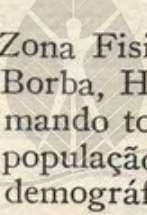


MICRO-REGIÃO 2 — Zona Fisiográfica do Rio Juruá: municípios de Cararauari, Eirunepé, Envira, Ipixuna e Juruá, somando todos uma área de 132.898 km², com uma população de 64.452 habitantes e uma densidade demográfica de 0,48 hab/km².



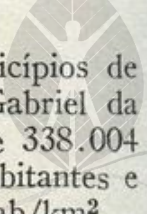
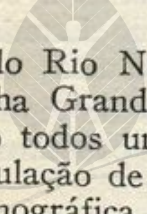
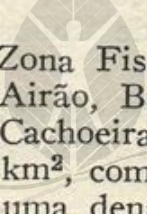


MICRO-REGIÃO 3 — Zona Fisiográfica do Rio Purus municípios de Bôca do Acre, Canutama, Lábrea, Pauini e Tapauá, somando todos uma área de 232.166 km², com uma população de 73.620 habitantes e uma densidade demográfica de 0,32 hab/km².




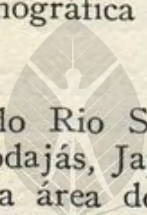
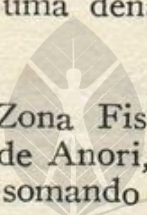


MICRO-REGIÃO 4 — Zona Fisiográfica do Rio Madeira: municípios de Borba, Humaitá, Manicoré e Nôvo Aripuanã, somando todos uma área de 231.317 km², com uma população de 73.958 habitantes e uma densidade demográfica de 0,32 hab/km².



MICRO-REGIÃO 5 — Zona Fisiográfica do Rio Negro municípios de Airão, Barcelos, Ilha Grande e São Gabriel da Cachoeira, somando todos uma área de 338.004 km², com uma população de 43.704 habitantes e uma densidade demográfica de 0,13 hab/km².



MICRO-REGIÃO 6 — Zona Fisiográfica do Rio Solimões: municípios de Anori, Coari, Codajás, Japurá, Maraã e Tefé, somando todos uma área de 208.402 km², com uma população de 83.573 habitantes e uma densidade demográfica de 0,13 hab/km².



MICRO-REGIÃO 7 — Zona Fisiográfica do Médio Amazonas: municípios de Autazes, Barreirinha, Careiro, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaus, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Parintins, Sil-

ves, Urucará e Urucurituba, somando todos uma área de 200.917 km², com uma população de 511.996 habitantes e uma densidade demográfica de 2,55 hab/km².

Municípios Mais Populosos do Amazonas

De acôrdo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1969, os cinco municípios do Amazonas mais populosos até 1.º/7/1968, são os seguintes:

Manaus	249.797
Manacapuru	51.763
Careiro	41.275
Parintins	34.165
Itacoatiara	31.809

Municípios Menos Populosos do Amazonas

Jutaí	1.843 hab. e dens. demog. de 0,05 hab/km ² .
Itapiranga	2.747 hab. e dens. demog. de 0,22 hab/km ²
Japurá	3.649 hab. e dens. demog. de 0,07 hab/km ² .
Silves	4.035 hab. e dens. demog. de 0,56 hab/km ² .
Ilha Grande	5.228 hab. e dens. demog. de 0,07 hab/km ² .

Municípios Fronteiriços

O Estado do Amazonas possui sete Municípios fronteiriços:

Atalaia do Norte, fronteira com a República do Peru

Barcelos, fronteira com a Venezuela

Benjamin Constant, fronteira com a Colômbia e o Peru

Japurá, fronteira com a Colômbia

Santo Antônio do Içá, fronteira com a Colômbia

São Gabriel da Cachoeira, fronteira com a Venezuela e a Colômbia

São Paulo de Olivença, fronteira com a Colômbia.

Todos esse Municípios somam 405.254 km², com uma população de 86.028 habitantes.

O Maior e o Menor Município do Amazonas

O maior município do Estado do Amazonas, em superfície é o de Barcelos, na Zona Fisiográfica do Rio Negro, com 122.490 km²; o menor é Urucurituba, na Zona Fisiográfica do Médio Amazonas, com 3.006 km².

O de maior densidade demográfica é o de Manaus, com 17,42 hab/km²; os menores são Ilha Grande e Japurá, ambos com 0,07 hab/km².

AIRÃO

Região: Zona Fisiográfica do Rio Negro
Limites: Com os municípios de Barcelos, Codajás, Maracapurú, Manaus, Uruará, Itapiranga e com o Território de Roraima
Prefeito: Antenor Carlos Frederico

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito de Airão.
Superfície: 50.936 km².
Altitude: 40 m aprox. acima do nível do mar.

Dist. da Capital: 250 km.

Vias de Transporte: Fluvial e regular, através de embarcações da ENASA, além de embarcações particulares.

Comunicações: Não possui agência da EBCT.

Riquezas Naturais

A flora airãense, na qual se destacam a seringueira e a castanha-do-pará, constitui a sua principal riqueza natural. A sua fauna também é relativamente importante, principalmente a aquática: peixes de várias espécies, destacando-se o pirarucu e quelônios: tartarugas, tracajás e outros. Há também vários animais silvestres: onças, veados, queixadas, caitetus e outros. Quase não existe pecuária, registrando-se a presença de uma pequena fazendola com algumas cabeças de gado vacum.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal constitui a principal atividade econômica do município. As principais fontes de renda são a borracha e a madeira. Os demais produtos são balata, sernambi, sôrva, etc. Predomina a lavoura temporária: mandioca, milho, cacau, feijão e cana-de-açúcar.

A população do município de Airão é de 6 194 habitantes. O clima é quente-úmido, característico das zonas equatoriais. A linha do Equador corta a parte do extremo norte do município.

Superfície Econômica.

Não há indústrias no município e apenas 12 casas comerciais, do tipo varejista existem no município. Não há agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Apenas 12 escolas primárias, mantidas pelo Estado. Na sede municipal, a Prefeitura mantém uma escola primária.

Saúde Pública: Airão não tem nenhum posto médico.

O município não possui hotel nem pensão ou simples hospedaria.

As ruas não são pavimentadas. Dois clubes esportivos-sociais. Uma pequena estrada de rodagem liga a sede a um pequeno povoado.

O Poder Legislativo funciona com sete vereadores.

Como atração turística do município, registra-se o Rio Negro com um curso d'água dos mais belos do mundo. Suas águas são tranquilas, límpidas, transparentes. Há trechos em que chega a ter 50 km de largura, no seu curso inferior, quando se espraia em imenso lago, coalhado de pequenas ilhas.

Próximo à cidade de Airão estão as ilhas Curidiqui e Xipaca.

Constitui o Rio Negro, evidentemente, uma atração turística, não só do município mas de toda a Amazônia.

Airão tem iluminação elétrica. Possui uma Igreja Matriz e Coletoria Estadual.

HISTÓRIA

As penetrações de alienígenas no Rio Negro começaram em 1645, com a bandeira de Bartolomeu Barreiros de Atayde, que trazia instruções do Governador Luís Magalhães de descobrir o “rio do ouro”.

Há, todavia, duas versões sobre a origem do primeiro núcleo do povoamento em terras do atual município de Airão, as quais eram habitadas primitivamente pelos índios Uaimiri, Atroari, Crichanãs, Carabinari e Jauaperi.

A primeira versão diz que numa das bandeiras dos jesuítas, saídas do Maranhão, a primeira em 1657 e a segunda no ano seguinte, foi fundada a “missão dos Tarumãs, que, depois de passar por vários incidentes, transmudou-se na missão da foz do Jaú, sob o padroado de Santo Elias”.

A segunda versão informa que Pedro da Costa Favela, no comando de uma tropa de resgate, e o Frei Teodósio da Veiga, da Ordem dos Mercês, vieram ao Rio Negro guiados pelos Aroquis, que habitavam o rio Urubu, e fundaram, em 1668, nas proximidades do riacho Aruim, uma povoação que, anos depois, foi transferida para a foz do rio Jaú, com a denominação de Santo Elias do Jaú.

Como se vê, ambas as versões dão como o primeiro núcleo do povoamento a missão de Santo Elias do Jaú. Divergem, no entanto, quanto à primitiva localização e sobre a data da fundação.

Tudo indica haja sido a missão ou aldeia de Santo Elias do Jaú o segundo ou terceiro núcleo de povoamento organizado pelos portugueses em terras amazonenses.

A aldeia de Santo Elias do Jaú foi elevada à categoria de lugar, em 1759, com a denominação de Airão, por Joaquim de Melo Póvoas, primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro.

A denominação de Jaú, originava-se do rio do mesmo nome, próximo a cuja foz está situada a localidade; a de Airão foi aplicada em observância à política iniciada por Mendonça Furtado de dar às povoações amazonenses nomes portugueses. Assim, aconteceu, também, por exemplo, com as aldeias de Abacaxis (atual Itacoatiara) e Saracá, que na mesma época passaram a denominar-se Serpa e Silves, respectivamente. Quando da criação da Comarca do Alto Amazonas, em 1833, figura Airão como freguesia ou colégio eleitoral pertencente ao termo de Manaus.

A Lei Provincial n.º 92, de 6 de novembro de 1858, reduziu o número de freguesias da Província, excluindo algumas, dentre elas a de Airão.

Permaneceu Airão durante mais de um século sem nenhuma alteração em sua história e sem também apresentar quase nenhum progresso, quando, em 1938, foi transformado em sede do distrito do mesmo nome, integrando o município de Manaus.

Pela Lei Estadual n.º 99, de 19 de dezembro de 1955, foi criado o município de Airão, desmembrado do de Manaus, com sede na vila de Airão, elevada, então, à categoria de cidade. A instalação do município deu-se a 23 de fevereiro

do ano seguinte, sendo o seu primeiro prefeito nomeado pelo governador do Estado, sr. Ivo Alves de Almeida. O município é constituído de um único distrito.

A N O R I

Região — Zona Fisiográfica do Solimões
Limites: Manacapuru, Coari e Codajás
Prefeito: Fábio Rodrigues Bastos

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Sede de Comarca com um único distrito.

Superfície: 2.385 km².

Altitude: 38 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Transporte fluvial através de pequenas embarcações particulares, chamadas de "recreio". Não possui agência do EBCT

Dista de Manaus 241 km.

Riquezas Naturais

O município de Anori é rico em madeiras de lei. Tem apreciável quantidade de seringueiras e castanha-do-pará.

Atividades Econômicas

A agricultura é do tipo clássico de toda a Amazônia: mandioca, milho, feijão, arroz.

A pecuária é de pouca monta, existindo onze pequenas fazendolas de gado vacum. Na extração de borracha e castanha-do-pará repousa a principal fonte de riqueza do município, sem contar na extração de madeira, que é fundamental.

A população do município de Anori é de 11.075 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

Situação Econômica

O comércio é pouco desenvolvido, possuindo 24 estabelecimentos do tipo varejista. Possui indústria (serraria) e não tem agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Um grupo escolar na sede e 40 escolas primárias na zona rural.

Saúde Pública: Um posto médico.

Possui Juiz de Direito e Promotor. Não há tabelionato.

Câmara Municipal com 7 vereadores.

Anori conta com três clubes sociais, as ruas não são pavimentadas, tem bonita praça pública. Conta com o serviço de Fundação do SESP, duas igrejas católicas, sendo uma em louvor à padroeira do município — N. S.^a da Conceição, que divide as honras com N. S.^a do Perpétuo Socorro. Tem mercado público e Coletoria de Rendas do Estado e usina de força e luz. Há uma estrada de rodagem de 6 quilômetros. Tem energia elétrica e 4 farmácias estão instaladas.

HISTÓRIA

O município é novo, pois foi criado pela Lei n.º 117, de 29 de dezembro de 1956. Foi desmembrado do município de Codajás. É um dos três menores municípios do Amazonas.

ATALAIA DO NORTE

Região: Zona Fisiográfica do Solimões—Javari.

Limites: Com a República do Peru e os municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Jutai, Ipixuna e Estado do Acre.

Prefeito: Manoel Franco.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: A sede e a vila Atalaia.

Superfície: 71.901 km²

Altitude: 80 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Fluvial. Motores particulares fazem a ligação do município com os municípios vizinhos. A viagem à capital do Estado, realiza-se por via mista: fluvial até Benjamin Constant e aérea até Manaus.

Não possui agência postal-telegráfica da EBCT.

Riquezas Naturais

A flora e a fauna constituem as riquezas naturais do município. Na primeira, destacam-se a seringueira e madeiras de boa qualidade: aguano, andiroba e cedro.

Há vestígios da existência de minérios. Em Tabatinga, localizada nos limites de Atalaia do Norte com Benjamin Constant, há cervão de pedra. Aí também são encontrados xistos betuminosos à espera de estudos, prospecção e análise.

Atividades Econômicas

A extração da borracha (hevea e sôrva) e de madeira (aguano ou mogno, andiroba e cedro) constitui a principal atividade econômica do município. Não há castanha-do-pará em Atalaia do Norte.

A agricultura é diferente e produz o tipo comum: arroz, milho, feijão, mandioca.

Também a pecuária é quase inexistente, existindo pequenas criações, apenas.

A pesca é praticada principalmente para o próprio consumo. Para Benjamin Constant, todavia, exporta pirarucu e peixe-boi. Os tipos de peixes mais encontrados: tambaqui, curimatã e pirapitinga.

Situação Econômica

O comércio é pequeno, do tipo varejista, possuindo indústrias de olaria, serraria e

dois estaleiros. No município pratica-se o tipo de comércio usual na região: o do "regatão".

Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Um grupo escolar na sede do município e 18 escolas primárias rurais, com 24 professoras e uma frequência média de 736 alunos.

Não há posto médico no município. As caravanas médicas do Estado e do SESP atendem aos munícipes.

Existem em Atalaia do Norte três clubes sociais-esportivos: Atlético Atalaiense Clube, Juventude de Atalaia e Santa Cruz F. Clube. Os esportes mais praticados são o futebol, o tênis de mesa e a natação.

O município tem luz elétrica e não tem hotéis. Apenas o registro de uma pensão, a de D. Preta.

Os principais acidentes geográficos de Atalaia do Norte são os rios Javari, Ituí, Itacoai e Curuçá.

A cidade de Atalaia do Norte fica nos limites do Brasil com o Peru. É a única cidade brasileira à margem do rio Javari e a mais ocidental cidade amazonense. Dessa situação, provém-lhe naturalmente a denominação de "Atalaia".

Como atração turística, o Rio Javari, divisor natural do Brasil com o Peru, corre por "belo verde vale coberto de densas florestas, com uma extensão de 1.056 quilômetros, desaguando no Amazonas por três profundas bôcas das quais a oriental é a mais larga" É um rio extremamente sinuoso e de grande correnteza. Como atração turística ainda a tribo dos índios Marubas, belíssimas cachoeiras, além de grandes caçadas e pescaria.

Há um templo católico e uma estrada municipal ligando Atalaia do Norte a Benjamin Constant.

A população do município de Atalaia do Norte é de 6.325 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 0,09 hab/km². Seu clima é quente e úmido.

HISTÓRIA

A Lei Estadual n.º 96, de 19 de novembro de 1955, criou o município de Atalaia do Norte, desmembrado do de Benjamin Constant e constituído pelo distrito do mesmo nome (antigo distrito de Remate de Males), com sede no povoado de Atalaia, elevado então à categoria de cidade com a denominação de Atalaia do Norte.

A instalação do município ocorreu a 23 de fevereiro de 1956.

Habitavam primitivamente o território do atual município de Atalaia do Norte os índios Mangeronas, Ticunas, Marubas e Maias. Dos dois últimos vivem ainda remanescentes no referido território. Os Maias conservam-se ainda arredios à civilização.

A região do Javari foi das últimas a ser explorada, devido aos ferozes selvagens, seus habitantes, e às doenças endêmicas que ali grassavam.

O povoado de Atalaia, que é atualmente a sede do município de Atalaia do Norte, foi fundado em 1943, no seringal Cametá, cujo ato contou com a presença do Interventor Federal no Estado, dr. Álvaro Maia. A denominação de Atalaia justifica-se por ser a localidade em aprêço “o mais extremo núcleo do Oeste, a guarita da marcha para o Oeste” no dizer de Álvaro Maia em discurso proferido naquele ano.

O Rio Javari, o “Nilo Americano”, no dizer do Barão de Tefé, foi cenário de conflitos entre silvícolas e o pessoal das comissões mistas brasileiro-peruanas incumbidas da demarcação dos limites entre as duas nações, em 1864 e 1874.

AUTAZES

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas.

Limites: Com os municípios de Borba, Careiro, Itacoatiara e Nova Olinda.

Prefeito Júlio Clóvis Thaumaturgo Lôbo.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito de Autazes e povoado de Vila de Murutinga.

Superfície: 5.477 km².

Vias de Transporte e Comunicações: O Município liga-se com as unidades congêneres vizinhas: Borba — 240 km; e Careiro — 185 km; Itacoatiara — 105 km; Nova Olinda do Norte — 157 km e com a capital do Estado — 200 km, por meio de

transporte fluvial: pequenos navios, lanchas a motores.

Riquezas Naturais

A flora e fauna de Autazes são inegavelmente ricas. A castanha-do-pará e o pau-rosa são de considerável valor econômico. Há grande variedade de animais silvestres: onças, caititus, queixadas, veados etc., e aquáticos: jacaré, pirarucu e quelônios. É

presumida a existência de petróleo, dada a proximidade de Nova Olinda do Norte.

Atividades Econômicas

A indústria extrativa vegetal é sem dúvida a de maior destaque na economia do município. A agricultura é relativamente desenvolvida, graças principalmente ao incremento dado à cultura da juta. Depois da juta, o principal produto é o cacau. Cultiva-se também em menor escala, mandioca, fumo, feijão e milho, intensificando-se também o plantio de pimenta-do-reino.

A produção extrativa de origem animal tem também valor apreciável. Entre os couros e peles, destacam-se os de jacaré, onça, lontra, ariranha e capivara.

A pecuária é das mais desenvolvidas do Estado. Há boas fazendas de gado. O seu maior rebanho é o de bovinos.

Situação Econômica

Não há indústrias de transformação e o comércio é do tipo varejista, com cerca de 146 casas, que mantém operações com a praça de Manaus. Importa estiva em geral, miudezas, ferragens, louças, tecidos, etc.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Conta o município com 65 escolas primárias, com 65 profes-

sôras em exercício e uma freqüência média anual de 22.170 alunos.

Saúde Pública: Um pôsto médico do Estado. Autazes tem uma Igreja Matriz, em honra de S. Joaquim. Comemora as festas de S. Sebastião, Trabalho, S. Antônio, S. João e S. Pedro, S. Joaquim e as datas nacionais.

Não possui hotel e nem pensão.

Autazes está incluído no Plano Rodoviário do Estado. Tem uma bela praça — São Joaquim e o serviço de águas é resultado do convênio assinado entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado.

Tem Coletoria Estadual.

O Rio Autaz que banha o município de Autazes e à cuja margem fica a cidade do mesmo nome, é, sem dúvida, um belo curso de água, cortando, às vezes, verdes prados onde se assentam fazendas de gado e outras vezes mataria frondosa e exuberante. O lago Autaz onde nasce o rio do mesmo nome, de águas plácidas e tranquilas, rodeadas de vicejante vegetal, oferece também belos aspectos, constituindo-se na atração turística do município.

O Poder Legislativo funciona com 7 vereadores.

A densidade demográfica do município é das mais elevadas do Estado, ou seja 1,9 habitantes por km². Só lhe ficam a frente Manaus, Parintins e Careiro.

Possui energia elétrica e água encanada.

A população do município de Autazes é de 17.886 habitantes. O clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

Compreende-se por Autazes, segundo o agrônomo Francisco Barroncas, "tôda a gleba que forma o grande delta dos Autazes, situado entre o Madeira, Amazonas, Solimões e Baixo Purus".

Essa região já era conhecida nos meados do século XVII. Habitavam-na então os índios Muras, famosos por sua ferocidade.

O nome de Autazes dado à região há muitos anos e estendido ao município, provém dos rios Autaz-Açu e Autaz que irrigam o seu território.

O Madeira, rio de tão longo curso, e que também banha os Autazes, começou a ser explorado poucos anos após a expedição de Pedro Teixeira que se realizou em 1637, por coletores de cacau e demais produtos naturais.

Quando da Sedição dos Cabanos, iniciada em Cametá, na Província do Grã-Pará, e que depois se estendeu a todo território dessa unidade do Império,

desenrolaram-se nos Autazes vários combates entre as forças legalistas e os rebeldes, entre os anos de 1836 e 1839.

Quem mais se destacou nessas lutas, revelando-se um verdadeiro bravo, foi Ambrósio Aires que ao tempo da rebelião residia em Tomar, localidade à margem do Rio Negro. Para uns, era de nacionalidade alemã; outros consideravam-no português; e ainda mais alguns tinham-no como revolucionário pernambucano foragido do seu Estado.

Ao ter conhecimento do movimento sedicioso, Ambrósio Aires manifestou-se prontamente disposto a lutar a favor da legalidade. Rico e de muito prestígio onde vivia, reunira os amigos apresentando-se com 77 guardas nacionais à Vila de Mariuá. Conseguiu aí fazer-se ouvido pela Câmara, que resolveu convocar às armas os seus munícipes.

Era Ambrósio Aires eloqüente, desenvolto, relativamente instruído e destemido. Sua figura impressionava bem. Era branco e tinha os cabelos louros.

Nos últimos meses de 1835, os cabanos estavam próximos às fronteiras da Comarca do Alto Amazonas, em Icuipiranga, perto do Tapajós.

Bararoá, já comandante de resistência, foi ao encontro dos rebeldes. Trouvou-se, então, ali, a primeira batalha entre os cabanos e os legalistas amazonenses. A vitória sorriu a êstes.

Retornou então Bararoá a Mariuá e daí a Tomar, onde foi festivamente recebido. Os cabanos todavia voltaram poucos meses depois a se reorganizar em Icuipiranga. Investiram então sobre Luzéa e Serpa vencendo-as facilmente. No dia 6 de março de 1836, acercaram-se de Manaus, onde desembarcaram à noite sem encontrar resistência. Apossaram-se então no dia seguinte do govêrno da Comarca, o qual exerceram durante seis meses.

Em agôsto, todavia, estoura a reação em vários pontos da Comarca. Primeiro em Tefé, ainda no mesmo mês em Mariuá.

Bararoá reorganiza a sua coluna e bate os cabanos em Moura. Desce o Rio Negro e o Amazonas e vai ao lado do padre Sanchez de Brito dar-lhes combate no Baixo Amazonas.

Mantinhm-se então os cabanos na Mundurucânia, onde, bem entrincheirados em Luzéa, resistiam aos ataques dos legalistas.

Bararoá reforça a sua tropa e marcha sobre êles. Ocupa Abacaxis e logo em seguida Borba, pontos estratégicos.

Investe, finalmente, sobre o reduto dos rebeldes em fins de fevereiro ou princípio de março de 1837. Trava-se, então, uma luta tremenda, culminando mais uma vez com a vitória de Bararoá.

Regressa Bararoá a Manaus, cuja Câmara o confirma no cargo de comandante militar que exercera nos tempos de batalha.

Ainda durante os anos de 1838 e 1839 os cabanos continuaram infestando os Autazes e outros pontos da comarca. Só com a decretação da anistia ampla poder-se-ia pôr fim à sedição.

O município foi instalado no dia 3 de março de 1956.

BARCELOS

Região: Zona Fisiográfica do Rio Negro — Latitude: 0° 58' 11" Sul, — 62° 56' 00" longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Airão, Coari, Codajás, Içana, Maraã e Uaupés e com o Território Federal do Roraima e a República da Venezuela.

Prefeito: Manoel Arlindo de Almeida Guimarães.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa. Sede de Comarca e distritos de Barcelos, Moura e Carvoeiro.

Superfície: 122.429 km².

Altitude: 40 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Via Aérea, através da Cruzeiro do Sul, às segundas-feira, e da FAB, mensalmente. Há transporte fluvial, irregular, feito por particulares.

Possui agência do EBCT, postal-telegráfica.

Dista de Manaus, em linha reta, 403 quilômetros.

Riquezas Naturais

A flora do município é exuberante. Matéria frondosa e vicejante recobre todo o seu território. Entre as árvores de grande porte destacam-se pelo seu valor econômico a seringueira, a castanha-do-pará, a copaíba e a maçaranduba. Há piaçava em abundância e grande número de plantas medicinais. Também a fauna no município é das mais ricas. Em suas vastíssimas florestas vivem onças, antas, queixadas, caititus e veados. Nos cursos d'água que são muitos, geralmente piscosos, há jacarés, tartarugas, ariranhas e uma quantidade grande de peixes como pirarucu, jaraqui, tucunaré, etc.

Há vestígios da existência de minérios no município, como seja ouro no Rio Paduari e principalmente na serra Tapirapecó, ferro, mica, rutilo e titânio.

Atividades Econômicas

A indústria vegetal é, incontestavelmente, a atividade econômica de maior destaque no município. Destacam-se a castanha-do-

pará, piaçava, borracha, sernambi, balata e sôrva. A indústria extrativa animal é, também, relativamente grande, embora em maior parte se destine ao consumo próprio. A agricultura é rudimentar, destacando-se a mandioca, arroz, feijão, milho.

A pecuária é ainda insignificante e existem três indústrias de transformação, sem maior destaque.

Situação Econômica

O comércio congrega oito estabelecimentos do tipo usual na região. Possui indústria de transformação e beneficiamento. Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Um grupo escolar na sede, com salas de ensino médio e 15 escolas primárias, com 15 professoras e uma frequência média anual de 680 alunos.

Saúde Pública: A Missão Salesiana, que presta valiosos serviços, mantém um hospital para 45 leitos, além de um ambulatório. Tem posto médico estadual.

Possui duas pensões, uma cooperativa, 9 veículos automotores, dois cinemas, duas bibliotecas públicas, rede de esgotos e água encanada. Tem energia elétrica, uma farmácia e quatro bares.

Tem Coletorias Federal e Estadual. Juizado de Direito, Promotoria e Tabelionato.

Em instalação uma Estação Radiotelefônica da CAMTEL. Tem estação meteorológica.

O município dispõe de um templo católico, denominado Igreja de N. S.^a da Conceição, situada na praça principal.

Barcelos registra como seu filhos, dois

vultos ilustres: Bento de Figueiredo e Tenreiro Aranha, literato e poeta e João Henrique de Matos, graduado pela Escola Militar do Rio de Janeiro e desenhista.

Os principais acidentes geográficos são os rios Negro, Unini, Araçá, Domeni, Padauri, e as serras: Tolo-Tolo, Majali, Boião e Curupira esta, nos limites com a Venezuela.

A população do município de Barcelos é de 14.969 habitantes. Seu clima é o típico de toda a região: quente-úmido.

HISTÓRIA

Em Mariuá, aldeia dos índios Manaus, donde se originou a atual cidade de Barcelos, foi fundada em 1728, pelo carmelita Frei Matias São Boaventura, a Missão de Nossa Senhora da Conceição de Mariuá.

Ergueu-se, de início, uma capela de palha, que recebeu o nome de N. S.^a da Conceição; em seguida um hospital e pouco depois um colégio.

A missão progrediu rapidamente. Contou o Frei Matias com o concurso da mão do principal índio na catequese. Aos Manaus juntaram-se depois os Barés, os Banibas, Passés e Uerequenas, formando uma população de cerca de dois mil silvícolas.

Anos depois, o Frei Matias foi substituído pelo Frei José de Madalena, que construiu em 1739 a Capela de São Caetano e em 1744 a de N. S.^a de Santana, isto é, um templo em cada um dos bairros em que se dividia a povoação.

Quando o Capitão-General Francisco Xavier Mendonça Furtado chegou a Mariuá em 1754 para dar cumprimento ao tratado de limites entre a Espanha e Portugal, os sinos das capelas repicaram festivamente e foi saudado por um índio, aluno do colégio, que "proferiu florida oração".

Demorou-se Mendonça Furtado cerca de dois anos em Mariuá. A povoação ainda não apresentava então aspecto agradável. Além das palhoças dos índios só havia as capelas, o hospital e o colégio ou seminário. Ademais o terreno era alagadiço; quando havia fortes chuvas ficava inundado em grande parte e as enchurradas cavavam valados profundos. O matagal era enorme.

Providenciou então Mendonça Furtado no sentido de melhorar as condições do local. Construíram-se pontes e aterros. Derrubou-se o matagal. Abriam-se ruas e uma praça onde foi levantado um prédio, pelo engenheiro Felipe Sturn, para a residência do demarcador espanhol que era esperado. O palácio das demarcações onde se deveriam realizar as reuniões das Comissões de Demarcação, e a casa de espera "destinada as cortesias entre os dois demarcadores antes do início daqueles misteres diplomáticos", também foram construídos. Mariuá transformou-se. "Já havia um ar faustoso do centro civilizado" Sua população era de cerca de 3 mil habitantes.

A Vigaria Geral foi criada a 13 de abril de 1755. No dia 6 de maio de 1758 foi a aldeia elevada à categoria de vila, com o nome de Barcelos. No dia 27 do mesmo mês e ano, foi instalada a Capitania de São José do Rio Negro com sede na Vila de Barcelos, sendo o seu primeiro Governador Joaquim de Melo Póvoas. Em 1788 foi o Coronel Manuel da Gama Lôbo d'Almada nomeado Governador da Capitania.

Barcelos sofreu várias transformações em todos os anos passados e em 31 de março de 1938, através do Decreto-Lei Estadual n.º 68, recebeu foros de cidade.

BARREIRINHA

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas — 2º 48' latitude Sul — 57º 04' longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Maués, Parintins e Urucurituba e o Estado do Pará.

Prefeito: Coriolano Cidade Lindoso.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Barreirinha e as vilas de Ariaú, Freguesia do Andirá e Pedras.

Superfície: 7.678 km².

Altitude: 16 m de altitude.

Vias de Transporte e Comunicações: Barreirinha liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado, por meio de transporte fluvial (navios da ENASA e embarcações particulares). Dista de Manaus 420 km.

Possui uma agência postal-telegráfica da EBCT.

Riquezas Naturais

A flora de Barreirinha é bastante rica. Entre as suas principais espécies, destacam-se pelo valor econômico, o pau-rosa, a castanha-do-pará, o cumaru e outras espécies oleaginosas com a andiroba, o babaçu, o patauá, etc.

Também é rica a fauna, principalmente a aquática. Nos seus inúmeros igarapés, paranás e rios, geralmente piscosos, há peixes da melhor qualidade como o tambaqui e o pirarucu e são encontrados também o jacaré, a tartaruga e o tracajá.

Atividades Econômicas

A agricultura, graças exclusivamente à intensificação da cultura da juta, tornou-se a principal atividade econômica do município. Os demais produtos são: fumo, man-

dioca, banana, melancia, lima, feijão e outros.

Depois da agricultura, a principal atividade econômica é a indústria extrativa vegetal: pau-rosa e castanha-do-pará.

A produção extrativa animal é relativamente grande e a pecuária é bastante desenvolvida. Sete firmas industriais se dedicam à transformação do pau-rosa em essência e a outros produtos.

Situação Econômica

O comércio é do tipo comum da Amazônia: varejista, vendendo e comprando. Barreirinha mantém transações com as praças de Manaus e Belém. Há ainda indústrias de transformação. Não possui agências bancárias.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Conta o município com escolas primárias e pré-primárias.

Saúde Pública: Um Posto de Saúde mantido pelo SESP e um ambulatório mantido pela paróquia. Há também na cidade uma farmácia, um médico, dois farmacêuticos e dois enfermeiros.

O belo rio Andirá, de águas esverdeadas, às vezes mansas ora revôltas, que banham lindas praias de areias alvas, constitui efetivamente uma bela atração turística. Há no município cerca de 20 templos católicos: 4 igrejas e 16 capelas. A Paróquia mantém um pequeno teatro-escola, N. S.^a do Bom

Socorro, proporcionando gratuitamente, aos domingos exibições de cinema e teatro. Há também na cidade uma associação cultural denominada Sociedade de Estudos Rui Barbosa.

A principal festa do município é a que se realiza em sua sede entre os dias 5 e 15 de agosto, em homenagem à sua padroeira — N. S. do Bom Socorro.

O município é servido de luz elétrica e algumas de suas principais ruas são pavimentadas.

Estão em fase de conclusão um posto médico estadual e serviço de água, mercado público e mais duas escolas municipais.

Possui ainda uma biblioteca municipal, um jardim rodoviário e edifício-sede da Central Elétrica.

A população do Município de Barreirinha é de 13.092 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O local hoje ocupado pela cidade de Barreirinha pertenceu primitivamente a Manoel da Silva Lisboa, “que não podendo suportar as tripolias do índio Crispim de Leão, abandonou o estabelecimento a fim de fugir aos sanguinários instintos daquele façanhudo índio, que tão célebre ali se tornou pelos crimes e atrocidades que perpetrava”. O incêndio da “nascente povoação” de Andirá foi a última bravata do bárbaro índio que nessa oportunidade encontrou a morte, traspassado por uma bala. A Andirá com o intuito de missionar essa povoação, veio o capuchinho Pedro de Ceriana, que ali instalou a Missão de Andirá. Diz-se que a denominação de Andirá provém da grande quantidade de morcegos de asas pretas e cabeça branca existentes no local, aos quais os índios denominavam “Andirá”. Essa denominação se estendeu ao rio e posteriormente à povoação que aí surgiu.

Passando por várias transformações, Barreirinha surgiu como município em 1881 e somente recebeu fôros de cidade em 31 de março de 1938, através do Decreto-Lei n.º 68.

BENJAMIN CONSTANT

Região: Zona Fisiográfica do Solimões — Javari — Latitude Sul de 4º 21' 42" e 69º 54' 13" de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença e com as Repúblicas da Colômbia e do Peru.

Prefeito: José Maurício de Lavor Barreto.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Comarca de Benjamin Constant e distritos de Campo Alegre, Calon, Curuçá e Sentinela.

Superfície: 4.382 km².

Altitude: 65 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O

município é servido pelos navios da ENASA e empresas particulares. Por via aérea é atendido, duas vezes por semana (segunda e sexta-feira) pelos aviões da Cruzeiro do Sul. Tem agência postal-telegráfica do EBCT, estação radiotelegráfica da Cruzeiro do Sul e servido pelo serviço de fonia do Exército, em Tabatinga, próspera colônia militar.

Benjamin Constant é o município de maior importância da fronteira amazônica, por estar próximo de duas cidades relativamente importantes: Letícia, na Colômbia e distante apenas 30 minutos de embarcação de Iquitos, no Peru. Essa importância é aumentada pela Colônia Militar de Tabatinga, que vem despontando como futura grande cidade, tal o planejamento que a envolve.

Riquezas Naturais

O município possui grandes riquezas naturais. A sua flora é importante, na qual se destaca pelo seu valor econômico a "Hevea brasiliensis", produtora da borracha e madeira de ótima qualidade, como o aguano e o cedro. Sua fauna também é rica. Além de animais silvestres como o caititu, queixada, veado, há os aquáticos, como jacaré e grande número de espécies de peixe, entre os quais se destaca o pirarucu. Há vestígios da existência de minérios no território do município, como, por exemplo, o petróleo. Xistos betuminosos são encontrados em Tabatinga, na face da terra.

Atividades Econômicas

A indústria extrativa é a principal fonte de riqueza, cabendo à borracha o primeiro lugar. Vem depois a madeira e o sernambi. A produção extrativa do município é significativa.

Situação Econômica

O comércio congrega quatro estabelecimentos atacadistas na sede municipal e cerca de 25 varejistas. As transações são feitas com a praça de Manaus, em maior escala. No campo industrial, cinco estabelecimentos: 1 olaria, 1 pilador de arroz e 3 padarias. O município possui uma agência bancária.

A população do município de Benjamin Constant é de 13.810 habitantes. Clima: quente-úmido.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Trinta unidades primárias, com 90 professores e uma frequência anual média de 2.705 alunos. Um grupo Escolar "Cel. Raimundo Cunha". Uma escola secundária-normal, com seis professores.

Saúde Pública: Um hospital do SESP com 25 leitos; um posto de saúde estadual; 2 farmácias, dois médicos, dois dentistas e dois enfermeiros.

O município tem Juizado de Direito, Promotoria e Tabelionato. E Coletoria Estadual. Possui um pequeno hotel, três pensões e um restaurante. Tem uma cooperativa e 25 veículos automotores. Possui um sindicato — o dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil. Dois clubes recreativos fazem parte da vida social da cidade. Seis bares funcionam na cidade. Um posto agropecuário funciona no município.

Benjamin Constant tem serviço de energia elétrica e possui água encanada.

Uma particularidade interessante registra o município de Benjamin Constant: a primeira rua plantada na beira-rio (Javarizinho) é toda ela de madeira, por estar situada sobre terreno pantanoso. Possui uma bonita avenida pavimentada, em terra firme. São populares as festas religiosas em homenagem a São José, Cristo Rei, Santo Antônio e São João, N. S.^a da Conceição e as do Espírito Santo.

Como atração turística, o município oferece o majestoso Rio Solimões, a cuja margem está situada a cidade.

A agricultura, por falta de assistência técnica adequada, excluindo-se apenas o distrito de Tabatinga, vem se desenvolvendo precariamente, usando-se ainda métodos empíricos. Cultiva-se arroz, mandioca, feijão e cana-de-açúcar, além de frutas.

A pecuária é pouco desenvolvida, registrando-se pequena criação de gado bovino, suíno, caprino e ovino.

HISTÓRIA

O povoamento do município de Benjamin Constant deve ter sido iniciado nas primeiras décadas do século XVIII. Por volta de 1750 já existia nas proximidades da foz do Javari, no Solimões, a aldeia dos Javaris, onde viviam os índios Ticunas, fundada pelos jesuítas. Nessa aldeia, seria instalada a sede da Capitania, segundo a Carta Régia de 18 de julho de 1755 do Governo Portu-

guês, dirigida a Mendonça Furtado, Governador do Grã-Pará. Este, todavia, por motivos expostos à Metrópole e por ela aceitos, resolveu sediar a Capitania na aldeia de Mariuá, no Rio Negro. Em São José do Javari eram sediados então um destacamento militar e um pôsto fiscal. O local, entretanto, não oferecia as condições necessárias ao fim a que estava servindo.

Tabatinga, lugar próximo de São José do Javari, à margem esquerda do Solimões, numa pequena elevação do terreno, oferecia excelentes condições para os dois fins, isto é, pôsto militar e fiscal. O local foi então em 1766 ocupado pelo Sargento-Mor Domingos Franco, que aí fundou no mesmo ano a povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga. Construiu-se então um forte para onde foi transferido o destacamento militar de São José do Javari. Tabatinga era, então, como ainda o é, ponto avançado nas fronteiras do Brasil com o Peru.

Em 1780/1781 Tabatinga hospedou D. Francisco Requena e sua pomposa comitiva, que vinha representando a Espanha na demarcação das fronteiras brasileiras com as colônias espanholas. Veio ao encontro de Requena em Tabatinga o Tenente-Coronel Teodósio Constantino Chermont, substituto legal do chefe da comissão portuguesa — General Pereira Caldas.

Em 1854 já não existia a antiga aldeia de São José do Javari; era apenas uma tapera.

Esperança, que mais tarde seria a sede do município, foi fundada em 1880 pelo comerciante Antônio José dos Remédios, que aí instalara um estabelecimento comercial.

Em 1890, surgiu Remate de Males, que foi a primeira sede do município. O nome foi-lhe dado pelo maranhense Alfredo Bastos, que havendo passado por várias vicissitudes em sua vida, um tanto aventureira, ali se estabeleceu, vindo do Peru naquele ano, onde encontrara alguns moradores. Dera-se bem no lugar e então “resolveu nêle fixar-se, como um remate aos seus males”. Colocou na fachada do seu barracão o dístico “Remate de males”, designação que se estendeu a todo o lugar.

Depois de sofrer várias transformações, o município de Benjamin Constant, em 1938, teve a sua sede elevada à categoria de cidade. Em 1952, por força da Lei n.º 226, de 24 de dezembro daquele ano, foi criada a Comarca de Benjamin Constant.

BÔCA DO ACRE

Região: Zona Fisiográfica do Rio Purus — Latitude Sul 8º 45' — 67º 24' de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Pauini e com o Território do Acre.

Prefeito: Mário Diogo de Melo.

Situação Geodemográfica

Diviso Administrativa: Sede de Bôca do Acre e distrito de Floriano Peixoto e sede da Comarca de Bôca do Acre.

Superfície: 21.301 km²

Altitude: 105 metros.

Vias de Transporte e Comunicações: É servido pelos navios da ENASA, no período não chuvoso e por pequenas embarca-

ções. A Cruzeiro do Sul mantém linha aérea bisemanal (segunda e quinta-feira) e a FAB opera bimensalmente. O aeroporto situa-se na margem do Rio Purus, oposta à cidade.

Duas agências da EBCT (postal e telegráfica)

Riquezas Naturais

O território do município é recortado de grande número de cursos d'água e recoberto de uma flora muito rica, onde se destacam pelo seu valor econômico a seringueira e a castanha-do-pará. A sua fauna é também importante, nela sobressaindo-se peixes de várias espécies: piracuru, tambaqui etc. e animais silvestres: onças, caítilus, queixadas e outras.

Atividades Econômicas

A principal atividade econômica do município é, sem dúvida, a extração da borracha, da castanha-do-pará e madeira. A produção extrativa animal é também importante. A agricultura é pouco desenvolvida, sendo sua principal produção, a mandioca, milho, feijão, arroz. A pecuária é razoavelmente desenvolvida, destacando-se os suínos, vindo logo depois os bovinos.

Situação Econômica

O comércio de Bôca do Acre conta com 33 casas comerciais, do ramo atacado e varejista. A indústria se resume em duas padarias e uma usina de beneficiamento de arroz. O município conta com agência bancária, do BASA e do Banco do Estado do Amazonas.

A população do município de Bôca do Acre é de 22.579 habitantes. Clima, o comum da região amazônica: quente-úmido.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Dois grupos escolares e 40 escolas primárias em todo o município. Uma escola normal, com 66 alunos matriculados.

Saúde Pública: Pôsto Médico do SESP e pequeno hospital da Ordem Religiosa Servos de Maria. Uma farmácia, três dentistas, um médico, dois enfermeiros, atendem à população.

A cidade divide-se em cinco bairros: centro, N. S.^a de Nazaré, Terra Firme, Santa Maria e São Paulo. Existem seis ruas, bem traçadas, duas amplas avenidas, uma praça, a Praia do Gado, 2 travessas e um beco. Dos logradouros três são pavimentados, cinco beneficiados com iluminação pública.

A cidade possui energia elétrica e nôvo serviço de água.

Existe uma biblioteca pública municipal, um cinema com capacidade para 200 lugares, um pôsto meteorológico e um pluviométrico. Instaladas as Coletorias Federal e Estadual.

Funciona na cidade uma agência da Capitania dos Portos e uma associação rural com a finalidade de amparar e incentivar a vida rural do município.

O município possui três estradas municipais e a BR-317 (federal), que liga Bôca do Acre a Rio Branco, capital do Estado do Acre.

Funcionam na cidade duas pensões e cinco veículos automotores estão registrados na Prefeitura Municipal.

Como atração turística, o Rio Purus é o mais importante. Muito extenso e sinuoso e mais da metade do seu curso é francamente navegável.

O padroeiro do município é São Pedro, em cuja honra são realizadas várias festas.

São Sebastião é também muito festejado.

A Câmara dos Vereadores funciona com 7 vereadores.

HISTÓRIA

As terras que constituem o município de Bôca do Acre, antes da chegada do homem civilizado, eram habitadas pelos índios das tribos dos Capanas e dos Aripuanãs. Em 3 de fevereiro de 1878, ancorou nas proximidades da confluência do Rio Acre com o Rio Purus, o navio Anajás, de propriedade da Companhia de Navegação do Rio Amazonas, sob o comando do piloto Carepa, sendo

chefe da expedição o Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo, vindo com o mesmo 56 cearenses, um amazonense, um paraense, um piauiense e um português. O Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo, cearense que já havia adquirido fortuna na exploração da borracha, nos seringais do Baixo Purus, veio explorar as terras, onde está situado o município de Bôca do Acre, até então desconhecido.

O Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo e seus companheiros localizaram-se em diversos pontos do território que hoje constitui o município de Bôca do Acre. No local onde se acha situada a cidade, localizou-se Alexandre de Oliveira Lima, cognominado o Barão da Bôca do Acre, o qual explorou grandes áreas de terras. Na localidade da Vila de Floriano Peixoto (ex-Antimari), onde foi primitivamente a sede do município, localizaram-se Antônio Escolástico de Carvalho e Firmino Alves dos Santos.

Em 22 de outubro de 1890, um decreto-lei criou o município com a denominação de Antimari. A comarca foi criada a 10 de abril de 1891.

A vila de Antimari (antiga sede municipal), teve atuação de destaque nos acontecimentos que resultaram com a anexação ao Brasil da área que constitui o Estado do Acre, outrora pertencente à República da Bolívia. O protesto dos brasileiros ali residentes, contra maltratos a eles movidos pelos bolivianos, deu origem a revolução que explodiu em 1903, chefiada por Plácido de Castro.

Várias transformações administrativas sofreu o município, até que em dezembro de 1938, em virtude do decreto-lei que fixou o quadro territorial do Estado, o município e o distrito de Santa Maria da Bôca do Acre passaram a denominar-se simplesmente Bôca do Acre.

BORBA

Região: Zona Fisiográfica do Rio Madeira — Latitude 4° 39' 21" Sul e 59° 55' 01" de Longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Autazes, Manacapuru, Manicoré, Maués, Nova Olinda do Norte e Nôvo Aripuanã e os Estados do Pará e Mato Grosso.

Prefeito: Heráclito Ferreira da Fonseca.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Compõe-se atualmente de três distritos: Borba (sede) e Axinim e Canumã.

Superfície: 97.517 km².

Altitude: 30 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O município é servido apenas pelo transporte fluvial, os chamados "recreio", que semanalmente ligam Borba a Manaus.

Possui uma agência da EBCT, postal-telegráfica.

É o segundo grande município do Amazonas, em superfície.

Riquezas Naturais

A flora e fauna constituem importantes riquezas do município, notadamente a primeira, cuja exploração é a principal fonte da sua receita, destacando-se a castanha-do-

pará e a seringueira, além do pau-rosa e a copaíba. A segunda também é importante, sobressaindo-se animais silvestres como queixadas, caititus, veados, além dos aquáticos, com variadas espécies de peixes. Há, ainda, minérios no município, como ferro, manganês, mica, ouro e mercúrio.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é, sem dúvida, a principal atividade econômica. A borracha se situa em primeiro lugar, vindo logo após a castanha-do-pará, a essência de pau-rosa, sôrva, sernambi, balata, látex natural, óleo de copaíba e madeira. A agricultura é razoavelmente desenvolvida, produzindo juta, mandioca, milho, feijão, arroz. A pecuária é pouco desenvolvida, destacando-se a criação de suínos. Algumas fazendas de gado vacum. É significativa a produção extrativa animal, na produção de couros de animais silvestres. A pesca contribui grandemente, sobretudo a do pirarucu.

Situação Econômica

O comércio de Borba possui dez casas do ramo varejista e atacadista. No setor industrial, uma olaria, uma padaria, uma oficina mecânica e uma usina de extração de pau-rosa. Possui uma cooperativa de produção.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Um grupo escolar e 58 escolas primárias, com 64 professoras e uma freqüência média de 1.778 alunos.

A população do município de Borba é calculada em 24.445 habitantes. O clima é quente-úmido.

Saúde Pública: Uma maternidade com 15 leitos, dois postos de saúde, sendo um do SESP e outro estadual. Apenas dois dentistas atendem a população, além de um médico e dois enfermeiros.

Cinco veículos automotores circulam no município, que conta ainda com quatro bares.

A cidade possui água encanada e é servida por uma rede de energia elétrica. A cidade, toda arborizada, tem várias torneiras públicas. A curiosidade é que a maioria das residências são todas de alvenaria.

Duas praças e um parque infantil.

No campo judiciário, Borba tem um Juiz de Direito, dois suplentes, um tabelião, um Promotor e um oficial de Justiça.

Possui uma igreja Matriz, com seu padroeiro S. Antônio de Borba e mais dois templos católicos. Estão instaladas no município duas Coletorias: Estadual e Federal.

Uma biblioteca municipal está funcionando e uma estrada de rodagem liga a cidade ao Rio Mapiá, passando por Ponto Alegre, com 32 km de extensão.

As festas religiosas mais importantes são os festejos em honra ao padroeiro, além das festas de S. Sebastião e S. João e Natal.

Como atração turística, o Rio Madeira é o mais importante afluente do Amazonas, a cuja margem direita está situada a cidade de Borba. O Madeira é o mais largo e o mais baixo afluente do Amazonas, sendo portanto considerado uma atração turística.

HISTÓRIA

Borba, a primeira Vila criada em território amazonense, originou-se da aldeia do Trocano, fundada em 1728 ou pouco mais tarde pelo Frei João Sampaio, da Companhia de Jesus, um dos mais célebres catequistas do Rio Madeira.

A instalação da Vila de Borba Nova, deu-se a 1.º de janeiro de 1756, contando o ato com a presença de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará, que ali fôra justamente para êsse fim.

Habitavam primitivamente a região os perigosos índios Muras.

Em 1758 estêve Mendonça Furtado novamente em Borba a fim de completar a instalação da Vila.

O povoamento da capitania constituía, então, um sério problema. Para incrementá-lo o Governador Melo e Póvoas concedia aos brancos, que se casassem com índias, alguns favores como o fornecimento gratuito de instrumentos agrícolas. Em Borba, então, foi onde se realizaram primeiramente dêsses casamentos.

Com a pacificação dos índios Muras, primitivos habitantes da região, que era também problema dos mais importantes, a região de Madeira começou a prosperar.

Em 1785 Borba já cultivava, e até exportava para Belém, café e tabaco.

Em 1833, Borba não pôde fugir à agitação que reinava por tôda a província. Em meados daquele ano, os Muras, insuflados por um grupo de nativistas, invadiram a Vila à cata dos portugueses ali residentes. A população, sobresaltada, de início fugiu ao combate, refugiando-se nos arredores da Vila. Reagiu, depois, punindo os rebeldes e normalizando a situação.

Ainda no ano de 1833, Borba perdeu a categoria de Vila, passando a simples freguesia com a denominação de Araretama.

Em 1835 e 1839, durante a Sedição dos Cabanos no Amazonas, Borba foi uma das raras localidades que resistiram aos rebeldes, não caindo em poder dos mesmos, apesar de haver sofrido várias e violentas investidas.

A Lei 71, de 4 de setembro de 1856, transferiu a subordinação da freguesia de Borba do Têrmo de Maués para a de Manaus.

Em 1857 voltou a condição de Vila e conseqüentemente sede do Município. Menos de um ano depois, todavia, perdia novamente a categoria de Vila, de acôrdo com a Lei 92, de 6 de novembro de 1858. Voltou Borba a ser sede Município em 1877. Voltou a perdê-la, mas em 26 de setembro de 1888 voltou a ser restaurada definitivamente, com o município criado do território desmembrado do de Manaus.

CANUTAMA

Região: Zona Fisiográfica do Rio Purus — Latitude 6° 33' Sul e 64° 21" de Longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Humaitá, Ituxi, Manacapuru, Manicoré, Lábrea e Tapauá e o Território Federal de Rondônia.

Prefeito: Geraldo Monteiro da Silva.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito sede de Canutama.

Superfície: 28.400 km².

Altitude: 30 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O município é servido, mensalmente, pelos navios da ENASA e uma vez por semana, às quintas-feira, pelos aviões da Cruzeiro do Sul. Pequenas embarcações também servem o município.

Possui agência postal-telegráfica da EBCT

Riquezas Naturais

A flora e fauna Canutamense constituem, sem dúvida, grandes riquezas naturais, sobretudo a primeira, na qual se destacam, pelo seu valor econômico, a seringueira e a castanha-do-pará.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é, sem dúvida, a principal atividade econômica. A castanha-do-pará ocupa o primeiro lugar, vindo logo depois a borracha, látex natural, sôrva, sernambi em rama e óleo de copaíba. A produção extrativa animal é razoável, destacando-se o couro de jacaré. A pesca do pirarucu é bem desenvolvida. A agricultura é a típica do interior amazônico: mandioca, arroz, milho e feijão.

Situação Econômica

O comércio possui três importantes firmas atacadistas e diversas varejistas. No ramo industrial, existe uma padaria e uma

A população do município de Canutama é calculada em 8.099 habitantes. O clima é quente-úmido.

olaria, esta de propriedade dos padres. Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Um grupo escolar e 20 escolas primárias na zona rural.

Saúde Pública: Um posto de saúde do SESP e duas farmácias. Exercem a profissão um médico e um enfermeiro.

Nenhum hotel nem pensão. Possui igreja matriz.

Tem Juizado de Direito, Promotoria e tabelionato.

Existem três ruas pavimentadas e uma praça ajardinada. Tem serviço de água e luz elétrica.

Como atração turística, o Rio Purus muito sinuoso. Durante o inverno pode ser navegado por grandes embarcações; no verão, todavia, só pode ser percorrido por canoas e batelões. Tem uma extensão de 180 a 200 léguas.

Dois bares funcionam na cidade, que tem ainda em atividade, um veterinário e um advogado. Instalada na cidade uma biblioteca e Coletorias Federal e Estadual.

HISTÓRIA

Canutama denominou-se nos seus primórdios Nova Colônia de Bela Vista. Foi fundada por volta do ano de 1874, por Manuel Urbano da Encarnação, "mestiço de grande tope e consumado explorador do Purus".

A denominação de Canutama procede, "segundo os antigos habitantes, do fato de um índio de Tapauá vir com outros à viração de tartaruga e tracajás e aí ter cortado o pé, exclamando: Canutama, Canutama, que tem por significado — pé cortado".

A Lei 436, de 26 de maio de 1879, erigiu em freguesia o povoado de Nova Colônia de Bela Vista, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré. A freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Bela Vista foi elevada a Vila pela Lei 22, de 10 de outubro de 1891, com sede no lugar de Canutama. O município, formou-se, então, por efeito da mesma lei, com território desmembrado do de Lábrea e com a denominação de Vila de Nossa Senhora de Nazaré, compreendendo um só distrito.

A instalação do município e do termo judiciário ocorreu a 3 de setembro de 1892. As solenidades tiveram lugar na residência do fundador da localidade — Manuel Urbano da Encarnação. A comarca foi criada em 1895.

CAREIRO

Região Zona Fisiográfica do Médio Amazonas — Latitude Sul.
Limites: Com os Municípios de Manaus, Autazes, Itacoatiara e Manacapuru.
Prefeito Manoel Sales dos Santos.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Careiro.

Superfície: 8.489 km².

Altitude: 30 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Fluvial através de pequenas embarcações particulares que interligam o município com a capital diariamente.

Não possui agência da EBCT.

Careiro dista de Manaus, por via fluvial, 30 minutos.

Riquezas Naturais

As principais riquezas naturais do Careiro são constituídas por sua flora e sua fauna. Na primeira as espécies mais importantes são: pau-rosa, castanha-do-pará e a seringueira. Na segunda, peixes, entre os quais o pirarucu e animais silvestres como a queixada, veado, caititu e capivaras.

Atividades Econômicas

É a agricultura a principal atividade econômica do município. A juta está em primeiro lugar, vindo logo após o cacau, a mandioca, a banana, a cana-de-açúcar, o milho, o arroz e frutas diversas. A pecuária é bastante desenvolvida, tendo cerca de 3 mil fazendas, com uma população de 30 mil reses, aproximadamente. É notável a excelente qualidade dos queijos e manteiga fabricados em Careiro cuja produção é toda vendida em Manaus. A produção extrativa é também muito importante, destacando-se o pau-rosa, a castanha-do-pará, o látex da seringueira, madeiras diversas, balata, óleo de copaíba. A produção extrativa animal também é muito importante, destacando-se as peles de veado, queixadas, caititus e capi-

A população do município de Careiro é de 41.275 habitantes. O clima é quente-úmido.

varas. A pesca do pirarucu é volumosa, assim como de outros peixes famosos do Amazonas.

Situação Econômica

Possui comércio do ramo atacadista e varejista. Indústria de queijo e manteiga, como de transformação. Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Um grupo escolar e 146 escolas primárias-rurais, com 147 professoras e média de aluno-frequência de 5.384.

Saúde Pública: Um posto médico do Estado e outro do DNERu.

Em Careiro existem vários clubes sociais-esportivos. Dezessete veículos automotores estão registrados na Prefeitura Municipal. O município possui água encanada e luz elétrica.

Careiro é lugar de veraneio da população manauara, em agradáveis passeios dominicais. O município é formado por uma cadeia de ilhas, lagos e paranás adornados por vitórias-régias. O local é preferido por turistas para caça, pesca e passeios pluviais. Em Careiro está o famoso encontro das águas (Rio Negro e Solimões), onde se distingue perfeitamente as águas negras do primeiro e as barrentas do segundo, que não se misturam.

Careiro possui uma rodovia pavimentada que partindo do município margeia quase todo o paraná do Cambixe.

Na ilha do Careiro, acha-se também o Lago do Rei, de águas mansas, onde estão os mais bonitos exemplares de vitória-régia.

No campo religioso, possui uma Igreja Matriz, de N. S.^a do Perpétuo Socorro.

HISTÓRIA

O distrito de Careiro foi criado pelo Decreto-Lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, integrando o município de Manaus, mas formado do território desmembrado do município de Manacapuru.

A criação do município deu-se em virtude da Lei n.º 99, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado do município de Manaus e constituído por um só distrito e com sede na ex-vila do Careiro, elevada então à categoria de cidade. A instalação do município ocorreu no dia 29 de janeiro de 1956.

Agnelo Bittencourt, escrevendo sobre o Careiro, disse que o “domínio do homem civilizado no Careiro não é muito antigo. Pessoas fidedignas, de saudosa memória, contaram-nos que em 1870 existia em toda a zona em aprêço um único morador, o caboclo Francisco Ferreira, mais conhecido por Chico Macucu.

Em 1877, grandes levas de retirantes do Nordeste, principalmente do Ceará, entraram em Manaus, sendo que muitos foram fixar-se no Careiro. Data daí o povoamento da região. Novas sêcas nordestinas determinaram outras penetrações de cearenses, piauienses, paraibanos e outros, no Careiro, Cambixe e Janauacá.

Grande era o número chegado aqui em 1890. O governo amazonense, por lei n.º 9, de 11 de janeiro daquele ano, mandou nuclear essa gente em duas colônias que foram instaladas: uma em Santa Maria do Janauacá, e outra com o nome de “Treze de Maio”, no Cambixe. Quem escreve estas linhas assistiu as solenidades das respectivas instalações.

Os colonos foram sustentados pelo Governo do Estado, durante seis meses, tendo antes recebido, cada um, seu lote de terra para trabalhar.

Com o decorrer dos tempos, Careiro e Cambixe encheram-se de habitantes, tornando-se a zona agropecuária do Amazonas. Não há, ali, terras devolutas e raras são as baldias. O trabalho do homem criou a riqueza e a fartura. Aquela gente humilde, mas corajosa, transformou as florestas em campos de criação e de cultura, construiu boas casas residenciais, levantou “marombas” para defesa do seu gado. Estamos nos referindo a uma região que é a expressão viva da capacidade realizadora do nordestino. Desajudado, fêz muito. De margem a margem alinham-se as fazendas interpondo-se as plantações, tudo separado por cerca de arame ou de “tranqueiras”.

CARAUARI

Região: Zona Fisiográfica do Rio Juruá — Latitude Sul 4º 52' 48" — 66º 53' 34" longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Juruá, Jutai, Pauini, Tapauá e Tefé.

Prefeito: José Alfredo Silveira do Amaral.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito de Carauari.

O município foi criado pela Lei n.º 683, de 27 de setembro de 1911.

Superfície: 47.876 km².

Altitude: 60 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Possui aeroporto que somente funciona no verão. Avião semanal da Cruzeiro do Sul. Navio mensal da ENASA. Pequenas embarcações e motores ligam o município às demais cidades vizinhas.

Possui agência postal-telegráfica da EBTC.

Riquezas Naturais

As riquezas naturais do município são constituídas pela sua flora e fauna, que são muito importante. Na primeira sobressaem pelo seu valor econômico além da seringueira, várias madeiras de boa qualidade, como o aguano, etc. Na segunda, destacam-se maracajás, queixadas, veados e caititus, além de um grande número de aquáticos como jacarés e peixes diversos.

Atividades Econômicas

A principal atividade econômica do município é a produção extrativa vegetal: borracha, látex natural e sernambi. Em segundo lugar, a produção extrativa, vegetal e animal, forma a principal atividade econômica. Exporta o município peles de jacaré e outros animais silvestres e pirarucu seco. Na produção extrativa animal há ainda que se considerar a que se destinou ao consumo do próprio município. A agricultura é a típica do interior amazônico: farinha de mandioca, milho, feijão, batata-doce e frutas diversas. A pecuária está em ritmo de desenvolvimento, tendo 100 pequenas fazendas de gado bovino. Existe regular criação de suínos.

Situação Econômica

Carauari possui o comércio típico da região. Atacadistas e varejistas. A indústria

A população do município de Carauari é de 17 459 habitantes. O clima é quente-úmido.

se resume em padaria. Não há agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: O município possui dois Grupos Escolares, sendo um mantido por religiosos e 10 escolas rurais mantidas pela Prefeitura e 9 escolas rurais mantidas pelo Governo do Estado. As "obras educacionais da Paróquia de Carauari" mantém cursos de mecânica e agropecuária, além do ensino primário.

Saúde Pública: A Prefeitura mantém um ambulatório e serviço dentário permanente. Além da assistência médica prestada através do Hospital, a Sociedade S. Vicente de Paulo dedica-se também a outros aspectos de assistência social, inclusive no socorro a desvalidos. O município possui ainda um posto do SESP.

Exercem a profissão na cidade, médicos, dentistas e enfermeiros.

O município é servido de luz elétrica. Tem água encanada e não possui hotel. O município possui 33 km de estrada de rodagem.

A cidade conta com duas pequenas bibliotecas e dois clubes esportivos.

Como atração turística, registra-se que o município de Carauari é banhado pelo Rio Juruá, considerado o mais sinuoso do mundo. É também dos mais belos cursos d'água da região amazônica. As suas margens apresentam aspecto selvático e atraente, apresentando-lhe também feição interessante os antigos navios "gaiola" que singram as suas águas. À sua margem esquerda fica a cidade de Carauari.

Possui Coletoria Estadual.

HISTÓRIA

Primitivamente habitavam a zona do Juruá os índios Canamaris, Catuquinas e outros menos importantes.

A denominação do município originou-se do Lago "Carauari" que fica próximo à sede do município e liga-se por um canal ao Rio Juruá.

Várias transformações jurídicas sofreu o município, até que em 1938 a sede municipal recebeu fôros de cidade, de acôrdo com o Decreto-Lei Federal n.º 311, de 2 de março do mesmo ano.

COARI

Região: Zona Fisiográfica do Rio Solimões — Latitude Sul 4º 06' 22" e 63º 03' 21" de longitude W. Gr.

Limites. Com os municípios de Barcelos, Codajás, Manacapuru, Maraã, Tapauá e Tefé.

Prefeito: Mussa Abraham Neto.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e Comarca de Coari.

Superfície: 70.327 km².

Altitude: 40 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Liga-se às sedes municipais vizinhas e à capital do Estado por via fluvial e aérea. A ENASA mantém viagem mensal e embarcações particulares. Duas vèzes por semana, às quintas e domingos, a Cruzeiro do Sul.

Possui agência postal-telegráfica da EBCT e serviço telefônico com a cidade de Manaus, através da CAMTEL. E uma estação radiodifusora.

Riquezas Naturais

A flora e a fauna do município constituem grandes riquezas naturais. Na primeira sobressaem pelo seu valor econômico a seringueira, a castanha-do-pará, o pau-rosa, além de várias madeiras de boa qualidade. Na segunda, além de diversas espécies de animais silvestres, como caititus, veado, capivara, queixada, há ainda os aquáticos representados pelos jacarés, tartarugas e muitos peixes entre estes o pirarucu, tambaqui e outros.

Atividades Econômicas

A principal atividade econômica do município é, sem dúvida, a produção extrativa vegetal, de fundamental importância para o município, de vez que tem ela a sua principal fonte de renda: castanha-do-pará, borracha, essência de pau-rosa, sernambi, sôrva,

balata e óleo de copaíba. É também muito importante a produção extrativa animal, peixes, couros e peles de animais silvestres. Entre os peixes destacam-se pela sua importância econômica o pirarucu, peixe-boi, tambaqui, piarpitinga, sardinha, etc.

Entre os couros e peles sobressaem os de jacaré, veados, caititus, queixadas, etc.

A agricultura tem regular desenvolvimento, destacando-se em primeiro plano, como um dos principais produtos agrícolas a juta. Vem logo a seguir a mandioca, o milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, cacau.

A pecuária é pouco desenvolvida: estão registrados 1.500 cabeças de gado vacum e 5.000 suínos.

Situação Econômica

Coari possui numerosas casas comerciais de atacadistas e varejistas. É um dos municípios melhores e mais movimentados do Estado. Possui uma agência do BASA.

Possui uma cerâmica, uma fábrica de vassouras uma fábrica de guaraná, uma usina de extração de óleo vegetal, uma serraria e um moinho de café. Uma usina de trituração de pau-rosa.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Possui dois colégios: normal: N. S.^a do Perpétuo Socorro e ginásio do Coari. Cinco grupos escolares na sede do município, um colégio primário mantido pelos padres Redentoristas. Na zona rural, 83 escolas primárias mantidas pelo Estado.

Saúde Pública: Um pôsto médico do SESP, um hospital com maternidade e um

pôsto de saúde mantido pelo Estado, um ambulatório e uma farmácia. Exercem a profissão na cidade, médicos, dentistas, farmacêuticos, enfermeiros e parteiras.

Duas farmácias funcionam na cidade.

O município é servido de luz elétrica da CELETRAMAZON. Tem biblioteca pública. Possui um cinema, a maioria das ruas pavimentadas, oito praças públicas, três bairros: Chagas Aguiar, Espírito Santo e Tauá-Mirim; uma estação de rádio, três oficinas mecânicas, um estaleiro de construção naval, cais do porto em construção, duas oficinas de radiotécnico, uma Igreja católica. Dois clubes sociais-esportivos. Possui uma pensão com capacidade para 25 pessoas.

O padroeiro do município é S. Sebastião.

Vários tipos de festa são realizadas no município, porém, as que mais se destacam são as festividades religiosas.

A cidade dispõe de Coletorias Federal e Estadual.

Como vulto histórico, Coari apresenta o dr. Silvério José da Silva Nery, já falecido. Foi Governador do Estado, Deputado Federal e Senador da República.

O Lago Coari, com aproximadamente 3 milhas de largura por 20 de extensão, é a principal atração turística. A Praia de Juru-pari é outra atração. A vertente de Buquara, situada no km 7 da estrada de Coari—Mabía, também é digno de nota.

Apresenta belas paisagens e lindas praias de areias alvas.

A população do município de Coari é de 28.751 habitantes. É o sexto município em população e extensão territorial. O seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O primeiro núcleo de povoamento em território do atual município de Coari foi uma aldeia de índios fundada em princípios do século XVIII pelo jesuíta alemão Samuel Fritz, com a denominação de Coari, por ficar à margem do lago dêsse nome. Coari, segundo o cônego Ulysses Pennafort, vem das palavras indígenas "Coaya Cory", ou "Hauary-Yu", que significa respectivamente, "rio do ouro" e "rio dos deuses". A denominação dada ao rio que banha o município estendeu-se ao lago à cuja margem fica a sede municipal e, posteriormente, ao município. Habitavam primitivamente a região os índios Catauixis, Irijus, Jumas, Jurimauás e outros.

O município foi criado pelo Decreto-Lei 287, de 10 de maio de 1874, com a denominação de Vila de Coari, cuja instalação ocorreu a 2 de dezembro do mesmo ano.

Em 15 de novembro de 1890, foi instalado o terno judiciário de Coari e a comarca foi criada pelo Decreto n.º 95-A, de 10 de abril de 1891 e instalada a 30 de junho do mesmo ano.

Em 1932, foi Coari elevada à categoria de cidade, por força do ato estadual n.º 1.685, de 2 de agosto do mesmo ano.

CODAJÁS

Região: Zona Fisiográfica do Solimões — Tefé — Latitude Sul 3º 50' 38"
— Longitude W. Gr. 62º 03' 49".

Limites: Com os municípios de Airão, Barcelos, Coari e Manacapuru.

Prefeito: Constantino Campelo de Souza.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Sede e distrito de Codajás e distrito de Anama.

Superfície: 22.899 km².

Altitude: 38 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O município é servido mensalmente por navio da ENASA, e às 5as.-feiras por avião da CRUZEIRO DO SUL. Embarcações particulares ligam o município aos demais vizinhos.

O município foi criado pela Lei 287, de 1.º de maio de 1874.

Possui uma agência postal-telegráfica da EBCT.

Riquezas Naturais

A flora e fauna do município são muito importantes. Na primeira destacam-se pelo valor econômico a seringueira e a castanha-do-pará e na segunda grande variedade de animais silvestres: onças, antas, queixadas, caítilus, etc., e muitas espécies de peixes. Não está positivada a existência de minérios no município, presumindo-se, todavia, a existência em seu solo de carvão de pedra, em face da constituição sedimentária, de paleozóico, de suas terras próximas da região hulhífera de Manacapuru.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é, sem dúvida, a principal atividade econômica. A noz do Brasil (castanha-do-pará) está em primeiro lugar, vindo logo após a borracha, látex de seringueira, balata, madeiras, sernambi e sôrva. Graças à intensificação da cultura da juta, a agricultura está razoavelmente organizada. Produz Codajás: mandioca, arroz, milho, banana, cacau, feijão e frutas diversas. É também de grande importância no município a produção extrativa animal, como couro de jacarés, queixada e outros, além do pirarucu sêco. A pecuária é pouco desenvolvida, registrando-se oito pequenas

fazendas com pouco mais de duas mil cabeças de gado.

Situação Econômica

O comércio de Codajás é pouco desenvolvido, existindo casas comerciais do tipo varejista. Possui indústrias de torrefação e moagem de café, panificação, serraria, usina de arroz. Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Ginásio N. S.^a das Graças, de primeiro ciclo; 2 grupos escolares e duas escolas reunidas. Mantém o município 53 escolas primárias na zona rural.

Saúde Pública: A cidade possui dois postos médicos e um ambulatório.

Não existe hotel nem pensão no município. Existem na cidade dois templos católicos, e um templo batista. N. S.^a da Conceição é a padroeira do município.

Possui luz elétrica, duas ruas pavimentadas, uma praça arborizada.

Dois clubes sociais-esportivos funcionam na cidade e uma cooperativa mista orientada pelos padres Redentoristas.

São realizadas no município vários tipos de festas, porém as que mais se destacam são as festividades religiosas.

Como atração turística o município possui nos tempos da sêca, grandes praias ao longo do Rio Solimões, que constituem belezas capazes de atrair o visitante.

Os principais acidentes geográficos de Codajás são os rios Solimões, Badajós, Arauê, Cunauaru, Arumã, Puirini; os lagos Codajás, Badajós, Arapari, Anori-Açu e Anamã; as ilhas Coró-Coró, Cuianá e Cuxuará, formadas pelo Rio Solimões.

Possui Coletoria Estadual, duas pensões, uma farmácia, quarenta bares.

As festas de N. S.^a das Graças, São João e N. S.^a da Conceição, são as mais festivas.

A população do município de Codajás é de 12.082 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

Da aldeia dos índios Cudaiás, primitivos habitantes da região, originou-se a atual cidade de Codajás, fundada em 1892 por José da Rocha Turi, um dos mais famosos pioneiros do povoamento do Solimões.

Em 1852, pela Lei Provincial n.º 175, de 30 de junho do mesmo ano, foi criada a freguesia de N. N.^a das Graças de Codajás. A criação da freguesia implicava na criação também do distrito.

Em virtude da Lei Provincial n.º 287, de 1.º de maio de 1874, foi Codajás elevada a vila e criado, conseqüentemente, o respectivo município, compreendendo o antigo distrito, desmembrado do município de Manaus. A instalação do município ocorreu a 5 de agosto do ano seguinte.

Várias modificações ocorreram na sua vida administrativa, até que a sede municipal recebeu fôros de cidade em virtude do Decreto-Lei Estadual n.º 68, de 30 de março de 1938.

EIRUNEPÉ

Região: Zona Fisiográfica do Rio Juruá — Latitude Sul 6º 40' 10" — e 69º 52' 00" longitude W Gr.

Limites: Com os municípios de Carauari, Jutai, Enira e Estado do Acre.
Prefeito: Leland Juvêncio Barroso.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Eirunepé.

Superfície: 16.060 km².

Altitude: 130 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Fluvial e aérea. Navio mensal da ENASA e motores particulares; avião semanal da Cruzeiro do Sul e da FAB.

Possui agência da EBCT, postal-telegráfica e uma estação de radiocomunicações.

O município foi criado pela Lei n.º 76, de 8 de setembro de 1894.

Riquezas Naturais

As principais riquezas naturais do município são constituídas por sua flora e fauna. Na primeira se destacam pelo seu valor econômico a seringueira e madeira de boa qualidade como o aguano e o cedro. Na segunda, são dignos de menção os animais silvestres, tais como a onça, o veado, a maracaja, a lontra, o caititu e ainda várias espécies de peixe.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é economicamente a principal atividade do município: borracha, látex de seringueira, sernambi e

madeiras. Também é importante a produção extrativa animal, principalmente pescado, que é a alimentação mais comum do município, juntamente com a farinha de mandioca.

A agricultura é pouco desenvolvida, destacando-se a mandioca, feijão, milho, arroz, fumo e banana.

Também a pecuária é pouco desenvolvida existindo um rebanho de 2.500 cabeças de gado vacum e oito fazendolas.

Situação Econômica

O comércio é desenvolvido, com casas atacadistas e varejistas. Possui indústria de cerâmica, relativamente desenvolvida. No município está instalada uma agência do BASA.

Situação Politico-Social

Instrução Pública: Mantém o município escolas rurais primárias e duas bibliotecas, sendo uma pertencente à Prefeitura Municipal e outra à Paróquia. São 17 unidades escolares, com uma frequência de 1.225 alunos (mensal) e 49 professoras.

Saúde Pública: Há no município um pequeno hospital com 10 leitos para internamento, um posto de saúde do SESP, uma

farmácia, um médico, um dentista e dois enfermeiros.

O município possui Coletoria Federal e Estadual, agência da Capitania dos Portos, do IBGE, do INCRA, além de um clube social e vários outros esportivos.

Possui Juizado de Direito e Promotoria.

O município conta com uma pensão, oito bares e um cinema que funciona nos dias festivos, além de um clube social e vários outros esportivos.

Tem água encanada e iluminação elétrica.

A população do município de Eirunepé é de 11.144 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

O município planeja a pavimentação dos logradouros públicos.

A principal festa de Eirunepé é a de seu padroeiro, São Francisco de Assis, realizada de 25 de setembro a 4 de outubro.

A cidade fica situada à margem do Rio Juruá, o rio mais sinuoso do mundo, constituindo-se na principal atração turística. Além disso o município possui ilhas, igarapés, lagos e paranás, que oferecem também belas paisagens.

Possui igreja matriz.

HISTÓRIA

As penetrações do Rio Juruá iniciaram-se com a procura do “caucho” e de outras espécies de borracha, nas primeiras décadas do século XIX.

Deve-se o povoamento de toda a região do Juruá principalmente à corrente migratória oriunda do Nordeste do país assolado por sucessivas secas. Cearenses, rio-grandenses do norte e paraibanos ali se fixaram nos seringais, depois de meado do século XIX.

Em 1877, foi criado o distrito de Juruá abrangendo toda a região marginal do grande rio em território amazonense.

Segundo Anísio Jobim, em “Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas”, Eirunepé é uma palavra inventada, composta de vozes indígenas e locais. Há, todavia, no município, o Rio Eiru, donde talvez haja se originado aquele topônimo.

ENVIRA

Região: Zona Fisiográfica do Rio Juruá

Limites: Com os municípios de Carauari, Eirunepé e Pauini e Estado do Acre.

Prefeito: Francisco das Chagas Vale.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Sede e Distrito de Envira.

Superfície: 18.766 km².

Altitude: 58 metros acima do nível do mar.

Vias de Transportes e Comunicações: O município é servido, mensalmente, por navio da ENASA e embarcações particulares ligam o município aos demais vizinhos.

O município foi criado pela Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955.

Riquezas Naturais

São bem importantes a flora e a fauna envirenses, principalmente a primeira, na qual sobressaem a seringueira e madeira de boa qualidade, como o aguano e o cedro. Na segunda, citam-se, por exemplo, onça, maracajá, queixada e capivara.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é de fundamental importância econômica para o município, vez que é a principal atividade de quase totalidade de sua população. A borracha, as madeiras e sernambi são os principais produtos de exportação.

É relativamente bem expressiva a produção extrativa animal do município: peixes, couros e peles de animais silvestres.

A agricultura no município é de pouca monta, destacando-se a mandioca, batata, banana e abacaxi.

A pecuária é inexistente, não havendo registro destacável, a não ser a criação de suínos.

Situação Econômica

O comércio é pouco desenvolvido e é do tipo característico da região: varejista. O

A população do município de Envira é de 13.673 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

Nos afluentes do Rio Juruá as penetrações processaram-se naturalmente após as daquele grande rio, que ocorreram antes do meado do século XIX. O Rio Tarauacá que corta o município na direção sul-norte é um dos principais afluentes do Rio Juruá. Consta que entre os primitivos habitantes da região — Marauas, Canamaris, Cataquinas, Catauaixis e outros havia uns índios anões cuja estatura era de pouco mais de um metro e outros que eram dotados de um apêndice caudal, à semelhança dos símios. A denominação do município originou-se do Rio Envira, principal afluente do Rio Tarauacá.

FONTE BOA

Região: Zona Fisiográfica do Solimões—Javari — Latitude Sul 2° 32' e 66° 02' longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Carauari, Japurá, Juruá, Jutai, Maraã, S. Antônio do Içá e São Paulo de Olivença.

Prefeito: Sebastião Pereira Lisboa.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Fonte Boa.
Superfície. 33.386 km².

município não possui indústrias e nem agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: 18 escolas primárias com 496 alunos e 20 professoras.

Saúde Pública: Apenas duas farmácias e assistência volante do SESP.

O município possui igarapés e lagos, para não falar no rio que lhe banha a sede, em cujas águas, podemos encontrar os mais belos matupás, salientando-se a vitória-régia, que sem dúvida alguma é motivo de atração para quem visita a região.

Os principais acidentes geográficos são os rios Tarauacá, Envira, Jurupari e Ari.

O município possui Coletoria Estadual. A Prefeitura Municipal planeja a abertura de uma estrada de rodagem e dá andamento à várias obras públicas.

A cidade tem iluminação elétrica.

vez por mês). Liga-se aos municípios vizinhos por pequenas embarcações motorizadas.

Possui agência postal-telegráfica da EBTC.

O município foi criado pela Lei n.º 92, de 28 de março de 1891.

Riquezas Naturais

As principais riquezas naturais são constituídas por sua flora e fauna, notadamente a primeira, que é muito importante, destacando-se entre as várias espécies e seringueira e madeiras de boa qualidade, como o aguano e o cedro. Na segunda, são dignas de menção várias espécies de peixes como o pirarucu, tambaqui e quelônios, dos quais a tartaruga é o principal tipo, e outros aquáticos como o jacaré. Há rocha sedimentárias no município, que indicam provável existência de petróleo no seu subsolo.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é de fundamental importância para a economia municipal. A borracha situa-se em primeiro lugar, vindo logo após a castanha-do-pará, sernambi, látex natural e balata e maçaranduba. É também de muita importância para o município a produção extrativa animal: pirarucu, outros peixes e couros e peles de animais silvestres.

A agricultura é pouco desenvolvida e os principais produtos são a farinha de man-

dioca, feijão, tabaco, cana-de-açúcar. Destacam-se a juta e o pau-rosa.

Na pecuária, existem 14 fazendas de gado vacum, com um total de 10 mil cabeças e destacada criação de suínos.

Situação Econômica

Conta o município com estabelecimentos comerciais do tipo varejista. Não possui indústrias e nem agências bancárias.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Estabelecimentos rurais primários (31) com 930 alunos.

Saúde Pública: Pôsto de saúde do SESP. Possui Coletoria de Rendas, uma estação meteorológica do Ministério da Agricultura.

A cidade possui uma praça e uma rua pavimentada, além de clubes esportivos. Pode-se mencionar como atração turística o magestoso Rio Solimões, com suas águas bastante barrentas e lodosas, como também o fenômeno das terras caídas, que são os desmoronamentos produzidos pelas impetuosas enchentes. É nessa ocasião que as águas, pela força de suas correntezas, redemoinhantes, solapam as ribanceiras argilosas, que, molhadas, escorregam em grandes extensões levando florestas marginais que desaparecem tragadas no seio profundo das águas lamacentas.

N. S.^a de Guadalupe é a padroeira do município, cuja festa se comemora a 12 de dezembro.

A cidade tem energia elétrica.

A população do município de Fonte Boa é de 18.147 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

Taracoateua ou Taracuariba, aldeia dos índios Omaguas, foi o primitivo núcleo de povoamento da atual cidade de Fonte Boa. Nessa aldeia, nos fins do século XVII, o jesuíta alemão Samuel Fritz fundou a missão religiosa denominada Nossa Senhora de Guadalupe. Poucos anos após a fundação da missão, foi a aldeia destruída pelos espanhóis e restaurada mais tarde pelos portugueses. Em 1759, a aldeia de Taracoateua ou Taracuariba foi elevada a categoria de lugar, com a denominação de Fonte Boa. A freguesia, antiga circunscrição territorial equivalente a distrito, foi criada pela Lei Provincial n.º 92, de 6 de novembro de 1858, com a denominação de Fonte Boa.

HUMAITÁ

Região: Zona Fisiográfica do Rio Madeira — Latitude Sul 7° 31' e 63° 02' de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Canutama e Manicoré e com o Território Federal de Rondônia.

Prefeito: José de Souza Lôbo.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e Sede de Humaitá.

Superfície: 33.957 km².

Altitude: 90 metros acima do nível do mar.

Vias de Transportes e Comunicações: liga-se à capital do Estado por via aérea (aviões Catalina da Cruzeiro do Sul) e fluvial (navio da ENASA), além de pequenas embarcações motorizadas e navios de linhas particulares. Dista da capital do Estado, 586 km, por via aérea, e 959 km fluvial.

Possui agência postal-telegráfica da EBTC.

O município foi criado pelo Decreto número 31, de 4 de fevereiro de 1890.

Riquezas Naturais

São importantes as riquezas naturais do município. Na sua flora destacam-se, pelo seu valor econômico, a seringueira, a castanha-do-pará, o pau-rosa, a copaíba, o cumaru e várias outras espécies. Na fauna, mencionam-se como exemplo: onças, jacarés, queixadas, maracajás e veados. Quanto a minérios, constata-se no município a existência de ferro, manganês, mica, ouro, mercúrio e cristal de rocha.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é a principal fonte de receita do município, aparecendo em primeiro lugar a castanha-do-pará, e logo após a borracha. Os demais produtos são a sôrva, sernambi, essência de pau-rosa, balata, óleo de copaíba e camaru. Na produção extrativa animal o couro de jacaré ocupa o primeiro lugar.

A agricultura de Humaitá é a comum de toda a região amazônica: mandioca, banana, feijão, fumo e milho.

A pecuária é igualmente pouco desenvolvida. Os seus principais rebanhos são os de suínos e de bovinos.

Situação Econômica

O comércio de Humaitá é bem desenvolvido, mantendo transações com a capital do Estado e sedes dos municípios vizinhos. Possui indústrias de transformação e uma agência bancária do BASA.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Possui 35 escolas primárias na sede e município, com 36 professoras e uma frequência de 1.291 alunos e um Grupo Escolar. Possui uma Escola Normal, com 58 alunos e 6 professores; um Ginásio com 58 alunos. Duas bibliotecas, sendo uma pertencente à Prefeitura Municipal e outra denominada "Vicentina", pertencente à Missão Salesiana, ambas de caráter público. A Missão Salesiana mantém, ainda, o Patronato "Maria Auxiliadora".

Saúde Pública: Possui um hospital mantido pela Missão Salesiana, com 20 leitos e um posto médico do SESP.

Estão instaladas no município as Coletorias Federal e Estadual e um posto agropecuário.

Estão registrados na Prefeitura Municipal, 22 automotores.

A cidade é servida de luz elétrica e água, tem vários logradouros públicos e ruas pavimentadas. Possui vários clubes sócio-esportivos.

A padroeira do município é N. S.^a da Conceição, cuja festa se realiza a 29 de novembro, terminando a 8 de dezembro.

Como atração turística, a bacia hidrográfica do município, exatamente pela disposição das águas de seu território, uma das mais complexas do Estado. O município

e banhado pelo Rio Madeira, que o corta com sinuosidade de suas águas em toda a direção. É formado pela bifurcação de dois rios: Mamoré e Beni.

Seu curso é de 3.240 km. Nas margens esquerda e direita estão formados os seguintes lagos: Lago dos Reis e Três Casas,

cujas dimensões variam entre 30 e 35 km por 500 metros de largura: Acará e Carapanatuba, medindo aproximadamente 15 a 19 quilômetros de extensão por 300 metros de largura, isto na época do inverno, podendo, portanto, ser considerado atração turística.

A população do município de Humaitá é de 18.261 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

A catequese religiosa dos índios do Rio Madeira, segundo a Carta Régia de 19 de março de 1693, ficara a cargo dos jesuítas. Encontraram êsses padres sérias dificuldades, embora naturais, na execução dessa tarefa. É que habitavam também a região os terríveis índios "Muras", só pacificados às vésperas do século XIX.

Entre os índios Torás ou Turas e Araras, à margem do Rio Prêto, afluente do Rio Madeira, os jesuítas fundaram a Missão São Francisco.

Em 1885 a Missão do São Francisco foi elevada a freguesia, por força da Lei n.º 686, de 2 de junho do mesmo ano.

Três anos após, de acôrdo com a Lei n.º 790, de 13 de novembro de 1888, deu-se a transferência da sede da freguesia para o local denominado Humaitá. A freguesia passou então a denominar-se "Nossa Senhora do Bem de Humaitá".

ILHA GRANDE

Região: Zona Fisiográfica do Rio Negro.
Prefeito: Ayrton Pereira de Melo.

HISTÓRIA

Tratando-se de município nôvo, não há nenhuma indicação de ordem estatística definindo a condição do município. Em se tratando da Zona Fisiográfica do Rio Negro, há de se admitir que suas riquezas naturais são a fauna e a flora.

Tem uma população de 5.228 habitantes e uma superfície de 75.037 km², o que dá uma densidade demográfica de 0,07 hab/km².

ITACOATIARA

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas — 3° 09' Latitude Sul e 58° 27' Longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaus, Nova Olinda do Norte e Urucurituba.

Prefeito: Jurandy Ferreira da Costa.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito de Itacoatiara.

Superfície: 6.727 km².

Altitude: 18 metros acima do nível do mar.

Distância da Capital: 176 km em linha reta.

Vias de Transporte: Fluvial, aérea e rodoviária. Os navios do Lóide Brasileiro, da ENASA e embarcações particulares servem o município. Os aviões semanais são da Cruzeiro do Sul. Uma moderna estrada de rodagem faz a ligação com a Capital.

Comunicações: Itacoatiara possui, agência postal-telegráfica da EBCT, e moderna estação telefônica da CAMTEL.

Riquezas Naturais

São importantes a fauna e a flora deste município. Na primeira, se destacam a seringueira, a castanha-do-pará e o pau-rosa. Na segunda, peixes de variadas espécies e animais silvestres, como o caititu, queixada, veado, capivara etc. Embora sem maiores estudos, registra-se a existência de ferro e ouro em vários pontos do município.

Atividades Econômicas

A agricultura é a principal atividade econômica do município, graças principalmente à intensificação da jiticultura. Logo depois vem o cacau, seguindo-se as culturas de sustentação, inclusive frutas cítricas.

É das mais importantes do Estado a produção extrativa vegetal: borracha, castanha-do-pará, essência de pau-rosa, sernambi, sôrva, balata, madeiras e outras. A produção extrativa animal é também muito desenvolvida: peixes como o pirarucu e outros; peles e couros de animais silvestres; jacaré, queixada, veado, caititu e outros.

A pecuária do município, em comparação com a maioria dos municípios do Estado, é bem desenvolvida. Os seus principais rebanhos são os de bovino e suínos, seguindo-se caprinos, ovinos e cavalos.

Situação Econômica

O comércio de Itacoatiara é um dos mais desenvolvidos do Estado, sendo dos mais importantes, depois do de Manaus. Conta com 4 estabelecimentos atacadistas, 24 varejistas e 208 mistos. Negocia com as principais praças do país. No campo industrial, possui usina de beneficiamento de borracha, de prensagem de juta, usina de pau-rosa, além de panificação, refrigerantes e outras. No município estão instaladas três agências bancárias: do Banco do Brasil, do Banco do Estado do Amazonas e do BASA.

Situação Político-Social

Instrução Pública: O ensino é bastante desenvolvido no município. O ensino primário é ministrado em grupos escolares e escolas primárias, com uma frequência de 4.896 alunos e com 146 professoras. Dois ginásios com 660 alunos e 24 professores, a Escola Comercial de Itacoatiara, com 120 alunos e 10 professores; a Escola Normal Instituto N. S.^a do Rosário, com 50 alunos e dez professores.

O município possui duas bibliotecas, duas livrarias, nove associações culturais e seis de cultura físico-desportiva.

Saúde Pública: A assistência médica é prestada por um posto médico do SESP e um hospital-maternidade, "Cunha Melo", administrado pelo município em convênio com o governo do Estado. São 18 leitos.

A cidade conta com sete farmácias, exercendo a profissão três médicos, sete dentistas, três farmacêuticos e três veterinários.

A cidade possui serviços de água encanada, luz elétrica e telefônica, êste com 180 aparelhos.

Funcionam no município três sindicatos, uma Colônia de Pescadores, um Pôsto Agropecuário e uma Associação Rural.

O município possui Juizado de Direito, Promotoria Pública, Tabelionato, Cartórios Civil, Criminal e Eleitoral, e advogados de officio.

Instaladas no município estão duas Coletorias: Estadual e Federal.

A moderna rodovia AM-1, Torquato—Tapajós liga o município à capital do Estado.

Cêrca de 100 veículos incluindo automóveis, ônibus e caminhões servem ao município.

Pelo seu atual desenvolvimento, Itacoatiara tem 3 hotéis, várias pensões e dois restaurantes e 37 bares e confeitarias.

Uma estação de radiodifusora, um cinema e um teatro estão em funcionamento e instala-se uma estação repetidora de televisão, para captar as imagens da estação televisora de Manaus.

Uma das metas da administração municipal é a construção do pôrto de Itacoatiara. Obra já planejada e de real necessidade, pôsto que o pôrto da cidade é um dos mais movimentados do interior do Amazonas.

Itacoatiara foi o município do interior do Estado que primeiro teve o seu jornal: "O Itacoatiara". Durou pouco. Em seguida surgiram "A Voz do Madeira", "O Conservador", "O Arauto", "O Correio de Serpa" e "O Jornal do Comércio". Presente-

A população do município de Itacoatiara é de 31.809 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

mente, entretanto não há nenhum jornal na cidade. A Cidade de Itacoatiara fica à margem esquerda do Rio Amazonas numa pequena elevação de terreno. Suas ruas e praças são amplas planas e bem traçadas. Dêsses logradouros, vários são pavimentados a concreto e outros são arborizados e ajardinados. Itacoatiara divide-se em dois bairros: o da Colônia e o de Araci, além da parte central. A cidade possui prédios importantes, como o da Prefeitura Municipal, o da Mesa de Rendas, a Igreja de N. S.^a do Rosário e o Mercado Municipal.

A parte religiosa, do município conta com três templos católicos, além de pequenas capelas e um templo protestante.

A principal festa religiosa do município é a que se realiza entre os dias 23 de outubro a 1.^o de novembro, em homenagem à sua padroeira — N. S.^a do Rosário. Outras festas religiosas são festejadas, como a de Santo Antônio, São João, São Pedro, N. S.^a de Nazaré, São Francisco de Assis e Santa Luzia. As festas universais, como de Natal e Ano Nôvo são muito festejadas.

O esporte, como não poderia deixar de ser, é bastante desenvolvido, notadamente o futebol. Existem vários clubes disputando campeonato municipal e uma excelente praça de esportes.

Como atração turística, Itacoatiara apresenta, além do majestoso Rio Amazonas, rios lagos, paranás, furos, igarapês, as cachoeiras de Lindóia e Iracema. As vitórias-régias dão especial colorido aos pontos turísticos do município.

HISTÓRIA

Os fundamentos da cidade de Itacoatiara tiveram comêço na Aldeia de Abacaxis, à margem direita do rio dêste nome, afluente do paraná Tupinambarana, que, por sua vez, partindo das proximidades da cidade de Borba, liga o Rio Madeira ao Rio Amazonas, pouco a jusante da cidade de Parintins. Recebeu o nome do seu fundador, o tuichaua Abacaxis, da nação Mundurucu. A sua denominação, como está taxativamente dita, provém de bromeliácea conhecida a que chamamos vulgarmente ananás. A aldeia era administrada pelos padres jesuítas, quando em 1758, Francisco Xavier de Mendonça Furtado fazia a sua segunda viagem ao território, com o fim de instalar a Capiçania de São José do Rio Negro. O Governador do Grão-Pará dirigiu-se a Abacaxis

levando o propósito de erigi-la em vila, mas, devido à insalubridade local e os maltratos que os padres aplicavam aos índios, estes pediram-lhe que transferisse a aldeia para outra localidade. Acedendo aos justificados motivos expostos, de comum acôrdo, escolheram o sítio chamado de Itacoatiara, à margem esquerda do Rio Amazonas. Aí, no dia 18 de abril de 1758, Mendonça Furtado elevou o sítio em vila com o nome de Serpa, em honra à tradicional cidade portuguesa.

O predicamento de vila foi suprimido em 1833, com a divisão do território nacional para execução do código do processo, passando Serpa a Freguesia ou Colégio Eleitoral, dependendo do Têrmo da Vila de Manaus, sob a invocação de N. S.^a do Rosário de Serpa.

Em 1852, houve uma tentativa para elevar a Freguesia a Vila, com o nome de Serpa, o que não se realizou. Sòmente após decorrer largo tempo, reivindicou o velho predicamento por Lei n.º 74, de 10 de dezembro de 1857, sendo reinstalada por Salustiano de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Silves, em 24 de junho de 1858, quando já havia completado um século da primeira instalação. Outra vez erigida em Vila, recebeu o nome de Vila de N. S.^a do Rosário de Serpa.

O Têrmo Judiciário de Serpa foi criado por Decreto Imperial n.º 5.146, de 27 de novembro de 1871, ficando, entretanto, reunido ao de Silves pelo Decreto n.º 5.210, de 1.º de fevereiro de 1872. Nesse ano, em sessão de 3 de abril, o deputado à Assembléia Legislativa Provincial, Delfim Flavo Portugal, apresentou um projeto de lei criando a Câmara de Itacoatiara e pretendendo restabelecer o seu primitivo nome; mas o deputado padre Pedro Marques de Oliveira fêz cair o projeto, na parte referente à denominação de Itacoatiara. A Vila de Serpa foi elevada à categoria de cidade como o nome de cidade de Itacoatiara, por projeto do deputado Damaso de Souza Barriga, convertido em Lei n.º 283, de 25 de abril de 1874. A Comarca de Itacoatiara se impunha como cidade, pelo desenvolvimento que tomava e por isto foi criada por Lei n.º 341, de 25 de abril de 1876, sendo instalada pelo primeiro Juiz de Direito, dr. Felipe Honorato da Cunha Meninéa, em 11 de setembro do mesmo ano.

O vocábulo Itacoatiara significa, em língua indígena, donde procede, “pedra pintada”. Foi dado essa denominação ao local em consequência da existência ali de inscrições gravadas em algumas pedras no rio, defronte à atual cidade.

Ainda no campo da atração turística, registre-se a existência de uma “Necrópole Indígena do Miracanguera”, assinalada pelo escritor Anísio Jobim, situada à margem do Amazonas, pouco acima da cidade de Itacoatiara.

O escritor Anísio Jobim cita o sábio J. Barbosa Rodrigues como autor do estudo sòbre essa necrópole, sob o título de “Antiguidades do Amazonas”.

“A necrópole indígena que o famoso etnógrafo consagra em tantas páginas de vivo fulgor e erudição, fica acima da cidade de Itacoatiara, em terreno elevado, que o Rio Amazonas, na violência de sua correnteza, vai todos os anos escavando e provocando grandes desmoronamentos, deixando à mostra suntuoso e admirável tesouro que se esconde sob as suas terras. A lombada de terra estende-se até o atual povoado Amatari ou Matari, onde toma o relêvo de terra firme.”

“O espaço que êle ocupa é de mais de meio quilômetro e pelo interior se estende a grande distância.”

“No seu autorizado modo de ver, o cemitério começou em era anticolombiana e durou até o século XVII.”

“O cemitério indígena está situado na Ilha do Matapi, hoje costa do Miracanguera, e deverá ter sido fundado pelo povo Aroaqui que se espalhou numa grande onda humana até as Antilhas.”

“Dividida a tribo, teve depois por inimigos fidagais os índios Pariquis, seus parentes, e Anibás, com os quais sempre estavam em guerra nos Rios Iatapu e Anibá.”

“Os desprendimentos de barreiras vão deixando a descoberto o admirável tesouro arqueológico que ali se oculta sob camadas de rochas, consistente em vasos, taças, amuletos, panelas, machados de pedra, igaçaba.” Diz Barbosa Rodrigues que “na multidão de fragmentos e mesmo peças inteiras que se encontram, três espécies iucaçauas ou urnas mortuárias se descobrem no Miracanguera, tôdas de diversos tamanhos, que indicam a estatura e a idade do indivíduo, o que se conhece pelo comprimento dos ossos, desde o adulto até a criança de peito. Na primeira guardam-se provavelmente restos dos chefes, dos Moacaras, ou pessoa de família, mas simplesmente ossos, depois de haver a terra consumido as carnes; na segunda encerram-se restos do vulgo sendo os ossos partidos e guardados depois da cremação do corpo; na terceira encerravam-se restos das cinzas, das carnes e pé dos ossos, servindo também nas cerimônias fúnebres”.

“A necrópole do Miracanguera, na sua álgida, reflete os vestígios da raça extinta dos Aroaquis, e da civilização que ela trouxe, e não há obra de uma civilização pré-histórica.”

“Apreciando a civilização do povo de Miracanguera, Barbosa Rodrigues diz que estão a comprovar o seu grande desenvolvimento o modo porque a argila era por êle escolhida, preparada e cozida, a excelente preparação das tintas, que empregava na pintura de seus vasos, as formas corretas e elegantes, as gravuras e baixos relevos que êle empregava e a harmonia e inteligente disposição das linhas de seus desenhos.”

“Até então, considerava o arqueólogo, a cerâmica que mais atestava o grau de desenvolvimento dos tempos remotos do Brasil, era a dos aterros do Marajó, a qual fica muito aquém da necrópole de Miracanguera, tal a finura e o gosto das ânforas, taças, urnas e mais objetos, que teve ocasião de examinar e de descrever.”

“O trabalho de fabricação da louça era deixado à paciência e habilidade das mulheres, que se utilizavam para tal mister de barro puro, ou em combinação com outros ingredientes tais como o pó de caraipé, pós de pedras-pomes trazidas pelas águas do rio, da carapaça da tartaruga.”

“A tabatinga era cuidadosamente amassada e preparada; moldada a peça era levada ao fogo.”

“Que delicadeza não exigiam êsses lindos vasos! Que cuidados não pediam as igaçabas, as tangas, os púcaros! Que perfeição nas côres variadas com que pintavam êsses cerâmicos!”

“As tintas, os selvagens iam buscá-las na floresta e na tabatinga dos barrancos. Eram a argila, o urucu, carajuru, a oca e tantos outros recursos tintórios.”

“Para darem o polimento a essas maravilhosas produções utilizavam-se de leite da sôrva.”

“A decoração encantava pelo aspecto, pelas linhas e pelo colorido.”

ITAPIRANGA

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas — Latitude Sul 2° 45' — e 58° 01' de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Airão, Itacoatiara, Urucará e Urucurituba.

Prefeito: Antônio Almeida Santos.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Itapiranga.

Superfície: 13.303 km².

Altitude: 18 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O município é servido pelos navios da ENASA e embarcações particulares, que o ligam à capital do Estado.

Possui agência postal-telegráfica da EBCT.

Riquezas Naturais

São importantes a flora e a fauna de Itapiranga, constituindo suas principais riquezas naturais. Na primeira destacam-se pelo seu valor econômico, a seringueira, a castanha-do-pará e o pau-rosa. Na segunda, várias espécies de peixes, entre os quais ressalta-se o pirarucu, considerado o balthau brasileiro.

Atividades Econômicas

Graças à intensificação da juticultura, tornou-se a agricultura a principal fonte de receita do município de Itapiranga. Os demais produtos são a mandioca e o cacau. Na produção extrativa, destacam-se o pau-rosa (essência), vindo logo após a borracha, castanha-do-pará, sernambi e látex. Na produção extrativa animal, o pirarucu destaca-se, vindo logo após as demais espécies de

peixes. A pecuária do município ainda é pouco desenvolvida, havendo rebanhos de suínos, bovinos e ovinos.

Situação Econômica

O comércio de Itapiranga é bastante desenvolvido, possuindo casas de comércio atacadistas e varejistas. No ramo industrial destaca-se a usina de essência de pau-rosa e prensa de juta. O município não dispõe de agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Escolas de ensino primário situadas nos quadros urbano e rural. Saúde Pública: Pôsto de saúde do SESP

A cidade está localizada à margem esquerda do paraná de Silves, afluente do Rio Amazonas. Tem logradouros públicos, ruas pavimentadas e é servida de luz elétrica. N. S.^a da Conceição é a padroeira da cidade e sua festa se realiza de 28 de novembro a 8 de dezembro.

Os principais acidentes geográficos do município são os rios: Amazonas, Urubu, Uatuma, Anibá, Caru e Sanabani; lagos: Saracá e Canaçari.

Como atração turística, pela sua beleza, o Lago de Saracá, “panorama de regaço irrequieto e espumoso de lago sonoro”.

Itapiranga possui uma Coletoria Estadual. Exercem suas atividades na cidade um dentista e um advogado.

A população do município de Itapiranga é de 2.747 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

Silves, primeira sede do atual município de Itapiranga, foi o primeiro núcleo europeu criado em território do atual Estado do Amazonas.

Quando de sua fundação em 1660, por frei Raimundo, da Ordem das Mercês, teve a denominação de Missão do Saracá.

Habitavam a região os índios Caboquenas, Buruburus e Guanavenas.

A denominação de Saracá dada à missão pelo seu fundador, originou-se do lago em cujo centro se encontra a Ilha de Silves ou de Saracá onde se instalara a missão.

Em 1663, a região do Rio Urubu, onde fica Silves, naquela época Missão de Saracá, foi teatro de sangrentas lutas entre as "bandeiras militares" e os indígenas.

Mais duas aldeias foram fundadas pelos missionários da Ordem das Mercês, no Rio Urubu e tiveram a denominação de São Pedro Nolasco e São Raimundo. Não tiveram, todavia, nenhum desenvolvimento, desaparecendo pouco tempo após a fundação.

IPIXUNA

Região: Zona Fisiográfica do Rio Juruá.

Limites: Com os municípios de Atalaia do Norte, e Eirunepé e com o Estado do Acre.

Prefeito: José Nogueira Maciel.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Ipixuna.

Superfície: 22.971 km².

Altitude: 140 metros acima do nível do mar.

Vias de Transportes e Comunicações: Fluvial, feito por particulares, e por navio mensal da ENASA. Aéreo, via Eirunepé, por avião da Cruzeiro do Sul. O município foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1956.

Riquezas Naturais

As principais riquezas naturais do município são constituídas por sua flora e sua fauna. Na primeira, destaca-se a seringuei-

ra, além de madeiras de boa qualidade, como o aguano e o cedro. Na segunda são dignos de menção os peixes de várias espécies (pirarucu, peixe-boi, tambaqui, e etc.) e animais silvestres, como caititu, queixada, veado etc.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é a principal fonte de receita do município, principalmente referente ao pescado, que com a farinha de mandioca é a base de alimentação da população de Ipixuna. A agricultura se compõe de mandioca, cana-de-açúcar, arroz, feijão.

A pecuária mais desenvolvida é a criação de suínos, vindo logo após a de bovinos.

Além de exportar borracha, castanha-do-pará e peles silvestres, Ipixuna fabrica o chamado açúcar-moreno.

Situação Econômica

O comércio é o do tipo comum da região, com 23 casas varejistas registradas. A indústria se resume numa usina de beneficiamento de produtos agrícolas, uma cerâmica e as chamadas casas de farinha. Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Uma escola primária na sede e 15 na zona rural.

Saúde Pública: Um posto médico estadual, e um ambulatório mantido pela Prefeitura.

Possui dois clubes esportivos, duas ruas pavimentadas e um posto fiscal.

Possui igreja matriz, cujo padroeiro é São Francisco.

Como atração turística, Ipixuna, no chamado verão, fica inteiramente isolada, inteiramente seca. O Rio Ipixuna, afluente do Juruá, embora pouco importante, é um rio bonito a cujas margens de debruça frondosa e luxuriante vegetação.

A cidade é servida de luz elétrica e possui uma praça ajardinada. Vários logradouros públicos estão planejados para receberem pavimentação.

A população do município de Ipixuna é de 12.620 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O nome do município veio-lhe do Rio Ipixuna, um dos principais afluentes do Juruá, e cujo curso no município tem a direção oeste-leste e a extensão de cerca de 300 quilômetros.

Ipixuna, em língua indígena, significa "água escura", denominação que lhe foi dada certamente pelos índios Catuquinas, Curinas e Canamaus e outros primitivos habitantes da região.

Entre os rios mais importantes do Estado, o Juruá foi dos últimos a serem penetrados pelo homem civilizado. A fixação do elemento humano, alienígena, em território do atual município, iniciou-se nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX. A aventura da borracha atraiu para as plagas amazônicas os nordestinos, principalmente cearenses, tangidos pela seca.

JURUÁ

Região: Zona Fisiográfica do Rio Juruá.

Limites: Com os municípios de Carauari, Fonte Boa, Maraã e Tefé.

Prefeito: Antônio Francisco da Silva.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Juruá.

Superfície: 26.654 km².

Altitude: 55 metros acima do nível do mar.

Vias de Transportes e Comunicações: Fluvial, feito por embarcações particulares, ligando o município aos demais vizinhos.

O município foi criado pela Lei Estadual número 96, de 19 de dezembro de 1955.

Riquezas Naturais

As riquezas naturais de Juruá são constituídas pelas flora e fauna, grandemente importantes para a economia do município. Na primeira, destacam-se a seringueira e madeiras como a jacareúba, louro, inamuí e maçaranduba. Na segunda, peixes de várias espécies e animais silvestres como a maracajá, o caititu, a onça, o veado, a queixada etc.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é, sem dúvida, a principal fonte de receita do município, destacando-se a borracha, látex natural, madeiras sernambi, sôrva, castanha-do-pará. É também de suma importância para o município a produção extrativa animal: peixes, inclusive o pirarucu; peles e couros de animais silvestres, incluindo-se o jacaré.

A agricultura no município de Juruá é pouco significativa. A principal produção é da mandioca, seguida das de cana-de-açúcar, milho e banana.

A pecuária é igualmente de pouca significação, destacando-se, todavia, a criação de suínos e logo depois de bovinos.

Situação Econômica

O comércio de Juruá é pequeno, pouco desenvolvido, registrando-se a influência dos chamados "regatões". Não há indústria instalada e nem possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: 21 escolas de ensino primário funcionam no município.

Saúde Pública: Existe posto médico.

Os principais acidentes geográficos são os rios Juruá, Breu, Riozinho e o paraná Tucumã.

O município tem tido pequeno desenvolvimento e nada há de importante a registrar.

Como atração turística, o Rio Juruá é dos mais importantes e belos da Amazônia. Considerado o mais sinuoso rio do mundo. É o que há de mais atraente.

Juruá possui energia elétrica, uma Colêtorial Estadual e um escritório do Serviço de Extensão Rural.

A sede do município está situada na margem direita do Rio Juruá.

Os principais acidentes geográficos são os rios Juruá, Breu, Riozinho e o Paraná Tucumã.

A população do município de Juruá é de 9.546 habitantes. O seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

Em 1710, após a expulsão dos missionários espanhóis, efetuou-se o reconhecimento do Juruá. Esclarece-se, todavia, que êsse reconhecimento se refere apenas à foz do grande rio ou acima do mesmo. Pois, nos meados do século XIX "o Juruá só não guardava mistérios na bôca e pouco acima". Foi o Governador Tenreiro Aranha quem "mandou explorar mais detidamente" o Juruá. Em 1857, João da Cunha Correia, a serviço do govêrno, subiu o grande rio até a foz do Juruá-Mirim. A partir daí as penetrações foram se processando com maior freqüência. A aventura da borracha atraiu também para o grande rio os nordestinos batidos pela sêca em suas terras. Habitavam primitivamente a região, os índios Meneruás, Maranás, Canamaris, Catuquinas, Catauixis e outros.

JAPURÁ

Região: Zona Fisiográfica do Solimões — Latitude Sul 1° 32' 13" e Longitude W. Gr. 69° 27' 02".

Limites: Com os municípios de Fonte Boa, Maraã e Santo Antônio do Içá e com a República da Colômbia.

Prefeito: Otavio Gomes de Souza.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Japurá.

Superfície: 49.777 km².

Altitude: 100 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Fluvial, irregular, feito por particulares. Dista da capital estadual, por via fluvial, 1.432 quilômetros.

O município foi criado pela Lei número 96, de 19 de dezembro de 1955.

Riquezas Naturais

Suas riquezas naturais são constituídas pela flora e fauna grandemente importantes para a economia do município. Na primeira destacam-se pelo seu valor econômico a seringueira e madeiras como jacareúba, louro inamuí e maçaranduba. Na segunda, peixes de várias espécies e animais silvestres como o maracajá, o caititu, a onça, o veado, a queixada etc.

Atividades Econômicas

A produção extrativa é a principal fonte de receita, destacando-se a borracha, o látex natural, sernambi, sôrva, madeiras e castanha-do-pará. Na produção extrativa animal, destacam-se o pirarucu, jacaré, peles e couros de animais silvestres. A agricultura é pouco significativa, destacando-se a mandioca, cana-de-açúcar, milho e banana.

A população do município de Japurá é de 3.649 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O Japurá, principal via de acesso ao município a que empresta o nome, foi dos primeiros rios amazonenses a ser penetrado. No relatório apresentado

A pecuária é igualmente pouco desenvolvida, registrando-se a criação de bovinos e suínos.

Situação Econômica

O comércio é o do tipo comum da Amazônia, com casas varejistas, de tudo vendendo. Não há indústrias e nem agências bancárias. Apenas a Prefeitura mantém uma cerâmica.

Situação Político-Social

Instrução Pública: O município possui 10 escolas na sede e 19 na zona rural. Saúde Pública: Posto médico.

A sede municipal — Vila Bittencourt — fica à margem esquerda do Rio Japurá, nos limites do Brasil com a Colômbia. Acha-se sediada nessa localidade uma unidade do Exército Nacional, o 3.º Batalhão de Fronteiras. Tem luz elétrica fornecida pelo Exército e uma praça pública.

Defronte à foz do Rio Apaporis, afluente do Japurá, está situado um marco divisório dos limites do Brasil com a Colômbia, inaugurado a 29 de setembro de 1931.

Os acidentes geográficos principais são os rios Japurá, Puruê, Apaporis, Acunauê e o Paraná Buaá-Bua.

O Rio Japurá que corta o município de um extremo a outro, atravessando "vasta e fecunda planície", despejando suas águas no Solimões, é incontestavelmente um dos mais importantes rios da Amazônia constituindo, por isso a principal atração turística.

em 1755 pelo ouvidor Ribeiro Sampaio ao Governador da Capitania sobre a "visita de correição das povoações" consta que o referido ouvidor subiu o Rio Japurá visitando as povoações de Santo Antônio e São Matias. Entre os anos de 1764 e 1768, foram fundadas por Tinoco Valente as aldeias de Santo Antônio do Mapiri, São Matias e São Joaquim do Macapiri. Foi no Japurá, na povoação de Santo Antônio do Mapiri, que se verificou entre 1774-1775 a submissão dos índios Muras. O Rio Japurá, afluente do Solimões, é dos mais importantes do Estado. Atravessa o município do mesmo nome de um extremo a outro, na direção oeste-leste. "Japurá" é o nome que tem em território brasileiro.

JUTAÍ

Região: Zona Fisiográfica do Solimões—Javari.

Limites: Com os municípios de Atalaia do Norte, Carauari, Eirunepé, Fonte Boa e São Paulo de Olivença.

Prefeito: Elizeu de Araújo Lasmar.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Jutai.

Superfície: 36.610 km².

Altitude: 70 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O município liga-se aos demais vizinhos por via fluvial, em pequenas embarcações. Por via aérea, para a capital do Estado, via Fonte Boa.

Riquezas Naturais

As principais riquezas naturais do município são representadas, na flora, pela seringueira e madeiras de boa qualidade, como o cedro, jacareúba etc., e na fauna, peixes de várias espécies, entre os quais é justo ressaltar o pirarucu e animais silvestres, como a queixada, o caítitu, o veado etc.

Atividades Econômicas

É a produção extrativa vegetal a principal fonte de receita do município, assim distribuída: borracha sernambi, madeiras de lei. Tem também realmente importância na economia municipal a produção extrativa

animal: peixes, inclusive a pirarucu; couros de animais silvestres, peles de jacaré e outros.

A agricultura é pouco desenvolvida. Os principais produtos são a mandioca, feijão, banana e batata-doce. Não há registro apreciável de pecuária.

Situação Econômica

O comércio de Jutai é pouco desenvolvido, nêle predominando-se o comércio ambulante, dos chamados "regatões" Há várias classes de regatões, como por exemplo os vapores de grande porte, lanchas e "motores" que, procedendo de Manaus ou Belém, são na generalidade ambulantes enciclopédicos levando toda espécie de mercadorias necessárias à região, movimentando todos os rios do Amazonas, fornecendo mercadorias aos seringalistas, pescadores a maioria das vezes em troca de produtos naturais.

Não há indústria e o município não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Funcionam no município poucas escolas de ensino primário.

Saúde Pública: Não há posto médico servindo-se o município da passagem das caravanas médicas, que sobem o rio periodicamente.

A sede do município fica na margem es-

querda do Rio Jutai, afluente do Solimões. Não tem luz elétrica.

Os principais acidentes geográficos do município são os rios Jutai, Mutum, que banham o município. Possui Coletoria Estadual.

A população do município de Jutai é de 1.843 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O Rio Jutai, de cujo nome se originou o do município, até 1875, não havia despertado as "preocupações dos estudiosos das coisas da Providência". Só naquele ano é que por determinação do "comendador Pimenta Bueno, o gerente da Cia. de Navegação do Amazonas, C. Barrington Brow, fêz-lhe o reconhecimento". Habitavam primitivamente a região hoje compreendida no município de Jutai, os índios Catuquinas, Marauás, Ariacéus e outros. O povoamento da região de Jutai praticamente só se iniciou nas últimas décadas do século passado. Também na região em referência, como em outros Estados, os nordestinos — cearenses, piauienses, paraibanos e potiguares — foram os pioneiros do povoamento, atraídos que foram às plagas amazônicas pela "aventura da borracha" e impelidos ao êxodo de suas terras pelo trágico fenômeno da seca.

O município foi criado pela Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955.

LÁBREA

Região: Zona Fisiográfica do Rio Purus — Latitude Sul: 7º 16' e 68º 48' de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Canutama, Pauini, Tapauá, Bôca do Acre, Território de Rondônia e Estado do Acre.

Prefeito: José Falcão Filho.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Comarca, Distrito e Têrmo: Lábrea.

Superfície: 67.259 km²

Altitude: 60 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Fluvial e aéreo, com a Capital do Estado, através de navios da ENASA e de aviões da Cruzeiro do Sul tôdas as 5as.-feiras.

Distância da Capital: 1.672 km fluviais e 836 km aéreos.

A FAB realiza viagens mensais.

Possui agência postal-telegráfica da EBCT

O município foi criado pela Lei n.º 523, de 14 de maio de 1881.

Riquezas Naturais

As principais riquezas do município são constituídas por sua flora e fauna. Na pri-

meira destacam-se, pelo seu valor econômico, a seringueira e a castanha-do-pará, além de madeiras de boa qualidade. Na segunda, os aquáticos, como peixes de várias qualidades e quelônios e animais silvestres como o cai-titu, queixada, veado, onça etc.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal do município é das maiores do Estado e constitui a sua maior fonte de receita. O principal produto é a borracha, vindo logo após o ser-nambi, madeiras, látex natural, sôrva, óleo de copaíba e castanha-do-pará. A produção extrativa animal é relativamente importante, destacando-se a pele de jacaré e o pirarucu. É regular a produção agrícola, destacando-se a mandioca, fumo, feijão, batata-doce, cana-de-açúcar, banana etc. A pecuária bovina tem algum desenvolvimento possuindo cerca de 30 pequenas fazendas. A criação de suínos é abundante.

Situação Econômica

O comércio de Lábrea é bem desenvolvido, possuindo casas atacadistas e varejistas em todo o município. Sua indústria é pequena e possui agências bancárias do BASA e do Banco do Estado do Amazonas.

Situação Político-Social

Instrução Pública: O município possui três grupos escolares, o ginásio Marista, Santo Agostinho, o educandário Santa Rita e vinte quatro primárias rurais com trinta professoras e uma frequência média de quinhentos e cinquenta alunos.

Saúde Pública: Possui um posto médico mantido pelo SESP, exercendo a profissão na cidade um médico e um dentista, além de enfermeiros. Funciona na cidade também uma farmácia.

Funciona na cidade um cinema e a cidade tem energia elétrica e a iluminação pública se estende a todos os logradouros.

Tem duas pensões com capacidade para atender os visitantes; uma cooperativa de produtos de consumo; cinco veículos moto-

A população do município de Lábrea é de 20.354 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

rizados e sete bares. Tem dois clubes recreativos; Grêmio Recreativo de Lábrea e São Cristóvão F. C.

Lábrea tem Juizado de Direito, Promotoria Pública, Exatoria de Rendas do Estado, Posto de Revenda Agrícola, Delegacia do DNERu, Posto de Meteorologia e Delegacia de Polícia.

Tem ruas pavimentadas e uma estrada de rodagem ligando o município a cidade de Humaitá.

A cidade de Lábrea está localizada à margem direita do caudaloso Rio Purus, um dos principais afluentes do Rio Amazonas.

A igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré é um templo vetusto, é a padroeira do município e a sua festa se realiza a oito de setembro de cada ano.

A cidade de Lábrea excede de uma das cinco prelaças apostólicas existentes no Estado.

Os acidentes geográficos são o rios Purus, Ituxi, Mari e Mamoriá.

O município de Lábrea já teve fase florescente, vida mais ativa. Nas últimas décadas do século passado chegou a possuir jornais como o "Correio de Purus" ou "Purus" e o "Labrense".

Como atração turística, o Rio Purus. É um dos mais volumosos e extensos tributários do Amazonas, no trecho em que este recebe o nome de Solimões. Rivaliza-se com Madeira em opulência e curso, sendo, mais do que ele, franco à navegação. Suas águas vem de terras da Bolívia e do Peru, além do paralelo de onze graus de latitude Sul, sendo o seu ramo principal proveniente da serra de Contamana na fronteira do Peru com o Brasil. Pode-se dizer é o mais tortuoso afluente do Amazonas, a serpear ora em terras baixas alagadiças, ora entre barreiras de notável elevação. A corrente do rio é de duas e meia milhas por hora, variável conforme a época das enchentes ou das vasantes. Suas águas arrastam abundante vasa: daí a côr turva, amarelada que apresenta.

Outro ponto turístico é a cachoeira da Água Preta, a dez metros do Rio Ituxi e a quatro dias de viagem da sede municipal.

HISTÓRIA

Habitavam primitivamente a região os índios Pamaris, Cucamas, Ipurinás, Muras, Purus-Purus, Jamadis e Canamaris. Manuel Urbano da Encarnação e o Capitão Manuel Nicolau de Melo foram dos primeiros civilizados a fixar residência na zona do Purus. Com o advento da navegação a vapor, iniciou-se o povoamento do Rio Purus, facilitado também pela atração de corrente de riquezas naturais, como a borracha. Em 1869, chegou a primeira "leva" de cearenses composta de 50 homens sob a responsabilidade do pioneiro João Gabriel de Carvalho e Melo, que se fixaram no Baixo Purus. Em dezembro de 1871, a maior "leva" de maranhenses organizada pelo Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, localizou-se no Purus, na terra firme de Amaciari, que passou a se denominar Lábrea.

O pequeno núcleo de povoamento fundado pelo Coronel Labre, desenvolveu-se. Foi elevado a sede de freguesia sob a invocação de N. S.^a de Nazaré do Ituxi, pela Lei Provincial n.º 265, de 15 de maio de 1873. No ano seguinte foi criado o distrito de Paz da Lábrea, sendo eleito seu primeiro juiz o sr. José Leonídio Guedes.

Em 1878, aos seis dias de setembro, foi criada e instalada a paróquia de N. S.^a de Nazaré de Lábrea, sendo o seu primeiro vigário o padre Francisco Leite Barbosa.

Em 1881, foi a freguesia elevada à categoria de vila pela Lei n.º 523, de 14 de maio do mesmo ano, datando daí, conseqüentemente, a criação do município, constituído de um só distrito.

A instalação do município, no entanto, só se verificou a 7 de março de 1886.

Em 1925, pela bula "Impercetabili Dei Concilio", de 1.º de maio, do Papa Pio XI, criou a Prelazia de Lábrea, sendo seu primeiro prelado o frei Marcelo Calvo do Rosário.

MANACAPURU

Região: Zona Fisiográfica do Solimões—Tefé — Latitude Sul 3º 2' 14"
— 60º 37' 02" longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Airão, Borba, Canutama, Careiro, Coari, Codajás, Manaus e Tapauá.

Prefeito: Jamil Seffair.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Sede e Comarca de Manacapuru e distritos de Manapuru, Caapiranga e Beruri.

Superfície: 48.419 km².

Altitude: 34 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Liga-se à capital do Estado por navios da ENASA e transportes particulares. Dista da Capital por via fluvial, 102 km.

Possui agência postal-telegráfica da EBCT e posto telefônico da CAMTEL, ligando Manacapuru à cidade de Manaus.

O município foi criado pelo Decreto-Lei n.º 83 de 27 de setembro de 1894.

Riquezas Naturais

A flora e a fauna de Manacapuru constituem, inegavelmente, importantes riquezas naturais. Na primeira sobressaem pelo seu valor econômico a seringueira e a castanha-do-pará. Na segunda, peixes de várias espécies, entre os quais se destacam o pirarucu, tambaqui, peixe-boi etc., e animais silvestres como queixada, veado caititu e muitos outros. Há também notícias da existência de minérios no município como carvão de pedra e, segundo consta, existe nas proximidades do Lago Jaeteua.

Atividades Econômicas

A agricultura, graças exclusivamente à jiticultura, é a maior fonte de receita do município, e sua principal atividade econômica. Os demais produtos são mandioca, fumo, feijão, cana-de-açúcar, cacau, banana, batata-doce e laranja. O município conta com excelente plantio de pimenta-do-reino.

A pecuária é razoavelmente desenvolvida, existindo no município dez fazendas e 60 fazendolas para a criação de gado vacum e de suínos.

A produção extrativa vegetal mais expressiva é a de castanha-do-pará e borracha.

Os demais produtos são essência de pau-rosa, sernambi, balata, sôrva, látex natural, óleo de copaíba.

Também é importante a produção extrativa animal, notadamente a do pescado, que concorre grandemente para o abastecimento da capital do Estado. Também a pele de jacaré tem boa produção.

Situação Econômica

O comércio de Manacapuru é bastante desenvolvido, mantendo transações com a capital do Estado e com as principais praças do país. No município contam-se mais de 200 estabelecimentos comerciais. A indústria se desenvolve satisfatoriamente, contando o município com duas usinas de beneficiamento de pau-rosa, uma prensa de juta, duas serrarias, uma oficina mecânica, além de

outras, comuns. Manacapuru possui agência do Banco do Estado do Amazonas.

Situação Político-Social

Instrução Pública: A instrução pública de Manacapuru é bastante desenvolvida, registrando-se dois Grupos Escolares, dois Ginásios, uma Escola Normal e 165 escolas primárias em todo o município.

Saúde Pública: Maternidade Estadual "Alisa Souto" com 15 leitos; posto médico estadual; posto médico do SESP; posto médico da CEM e um posto de puericultura, além de um ambulatório na sede e um na Colônia Agrícola do Amazonas. Duas farmácias.

A cidade de Manacapuru fica na margem esquerda do Rio Solimões, na confluência deste rio com o Rio Manacapuru. Todos os seus logradouros públicos são servidos de luz elétrica. Há também, na cidade, serviço de água canalizada. Tem quatro logradouros públicos pavimentados e arborizados e ajardinados. A Praça 16 de Julho e a Avenida Eduardo Ribeiro são dois importantes logradouros de Manacapuru.

O município possui uma usina elétrica da CELETRAMAZON.

Possui um hotel, um clube social e um da Congregação Redentorista. Possui, igualmente, uma biblioteca federal.

Manacapuru é o segundo município amazonense em população. Destaca-se um monumento de Cristo Redentor e um obelisco de cimento armado guardando feitiço de uma pirâmide egípcia em homenagem à elevação de cidade.

Os acidentes geográficos de Manacapuru são os rios Solimões, Purus, Manacapuru e Jari e os lagos Manacapuru, Beruri, Arara e Aiapuá.

Manacapuru possui uma cooperativa de produção, duas pensões e três bares. Seis veículos automotores circulam na cidade.

Funcionam no município uma Coletoria Federal e uma Coletoria Estadual.

Manacapuru possui Juiz de Direito, Promotoria e Tabelionato e a Casa da Justiça.

Como atração turística, o Rio Solimões é um belo atrativo pelas suas águas profundas e barrentas, devido aos materiais em suspen-

são que carrega; dá agasalho à uma enorme fauna ictiológica, a várias espécies de tartarugas e a uma multidão de outros animais. Nelas se criam os horripilantes jacarés e a decantada sucuriju. As piracemas de peixes no Solimões são admiráveis. O Solimões oferece navegação franca todo tempo. A

vasante não lhe perturba o movimento de embarcações, que têm que navegar pelos canais, pois o rio muda sempre de leito e descobre praias extensas. Os lagos Piranha, Sacambu e o Rio Manacapuru, pela abundância de caça e pesca existentes nos mesmos, têm sido freqüentados por turistas.

A população do município de Manacapuru é de 51.763 habitantes. O clima é bastante quente. Os ventos alísios, que sopram do Atlântico, e a queda de temperatura à noite contribuem para amenizar os rigores do calor.

A padroeira do município é N. S.^a de Nazaré, realizando em outubro de cada ano, o círio. As demais festas populares de Manacapuru são os festejos realizados em vésperas do dia de Santo Antônio e São Pedro, com o chamado levantamento do "mastro", acompanhado de um pequeno conjunto de músicas e fogos. Duas procissões se realizam anualmente no município, sendo a primeira no dia 29 de junho, consagrada a São Pedro, que, por despertar interesse da população, não só do interior, como da sede municipal, tornou-se tradicional, devido a mesma ser feita por via fluvial e contar com as embarcações de todos os proprietários residentes no município. A segunda é consagrada a N. S.^a de Nazaré, como parte das festas do círio.

HISTÓRIA

A atual cidade de Manacapuru originou-se de uma aldeia de índios Muras, fundada a 15 de fevereiro de 1786.

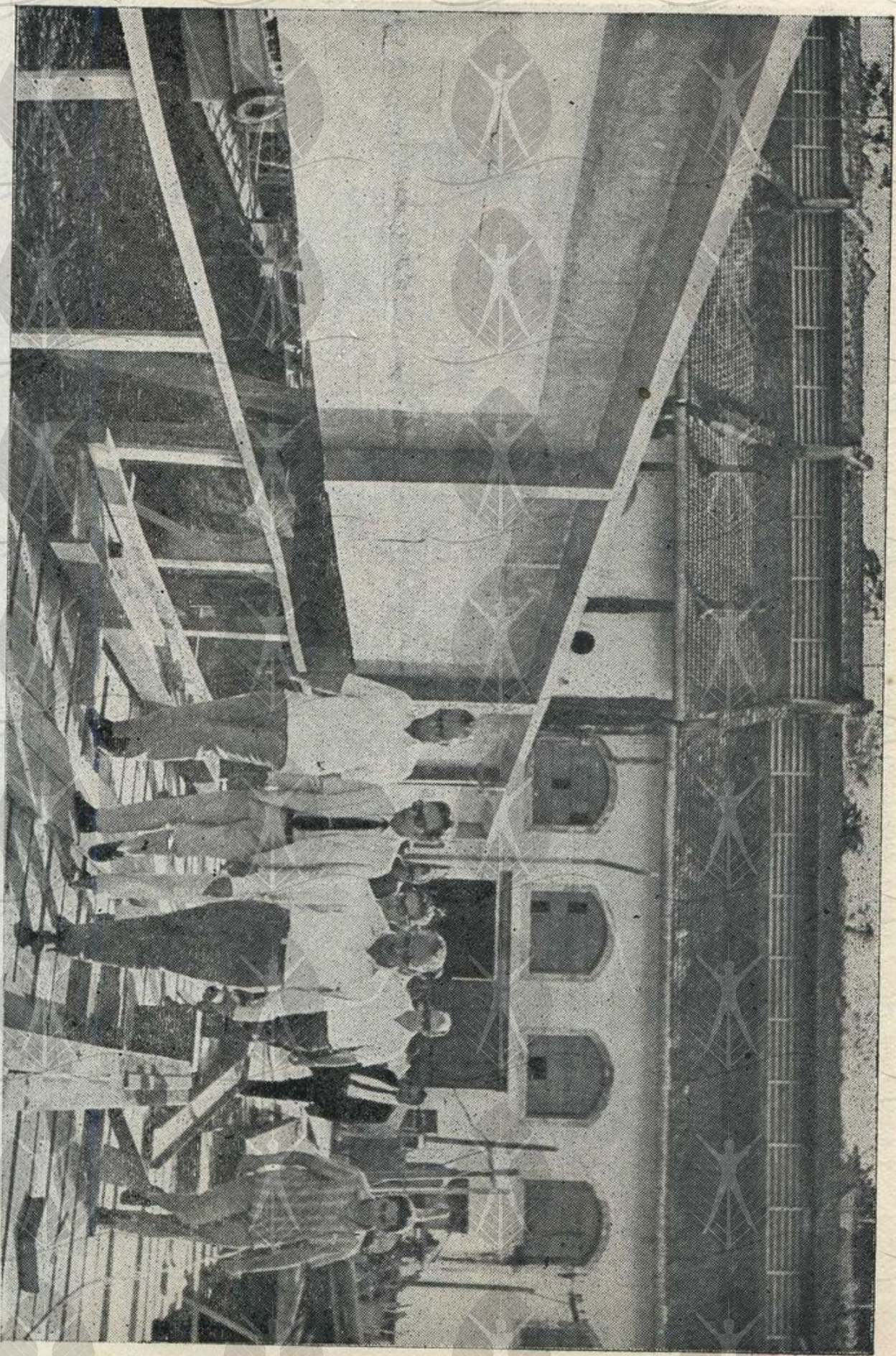
Eram os Muras índios terríveis, cuja pacificação exigiu ingentes esforços. Obteve-a, todavia, entre os anos de 1774/75, Matias Fernandes, diretor da aldeia de Santo Antônio do Imapiri, no Japurá. Muito concorreram para essa pacificação as instruções do General Pereira Caldas. Segundo, porém, o Prof. Artur Reis, essa pacificação teria ocorrido em princípio de 1885.

Por volta desse ano, já havia pouco abaixo da foz do Rio Manacapuru no Rio Solimões, uma "Feitoria de Pesca", denominada "Caldeirão" sob a administração de Sebastião Pereira de Castro, cuja produção destinava-se ao abastecimento da guarnição militar sediada em Barcelos, então sede da Capitania.

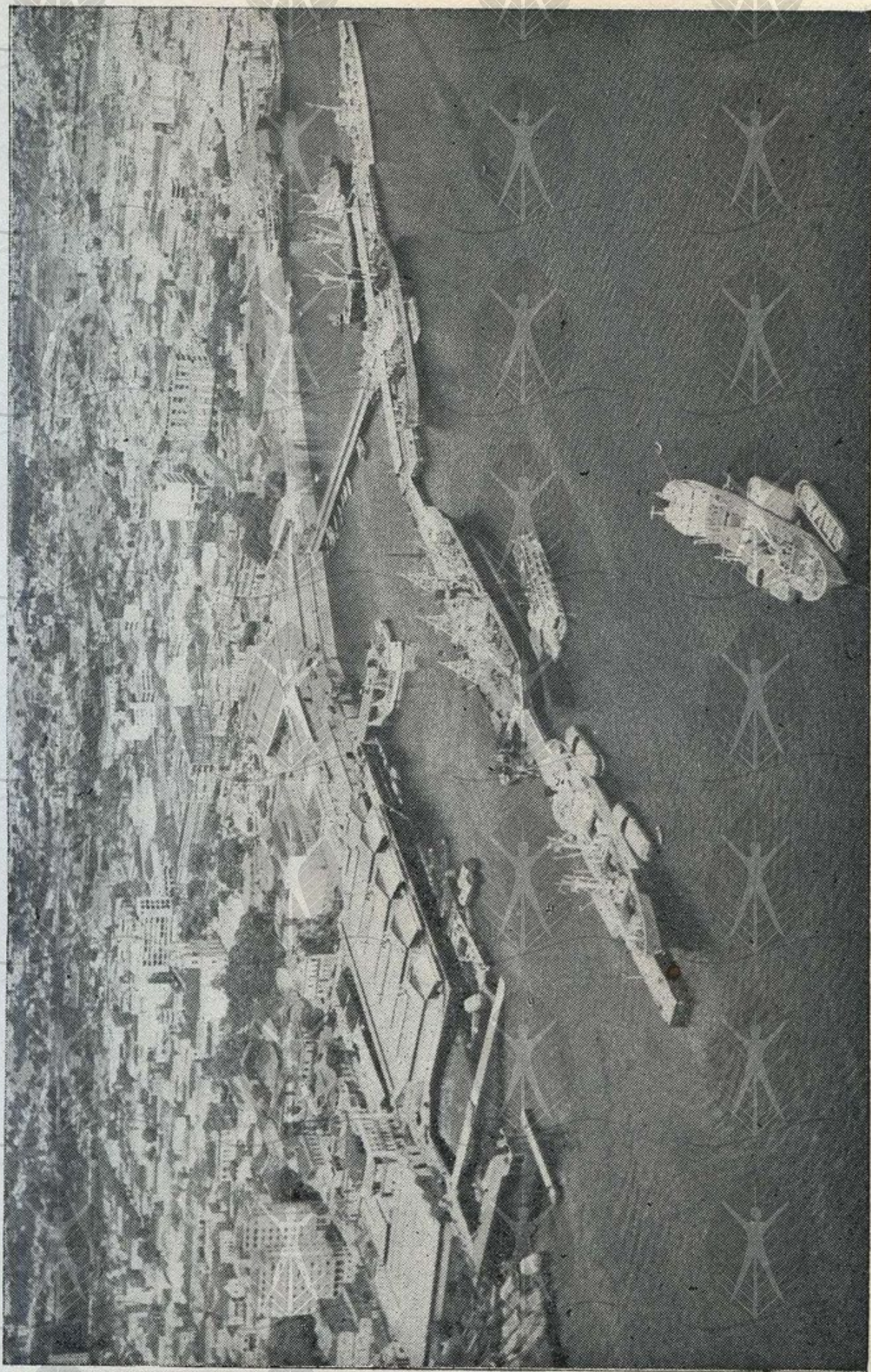
Segundo comunicação do administrador "da Feitoria" ao General Pereira Caldas, que se encontrava em Barcelos, "a 27 de setembro havia chegado ali um grosso número de gentios Mura" que desejava estabelecer-se nas vizinhanças. Respondendo, então, o general à comunicação de Sebastião de Castro, recomendou-lhe que os Muras fôssem para a povoação do Anamã, ou então escolhesse o administrador outro local. O local preferido foi à margem do Lago Manacapuru, onde então os Muras, em número de 290, se estabeleceram, edificando a povoação e dando-lhe o mesmo nome do lago.



Conjunto residencial da COHAB-Amazonas, em Manaus. Governador Danilo Azeiteiro inaugurando-o.

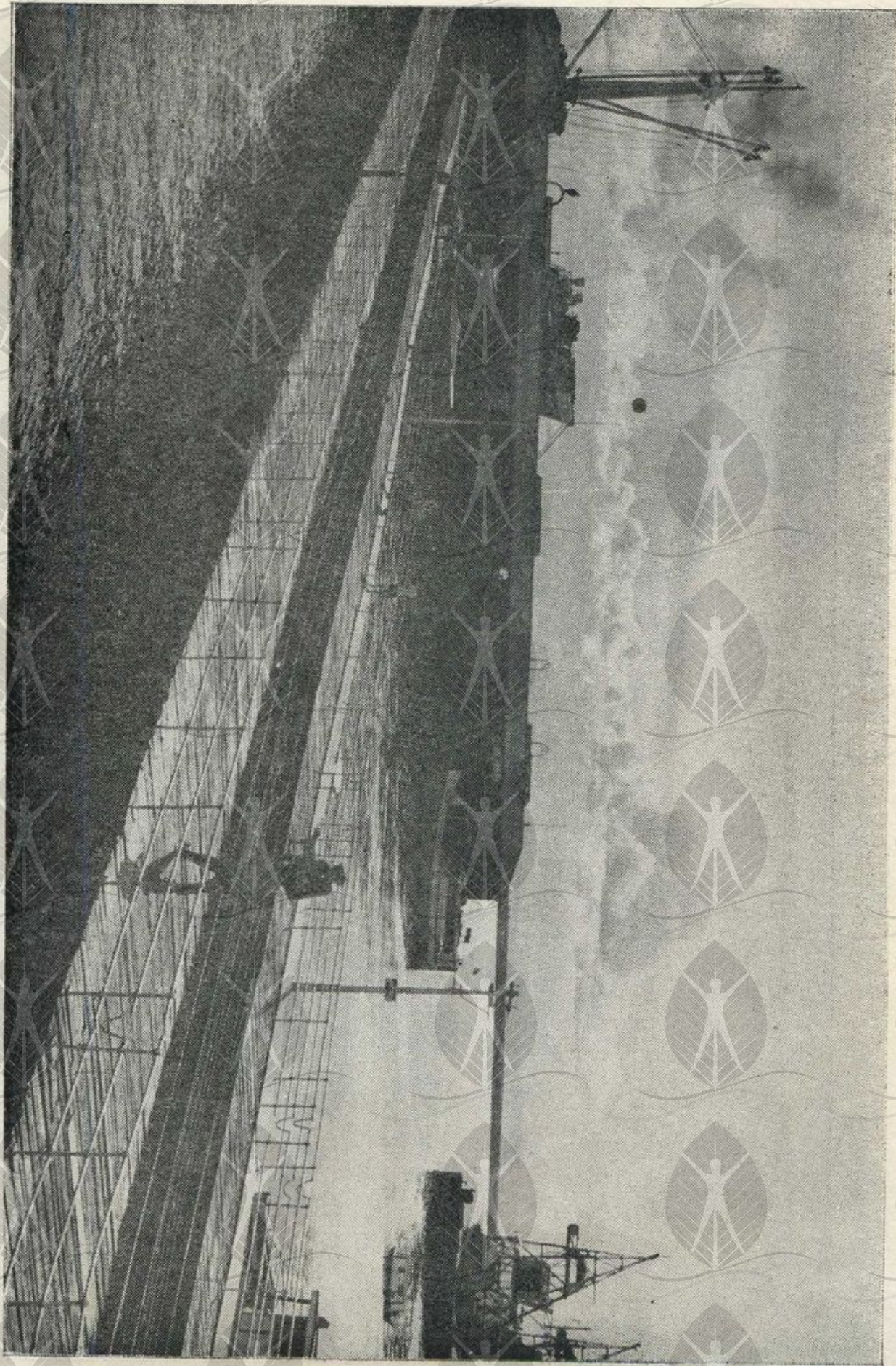


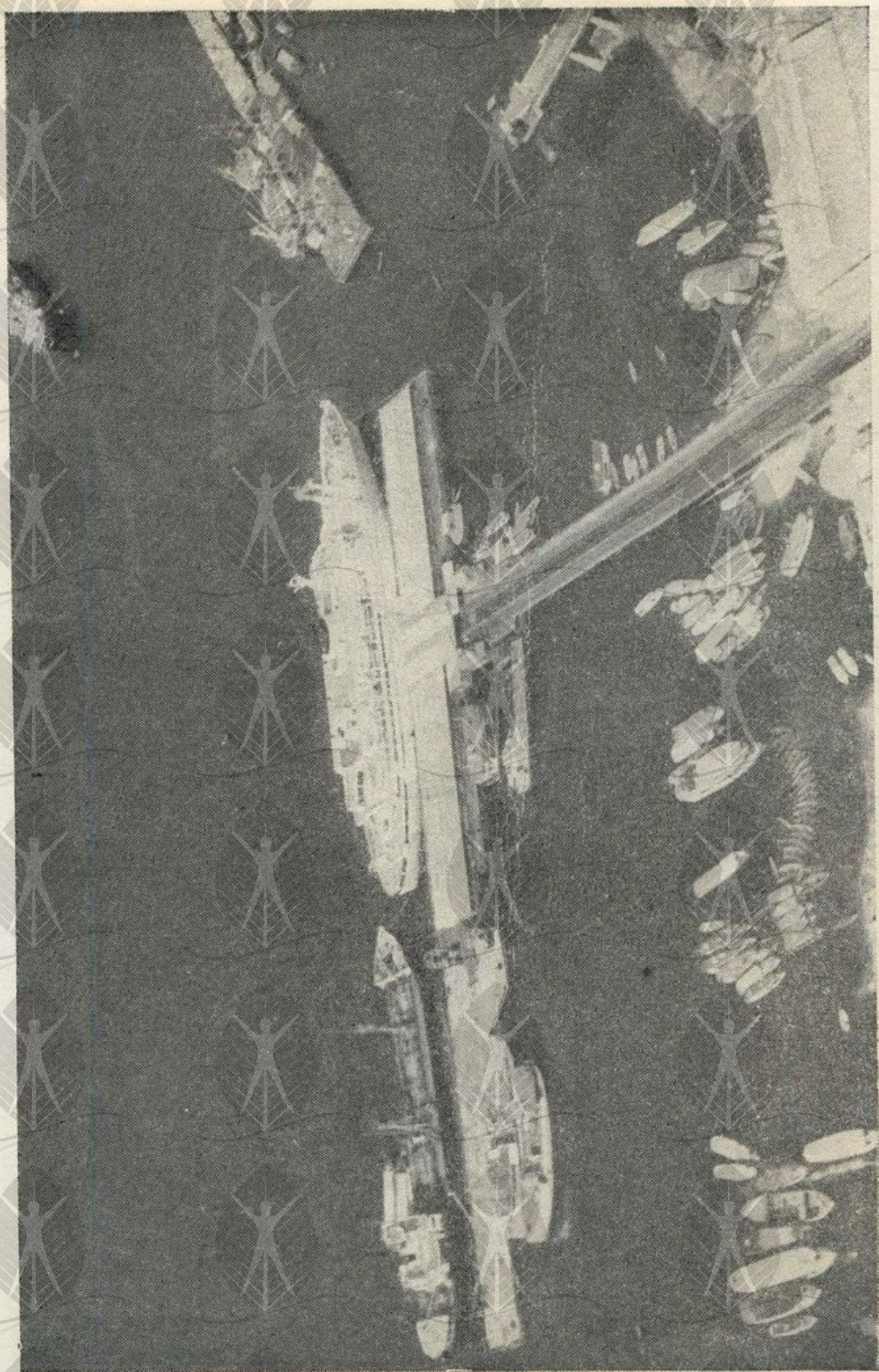
Nova tomada d'água de Manaus. Governador Danilo Areosa e ministro Costa Cavalcanti inspecionando.



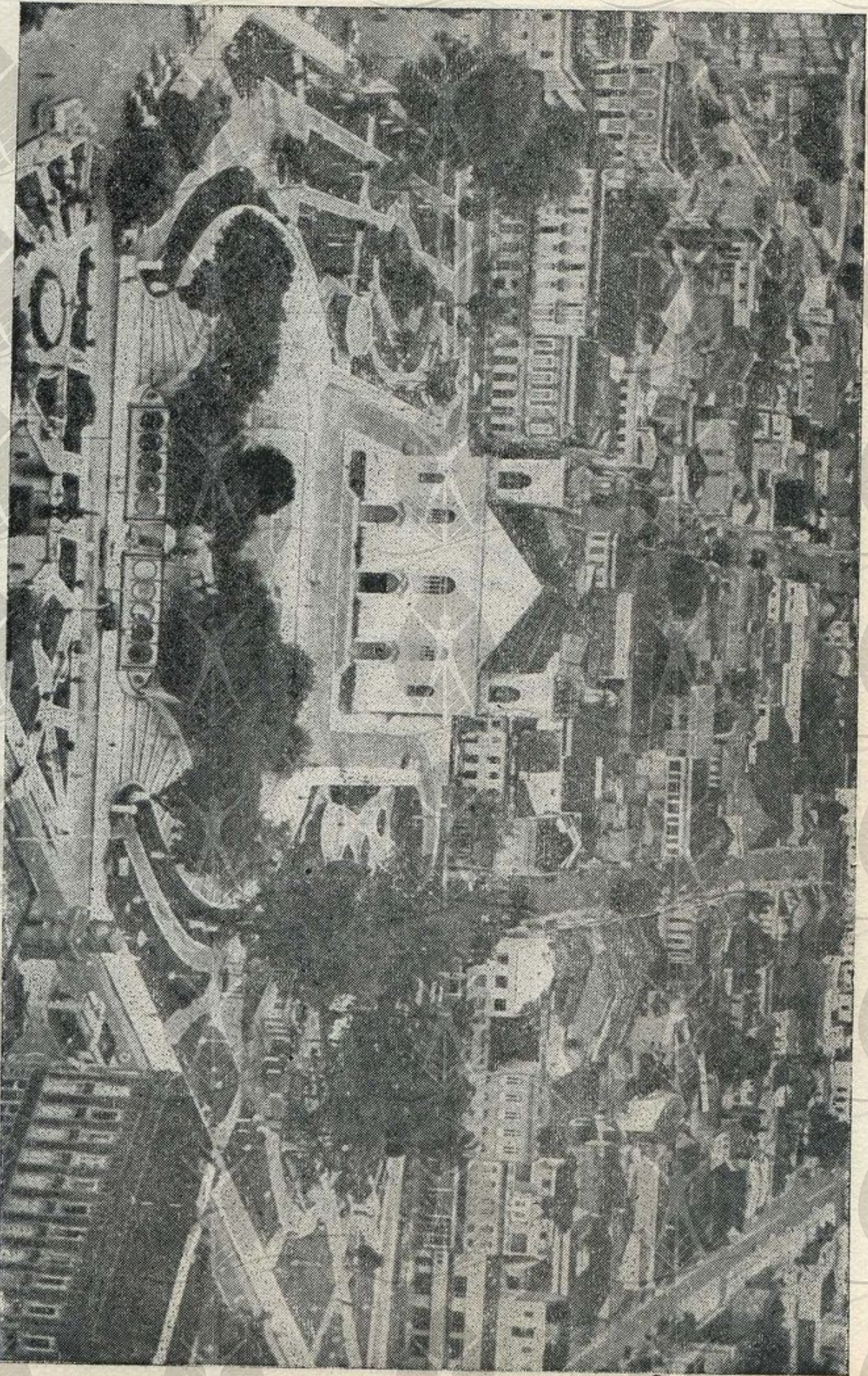
Manaus e seu pôrto flutuante. Vista aérea da bela cidade amazonense.

Vista parcial do famoso porto flutuante de Manaus, construído por ingleses.





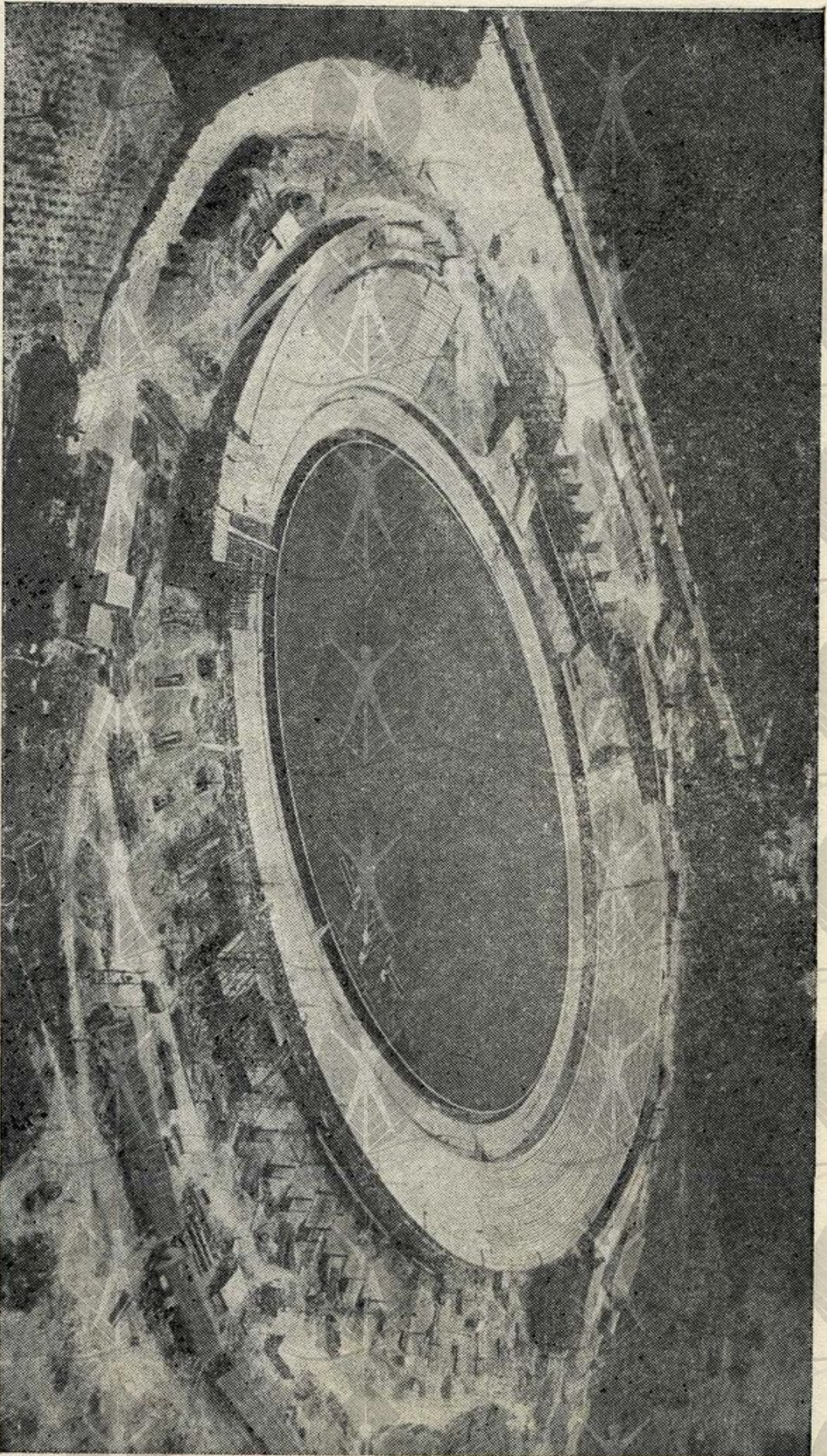
Flutuante de Manaus: um navio do Lóide Brasileiro atracado.



A imponente Igreja Matriz de Manaus, bem no coração da Zona Franca de Manaus. No canto à direita, o edifício da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.



Ministro Costa Cavalcanti ao visitar o Entrepoto da SUFRAMA, em Manaus.



ESTÁDIO DE MANAUS ESTARÁ CONCLUÍDO EM JANEIRO DE 1971 — Estádio Vivaldo Lima, que o Grupo Executivo da Construção do Estádio Vivaldo Lima promete inaugurar dia 31 de janeiro de 1971. É o maior e o mais moderno estádio do Norte do Brasil, situado no bairro de Flores. Toda a arquitetura do estádio foi feita pelos engenheiros amazonenses Severiano Porto e João Augusto Souto Loureiro. O "Tartaruga" foi escolhido pela CBD para uma das sedes do grande Torneio Internacional de 1972. As arquitetadas serão para 45 mil assistentes e 10 mil pessoas poderão ocupar as gerais. O sistema de iluminação está em execução. O nome do Estádio Vivaldo Lima foi dado em homenagem ao médico baiano, que muito jovem se radicou em Manaus, tendo sido um dos fundadores do Nacional Fast Clube.

MANAUS

Região: Zona Fisiográfica do Rio Negro — Latitude Sul 3° 08' 7" e 60° 01' 34" de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Airão, Itacoatiara, Careiro e Manacapuru.

Prefeito: Dr. Paulo Pinto Nery.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Comarca, Distrito e Termo de Manaus e quatro sub-distritos.

Superfície: 14.150 km².

Altitude: 40,33 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte: Manaus é servida de transporte aéreo e fluvial. O aéreo é feito pelas empresas Cruzeiro do Sul, Viação Aérea São Paulo (VASP) e Viação Aérea Riograndense (VARIG) e Avianca, esta colombiana.

Registre-se o grande serviço prestado ao Estado pelos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), ligando Manaus aos mais distantes municípios da Amazônia.

O transporte fluvial, pelos navios do Lóide Brasileiro, pela Empresa de Navegação da Amazônia (ENASA), navios de companhias estrangeiras e particulares e nacionais, estabelecidas na capital ou mesmo com simples agências ligando Manaus com os principais centros do país e do exterior.

A navegação para o interior do Estado é feita pelos navios da ENASA e por milhares de embarcações particulares. A estrada de rodagem BR-17, ligando Manaus e Itacoatiara e a BR-174, esta ligando Manaus a Caracará, no Território de Roraima (em construção), são as vias rodoviárias importantes do Estado, sem contar com as estradas municipais e a BR-319 (Manaus—Pôrto Velho), em construção.

Vias de Comunicação: Manaus serve-se de uma Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da Cia. Rádio Internacional do Brasil, com ligações para o Brasil e para o exterior. Em pleno funcionamento na Capital, a Cia. Amazônica de Telecomunicações (CAMTEL), oferecendo um excelente serviço telefônico e mantendo estações nos municípios de Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e Coari. Ainda neste ano de 1970 estarão funcionando

as estações radiotelefônicas dos municípios de Benjamin Constant, Fonte Boa, Tefé, Codajás, Manicoré, Borba, Humaitá, Maués, Bôca do Acre, Lábrea, Eirunepê, Barcelos e S. Gabriel da Cachoeira.

Funcionam ainda em Manaus estações radiotelegráficas da Força Aérea Brasileira, da VASP, da Cruzeiro do Sul e da VARIG.

Em Manaus estão em pleno funcionamento as emissoras de radiodifusão: Rádio Baré, Rádio Difusora do Amazonas, Rádio Rio Mar e Sociedade Rádio Tropical. Uma estação de televisão — a TV Ajuricaba e em fase de instalação a TV Associada.

Funciona, igualmente, a TV Educativa do Amazonas.

No campo jornalístico, circulam em Manaus os jornais *A Crítica*, *A Notícia*, o *Jornal do Comércio*, o *O Jornal*, o *Diário da Tarde*, além da Imprensa Oficial.

Riquezas Naturais

As riquezas naturais do município de Manaus são, como nos demais municípios do Amazonas, constituídas da flora e da fauna. Na flora predominam grandes variedades de madeiras, como sejam: pau-rosa, aguano, andiroba, açacu, cedro, itaúba, jacaraúba, louro-amarelo, louro-prêto, saboarana e muitas outras extraídas para fins industriais, além da borracha, piaçava, castanha-do-pará, ervas medicinais e o timbó.

A fauna é rica. Seus pássaros constituem o que de mais belo pode existir em natureza de plumagem, afora as mais variadas espécies de animais silvestres, destacando-se o veado, anta, capivara, paca e a cutia. Seus rios, lagos, furos, igapós e igarapés são providos de saborosos peixes das mais sortidas famílias, destacando-se o pirarucu, o peixe-boi, o tucunaré, o tambaqui, etc.

Atividades Econômicas

O Município tem suas bases econômicas fixadas nas indústrias de transformação e

extrativa e na agricultura. No parque industrial destaca-se a Refinaria de Petróleo de Manaus, o beneficiamento da juta, da castanha-do-pará, de madeiras, de borracha, bebidas, fumo, cerâmica, sabão, e nas novas recém-instaladas, como a Indústria e Comércio de Jóias BETA, a Metalúrgica Samma Ltda., a Fábrica de Móveis "A.L.F.", etc.

A produção animal tem destaque para o pirarucu, peixes diversos e couros de animais silvestres. A produção extrativa vegetal é pequena, cabendo a maioria à essência de pau-rosa e depois ao sernambi-rama, piçava, ervas medicinais, chá da Amazônia, etc.

A agricultura é relativamente desenvolvida dado ao incentivo proporcionado aos juiticultores. Cabe à juta o primeiro lugar, vindo logo após a mandioca e o cacau. O abacaxi, a banana e o aipim (macaxeira) vêm logo após.

A pecuária ainda não alcançou maior desenvolvimento, talvez à falta de melhores campos de pastagens. Existe, todavia, um bom plantel de gado vacum, vindo logo após os suínos, os caprinos e os eqüinos.

Situação Econômica

O comércio de Manaus goza de uma tradição secular, é um dos mais importantes do país, mantendo transações com tôdas as praças estrangeiras. As principais firmas brasileiras negociam com Manaus. Pelo último recenseamento, Manaus contava com 65 estabelecimentos atacadistas; 3.378 varejistas e 1.077 do tipo misto. No campo industrial, Manaus registra a existência de 423 indústrias, com mais de cinco empregados cada uma, na sua maioria, indústrias de transformação. No campo bancário, são 23 agências e sedes e mais uma agência da Caixa Econômica Federal.

Situação Político-Social

Instrução Pública: O ensino primário registra a existência de 94 unidades, com uma freqüência de 40 mil alunos, dirigidos por 1.228 professoras.

O ensino médio (secundário), 18 unidades, com uma freqüência de 11 mil alunos e 444 professores.

O ensino comercial, com 5 unidades escolares, uma freqüência de 5.800 alunos e 190 professores.

O ensino industrial com 2 unidades escolares, uma freqüência de 980 alunos e 86 professores.

O ensino normal, com sete unidades, uma freqüência de 1.980 alunos e 126 professores.

O ensino agrícola, com uma unidade escolar, freqüência de 170 alunos e 18 professores.

O ensino superior, englobado pela Universidade do Amazonas, se compõe das Faculdades de Ciências Econômicas, de Direito, de Engenharia, de Farmácia e Odontologia, de Filosofia, Ciências e Letras, de Medicina e de Serviço Social. São cêrca de mil alunos nesses sete estabelecimentos, com 203 professores.

Funcionam na cidade numerosas organizações particulares de ensino, escolas de dactilografia, corte e costura, destacando-se os colégios dirigidos por organizações religiosas e os Serviços de Aprendizagem Comercial e Industrial.

Saúde Pública: Manaus conta com 16 estabelecimentos hospitalares, com um total de 2.382 leitos. Destacam-se entre êstes a Santa Casa de Misericórdia e a Beneficência Portuguesa; a Maternidade "Anna Nery", o Hospital Getúlio Vargas, o Hospital Infantil dr. Fajardo, o Hospital-Colônia Eduardo Ribeiro, o Hospital de Isolamento Chapôt Prevost, o Hospital-Colônia Belisário Pena e Antônio Aleixo, o Dispensário Cardoso Fontes, o Dispensário Alfredo da Matta e ainda o Serviço de Câncer, o Serviço de Doenças Transmissíveis, o Pronto-Socorro do Estado, o Centro de Saúde da Capital, os Postos Médicos da Capital e o Laboratório de Saúde Pública.

O último Recenseamento deu para Manaus 129 médicos, 142 dentistas e 50 farmacêuticos e 13 farmácias.

Manaus tem registrado na Prefeitura Municipal, um total de 3.780 automóveis; 520 caminhões; 110 ônibus; e 2 mil outros veículos.

Funcionam na cidade uma cooperativa de crédito; 14 de consumo; 6 de produção e diversas.

Manaus tem 17 hotéis, pensões e hospedarias, destacando-se como os melhores o Amazonas, o Líder, o Lord e o Martilopes, todos com ar condicionado. Os restaurantes somam 22, e os mais recomendados são o Chapéu de Palha, Au Bon Gourmet, Alvorada, Maranhéns, o Solar da Olímpia,

o Chinês, a Querência Gaúcha, o 300 e outros. Contam-se cêrca de 110 lanchonetes, casas de chá, confeitarias e bares.

Exercem a profissão na cidade 265 advogados, 35 engenheiros e 44 Sindicatos estão representados por 32 de empregados e 12 de empregadores. No campo cultural, Manaus tem 3 bibliotecas públicas; 10 cinemas; 3 teatros e 8 livrarias.

Aspectos urbanos: Contrastando com o ambiente agressivo, da natureza amazônica, ergue-se Manaus à margem esquerda do Rio Negro, distando 18 quilômetros de sua jun-

ção com os rios Solimões e Amazonas. É uma bela cidade, com os seus logradouros limpos e bem traçados, ruas bem pavimentadas, seus majestosos edifícios — Teatro Amazonas, os Palácios Rio Negro, sede do govêrno do Amazonas, Rio Branco, da Justiça, do Comércio, Alfândega, Catedral de Nossa Senhora da Conceição, INFS, Hotel Amazonas, Edifício Palácio do Rádio, Palácio Rodoviário, Instituto de Educação, Hotel Lord, Faculdade de Direito, etc. Erguida em uma colina, como belo presépio, Manaus é alegre, hospitaleira, conhecida como Cidade Risonha.

Dezoito bairros, inclusive o centro, contornam a cidade: Cachoeirinha, Educandos, Presidente Vargas, São Jorge, São Francisco, São Raimundo, Adrianópolis, Santa Luzia, Nossa Senhora das Graças, Morro da Liberdade, São Geraldo, Glória, Colônia Oliveira Machado, Raiz, Santo Antônio, São Lázaro e Petrópolis. Dêstes, o mais sofisticado é o de Adrianópolis, pelo seu moderníssimo conjunto residencial.

A feição topográfica da região em que se assenta a cidade é um tanto acidentada. Existem aclives e depressões, pequenos outeiros e peneplanos, por onde se espriam as habitações que ocupam a parte urbana e entram pela suburbana. Das alturas do aprazível bairro de Adrianópolis contempla o observador grandioso panorama de quase tôda a urbe, abrangendo um complexo de planos e elevações que lhe dão admiráveis perspectivas até às margens do Rio Negro.

As maiores depressões e acidentes são providos de pontes, em número de sete, das quais se destacam a “Benjamin Constant” — imponente armação de vigamento de aço que une o centro ao bairro da Cachoeirinha — e a “Presidente Dutra” — ligando o populoso bairro de São Raimundo.

Manaus possui 260 logradouros públicos dos quais 115 são pavimentados, 44 arborizados e 5 arborizados e ajardinados. Destacam-se as praças São Sebastião, General Osório, Antônio Bittencourt, Oswaldo Cruz, Pedro II, Tenreiro Aranha, XV de Novembro, etc.

Manaus está hoje em dia bem servida de energia elétrica, através da Companhia de Eletricidade de Manaus.

O serviço de águas da cidade é igualmente de excelente qualidade e um bom serviço de esgotos protege a cidade.

Destaques culturais: O aspecto cultural manauense é grandemente evoluído.

O Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, a Academia Amazonense de Le-

tras, a Biblioteca Pública, a Sociedade Amazonense de Professôres, a Associação Amazonense de Imprensa, o Aero-Clube do Amazonas, a Fundação Cultural do Amazonas, além do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, de natureza técnico-científica.

Há que se destacar, ainda, no campo associativo, a tradicional Associação Comercial do Amazonas, berço de tantos vultos ilustres na defesa dos mais altos interêsses econômico-financeiros do Estado; a Federação do Comércio; a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; a Associação dos Servidores Públicos do Amazonas; o Clube dos Diretores Lojistas; o Comitê Israelita do Amazonas; a Conferência Regional dos Bispos do Brasil; o Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Amazonas; a Federação Mariana do Amazonas; o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exêrcito; a Associação dos Sargentos do Amazonas; a Ordem dos Advogados do Brasil; o Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras; o Serviço Social do Comércio; o Serviço Social da Indústria; o Centro de Treinamento de Líderes; a Missão Central do Amazonas; a Sociedade Amazônia de Comércio Ltda.; a União Beneficente dos Motoristas do Amazonas; e as Lojas Maçônicas Esperança e Porvir; Aurora, Conciliação Amazonense; Rio Negro; Amazonas e Unificação Maçônica de Manaus.

No campo social, destaque-se o excelente trabalho que realiza a Legião Brasileira de Assistência. Afora as instituições a cargo do

Juizado de Menores, existem na cidade, mantidas pela iniciativa particular, diversas casas de amparo às crianças e à velhice desamparada. Localizado no aprazível bairro de Adrianópolis, ergue-se o Instituto Montessoriano Álvaro Maia, criado pelo extraordinário sociólogo Des. André Vidal de Araújo e destinado a menores portadores de deficiências físicas. Funcionam igualmente em Manaus, prestando assistência à maternidade e infância: Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância de Manaus; Ação Católica Social do Amazonas; Sociedade das Obras Sociais N. S.^a de Nazaré; Cruzada de Assistência aos Necessitados; Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância de São Raimundo; Sociedade das Obras Sociais de N. S.^a Aparecida; União das Mães Espíritas Marília Barbosa; Casa Dr. Fajardo; Casa da Criança; Circulista Menino Jesus; Educandário Gustavo Capanema e Abrigo do Menino Jesus. Assistência aos Órfãos e Desvalidos — Instituto Maria Madalena; Abrigo Rural Melo Matos; Patronato Profissional Santa Terezinha e Instituto Benjamin Constant. À velhice desamparada — Asilo de Mendicidade Dr. Thomas; Vila São Vicente de Paulo e Dispensário Maçônico.

Particulares e Monumentos históricos: Certas particularidades de Manaus — como, aliás, de toda a Amazônia — asseguram-lhe posição distinta nos quadros do país. Essas, se referem à imensidade do volume fluvial e à densidade demográfica.

Na época das cheias, as águas ultrapassam as margens do Rio Amazonas e seus afluentes, ganhando terras baixas, formando pântanos e lagos. São as várzeas, zonas das matas e campos, periodicamente alagados. As matas baixas e ainda sujeitas à inundação, que se seguem às várzeas, constituem o igapó.

As plantas úteis, tanto das terras firmes como das várzeas, são inumeráveis. Relativamente às plantas ornamentais ou exóticas, citam-se as orquídeas e, nos igapós, as vitórias-régias.

A cidade de Manaus possui vários e curiosos monumentos históricos e artísticos. Dos primeiros se destacam o da Abertura dos Portos ao Comércio Mundial, a Estátua de João Batista de Tenreiro Aranha, o Busto de Sant'Ana Nery, o Busto do Cel. Leopoldo de Matos e o Busto de Tamandaré e o Obelisco comemorativo ao 1.^o Centenário de Manaus. Dentre os artísticos

se distinguem os Palácios Rio Negro, sede do Governo do Amazonas; Rio Branco e da Justiça, a Alfândega de Manaus e o famoso Teatro Amazonas, construído no período de 1891 a 1896, com colunatas, estatuetas e escadarias executadas por marmoristas europeus e suas decorações internas, obras de mestres insígnies como De Angelis, Capranesi e Sílvio Centofani. Manaus possui também primorosos obeliscos que se levantam em alguns trechos públicos ajardinados da cidade, notadamente os das praças da Matriz e Oswaldo Cruz.

Folclore e Efemérides: As manifestações folclóricas têm em Manaus rica expressão e despertam o interesse popular. São tradicionais os festejos de Natal, Ano Novo e de Reis. Além dos folguedos das pastorinhas, há ainda, de origem africana, os “cordões-de-pássaros”, evocativos dos tempos da escravidão e o “brigue”, representação da luta entre uma corveta de guerra e um navio corsário. É verdade que o tempo vai apagando essas festividades populares. Mas, os conservadores, os mais “velhos” ainda a elas se apegam, fazendo reviver um pouco da tradição manauara. Num trabalho realizado pelo Departamento de Turismo do Estado do Amazonas, sob a direção do dinâmico Joaquim Marinho, a cidade registra os seguintes acontecimentos folclóricos: Os meses de junho e dezembro são os mais propícios para que melhor se conheça o folclore amazonense. Tanto em junho como em dezembro, a temperatura é bem agradável.

Boi-bumbá: A festa do boi-bumbá se realiza no mês de junho. É uma das mais difundidas em toda a região amazônica. Cada grupo com o seu boi-bumbá, vestido de roupas bizarras, encanta à vista. E cada boi-bumbá leva seu nome.

Ainda no mês de junho, são formados os “cordões” (grupos de mais de 50 pessoas, bizarramente vestidas, a representar um pássaro), que se exibem pelos bairros e a convite de gente importante, em determinadas residências.

Festival Folclórico: Anualmente, no período de 24 a 29 de junho, o Departamento de Turismo e Promoções do Amazonas realiza o Festival Folclórico do Amazonas, que é a festa principal de Manaus. Durante sua realização, apresentam-se grupos indígenas, blocos com a exibição de boi-bumbá, cordões, etc.

Barqueiro: Também durante as festas

juninas, 32 figurantes encenam o auto do "barqueiro". É uma dança muito bonita.

Caboclos Surara: Mulheres e homens fantasiados, portando pequenos remos, conduzem uma canoa em miniatura, equipada. Cantam toadas regionais com letra referente a assunto da terra. Também é pela época de São João e não são mais de 36 pessoas.

Brigues: Durante o carnaval e as festas de São João, se exibem os brigues Independência e Santa Luzia. São 38 pessoas do sexo masculino participando do auto. Os responsáveis pela sua origem são os portugueses.

Festa do Divino: É uma festa tradicional, que se realiza em toda a Região Amazônica. Consiste na celebração e invocação do Espírito Santo. Antes dos festejos são escolhidas, por eleição, mesas das respectivas irmandades e a escolha dos liberais festeiros, à cuja direção e cargo ficam as solenidades religiosas e os festejos externos. São organizadas cinco bandeiras, em média, de conformidade com as freguesias e saem pelas ruas em passeatas compostas de homens vestidos de branco, com jaquetas enfeitadas de laços de fitas, trazendo chapéu de palha com laços verdes, escarlates, etc. Do Rancho, a figura mais saliente é o "alferes da bandeira", que toma conta das esmolas, parlamenta diretamente com os devotos e ofertantes, responsabilizando-se pelo demorado trajeto.

A vestimenta do "alferes da bandeira" não difere da de seus companheiros, destacando-se no grupo o estandarte por êle desfraldado, a bandeira do divino, onde uma pomba sobre um fundo de raios solares destaca-se no campo da sêda vermelha da referida bandeira, franjada de ouro e prata, encimada por uma ponta de pau dourada, suspendendo o vôo de um monte de fitas.

No dia da festa — 27 de julho — é realizada uma procissão, tendo à frente "O Imperador do Divino"; geralmente é uma criança que vai distribuindo pães entre os pobres. Em prosseguimento a cerimônia derruba-se o mastro decorado exôticamente com frutas regionais e samambaias. No alto, uma bandeira vermelha com o símbolo do Divino. A pessoa que apanhar a bandeira na derrubada do mastro escolherá para os próximos festejos o substituto do "Imperador do Divino". No término da cerimônia, há um banquete sem nenhum ônus para o povo.

Pastorinhas: As pastorinhas são movimentos folclóricos de muita beleza exterior.

Remonta igualmente à colonização portuguesa e se organizam, preferencialmente nos bairros. Recordam-se nomes de alguns grupos, como a "Caninha Verde"; "Paraguaios"; "Lanceiros"; "Imperiais"; "Camelão"; "Congo"; "Mineiro Pau" e "Quadri-lhas", entre outras.

Comemoram-se no município a 24 de outubro — data da elevação da Vila da Barra do Rio Negro à categoria de cidade; 17 de abril — criação do escudo de Manaus; 5 de setembro — elevação do Amazonas à categoria de Província, tendo a cidade de Manaus como Capital, que até então se denominava Cidade da Barra do Rio Negro; 21 de dezembro — criação do Município de Manaus.

Aspectos do Município: Sede da Arquidiocese de Manaus, o Município possui 11 paróquias e 48 templos católicos, dos quais se destacam, pelo seu conjunto aprimorado, a Catedral de N. S.^a da Conceição e da Matriz da Paróquia de São Sebastião.

Além destes, conta Manaus com vários templos batistas, presbiterianos, adventistas, pentecostais, israelitas, espíritas, isotéricos, maçônicos, umbandistas e quimbandistas.

No movimentado pôrto fluvial de Manaus está uma das maiores e mais ousadas realizações de engenharia. Trata-se de um dique flutuante de 130 metros de comprimento por 15 de largura, cujo tabuado de madeira de lei se estende sobre vigamento de aço, prêso a bojudos flutuantes perfeitamente estanques. Nas grandes enchentes — como a de 1953 — o desnivelamento do dique, produzido pela elevação das águas, não consegue alterar o funcionamento mecanizado do transporte de volumes que saem ou entram para os navios atracados na parte externa do "roadway". Neste ponto a profundidade mínima das maiores vazantes jamais sondou menos de 45 braças, sendo o habitat favorável e contínuo dos maiores e mais vorazes exemplares da fauna fluvial; do cais à margem oposta, a largura do rio mede aproximadamente 2.500 metros. O embarque dos produtos regionais é feito no dique das "tôrres", por um engenhoso mecanismo movido a eletricidade, dispondo de potentes guindastes e roldanas que deslizam sobre cabos de aço suspensos, transportando para bordo volumosas lingadas de carregamentos. A Associação Comercial do Amazonas, instalada no suntuoso Palácio do Comércio, constituiu o órgão oficial representativo da expansão comercial do Estado.

Em sua espaçosa dependência térrea de seu edifício está organizado um interessante museu onde se encontra à visitação pública a quase infindável variedade de produtos das selvas, do solo, subsolo e das águas amazônicas.

Segurança Pública: A segurança pública, privada e a defesa do regime são asseguradas pela guarnição federal — Comando Militar da Amazônia, o Centro de Instrução de Guerra na Selva; o 1.º Batalhão de Infantaria de Selva (antigo 27.º Batalhão de Caçadores); a Cia. Especial de Transportes; a 29.ª CSM; a Comissão de Obras e o Hospital Geral de Manaus; A Marinha de Guerra, por intermédio do 4.º Distrito Naval e da Flotilha do Amazonas; a Aeronáutica, através do Destacamento de Manaus, do Correio Aéreo Nacional; pelo Governo do Estado, através de sua Polícia Militar, Corpo de Segurança Pública, Inspeção de Trânsito e Corpo de Bombeiros Municipal e Voluntários.

Repartições Federais: Funcionam em Manaus a Delegacia Federal do Tesouro Nacional, a Secretaria da Receita Federal, a Delegacia do Tribunal de Contas da União, a Inspeção de Finanças e a Delegacia Secional de Arrecadação, órgão do Ministério da Fazenda; o INDA, o IBRA, o Serviço de Meteorologia, a Defesa Sanitária Animal, órgãos do Ministério da Agricultura; a EBCT, órgão do Ministério das Comunicações; uma Delegacia da SUDAM, a SUFRAMA, o 1.º Distrito Federal de Saneamento, órgão do Ministério do Interior; a Polícia Federal, a Justiça Federal, a Procuradoria da República, órgãos do Ministério da Justiça; a Fundação do SESP; o Serviço Nacional de Tuberculose; a Escola de Enfermagem de Manaus; a Campanha de Erradicação da Malária; a Delegacia Federal de Saúde; o Departamento Nacional de Endemias Rurais; órgão do Ministério da Saúde; o Instituto Nacional de Previdência Social; o IPASE; a Delegacia Regional do Trabalho, órgão vinculados ao Ministério do Trabalho; a Administração do Porto de Manaus; a 1.ª Diretoria de Portos e Rios Navegáveis; o 1.º Distrito Rodoviário Federal; a Superintendência de Marinha Mercante; o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; a Empresa de Navegação da Amazônia; órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes; o Departamento Nacional de Produção Mineral; o 9.º Distrito Norte

Ocidental do DNAEE; órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Poder Político: A Câmara Municipal de Manaus é composta de 9 vereadores e seu presidente é o vereador dr. José Francisco da Gama e Silva.

Poder Judiciário: Os órgãos judiciários do Amazonas, com sede em Manaus são: o Tribunal de Justiça do Estado, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, o Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região, o Tribunal de Contas do Estado, o Cartório dos Feitos da Fazenda, a Carregedoria Geral de Justiça, o Juizado de Menores, a Procuradoria Geral do Estado.

Atrações Turísticas: No contexto do turismo brasileiro em desenvolvimento, o Amazonas ocupa uma posição particular. Sendo a região do País que mais oferece atrativos aos turistas de toda as partes do mundo, é, por outro lado, a de mais difícil acesso. Portanto, o desenvolvimento da indústria turística na região depende do progresso das vias de comunicação. Segundo a palavra do dr. Joaquim Marinho, diretor do DEPRO, embora se reconheçam as dificuldades, é lícito afirmar que “a riqueza da paisagem, do exotismo, é mister a implantação de uma infra-estrutura capaz de possibilitar o desenvolvimento dos programas turísticos, mesmo com todas as dificuldades que aqueles que fazem turismo venham a encontrar para se defrontar com a mais linda e selvagem paisagem do mundo”.

Também é opinião do dr. Joaquim Marinho que, “além dos aspectos puramente naturais, temos a cidade de Manaus, afirmação da civilização brasileira no trópico. Manaus que até o surto da borracha era um vilarejo sem expressão atingiu a grandeza urbanística nos seus grandes dias, o que impressiona quem a visita pela primeira vez: uma cidade com largas avenidas, com arquitetura distinta, surgindo abruptamente no coração da selva”.

Mas não é só a Capital amazonense que agrada. Pelos seus arredores, lagos de vitórias-régias; a caça e a pescaria são um chamado aos turistas estrangeiros e nacionais para que visitem Manaus.

Mas o dr. Joaquim Marinho exige muito mais para que o turismo no Amazonas possa atingir o que dele realmente se espera. Por exemplo:

a) ampliação e o aperfeiçoamento do equipamento hoteleiro, representando

o ponto que exige uma solução mais imediatista no programa básico de desenvolvimento turístico da Região;

- b) aperfeiçoamento e treinamento de pessoal ligado a serviços, direta ou indiretamente relacionados com o turismo; empresas de transporte, equipe de hotelaria, equipe de policiamento e fiscalização, etc.
- c) reformulação das técnicas de divulgação do Amazonas, com objetivo de atingir os grandes centros fornecedores mundiais de turismo;
- d) condições para a integração de manifestação da cultura popular nos roteiros turísticos;
- e) para a consecução de todos os itens expostos, urge, antes de mais nada, a criação de uma legislação específica sobre turismo, com duas finalidades precípuas:

1 — relativa à proteção dos bens e serviços turísticos, preocupando-se com a criação e preservação de áreas e pontos pitorescos do Estado, tornando obrigatória a realização de cursos de hotelaria e similares por parte dos empregados de hotéis e restaurantes considerados da mais alta classe;

2 — relacionada com a obtenção de meios materiais que proporcionem ao Departamento de Turismo e Promoção do Estado condições para que se efetive realmente toda a política elaborada, através da criação de diferentes taxas de turismo.

Em chegando a Manaus, o visitante poderá servir-se dos guias do DEPRO e verá, então, o Teatro Amazonas, que juntamente com o pôrto flutuante é o que resta da

época áurea da borracha. É o mais luxuoso do Brasil. Só no seu salão nobre existem 36 lustres de Sèvres e Veneza. Todos os seus móveis são franceses. As telhas vitrificadas vieram da Alsácia; toneladas de mármore, já cinzelado por artistas famosos, são procedentes da Itália, e todo o ferro de Londres e Paris. O teatro marcou o apogeu da era da borracha: sua inauguração em 1896 coincidiu com o início da febre da borracha. As temporadas em Manaus mereciam referências em tôdas as cidades do país. Cantoras líricas vinham da Itália para um único espetáculo e voltavam certas de que nada mais havia a fazer no Brasil. Os mais famosos pintores da época, decoraram o famoso teatro. Mas o nome de De Angelis é o mais importante de quantos passaram pelo Amazonas.

A Praia de Ponte Negra, no Rio Negro, com areia muito branca, é o local preferido para os banhos diários. É o local mais "snob" da cidade. Próximo, há o projeto para a edificação de um hotel de turismo.

Cachoeira Grande e Tarumã. Quedas d'água onde se pode tomar banho e fazer lindas fotos. No mesmo passeio, visita-se o Parque XV, com piscina pública e pequeno zoo. E ainda o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, com uma infinidade de pássaros, insetos e plantas da região.

O Museu Indígena Salesiano, com grande quantidade de artigos de cerâmica, artesanato, armas e utensílios para vender. Ali o visitante encontrará tapetes Macus e banquinhos feitos com peça única de madeira e cortados pelos índios com dente de macaco.

E o encontro das águas, as igrejas e tanta coisa mais que as próprias agências de turismo poderão proporcionar.

A população do Município de Manaus, de acôrdo com o Anuário Estatístico do Brasil, da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estimada para 1970, é de 279 mil habitantes. Em 1960, essa população somava 174 mil habitantes. Manaus, pelos levantamentos estatísticos oficiais (estimado), é a 13.^a capital brasileira mais populosa.

O clima de Manaus, como, aliás, de toda a região Amazônica, é quente e úmido. A temperatura é quase sempre elevada, porém amenizada por alta pluviosidade e pelos ventos aliseos do Atlântico. Pelas estatísticas do IBGE, a temperatura média em Manaus, tem sido de 26.4, sendo que os meses mais quentes do ano costumam ser agosto e novembro, que sempre registram temperaturas mais altas. Os meses mais frios ou de temperatura mais amena,

costumam ser maio e junho, e que a cidade fica sob a ação da “friagem”, motivada pela corrente gélida dos ventos andinos que sopram sobre dois terços da Região Amazônica. Embora o calor que sempre se faz sentir no período de 10 da manhã até às 16 horas, Manaus não registra nenhum caso de insolação. A umidade existente e a floresta que circunda a cidade, evitam que alguém seja vítima de insolação.

Como acidente geográfico do município, dentre os rios que compõem a rede hidrográfica de Manaus, destaca-se o Amazonas, com o seu principal afluente em terras do Município — o Negro, com os seus 1.551 quilômetros de percurso, dos quais 783 dão acesso à livre navegação. Os demais acidentes notáveis são os rios Prêto, da Eva, Cuieiras e Puraquequara, a linda baía do Rio Negro, as ilhas da Marapatá e do Camaleão, os lagos do Puraquequara e do Aleixo e as cachoeiras do Tarumã Grande e do Tarumãzinho.

Manaus registra que em 1969, segundo o IBGE, foram licenciados 156.625 m², assim distribuídos: 126.272 m² residencial; 3.455 m² industrial; 22.497 m² comercial; e 4.401 m² outras, somando 1.706 unidades habitacionais, sendo 1.486 casas e 220 apartamentos.

As construções licenciadas, com habite-se, somaram 59.521 m², sendo 1.382 casas e 13 apartamentos.

Manaus é a cidade amazônica onde o ritmo de construções é dos mais elevados, sobretudo levando-se em conta o período de implantação da Zona Franca. Em 1969, por exemplo, o número de casas e apartamentos entregues à habitação, foi bem maior do que em Belém do Pará.

O aeroporto de Manaus registrou em 1969 um expressivo movimento de linhas domésticas e internacionais.

Linhas domésticas: 2.666 pousos; 64.408 passageiros desembarcados; 63.182 embarcados; 867 passageiros em trânsito.

Linhas internacionais: 162 pousos; 3.030 passageiros desembarcados; 3.767 passageiros embarcados; 4.175 em trânsito.

O movimento de correio transportado: descarregado: 122.742 kg; carregado, 86.020.

Transporte de cargas aéreas: 1.649.528 descarregada; 953.013 carregada.

A receita do Município de Manaus, segundo o IBGE, em 1969 (prevista), foi de Cr\$ 3.210 milhões, oriunda de receitas tributárias, patrimonial, industrial e diversas. A despesa foi de Cr\$ 3.210 milhões, distribuída em custeios, transferências correntes e despesas de capital.

HISTÓRIA

Até o ano de 1795, a zona da foz do Rio Negro ainda fazia parte do histórico Reino dos Aruáqui, cujas fronteiras envolviam quase toda Guiana Brasileira de vastíssimas proporções. Esses notáveis ameríndios, valentes e ciosos dos seus domínios seculares, depois de desafiarem o poderio português, fizeram as pazes com este povo, graças a habilidade do Padre Antônio Vieira. Foi esta nação, já amiga das tropas do Capitão Pedro da Costa Favela, que em 1668, o conduziu das margens do Rio Urubu ao local onde atualmente assenta a famosa Capital do Amazonas. Conhecendo a ótima situação da localidade, à margem es-

querda do Rio Negro, a montante da sua confluência com o Solimões, o Capitão Pedro Favela dá os seus informes a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Capitão-Mor do Pará, que ao tempo, muito se interessava pelos destinos da região. A conveniência de uma fortificação neste rio se impunha logo para assegurar os domínios da coroa portuguesa nos sertões e garantir a conquista do elemento nativo.

O local indicado por Favela estava em condições de receber as peças da artilharia portuguesa. O Capitão-Mor designa o Capitão Francisco da Mota Falcão, oficial português, para construir essa fortificação, que no ano de 1669 foi erigida, tomando o nome de Fortaleza de São José do Rio Negro. Lançada esta semente fecundou, sob o amparo, dedicação e influência do sargento Guilherme Valente, que hábilmente conseguiu reunir em torno destes fundamentos as nações mais prestigiosas da região: Manau, Tacu, Baré, Passé e Baníua, que se agruparam formando a Aldeia de São José do Rio Negro. Depois da fundação da Capitania de São José do Rio Negro, nome herdado da fortaleza e do rio, no fim do século XVIII, sendo a aldeia rebaixada à categoria de lugar, tomou o nome de Lugar da Barra do Rio Negro, lembrando também a linha de separação das águas do Rio Negro, no encontro com o Solimões formando o Amazonas. No Decreto de 25 de junho de 1833, artigo 4.º, do Governo do Pará, que substitui a denominação da Comarca de São José do Rio Negro pela de Alto Amazonas, com apoio no artigo 3.º do Código Criminal do Brasil, vem o Lugar da Barra do Rio Negro incluído como Têrmo e sede da Comarca com a denominação de Vila de Manaus. No entanto pela Lei n.º 146, de 24 de outubro de 1848, da mesma Província, foi a Vila de Manaus elevada de categoria com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. Instalada a Província do Amazonas, em 1852, da sua Assembléa, em sessão de 21 de agosto de 1856, o deputado João Inácio Rodrigues do Carmo apresentou um projeto mudando o nome da Cidade da Barra do Rio Negro para Cidade de Manaus. Em 28 do mesmo mês e ano subiu à sanção do Presidente da Província, dr João Dias Vieira, sendo convertido em Lei n.º 68, de 4 de setembro de 1856. Não consta nos Anais da Assembléa Provincial, uma só palavra para justificar a mudança do nome da capital da Província, para Manaus, e os Relatórios dos Presidentes silenciam, também sobre o caso, aumentando a curiosidade do investigador. O projeto desta mudança de denominação, ao que parece, não despertou o menor interesse no seio da Assembléa, onde passou sem destaque no curto espaço de sete dias e, ainda, sem a honra de um registro nos respectivos Anais.

Ocupemo-nos agora da palavra Manaus e também da sua significação, cujo assunto não foi ainda bem esclarecido pelos amazonólogos, não obstante o longo decurso de quase um século. Existem opiniões assegurando a denominação da famosa Capital amazonense seja oriunda de Manau, célebre nação indígena que habitou e preponderou no Rio Negro, tendo sua côrte na antiga aldeia de Bararuá ou Pararuá, lugarejo que em 1758, foi elevado a Vila com a denominação de Tomar.

Os membros dessa poderosa nação ao lado de outras também notáveis, concorreram para a fundação de Manaus e foram os fundadores da Aldeia de Mariuá, atualmente cidade de Barcelos e de várias povoações conquanto umas decadentes e outras desaparecidas, tiveram seu fausto e nome na história da Capitania e Província. Dentre os principais tuxauaitá (chefes) dos Manaus,

destacam-se: Camandri, por ter sido o chefe da histórica Aldeia de Mariuá, ao tempo em que ali se instalou a missão dos carmelitas, e Ajuricaba (Aiuricauá), que libertou numerosos índios escravizados, movendo uma violenta guerra aos portugueses, que no princípio do século XVIII, faziam êste ingrato comércio. Ajuricaba afinal, prêso, depois de agrilhado e pôsto a bordo ao rumo do Pará, venceu atirando-se espontâneamente ao Rio Negro, cujo seio profundo tanto preferia quanto repudiava aos desalmados conquistadores da sua região imensa e verde. Foi dessa valente nação desaparecida pela sua civilização completa, depois de tantos feitos heróicos, na época dos exploradores que, segundo afirmam uns, teve origem a denominação da capital do Estado. Outros porém, opinam pela sua procedência de uma lenda maravilhosa emergida da existência de um rei — Eldorado — cujo nome legou aos seus excepcionais domínios, que tinham por capital a cidade de Manôa, situada entre os rios Negro e Branco, no Amazonas, e Éssequibo, na Guiana Inglêsa, na margem ocidental da Lagoa Parima.

Alguns escritores dão a cidade de Manôa ou Macatôa, como situada à margem do Lago Amacu, na mesma região. Com a questão do Pirara, passou o grande e rico território do Eldorado a pertencer à Inglaterra, na Guiana Inglêsa, subtraído ao Amazonas. Manôa lendária, afigurava-se uma estrêla de primeira grandeza engastada num céu de ouro; tudo nessa cidade era de ouro e prata; os tetos dos edifícios eram dourados e até o rei pulverizava-se com ouro, tôdas as manhãs, de onde vem Eldorado: O homem de ouro. Nem Manco Capac, fundador do Império dos Incas, que construiu um trono ao ar livre, iluminado por um sol artificial, de ouro, para confundir-se com o “Filho do Sol”, que os Quíchuas adoravam, tinha tanta riqueza e esplendor. A lenda correu vertiginosamente os múltiplos setores da terra. E mais ainda repercutiu pela desmedida ambição do elemento europeu de tôda casta, pois êsses tesouros, que aliás não são de todo fictícios, porquanto a região do Pirara, onde se situa o Eldorado, é riquíssima em ouro e pedras preciosas.

Desde 1531 os exploradores portugueses e espanhóis vinham à cata do Eldorado. Depois seguiram-lhes holandeses, franceses e inglêses. Os próprios companheiros de Martim Afonso suspeitaram, baldadas as inúmeras tentativas para descobri-lo nos sertões de Piratininga, que essa terra tão rica devia ser o Império dos Incas. Para lá se dirigiram de bandeira içada e, segundo opiniões, volveram carregados de metais preciosos; não de Manôa, mas dos povoados e aldeias por êles saqueados. Manôa era a Cidade dos Sonhos Dourados.

Prosseguindo ainda daremos outra fonte de origem e, em conclusão a significação da palavra Manaus. Sabe-se que dominara a região, outra nação indígena mais numerosa e importante que a dos Manau, muito anterior a esta e a construção da Fortaleza de São José do Rio Negro e dela existira uma necrópole antiquíssima, que fôra encontrada nos arredores da Fortaleza. Esta nação foi a dos Aruáqui, que fôra expulsa do território pelos Mura, índios ociosos banidos do Peru na época da conquista espanhola ao Império dos Incas. As referências históricas se encadeiam, se justapõem para chegarmos ao conhecimento desta nova fonte de origem da palavra, também aceitável, por isso que ousamos incluir no estudo toponímico de Manaus. As várias nações que compunham o grande Império dos Incas tinham sistemas próprios para a construção dos seus mausoléus e êstes uma denominação especial, conforme a região em que

habitavam aquêles íncolas. Os Aimará, povoadores das antiplanícies do Titicaca, chamavam "chulpas" aos mausoléus, que construíam de pedras em forma de tórres. As tribos dos Taláue, Mochica, Moquihuáia e Chango, habitantes da costa do Pacífico, no Peru, chamavam "Munau" aos sepulcros que não iam além de um montículo, à semelhança de uma sepultura recente, nos nossos atuais cemitérios. Quantos montículos semelhantes a "Munau", dos Incas, não foram feitos pelos exploradores do Eldorado, tentando descobrir as riquezas de Manôa?...

É demais sabido que os primeiros exploradores do Rio Amazonas vieram do Peru transpondo a Cordilheira dos Andes e numerosos rios, figurando dentre os primeiros, como notáveis, Gonçalo Pizarro, Francisco Orellana, Pedro de Ursua, com as suas célebres expedições em meados do século XVI, e tantos outros. Também de lá vieram acossados pelos conquistadores espanhóis os Mura ou Buhura que descendo o Rio Madeira se espalharam pelas margens do Amazonas e Solimões, contribuindo com ataques e roubos para o desaparecimento dos Aruáqui, exterminando o seu reino e apropriando-se das suas terras. O grande Reino dos Aruáqui, como chamavam os portugueses, abrangia uma região inensa, entre o norte dos rios Amazonas e Negro e o sul do Essequibo, Guiana Inglesa. Dentro dessa enorme área à margem esquerda do Rio Negro, estava situado o local que deveria ser a capital do Amazonas. Com os exploradores ou com os Mura ou antes mesmo destes, por intermédio de ameríndios fugitivos das terras incaicas, atravessando os Andes, também não teria vindo o nome manaus para ser transmitido à brava nação indígena e ao local da necrópole dos Aruáqui, onde só manaus existiam? É possível e, em apoio estão os estudos das antiguidades do Amazonas demonstrando a existência de uma necrópole encontrada nas cercanias da Fortaleza de São José do Rio Negro, a cujos manaus o eminente Barbosa Rodrigues confunde chamando "chulpas", quando na verdade estas são feitas de pedra em forma de tórres, como ficou dito, e aquelas apenas uns montículos igualmente aos que faziam os Aruáqui, os Manau e Baré, antes e depois de instalada a Fortaleza de São José. Os documentos fotográficos da época de Manaus em formação nos transmitem ainda a perfeita semelhança das sepulturas locais, como os manaus de além-Andes.

Munau e Manôa, encarados sob o ponto de vista indígena, são sinônimos e talvez a mesma palavra, deixando-nos a considerar apenas as alterações gráficas. Munau designa uma necrópole onde existem restos ou cinzas de alguém que morreu; de alguém mais que morto. Provém do inca da costa do Pacífico. Manôa vem do sânscrito para o nheengatu, como veremos, e aqui no verbo umanu, morrer, seguido do sufixo "a", que na língua se pospõe às palavras quando se deseja dar fôrça ao vocábulo, isto é, levado-o ao superlativo. É sobejamente sabido que o nativo dificilmente emprega o "ó" aberto e o "ô" fechado, mas sempre "u", não obstante alguns indianólogos usarem invariavelmente o "ô" e o "ó" como se na língua não houvesse o fonema "u" — ôca, carôca, manô, quando na verdade se pronunciam uca, caruca, manu, traduzidos em, casa, tarde, morrer. Por êste motivo altera a grafia de manu, para manô, que no grau superlativo escreve-se: Manua ou Manôa, mais que morto, mortíssimo.

A significação do nome Manaus, estaria por êste lado puramente indígena, em grande contraste com o desenvolvimento e beleza da cidade Mortíssima. Todavia, estudada a palavra como originária do sânscrito, conforme ensina

Penafort, verifica-se que Manaus é uma das formas femininas de Manouh, Manou, Manu, Mani que são por sua vez “abreviações do nome hebraico Manouchyak ou Manouchia, Machiahh ou Machya, Machyaka, donde veio a palavra indo-tupi, oucha, homem ou gênio nascido de Manou, Manu ou Mani, significando Deus dos Índios”. Continuando, diz: “Maná-y-i quer dizer — mulher de Manu; portanto, Maná, Manacá, Manau, Manay são formas tupis oriundas do radical feminino sânscrito — man, maná”.

Logo, o homem, gênio ou deus dos índios sendo, pelo lado paterno, filho de Manou, Manu ou Mani, e, uma vez que Manau, Maná, Manacá, Manay são formas femininas; e que Maná-y-i quer dizer mulher de Manu, deduz-se: O homem, gênio ou deus foi concedido à capital do Estado do Amazonas. Manaus quer dizer: Mãe dos Deuses.

A palavra Manaus tem sido gráficamente representada como vai a seguir: Manou, Manáu, Manáo, Manahó, Manáve, Manávi, Manúa, Manouh, Manôa, Manáos, Manáus e Manaus. Os seis nomes poéticos também são em profusão. Todo o espírito culto, observador e amigo do belo, desejou gravar-lhe um nome pomposo, que se fundisse bem com a sua origem, progresso e beleza. Assim, Manaus tem sido congominada: “Terra dos Barés”, “Terra dos Manaus”, “Terra Cabocla”, “Manôa”, “Revelação da República”, “Rainha do Rio Negro”, “Rainha das Selvas”, “Soberana das Selvas”, “Capital da Floresta”, “Cidade Alteza”, “Cidade Risonha”, “Cidade Sorriso”, “Cidade Menina” Manaus, na sua consubstanciação, quer dizer: Mãe dos Deuses.

A COZINHA AMAZONENSE

Sua Diversidade

A cozinha amazonense é a mais diversificada de quantas se conhecem no Brasil. É altamente regionalíssima e altamente influenciada pelo indígena, mas com a circunstância de agradar a todos. Não há quem, conhecendo Manaus ou qualquer outra cidade do interior amazonense, não fique extasiado com a beleza dos opíparos pratos que só os amazonenses sabem fazer.

Mas o que mais impressiona é o exotismo de seus pratos, do nome dos seus peixes, mólhos, ingredientes; são pratos como a mixira, o sarapatel, o paxicá; mólhos estranhos como o tucupi, o arubé; ingredientes picantes como a pimenta murupi; peixes variados como o piracuru, tucunaré, tambaqui, entre outros, e, na sua diversidade, sempre a presença do indígena e da sua cozinha. É pois, a cozinha amazonense a mais autenticamente brasileira.

A tartaruga talvez seja o prato ímpar da cozinha amazonense. De sua carne, abundante, alvíssima e gostosa, são feitos o pexicá, o sarapatel, o guisado, o filé, o picadinho e uma infinidade de outros. Seu ovo, delicioso, é altamente utilizado na nossa cozinha — cru ou cozido.

Os peixes — ah! os peixes do Amazonas —, cantados em prosa e verso por seu sabor e pela beleza da sua carne, são preparados das maneiras mais diversas. Entre as grandes variedades, salientam-se o pirarucu, o tucunaré, o tambaqui. Elemento mais presente na dieta alimentar das populações nativas, são eles considerados os mais saborosos do Brasil.

A mixira — nome estranho para uma comida deliciosa — é feita de carne de peixe-boi, assada na própria gordura daquele cetáceo; é altamente apreciada na região e, por isso, motivo de elogios dos que a provam. É um prato tipicamente indígena. Os amazônidas costumam, quando de uma viagem mais ou menos longa, munir-se de mixira, pois esta, ficando imersa na gordura em que é feita, costuma durar dias, até meses.

O PIRARUCU (Bacalhau da Amazônia), como é chamado, tem uma carne rosada, deliciosa; encantando pela sua côr, pelo seu gôsto inigualável, constitui uma delícia para quem o prova. Comparado ao bacalhau é, por muitos, considerado superior àquele. Sua carne salgada é fonte de renda, pois que é grandemente exportada, embora o seu tratamento seja ainda incipiente. É comido tanto fresco quanto salgado (sêco, em manta, como se fôra o bacalhau) e é preparado de diversos modos, como grelhado, filé cozido, desfiado, etc.

TUCUNARÉ e TAMBAQUI — Entre as infinidades de peixes, o tucunaré e o tambaqui se sobressaem pela sua carne deliciosa, que se presta aos mais diversos pratos: assado, de fôrno, cozido — a famosa peixada amazonense —, filés e de várias outras maneiras.

O peixe moqueado, herança, ainda, da cozinha indígena, é um dos mais difundidos entre os amazonenses, o qual, quando provado pelo visitante, delicia-o pelo gôsto diferente. O matrinchão, outros dos nossos peixes, é o que mais se presta a êsse prato.

PATO NO TUCUPI — Famoso na cozinha paraense, é também um prato da cozinha amazonense. Seus ingredientes são o pato, o jambu (erva selvagem), o tucupi, a pimenta e a farinha.

TUCUPI — Êste é um ingrediente tipicamente indígena. É feito de mandioca ralada e espremido no tipiti, pôsto depois em infusão. Levado a ferver, está pronto para ser servido acompanhando patos, carnes ou peixes. É usado, também, como mólho, quando se adiciona a êle pimenta.

PIMENTAS — Em todos os pratos regionais não pode faltar a pimenta, e as pimentas amazonenses, com seu sabor e cheiro todo especial, realmente emprestam um gôsto especial às comidas. São pimentas malaguetas, murupi, de cheiro, etc.

MÔLHOS — Além do tucupi, tão ou mais exóticos quanto êste, temos o arubé, usado entre os indígenas, mas adotado pelos civilizados da região. Como aquêle, também é feito da mandioca ralada levada a macerar. De sabor altamente oriental, lembra os mólhos hindus e japoneses.

FARINHA — Falar na cozinha amazonense e não falar na farinha pode ser considerado gafe... pois ela está sempre presente à mesa amazônica e, creiam, aumenta o sabor de todos os pratos.

FRUTAS — O exótico não se restringe sòmente às comidas, pois as frutas são também de um exostismo exemplar. Desde seus nomes até seus gôstos e usos. São capuaçu, bacuri, pupunha, biribá, marimari, tucumã, taperebá, açai, mangaba, sôrva, buriti, abricó, abiu, sapoti e uma infinidade de outras.

DOCES — Famosos são os doces de bacuri e cupuaçu, cuja industrialização, por uma fábrica de Belém, tornou-os conhecidos, não apenas no Sul do país como também no resto do mundo. Não podemos esquecer, entretanto, os saborosos doces de pupunha e buriti, êste último também já industrializado.

SUCOS E SORVETES — A maioria das frutas amazonenses serve-se à feitura dos mais deliciosos sucos e sorvetes. Assim, entre outros, temos o suco de taperebá, cupuaçu, bacuri, tucumã, açaí, mangaba, bacaba, sôrva, abricó, etc. Tais sucos, transformados em sorvetes, são a delícia de quem os prova, sendo considerados, por muitos, como os mais saborosos do Brasil e talvez do mundo. No momento, por exemplo, o cupuaçu amazonense, o açaí e bacuri, exportados para o Rio de Janeiro, lá transformados em sorvetes, já se enquadram entre os mais procurados.

O AÇAÍ — A BACABA — A SÔRVA — O açaí e a bacaba, secularmente, servem de lanche às populações de Belém e Manaus, não só aos mais abastados, mas também aos de menores posses. Suas propriedades alimentícias, já comprovadas cientificamente, talvez sejam responsáveis pelo aspecto saudável do caboclo amazonense, que abusa do seu uso. A sôrva, no entanto, com sabor idêntico ao da bacaba, só é encontrada no Amazonas.

Essas três frutas, amassadas e passadas em peneira, fornecem um líquido grosso, de sabor delicioso, tomado pelo amazônida, acompanhado de açúcar e da regionalíssima farinha.

MANAUS

Banhos e Igarapés

Manaus é uma cidade que é o espelho da Amazônia. Terra e água se sucedem, se entremeam, se integram; sim, porque não há aquêlê sentido que sempre encontra-se em outras cidades brasileiras — aqui terminou o mar, o rio ou a baía, aqui começa a terra. Não! Em Manaus o rio entra cidade adentro, pelos seus igarapés, e, se aqui termina o igarapé, não se surpreendam; logo adiante o mesmo ou outro igarapé rasga a terra, fazendo com isto que não haja nenhuma linha divisória, e a terra mansamente deixa-se dominar pela água.

Com o aumento desordenado da população citadina, palafitas e flutuantes começaram a surgir nesses cursos d'água, poluindo-os. Mas salvaram-se os mais longínquos, como o Tarumã, um dos mais belos igarapés, onde se encontra, quebrando a paisagem calma, comumente encontrada, uma bela cachoeira e uma piscina natural.

Cidade quente, muito, como qualquer cidade tropical mas cidade onde o povo, inspirado na sabedoria dos ingleses, e, acredita-se, não fugindo aos hábitos de seus ancestrais — os indígenas —, encontra um ótimo refúgio para êsse calor nos banhos.

E se no Rio dizemos — vamos ao Arpoador? Em Salvador — vamos a Amaralina? Em Recife — vamos a Boa Viagem; Em Belém — vamos à piscina? Em Pôrto Alegre — vamos às praias? Em Manaus diz-se — vamos ao banho?

Não haverá praias em Manaus? Há, e que belas. Ponta Negra, por exemplo, uma belíssima praia e uma poética paisagem. Mas vamos ao banho.

BANHO — Costume introduzido talvez, num momento em que os britânicos, radicados em Manaus por volta de 1820, tiveram sua fleuma vencida pelo calor, tornou-se, de início moda; depois hábito e, hoje, representa um costume do povo manauense, mais do que costume — uma tradição.

Foi o primeiro banho instalado pelos ingleses, hoje o clube campestre mais fechado da cidade. O Bosque Clube, um lugar de feitiço todo especial e de um charme internacional. Mas, perguntarão — que são banhos?

Banhos — ah! o bom senso dos ingleses... — são igarapés (parece que todo mundo sabe o que são igarapés), represados, água corrente, gelada, gostosa; locais agradáveis, refrescantes, onde a natureza só foi tocada aqui e ali e, por isso, vamos aos banhos...

Sendo um costume e uma tradição, há banhos para todos. Enquanto em outros locais o chic é ter, em sua casa de campo, a sua piscina particular, verdade é que há os banhos públicos, onde vamos encontrar tôdas as classes reunidas, numa confraternização de higiene das mais puras.

Um dos mais antigos e conhecidos banhos públicos de Manaus é o famoso PARQUE 10, onde há bar, pista de danças, cabinas, etc., e onde o amazônida, para não fugir ao seu velho vício da sesta, arma sua rêde entre as árvores e tira sua soneca, abrigado por frondosas árvores, embalado pela ventilação constante.

Os banhos são as piscinas regionais de Manaus, dentro do espírito ecológico, onde a um pequeno descampado sucedem árvores colossais, que dão refúgio ao calor intenso; bem instalados, mas sempre mantendo aquêle seu charme todo especial, são realmente os lugares ideais para passeios.

E ninguém melhor para oferecer lindos banhos, do que êsse majestoso Rio Negro, o mais sofisticado tributário do lendário Amazonas. Às suas margens as numerosas “cabines” à espera do visitante para um delicioso banho!

RELAÇÃO DE AUTORIDADES DO ESTADO DO AMAZONAS

Autoridades Estaduais

Governador do Estado	Sr. Danilo Duarte de Matos Areosa
Vice-Governador	Dep. Homero de Miranda Leão
Chefe da Casa Civil	Dr. João Martins da Silva
Chefe da Casa Militar	Cel. Themístocles Henriques Trigueiro
Subchefe da Casa Civil	Dr. Emerentino Rodrigues Manso
Subchefe da Casa Militar	Ten.-Cel. Alcimar Guimarães Pinheiro
Oficial de Gabinete p/Assuntos Particulares	Sr. José Araújo Cavalcante
Ajudante de Ordens do Governador .	Cap. Odacy de Lima Okada
Diretor dos Serviços Gerais do Palácio Rio Negro	Sr. Onofre de Queiroz Martins
Diretor da Divisão do Serviço Social .	Sr. Demóstenes Raymundo de Queiroz Buzzaglo

Secretários de Estado

Secretário do Interior e Justiça	Dr. José Cantanhede de Mattos Filho
Secretário de Fazenda	Dr. José Lopes da Silva
Secretário de Administração	Dr. José Caitete da Silva Filho

Secretário da Educação e Cultura	Prof. Elson Bentes de Farias
Secretário da Produção	Dr. Hugo Bezerra Brandt
Secretário de Viação e Obras	Dr. João Teixeira Fernandes
Secretário de Saúde	Dr. José Leite Saraiva
Secretário de Segurança Pública	Dr. Moacir Souza Alves
Secretário s/Pasta p/Coordenação e o Planejamento	Dr. Alberto de Rezende Rocha
Secretário de Imprensa e Divulgação .	Dr. Síval Andrade Gonçalves
Secretário Executivo da CODEAMA	Dr. Ozias Monteiro Rodrigues
Comandante da Polícia Militar	Cel. José Maury de Araújo Silva
Presidente do Tribunal de Contas . .	Dr. Hyperion Peixoto de Azevedo
Procurador-Geral do Estado	Dr. Éros Pereira da Silva
Diretor do Depto. de Estatística	Sra. Maria dos Remédios Varela de Oliveira
Diretor-Geral do DETRAN	Dr. Paulo de Oliveira
Diretor do Arquivo Público	Dr. João Mendonça de Souza
Diretor da Biblioteca Pública	Prof. ^a Maria Luiza de Magalhães Cor- deiro
Diretor da Pinacoteca do Estado	Prof. Moacir Couto de Andrade

Órgãos Descentralizados

Superintendente da SUSEMI	Dr. Florisval Cunha
Diretor-Geral do DER-AM	Dr. José Sérgio Paz M. de Castro
Presidente da COHAB-AM	Major José Ribamar Nunes Moreira
Diretor-Presidente do IPASEA	Dr. Manoel Braga dos Santos
Diretor-Presidente da CAMTEL	Dr. Carlos Israel Ramos Lins
Diretor-Presidente do Banco do Es- tado do Amazonas S/A	Dr. Laércio da Purificação Gonçalves
Diretor-Presidente da CELETRA- MAZON	Dr. João Augusto Souto Loureiro
Diretor da Imprensa Oficial	Dr. João Valente de Azevedo
Fundador da COSAMA	Sr. Carlos Israel Ramos Lins
Presidente da Fundação Cultural	Prof. Elson Bentes Farias
Presidente da Fundação TV Educa- tiva	Dr. Walter Povoleri Ferreira

Autoridades do Legislativo

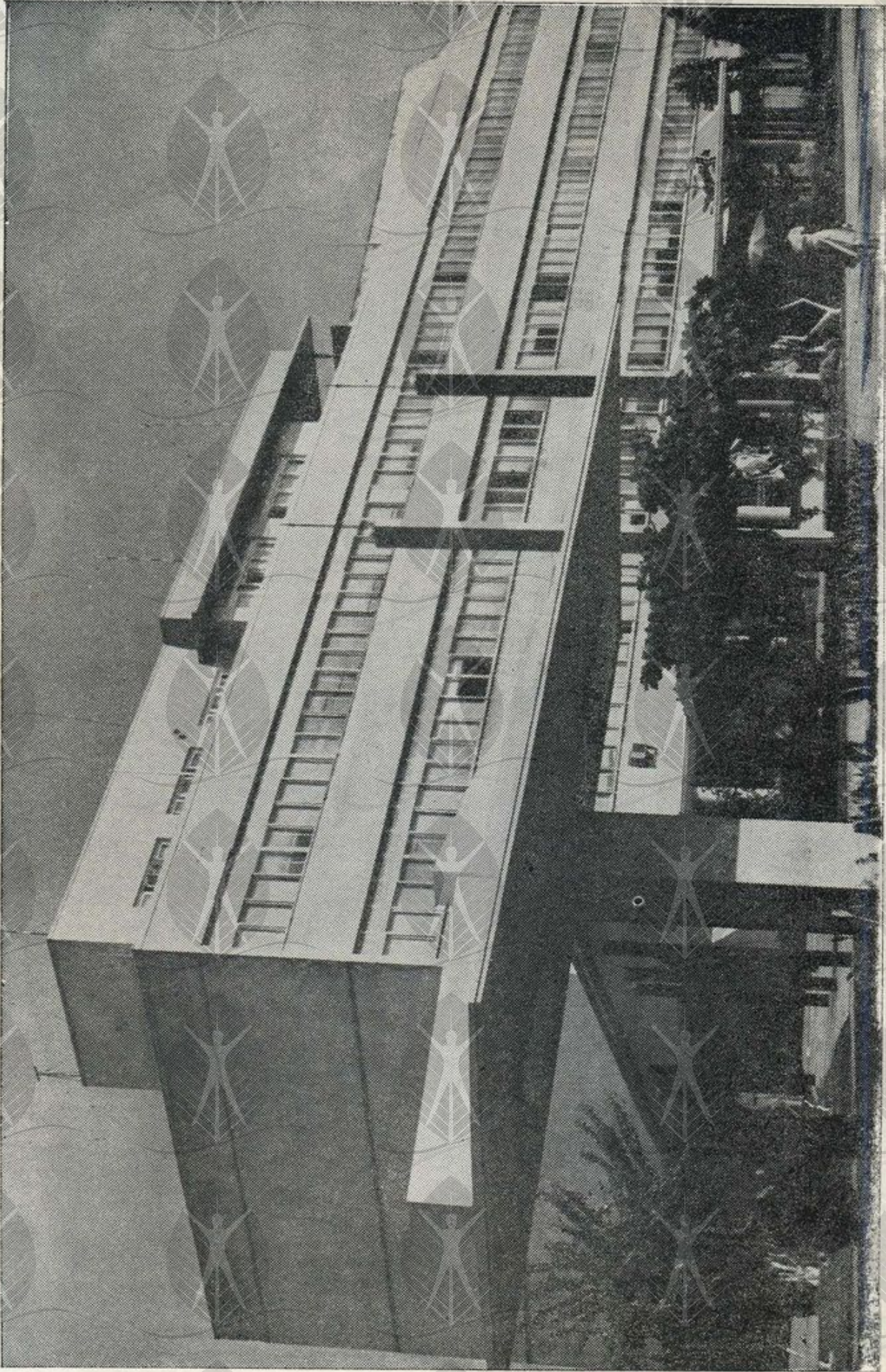
Presidente da Assembléia Legislativa .	Dep. Homero de Miranla Leão
Líder da Maioria	Dep. João Bosco Ramos de Lima
Líder da Minoria	Dep. Natanael Bento Rodrigues

Autoridades Municipais

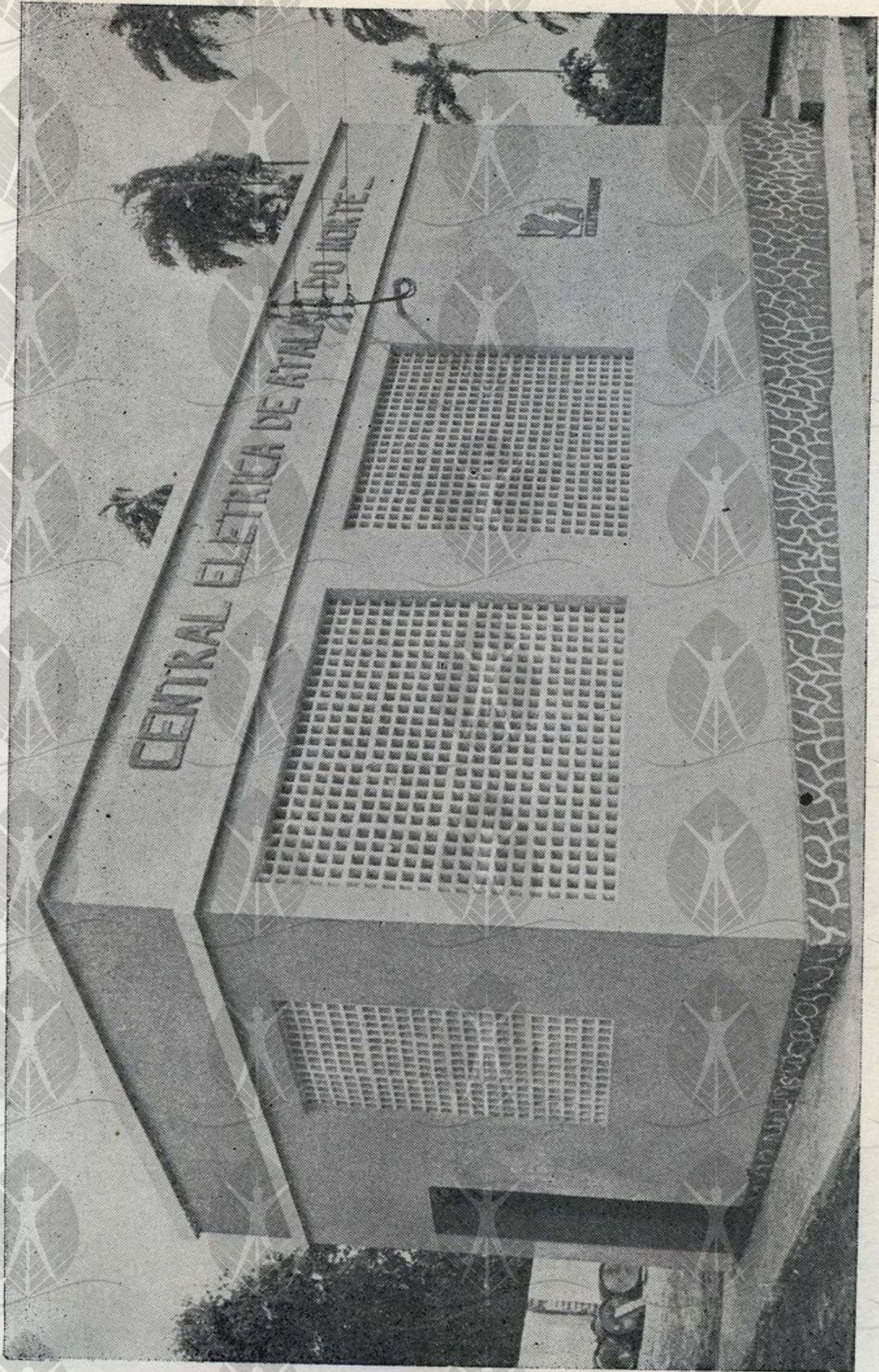
Prefeito de Manaus	Dr. Paulo Pinto Nery
Presidente da Câmara Municipal	Dr. José Francisco da Gama e Silva



Governador Danilo de Matos Areosa, cortando a fita simbólica, dando por inaugurada a Central Elétrica de Coari.

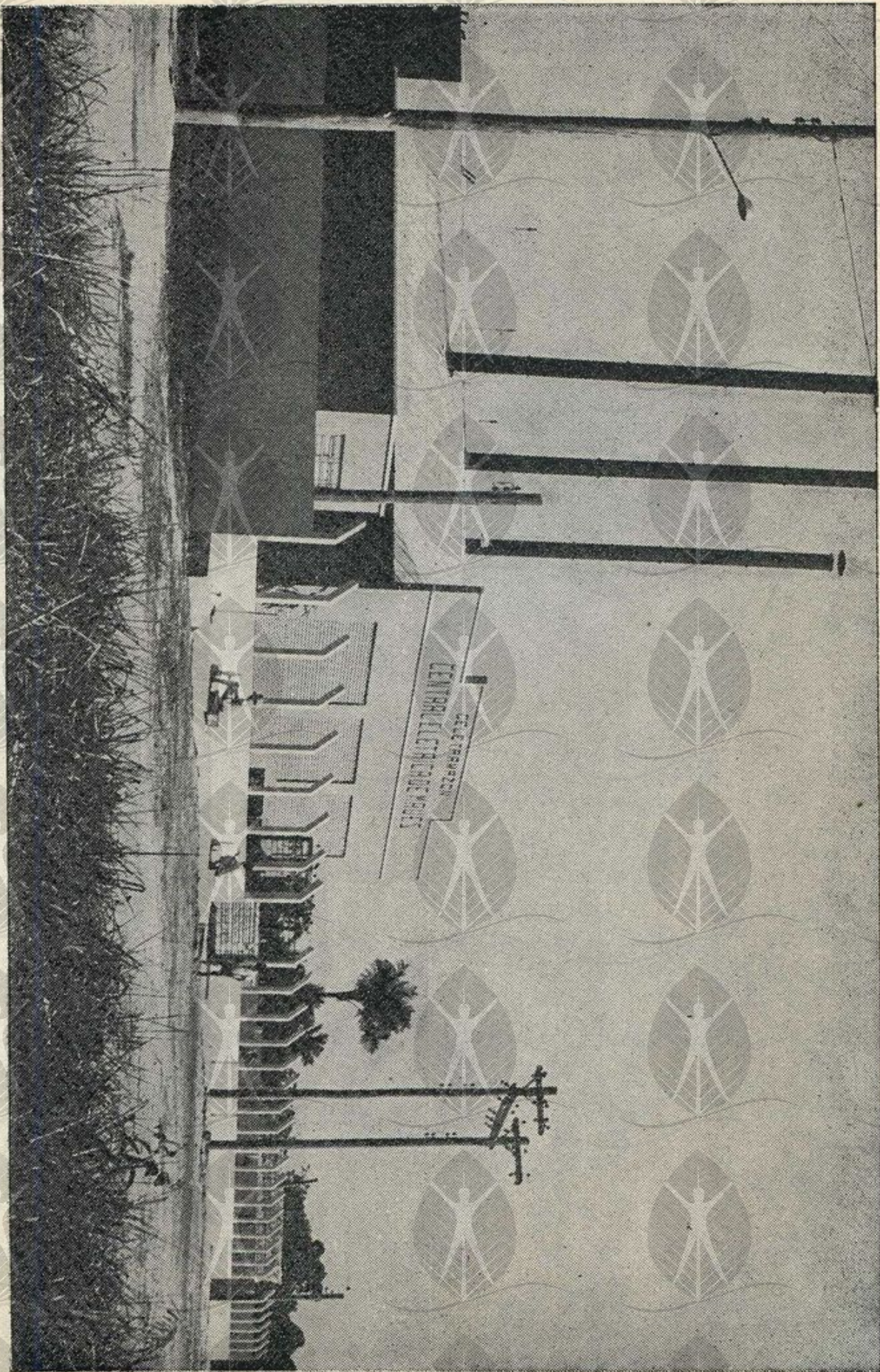


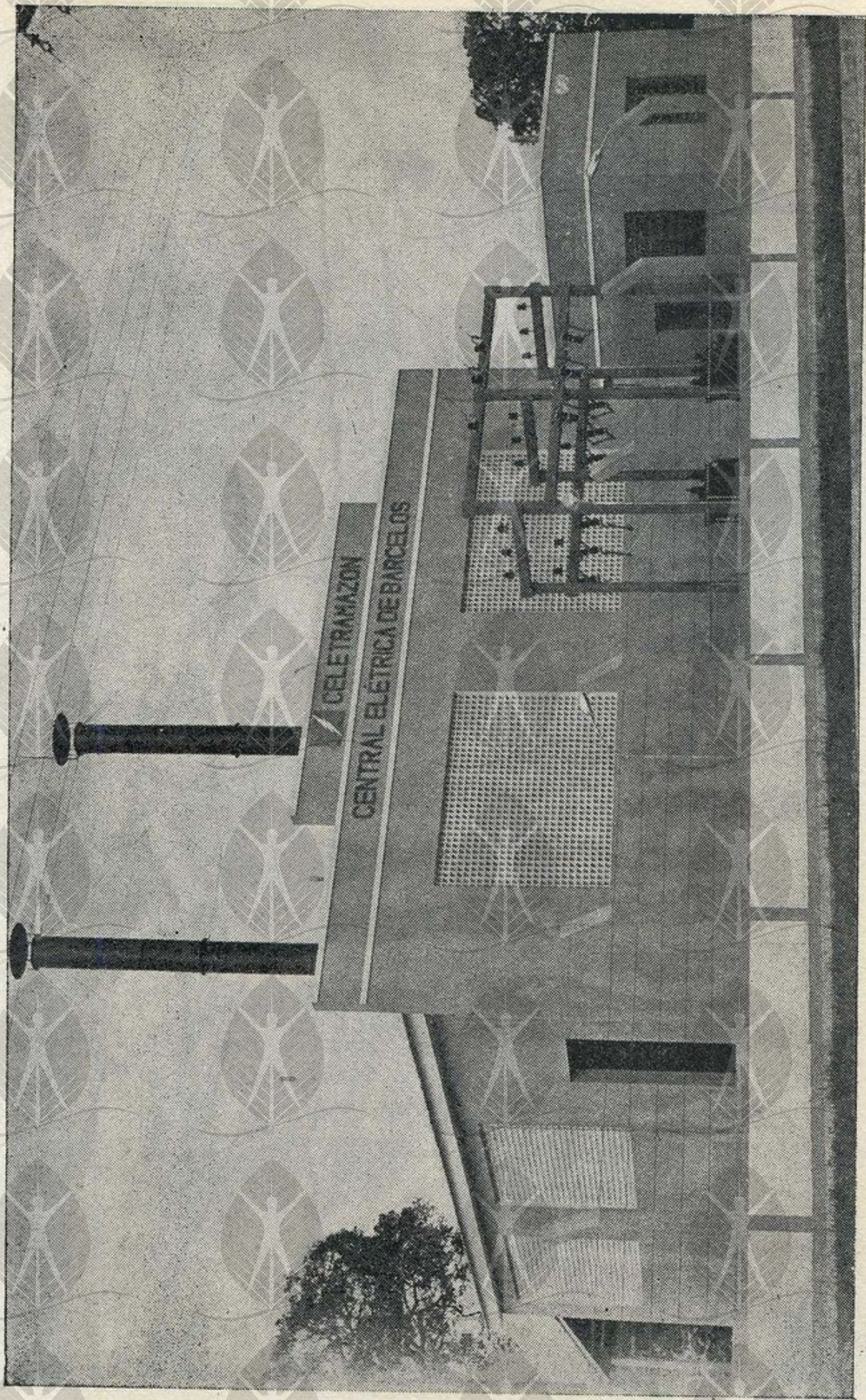
Palácio Rodoviário, localizado no bairro da Cachoeirinha. Na cobertura, um amplo apartamento serve de residência oficial ao Governador do Estado.



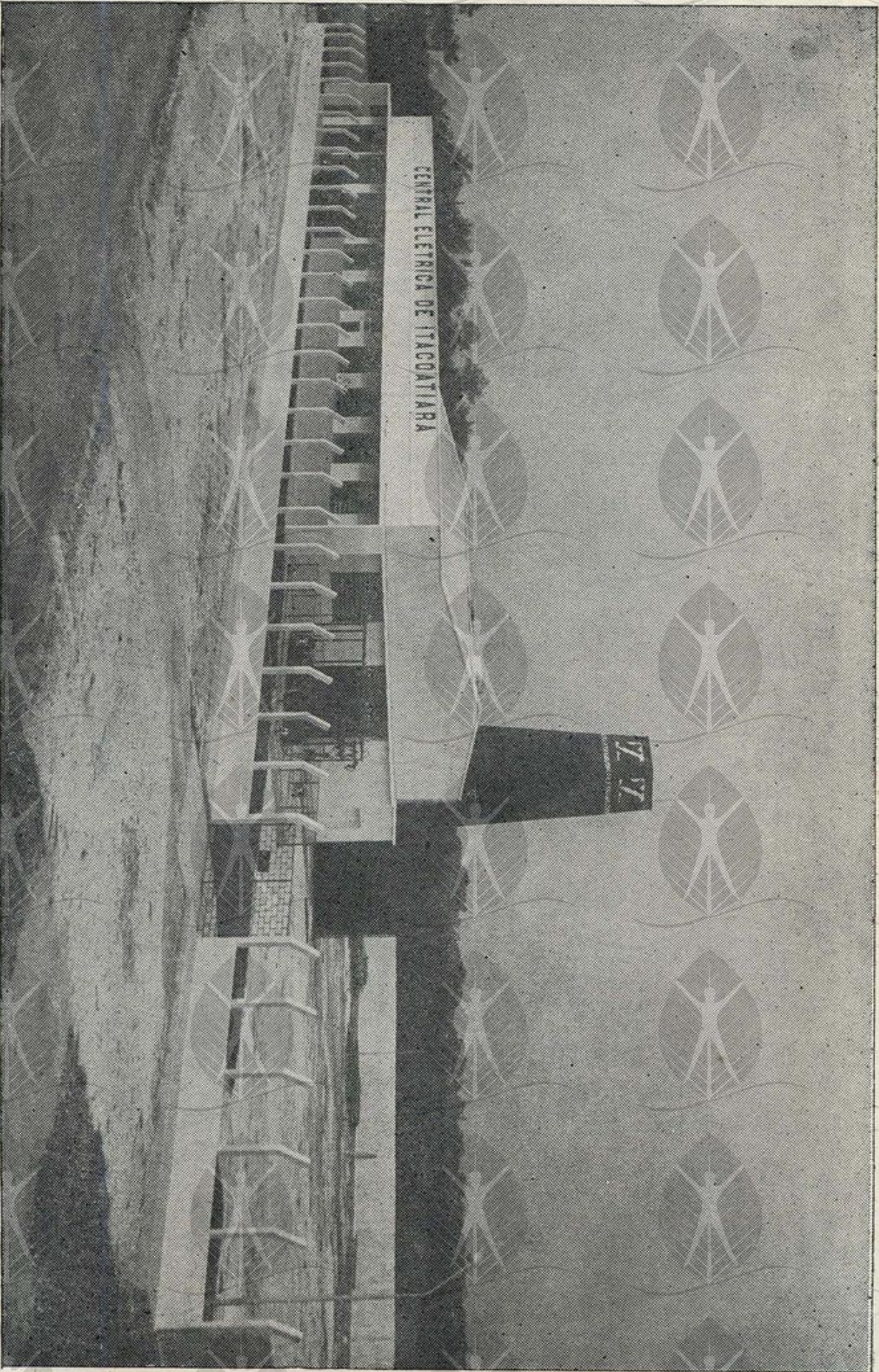
Central Elétrica de Atalaia do Norte.

Central Elétrica de Maués





Central Elétrica de Barcelos.



Central Elétrica de Itacoatiara.



Trecho da estrada Manaus—Caracarái (Roraima) km 170.



Tarumãzinho — local aprazível para um bom banho, em Manaus.

Autoridade Eclesiástica

Arcebispo de Manaus D. João de Souza Lima

Autoridades do Judiciário

Presidente do Tribunal de Justiça ... Des. Sady Paiva

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral Des. Joaquim Paulino Gomes

Autoridades Federais

Ministério da Aeronáutica

Cmt. da Base Aérea Cel.-Av. Moacir de Carvalho Aires

Ministério da Agricultura

Diretor Estadual do MA Dr. Mário Alves Malafaia

Delegado do IBRA Dr. Caio César de Araújo

Delegado do INDA Dr. José Ribamar Siqueira

Ministério das Comunicações

Diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Dr. Mário Frazão Tavernard

Ministério da Educação e Cultura

Reitor da Universidade Dr. Jauary G. de Souza Marinho

Inspetor Seccional do MEC Prof. Agenor Ferreira Lima

Ministério do Exército

Comandante Militar da Amazônia e da 12.^a Região Militar Gen.-Div. José Nogueira Paes

Chefe do Estado-Maior Cel. Arídio Brasil

Cmt. do 1.^o BIS Ten.-Cel. Paulo Figueiredo A. Oliveira

Chefe da 29.^a CSM Maj. Expedito de Souza Pereira

Chefe do SNI (Agência de Manaus) . Ten. Roberto Monteiro de Oliveira

Chefe da Comissão Geral de Investigações

Ten.-Cel. Jorge Teixeira de Oliveira

Comandante do CIGS Ten.-Cel. Jorge Teixeira de Oliveira

Ministério da Fazenda

Delegada da Receita Federal Sra. Cecília Margarida de Oliveira

Delegado de Arrecadação Dr. Colmar Medeiros Rabelo

Ministério do Interior

Superintendente da Zona Franca de Manaus Cel. Floriano Pacheco

Diretor do Escritório da SUDAM .. Dr. Neper Antony

Ministério da Justiça

Delegado Regional de Polícia Federal Dr. Márcio José de Oliveira

Juiz Federal . Dr. Ariosto de Rezende Rocha

Juiz Federal Substituto Dr. Aderson Pereira Dutra

Ministério da Marinha

Comandante Naval e Capitão dos Portos

Cap.-de-Mar-e-Guerra Mário Jorge da Fonseca Hermes

Ministério do Trabalho

Delegado Regional do INPS

Dr. Heleno Teixeira Montenegro

Delegado Regional do Ministério do Trabalho

Sr. Danilo da Silva

Presidente da 1.^a Junta de Conciliação e Julgamento

Dr. Pedro Mello

Presidente da 2.^a Junta

Dr. Benedicto Cruz Lyra

Ministério das Minas e Energia

Chefe da Residência de Manaus do 5.^o Distrito Norte do Depto. de Prod. Mineral

Dr. Emílio Garibaldi

Ministério do Planejamento

Delegado Regional da SUNAB

Dr. Cyrillo Neves

Ministério da Indústria e do Comércio

Delegado Regional do MIC

Dr. Marcos Evandro Bittencourt

Ministério dos Transportes

Diretor Regional dos Portos e Vias Navegáveis

Dr. Raimundo de Jesus Gouvea de Sá

Chefe do 1.^o Distrito Rodoviário

Dr. Altamiro Veríssimo da Silveira

Delegado Regional da Marinha Mercante

Vice-Almirante Hernani Jaime Lima

Administrador do Pôrto de Manaus

Gen.-de-Bda. R-1 João Campelo de Rezende Lima

Delegado da ENASA

Sr. Antônio Pedro Martins Neto

Ministério da Saúde

Delegado Federal de Saúde

Dr. Walter Góes

Delegado Regional do Depto. de Endemias Rurais

Dr. Ney Lacerda

Diretor da Fundação SESP

Dr. Francisco de Paula Castro Neto

Chefe da Companhia de Erradicação da Malária

Dr. Agostinho Cruz Marques

Diretor do Sanatório "Adriano Jorge"

Dr. Oswaldo Said

Órgãos e Entidades Estaduais

1 — Companhia Amazonense de Telecomunicações — CAMTEL

Rua Miranda Leão, 13 — Edf. Tartaruga

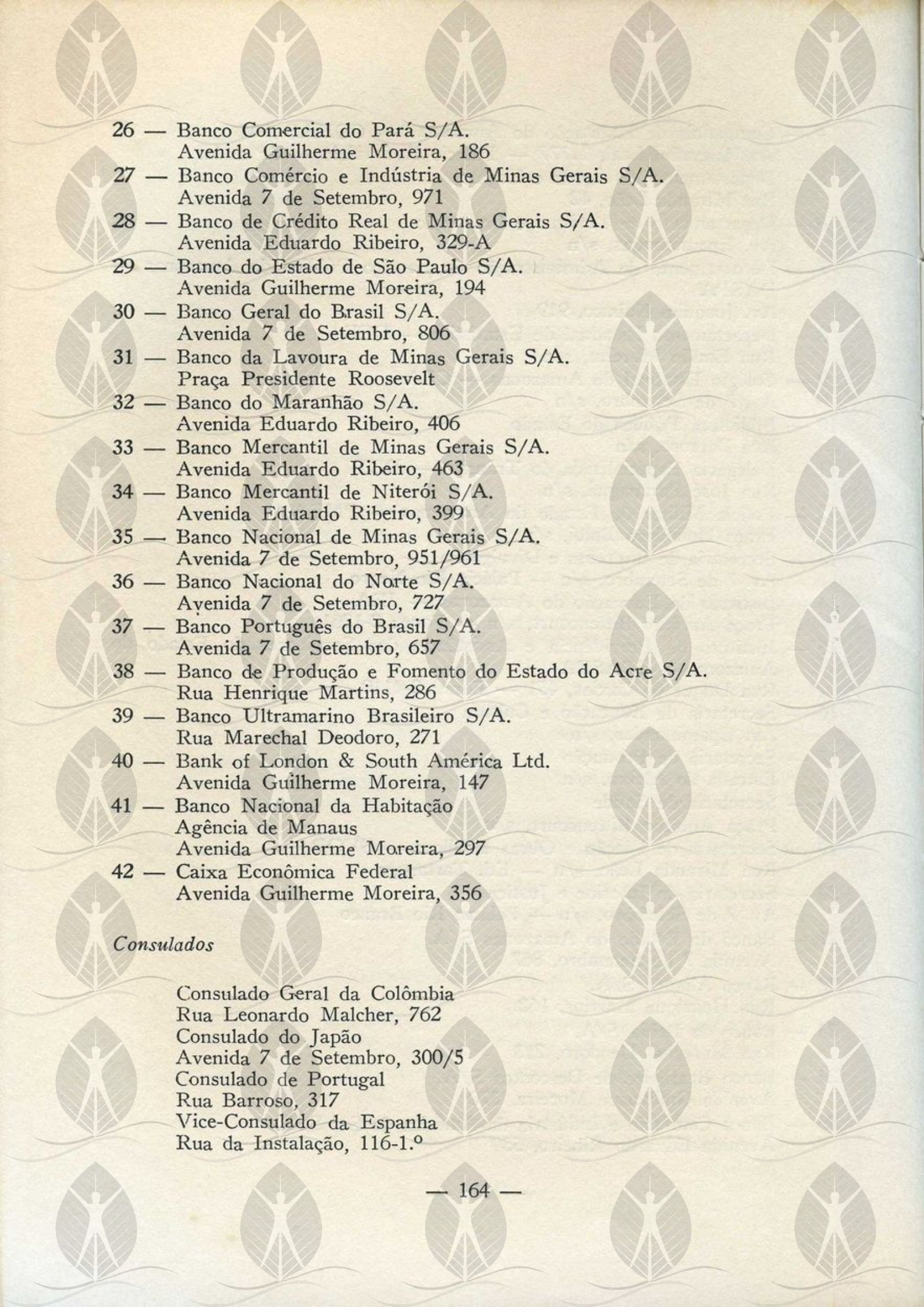
2 — Companhia de Eletricidade de Manaus — CEM

Praça Osvaldo Cruz, 39

3 — Centrais Elétricas do Amazonas — CELETRAMAZON

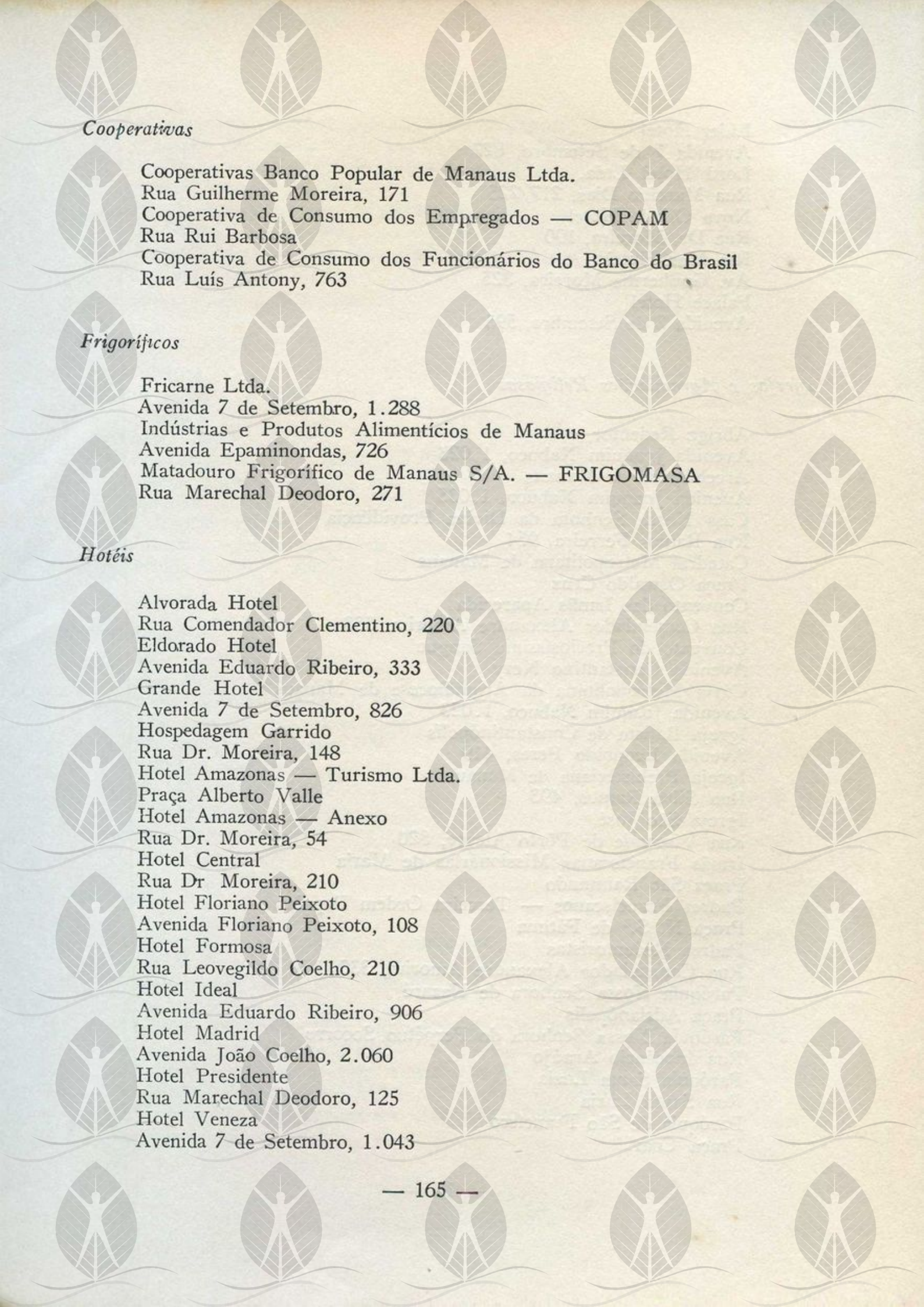
Praça Adalberto Vale, 18 — 1.^o andar — Fone: 2-3950

- 4 — Companhia de Habitação do Amazonas — COHAB-AM
Av. Carvalho Leal, 1.777 — Palácio Rodoviário — 3.º andar
- 5 — Departamento de Águas e Esgotos
Rua Miranda Leão, 42
- 6 — Departamento de Turismo e Promoção
Av. Epaminondas, s/n
- 7 — Departamento de Administração do Serviço Público do Amazonas —
DASPA
Av. Joaquim Nabuco, 919
- 8 — Departamento Estadual de Estatística — DEE
Rua Emílio Moreira, s/n
- 9 — Colégio Estadual do Amazonas — CEA
Av. 7 de Setembro, s/n
- 10 — Biblioteca Pública do Estado
Rua Barroso, s/n
- 11 — Delegacia Especializada do Trânsito — DET
Rua José Paranaguá, s/n
- 12 — Polícia Militar do Estado do Amazonas — PME
Praça Heliodoro Balbi, s/n
- 13 — Secretaria de Imprensa e Divulgação
Av. 7 de Setembro, s/n — Palácio Rio Negro
- 14 — Instituto de Educação do Amazonas — IEA
Praça Antônio Bittencourt, s/n — Fone: 2-1261
- 15 — Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do
Amazonas — IPASEA
Rua Duque de Caxias, 451 — Fone: 2-4110
- 16 — Secretaria de Educação e Cultura
Av. Epaminondas, s/n
- 17 — Secretaria de Produção
Estrada do Aleixo, s/n
- 18 — Secretaria de Saúde
Praça Antônio Bittencourt, s/n
- 19 — Secretaria de Viação e Obras Públicas — SVOP
Rua Miranda Leão, s/n — Ed. Tartaruga
- 20 — Secretaria do Interior e Justiça
Av. 7 de Setembro, s/n — Palácio Rio Branco
- 21 — Banco do Estado do Amazonas S/A.
Avenida 7 de Setembro, 867
- 22 — Banco Aliança S/A.
Rua Henrique Martins, 162
- 23 — Banco da Bahia S/A.
Rua Marechal Deodoro, 213
- 24 — Banco Brasileiro de Descontos S/A.
Avenida Guilherme Moreira, 370
- 25 — Banco Comércio e Indústria da América do Sul S/A.
Avenida Eduardo Ribeiro, 539

- 
- 26 — Banco Comercial do Pará S/A.
Avenida Guilherme Moreira, 186
- 27 — Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A.
Avenida 7 de Setembro, 971
- 28 — Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A.
Avenida Eduardo Ribeiro, 329-A
- 29 — Banco do Estado de São Paulo S/A.
Avenida Guilherme Moreira, 194
- 30 — Banco Geral do Brasil S/A.
Avenida 7 de Setembro, 806
- 31 — Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A.
Praça Presidente Roosevelt
- 32 — Banco do Maranhão S/A.
Avenida Eduardo Ribeiro, 406
- 33 — Banco Mercantil de Minas Gerais S/A.
Avenida Eduardo Ribeiro, 463
- 34 — Banco Mercantil de Niterói S/A.
Avenida Eduardo Ribeiro, 399
- 35 — Banco Nacional de Minas Gerais S/A.
Avenida 7 de Setembro, 951/961
- 36 — Banco Nacional do Norte S/A.
Avenida 7 de Setembro, 727
- 37 — Banco Português do Brasil S/A.
Avenida 7 de Setembro, 657
- 38 — Banco de Produção e Fomento do Estado do Acre S/A.
Rua Henrique Martins, 286
- 39 — Banco Ultramarino Brasileiro S/A.
Rua Marechal Deodoro, 271
- 40 — Bank of London & South América Ltd.
Avenida Guilherme Moreira, 147
- 41 — Banco Nacional da Habitação
Agência de Manaus
Avenida Guilherme Moreira, 297
- 42 — Caixa Econômica Federal
Avenida Guilherme Moreira, 356

Consulados

Consulado Geral da Colômbia
Rua Leonardo Malcher, 762
Consulado do Japão
Avenida 7 de Setembro, 300/5
Consulado de Portugal
Rua Barroso, 317
Vice-Consulado da Espanha
Rua da Instalação, 116-1.º



Cooperativas

Cooperativas Banco Popular de Manaus Ltda.
Rua Guilherme Moreira, 171
Cooperativa de Consumo dos Empregados — COPAM
Rua Rui Barbosa
Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil
Rua Luís Antony, 763

Frigoríficos

Fricarne Ltda.
Avenida 7 de Setembro, 1.288
Indústrias e Produtos Alimentícios de Manaus
Avenida Epaminondas, 726
Matadouro Frigorífico de Manaus S/A. — FRIGOMASA
Rua Marechal Deodoro, 271

Hotéis

Alvorada Hotel
Rua Comendador Clementino, 220
Eldorado Hotel
Avenida Eduardo Ribeiro, 333
Grande Hotel
Avenida 7 de Setembro, 826
Hospedagem Garrido
Rua Dr. Moreira, 148
Hotel Amazonas — Turismo Ltda.
Praça Alberto Valle
Hotel Amazonas — Anexo
Rua Dr. Moreira, 54
Hotel Central
Rua Dr. Moreira, 210
Hotel Floriano Peixoto
Avenida Floriano Peixoto, 108
Hotel Formosa
Rua Leovegildo Coelho, 210
Hotel Ideal
Avenida Eduardo Ribeiro, 906
Hotel Madrid
Avenida João Coelho, 2.060
Hotel Presidente
Rua Marechal Deodoro, 125
Hotel Veneza
Avenida 7 de Setembro, 1.043

Líder Hotel
Avenida 7 de Setembro, 827
Lord Hotel Ltda.
Rua Marcílio Dias, 217/225
Nova Olinda Hotel
Rua Dr. Moreira, 190
Rio Mar Hotel
Av. Guilherme Moreira, 325
Palace Hotel
Avenida 7 de Setembro, 593

Igrejas e Agremiações Religiosas

Abrigo Redentor
Avenida Joaquim Nabuco, 1.023
Arcebispo de Manaus
Avenida Joaquim Nabuco, 1.035
Casa Nossa Senhora da Divina Providência
Rua Ramos Ferreira, 954
Catedral Metropolitana de Manaus
Praça Oswaldo Cruz
Convento das Irmãs Aparecida
Rua Comendador Alexandre Amorim, 333
Convento do Preciosíssimo Sangue
Avenida Constantino Nery
Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Manaus
Avenida Joaquim Nabuco, 1.023
Igreja Batista de Constantinópolis
Avenida Leopoldo Peres, 419
Igreja Prebiteriana de Manaus
Rua Silva Ramos, 493
Igreja São José
Rua Visconde de Pôrto Alegre, 820
Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria
Praça São Raimundo
Padres Franciscanos — Terceira Ordem Popular
Praça N. S.^a de Fátima
Padres Redentoristas
Rua Comendador Alexandre Amorim, 330
Paróquia Nossa Senhora de Nazaré
Praça Adrianópolis
Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Rua Inocêncio Araújo
Paróquia Santa Luzia
Rua Santa Luzia
Paróquia de São Francisco
Praça Coari

Paróquia de São Raimundo
Praça São Raimundo
Primeira Igreja Batista de Manaus
Avenida Joaquim Nabuco
Segunda Igreja Batista de Manaus
Rua Simão Bolívar, 203
Seminário Metropolitano São José
Av Emílio Moreira, 601

Jornais

A Crítica
Rua Lôbo D'Almada, 278
A Notícia
Praça Tenreiro Aranha, 33
Empresa Jornal do Comércio Ltda.
Avenida Eduardo Ribeiro, 566
Imprensa Oficial
Rua Lauro Malcher, 1.189
O Jornal — Diário da Tarde
Avenida Eduardo Ribeiro, 556

Rádio—Estações

Rádio Baré Ltda.
Avenida Eduardo Ribeiro, 566
Rádio Difusora do Amazonas
Rua Joaquim Sarmiento, 100
Rádio Rio Mar Ltda.
Rua Dr. Jerônimo Ribeiro
Sociedade Rádio Tropical
Rua José Paranaguá, 400-2.º

Sindicatos

Federação da Agricultura do Amazonas
Avenida Joaquim Nabuco, 639
Sindicato de Condutores Autônomos de Veículos de Manaus
Rua Monsenhor Coutinho, 253
Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga do Pôrto de Manaus
Avenida 7 de Setembro, 740 — s/407/8
Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Manaus
Avenida 7 de Setembro, 740 — 7.º andar, s/706/10
Sindicato dos Empregados do Comércio de Manaus
Rua Luís Antony, 307

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Amazonas
Avenida Getúlio Vargas, 321
Sindicato dos Estivadores de Manaus
Visconde Mauá, 265
Sindicato da Indústria da Extração da Borracha no Estado do Amazonas
Rua Barroso, 142
Sindicato dos Jornalistas do Amazonas
Rua Barroso, 142
Sindicato dos Oficiais de Máquinas e Transportes Fluviais do Amazonas
Rua Marcílio Dias, 256
Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de
Serrarias e Móveis de Madeira de Manaus
Rua Marcílio Dias, 265
Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Manaus
Frei José Inocentes, 275
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação
de Petróleo de Manaus
Rua Henrique Martins, 204 — 2.º andar — sala 201
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de
Manaus
Rua Leopoldo Peres, 841
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Manaus
Rua Marcílio Dias, 256

ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS NO AMAZONAS

- 1 — Banco do Brasil S. A.
Av. 7 de Setembro, 444 — Fone: 2000 — CAMTEL — 2-4603
- 2 — Banco da Amazônia S. A.
Av. 7 de Setembro, 735 — Fone: 2-4350
- 3 — Caixa Econômica Federal do Amazonas
Rua Guilherme Moreira, 356 — Fone: 2-2860
- 4 — Capitania dos Portos do Amazonas, Acre e Territórios Limítrofes
Rua Marquês de Santa Cruz, s/n
- 5 — Comando da Guarnição Federal de Manaus
Rua José Clemente, s/n — Fone: 2-1500
- 6 — Delegacia Federal de Saúde da 2.ª Região
Rua José Clemente, 322
- 7 — Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional
Rua Marcílio Dias, s/n
- 8 — Delegacia Regional do Ministério do Trabalho
Rua Marechal Deodoro, 215
- 9 — Delegacia Federal de Agricultura
Rua Ramos Ferreira, 386
- 10 — Delegacia Regional da SUNAB
Rua Comendador Alexandre Amorim, s/n

- 11 — Departamento Nacional de Endemias Rurais
Rua Miranda Leão, 432
- 12 — Departamento dos Correios e Telégrafos
Rua Marechal Deodoro, s/n
- 13 — Destacamento da Fôrça Aérea de Manaus
Aeroporto de Manaus — Ponta Pelada
- 14 — Departamento de Promoção Agropecuária do Amazonas
Av. Joaquim Nabuco, 278
- 15 — Escola Técnica de Manaus
Av. 7 de Setembro, s/n
- 16 — Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — FSESP
Av. Joaquim Nabuco, 1.755
- 17 — Inspeção de Defesa Sanitária Animal
Rua Leovegildo Coelho, 308 — Fone: 2-0888
- 18 — Empresa de Navegação da Amazônica — ENASA
Rua Marechal Deodoro, 61 — Fone: 2-4280
- 19 — Inspeção Regional de Estatística Municipal — IBGE
Rua Lôbo D'Almada, 272
- 20 — Inspeção dos Índios
Rua Dr. Alminio, 193
- 21 — Inspeção da Alfândega de Manaus
Av. Eduardo Ribeiro, s/n
- 22 — Instituto Nacional de Previdência Social — INPS
Praça Pedro II, s/n — Fone: 2-2405
- 23 — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA
Av. Joaquim Nabuco, 628
- 24 — Instituto de Pesquisas da Amazônia — INPA
Rua Guilherme Moreira, 112
- 25 — Justiça Federal no Amazonas
Av. Epaminondas, 92
- 26 — Primeiro Distrito de Portos, Rios e Canais
Rua Visconde de Mauá, 178
- 27 — Primeiro Distrito Rodoviário do Amazonas
Av. Eduardo Ribeiro, 342
- 28 — Serviço Nacional da Lepra
Rua Ferreira Pena, 184
- 29 — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM
Rua Costa Azevedo, 198
- 30 — Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEP
Av. 7 de Setembro, 162
- 31 — Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA
Av. Eduardo Ribeiro, s/n
- 32 — 29.^a Circunscrição de Recrutamento
Praça Pedro II, s/n
- 33 — Polícia Federal
Av. Joaquim Nabuco, 1.552 — Fone: 2-5109

OUTRAS ENTIDADES E ÓRGÃOS

- 1 — Academia Amazonense de Letras
Rua Ramos Ferreira, s/n
- 2 — Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
Rua Bernardo Ramos, s/n
- 3 — União Brasileira de Escritores do Amazonas
Av. Eduardo Ribeiro, 938
- 4 — Clube da Madrugada
Av. Eduardo Ribeiro, 556 (A/C de O Jornal)
- 5 — Fundação Cultural do Amazonas
Trav. Huascar de Figueiredo, 1.116
- 6 — Centro de Pesquisas Sociais da Universidade do Amazonas
Rua Simão Bolívar, s/n — Reitoria da Fundação Universidade do Amazonas
- 7 — Escola Técnica Federal do Amazonas (formação profissional)
Av. 7 de Setembro, s/n

TURISMO — AGÊNCIAS

Agência SELVATUR
Rua Leopoldo Malcher, 771
Agência de Turismo Amazon Explorer (Manaus) Ltda.
Rua Marcílio Dias, 217

A IMPONENTE IGREJA DA MATRIZ

A primeira igreja da Matriz foi construída em 1695 na praça da Trincheira, em terreno compreendido entre a Fortaleza (onde hoje está a Secretaria de Fazenda) e a atual Praça da Prefeitura, onde existe nos dias atuais o Grupo Escolar Marechal Hermes.

Era uma igreja pobre, coberta parcialmente de palha, construída pelos homens que instalaram o Pôrto e pelos Missionários Carmelitas.

No local onde está hoje a imponente Catedral Metropolitana de Manaus, existia uma olaria, a primeira da cidade, edificada por Lôbo D'Almada, quando transferiu para Manaus a sede da Capitania, então em Barcelos, em 1791.

Ampliada

As obras de ampliação da primitiva igreja foram concluídas por Lôbo D'Almada. A antiga igreja tornara-se pequena e já deteriorada pelo tempo. Em 1788, o visitador-geral, frei Caetano Brandão dizia que “a Igreja é um armazém despejado quase sem forma de templo, sem sacristia, sem portas, em lugar delas há um indigno concelo, que não apanha o meio do portal”.

Incêndio

Ampliada por Lôbo D'Almada, a matriz parecia uma outra. Um violento incêndio, todavia, havia de destruí-la, no dia 2 de julho de 1850. Aquêlo sinistro abalou grandemente a cidade, repercutindo na Câmara Municipal, quando os vereadores lamentaram a terrível catástrofe e apelaram ao Presidente da Província pedindo ajuda.

Com a destruição da Igreja da Matriz, os fiéis passaram a freqüentar a capela de N. S.^a dos Remédios, que ficava, naquele tempo, distante do centro da cidade, quase um quarto de légua.

Igreja atual

Desde a noite de 2 de julho de 1850, quando a Matriz foi devorada pelo violento incêndio, até a inauguração da atual Igreja, em 1877, belas páginas foram escritas para a história da cidade de Manaus.

A primeira verba destinada à construção da magestosa e imponente Catedral, foi de 4:000\$000, através da Lei n.º 95, de 11/11/1858.

A pedra fundamental foi lançada no dia 23 de julho de 1858, em cerimônia presidida pelo Presidente da Província, dr. Francisco José Furtado, e diz a ata lavrada naquela solenidade: "Às sete horas da manhã, no lugar da antiga olaria, na Rua Brasileira entre as travessas da Olaria e do Equador (a Rua Brasileira é hoje a imponente Avenida 7 de Setembro; a travessa da Olaria é hoje a Rua Lôbo D'Almada e a Equador é hoje a Rua da Instalação), local designado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província..."

A construção da Matriz arrastou-se por longos 19 anos. Havia dificuldades de tôda sorte. A falta de recursos financeiros, de material de construção e de operários. O material era escasso e um milheiro de tijolos custava o que seria hoje Cr\$ 0,04; a telha Cr\$ 0,05. Como a produção de Manaus era insuficiente, êsse material era adquirido em Vila Nova da Rainha, hoje cidade de Parintins.

Um conjunto de oito sinos custou Cr\$ 28,00 e para abençoá-los houve uma sessão solene no dia 29 de junho de 1875. A Matriz não estava totalmente terminada. Em seguida, o Vigário-Geral, padre Dr. José Manuel dos Santos Pereira, celebrou a primeira Missa na Matriz de Manaus, em um dos altares já prontos.

A Igreja Matriz de Manaus foi inaugurada em 1877.

PÔRTO DE MANAUS

O pôrto de Manaus é o mais original de todo o país. Formado por uma larga plataforma, que constitui um verdadeiro cais flutuante, oscila verticalmente de 12 a 15 metros. Acompanha, assim, o nível das águas. Se o rio sobe, o cais acompanha. Quando o rio desce, desce também.

As docas flutuantes são formadas por uma larga plataforma repousando sôbre cilindros de ferro, avançados na amurada do cais, 200 metros.

Tem dois grandes flutuadores. Um destinado aos navios de grande cabotagem e outro para os de navegação transoceânica. Flutuadores menores servem de ancoradouro para os "gaiolas", "vaticanos" e pequenas embarcações.

O "roadway" com 250 metros de comprimento liga-se ao pôrto por uma ponte flutuante de cêrca de 180 metros, por onde transitam os passageiros.

Carrinhos puxados por cabos de aço e alguns suspensos, por tôrres metálicas assentadas nos flutuadores e em terra, servem para fazer o serviço de carga e descarga de mercadorias.

Melhoramentos

Quando administrava o Pôrto de Manaus, o CMG (FN) e engenheiro civil Aristides Gonçalves Leite, vários melhoramentos foram introduzidos, de modo a permitir melhor aproveitamento do pôrto.

Assim é que foram recuperados os flutuantes "D" e "K", com a substituição de vigas, picagem e pintura; corretagem de tôda a área do flutuante "K" e parte do flutuante "D"; desmontagem de dois armazéns e recuperação depois no flutuante "D"; instalação de novas rêdes de luminárias com lâmpadas a vapor de mercúrio nos flutuantes "D" e "K" e na ponte do "roadway"; instalação no roadway-flutuante "D", de agência dos correios, escritórios nos armazéns 11 e 12 e escritório na Polícia Marítima; estudos para um anteprojetado para a sala de espera para passageiros, bar e restaurante; recuperação de 59 bóias e substituição de 9; recuperação total da infra-estrutura e concretagem de 150 m² na plataforma do Armazém n.º 20; recuperação total do rebocador "Genarino" e da lancha "Flexa"; recuperação do guindaste n.º 6, parado desde 1966 e já em serviço; recuperação da plataforma do armazém n.º "0", com uma área de 126 m²; recuperação total da infra-estrutura dos armazéns 15 e 8; adaptação e instalação do Serviço Social; construção da oficina mecânica; raspagem e pintura das tôrres; raspagem e pintura das infra-estruturas dos fluantes das tôrres e recuperação do piso da plataforma; raspagem e pintura da infra-estrutura e bóias da ponte do "roadway", além da recuperação do piso de madeira; instalação de bebedouros elétricos nos armazéns 0, 4, 10, 20 e "roadway"; recuperação total de um grupo de gerador (350 kVa); e a recuperação total da infra-estrutura da ponte que liga o armazém 8 ao flutuante das tôrres, construída há mais de setenta anos e recuperação da entrada principal das instalações do pôrto. Outras obras de caráter administrativo foram realizadas, levando em conta a necessidade de adaptar o pôrto ao permanente funcionamento em consequência do movimento com a Zona Franca de Manaus.

Nova administração

O pôrto de Manaus, autarquia pertencente ao Ministério dos Transportes, é atualmente dirigido pelo general-de-brigada R-1 João Campelo de Rezende Lima.

O pôrto de Manaus está sofrendo melhoramentos na sua estrutura, com o objetivo de dar condições ao seu pleno funcionamento. Novos equipamentos estão sendo adquiridos, a fim de dotá-lo de todo aparelhamento mecânico necessário. A própria Administração do Pôrto está executando o reaparelhamento, contando com recursos próprios e do DNPVN.

MANICORÉ

Região: Zona Fisiográfica do Rio Madeira — Latitude Sul 5° 49' e Longitude W. Gr. 61° 18'.

Limites: Com os municípios de Borba, Canutama, Humaitá e Nôvo Aripuanã e com o Estado de Mato Grosso.

Prefeito: Flávia Brandt de Oliveira.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Comarca, sede e distrito de Manicoré.

Superfície: 39.790 km².

Altitude: 50 m² acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O município liga-se à capital do Estado por navios da ENASA e aviões da Cruzeiro do Sul, uma vez por semana. Aos municípios vizinhos liga-se por embarcações motorizadas.

O município foi criado em 4 de julho de 1877, pela Lei n.º 362.

Fossui agência postal-telegráfica do EBCT.

Riquezas Naturais

A flora e fauna manicorenses constituem importantes riquezas naturais do município, notadamente a primeira, cuja exploração é a fonte principal da receita do município. Há em abundância castanha-do-pará e seringueira, além de madeiras de boa qualidade. Na fauna, além do pescado, de que se abastece a população, há animais silvestres como onça, caititus, queixadas, veados e outros.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é a maior fonte de receita do município. A castanha-do-pará ocupa o 1.º lugar, vindo logo após a borracha, a sôrva, o sernambi, madeiras, óleo de copaíba, látex, balata, comaru. De-

pois da produção extrativa vegetal, é a agricultura a principal atividade econômica do município. A juta e a mandioca absorvem o quadro estatístico, vindo logo após o fumo, cacau, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar e frutas. A pecuária é pouco desenvolvida e os principais rebanhos são de suínos e bovinos. A produção extrativa animal é importante, destacando-se peles de animais silvestres e peixes diversos.

Situação Econômica

O comércio de Manicoré é razoavelmente desenvolvido, havendo aproximadamente cento e quarenta estabelecimentos comerciais do gênero varejista. No ramo industrial, destaca-se a produção de aguardente, principal produto industrial. Possui uma agência bancária do Banco do Estado do Amazonas.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Funcionam no município quarenta e uma escolas de ensino primário com uma frequência de mil quinhentos e cinquenta alunos com 65 professoras. Possui ainda o Grupo Escolar Mendes Filho e o Educandário Nossa Senhora das Graças.

Saúde Pública: Funciona uma posto de saúde pública mantida pelo SESP, exercendo a profissão na cidade um médico e um dentista; uma farmácia também funciona na cidade.

A cidade de Manicoré fica à margem do Rio Madeira afluente do Amazonas, próximo da foz do Rio Manicoré. Apesar de pequena é uma das principais cidades do Amazonas.

Conta com cerca de cinquenta e três logradouros públicos e quinhentos prédios. Suas ruas são amplas e retas, possuindo dois logradouros pavimentados e quatro arborizados e ajardinados, destacando-se a Praça da Bandeira. É servida de luz elétrica.

No aspecto urbano destacam-se os prédios da prefeitura municipal, posto de saúde, a residência dos prefeitos e a igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores.

Funcionam no município duas pensões, seis bares, duas associações culturais, uma Coletoria Estadual, enquanto três veículos motorizados circulam na cidade. Registra-se ainda a existência de uma biblioteca pública.

Como aspecto cultural do passado Mani-

coré já teve alguns jornais, como por exemplo o "Rio Madeira" surgido em 1881; "O Comércio do Madeira", em 1884; "O Correio do Madeira", em 1885; "A Gazeta de Manicoré", em 1886. Todos tiveram duração efêmera.

A principal festa religiosa do município é a de Nossa Senhora das Dores que se comemora de primeiro a quinze de setembro de cada ano. Também a imagem de Nossa Senhora das Graças é cultuada no período de vinte e dois a trinta de maio de cada ano.

Os principais acidentes geográficos do município de Manicoré são os rios Madeira, Maici, Manicoré, Matuará, Marmelos e Sapoti e os lagos de Jenipapo, Xodô e Baeta.

Como atração turística Manicoré está situada à margem do Rio Madeira, o mais importante afluente da margem direita do Amazonas. Por si só o Madeira já constitui um ponto de atração turística.

A população do município de Manicoré soma 23.415 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O Rio Madeira, dos principais afluentes do Amazonas e principal via de acesso à zona fisiográfica que tem o seu nome e à qual pertence o município de Manicoré, foi dos primeiros cursos d'água do território amazonense a ser penetrado por homens civilizados. Antes dêle, só o Amazonas-Solimões e o Negro o foram, pois que "teve as suas águas sulcadas logo após a expedição de Pedro Teixeira, pelos coletores de drogas que iam à apanha do cacau, lá nativo e abundante". A expedição de Pedro Teixeira, em referência, foi realizada em 1637.

Habitavam primitivamente a região, entre outros indígenas, os terríveis Turás, que espoliados "por portugueses e sertanistas buscadores de drogas do sertão", passaram a assaltar as canoas destes matando-os, por vêzes.

As autoridades do Grão-Pará enviaram então ao Rio Madeira, em 1716 uma escolta comandada pelo Capitão João de Barros e Guerra, com o fim de punir os selvagens. Excedeu-se Barros e Guerra nessa missão, praticando verdadeira chacina "nas populosas malocas daqueles índios". Ao cabo da infaustosa tarefa, já ao retornar a Belém do Pará, "eis que, no passar pela barreira de Manicoré, um pesado galho de árvore desprende-se e vai sobre a canoa, afundando-a e com ela o famigerado cabo-de-guerra".

Na confluência do Rio Jamari com o Rio Madeira, foi fundada em 1797, a povoação do Crato, com o fim de facilitar as transações comerciais do Pará com Mato Grosso e Goiás. A povoação, todavia, não prosperou em consequência da insalubridade do clima. Transferiu-se então em 1802 a povoação para "um

sítio entre os rios Baetas e Arraias ou mais propriamente entre os igarapés Manguarani e Purus. A partir de então, o antigo local passou a servir de presidio para onde eram deportados os políticos que caíram no desagrado do Governo do Grã-Pará”.

MARAÃ

Região: Zona Fisiográfica do Solimões—Tefé.

Limites: Com os municípios de Fonte Boa, Içana, Japurá, Juruá e Tefé.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Maraã.

Superfície: 24.977 km².

Altitude: 60 m acima do nível do mar.

Vias de transporte e Comunicações: O município liga-se à capital do Estado e municípios vizinhos por via fluvial, ainda de modo irregular. Via Tefé, em navios da ENASA e aviões da Cruzeiro do Sul, distante da capital 892 km por via fluvial e 759 por via aérea.

O município foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955.

Riquezas Naturais

As principais riquezas naturais do município são constituídas por sua flora e fauna. Na primeira destacam-se pelo seu valor econômico a seringueira e a castanha-do-pará, além de madeiras de boa qualidade. Na segunda, peles e couros de animais silvestres e o pirarucu sêco.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é a mais importante de Maraã. Em primeiro lugar situa-se a borracha, depois a castanha-do-pará e sernambi. Na produção extrativa animal, o pirarucu sêco merece destaque, vindo logo depois as peles e couros de animais silvestres. A agricultura obedece aos padrões médios da região: mandioca, milho, arroz, cana-de-açúcar e feijão. A pecuária

A população do município de Maraã é de 8.685 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

é pouco desenvolvida, existindo pequena criação de bovinos e suínos.

Situação Econômica

O comércio de Maraã é pouco desenvolvido, nêle prevalecendo o chamado “regatão”. Não possui indústrias e nem agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: No município existem 22 escolas primárias mantidas pelo Estado e 2 outras pela Prefeitura.

Saúde Pública: Existe pòsto médico, mas assistência médica é prestada pelas chamadas “caravanas-médicas” que periodicamente visitam o município.

A cidade de Maraã fica à margem esquerda do Rio Japurá, próximo à foz do igarapé Maraã. Possui iluminação elétrica.

Não há registro estatístico da existência de clubes sociais.

Os principais acidentes geográficos do município são os rios Solimões, Japurá e os paranás Tambaqui, Copea, Arauapu, Paranauã, Ati-Paraná e os furos do Janacacá e do Curaci.

Como atração turística Maraã apresenta vários cursos d'água: Rios Solimões e Japurá, este um dos mais belos rios do Amazonas, cuja nascente é na Colômbia, onde recebe o nome de Caquetá; os paranás Tambaqui, Cubuá, Arauapu e os furos de Jauacacá e do Curaci.

O município de Marã é banhado pelo caudaloso Rio Japurá, que o atravessa de um extremo a outro. As principais penetrações no Japurá foram realizadas por volta dos meados do século XVII.

Quando Governador da Capitania o Coronel Joaquim Tinoco Valente (1763/1779) foram fundadas nas margens do Japurá, em território hoje do município de Marã, as povoações de S. Antônio do Mapiri, São Matias e São Joaquim do Macapiri, atualmente desaparecidas. Parece, todavia, haver engano quanto à época da fundação, pelo menos das duas primeiras povoações, pois há notícias de que ditas povoações já existiam em 1775.

Na aldeia de S. Antônio do Mapiri ocorreu em 1774/1775 ou 1785 a pacificação dos índios Muras, obtida por Matias Fernandes, diretor da aldeia, que, seguindo instruções superiores, dispensava àqueles indígenas tratamento cordial, cumulado-os de "dádivas e promessas".

Habitavam primitivamente a região os índios Passés, Juis, Cuertus, Iapurá, Miranhas e outros.

MAUES

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas — Latitude Sul 3º 23' 32" e Longitude W. Gr. 57º 93' 26".

Limites: Com os municípios de Barreirinha, Borba, Nova Olinda do Norte e Urucurituba e com o Estado do Pará.

Prefeito: Antônio Negreiros de Almeida.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Maues

Superfície: 37.980 km².

Altitude: 18 m acima do nível do mar.

Vias de Transportes e Comunicações: O município de Maues é servido por navios da ENASA (linha mensal) e aviação da Cruzeiro do Sul (aos domingos). Liga-se aos demais municípios vizinhos por embarcações particulares.

Possui agência postal-telegráfica da EBCT. O município foi criado pelo Decreto-Lei n.º 25, de 25 de junho de 1833.

Riquezas Naturais

A flora e a fauna de Maues constituem importantes riquezas naturais. Na primeira destacam-se pelo seu valor econômico o

A produção extrativa vegetal principal é o guaraná. Vem a seguir a essência de pau-rosa e entre os demais produtos destacam-se castanha-do-pará, borracha, sernambi, sôrva e cumaru. Depois da produção extrativa vegetal, destaca-se a agricultura, cujo principal produto é a juta, vindo a seguir arroz, mandioca, banana, fumo, cacau etc.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal principal é o guaraná. Vem a seguir a essência de pau-rosa e entre os demais produtos destacam-se castanha-do-pará, borracha, sernambi, sôrva e cumaru. Depois da produção extrativa vegetal, destaca-se a agricultura, cujo principal produto é a juta, vindo a seguir arroz, mandioca, banana, fumo, cacau etc.

Ha também minérios: gipsita, calcário, ouro, carvão de pedra, no Rio Apoquitana. É provável a existência de petróleo.

importante, graças principalmente ao pes-

cado, alimentação básica da quase totalidade dos municípios amazônicos. Dessa produção destaca-se o pirarucu.

A pecuária tem bom desenvolvimento, registrando-se 8 grandes fazendas, 20 médias e seis pequenas. Os seus principais rebanhos são de bovinos, suínos e ovinos.

Situação Econômica

O comércio de Maués é bastante desenvolvido, possuindo cerca de nove estabelecimentos do gênero atacadista e cem do gênero varejista. A indústria é bastante desenvolvida, também, possuindo fábrica de guaraná (refrigerante), usina de extração de essência de pau-rosa e indústria de madeiras. Possui duas agências bancárias: uma do Banco do Estado do Amazonas e outra do BASA.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Funcionam no município dois colégios secundários, sendo o Ginásio de Maués e a Escola Normal São Pedro; quatro Grupos Escolares na sede do município e 50 unidades escolares primárias, dirigidas por 69 professoras e com uma frequência média de alunos estimada em 2.600. Outras escolas rurais municipais funcionam mantidas pela Ação Social de Maués. Existem ainda no município escolas de datilografia e corte e costura.

Saúde Pública: Funciona no município um Posto de Saúde mantido pelo SESP e cogita-se da construção de uma maternidade. Um médico e um farmacêutico exercem a profissão na cidade. Três farmácias estão instaladas na cidade.

A cidade de Maués que fica à margem direita do Rio Maués, afluente do paraná Uraria, apresenta agradável aspecto e boa topografia. Suas ruas são bem traçadas, retas e planas.  Maués tmbem conhecida como a "Terra do Guaraná". Conta a cidade com vinte e cinco logradouros públicos, dos quais dois são pavimentados.  uma das principais cidades do Amazonas. Tem usina de energia elétrica da CELETRAMAZON e água encanada. Entre os seus principais logradouros públicos destacam-se a Praça Coronel Verçosa e a Rua Dr. Pereira Barreto. Seus edifícios mais importantes são a Matriz Nossa Senhora da Conceição, a Prefeitura Municipal e a Escola Normal São Pedro.

Existem na cidade uma biblioteca pública municipal e outras pertencentes a entidades particulares. Estão instaladas duas livrarias e funciona um cinema.

Possui Maués uma associação comercial, duas associações esportivas, uma cooperativa mista, três pensões e onze bares.

Vinte veículos automotores estão registrados na prefeitura municipal.

Maués possui Juizado de Direito, Promotoria Pública e Tabelionato e um médico residente no município, da fundação SESP.

A padroeira do município  Nossa Senhora da Conceição, cuja celebração ocorre no dia oito de dezembro.

Uma das particularidades que o município de Maués registra é a existência na Praça Coronel Verçosa de um singelo obelisco em homenagem ao guaraná. Numa das faces do monumento vê-se desenhada em alto-relêvo uma ndia morta no tronco de uma árvore e, sob esta, um ndio de flecha em riste.

O monumento simboliza tmbem a versão lendária, sôbre a origem do guaraná que em resumo é mais ou menos a seguinte: "Vivia feliz a tribo dos Maués. Tinha o tuxaua um filho que se tornara o "anjo" tutelar da tribo. Apaziguava as rixas, curava os doentes e aconselhava a prática da harmonia entre todos. Certo dia, porém, surgiu na tribo dos Maués um casal de ndios Juruparis. A Índia Jurupari, cheia de inveja enquanto a criança benemérita, trepada numa árvore saboreava um fruto da mesma, transformou-se em serpente, subiu  árvore e picou a criança, que caiu morta sôbre o solo. A mãe do pequeno ndio ascendeu incontinenti  árvore para ver o que causara a morte de seu filho e, nada encontrando, interrogou Tup do que ocorrera. Aí, então, um raio desprendeu-se das alturas celestes e fulminou quase instantaneamente a pobre mãe. Mas eis que antes de expirar, diz aos presentes que não blasfemem, porque Tup viera ao auxílio dos Maués, e havia ordenado que arrancassem os olhos de seu filho, morto há pouco e enterrassem sob os seus cabelos. Ninguém, todavia, quis extrair os olhos do pequeno ndio recém-morto. Houve, então, um sorteio e coube justamente ao tuchaua a dolorosa incumbência. Pouco tempo depois do local onde foram enterrados a ndia e os olhos de seu filho brotou um arbusto até então desconhecido: era o guaraná cujas sementes foram os olhos do pequeno ndio maués".

Os principais acidentes geográficos do município são os rios Abacaxis, Parauari, Marau, Urupaide e os lagos Pretinho, da Barreira e das Garças.

Como atração turística a Bacia de Maués, formada pelo rio do mesmo nome e a cuja margem fica a cidade de Maués pelas suas dimensões e paisagem que o circundam, é um dos maiores locais do município de Maués.

À margem direita do paraná do Ramos, no espaço que fica entre a foz do paraná

de Maués e a do Lago das Graças, observa-se no verão uma espécie de pororoca, da qual até hoje se ignora a origem.

Denuncia-se o fenômeno por um entumescimento rápido na superfície d'água e somente naquele espaço e margem, o qual ocasiona uma ondulação mais ou menos forte, segundo a sua maior ou menor intensidade, e desaparece com a mesma rapidez, deixando nas areias molhadas da praia o vestígio de sua passagem...

A população do município de Maués é de 24.489 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O povoamento de Mundurucânia, região compreendida entre os rios Madeira e Amazonas, iniciou-se na segunda metade do século XVIII.

Os índios Mundurucus, habitantes primitivos da região, constituíram então sério obstáculo ao desenvolvimento da população civilizada. Eram de índole belicosa e tinham costumes bárbaros. Inimigos irreconciliáveis dos também temidos índios Muras. Lôbo D'Almada, Governador da Capitania, procurou então atrair os Mundurucus "ao convívio social dos brancos", para que se realizasse com maior proveito para o seu governo o desenvolvimento daquela região. Em 1795, por ordem do governador, uma escolta conseguiu "agarrar dois índios e trazê-los à presença do governador que os mandou curar dos ferimentos recebidos em luta com os soldados, e depois repô-los entre os seus, fartos de presentes". O ardil surtiu o efeito desejado e pouco tempo depois puderam ser fundadas as aldeias de Canumã, Juriti e Luséa (atual município de Maués).

Luséa foi fundada em 1798 por Luiz Pereira da Cruz e José Rodrigues Prêto. A sua denominação provém da combinação dos nomes de seus fundadores, isto é, da primeira sílaba do nome do primeiro e da última do nome do segundo, com acréscimo de um a. Os índios, todavia, chamavam-na "Uacituba".

A povoação de Luséa em 1832 foi "teatro de barbaridades praticadas pelos índios Maués, que em seu furor assassinaram diversos indivíduos". Os índios dirigidos pelo tuxaua Manoel Marques, convencidos de que planejavam escravizá-los, mataram o destacamento local composto de trinta (30) soldados e os moradores brancos que lhes caíram nas mãos.

Em 1833, por força do Ato de 25 de junho daquele ano, a povoação de Luséa foi elevada à categoria de vila. Data conseqüentemente daí a criação do município e do termo judiciário.

Por ocasião da Cabanagem, a vila de Luséa foi cenário de sangrentas lutas entre as forças compostas pelos cabanos de um lado e legalistas de outro. Em 1835, os cabanos dominavam o Baixo Amazonas, tendo Icuipiranga como

uma espécie de centro de operações. Investiram sobre Luséa e Serpa (atual Itacoatiara), vencendo-as sem resistência. De Luséa fizeram então o seu principal reduto onde se mantiveram entrincheirados, resistindo a vários ataques. Daí os escorraçou Ambrósio Aires, conhecido por "Bararó", que já vinha se distinguindo pela sua bravura nos combates travados com os cabanos. Finalmente, com a decretação da anistia geral, os cabanos se renderam. Em Luséa, a 25 de março de 1840, 880 cabanos depuseram as armas.

Ao criar-se a província do Amazonas, em 1850, era Luséa um dos quatro municípios então existentes. Os outros eram Manaus, Barcelos e Tefé. O de Parintins, embora já criado, não havia sido instalado.

Do vasto território do município de Luséa desmembrou-se em 1853 o município de Vila Bela da Imperatriz (atual Parintins), criado pela Lei n.º 146, de 24 de outubro de 1848, da Província do Pará, confirmada pela lei ou resolução n.º 2, de 15 de outubro de 1852, da Província do Amazonas. Das vilas existentes na Província, em 1856, era, sem dúvida, Luséa das mais desenvolvidas.

Pela Lei n.º 151, de 11/9/1865, a sede do município de Luséa passou a denominar-se Vila da Conceição. O município e o termo judiciário conservaram a antiga denominação. Em 1892, o município e a respectiva sede passaram a denominar-se Maués, por força da Lei n.º 35, de 4 de novembro do mesmo ano.

NHAMUNDÁ

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas.

Limites: Com os municípios de Parintins e Urucará, Estado do Pará e Território de Roraima.

Prefeito: José Bustamante Rodrigues.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Nhamundá

Superfície: 11.374 km².

Altitude: 50 m acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O município é servido, mensalmente, por navio da ENASA. O transporte aéreo é feito por Parintins. Liga-se aos demais municípios vizinhos por embarcações particulares.

Possui agência telegráfica da EBCT.

O município foi criado pelo Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955.

Riquezas Naturais

Constituem apreciável riquezas naturais a flora e fauna do município. Na primeira é

justo ressaltar a castanha-do-pará e o pau-rosa, de grande valor econômico. Na segunda, peixes de várias espécies, destacando-se o pirarucu, e animais silvestres como a onça, a queixada, o veado e lontra. Há também minério: ouro, rutilo, titânio e cristal de rocha.

Atividades Econômicas

A principal fonte de receita do município é a agricultura, graças exclusivamente à jiticultura. Os demais produtos, pela ordem de importância, são: a banana, cacau, mandioca e arroz.

A produção extrativa vegetal é também de grande importância para a economia do município, destacando-se a castanha-do-pará, essência de pau-rosa, látex natural, batata,

madeira, sernambi e óleo de copaíba. A produção extrativa animal também tem relativo desenvolvimento, destacando-se o pirarucu, peles e couros de animais silvestres. A pecuária é bastante desenvolvida, possuindo o município grandes fazendas de criação, destacando-se o gado vacum (cêrca de 30 mil cabeças), suínos e ovinos.

Situação Econômica

O comércio de Nhamundá é razoavelmente desenvolvido, possuindo cêrca de 70 casas comerciais do gênero varejista. Sua indústria é de 3 usinas de extração de essência de pau-rosa e duas de beneficiamento de madeira. Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Possui um Grupo Escolar e 23 escolas primárias na zona rural.

Saúde Pública: Um pôsto médico.

Nhamundá é servida de luz elétrica.

A população do município de Nhamundá é de 12.544 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

A cidade de Nhamundá está situada na Ilha das Cotias, antigo nome do distrito, formada pelo Rio Nhamundá.

Possui igreja matriz de Santo Antônio, padroeiro da cidade.

Seus principais acidentes geográficos são os rios Amazonas, Nhamundá e Piratucu e a Ilha das Cotias, onde está situada a sede municipal.

O Nhamundá é considerado o mais belo afluente do Amazonas e, por conseguinte, a sua principal atração turística.

O município possui uma Coletoria Estadual e está em construção um muro de arrimo na orla da cidade, de proteção contra as águas do rio Nhamundá.

É o Nhamundá — segundo o cônego Francisco Bernardino de Souza — o célebre rio em cuja foz pretendeu Orellana haver combatido com mulheres guerreiras a que denominou Amazonas. Os indígenas davam-lhes o nome de Icamiabas. Supunha-as Orellana, habitadoras das cabeceiras do Nhamundá, na Serra Itacamiabas.

HISTÓRIA

O Rio Nhamundá (antigo Jamundá), que banha as terras do município a que empresta o nome, é o célebre rio em cuja foz, a 22 de junho de 1541, deu-se o tão propalado encontro de Francisco Orellana e seu pessoal com as mulheres guerreiras a que o espanhol denominou "Amazonas". Essas guerreiras, todavia, eram conhecidas pelos seus irmãos silvícolas pela denominação de "Icamiabas", que significa "Mulheres sem marido". A parte superior do Rio Jamundá é habitada por índios de diversas tribos, e a inferior por população civilizada. Habitavam primitivamente a região os índios Uaboís ou Jamundás, Cuniris, Guncari.

NÓVO ARIPUANÁ

Região: Zona Fisiográfica do Rio Madeira.

Limites: Com os municípios de Borba e Manicoré e com o Estado de Mato Grosso.

Prefeito: Sebastião Duarte Alecrim.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Sede e distrito de Nôvo Aripuana.

Superfície: 58.254 km².

Altitude: 40 m acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Fluviais e aéreas, através do município de Borba. Navios da ENASA servem o município duas vezes por mês, no período de janeiro a julho. Nos meses restantes, com o rio sêco, apenas pequenas embarcações servem o município. Possui agência postal-telegráfica da EBCT.

O município foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955.

Riquezas Naturais

São constituídas por sua flora e fauna, principalmente a primeira, na qual se destacam o pau-rosa, a castanha-do-pará e a seringueira, além de madeiras de boa qualidade. Na segunda, peixes de várias espécies e animais silvestres: queixadas, caititus, veados, etc. Há também minérios. O manganês, por concessão do governo federal, é explorado pela Mineração Bonfim Ltda., que o tem exportado para os E.U.A. Dentro de breve tempo êsse minério será utilizado pela Cia. Siderúrgica da Amazônia. Já houve exploração de ouro no Rio Aripuanã. Tem também ferro e pedras preciosas.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é a maior fonte de receita e principal atividade econômica no município, situando-se em primeiro lugar a castanha-do-pará, a borraça e a essência de pau-rosa. Os demais produtos foram o sernambi, sôrva, madeiras, óleos de copaíba, balata e cumaru. Depois da indústria extrativa vegetal é a agricultura a principal atividade econômica do município, com a mandioca em primeiro plano. A seguir vem o fumo, juta e arroz. Os demais produtos são banana, abacaxi, feijão, abóbora, batata-doce e laranja.

A produção extrativa animal é pequena, cabendo ao pirarucu e ao jacaré as principais fontes. Seguem-se o caititus e peles e couros de animais silvestres.

A pecuária é pouco desenvolvida, havendo maior criação de suínos, vindo logo depois o gado bovino, os ovinos e caprinos.

Situação Econômica

O comércio é representado por seis estabelecimentos varejistas, que negociam com a praça de Manaus. Possui, como indústria, uma usina de pau-rosa, uma olaria e uma padaria. Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução pública: Uma escola primária na sede e 36 rurais.

Saúde pública: Um posto médico mantido pelo Governo do Estado e Prefeitura.

A cidade de Nôvo Aripuanã fica à margem direita do Rio Madeira, na confluência dêste rio com o Aripuanã.

A cidade é servida de luz elétrica e a rua principal é pavimentada. Tem bonitas praças públicas e uma pensão exclusivamente para refeições. Possui vários clubes esportivos, inclusive o Nôvo Aripuanã F. Clube.

N. S.^a da Conceição é a padroeira do município.

Seus principais acidentes geográficos são os rios Madeira, Aripuanã, Roosevelt, Paxiúba, Juruá, das Pombas, Aracu, Araras e os lagos Prêto, Tacina, Narajá, Grande e Luiz. Nos rios Madeira e Roosevelt há algumas cachoeiras. Citem-se, por exemplo, no Aripuanã, a cachoeira de Periquitos e Mata-Matá e no Roosevelt as do Corapanã e das Piranhas.

O Madeira, que é o mais importante dos afluentes do Amazonas, pode ser considerado uma atração turística. Seu nome originou-se da grande quantidade de madeiras que o rio arrasta em sua correnteza. De todos os afluentes do Amazonas, é êle justamente o mais largo e o mais baixo. O Rio Madeira tem um curso de 3.240 km, dos quais 1.300 são francamente navegáveis até a cachoeira de S. Antônio, formando desta parte em diante mais 15 quedas d'água. Nesse trecho do Rio Madeira, a navegação, mesmo de canoas, é muito difícil e sobretudo perigosa. O Madeira despeja no Amazonas um volume de 40.000 m³ por segundo na época das grandes enchentes.

Possui uma Coletoria Estadual e dois bares.

A população do município de Nôvo Aripuanã é de 7.837 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O município de Nôvo Aripuanã é constituído de território desmembrado dos municípios de Borba e Manicoré. Por isso está a sua história ligada estreitamente a êsses municípios, notadamente o primeiro.

O Rio Madeira é a principal via de acesso de tôda a zona a que dá o nome. As primeiras penetrações no grande rio foram efetuadas logo após a expedição de Pedro Teixeira, ligando Belém do Pará a Iquitos, no Peru, em 1637.

Antes de 1716, o caudaloso Madeira já era explorado pelos coletores de "drogas do sertão".

O Rio Aripuanã, próximo a cuja foz fica a sede do município e é principal afluente do Rio Madeira, é formado pelos rios Roosevelt, Guariba e Paxiúba. Atravessa o território do município numa extensão de cêrca de 300 quilômetros, não contando a dos rios que o formam. Corre na direção sul-norte.

Habitavam primitivamente a região os índios Torás, Barés, Muras e Urupás, Araras e outros.

NOVA OLINDA DO NORTE

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas.

Limites: Com os municípios de Borba, Autazes, Itacoatiara, Maués e Uricurituba.

Prefeito: Carlos Temístocles de Paula.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Nova Olinda do Norte.

Superfície: 9.105 km².

Altitude: 30 m acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: A sede do município liga-se às sedes municipais vizinhas por transporte fluvial feito por embarcações particulares e à capital do Estado por navios da ENASA. A PETROBRÁS mantém um serviço de avião Catalina, para seu uso exclusivo. A PETROBRÁS mantém, ainda, no município, uma estação radiotelegráfica.

O município foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955.

Riquezas Naturais

A flora e a fauna no município são relativamente importantes, notadamente a primeira, na qual se destacam a seringueira e a castanha-do-pará. Na segunda citam-se peixes de várias espécies entre os quais o pirarucu e animais silvestres: onças, queixadas, caititus, veados, etc.

Atividades Econômicas

A principal fonte de receita do município é a produção extrativa vegetal. Nova Olinda do Norte exporta borracha e castanha-do-pará e a sua produção extrativa

animal é pequena, destacando-se o pirarucu e peles de jacaré. Na agricultura, o município tem baixa produção, fixando-se no milho, juta e mandioca.

Situação Econômica

O comércio é relativamente desenvolvido, com suas casas comerciais varejistas. Não existe indústria e nem agência bancária no município. Há apenas um moinho de café.

Situação Político-Social

Instrução pública: Existem no município trinta e quatro unidades escolares primárias, com uma frequência de mil e novecentos alunos dirigidos por quarenta e duas professoras.

Saúde pública: Existe um posto de saúde da Petrobrás prestando assistência médica à população e três ambulatórios dentários.

A cidade de Nova Olinda do Norte à margem direita do Rio Madeira surgiu em decorrência do trabalho de pesquisas de

A população do município de Nova Olinda do Norte é de 10.881 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

petróleo na região feita pela PETROBRÁS.

A prefeitura concluiu a pavimentação da principal avenida da cidade — Av. Sete de Setembro — e tem planejada a construção do mercado público. O Estado por sua vez concluiu as obras de um novo Grupo Escolar.

No campo religioso a festa de maior destaque é a de Nossa Senhora de Nazaré realizada de vinte e três a trinta e um de outubro de cada ano. As datas nacionais, inclusive a Semana da Pátria, são bastante comemoradas.

Existem duas pensões no município, três farmácias e cinco bares.

A cidade é servida de água encanada e luz elétrica. Possui igualmente uma Coletoria Estadual.

Os principais acidentes geográficos de Nova Olinda do Norte são os rios Amazonas, Madeira, Canomã, Abacaxis e o paraná Arariá.

Como atração turística, além do grande Rio Madeira que banha a cidade e de outros aspectos naturais de real beleza, Nova Olinda possui poços petrolíferos com suas elevadas tôrres.

HISTÓRIA

O município de Nova Olinda do Norte foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado dos municípios de Maués e Itacoatiara, com sede na localidade de Nova Olinda do Norte, elevada então à categoria de cidade.

A zona do Rio Madeira, onde está situado o município, foi das primeiras no Amazonas a serem conhecidas por civilizados. O início das penetrações no grande rio processou-se, segundo tudo indica, nos meados do século XVII. Habitavam primitivamente a região os índios Turás, Muras, Mundurucus e outros. A história da localidade de Nova Olinda do Norte, sede do município, está estreitamente ligada à exploração do petróleo do Amazonas. Antes de se iniciar a perfuração dos postos petrolíferos naquela região, o que ocorreu em 1951, apenas existiam duas ou três casas no local já que se denominava Nova Olinda. O desenvolvimento que hoje se verifica no município, se deve aos trabalhos executados pela PETROBRÁS.

PARINTINS

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas — Latitude Sul 2° 27' e longitude W. Gr. 56° 14'.

Limites: Com os municípios de Nhamundá, Barreirinha, Urucará e Uru-curituba.

Prefeito: Gláucio Bentes Gonçalves.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Parintins.

Superfície: 4.410 km².

Altitude: 50 m acima do nível do mar.

Vias de Transporte: Aéreo e fluvial. A Cruzeiro do Sul realiza vôos semanais, de Belém para Manaus, com escalas permanentes. Registra-se regular movimento de passageiros. Os navios da ENASA fazem escala em Parintins, e há grande movimento de embarcações particulares. Dista de Manaus 420 km fluviais e 394 aéreos.

Comunicações: Possui agência postal-telegráfica da EBCT e um posto da CAMTEL (Companhia Amazonense de Telecomunicações).

O município foi criado pela Lei n.º 2, de 15 de outubro de 1852.

Riquezas Naturais

As riquezas naturais do município são constituídas por suas flora e fauna, aliás, importantes. Na primeira, destaca-se pelo seu valor econômico o pau-rosa, a seringueira e a castanha-do-pará, além de madeiras de boa qualidade. Na segunda, os aquáticos, como os peixes das mais variadas espécies, dentre êsses o pirarucu e quelônios, e animais silvestres como o caititu, onça, veado, queixada e muitos outros. Como riqueza mineral, presume-se a existência de minas de ouro, manganês, rutilo, titânio e cristal de rocha no Rio Mariacum, como também gipsita, calcários, xisto betuminoso no baixo rio.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é relativamente desenvolvida no município: essência de pau-rosa, castanha-do-pará, borracha, sernambi em rama, cumaru, cipós, ma-

deiras, ervas medicinais, sôrva, balata e jutaica. A produção extrativa animal é também importante: pirarucu, couros e peles de animais silvestres, jacarés e outros. A agricultura, em face do intenso cultivo da juta, constitui a maior fonte de receita, além do fato de ser Parintins o segundo produtor de juta do Estado. As demais culturas são: cacau, arroz, mandioca, milho, cana-de-açúcar. A pecuária é grandemente desenvolvida, possuindo cerca de 6 mil cabeças de gado vacum, 150 cavalar, 300 búfalos, 2.000 ovinos e 3.000 suínos.

Situação Econômica

O comércio de Parintins é bem desenvolvido e é feito com as principais cidades do Sul do país, além de manter transações com as praças de Manaus e Belém. Em razão da sua intensa movimentação, o comércio diversificado com armazéns atacadistas e cerca de cento e vinte estabelecimentos varejistas sem contar lojas, butiques e farmácias. No campo industrial a estatística registra a existência de oito estabelecimentos industriais com mais de cinco pessoas ocupadas. São usinas de beneficiamento de pau-rosa, prensagem de juta, cerâmicas, serraria, olaria, fábrica de gelo, panificações e outras pequenas indústrias. No campo bancário Parintins possui três agências do Banco do Estado do Amazonas, do Banco do Brasil e do BASA.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Sessenta e quatro unidades escolares do Ciclo Primário incluindo Grupos Escolares. Na zona rural funcionam diversas escolas primárias de responsabilidade da Prefeitura. No ensino Médio possui uma escola Normal Nossa Senhora do Rosário e o Ginásio Batista de Parintins ambos com uma frequência

de quinhentos alunos dirigidos por vinte e quatro professoras; funciona ainda no município uma Escola Agrícola com sessenta alunos e nove professoras. É de registrar-se que no ensino primário a frequência média tem sido de quatro mil e seiscentos e cinquenta alunos dirigidos por cento e quarenta e seis professores.

Saúde Pública: Um hospital da fundação do SESP, com cinquenta leitos, inclusive com pronto-socorro, funciona no município. O Estado mantém um posto de saúde e estão registrados no município três médicos, quatro dentistas e um farmacêutico. Cinco farmácias estão instaladas no município.

A cidade é servida por energia elétrica da CELETRAMAZON e um bom serviço de água encanada.

Parintins possui três hotéis: Alvorada, Martins e Oriental e várias pensões.

Funcionam no município duas cooperativas da produção e uma mista, duas livrarias, uma biblioteca pública e uma estação de radiodifusão. Igualmente o cine-teatro Brasil e mais um cinema, e várias associações culturais.

Exercem atividades no município um advogado, um engenheiro e um agrônomo. Estão registrados quatro sindicatos, sendo um de empregados e três de profissões liberais.

Vários clubes esportivos funcionam no município, destacando-se o Palmeiras Esporte Clube que tem estádio próprio.

Parintins é uma das três cidades mais importantes do Estado, contando trinta e oito logradouros públicos, dois dos quais são arborizados e ajardinados. Suas ruas são amplas e retas. Seus prédios principais são a Prefeitura Municipal, Banco da Amazônia, Cine-Teatro Brasil, Colégio Nossa Senhora do Carmo, Hospital do SESP, e a igreja matriz.

Há na cidade, ao lado da matriz, um obelisco erigido em comemoração ao primeiro centenário de fundação da cidade. Há, também, na Praça São Benedito, uma estátua de Cristo Redentor, logo à entrada do porto.

Parintins possui Juizado de Direito, Promotoria Pública, Tabelionato, Juizado Elei-

toral, Junta de Alistamento Militar e Delegacia de Polícia.

A cidade de Parintins fica à margem direita do Rio Amazonas e os principais acidentes geográficos do município são os rios Amazonas, Mamuru, o paraná do Ramos e as serras de Parintins e Jurupari.

Festejam-se no município diversas festas religiosas, sendo a principal a festa em honra de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade, comemorada no período de seis a dezesseis de julho. São dez dias de fervor religioso, de alegria e diversões. A ela acorrem pessoas dos municípios vizinhos a fim de assistirem à célebre procissão de Nossa Senhora do Carmo.

Outra grande festividade é realizada em homenagem a São Benedito dos dias dezesseis a vinte e seis de dezembro. Como a precedente, empolga pelo esplendor do seu preparativo. Comemoram-se, também, as festas juninas e natalinas, exibindo-se nesta última as pastorinhas em maravilhosos cordões, ataviadas com deslumbrantes fantasias, percorrendo a cidade ao som de pandeiros e violões.

O município excede da Prelazia de Parintins, que é administrada pelos Missionários Pontifícios de Milão.

Posui uma loja maçônica — União, Paz e Trabalho.

Como atração turística — Parintins fica à margem do Rio Amazonas. Ademais, a cidade fica numa ilha onde se podem encontrar igarapés com cabeceiras, lagos e campos naturais, cobertos de alvas areias e resguardados por baixa e viçosa vegetação. Nos rios vizinhos à cidade, são encontradas belas praias de águas cristalinas. Em frente à cidade, em pleno Rio Amazonas, uma praia aparece quando é grande a seca. É bastante curiosa essa praia no meio do rio-mar.

Finalmente há de registrar que o município de Parintins possuiu na década de cinquenta dois jornais — “O Parintinense” e “A Flama”.

No município estão instaladas as Coletorias Federal e Estadual, além de um Posto Agropecuário.

Estão registrados na Prefeitura Municipal cerca de 100 veículos automotor.

A população do Município de Parintins é de 34.165 habitantes. O seu clima é o comum da região: quente-úmido.

A denominação da cidade de Parintins — segundo revela Octaviano Mello — vem dos índios Parintins ou Parintintins, antigos habitantes da serra dêste nome. A cidade está situada à margem direita do Rio Amazonas, na extremidade oriental de uma ilha muito grande, que fôra habitada pelos índios Tupinambás, Maués e Apupés. A sua fundação deve-se ao súdito português José Pedro Cordovil, que em 1796, tomando posse do trato de terra deu-lhe o nome de Tupinambara, lembrando uns índios que, pela denominação, não eram os Tupinambás, como veremos. A palavra traz uma interpretação interessante e que não está muito distanciada da realidade. O primitivo nome de Parintins, Tupinambarana, pode ser estudado conforme os elementos de que se compõe. Em primeiro lugar apreciaremos a palavra Tupinambá, e, em seguida, a mesma, acrescida do sufixo rana. Tupinambá, homem viril, homem forte, vem do Tupi, grande nação indígena do Brasil, cuja palavra quer dizer os da primeira geração, principais, parentes; e nambás, que é uma corruptela da negativa nembá, não, nada existente. Assim traduz-se: não é Tupi. Rana é uma contração de arana, falso, ilegítimo. Desta maneira Tupinambarana, ao pé da letra, seria: não é Tupi ilegítimo ou falso. Logo, a tradução do nome que designou o lugar deve ser: Tupi verdadeiro. Tupinambá é a mesma nação dos Caranis ou Guaranis, que significa: não é poderoso; não é guerreiro, o que realmente contrasta com os Tupis, poderosos e guerreiros. Os Tupinambás, embora homens fortes e viris (vieram se localizar na ilha que recebeu o seu nome), sempre fugiram às perseguições dos inimigos, aos quais não podiam oferecer resistência capaz de se manterem nos seus velhos postos, onde várias vezes foram derrotados.

Com êstes elementos foi que Pedro Cordovil lançou os fundamentos de Parintins. Depois, Dona Maria I, de Portugal, concedendo a José Pedro Cordovil um vasto terreno a título de sesmaria, em outro local, os interesses chamaram-no à nova propriedade. Com esta retirada e sem pretender deixar o sítio ao abandono, Cordovil teve a feliz lembrança de ofertar Tupinambarana à sua Rainha. Aceita a oferta, em 1804, D. Maria I, mãe de Dom João VI, mandou elevar o sítio à Missão com o nome de Vila Nova da Rainha, cuja direção foi confiada ao carmelita Frei José das Chagas.

O nome da Missão assim se impunha com acêrto, uma vez que a propriedade passou a ser da Rainha, a título de doação feita por quem de direito assistia fazê-la. Com a organização da Comarca do Alto Amazonas, pelo Decreto de 25 de junho de 1833, do Govêrno do Pará, a Missão Vila Nova da Rainha foi elevada a Freguesia com o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana. Ainda por lei do Pará, sob número 146, de 24 de outubro de 1848, foi a Freguesia erigida a Município e Vila com a denominação de Vila Bela da Imperatriz. Devido às condições impostas pela lei, que exigia a construção de prédios para a Câmara e cadeia, às expensas dos moradores, não pôde ser instalada.

No período provincial do Amazonas, em sessão de 13 de setembro de 1852, da Assembléia Legislativa, os deputados Vigário da Freguesia de Vila Bela da Imperatriz, padre Torquato Antônio de Souza, José Bernardo Miqueles e Joaquim José da Silva Meireles apresentaram um projeto, que con-

vertido em Resolução n.º 2, de 15 de outubro de 1852, elevou definitivamente a Freguesia à categoria de Vila, com a denominação que possuía, permanecendo como Freguesia ou Colégio Eleitoral do Têrmo de Luséa.

A Lei número 82, de 24 de setembro de 1858, criou a Comarca de Parintins, constituída pelos municípios das vilas de Maués e Bela da Imperatriz, cujo projeto pertenceu ao Deputado Provincial Manuel Tomaz Pinto. A Lei número 92, de 6 de novembro do mesmo ano, reconheceu como Freguesia da Província, para os efeitos civis e eclesiásticos, a Freguesia de Vila Bela da Imperatriz. Ainda no mesmo ano de 1858, os deputados Padre Antônio Augusto de Matos, Padre Romualdo Gonçalves de Azevedo, Padre Manuel de Cupertino Salgado e José Antônio de Andrade Barros, em sessão de 6 de novembro, apresentaram um projeto elevando a Vila Bela da Imperatriz à categoria de cidade, com a denominação de Santa Leopoldina, em honra da Primeira Imperatriz do Brasil, Arquiduquesa Leopoldina, também a primeira esposa de Dom Pedro I, cujo projeto não teve andamento.

Pelo projeto do Deputado à Assembléia Provincial Emílio José Moreira, convertido em Lei n.º 499, de 30 de outubro de 1880, ficou Vila Bela da Imperatriz elevada à categoria de cidade, com a denominação de Parintins, nome anteriormente dado à Comarca. A florescente Vila Bela da Imperatriz foi solenemente instalada em 14 de março de 1853 e a Cidade de Parintins, em 25 de dezembro de 1880. O nome da Vila Bela provém de uma cortesia à Terceira Imperatriz do Brasil, Dona Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II. Com a proclamação da República, o Decreto n.º 4, de 10 de janeiro de 1890, dissolveu a Câmara Municipal da cidade de Parintins, sendo nomeado Superintendente o dr. Francisco Caetano da Silva Campos, Juiz de Direito da Comarca. No período revolucionário, foi mantido como um dos municípios do Estado, pelo Ato n.º 45, de 28 de novembro de 1930, referendado pelo Ato n.º 33, de 14 de setembro de 1931.

O Município de Parintins é fronteiro com o Estado do Pará e quem sobe o Rio Amazonas tem, na cidade de Parintins, a Sala de Visita do Estado.

PAUINI

Região: Zona Fisiográfica do Rio Purus.

Limites: Com os municípios de Bôca do Acre, Canutama, Carauari, Envira e Lábrea e com o Estado do Acre.

Prefeito: Sebastião Pereira Afonso.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Pauini.

Superfície: 39.179 km².

Altitude: 100 m acima do nível do mar.

Vias de Transporte: Liga-se o municí-

pio aos demais vizinhos por via fluvial e aérea, via Lábrea. Dista da capital 2.411 km. Por via fluvial, até Manaus são gastos 10 dias de viagem. De Manaus a Pauini, subindo o rio, são gastos de 15 a 18 dias.

O município foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1956.

Riquezas Naturais

São constituídas por sua flora e fauna. Na primeira, sobressaem pelo seu valor econômico a seringueira e a castanha-do-pará. Na segunda, peixes de várias espécies e animais silvestres, entre os quais citam-se a capivara, veado, queixada, caititu e outros.

Atividades Econômicas

É pequena a produção agrícola do município. Os principais produtos cultivados são a mandioca, milho, batata-doce, aipim e banana. São os chamados gêneros de sustentação. A produção extrativa vegetal é ainda a principal atividade econômica, destacando-se a borracha e a castanha e o sernambi. A produção extrativa animal é constituída por couros e peles de animais silvestres: veado, caititu, queixada, capivara e o jacaré.

Situação Econômica

O comércio de Pauini é pouco desenvolvido. Todo êle sofre a ação dos chamados "regatões". Possui três pequenas indústrias de transformação e não tem agência bancária.

A população do município de Pauini é de 12.719 habitantes. Seu clima é quente-úmido. Períodos há, todavia, que, com a queda da chamada "friagem" (influência dos ventos frios dos Andes), torna-se bastante fria.

Situação Político-Social

Instrução pública: Cêrca de 30 unidades escolares do ciclo primário rural estão instaladas no município, com uma freqüência média de 600 alunos e com a direção de 32 professôras.

Saúde pública: O município é servido pelas chamadas "caravanas médicas", que periodicamente o visitam.

O município tem Coletoria Estadual e é servido de energia elétrica. A cidade possui água encanada e torneiras públicas servem à população.

A religião predominante é a católica.

Os principais acidentes geográficos de Pauini são os rios Purus, Pauini, Moaca, Inauini, Atucatequini e Seruini.

Como atração turística, os rios Purus e Pauini, que banham o município. São belos os seus cursos d'água. O Purus é um dos principais afluentes do Rio Amazonas. É caudaloso e profundo, tem cêrca de 3.360 km, dos quais 1.880 são perfeitamente navegáveis. O Pauini, afluente do Purus, tem águas negras e é também muito extenso e sinuoso. Êsses rios correm entre densa floresta de aspecto soberbo pelo grande porte das árvores e variação das espécies e luxúria de sua folhagem. É rica a fauna que aí tem o seu "habitat". Santo Agostinho é o padroeiro do município e Piauíni é a sede da Paróquia.

HISTÓRIA

O município de Pauini foi desmembrado do município de Lábrea, constituído dos subdistritos da Ajuricaba, Foz do Pauini, Bôca do Moaca, Atu-Catequini e Bôca do Inauni e com sede na localidade de Terruaã, elevada então à categoria de cidade. As penetrações prôpriamente ditas no Rio Purus, a cuja zona fisiográfica pertence o município, ocorreram nos meados do século XIX. Os nordestinos, principalmente os cearenses, foram os pioneiros do povoamento de várias áreas do Amazonas. Na zona do Rio Purus êsse povoamento iniciou-se às margens do grande rio, nas primeiras décadas da segunda metade do século XVIII e pouco depois se estendeu aos afluentes do imenso caudal.

Habitavam primitivamente a região os índios Pamaris, Catuquinas, Purupurus, Cucamas, Jamadis, Camaris e outros.

SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ

Região: Zona Fisiográfica Solimões—Javari.

Limites: Com os municípios de S. Paulo de Olivença, Japurá, Fonte Boa e com a República da Colômbia.

Prefeito: Jacob Acris.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Santo Antônio do Içá.

Superfície: 21.409 km².

Altitude: 70 m acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: Liga-se o município aos demais vizinhos e à capital do Estado por via fluvial.

Possui agência postal da EBCT.

O município foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955.

Riquezas Naturais

As principais riquezas do município são representadas pela flora e fauna, destacando-se na primeira, pelo seu valor econômico, a seringueira. Na segunda, os aquáticos — como peixes das mais variadas espécies —, quelônios, crocodilos e animais silvestres como a onça, o veado, a capivara e outros.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal constitui a principal fonte de receita de S. Antônio do Içá, constituída de borracha, sernambi, sôrva, madeiras, etc. A produção extrativa animal é relativamente importante, representada por pirarucu e outros peixes, peles de jacaré e de outros.

A pecuária tem relativo desenvolvimento, existindo 15 fazendas de pequeno porte, de gado vacum. Existe razoável criação de suínos.

A agricultura se constitui de plantações de mandioca, milho, arroz, cana-de-açúcar e banana.

Situação Econômica

O comércio do município é razoavelmente desenvolvido, mantendo transações com a capital do Estado e servindo-se, na maioria das vezes, dos chamados “regatões”. Possui uma pequena indústria de transformação de produtos vegetais. Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Estão funcionando no município 42 unidades escolares primária rural. Cerca de 1.420 alunos as freqüentam, assistidos por 45 professoras.

Saúde Pública: Possui um Posto Médico e um enfermeiro atende à população. As consultas médicas acontecem por ocasião da passagem das “caravanas médicas”. O Pelotão de Fronteiras do Exército Nacional presta inestimável ajuda no combate às doenças, através de seu Corpo de Saúde.

A cidade de Santo Antônio do Içá está localizada à margem esquerda do Rio Solimões na fronteira com a Colômbia. O povo de Içá descende dos Ticunas.

A cidade possui energia elétrica e as estatísticas registram a existência de um bar e um restaurante. Não há registro de hotéis ou pensões.

Santo Antônio do Içá é sede de duas paróquias: Santo Antônio de Lisboa, na sede municipal, e São Pedro Apóstolo, na vila de Tonantins, ambas subordinadas eclesiasticamente à Prelazia de Nullius do Alto Solimões.

O maior destaque ao município é a localização do 2.º Pelotão de Fronteiras do Exército Nacional, no lugar denominado Ipiranga, no Rio Içá, próximo aos limites Brasil—Colômbia. A referida unidade, durante a última guerra, tinha sua sede na Vila Presidente Vargas, próximo à atual cidade de Santo Antônio do Içá.

O padroeiro do município é Santo Antônio e sua festa é realizada de 1.º a 13 de junho.

Os principais acidentes geográficos do município são os rios Içá, do qual se lhe origina o nome, Solimões e Tonantins.

A cidade, embora pequena, possui cerca de 12 logradouros públicos.

Como atração turística, o município oferece os rios Solimões e Içá, que banham o município, e em cuja confluência fica a ci-

dade de Santo Antônio do Içá, pela sua importância e reconhecida beleza, e um sem-número de aprazíveis paisagens existentes

ao longo de seu curso merecem especial menção, constituindo, por isso, natural atração para o visitante.

A população do município de Santo Antônio do Içá é de 10.372 habitantes. O seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O município de Santo Antônio do Içá foi criado pela Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado do município de São Paulo de Olivença e constituído dos distritos de Santo Antônio do Içá, Tonantins e parte do de Santa Rita de Weil, com sede na vila de Santo Antônio do Içá elevado então à categoria de cidade.

A história e a vida do município estão estreitamente ligadas ao rio Içá, que banha as suas terras.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

ex-Uapés

Região: Zona Fisiográfica do Rio Negro — Latitude Sul 0º 05' 08" e 67º 05' 08" de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Içana e Barcelos e com as Repúblicas da Venezuela e Colômbia.

Prefeito: Francisco Chagas de Oliveira.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distritos de Tururuquara e Uapés.

Superfície: 88.580 km².

Altitude: 90 m acima do nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O município liga-se à capital do Estado por vias fluvial e aérea. Por via fluvial, através de embarcações particulares. Por via aérea, através de aviões da Cruzeiro do Sul duas vezes por mês às segundas-feira. Também a FAB realiza dois vôos mensais.

Possui agência postal-telegráfica da EBCT. O município foi criado pela Lei n.º 10, de 3 de setembro de 1891.

Riquezas Naturais

A flora e a fauna constituem importantes riquezas naturais do município. Na primei-

ra, destacam-se a seringueira, a castanheira, a sorveira, a balateira e a piaçaveira, além de madeiras de lei, em grande quantidade, tais como o cedro, a andiroba e o louro. Na fauna, animais silvestres, como: a onça, capivara, anta, veado, queixada, jibóia, sucuri e jacaré cujas peles e couros são grandemente procurados; nos rios e lagos os peixes, quelônios e anfíbios das mais variadas espécies.

No Rio Negro e em diversos de seus afluentes, em terras do município, são encontrados minérios como a mica, cristal de rocha, ferro, itabirito, ilmenita e ouro.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal constitui indubitavelmente a maior fonte de renda do município. A piaçava situou-se em primeiro lugar, vindo a borracha logo depois,

seguida da balata, sernambi, látex, castanha-do-pará, etc.

A agricultura ainda é do sistema primitivo, com derrubada e queimada, para o plantio de arroz, mandioca, milho, feijão e frutas.

A pecuária é reduzida, com poucas cabeças de bovino, onde a Missão Salesiana assume a liderança. Existem aproximadamente 300 cabeças de gado em 25 pequenas fazendas de criação.

Situação Econômica

O comércio é do tipo varejista, abastecendo-se na praça de Manaus, para onde exporta todos os gêneros produzidos. Quatro pequenos estabelecimentos industriais estão registrados, todos eles ligados à indústria extrativa. Não possui agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: O município possui três Grupos Escolares e 29 escolas primárias na zona rural.

As Missões Salesianas do Alto Rio Negro prestam valiosa obra no tocante à educação, mantendo cursos de grau elementar, médio e profissional. Na sede municipal, além do primário, ministram cursos de tecelagem, agricultura, prendas domésticas, alfaiataria, marcenaria e sapataria.

Saúde Pública: A assistência médica é prestada aos municípios pelas Missões Salesianas do Rio Negro, que mantêm no município, três unidades: Santa Casa São Paulo e Casa da Maternidade, na sede municipal; e Casa de Saúde de Pururuquara, no distrito de Tupuruquara.

A cidade de São Gabriel da Cachoeira localiza-se à margem esquerda do Rio Negro. Possui cerca de 10 logradouros públicos, sem pavimentação, arborização e ajardinamento. Conta com uma usina de ener-

gia elétrica e seus principais prédios pertencem a prelazia do Rio Negro. Em Flores (Rio Negro), acha-se instalado um Posto de Proteção aos Índios, denominado "Ajudância de Uapés" (nome antigo do município). Seus funcionários são encarregados do policiamento e apaziguamento dos silvícolas.

São Gabriel da Cachoeira conta com duas paróquias: São Gabriel, na sede municipal, e Sagrado Coração de Jesus, na Vila de Tupuruquara, administradas pelos padres das Missões Salesianas e sob o contrôlo eclesiástico da Prelazia do Rio Negro, com um total de 2 matrizes, 2 igrejas, 4 capelas públicas e 5 capelas semipúblicas.

Possui Coletoria Estadual e 15 veículos motorizados estão registrados na Prefeitura.

O folclore de São Gabriel da Cachoeira é muito rico, dada a influência dos naturais. Comemoram-se os dias de São Gabriel, padroeiro do Município, Santo Antônio, São João, São Pedro, Divino Espírito Santo e Natal.

Como atração turística, o principal acidente geográfico do município — Rio Negro, imensa artéria palpitante que põe em comunicação seis nações, por si só constitui um motivo de atração turística. Os afluentes desse rio, lagos piscosos, suas serras de porte magnífico, lendas nativas, suas tribos semidomesticadas fazem de São Gabriel da Cachoeira importante depositário de motivos para estudos e divertimentos.

Os acidentes geográficos registram que dentre os rios que compõem a rede hidrográfica do município, destaca-se o Negro, com os seus principais afluentes — Padauari, Marauia e Cauaauri, à esquerda, e Urubaxi, Curicuriari e Uapés, à direita. As serras mais importantes são: Cucuí, Jacamin, Pirapuru e Tapirapécó. Seus rios, conquanto possuam trechos encachoeirados, dos quais se destacam os compreendidos pelas cachoeiras Carapanã Ouxiauaia e Matipi, são perfeitamente navegáveis.

A população do município de São Gabriel da Cachoeira é de 17.313 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

A obra missionária do Rio Negro foi iniciada em 1657, pelos jesuítas padres Francisco Veloso e Manuel Pires que fundaram à margem do grande rio, na foz do Tarumã, uma povoação onde aldearam os índios Tarumãs.

Em 1661, com a expulsão dos jesuítas da Amazônia, foi abandonada a aldeia de Tarumã.

Em 1668, o franciscano Frei Teodósio, com o Capitão Pedro da Costa Favela, fundaram uma povoação à margem do Rio Negro, nas proximidades da foz do Aruim.

Todavia, aos missionários Carmelitas é que se deve, principalmente, as maiores conquistas no desbravamento do Rio Negro.

Por volta de 1695, chegaram aqueles religiosos ao Rio Negro, a cujas margens criaram vários povoados.

Ultrapassaram nas primeiras décadas do século XVIII as "corredeiras" do grande rio, no afã da nobilitante tarefa de catequese missionária entre os índios Uapés, e tomaram posse da região "à coroa" de Portugal.

Anos depois é que, sob as ameaças de os espanhóis incorporarem ao seu domínio toda aquela região do Alto Rio Negro, do Cucuí a São Gabriel (Uapés), procurou o governo português guarnecer as fronteiras daquela região.

Em 1760, um pequeno destacamento militar estabeleceu-se em São Gabriel no Alto Rio Negro e outro, mais acima, em Marabitanas. Em ambos os locais foram construídos pequenos "fortes" para melhor garantia das respectivas guarnições.

No local, onde se construiu o forte de São Gabriel, surgiu pouco mais tarde, a povoação que tomou o mesmo nome do forte e que, a 25 de junho de 1833, foi ereta em sede de freguesia.

A Prefeitura Apostólica do Rio Negro, com sede em São Gabriel, foi criada em 1910 por Pio X. Em 1914, a administração da Prefeitura Apostólica foi entregue à Congregação Salesiana. Monsenhor Lourenço Giordano foi o primeiro Prefeito Apostólico. Em 1925 a Prefeitura foi elevada a Prelazia e confiada a D. Pedro Massa. A Missão Salesiana tem prestado serviços dos mais relevantes àquela grande região do Rio Negro.

SÃO PAULO DE OLIVENÇA

Região: Zona Fisiográfica do Solimões—Javari — Latitude Sul 3° 27' e 68° 48' de longitude W. Gr.

Limites: com os municípios de S. Antônio do Içá, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Jutai e com a República da Colômbia.

Prefeito: Silvio Nazaré Ramos da Silva.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de São Paulo de Oliveira e distritos (parte) de Santa Rita do Weil e de Amutará.

Superfície: 46.437 km².

Altitude: 96 m acima nível do mar.

Vias de Transporte e Comunicações: O município liga-se à capital do Estado por vias fluvial e aérea. Por via fluvial o transporte é feito por embarcações particulares e por navios da ENASA. Por via aérea, por aviões da Cruzeiro do Sul.

Possui agência postal-telegráfica da EBCT.

Riquezas Naturais

A flora e a fauna constituem importantes riquezas do município, notadamente a primeira, cuja exploração é a fonte principal de sua receita, destacando-se a seringueira, a sorveira e as madeiras de lei. Na fauna, além do pescado, no qual se destacam o pirarucu, o peixe-boi e o jacaré, há as mais variadas espécies de animais silvestres, como a onça, a capivara, caititu, veado e muitos outros. Registra-se a possibilidade da existência do petróleo, visto suas terras estarem compreendidas em áreas de rochas sedimentares.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é a maior fonte de receita do município, cabendo à borracha o primeiro lugar, vindos depois o sernambi, a sôrva e madeiras.

A produção extrativa animal situa a pesca em primeiro lugar, destacando-se o pirarucu e logo depois as peles de animais silvestres.

A agricultura é razoavelmente desenvolvida, destacando-se a mandioca, cana-de-açúcar, tabaco, arroz, feijão e frutas diversas.

A pecuária registra a existência de pequenas fazendas de gado vacum e razoável criação de suínos.

A particularidade mais acentuada do município, é a da quase inexistência da castanha-do-pará, abundante na maioria das demais unidades do Estado.

Situação Econômica

Comércio relativamente desenvolvido, com cerca de 40 estabelecimentos do ramo varejista. No campo industrial, estão registrados seis estabelecimentos, dedicados ao fabrico de aguardente e o de panificação, além de pequenas indústrias de transformação. Não há agência bancária no município.

Situação Político-Social

Instrução Pública: O município possui 42 uniddes escolares de ensino primário, com 48 professôres e uma freqüência média de 1.850 alunos. Possui ainda um ginásio normal, com uma freqüência média de 62 alunos e assistência de oito professôres.

Há uma biblioteca pública e outra de estudantes.

A Prelazia de Nullius do Alto Solimões mantém o Educandário N. S.^a da Conceição, na sede municipal, e o Jardim de Infância Martagão Gesteira, na Vila de Amaturá, ambos destinados ao amparo de menores desvalidos.

O município é, ainda, sede das seguintes associações esportivo-culturais: São João Ideal Clube, Atlético Lincoln Clube e Anchieta Esporte Clube, na zona urbana da cidade; Passé Esporte Clube, no povoado Passé; Solimões Clube e São Cristóvão Futebol Clube, na Vila de Amaturá.

Saúde Pública: Um pôsto médico da Fundação SESP, com médico, enfermeiro e dentista. Exercem ainda a profissão na cidade um médico, um dentista e um enfermeiro.

São Paulo de Olivença tem Juizado de Direito, Promotoria Pública, Coletorias Estadual e Federal e Delegacia de Polícia.

Os festejos populares são de ordem religiosa, destacando-se a do padroeiro — São Paulo Apóstolo, de 20 a 29 de junho, a do Divino Espírito Santo e a de São Cristóvão.

A cidade de São Paulo de Olivença é sede da Prelazia de Nullis do Alto Solimões, antiga Missão Capuchinho; foi elevada a Prelazia em 15 agosto de 1950, tendo sido seu primeiro Bispo, o Prelado Dom Cesário de Minali. A essa circunscrição religiosa estão subordinadas a maioria dos municípios confinantes; mantém a administração várias instituições de âmbito social, religioso e educativo.

Seis veículos automotores estão registrados na Prefeitura Municipal, bem como três bares. Não se conhece a existência de hotéis ou pensões.

A cidade de São Paulo de Olivença está localizada à margem direita do Rio Solimões, sôbre uma colina de 96 metros de altura. É interessante notar-se que, pelo seu aspecto topográfico, a cidade se divide em três bairros: na parte mais alta da colina acham-se situados os prédios e repartições públicas — é o centro das atividades; à direita e à esquerda dessa elevação localizam-se os bairros de São João e 10 de Novembro. O terreno apresenta aspecto arenoso e geralmente acidentado, o que dificulta o progresso da cidade. Conta a cidade com diversos logradouros públicos, alguns deles pavimentados. É servida de energia elétrica

e dentre os seus logradouros destacam-se as ruas Getúlio Vargas, 7 de Setembro e Monsenhor Evangelista e a Praça São Paulo. Os edifícios mais importantes são o Educandário Nossa Senhora da Conceição, Bispo, Convento das Freiras Franciscanas e o Pôsto da Fundação do SESP.

Como atração turística, São Paulo de Oli-

vença oferece o majestoso Rio Solimões, a cuja margem, no tôpo de uma colina, assenta-se a cidade; é, por si só, uma atração turística. Em frente à cidade o rio espraia-se, formando a Ilha de São Paulo, na qual se destacam os lagos do Jacitara e do Chapéu, impressionante pelas vitórias-régias que os ornamentam.

A população do município de São Paulo de Olivença é de 19.590 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

Em 1689, o missionário Samuel Fritz, da Companhia de Jesus, a serviço do Governo espanhol, fundou várias missões no Rio Solimões, entre elas as de São Paulo Apóstolo (depois São Paulo dos Cambebas e hoje São Paulo de Olivença) e São Cristóvão (mais tarde Enviratiba, Castro d'Avelos e atualmente Amaturá).

Não desejando o Governo português que continuasse a catequese no Rio Solimões a ser feita por missionários dependentes do Governo espanhol, determinou em 1691 que fôsem expulsos da região aqueles religiosos. A expulsão, entretanto, não se processou logo, pois ditos religiosos relutaram em permanecer no Solimões. Em 1708, o Governador do Grão-Pará enviou "uma tropa sob o comando do Capitão Inácio Correia de Oliveira, para fazer evacuar ditas aldeias".

Era então responsável por essas aldeias o Padre João Batista Lana, que fingiu obedecer a ordem de retirar-se e seguiu para Quito, onde obteve "uma fôrça armada com que desceu o Maron e o Solimões, investiu contra as aldeias e cometeu tôda sorte de depredações, aprisionando o comandante e muitos soldados da tropa inimiga".

Outra expedição foi então enviada ao Solimões pelo Governador do Grão-Pará, que dera o comando da mesma ao "experimentado sargento José Antunes da Fonseca" que vingou então a derrota sofrida por Correia de Oliveira e pôs em liberdade os prisioneiros.

Com a transferência das aldeias de São Paulo Apóstolo e São Cristóvão para os cuidados dos missionários portugueses, as denominações das mesmas foram mudadas, respectivamente, para São Paulo dos Cambebas e Castro d'Avelos.

A missão de São Paulo dos Cambebas teve seu primeiro assento na margem austral do Rio Solimões, em frente à Ilha Tajuaru três léguas abaixo da Vila do Javari, onde habitavam os Cambebas e Tecunas. Depois, veio se estabelecer mais à jusante, na mesma margem, meia légua acima do riacho Pacuti. Dêsse sítio passou para a margem sul, onde se incorporou à aldeia de São Paulo, fundada abaixo do igarapé Comatiá.

Dentre os índios habitantes primitivos da região destacam-se os Omaguas ou Cambebas, os Juris, Passés, Xomanas, Ticunas, Caiuvicenas, Tarianas, Uairacus, Maiorunas, Tucanos. "Os Cambebas, de Akan Pebas, eram tam-

bém chamados “cabeças chatas” pelo feio costume, que tinham, de comprimir a cabeça das crianças com tabuinhas que apertavam por meio de ligas, a tal ponto que elas, ao crescerem, ficavam com o crânio chato, a modo de mitra”.

Esses selvagens, que eram bravos e terríveis, decepavam a cabeça dos inimigos e penduravam-na em estacas nas suas cabanas, como um troféu de guerra. Adornavam-se nos seus festins e cerimônias de vários colares. Jogavam com extrema destreza a zarabatana e as lanças. Nas pejejas defendiam-se com broquéis de fôlhas de cana-brava.

Dados ao cultivo do algodão, fabricavam rêdes e outras peças do seu traje com os fios dessa planta. As mulheres preparavam a rude indumentária — uns camisolões abertos dos lados e nas mangas.

SILVES

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas.

Limites: Com os municípios de Itacoatiara e Itapiranga.

Prefeito: Raimundo Cordeiro de Assis.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito e sede de Silves.

Superfície: 6.791 km².

Altitude: 60 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte: Fluvial, de modo irregular a cargo de particulares. O transporte aéreo é feito via Itacoatiara.

Comunicações: Não possui agência da EBCT.

O município foi criado pela Lei n.º 117, de 29 de dezembro de 1956.

Riquezas Naturais

O município de Silves tem sua riqueza natural repousada na seringueira, na castanha-do-pará, na madeira, notadamente no pau-rosa, sua maior fonte econômica. Sua fauna é a comum da região. Há indícios da existência de ferro e ouro e somente pesquisas profundas poderão atestar.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal constitui a principal atividade econômica de Silves. O pau-rosa contribui majoritariamente para a

renda do município, vindo logo a seguir a borracha e a castanha-do-pará.

Na agricultura, a juta é o principal produto, seguindo-se o cacau, fumo, arroz, milho e mandioca. A pecuária é pouco desenvolvida existindo um plantel aproximado de 5 mil cabeças de gado vacum. Criam-se suínos, também.

Situação Econômica

Comércio do tipo varejista, usual em toda a região. Utiliza o comércio do “regatão”, na modalidade de troca. Exporta para Manaus os principais gêneros. No campo industrial, estão instaladas no município três usinas de beneficiamento de pau-rosa, ocupando, cada uma, mais de cinco operários. Não há agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Silves possui um Grupo Escolar e 19 escolas primárias, com uma frequência média de 550 alunos e 22 professoras.

Saúde Pública: Não há Posto Médico e a assistência médica é prestada pelas “caravanas médicas”. Distante apenas 2 horas e 30 minutos de Itapiranga, ali os doentes

mais graves são atendidos pelo p^osto do SESP.

Silves possui uma Junta de Alistamento Militar, uma Delegacia do INCRA e tem Coletoria Estadual.

Sua vida social é bastante movimentada, possuindo vários clubes sociais-esportivos. Possui uma praça pública e pequenas ruas pavimentadas.

Silves tem iluminação elétrica.

A Prefeitura de Silves já concluiu obras públicas como o prédio do Matadouro Municipal, a Delegacia de Polícia, o Muro de Arrimo de proteção à cidade.

As principais festas religiosas do município são a do Divino Espírito Santo, de 27 de julho a 5 de agosto de cada ano e de N. S.^a da Conceição, de 8 a 12 de dezembro.

A população do município de Silves é de 4.035 habitantes. Seu clima é quente e úmido, como o de toda a região amazônica.

HISTÓRIA

A história do município de Silves não está bem definida. Em 1663, a região do Rio Urubu, onde fica Silves, naquela época Missão de Saracá, foi teatro de sangrentas lutas entre as "bandeiras" militares e os indígenas. Em 1759, a aldeia de Saracá foi elevada a vila com a denominação de Silves, nome de origem portuguesa. Foi das primeiras vilas criadas no território do atual Estado do Amazonas. Em 1833, Silves perdeu a categoria de Vila, mas sem protestar violentamente. Em 1852, Silves voltou novamente à categoria de Vila. Na divisão administrativa de 1911, o município de Silves foi constituído, com sete distritos. Novas modificações ocorreram e em 1930 o município de Silves foi anexado ao de Itacoatiara, por força do Ato n.º 45, de 28 de novembro daquele ano. O ato n.º 210, de 14 de janeiro de 1931, mudou a sede da Delegacia Municipal de Silves para Itapiranga. Em 1935, Silves readquiriu sua condição de município autônomo. Em 1938, o município de Silves passou a denominar-se Itapiranga, por força do Decreto-Lei Estadual n.º 68, de 31 de março daquele ano. Em virtude desse mesmo decreto é a sede do município elevada à categoria de cidade. Finalmente, depois de novas modificações, o município foi definitivamente criado em 29 de dezembro de 1956, através de lei n.º 117, desmembrado do município de Itapiranga.

TUPAUA

Região: Zona Fisiográfica do Rio Purus — Latitude 5º 46' de latitude Sul e 64º 22, de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Canutama, Lábrea, Pauini, Carauari, Tefé, Coari e Manacapuru.

Prefeito: Daniel Albuquerque.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito de Tapauá.

Superfície: 66.077 km².

Altitude: 30 metros acima do nível do mar.

Dist. da Capital: 1.176 km fluvial.

Vias de Transporte: Fluvial, através de pequenas embarcações que a ligam aos municípios vizinhos.

Comunicações: Não dispõe de agência da EBCT.

Riquezas Naturais

A selva e a fauna constituem importantes riquezas naturais do Município. Na flora destacam-se, pelo seu valor econômico, a seringueira e a castanha-do-pará. Na fauna existem peixes das mais variadas espécies, destacando-se o pirarucu e o peixe-boi, jacaré, quelônios e animais silvestres, como queixada, onça, anta, veado e muitos outros.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal constitui a maior fonte de renda do município. As principais fontes de renda são a borracha, castanha-do-pará, o látex, o sernambi e a sôrva. A produção extrativa animal também apresenta importante subsídio à economia de Tapauá. A pesca, representada pelo pirarucu. A produção de couros de animais silvestres, destacando-se o jacaré, é a maior fonte de renda. A agricultura é pouco desenvolvida. Os principais produtos

A população do município de Tapauá é de 9.869 habitantes. Seu clima é quente-úmido. Em determinadas épocas do ano ocorrem bruscas mudanças de temperatura, conhecidas como "friagem do Acre". Esse fenômeno é observado em toda a região Oeste da Amazônia.

HISTÓRIA

Na zona do Rio Purus, o povoamento civilizado se iniciou muito mais tarde que em outras zonas do Amazonas. Em 1852, a serviço do Governo da Província, subiu o Rio Purus uma expedição confiada ao prático Serafim Salgado. Em 1861 outra expedição também sulcou as águas do caudaloso rio; esta confiada a Manuel Urbano da Encarnação, perito em coisas da sua terra, cujo segredo sabia desvendar dos indígenas.

Há, todavia, notícias de que antes de meados do século XIX "João da Cunha Corrêa, vulgo João Cametá, visitou-o muitos dias de viagem acima da Bôca".

cultivados são o milho, mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar, arroz, macacheira (aipim) e banana. A pecuária é igualmente pouco desenvolvida sendo que os principais rebanhos existentes são o de suínos e de bovinos.

Situação Econômica

O comércio é o do tipo comum na região, sendo atendida na maioria das vezes pelos chamados "regatões". A indústria é a da extração vegetal e animal.

Situação Político-Social

Instrução pública: Apenas escolas de ensino primário rural, com 300 alunos.

Saúde: O município não possui posto médico e nem dispõe de farmácia. O atendimento médico é feito pelos médicos do SESP nas inspeções mensais.

O município dispõe de um templo denominado capela do Santo Soldado e localizado na sede municipal.

O município possui energia elétrica e abastecimento de água encanada.

A cidade de Tapauá está situada à margem esquerda do Rio Purus, precisamente na foz do Rio Tapauá, e sofre as más consequências das enchentes, em face da precariedade de seu terreno.

Possui Coletoria Estadual.

Os principais acidentes geográficos são os rios Purus e Tapauá; os igarapés do Jacarézinho, Minuã e Pauá-Pixuna.

O município de Tapauá foi criado em 1955, pela Lei n.º 96, desmembrado do de Canutama.

O primeiro núcleo de povoamento organizado na zona do Rio Purus, provavelmente, na missão de São Luís Gonzaga, fundada em 1854, por Frei Pedro Ceriano, com índios Muras, Cauinicis, Mamuris, Jamadis, Purupuru etc. A missão, no entanto, teve existência efêmera, porque o Frei Ceriano, enfêmo, teve de abandoná-la. Em 1871, começaram a chegar os nordestinos em terra firme do Amaciari, hoje Lábrea, naquele ano trazidos pelo Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre. Em 1874, Manuel Urbano da Encarnação “mestiço de grande trato e consumado explorador do Purus”, fundou Canutama. Em 1878, o comendador João Gabriel de Carvalho, com vários companheiros, desembarcou em terras do atual município de Boca do Acre.

O povoamento dos afluentes do Rio Purus foi então se processando a partir daí.

A Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, criou o município de Tapauá desmembrado do de Canutama, com sede na vila de Boca do Tapauá, elevada então à categoria de cidade.

“Tapauá”, denominação dada ao município e à respectiva sede, provém do rio do mesmo nome, um dos principais afluentes do Rio Purus e que atravessa o município de um extremo a outro, numa extensão de cerca de 50 quilômetros.

A instalação do município se deu a 31 de janeiro de 1956.

TEFÉ

Região: Zona Fisiográfica do Solimões—Tefé — 3º 22' de latitude Sul e 61º 42' de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Fonte Boa, Juruá, Carauari, Canutama, Tapauá, Coari e Maraã.

Prefeito: Armando Retto.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distritos de Tefé e Caiçara.

Superfície 35.931 km².

Altitude: 47 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte: Aéreo e fluvial ligando-se à capital do Estado e aos municípios de Coari e Fonte Boa por via aérea comercial. É o município servido por embarcações da ENASA, bimensal. Pequenas embarcações motorizadas ligam Tefé aos demais municípios. Dista de Manaus 535 km de avião e 663 fluvial.

Comunicações: Tefé possui uma agência da EBCT.

Riquezas Naturais

As riquezas naturais de Tefé são constituídas da flora e da fauna, destacando-se, primeira, a seringueira e a castanha-do-pará, balata, timbó, madeiras de lei e plantas medicinais; na segunda a capivara, ta, veado, onça, jacaré. A rede hidrográfica é bastante piscosa, proporcionando importante subsídio à receita do município, notadamente na produção do pirarucu e do peixe-boi.

Atividades Econômicas

Como é típico na Amazônia, a produção extrativa vegetal constitui a maior fonte de receita do município. A castanha-do-p

e a borracha, são os principais produtos extrativos, seguindo-se, em importância econômica, a madeira, a copaíba e a sôrva. A produção extrativa animal é também de vulto destacando-se a produção de couros e peles de animais silvestres e aquáticos, vindo em primeiro lugar a pele de jacaré. No campo da agricultura, a cana-de-açúcar e a mandioca são as mais importantes. Logo após citam-se o milho, arroz, batata-doce, feijão, fumo, banana etc.

A pecuária é razoavelmente desenvolvida, quer de bovinos como de suínos e ainda caprinos, ovinos e eqüinos.

Situação Econômica

O comércio de Tefé é bastante desenvolvido, mantendo permanente contato com as praças de Manaus e Belém, para onde exporta seus principais produtos e de onde se abastece. Mantém contatos com as principais praças do Sul do País, de onde importa as principais novidades. No campo industrial, Tefé possui várias indústrias de transformação de produtos alimentares, além de olarias e destilaria de cana-de-açúcar. Possui ainda agências do Banco do Estado do Amazonas e do BASA.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Funcionam no município cerca de 70 escolas de ensino primário, com 3 mil alunos, aproximadamente. Na sede funcionam dez escolas de ensino primário, duas de ensino médio e duas de ensino profissional. Dentre os colégios locais destacam-se o Seminário Menor do Espírito Santo, o das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria e a Escola Rural Normal.

No campo da assistência social funciona o Orfanato Santa Teresa, mantido pelo Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria, para atender às órfãs desamparadas. Outro estabelecimento altruístico é a Sociedade São Vicente de Paulo, para internamento de doentes pobres, além de auxílios na distribuição de gêneros alimentícios e auxílios pecuniários.

Saúde: O Estado mantém em Tefé um hospital para 25 leitos, em convênio com a

A população do município de Tefé é de 19.331 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

Prelazia. Existe ainda um Pôsto de Saúde mantido pela Fundação SESP. Existe médico residente, enfermeiros e dentistas. Três farmácias estão registradas.

Tefé possui um Clube, o Humaitá, praticando todos os esportes. Possui uma biblioteca.

Acham-se localizadas no Município três paróquias: Santa Teresa de Tefé, na sede; São Joaquim, na Vila de Alvarães e Espírito Santo, no lugar Missões de Tefé, com um total de 3 matrizes, 2 igrejas e 9 capelas. A padroeira do município é Santa Teresa, e as festas de S. João, S. Pedro, Natal e Ano Novo são comemoradas com entusiasmo: nelas são de rigor as pastorinhas, os bumba-meu-boi, as fogueiras crepitantes e os bôlos de Natal.

Tefé tem água encanada, tem duas pensões, 35 veículos motorizados, seis bares, uma estação radiodifusora e um cinema.

Possui Coletorias Federal e Estadual.

Seus principais logradouros públicos são a Praça S. Tereza Praça Getúlio Vargas, Isidoro Pais, ruas Olavo Bilac e Caxias.

Tefé goza do privilégio de ser um dos núcleos familiares mais antigos do Estado do Amazonas. Suas ruas são atapetadas de grama verde, prolongando-se êsse revestimento por quase todos os logradouros arruados. Tefé é ornamentada por bela coluna perpétua erigida na Praça Santa Teresa, principal da cidade, em homenagem à visita pastoral de D. José Lourenço da Costa Aguiar.

Tefé é servida por uma usina de energia elétrica que abastece os logradouros públicos e as residências.

Na história do município, registra-se a criação da Prefeitura Apostólica, atual Prelazia de Tefé, fundada em 23 de maio de 1910, pelos padres da Congregação do Espírito Santo. O primeiro Prefeito Apostólico foi Mons. Miguel Alfredo Barat.

Como atração turística, Tefé, por ser banhada pelo maior rio do mundo — o impetuoso Solimões, que mais adiante recebe o nome de Amazonas —, pela beleza selvática e luxuriante de seu território cortado por intensa rede hidrográfica em cujos lagos se encontra a incomparável vitória-régia, por si só constitui atração turística.

As terras do Alto Solimões — conta Octaviano Mello no seu livro *Topônimos Amazonenses* — foram apossadas pela Coroa Portuguesa por intermédio do Capitão-Mor Pedro Teixeira, em nome do Rei Felipe IV, em 16 de agosto de 1639. A região do Alto Solimões começa nas frondes do Município de Tefé e termina na fronteira do Brasil com o Peru, onde o rio toma o nome de Marañon. Neste trato de terra amazonense, se encontra a cidade de Tefé, situada à margem direita da baía onde se lança o Parauari, lugar em que o Padre Samuel Fritz, em 1688 e 1689, reuniu os índios Cambebas ou Omaguas e outros de várias nações e fundou a penúltima das Missões do Solimões, sob a denominação de Santa Teresa de Tefé. Expulso Fritz, do território, em 1708, pelo elemento português, a Aldeia de Tefé foi completamente destruída pelo seu companheiro, o espanhol Padre João Batista Sana. O Frade André da Costa, da Ordem do Monte do Carmo, veio restabelecê-la em 1709, conduzindo da sua Missão, na Ilha dos Veados, no Solimões, os índios Cocuranas, Iumas e Tamuanas, bem como todos os elementos disponíveis para este fim. Da primeira localidade, 1718, foi trasladada pelo carmelita Frei André da Costa para o pouso em que está situada, à margem oposta da Baía de Tefé. Nesta famosa posição o Coronel Joaquim de Melo e Póvoas, Governador da Capitania, elevou-a à Vila, em 1759, com o nome de Ega. Em 1899, Ega já era um distrito de paz, tendo como juiz Manuel de Jesus da Piedade, de acôrdo com o “Têrmo de Vereação e Correição”, de 23 de maio daquele ano, existente no Arquivo do Estado. Com a Comarca do Alto Amazonas, por Decreto de 25 de junho de 1833, foi confirmada a sua categoria de Vila, com o nome de Tefé, e criado o Têrmo Judiciário, constituído de Barra, Ega e Barcelos, que foi também mantido pela Lei n.º 146, de 24 de outubro de 1848. Em 1852, ano em que se instalou a Província do Amazonas, foi nomeado Juiz Municipal de Tefé por decreto de 30 de setembro o dr. Félix Gomes do Rêgo, que também foi o seu primeiro Juiz de Direito, nomeado por Decreto Imperial, de 10 de janeiro de 1854, para a Comarca do Solimões, criada por Lei Provincial n.º 26, de 7 de dezembro de 1853, com este nome, e classificada de primeira entrância, por Lei n.º 26, deste mesmo dia, mês e ano. Por Decreto de 28 de setembro de 1853, foi elevado a Têrmo Judiciário separado do de Barra. Pela Resolução n.º 44, de 15 de junho de 1858, foi a Vila de Ega elevada à categoria de cidade, com o nome de cidade de Tefé, cujo projeto do Deputado João do Rêgo Dantas e outros dava-lhe a denominação de Cidade Nova de Teresina, que aliás não vingou, em virtude da emenda apresentada pelo Deputado João da Cunha Correia, para ser a atual. Foi reconhecida como Freguesia da Província, para os efeitos civis e eclesiásticos, com o nome de TEFÉ, por Lei n.º 92, de 6 de novembro de 1858. Criada a Comarca do Alto Solimões, com sede em São Paulo de Olivença, por Lei n.º 656, de 13 de junho de 1884, sua antiga sede passou automaticamente a ser Comarca de Tefé. Proclamada a República, o Governo do Estado, por Decreto n.º 28, de 30 de janeiro de 1891, dissolveu a Câmara Municipal de Tefé. Na Lei n.º 37, de 4 de novembro de 1892, que organizou a Justiça do Estado, aparece a Comarca com o nome de Tefé. No período discricionário,

foi mantida a Comarca pelo Ato n.º 29, de 14 de novembro de 1930, e o Município pelo Ato n.º 45, de 28 do mesmo ano e mês, sendo êste confirmado pelo n.º 33, de 14 de setembro de 1931. O nome primitivo do lugar onde se originou a cidade de Tefé, foi Parauari, que na língua tupi é um espécime vegetal de alto porte, utilizado na marcenaria e, ainda, uma ave trepadora pequena, da casta dos papagaios, de onde vêm; Parauá, papagaio; e si, sufixo diminutivo, contraído de miri, pequeno, zinho, zito, inho. Parauari, quer dizer papagaiozinho. A Aldeia do Parauari recebeu o nome de Tefé no ato da fundação da Missão dêste nome. Com a mudança da Missão para o local em que assenta a cidade, Parauari volta a seu primitivo nome. Em 1759, Parauari foi elevada à categoria de Lugar, pelo primeiro Governador da Capitania, passando a chamar-se Nogueira, em homenagem à província portuguesa assim designada. A Aldeia de Tefé ao ser elevada à Vila, em 1759, pelo mesmo Governador, recebeu o título de Ega, que é também uma vila portuguesa. A significação da palavra Ega é inteiramente desconhecida e nem se sabe de onde é originária. Apenas o radical Ega é o lugar, a terra fresca em que se depositam os vinhos, a fim de adquirirem tôdas as suas virtudes; é a terra por excelência boa, dotada de atributos capazes de purificar o vinho e de desenvolver a planta que nos dá o fruto sazanado. Ega significa Terra da Promissão. O nome predominante da cidade foi sempre Tefé. Esta palavra tem sido escrita de diferentes maneiras, talvez obedecendo a má audição; porém, são meras alterações metaplásticas. Assim se tem lido: Tapé, Tapi, Tapy, Teffé, Tefé, Tephé, Tepé, Tepi e Tipi, que é a verdadeira palavra bheengatu, de onde vem Tefé, significando profundo. Infelizmente a grafia adotada — Tefé — é a menos correta dentre tôdas, porque na língua tupi, da qual êle se origina, não tem a letra F. O Rio Tefé tomou esta designação, da sua própria profundidade. O lago e a cidade tomaram o nome ao rio.

Tefé é a cidade do Rio Profundo.

URUCARA

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas — 2º 33' de latitude Sul e 57º 45' de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Airão, Nhamundá, Urucurituba e Itapiranga.

Prefeito: Pedro Geraldo Raimundo Falabella.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito único de Uruará.

Superfície: 38.751 km².

Altitude: 17 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte: Fluvial, através dos navios da ENASA e de embarcações particulares. Dista da Capital 259 km fluviais.

Comunicações: Possui agência postal-telegráfica da EBCT.

O município foi criado pela Lei n.º 744, de 12 de maio de 1887.

Riquezas Naturais

Como nos demais municípios do Amazonas, também em Urucará a flora e a fauna constituem importante riquezas naturais. Destacam-se, na primeira, a seringueira, a castanheira, o pau-rosa, a balateira e madeiras de boa qualidade; além de peixes das mais distintas espécies, quelônios e jacarés, habitantes naturais dos rios, lagos e igarapés. É encontrada grande variedade de animais silvestres como a onça, capivara, caititu, queixada, veado, lontra e ariranha.

Atividades Econômicas

Urucará é um dos municípios amazonenses onde a agricultura é realmente desenvolvida. As culturas de maior destaque são a juta, cacau, fumo, arroz, milho, mandioca, feijão. A pecuária ainda é pouco desenvolvida embora registre-se razoável criação de suínos e gado bovino existindo 62 pequenas fazendolas. A produção extrativa animal se concentra na produção de couros de animais silvestres e anfíbios, sobressaindo o jacaré. Os demais couros e peles extraídos são de caititu, queixada, capivara e veado. A produção extrativa vegetal se destaca na produção de pau-rosa, castanha-do-pará, borracha e balata.

Situação Econômica

O comércio é o típico da região, com casas varejistas vendendo de tudo e exportando os principais gêneros do município, servindo-se igualmente dos chamados "regatões". Possui indústrias de transformação, destacando-se a de pau-rosa. O comércio de Urucará mantém transações com os principais centros comerciais do País. Não tem agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Funcionam no município um Grupo Escolar e 17 escolas primárias, com uma frequência média de 660 alunos, dirigidos por 25 professoras.

A população do município de Urucará é de 6.335 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

Saúde Pública: Possui um Posto de Saúde municipal e um subposto da Fundação SESP. O Hospital da Maternidade, mantido pelo Governo Municipal, além das finalidades que lhe são próprias, também presta assistência a enfermos.

Duas farmácias funcionam no município, e dois dentistas e um farmacêutico exercem suas atividades.

Urucará tem 4 veículos automotores registrados na Prefeitura, tem uma Cooperativa Mista, uma pensão e oito bares.

Tem Coletoria Estadual e uma estrada de rodagem municipal ligando São Pedro a Torquato do Canto.

A cidade é servida de luz elétrica e tem vários logradouros públicos pavimentados, e praças, como a de Santana.

Urucará possui dois clubes esportivos que são o Urucará Esporte Clube e o Vasco Esporte Clube.

A padroeira do município é N. S.^a de Santana, em honra da qual são realizados festejos no período de 16 a 26 de julho, que se iniciam com o Círio e se encerram com uma procissão solene.

Também são festejados o Divino Espírito Santo, São João, Natal e Ano Novo.

Localizado na zona média do imenso Rio Amazonas, Urucará possui paisagens de indiscutível beleza; pelo seu conjunto topográfico misto de várzeas e terrenos típicos das regiões sertanejas, com suas serras, colinas e chapadões, suas florestas de mistérios impenetráveis. Seus rios piscosos e seus lagos de natureza repousante residência natural da deslumbrante vitória-régia, constituindo uma fonte permanente de atração turística.

Urucará está subordinado eclesiasticamente à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Itacoatiara. Possui cinco templos católicos, dos quais se destaca a Igreja de N. S.^a de Santana, padroeira do Município, localizada na sede municipal.

A cidade de Urucará está situada à margem esquerda do paraná de Silves.

HISTÓRIA

A atual cidade de Urucará originou-se da povoação Santana da Capela, fundada em 1814 por Crispim Lôbo de Macedo.

Em 1880, a povoação “já possuía certo adiantamento, uma pequena igreja coberta de telha e população regular”. Tornou-se, então, sede da freguesia de Nossa Senhora Santana da Capela, criada pela Lei Provincial n.º 462, de 3 de maio de 1880.

A Lei n.º 744, de 12 de maio de 1887, elevou a sede da Freguesia de Nossa Senhora da Capela à Vila. Data, conseqüentemente, daí, a criação do município, desmembrado do de Silves e com a denominação de Nossa Senhora Santana de Urucará. A instalação do município ocorreu a 7 de setembro do mesmo ano.

A denominação de “Urucará”, provém da fusão dos dois vocábulos indígenas: “uru” e “cará”, que significam, respectivamente, “cesto de palha” e “inhamé”.

Habitavam primitivamente o território de Urucará os índios Burubus, Caboquemas e Guanavenas.

Em 1930, foi suprimido o município pelo ato n.º 45, de 28 de novembro, sendo seu território anexado ao município de Itacoatiara. Todavia, em 1935, com a reconstitucionalização do Estado, foi restabelecido o município de Urucará.

A sede do município recebeu foros de cidade em virtude do Decreto-Lei Estadual n.º 68, de 31 de março de 1938.

A Lei n.º 226, de 24 de dezembro de 1952, criou a Comarca de Urucará. O município de Urucará sempre foi constituído de um só distrito.

URUCURITUBA

Região: Zona Fisiográfica do Médio Amazonas — 2º 41' latitude Sul e 57º 40' de longitude W. Gr.

Limites: Com os municípios de Urucará, Itapiranga, Nova Olinda do Norte, Maués, Parintins, Barreirinha e Nhamundá.

Prefeito: Arão Távora Tundis.

Situação Geodemográfica

Divisão Administrativa: Distrito único de Urucurituba,

Superfície: 3.256 km².

Altitude: 16 metros acima do nível do mar.

Vias de Transporte: Fluvial, através de navios da ENASA e de embarcações particulares.

Dista da Capital 294 km.

Comunicações — Possui uma agência postal-telegráfica da EBCT.

O município foi criado pela Lei Estadual n.º 118, de 27 de abril de 1895.

Riquezas Naturais

A flora, representada pela castanheira, seringueira, sorveira, cumaru e madeira de lei, e a fauna, pelas mais variadas espécies de peixes, quelônios, anfíbios e animais silvestres, constituem importantes riquezas naturais do município.

Atividades Econômicas

A produção extrativa vegetal é a fonte principal da receita de Urucurituba, destacando-se a castanha-do-pará, a sôrva e os demais produtos como o sernambi, látex, cumaru e óleo de copaíba.

A extração de couros e peles de animais silvestres e anfíbios e o pescado também constituem importante subsídio à economia do município. Destacam-se o couro de jacaré, os couros de capivara, caititu, veado e queixada. A pesca é representada pelo pirarucu. A agricultura, tem na juta o seu principal produto. Seguem-se o cacau, mandioca, feijão, fumo e banana. Na pecuária, a criação de bovinos e suínos é pouco desenvolvida.

Situação Econômica

O comércio é o do tipo comum na região: estabelecimentos varejistas tudo vendendo e exportando os gêneros de produção. Os negócios são realizados com as praças de Manaus e Belém. Possui indústria de panificação. Não tem agência bancária.

Situação Político-Social

Instrução Pública: Funcionam no município, 39 escolas primárias.

Saúde Pública: Existe no município apenas um posto de saúde pública de responsabilidade da Fundação do SESP.

A cidade de Urucurituba está localizada à margem direita do rio Amazonas e tem ruas pavimentadas, além de quatro logra-

douros arborizados. É servida por uma usina de energia elétrica.

Os acidentes geográficos registrados são o Rio Amazonas, os paranás da Ressaca, do Albano e de Urucurituba e os lagos Grande de Urucurituba, Arrozal e Samaúma e as ilhas do Ramos, Panelas e Flechal.

Como destaque turístico, destaca-se o Rio Amazonas, que banha o município, formado de impressionante beleza e as ilhas de Ipinumã, de Ramos, das Panelas, e Flechal, constituindo uma permanente fonte de atração turística. Suas margens revestidas de frondosas árvores, de natureza selvagem e misteriosa, seus afluentes piscosos e cheios de perigo, são, de fato, um ímã aos amantes da aventura.

Na cidade de Urucurituba acha-se localizada a Igreja de São José, padroeiro do município e sua festa máxima é celebrada a 1.º de maio.

Com grande aparato cívico é comemorado o 27 de abril, data em que Urucurituba foi elevada à categoria de município.

No município existe uma Delegacia-Geral de Polícia. E uma Coletoria Estadual.

Dos acidentes geográficos que compõem a rede hidrográfica de Urucurituba, destaca-se o Amazonas. Os demais são os paranás da Ressaca, do Albano e os lagos Grande de Urucurituba, do Arrozal e Samaúma, e as ilhas do Ramos, das Panelas e Flechal.

A população do município de Urucurituba é de 11.178 habitantes. Seu clima é quente-úmido.

HISTÓRIA

O município de Urucurituba foi criado pela Lei Estadual n.º 118, de 27 de abril de 1895, com território desmembrado dos de Silves e Urucará e com sede na povoação de Urucurituba, localizada à margem direita do Rio Amazonas.

A denominação de Urucurituba dada à povoação e posteriormente ao município, provém de "urucuri", espécie de palmeira, abundante naquela época, nas adjacências daquela localidade.

Os índios Mundurucus, Maués e outros eram os primitivos habitantes da região hoje ocupada pelo município de Urucurituba.

Em 1897, foi extinto o município, por força da Lei Estadual n.º 164, de 14 de maio. Logo no ano seguinte, foi todavia o município restabelecido, em virtude da Lei Estadual n.º 212, de 5 de março. A sede municipal foi transferida em 1901, por força da Lei n.º 350, de 22 de agosto do mesmo ano, para o sítio denominado Tabocal, elevado então à categoria de vila com a denominação de Silvério Neri, denominação que se estendeu ao município.

Em virtude da Lei n.º 660, de 15 de dezembro de 1910, o município voltou a ser a primitiva denominação de Urucurituba.

Em 1931, por força do ato n.º 33, de 14 de setembro, o município foi rebaixado à simples condição de delegacia municipal, incorporado ao município de Itacoatiara. Todavia, em 1935, com a reconstitucionalização do Estado, foi restabelecida a autonomia do município de Urucurituba.

A sede municipal recebeu fôros de cidade, em virtude do Decreto-Lei n.º 68 de 31 de março de 1938.

O Têrmo Judiciário de Urucurituba integrou, desde a sua criação, pela Lei n.º 118, de 27 de abril de 1895, a comarca de Itacoatiara. A Lei Estadual n.º 226, de 24 de dezembro de 1952, criou a Comarca de Urucurituba.

O município é constituído de um só distrito.

LENDAS

São curiosas as lendas amazônicas. Tôdas elas exprimem o mito do homem nativo. Segundo Mário Ypiranga Monteiro, na sua "Etnografia Amazônica", "resta muito que dizer dêste mundo encantado. E sobretudo muito há que contradizer, desfazendo impressões levianas, conceitos apressados, conclusões erradas. Pela maneira como se caracteriza vulgarmente a Amazônia, deformada até ao ridículo, não é mais possível conceituá-la na estreiteza dos enunciados apenas ficcionistas ou dos dogmas simplesmente falsos".

Mário Ypiranga Monteiro, o maior estudioso do folclore amazônico, explica que "a lenda, segundo a concepção comum, é uma estória do tipo mais sublimado, de contextura mais leve em que os símbolos se humanizam numa frequência contínua. Às vêzes êsses símbolos são valores reais não humanos, mas as virtudes ou vícios ressaltam com a preocupação de alcançarem o limite do humano por integração animista ou animatista, ou transcursam-no mesmo. Vão ao heroísmo ou ficam na possibilidade poética. No fim e ao cabo a lenda é um elemento sugestionador, criada com um objetivo didático, no sentido de impregnar a imaginação coletiva de noções mais ou menos claras da vida, da função dos objetos, do heroísmo, da estupidez, etc., quando, nas sociedades ágrafas, faltou o elemento essencial para difundir conhecimentos: a escrita".

VITÓRIA-RÉGIA

"Havia uma grande alegria na tribo. O nascimento da indiazinha, cuja pele se diferenciava de todos pela sua côr branca como a luz da lua, foi festejada na taba, como uma bênção de Tupã. Os dias se passavam e a sua pele se tornou rosada como peito de Jaçanã. E com êsse nome foi ela batizada e consagrada, pelo pajé, filha de Tupã, e único a quem ela poderia amar.

Seus olhos jamais deveriam fixar-se em qualquer jovem mortal, de qualquer tribo existente. Cada vez mais bela, de uma beleza de que jamais se ouvira falar, Jaçanã se tornou môça. Diariamente satisfeita de sua resplandescente beleza, mirava-se nas águas do Amazonas, horas a fio. Certa manhã, foi surpre-

endida em sua contemplação, por um jovem e belo índio da tribo vizinha, que parou fascinado ante a beleza da índia e sentiu que, naquele mesmo instante, seu coração pertencia à jovem Jaçanã. A virgem sagrada — que também tinha um coração de mulher — apaixonou-se pelo guerreiro.

Os grandes da tribo notaram profunda modificação em Jaçanã. O pajé, percebendo sintomas de amor em seus olhos, mandou que ela fôsse vigiada com rigor.

Uma tarde Jaçanã, ante a impossibilidade de revelar seu amor à tribo, havia resolvido fugir com seu bravo guerreiro e procurar abrigo na tribo vizinha, quando foi surpreendida e aprisionada.

Condenada à morte pelo pajé, começaram os preparativos para o seu sacrifício.

O jovem procurou-a como louco, por tôda a floresta e, por fim, acercou-se da taba para certificar-se do que se passava. Seus olhos se encheram de desespero, quando viram prisioneira a sua amada. Sem medir conseqüências, tentou salvá-la, mas seus passos foram detidos por certa lança que lhe atravessou o coração. O corpo do guerreiro, já sem vida, tombou ante os olhos angustiados de Jaçanã.

Nada mais lhe restava no mundo. Assim, resignada, deixou-se conduzir por índios fortes e impiedosos que, comandados pelo pajé, atiraram-na nas profundezas das águas do Amazonas.

Após o sacrifício, outras virgens da tribo atiraram penas brancas de garças sobre as águas, para simbolizar a pureza de Jaçanã.

Jaci, a que tudo presenciara do alto do céu, penalizada com a sorte de Jaçanã, fez com que ela surgisse do fundo das águas, transformada numa flor alva como as penas das garças que cobriram a sua sepultura líquida.

Assim nasceu a nossa vitória-régia, nas águas do Rio Amazonas.”

Y A R A

“Para o homem nativo da terra verde, Yara é um gênio puramente mítico, que vive dentro de rios e lagos, tendo o corpo metade mulher e metade peixe. Dizem os selvagens, que a lendária origem dessa princesa deslumbrante das águas, foi um filho de Irahua, velho tuxaua da taba dos valentes Monducurus, e que desaparecera na Baía do Rio Negro, numa sombria tarde de inverno, no mesmo lugar em que se levanta agora a cidade de Manaus.

O fato passou-se assim: — Miryan, o valoroso filho de Irahua e que mais se destacava no combate contra os Apupós, não só pela bravura mas sobretudo pela sua força de jaguar, ao voltar vitorioso foi proclamado como nôvo senhor das tabas. Seu tio, o velho e decrépito Aryman, um dos mais temíveis pajés do grande vale, dera-lhe uma flecha e um arco, como até então nunca se vira em mãos de nenhum guerreiro.

A uiraçava era negra, feita de miolo de paracuiba, enquanto que a uirapara era pintada da cor das onças canguçu, feita de muirapinima do lago, forte como a paxiúba e veloz como o inhambu.

Um dia, Irahuaana quis mostrar aos seus outros filhos a força e o poder do seu guerreiro, mandando-os em companhia de Miryan, dar combate às feras mais próximas da colina.

Aryman, porém, o grande pajé da taba, dispusera diferentemente... Durante todo um período lunar, entre jacy-cataiana e jacy-mirim, em vez de feras surgiram bandos enormes de Jajamadys, verdadeiros exércitos em luta, sendo que nos combates travados, desde os centros à margem do grande rio, Miryan foi sempre o vitorioso, distinguindo-se, ainda mais, entre todos, e admirado pelas mulheres, dada a beleza de suas formas rijas e fortes com os buritis da mata. Cheios de inveja, seus irmãos, no momento em que Miryan dormia, atiram-lhe as zarabatanas provocadoramente, ferindo-o na coxa e na mão direita.

Furioso como a onça e forte como a anta, o destemido e jovem guerreiro derrubou-os de um golpe só para não se erguerem mais.

Diante de tamanha desgraça, é claro que Miryan não esperou pela explosão da cólera paterna. Na mesma noite deixou a floresta em que dormia, partindo em busca de um lugar deserto, mais calmo, e rumou então para as margens do grande rio, colocando-se à beira da água, dentro de uma espessa moita de Uranas onde nunca havia penetrado a luz dourada do sol. E ali, curtindo as dores dos ferimentos, entre canaranas e maruins, num enorme balseiro em que nem mesmo os carapanãs (insetos) penetravam, deixou-se adormecer ofegante de cansaço.

Assim, fugido, esgotado, quase agonizante, com as suas armas de combate, esperou calma e heróicamente, sem medo nem desfalecimentos, as represálias do velho Irahuaana.

O grande e valente tuxaua, senhor dos bosques e dos rios, diante dos filhos mortos que lhe trouxeram os primeiros guerreiros, numa fúria louca de dor que se não doma, na impiedade selvagem de sua alucinante cólera, jurou arrancar as entranhas de Miryan e quebrar-lhe a uiraçava. Naquele mesmo dia, mal o sol clareara as frondes das matas, o guerreiro pôs-se em marcha, à frente de 400 índios, ululando as mais horríveis pragas de vingança e castigo. Nesse momento supremo de angústia paterna, apoiava-lhe covardemente a zanga Ubirantapy, sobrinho mais velho do cacique, ávido de poder e dos domínios que procurava herdar.

Depois das duas primeiras lutas, sempre com o bando no rastro do guerreiro, os silvícolas de Irahuaana cercavam a moita de Uranas verdes. Feito o sítio, entesados os arcos, foram tantas as flechas que lhe mandaram, por três dias e noites, o ar, as fôlhas, os ramos e as frondes vizinhas, tremiam e choravam num soluço branco de pavor e agonizante. Mas, cada vez que os bravios guerreiros de Irahuaana tentavam fazer um assalto em redor da moita, surgia Miryan empunhando um tronco de jacy ou patoá, como se fôsse uma tangapema, e os esborrachava como se fôsem borboletas pequeninas à beira de um paul. De quando em quando abria os ramos e, de dentro da moita, vergando o seu maravilhoso arco, deixava que as flechas partissem zunindo, sibilando, por entre os inimigos, espalhando nos grupos o terror e a morte, sem que nunca fôsse atingido.

Certa noite, depois de um dia inteiro de luta, Miryan chegou à relva em que repousava Irahua — seu velho pai, guardado durante o sono por vinte de seus mais ferozes guerreiros. O môço índio, esgueirando-se, ligeiro como o inhambu e sutil como a jibóia, chegou-se de manso, batendo-lhe no ombro, para dizer: — “Meu pai! Tu me fazes uma guerra injusta. Os teus dois filhos morreram porque me quiseram matar. Atiraram-me suas flechas enquanto eu dormia. Feriram-me o corpo, derramaram-me o sangue e só por Tupã pude dominá-los. Vai-te! Deixa-me em paz!”

Como um raio que houvesse caído entre êles, o velho tuxaua bradou numa fúria sem limites: “Matem-no!”

Seus guerreiros, gritando e grunindo, atiraram-se contra o jovem protegido do pajé. Em meio da confusão, derrubando um e ferindo outros, Miryan conseguiu escapar, correndo em direção do rio, onde se lançou como uma grande capivara fugindo de uma matilha de cães. Apenas o corpo do môço índio tocou a superfície tranqüila das águas, uma imensa multidão de peixes grandes e pequenos, escostando-se uns aos outros, sustentaram-no à flor da correnteza. Então, aos poucos, o corpo molhado de Miryan, numa irradiação deslumbrante de luzes trementes, ofuscantes, numa aureola de claridade bruxuleante, foi-se modificando, transformando, até que por fim, da cintura para baixo ficou sendo peixe, luzindo como a superfície polida de uma lâmina de prata, enquanto que, da cintura para cima, o jovem guerreiro metamorfoseou-se em corpo de mulher, muito belo, com os ombros vestidos por um denso e basto manto de cabelos negros, da côr escura das águas. E assim, em cima dos peixes quietos, descendo à mercê das correntezas, Miryan, feito Yara, foi seguindo, cantando e sorrindo, até desaparecer na curva rápida do Rio Negro.”

É assim que os nativos contam a lenda da YARA, que apontam aos moços como um castigo de Tupã àquele que um dia quis lutar contra seu próprio pai.

O UIRAPURU

“A voz do pequeno pássaro se fêz ouvir. Começou com uma nota aguda. Parecia mais a vibração de um copo de puro cristal! Outras notas se lhe seguiram, com delicadas modulações.

O Uirapuru cantava! Cantava sem mudar de galho, ora se virando, ora saltando sôbre o mesmo poleiro. Era um pequeno pássaro verde-oliva, de cauda avermelhada. Sua voz dominava a floresta, que se quedou silenciosa para ouvi-lo! Aos poucos, os pássaros da floresta se aglomeraram junto do Uirapuru, ouvindo-o e olhando-o com respeito: tangarás, araras, juritis, viuvinhas e rendeiras.

Antigamente, êle não cantava, era feio e mudo! Os outros pássaros zombavam de sua mudez.

Um dia, com o coração estourando de tristeza, o Uirapuru chorou amargamente e seu desespero jorrou em lágrimas sôbre as fôlhas. As gotas cristalinas se transformaram em notas maviosas. Um soluço partiu da garganta do pequeno pássaro, um soluço musical e cristalino.

Desde êsse momento, o Uirapuru passou a cantar.

O concêrto do Uirapuru durou uns dez minutos. O canto era sempre igual, profundamente triste.

Ao terminar, alçou vôo. A passarada o acompanhou.

Um vulto surgiu dentre a folhagem. Do arco do índio, que amava sem ser amado, zuniu a flecha certa e mortal. O Uirapuru rolou por terra, para nunca mais cantar.

Os pássaros fugiram apavorados. O índio acompanhou o corpo quente e sujo de sangue e o queimou numa fogueira. Juntou, depois, as cinzas na palma da mão.

A lua brilhava no grande céu. Aproximando-se da índia que amava, o guerreiro deu-lhe um pouco de cauim, no qual havia colocado as cinzas do passarinho!

A bela índia bebeu e se sentiu apaixonada pelo guerreiro.

Até hoje existe a lenda de que a cinza do Uirapuru traz amor.”

MUIRAQUITÃ

“Na aba da Serra do Copo, que fica pegada e à jusante da Serra do Vedal, no Ric Nhamundá, encontra-se em formoso lago, de águas cristalinas, conhecido, de época muito recuada, por Lago do Espelho. É o lendário Espelho da Lua, ou Iaciuaruá das Itamiabas.

Foi à beira dêsse pequeno lago, distante algumas milhas da vila de Faro, que se criou a lenda da pedra verde, conhecida por Muiraquitã: a pedra dos sortilégios ou talismã de virtudes benéficas ou malélicas, conforme o uso que dêle venha a fazer-se.

Nos tempos das migrações de tribos asiáticas, algumas delas fixaram-se na América do Norte e na América Central, e mais tarde, rumando para a parte Sul do continente, pelo Amazonas, deram entrada também no Brasil. Para aqui chegarem, é de crer tenham descido, entre outros, pelo Rio Trombetas, enveredando pelo Nhamundá, tributário dêste, onde se estabeleceram.

A quietude e limpidez das águas dêste rio, marginado de serranias, com os seus inúmeros e belíssimos lagos piscosos, a fertilidade de suas terras e a variedade florestal, exuberante de madeiras preciosas para tôdas as utilidades e necessidades humanas, desde a construção dos barcos de viagem ao preparo das essências perfumosas e mezinhas, foi, talvez, o que tornou esta região uma das preferidas dessa gente nômade, que, deixando o solo pátrio, se espalhou pelo nôvo mundo.

De conquista em conquista, até chegarem às terras da América, vinham êles trazendo como troféus de reencontros com povos inimigos, como objeto de adoração e de adôrno, como talismã de virtudes miríficas e como panacéias de fins terapêuticos, artefatos confeccionados de substância mineral de várias côres: verde-esmeraldino ou ligeiramente esverdeada, branca, de aparência leitosa, amarela e azul, cuja dureza se aproxima da do diamante. Tinham êsses artefatos a forma de bastões, berloques, de penduricalhos e de contas, redondas, ovais; de sapos e de rãs, sendo estas últimas as mais estimadas porque êles, a rã e o sapo, eram considerados animais sagrados e sua efigie, objeto de culto.

É de crer, entretanto, que fôsse diminuta a porção de muiraquitãs trazida pelos primitivos habitantes da Amazônia, o que levou seus descendentes, cultivando hábitos dos antepassados, a modelarem, em Amazonita destas bandas, os seus amuletos, troféus de conquistas e objetos de adorno, encontrados, raramente, esparsos ou dentro de igaçabas com os despojos mortuários de tuxamas de tribos, nas praias e barrancos caídos, em época invernosa, após as grandes enxurradas.

O Muiraquitã já foi objeto de estudo e por muito tempo preocupou homens de vastos conhecimentos científicos que lhe definiram a estrutura, estudando-o também sob o ponto de vista lendário.

Dada a sua raridade, está o Muiraquitã caindo no esquecimento, se bem que ainda não tenha perdido o grande prestígio que sempre teve entre aqueles que dêle tiveram notícias, guiados pela monumental obra de Barbosa Rodrigues e outros cientistas dedicados ao estudo das coisas amazônicas.

Várias e bem interessantes são as lendas que se formaram em tórno desse precioso talismã, no Rio Nhamundá, onde, talvez, tivessem fundado os Caraíbas e os Aroáquis o seu primeiro estabelecimento.

O autor dêste trabalho apanhou vistas fotográficas do lago do Espelho, possui interessante coleção de Muiraquitãs, que acreditam serem legítimos, encontrados em escavações, muito abaixo dessa paragem.”

BODAS CANAMARIS

“Entre os íncolas-silvícolas do Tarauacá, afluente do Alto Juruá, encontram-se, já adaptados à nossa civilização, apesar de conservarem hábitos de seus ancestrais, os canamaris, criaturas trabalhadoras, de forte compleição física e, talvez, os descobridores do vegetal que usam e lhes proporciona a posse da longa virilidade. Quando ao nascer dos filhos já os pais se preocupam com a sua futura união conjugal, e ainda êles, em tenra idade, ficam prometidos, por acôrdo paterno, realizando-se quase sempre a união idealizada.

A cerimônia do matrimônio, entre essa gente, obedece a um ritual muito complicado e interessante.

Antecipadamente ao dia marcado para a união conjugal de um casal canamari, fazem-se os convites do estilo, e quando chegada a hora aprazada para ter lugar a sua celebração apresenta-se, com a sua côrte, o tuchaua, a quem incumbe presidir o ato.

Os noivos ajoelham diante de pequena fogueira arrumada debaixo de um arco feito das palhas do ôlho da palmeira jaci, tendo em frente o tuxaua. Aí próximo, com abanos minúsculos, tecidos de palhas novas, avivam a fogueira três pares de jovens. Solene, o tuxaua distende os braços e com as mãos espalmadas sôbre a cabeça dos nubentes, faz com que êstes prestem o compromisso de fidelidade conjugal e, depois do discurso alusivo ao ato, declara-os casados.

Atada a galhos de árvores, no terreiro, está uma rêde confeccionada com os fios de tucum, artisticamente pintada pelas tintas silvestres e regionais. Aí, após o cerimonial do casamento, vêm deitar os noivos, cercados de muitos convidados de ambos os sexos, os quais, munidos de abanos, ficam a abaná-los por longas horas, entoando, então, o cântico do ritual:

Jurupari-passanhá.
Passanhá. (bis)

Jurupari-passanhaá
Passanhá. (bis)

Oh! tauari-manducá.

Oh! Oh! (bis)

Oh! tauari-manducá.

Ah! Ah! (bis).

Os casamentos, entre os canamaris, são sempre realizados em noite de luar, porque têm eles verdadeira veneração pelo astro noturno.

(Nota: Jurupari — Sacerdote ou Príncipe. Deus para algumas tribos e Diabo para outras.

Passanhá — Adorar.

Tauari-Manducá — Ser feliz no casamento.)

A HORA ZERO DA NOSSA AMAZÔNIA

15 de agosto de 1968. O Governo Federal define a sua política de desenvolvimento e povoamento da Amazônia. O projeto de construções rodoviárias é reformulado no sentido de estabelecer ligações terrestres permanentes entre os atuais centros de poder político e econômico e as áreas mais longínquas do país, com especial relêvo para a Amazônia Ocidental.

Novas perspectivas surgem para as estradas de penetração na região, que vão se tornando prioritárias. O Presidente Emílio Garrastazu Médici toma posse e recomenda urgência para a rede rodoviária. A Transamazônica e a nova via de penetração Santarém—Cuiabá são incorporadas ao sistema. O ministro dos Transportes, que assinara a Carta de Rio Branco com a Bolívia e o Peru visando à integração dos sistemas rodoviários dos três países através do Acre, libera verbas importantes para ação dos Batalhões de Engenharia e Construção na região. O Exército assume a missão de dar continuidade e concluir as vias em construção. O DNER continua a fornecer os recursos financeiros para que a esperada integração se torne real.

Um plano de desenvolvimento está em prática. A Amazônia ressurgue do verde de suas florestas com novas esperanças.

Homens, máquinas e vontade se unem numa guerra que deve superar tudo. Tribos ferozes, doenças, terras virgens e hostis. “Difícil tem sido a luta, porém muito maior é a nossa vontade de triunfar. E creiam os senhores, venceremos, porque somos brasileiros”.

UM SISTEMA RODOFLUVIAL PARA DESENVOLVER A AMAZÔNIA

— Eu quero pegar um temporar daqueles no salgado, mas peço a Deus pra nunca me acontecê um banheiro aqui no rio-chefe.

Idelfonso é o mestre da lancha que o DNER mantém no Amazonas para o abastecimento das frentes de trabalho e transporte de técnicos para o levantamento de estradas e realização de projetos.

Quando não há serviço nos rios, êle colabora na construção da BR-174, dirigindo caminhão. Para Idelfonso, "salgado" é o oceano e rio-chefe é o Amazonas. Um banzeiro é a tempestade que torna revôltas as águas do rio, levando perigo de naufrágio ao navio. Entre o navio e a estrada, êle vê uma diferença: — No dia que a gente puder varar essa selva em tôdas as direções, vai haver riqueza para o rio transportar e não vai haver banzeiro que pare o Amazonas.

Da sua, em Manaus, Idelfonso vê a lancha branca chamada Régis Biten-court, dormindo nas águas; vê as máquinas rodoviárias do 1.º Distrito Rodoviário Federal enfileiradas no galpão de manutenção. Entre elas estão as esperanças de desenvolvimento da Amazônia, baseado num sistema rodofluvial de transporte.

Um oásis na selva, Manaus recebe turistas que navegam pelos igarapés em busca da vitória-régia. Nos seus hotéis e repartições, os homens chegam e se interessam por novos investimentos. É o plano de desenvolvimento pôsto em prática na região, onde a estrada de rodagem passa a ter papel da maior importância para o sucesso final.

Manaus é o terminal de tôdas as modalidades de transporte existentes no Amazonas, aparecendo como foco central de tôdas as atividades econômicas. Situada a 1.700 km do oceano, a capital amazonense tem nos seus 279 mil habitantes, 25% da população total de um território com mais de 1.500 mil quilômetros quadrados, por apenas 720 km de rodovias, dos quais 215 estão dentro do município de Manaus.

O plano rodoviário para o Estado prevê a ampliação de sua rêde para 6.300 km de vias, que visariam aos municípios mais importantes e às fronteiras com a Venezuela, o Peru, a Bolívia e a Colômbia. Essa expansão importaria em investimentos de grande monta que a região não pode produzir, o que demonstra a necessidade de um planejamento apropriado do sistema rodoviário, dentro da realidade local.

Vivendo da indústria extrativa florestal (50% é a de borracha), de safras agrícolas (a juta representa 50%) e de pequena produção de carnes e produtos animais, o Estado do Amazonas envia suas riquezas a Manaus, onde os produtos sofrem o beneficiamento e são exportados. A rêde fluvial tem sido, secularmente, o extenso sistema natural de transporte, que permitiu uma insuficiente ocupação das áreas marginais, mas não deixou que o desenvolvimento regional acompanhasse o de outras regiões do país.

O custo de transporte causa enorme impacto na economia regional. As mercadorias quase sempre procedentes de longas distâncias necessitam de transbordo para embarcações menores, em Manaus, para continuarem viagem de dias para o interior do Estado. Isso afeta profundamente a população do interior.

A maioria das sedes municipais é servida por navios da ENASA, pelo menos uma vez por mês. Êsses navios são operados sob fator de utilização muito baixo: inferior a 40%. O mesmo ocorre com os navios de cabotagem e longo curso, que, como os barcos encarregados do transporte interior, só em Manaus encontram um pôrto organizado. Não existem cartas hidrográficas e sinalização de passagens difíceis, ficando a navegação dependente de práticos.

Na busca de localidades mais distantes, colocadas em afluentes ou subafluentes, a navegação é sazonal. Pode ser feita com segurança apenas no "inverno"

(tempo das chuvas) que mantém o nível d'água em boas condições. Uma carga enviada de Manaus a Rio Branco (Acre) e pode demorar três meses a chegar, se o nível d'água tornar a viagem ainda mais difícil. Uma cidade do interior pode ficar isolada do resto do Estado, quando as condições dos rios não oferecem bom volume d'água para navegação.

Tudo isso dificulta o desenvolvimento. A circulação de riquezas se faz lentamente. Produções ficam retidas aguardando transporte, muitas se deterioram. Nesse quadro, a presença do transporte aéreo é vital. Os aviões servem a passageiros e a limitado volume de carga, principalmente de medicamentos.

Dentro de sua realidade, o Amazonas volta-se para as estradas de rodagem. As distâncias amazônicas são de fato proporcionais à enorme área territorial. Para ligar uma cidade de 5 mil habitantes a outra de 10 mil, é comum que se deva vencer uma distância média de 600 quilômetros. Em meio à necessidade de vencer florestas, terrenos difíceis e até desconhecidos, a viabilidade econômica das obras sucumbe ante os fatos.

A derivação de transporte de carga entre Manaus e portos marítimos não será econômica; a derivação de carga entre Manaus e localidades do interior do Amazonas será insignificante. A análise do tráfego gerado indica que os valores totais estimados para 1970 e 1978 são de 3,0 e 8,9 veículos por dia entre Manaus e as principais municipalidades ao longo da rede rodoviária proposta para o Estado, em função das pequenas populações e do baixo nível econômico dos municípios a serem ligados.

O Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas concentrou os seus recursos na BR-319 (Manaus—Pôrto Velho), para que a capital do Estado deixe de ser a única sem comunicações rodoviárias com os grandes centros do Centro-Sul do Brasil. A estrada, concluída dentro dos planos, será aberta ao trânsito permanente a partir do verão (na Amazônia, de maio a outubro, que corresponde ao tempo sem as grandes chuvas) para que os aterros e as terraplenagens possam se consolidar, longe da ação do trânsito de pesados caminhões na terra molhada.

No programa do DER-Am, a estrada Manaus—Pôrto Velho será asfaltada. Isso representa o único recurso encontrado para permitir a conservação e dotar a via de um bom revestimento, que não poderia ser feito com saibro ou material congênere, inexistente na região.

TRANSAMAZÔNICA: HORA DA INTEGRAÇÃO

Quando o Presidente Emílio Garrastazu Médici anunciou à Nação a urgente necessidade de integrar a Amazônia, rasgando a selva, abrindo espaços, para uma nova rodovia, que se denominou chamá-la de Transamazônica, estava preocupado na ocupação econômica de um quarto do Brasil. Quatro ministros de Estado — Mário Andreazza, Delfim Neto, Cirne Lima e João Paulo dos Reis Veloso — estiveram no Congresso Nacional explicando os fundamentos e a mecânica da construção da rodovia. Foi como uma espécie de definição da filosofia do Programa de Integração Nacional, em cujo contexto a Transamazônica nasce como um dos pólos de maior poder de mobilização. No balanço do comparecimento dos ministros de Estado, um dos resultados positivos foi a tranqüilidade dos representantes do Nordeste. Até então os parlamentares da

região estavam preocupados — porque ainda não devidamente informados — com os “prejuízos que o Nordeste poderia ter” com a transferência de uma parte dos incentivos da SUDENE para a obra da “rodovia-desafio” que o Presidente Garrastazu Médici pretende transformar em uma das metas mais importantes de seu govêno.

“O esquema de financiamento”, explicou o ministro Delfim Neto, “longe de desviar recursos do Nordeste vai reorientar sua aplicação no sentido de abrir novas fronteiras para o trabalho nordestino e criar mercados para a indústria da região”. Afirmou ainda o ministro da Fazenda que “o sistema de incentivos fiscais que vem sendo utilizado em favor do Nordeste e do Norte representa um tipo de transferência de renda numa escala jamais realizada por qualquer país” e que continuará a ser assim.

“Apenas”, completou o ministro, “se trata agora de concentrar uma parte dêsses recursos em uma obra que é de todos os brasileiros e representa a incorporação física de bens naturais que até hoje constituíram mera expectativa de riqueza”.

Estudos

De acôrdo com informações do DNER, os estudos aerofotogramétricos da área por onde passará a estrada já foram feitos. Os campos de pouso e a abertura de picadas até o ponto onde começarão os trabalhos são providências do Ministério dos Transportes. A maquinaria pesada e os implementos necessários à construção serão levados para a região pelos afluentes do Amazonas, até as zonas navegáveis que cortam o traçado da Transamazônica.

A estrada terá como ponto de partida Recife ou João Pessoa até a cidade de Picos (Piauí), onde começará efetivamente a Transamazônica. Será a integração da Região Amazônica ao Nordeste, propiciando a conexão rodoviária dos portos fluviais que servem os rios por ela atravessados.

No trabalho realizado pelas equipes técnicas do DNER para justificar a implantação da Transamazônica, foi lembrado que “o procedimento mais adequado para a ocupação das áreas despovoadas da Amazônia é o de se provocar o deslocamento dos excedentes demográficos do Nordeste para aquela região. Dado o atual estágio da rêde rodoviária do Nordeste, não haverá maiores dificuldades em estendê-las até a Bacia Amazônica”.

A Rodovia

Para o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, implantada a transversal — entre o Nordeste densamente povoado e a Amazônia demograficamente vazia — a Transamazônica, numa primeira etapa, “poderá se constituir na espinha dorsal de um vasto programa de deslocamento de trabalhadores rurais dos sertões semi-áridos e de sua adequada fixação, sob intensiva assistência social, técnica e financeira”.

A estrada, começando efetivamente em Picos, embora já implantada até Pôrto Franco, no Maranhão, cruzará o Rio Tocantins, margeando-o até a cidade paraense de Marabá. Desta até Humaitá, no Estado do Amazonas, seguindo depois até Lábrea, aproveitando as margens do Madeira, aí em plena selva até

a cidade de Rio Branco, no Acre. A Transamazônica, de Humaitá a Lábrea, será a BR-406, que já tem um caminho de serviço construído e toda a sua extensão desmatada. Esse trecho, que deverá estar concluído no final de 1971, teve sua construção antecipada devido à necessidade de uma ligação rodoviária entre as bacias dos rios Madeira e Purus. Também no final de 1971 deverá estar pronto o trecho da BR-317, entre Lábrea e Bôca do Acre. De Bôca do Acre até Assis Brasil, na fronteira Brasil-Peru-Bolívia, a BR-317 já é transitável.

Atualmente, a única ligação entre os vales dos rios Purus, Madeira, Tapajós, Xingu e Tocantins é o Amazonas. Isso impede a ligação de municípios vizinhos da região. Um exemplo: Lábrea e Humaitá distam uma da outra, em linha reta, menos de 200 quilômetros, mas estão em vales diferentes. Para se ir de uma a outra cidade, por via fluvial, é necessário percorrer mais de 2.500 quilômetros.

O prazo para o término da Transamazônica é de 521 dias e o custo total, incluindo a estrada Cuiabá—Santarém, será de 320 milhões de cruzeiros. As obras tiveram início em 1.º de setembro de 1970.

Participação do Exército

Os Batalhões de Engenharia e Construção do Exército são uma criação vantajosa sob o ponto de vista de segurança nacional. Na Amazônia, o 5.º BEC, de Pôrto Velho; o 6.º BEC, de Boa Vista, e o 7.º BEC, de Cruzeiro do Sul, já cuidam da construção de estradas, em convênio assinado com o Ministério dos Transportes.

No caso da Cuiabá—Santarém, a sua construção será de responsabilidade dos Batalhões de Engenharia do Exército.

Para a construção da Transamazônica, o Exército dará sua valiosa contribuição. Ajudará a que se construam cerca de 2 mil quilômetros de estrada, dos quais 1.600 em plena selva amazônica. Os seus bravos soldados e homens de engenharia estarão contribuindo para a verdadeira integração nacional. Serão assinados outros convênios com o Ministério dos Transportes para que o trabalho não sofra qualquer interrupção. E até se anuncia que Batalhões de Engenharia sediados no Sul do país serão deslocados para os trabalhos da Transamazônica.

ÍNDIOS TÊM AMPARO DAS MISSÕES E DA FAB: TRABALHO PATRIÓTICO

Aviões da Amazônia

Conta o repórter Mário Alcântara, depois de ter visitado o Alto Amazonas servindo-se de um avião Catalina da FAB, que “a grande presença da FAB na Amazônia é assinalada pelo 1.º ETA (1.º Esquadrão de Transporte da Amazônia), oriundo do 1.º/2.º Grupo de Aviação, que utiliza dois tipos de aeronaves: o Catalina CA-10 e o C-47. O Catalina, aparelho anfíbio, cuja versão primeira surgiu na década de 30 como avião de patrulha, foi usado na II Guerra Mundial. Sofreu modificações em 1957, passando a ser utilizado como avião

de transporte. Embora de construção antiga, ainda mantém a posição ímpar no transporte da região fluvial amazônica, por acomodar 18 passageiros, podendo levar até 6 doentes deitados, o que confere o título de aparelho desbravador e explorador da imensa Região Amazônica. Os tripulantes do Catalina orgulham-se dessa condição e trazem no peito o emblema: — “Devagar, mas chego lá”, que tem como símbolo uma tartaruga alada.

Mas o Catalina encontra na operação terrestre o seu grande competidor na Amazônia, no C-47, um avião de transporte por excelência e de características idênticas ao CA-10, podendo operar em campos curtos e de piso frágil, condições peculiares pela rusticidade da região. Avião de manutenção simples, como o Catalina, utiliza combustível de fácil transporte e estocagem, acomodando 28 passageiros e até 18 macas de doentes.

No ano de 1968, a FAB voou na Amazônia 3.458 horas em Catalinas e 2.777 em C-47, perfazendo um total de 1.480.286 quilômetros, consumindo uma média mensal de 215.310 litros de gasolina. De janeiro a setembro do corrente ano, os integrantes do 1.º ETA voaram 2.552 horas em Catalina e 2.101 horas em C-47, percorrendo um total de 1.087.016 quilômetros, gastando 1.938.211 litros de gasolina. Sessenta e nove localidades foram atendidas pelos aparelhos da 1.ª Zona Aérea, sendo 60 com pouso em terra e 9 em água, transportando 14.110 passageiros e um total de 339.792 quilos. Estes números expressivos e impressionantes representam em termos reais o apoio às Missões Salesianas do Rio Negro e Auapés, Missões do Cururu, Tiriós, aldeamentos e acampamentos da FUNAI em Gorotire e Cachimbo, apoio às guarnições de fronteiras do Exército no Oiapoque, Tabatinga, Benjamin Constant, Cucuí, Príncipe da Beira e outras, transportes de medicamentos e víveres para as localidades mais afastadas, apoio logístico às manobras militares, missões de socorro e fazendo correio. Enfim — o avião continua sendo o suporte efetivo da segurança e da vida em todos os rincões desta imensa Amazônia.

Missões Salesianas

As Missões Salesianas espalhadas às margens do Rio Negro e seus afluentes, no Estado do Amazonas, realizam um excelente trabalho de aculturação dos índios do ramo Tucano, já civilizados através de anos, graças a um paciente e pertinaz propósito dos missionários e missionárias. Os selvagens de ontem são hoje homens preparados para servir ao Brasil e continuar para o desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia e mulheres que se tornaram professoras, ensinando aos seus irmãos de raça. As de intelecto menos desenvolvido dedicam-se à costura, ao bordado, ao artesanato com fibras de tucum, cipós e talas. Dotadas de prodigiosa inteligência e fácil assimilação, os índios Tucano aprendem com rapidez tudo o que se lhes ensinam e agora começaram a ter o hábito da leitura e descobriram assim um nôvo e maravilhoso mundo.

Mão-de-Obra Indígena

Os índios civilizados tornaram-se motoristas, eletricitas, hábeis carpinteiros, marceneiros, pedreiros, auxiliares mecânicos e enquanto não são convocados para serviço militar produzem para tornar menos pesada a manutenção

da Missão e outros produzem farinha e vassouras que são vendidas pela Prelazia nas cidades vizinhas, revertendo o produto da venda em benefício das Missões. Muitos trabalham para a 1.^a Zona Aérea, numa média de três por Missão, sendo eficientes responsáveis pelo abastecimento, descarregamento e carregamento de aviões, da limpeza e conservação das estações de passageiros.

Os "Anjos" de Branco

Como foi conseguido tudo isso? Milagre? Não. Foram os missionários salesianos que renunciando à vida das cidades internaram-se nas matas do Rio Negro à procura do gentio e com muita habilidade, bondade e dedicação começaram a mostrar as vantagens da civilização, ensinar nossos costumes, a prática religiosa, a moral e educação aos poucos.

O índio aprendeu depressa que, junto aos religiosos está com sua sobrevivência garantida, tem quem trate de suas doenças, cuide e eduque seus filhos, e ainda podendo desfrutar de alguns benefícios da civilização, como água potável, energia elétrica, cinema, etc.

A verdade é que as freiras da Ordem Salesiana realizam um proveitoso trabalho de recuperação dos nossos indígenas. É um grande trabalho anônimo, que vai desde a sala de aula às enfermarias e à cozinha. Lecionam nas escolas primárias e nos ginásios, ensinam arte culinária, enfermagem, agricultura, tudo o que possa ser útil às mulheres indígenas.

As alunas que revelam excepcional inteligência e reúnem melhor aspecto físico são enviadas para Manaus ou outra cidade adiantada para fazer o normal e regressar para ajudar as irmãs e ministrar as luzes do saber para as crianças — suas irmãs de raça.

Futuro Risonho

A Missão Tupuruquara, no Rio Negro, tem o Colégio Santa Isabel, misto com 200 alunos, e pode ser alcançada tanto pelo campo de pouso como por água, possuindo seguro flutuante para Catalina; São Gabriel da Cachoeira tem um Ginásio, "Dom Pedro Massa", o grupo escolar, estação radiotelegráfica da FAB, estação de passageiros e um hospital. É sede da Prelazia do Rio Negro, cujo bispo é Dom Miguel Alagna; Tarauacá, no Rio Uapés, tem escola primária e de artes domésticas, professoras da raça Tucano e também pode ser visitada tanto por terra como por água, pelos Catalinas. Pari-Cachoeira é uma das mais desenvolvidas e fica no Rio Uapés — tem uma Santa Casa, escola primária, oficinas: mecânica, carpintaria, alfaiataria, tecelagem de tapetes e rêdes de tucum, e os seus internos praticam vários esportes. Há no local abundância de pau-brasil, que os marceneiros sabem trabalhar muito bem. Iauratê, na fronteira com a Colômbia, fica na foz do Rio Papuri e foi fundada em 1930 por Dom João Marchese, que ainda presta sua colaboração apesar de estar aposentado. Produz farinha, arroz em pequena quantidade e milho branco. Sua indústria de artesanato de tucum e fibras outras é bem desenvolvida e tem uma fábrica de vassouras, hospital e estação de meteorologia.

Em tôdas as Missões as doenças pouco a pouco vão sendo debeladas, tôdas as crianças em idade escolar estão estudando, rapazes e môças recebem a edu-

cação adequada conforme suas aptidões e conformam-se em casar entre 18 e 20 anos, quando antes casavam até com 13 anos. Vestem-se normalmente, calçam sapatos, havendo muitas que já usam relógios de pulso, jóias e... um pouco de moda! Não há brigas, não existem ladrões nem doenças perigosas e, por tudo isso, os Salesianos sentem-se recompensados e há de se acreditar que brevemente, no lugar das Missões, surgirão novas cidades e as Missões Salesianas irão procurar novas aldeias para civilizar, educar, prosseguindo nessa obra meritória, que merece o aplauso de toda a Nação.

Balanço de 1969

O Padre Celestino Pereira, falando sobre a Missão Salesiana no Rio Negro, no Estado do Amazonas, durante o Curso de Altos Estudos Amazônicos, no Clube de Engenharia, informou que já foram construídos seis grandes hospitais na região, para atender as necessidades dos índios, tendo no total 271 leitos. Os hospitais estão nas localidades de São Gabriel, Santa Isabel, Barcelos, Taracua, Pari e Iauareté.

Informou que existem 2.617 alunos nos ginásios, aprendizados masculinos, patronatos femininos, jardins de infância e escolas especializadas da Missão. Os educandários se encontram nas localidades já citadas, além de Cucuí, Içana, Maturacá e Maruiá.

HOSPITAIS

Os hospitais da Prelazia do Rio Negro tiveram, em 1969, 72.692 atendimentos de ambulatório, 3.342 extrações de dentes, 210 obturações, 312 partos, 9.867 cirurgias, consideradas pequenas, 1.498 índios hospitalizados, 157 emergências, 3.942 vacinas, 38.217 injeções. Foram fornecidos aos índios 106.296 comprimidos, 34.994 fortificantes, 3.218 xaropes, 7.903 purgantes, 13.567 vermífugos, 8.814 antibióticos. Foram feitas 1.644 visitas domiciliares e 57.568 casos atendidos ao todo. Explicou que os hospitais têm capacidade para 271 leitos, sendo 60 no hospital de S. Gabriel, 63 em Santa Isabel, 50 em Barcelos, 25 em Taracua, 57 em Pari e 16 em Iauareté.

MOVIMENTO ESCOLAR

O movimento escolar está distribuído entre 103 alunos índios, sendo 47 em S. Gabriel, 56 em Santa Isabel; 921 alunos estão nos aprendizados masculinos, sendo que 117 em S. Gabriel, 87 em Santa Isabel, 174 em Barcelos, 109 em Taracua, 92 em Pari, 189 em Iauareté, 104 em Cucuí, 18 em Içana, 14 em Maturacá e 17 em Maruiá; 826 alunas estão nos patronatos femininos, sendo que 107 em S. Gabriel, 106 em Santa Isabel, 203 em Barcelos, 76 em Taracua, 63 em Pari, 138 em Iauareté, 103 em Cucuí, 12 em Maturacá e 4 em Maruiá; 180 crianças nos jardins de infância, sendo 31 em S. Gabriel, 86 em Santa Isabel, 31 em Barcelos e 32 em Pari; 587 escolas especializadas, sendo 454 em Santa Isabel e 133 em Iauareté. Assim em S. Gabriel existem 302 alunos índios, em Santa Isabel 786, em Barcelos 408, 185 em Taracua, 187 em Pari, 460 em Iauareté, 207 em Cucuí, 32 em Içana, 26 em Maturacá e 21 em Maruiá. São ao todo 2.617 estudantes na região.

CONTRIBUIÇÕES

Falou ainda o conferencista sobre a produção agropecuária e industrial da região, para fins de contribuição, nas mesmas localidades, onde foram arrecadados Cr\$ 144.588,02, empregados na manutenção de colégios e hospitais. A contribuição dos alunos se elevou a Cr\$ 6.171,59, no ano passado. Explicou que não há pagamentos ou contribuições obrigatórias nos colégios, mas alguns índios pagam uma contribuição simbólica de um pano de farinha que equivale a Cr\$ 6,00. Da produção agrícola, foram arrecadados Cr\$ 25.169,03, da produção animal Cr\$ 52.260,20 e da produção industrial Cr\$ 957,20.

CATALINA, O "BURRO DE CARGA DA AMAZÔNIA"

Em outubro de 1969, o jornalista de "A Província do Pará", Pedro Tupinambá, escreveu uma reportagem sob o título acima. Expressiva, real, oportuna, porque ninguém há de ignorar que, efetivamente, o Catalina foi o grande desbravador da Amazônia.

— Se o Douglas é o "cavalo dos céus", como afirmamos em crônica publicada em 1966 — diz Pedro Tupinambá — o Catalina é o "burro de carga da Amazônia", onde as estradas se contam nos dedos da mão, e nos rios — vias líquidas de comunicação — escasseiam as embarcações.

O Catalina, também chamado de "pata choca", relevantes serviços tem prestado ao setentrião e podemos dizer com convicção: é um dos fatores de progresso e desbravamento desta imensa região.

Cruzando os céus da planície, ora pousando nágua, ora em terra, êle enfrenta as tempestades ou os raios de CB com heroísmo e galhardia, pois sabe que de si dependem muitos fatores ligados à sobrevivência na selva amazônica, onde os núcleos populacionais são ilhas perdidas no mar verde.

Há vinte e tantos anos êle tomou a si esse encargo e jamais dêle se esquivou ou procurou correr da raia.

Na sua marcha lenta, bem simbolizando o lema do 1.º/2.º GAV sediado em Belém — "Devagar, mas chego lá" —, lembra uma gigantesca tartaruga voadora, deslocando-se pesadamente pra lá e pra cá, a conduzir padres e freiras, pastores protestantes e irmãs de caridade, militares e arigós, índios e caboclos, pequenos comerciantes e funcionários públicos, magistrados e prefeitos, igualando em seu bôjo tôdas as profissões e côres, credos religiosos e castas sociais, num autêntico desafio aos preconceitos humanos.

Em seus bancos sentam-se, lado a lado, o general e o soldado, o pé-rapado e o secretário de Estado, a madre-superiora e a mulher do povo, o prelado e o ateu.

— E a sua carga, qual é?

Desde a maleta grã-fina, último modelo, ao fardo de charque ou pirarucu, do caixote mal pregado, com gêneros, à gaiola de passarinho; sacos, sacolas, saquinhos, amarrados, caixas de papelão com medicamentos, malas de madeira de todos os tamanhos e feitios; da pele de borracha ou sernambi ao pano de farinha ou castanha; do engradado com peças e apetrechos, do saco de farinha de trigo ou açúcar com bugigangas; do tambor de óleo ou gasolina à caixa de ferramentas; dos sacos de lona de EBCT aos papagaios, periquitos, tucanos, araras, tartarugas, tracajás, etc.

Em seu interior mistura-se o odor gostoso das madeiras regionais ao cheiro *sui generis* do pirarucu sêco, dos perfumes das ervas aos vapôres enjoativos da gasolina.

Quando chega em certos lugares, parece uma arca de Noé, tal a variedade de bichos que transporta.

Muitos têm se arrepentado por aí, menos por culpa sua, do que por outras causas.

Às vêzes, na decolagem, quando está muito carregado, êle padece para sair da pista, roncando que nem um animal ferido.

Nas úmidas madrugadas ou nas auroras magníficas, o Catalina parte para suas missões, muita vez com sacrifícios inauditos, para cumprir as rotas dos rios Negro, Solimões, Tirós, Cururu, Purus e Madeira, levando em suas asas (que ostentam a estrêla brasileira e as letras da FAB) uma mensagem de civilização e carinho, aos nossos queridos irmãos espalhados pelos quadrantes longínquos da hinterlândia.

A tropa do Exército destacada em Tabatinga, em tempos idos, cantava à chegada do Catalina o "Hino da Pata Choca", acompanhada por uma charanga, a refletir seu reconhecimento e alegria pela volta, sempre ansiosamente aguardada, do avião da FAB àquelas plagas remotas. Era um dia de festas!

As irmãs de caridade do Rio Negro criaram um slogan: "A FAB é nossa".

A FAB, na realidade, é das freiras e dos padres, é dos índios e dos caboclos, é de tôda a gente dêste Brasil imenso, rico e generoso.

Utilizado também no transporte de tropas armadas, de delegações estudantis ou esportivas, o Catalina é pau pra tôda obra, incansável no seu mister patriótico ajudando a levar pra frente êste gigante que é o Brasil.

Merecedor de nossa estima e gratidão, bem merece um monumento em praça pública, a atestar às gerações futuras o seu trabalho hercúleo e nobre, valioso e heróico.

A PETROBRÁS NA AMAZÔNIA

O Estado do Amazonas constitui parte do Vale Amazônico, onde o antigo Departamento Nacional de Produção Mineral iniciou pesquisas para a descoberta de petróleo. Atualmente, cabem ao Departamento de Exploração e Produção da PETROBRÁS, através da Região de Exploração do Norte, tôdas as atividades de pesquisa e exploração do petróleo no Norte do Brasil, nas seguintes bacias sedimentares do Estado do Amazonas:

Alto Amazonas	600.000 km ²
Médio Amazonas	30.000 km ²
Baixo Amazonas	100.000 km ²

Mas, apesar dos esforços despendidos durante muito tempo, e do emprêgo das técnicas mais avançadas, não foi encontrado, ainda, nenhum poço que produzisse quantidades comerciais de óleo. A causa: condições locais desfavoráveis a métodos de pesquisas. Assim, os trabalhos na região passaram a ter um sentido essencialmente experimental: de maneira moderada, os estudos no Vale Amazônico continuam e continuarão, até que sejam obtidas, à superfície, informações válidas em profundidade, a serem confirmadas em sondagem.

Embora decidindo a PETROBRÁS concentrar seu trabalho em zonas mais favoráveis, onde o petróleo pode ou poderá ser obtido com maior facilidade, e a curto prazo, o que não implica no abandono da vasta área, é que a empresa poderá obter os recursos necessários para vencer, depois, as dificuldades que marcam a natureza geológica da Amazônia. Não conseguiu, portanto, a PETROBRÁS, uma produção comercial de óleo, na Amazônia, até agora. *Mas existe petróleo na região.* A produção obtida, porém, vinha de pequenos reservatórios lenticulares, encaixados nas formações geológicas, que se esvaíam inteiramente, quando tentada a produção continuada. Além disso, os métodos de pesquisa, com sua limitação própria, encontram ali condições adversas, principalmente devido à presença de intrusivas encaixadas na coluna sedimentar. Em consequência, ficam prejudicadas as informações obtidas pelos métodos geológicos e geofísicos. Os prognósticos sobre o desenvolvimento da região consistem, principalmente, no aperfeiçoamento dos métodos geofísicos, solução que tanto pode ocorrer em futuro próximo, como remoto. Enquanto êle não se realizar, porém, as pesquisas no Vale Amazônico terão caráter experimental. Somente após resultados satisfatórios, poderão ser incrementadas as atividades exploratórias. Os reservatórios mais prospectivos da bacia, segundo os técnicos, estão nas formações Monte Alegre, Curuá e Nova Olinda.

Na Bacia Amazônica há grandes dificuldades em localizar as acumulações comerciais de hidrocarbonetos. Várias são as razões que criam essas dificuldades: as rochas ígneas, que impedem o emprêgo dos métodos geofísicos para a descoberta de estruturas acumuladoras de petróleo. O mapeamento geológico tem de ficar restrito às bordas da bacia, pois as rochas terciárias cobrem toda sua parte central.

Assim, embora a PETROBRÁS não tenha abandonado o estudo da Bacia Amazônica, modificou seu método de trabalho. Hoje, fazem-se, naquela zona, estudos de laboratório, mapeamento com fotogeologia e integração dos dados até agora obtidos, para, depois, decidir quanto à conveniência de retornar a trabalhos de campo.

Recursos

Atualmente a PETROBRÁS mantém, na Amazônia, 2.469 empregados, distribuídos pelos serviços técnicos e administrativos. Há dez sondas lotadas na região. A exploração está a cargo de seis equipes, três de geologia e três de geofísica. Para 1968, a PETROBRÁS destinou no seu orçamento, só para a Bacia Amazônica, Cr\$ 54.527 milhões, de um total de 192.175 milhões para todo o Brasil.

REFINARIA DE MANAUS, UM GRANDE PASSO INDUSTRIAL

A Companhia de Petróleo da Amazônia (COPAM) foi constituída em 1952. Dadas as precárias condições infra-estruturais da região, o sucesso do empreendimento exigiu esforços gigantescos e só foi conseguido porque ao grupo liderado pelo pioneiro Isaac Benayon Sabbá se uniu a família Levy, de São Paulo.

Com a participação de investidores paulistas, que mesmo antes da criação dos incentivos fiscais acreditavam no progresso da Amazônia, o capital da nova companhia foi subscrito em tempo recorde.

A Refinaria de Manaus, operada pela COPAM, está funcionando regularmente desde 1957. Atualmente, processa 7.000 barris diários de petróleo e atende ao consumo de gasolina, querosene e óleo diesel de toda a Amazônia Legal, de óleo combustível e gás liquefeito de toda a Amazônia Ocidental.

Reconhecidamente, a refinaria e, por extensão, a COPAM representam uma linha divisória na história econômica da região. É a Amazônia antes e depois do petróleo, ou seja, do combustível que coloca a economia da região sobre rodas, para impulsionar seu crescimento.

Por outro lado, a COPAM serviu para formar o primeiro núcleo de operários especializados e de "know-how" de refinação de petróleo na Amazônia. Em pouco tempo, seu quadro de pessoal era constituído, na totalidade, de técnicos e operários amazonenses, nascidos ou radicados na capital, Manaus.

As conseqüências econômicas da Companhia podem ser sentidas no abastecimento regular de derivados ao mercado regional, a preços nacionais, permitindo o surgimento de termelétricas, a criação de novas indústrias, a construção de rodovias, a ampliação e regularização dos transportes fluviais.

Depois da COPAM, o mesmo grupo empresarial formou a Companhia de Navegação da Amazônia, para transportar os derivados produzidos pela Refinaria, pelo sistema de comboios fluviais; e uma outra, para a distribuição dos derivados pela Amazônia. Esta empresa construiu terminais em Manaus, Belém, São Luís, Pôrto Velho, Rio Branco, Santarém, Caracará e agora implanta terminais flutuantes em todos os principais pontos do interior da Amazônia. E, para completar, o grupo constituiu a Estanave — Estaleiros Amazônia S. A., para cuidar da constante modernização das embarcações fluviais utilizadas no transporte e na distribuição.

Na política de cooperação com outros empreendedores, associou-se ao grupo Brasil-Holanda para a ampliação e modernização da fábrica da Compensa — Madeiras e Compensados da Amazônia; ao Grupo Textil Tabacow, para a criação da Fiação e Tecelagem de Juta da Amazônia — Fitejul; e ao grupo Treves para a criação da Trevezônia, indústria de jóias, prataria e lapidação de pedras preciosas e semipreciosas.

Petroquímica

Tôdas essas iniciativas refletem a preocupação do Grupo COPAM em ajudar ao desenvolvimento do Amazonas. E agora vem somar-se a participação no capital social da SPUMA — Indústria Química de Manaus S. A.

A petroquímica, o ramo mais dinâmico da indústria de transformação, está, pois, começando a nascer no Amazonas.

Com os recursos dos incentivos fiscais dados à região pela SUDAM e da iniciativa particular, está sendo plantado o projeto da SPUMA, representando um investimento superior a Cr\$ 40 milhões.

Para se ter uma idéia da importância da empresa, basta dizer que produzirá, quando estiver operando a plena capacidade, 60,8 mil toneladas de detergentes por ano; 17,8 milhões de litros de derivados de petróleo diversos, como solventes e amaciantes; e 40,3 mil garrafas de polietileno e PVC.

No que se refere aos preços de seus artigos, a SPUMA será beneficiada nos custos de fabricação com a isenção que gozam os empreendimentos instalados na Zona Franca de Manaus, o que facilitará a importação das matérias-primas de que necessita. E, além disso, sua localização estratégica em relação à principal fonte de suprimento (Refinaria de Manaus), aos sistemas de transporte, à mobilização de mão-de-obra, ao suprimento de água e energia, é outro fator de barateamento de custos.

Em resumo, o projeto da SPUMA deve ser entendido como vital para a elevação do nível de renda regional, não só pela criação de numerosos empregos diretos e indiretos, seja em sua própria indústria, seja nas indústrias que se instalarão para aproveitar sua produção, seja na ativação do setor de serviços, como comércio, bancos e transportes, seja ainda na própria elevação da arrecadação de impostos, de um governo que agora concede isenções, mas que no futuro melhorará sua receita com a expansão econômica das regiões ajudadas.

Perfil da Empresa

A SPUMA é a nova iniciativa do grupo Sabbá, que controla a COPAM, fundada em 1954. Esse grupo, tendo em vista o advento da Grande Petroquímica do Brasil, com a disposição governamental de estimular essa indústria, inclusive criando a Petroquisa para se associar à iniciativa privada, resolveu colocar-se na linha de frente do setor, implantando em caráter pioneiro um complexo petroquímico na Amazônia.

A SPUMA amazônica é irmã menor da SPUMA carioca, tendo na presidência o sr. Sérgio Luis Pradez Faria, engenheiro-químico, conhecido especialista na fabricação de produtos derivados de petróleo e detergentes; e na diretoria técnica, o sr. Albino Manoel Regallo de Souza, que é também diretor da COPAM e membro licenciado do Conselho Nacional de Petróleo.

A empresa foi constituída em 5 de setembro de 1968 com sede e fôro na capital amazonense e com capital autorizado de Cr\$ 25,9 milhões, divididos em ações ordinárias (500.000) e preferenciais (25.404.300), no valor nominal de Cr\$ 1,00.

Mercado

Três produtos responderão por 87% da capacidade de produção e por 93% da receita normal num ano de funcionamento da SPUMA. A produção de garrafas plásticas não está computada nesses percentuais, porque será absorvida pela própria empresa, na totalidade. Os três principais produtos são:

Detergentes em pó;

Detergentes líquidos;

Amaciantes para fibras duras, de juta e sisal.

Em 1971, ano em que a SPUMA iniciará sua produção na Amazônia, estima-se que a necessidade de consumo no país chegará a 27.600 toneladas. Como a capacidade atual de produção interna alcança apenas 16.000 toneladas, fica um claro de 11.600 toneladas a ser preenchido.

A produção projetada para a SPUMA, de 36.000 toneladas de detergente líquido e de 24.000 toneladas de detergente líquido, preencherá mais da metade desse claro, porque utilizará cerca de 6.000 toneladas de dodecilbenzeno. Portanto, está garantido o total escoamento de sua produção de detergentes, sem contar que a empresa permitirá ao país economizar boa soma em divisas.

Finalmente, o último grande produto da SPUMA. O amaciante para fibras duras é utilizado pela indústria têxtil, e seus ingredientes básicos são importados pelas companhias de petróleo, que preparam o produto final pondo marcas próprias. O ingrediente básico a ser utilizado pela SPUMA será preparado pela Companhia de Petróleo da Amazônia, na refinaria de Manaus, a partir da fração de petróleo.

PROJETO RONDON

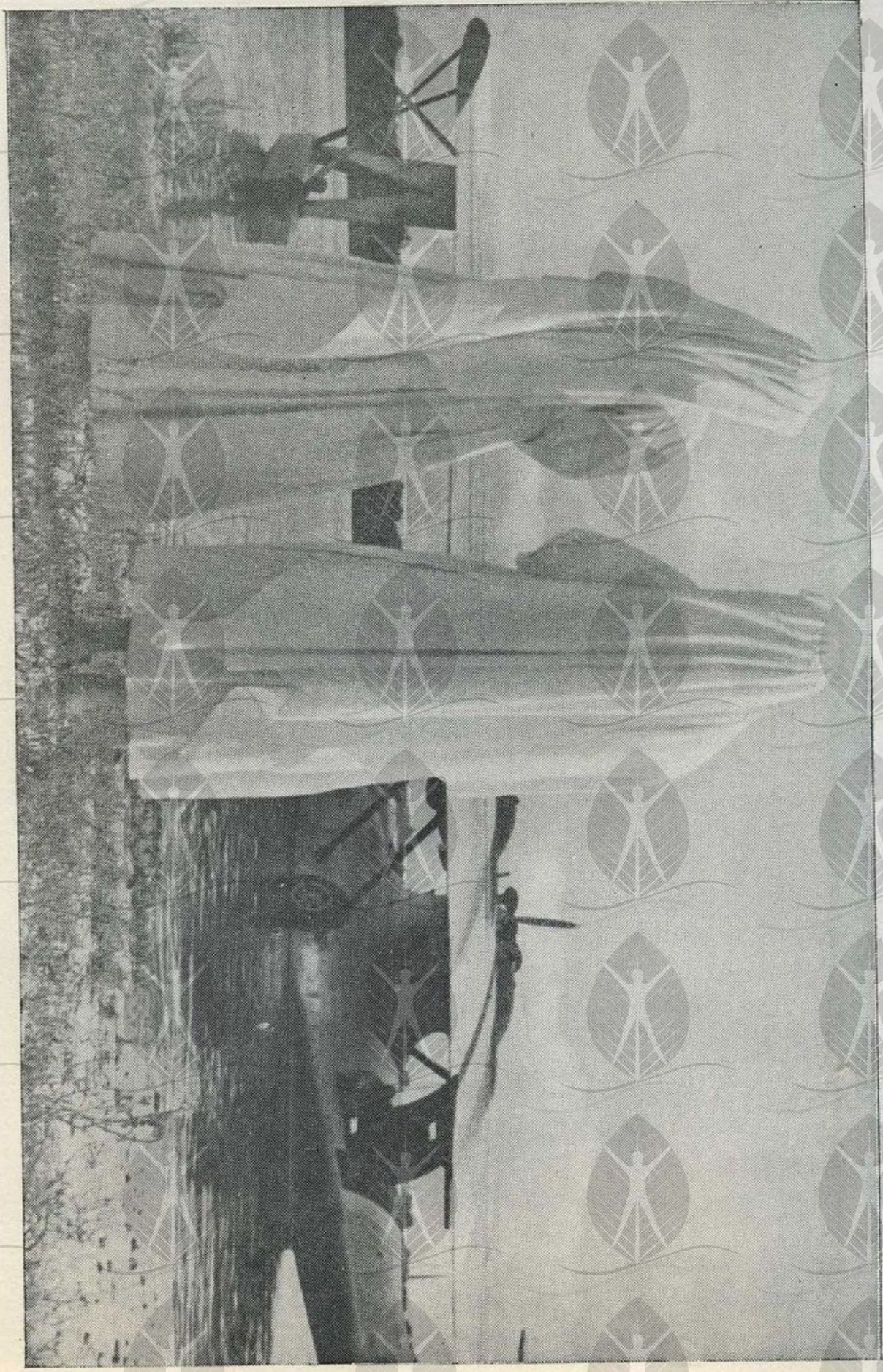
O Projeto Rondon é um movimento surgido no meio universitário brasileiro, tendo por lema "Integrar Para Não Entregar". Tendo como patrono Cândido Mariano da Silva Rondon, já está institucionalizado através do Decreto n.º 62.927, de junho de 1968, sob a forma de um Grupo de Trabalho, integrado por todos os Ministérios e debaixo da responsabilidade direta do Ministério do Interior.

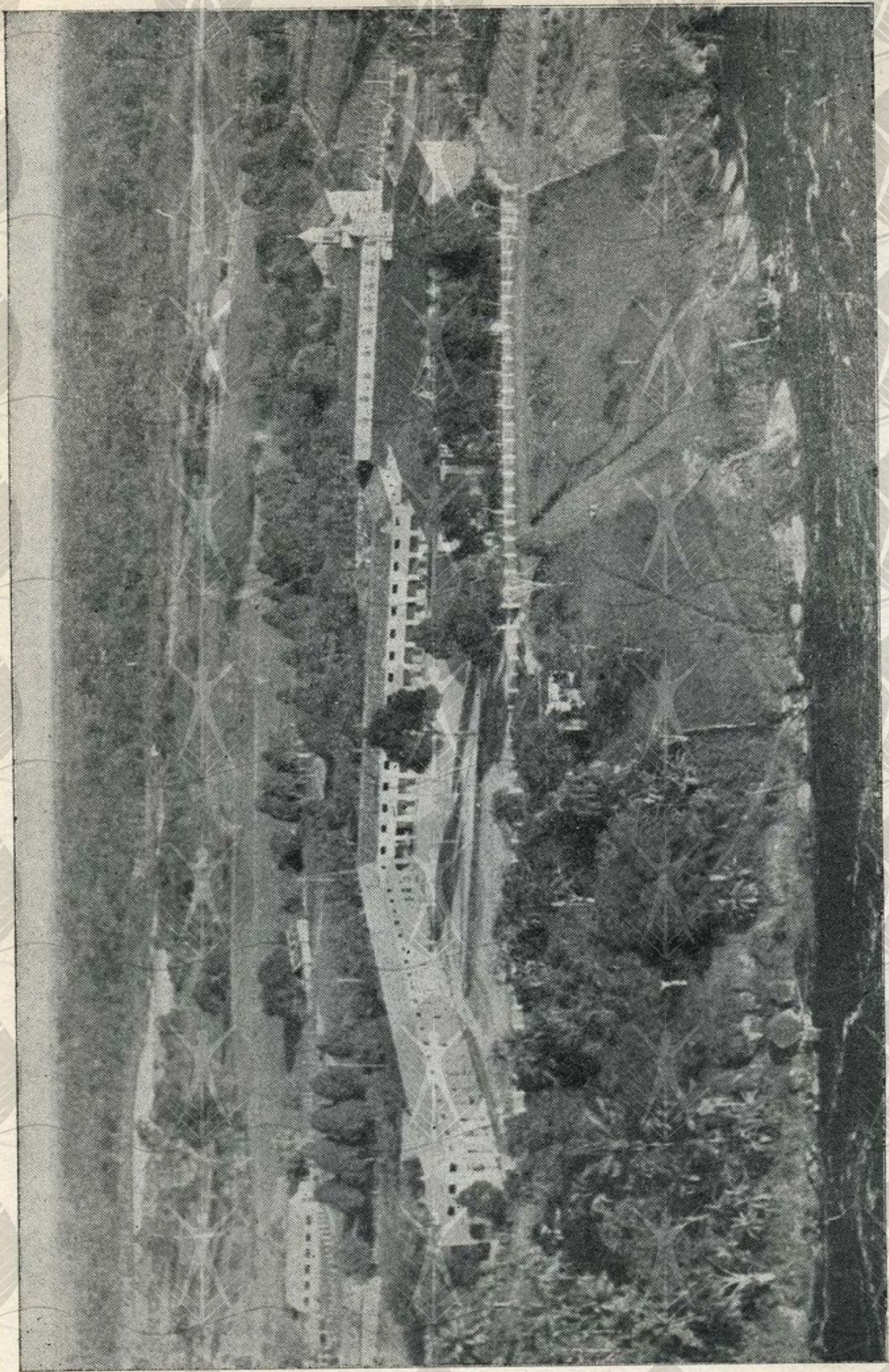
É um movimento diferente de seus congêneres, não sendo inspirado ou copiado de outros, constituindo-se em uma atividade bastante complexa, dinâmica e com grande riqueza de potencialidade. Essas características justificam o processo com que vem sendo estruturado, de maneira progressiva e experimental, de acordo com as características peculiares ao nosso país, com a realidade e a magnitude de seus graves e complexos problemas sócio-econômicos, e, particularmente, respondendo aos anseios, à maneira de ser, pensar e agir de nossa própria juventude. Nada nele é impôsto. Tudo é reflexo e resposta aos impulsos emitidos. Daí a grande dificuldade dessa estruturação: não deformá-lo, burocratizando-o ou fazendo-o afastar-se da espontaneidade com que foi criado e de sua identidade com o pensamento dos jovens.

É um programa de educação, ou melhor, de complementação prática da formação universitária. Seu objetivo é a integração do jovem e da própria Instituição Universitária à realidade brasileira, de forma a que participem mais diretamente da problemática do Desenvolvimento da Integração Nacional e da Valorização do Homem. Sua forma de atuação é a do aprendizado indireto, através da prestação de serviços. Seu princípio básico, o do voluntariado.

O PROJETO RONDON não visa resultados imediatos e nem se propõe a resolver problemas de qualquer natureza; quando muito, presta apenas sua colaboração. O que pretende realmente é a formação de uma mentalidade nacional, através da motivação e do aperfeiçoamento prático e objetivo daqueles que serão, logicamente, os líderes de amanhã e de onde sairão, em todos os campos de atividade, os responsáveis pela condução de nossos destinos. Procura-se, através desses estágios, fortalecer nos jovens a consciência da responsabilidade social que adquiriram ao se incluírem dentre os que tiveram o privilégio do ensino superior.

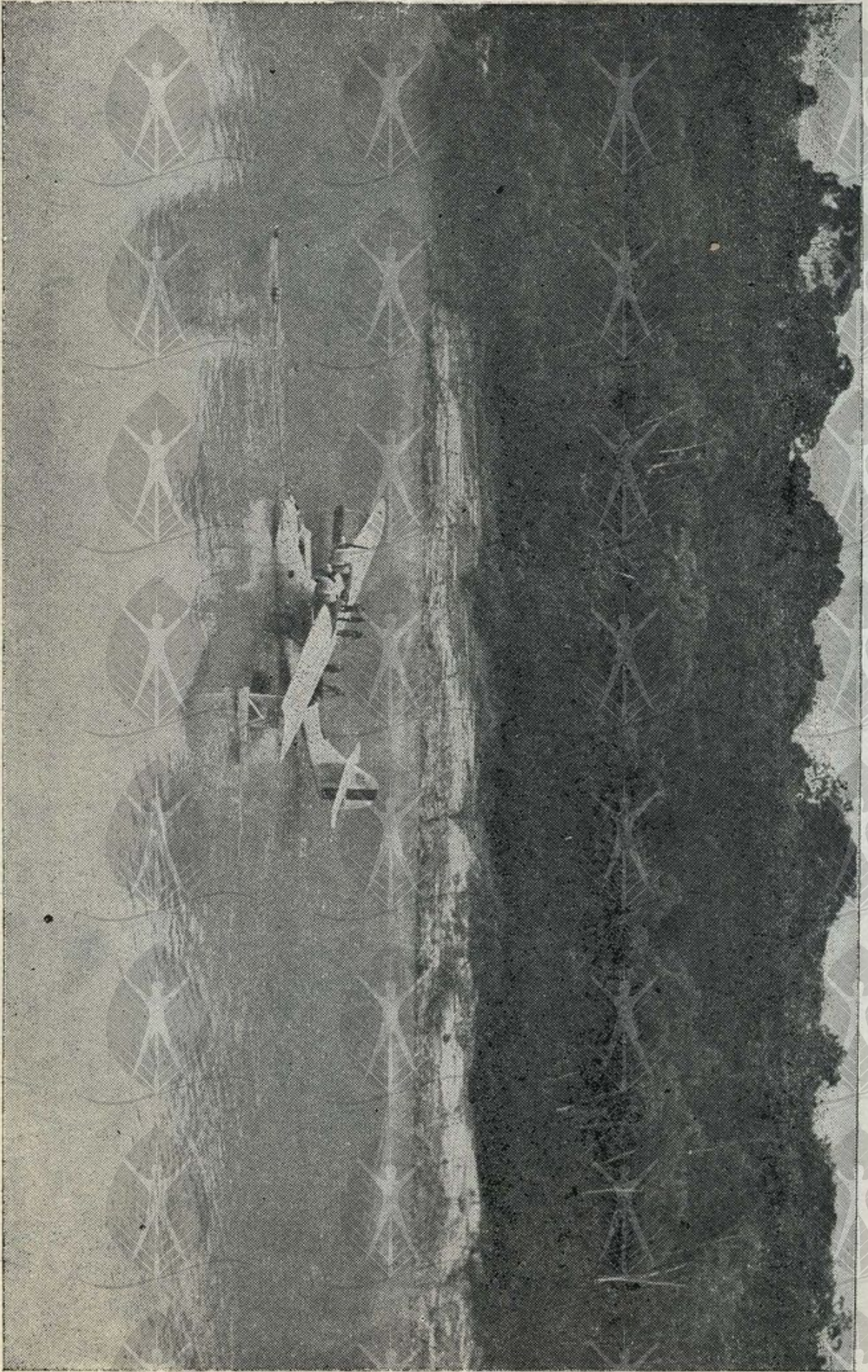
"Os Anjos brancos" e o Catalina. O avião — o elo entre a civilização e as abnegadas missionárias do Rio Negro.

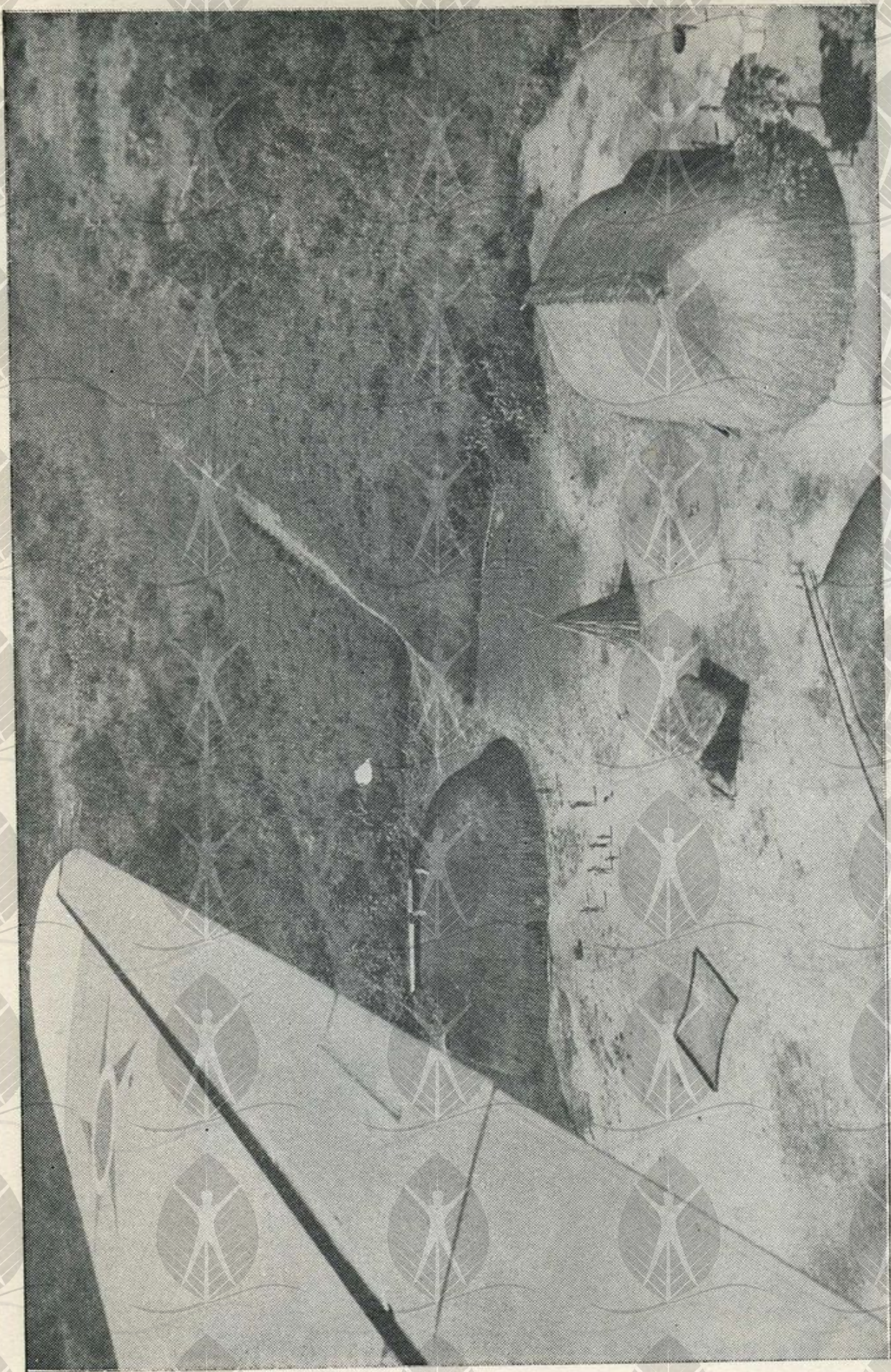




Missão Salesiana do Rio Negro, a igreja, a escola, o ginásio, a oficina, o campo de esportes. Em plena selva, à margem do rio.

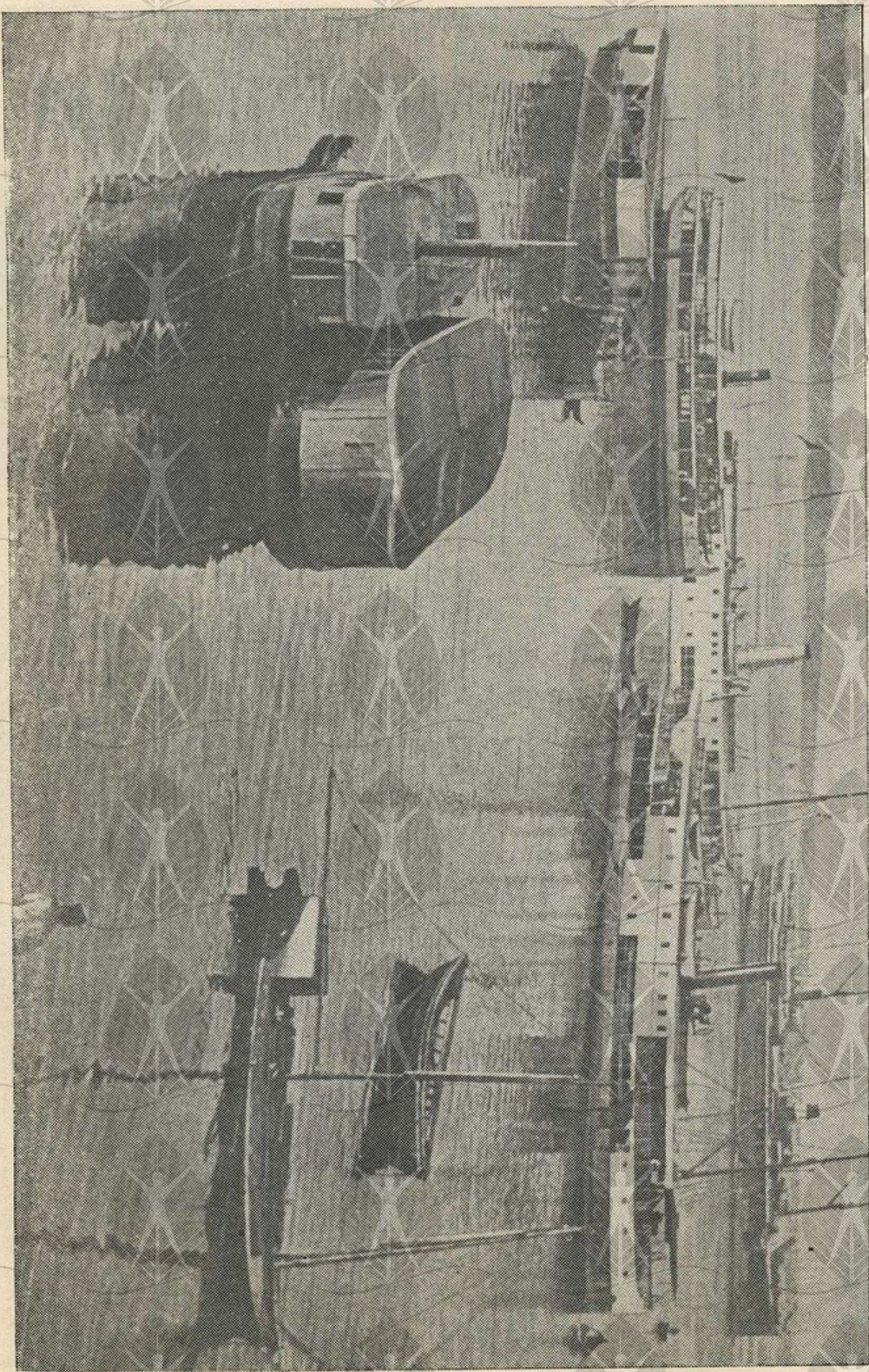
O Catalina CA-10 "ancorado" num trecho de rio amazônico.

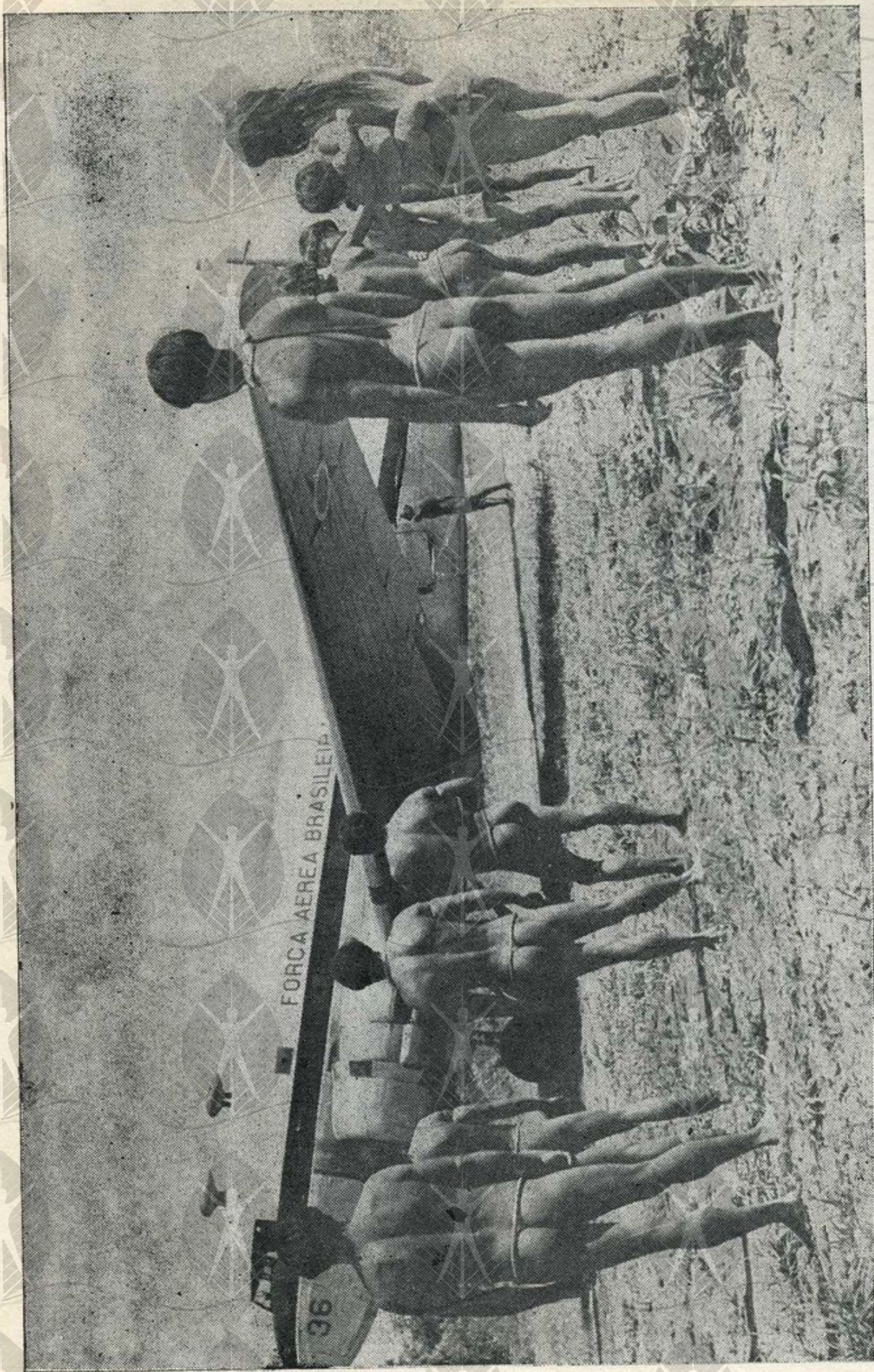




Um C-47 sobrevoando uma tribo indígena no Alto Amazonas. Já são índios civilizados. Observe-se a oca indígena.

A Baía do Rio Negro. Navios ancorados, pequenas embarcações, os famosos "regatões", no primeiro plano.

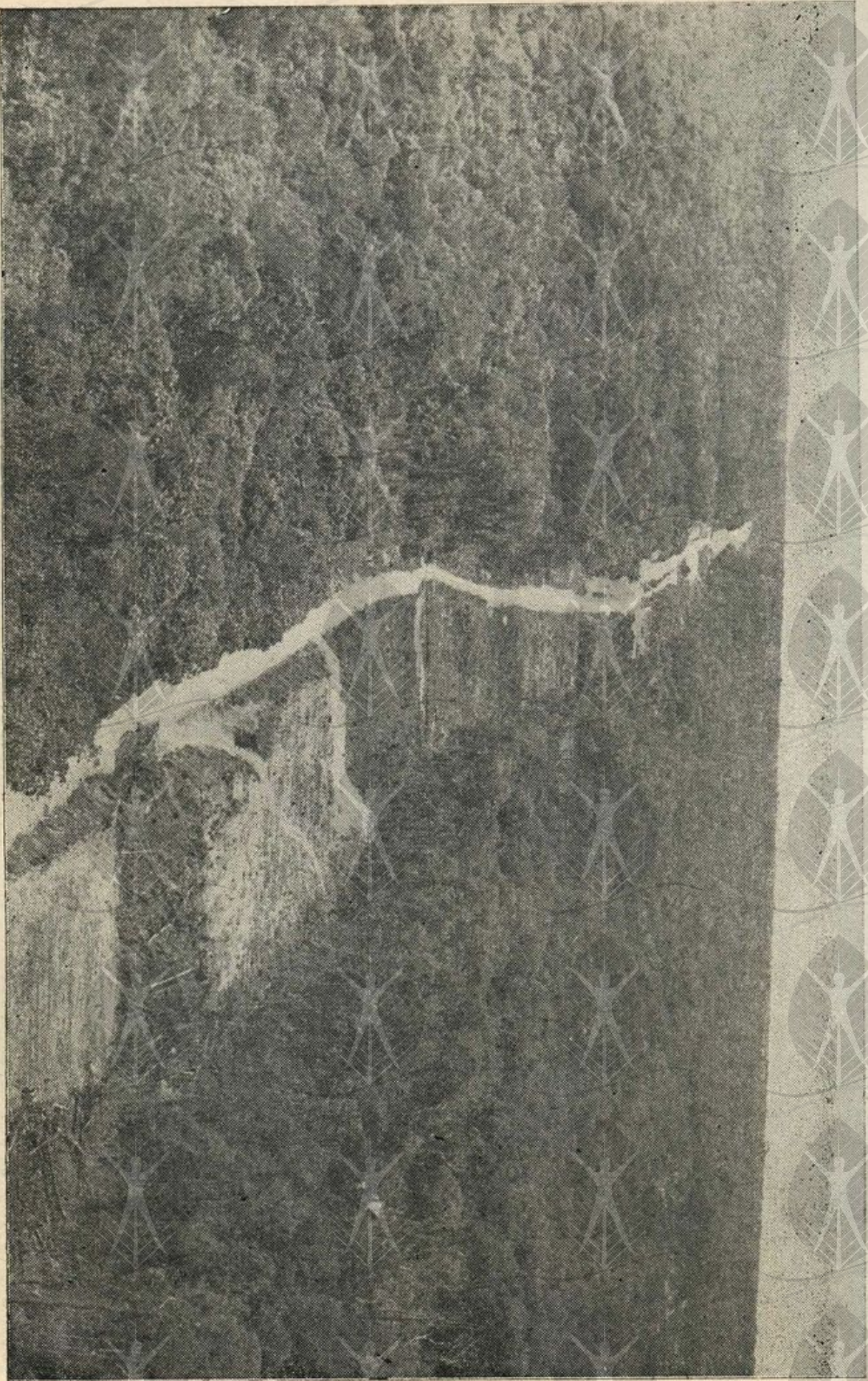


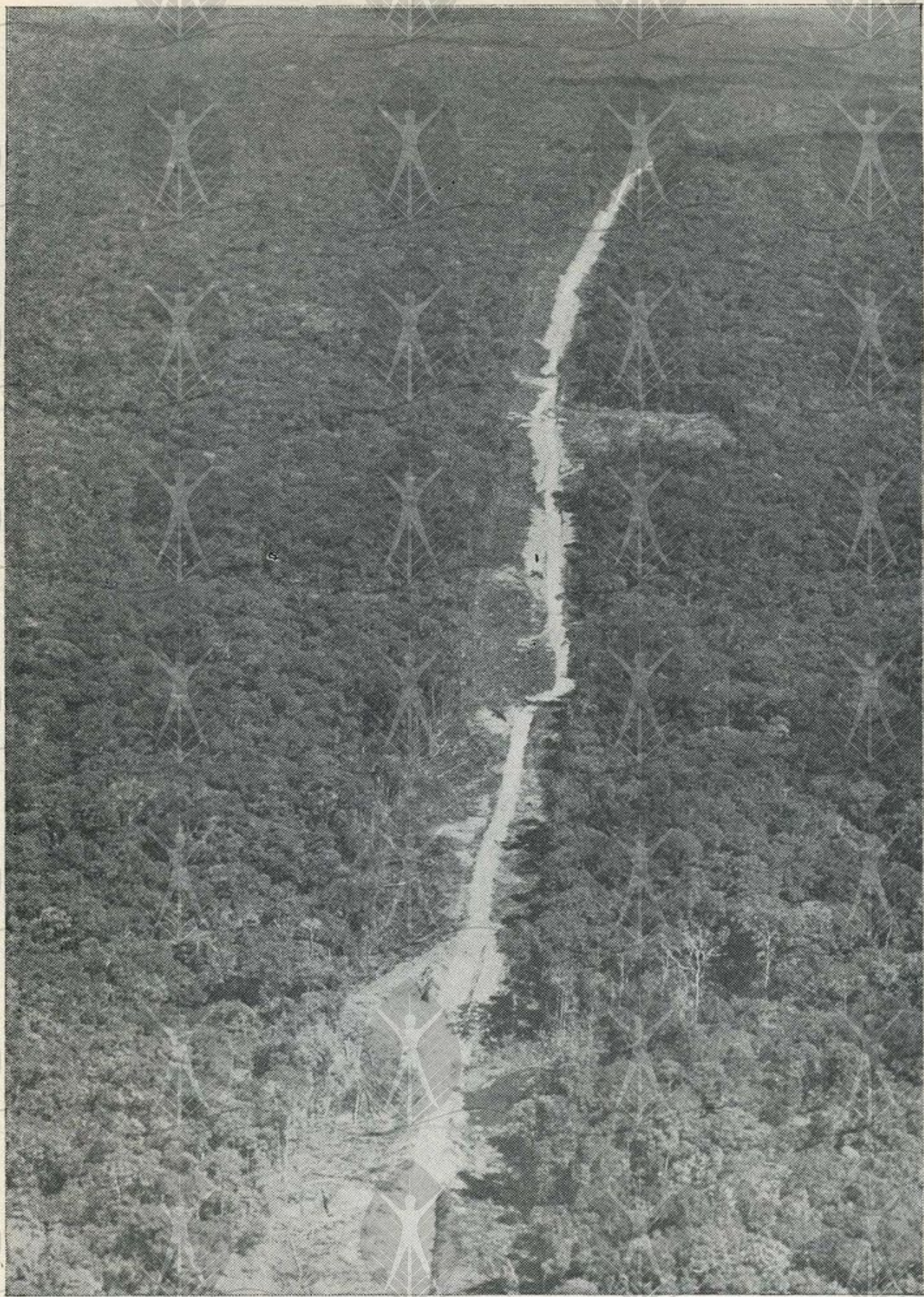


Na história do moderno desbravamento da Amazônia, o avião é o elo entre a civilização e o elemento indígena. Um dia eles entenderão a missão silenciosa do "pássaro-voador".

Um C-47, outro tipo de avião melhor entenderão a

Estrada Manaus—Careiro, parte da estrada Manaus—Pôrto Velho.





Estrada Manaus—Alalaí.

Numa época em que os jovens de quase todo o mundo se revoltam contra os sistemas universitários, por julgá-los estáticos e por isso mesmo obsoletos, não os conduzindo para as reais necessidades dos mercados de trabalho e formando-os mais acadêmicos do que ajustados às futuras atividades profissionais, o PROJETO RONDON lhes dá ampla oportunidade de verificar a viabilidade de aplicação do que aprenderem nas escolas, aperfeiçoar e adaptar métodos de trabalho e conhecer novos mercados, carentes de mão-de-obra especializada.

Além de sua programação normal, empenha-se o PROJETO RONDON atualmente em dois pontos básicos: a criação de "campus" avançado e aproveitamento no interior dos profissionais recém-formados. O "campus" avançado, inovação que está revolucionando o conceito de universidade, consiste na extrapolação do "campus" natural das escolas. Cada universidade terá, nas áreas menos desenvolvidas do País, um "campus" experimental. Nêle, equipes de alunos e professores, mensalmente renovadas, trabalharão, sob a forma de estágio curricular, dentro de um programa ajustado com as autoridades locais, de maneira contínua. Com isto, além dos grandes benefícios que terão os jovens, permitir-se-á que regiões carentes de técnicos disponham de uma gama variada de especialidades.

Como característica de países em via de desenvolvimento, a grande concentração urbana acarreta ao País um processo heterogêneo de desenvolvimento. Assim, ao lado de áreas de acelerado progresso, outras existem que, sem a infra-estrutura e técnica necessárias, permanecem estáticas.

Em complementação a êste paradoxo, os grandes centros começaram a ficar saturados de mão-de-obra técnica. Seus mercados de trabalho, já suficientemente explorados, fecham-se ao profissional recém-formado.

Visando à correção dêste contraste, o PROJETO RONDON procura canalizar e dirigir novos técnicos para áreas cujos mercados começaram apenas a surgir.

Em tôrno do lema: "Integrar Para Não Entregar", o PROJETO RONDON vem aproximando brasileiros de todos os recantos, acima das paixões políticas e das estéreis e demagógicas discussões de fundo ideológico.

Amazonas

As equipes do Projeto Rondon já atuaram nas seguintes localidades: Nhamundá, Barreirinha, Maués, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Pari-Cachoeira, Taraquá, Iauaretê, Cucuí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Ipiranga, Japurá, Tefé, Fonte Boa, Maraã, Carauari, Nôvo Aripuanã, Borba, Itacoatiara, Nova Olinda do Norte, Manacapuru, Autazes, Careiro, Manicoré, Humaitá, Beruri, Anori, Codajás, Coari, Barcelos, Tauapeaçu, Santa Isabel do Rio Negro, Estirão do Equador, Benjamin Constant, Tabatinga, Canutama, Lábrea, Tapauá, Pauini, Feijó, Eirunepé, Bôca do Acre, Atalaia do Norte e Airão.

MUNICÍPIO-ESCOLA, UMA EXPERIÊNCIA DO SENAM

Um excelente trabalho foi realizado, em 1969, pelo Serviço Nacional dos Municípios, em convênio firmado com a Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Amazonas: Programa Município-Escola Itinerante 69.

Dez Municípios — Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, Eirunepé, Benjamin Constant, Coari, Nôvo Aripuanã, Bôca do Acre, Lábrea e São Gabriel da Cachoeira — foram selecionados e incluídos no Programa de Ação Concentrada do Ministério do Interior.

As Prefeituras dêsses municípios receberam a visita do “Município-Escola”, cuja equipe era composta pelo Cel. Ernani Gurgel de Lima, Coordenador; prof. Wilson de Jesus Corrêa Lima, técnico em Legislação de Pessoal e Material; e prof. Sebastião Montefusco Cavalcante, técnico em Contabilidade e Orçamento.

Em todos êsses Municípios, a equipe deu curso intensivo de administração municipal e promoveu o treinamento dos funcionários para o desempenho das tarefas específicas e afins, no próprio local de trabalho. Foram dadas ainda noções de Relações Públicas e Humanas na administração Municipal, Introdução à Administração Científica e promovida a Reforma Administrativa das Prefeituras e adestramento dos servidores para o nôvo sistema.

O relatório da equipe “Município-Escola” revelou que as Prefeituras não possuíam estrutura, não tinham organização e suas máquinas administrativas funcionavam pèssimamente.

Em Itacoatiara foi feita a reestruturação da Prefeitura, com o estabelecimento de sua Lei Orgânica; Estatuto dos Funcionários Municipais; Disciplinação da Utilização da Rêde Bancária para arrecadação da Receita e pagamento da Despesa Pública; Lei de classificação de cargos estabelecendo novos níveis de vencimentos; Revisão do Código de Postura; Lei de disciplinação da cessão e uso das terras do patrimônio municipal; Quadro do Pessoal da Câmara Municipal; Instruções sôbre Tráfego, Trânsito e Transportes, com vistas à cessão de linhas de ônibus; Instruções sôbre desapropriação de áreas urbanas.

A equipe verificou que a administração anterior à atual jamais cobrara tributos, o que de certa forma dificultava a ação do nôvo gestor. Partindo de um trabalho iniciado pelo atual prefeito, quando exercera a interventoria municipal, a Coordenadoria do “Município-Escola” escolheu o servidor Arnaldo Ruy Alves Pereira, como estagiário. Aproveitando bem os ensinamentos, o servidor cumpriu rigorosamente sua missão e é hoje um técnico em tributação municipal.

Depois de 25 dias de trabalho, a Equipe de Técnicos do “Município-Escola” encerrou as suas atividades em Itacoatiara, com o sancionamento e promulgação das Leis, pela Câmara Municipal, e assinatura dos decretos que compõem, hoje, o seu sistema administrativo.

Em Parintins, a Equipe encontrou a Prefeitura com 42 funcionários, entre efetivos e comissionados. Salienta-se que a maioria dos funcionários comissionados são aposentados de repartições estaduais e federais, o que evidencia a carência absoluta de material humano em Parintins.

O relatório da Equipe salientou ter encontrado uma Prefeitura sem estrutura, sem organização e a fisionomia de que jamais se tentara, aliada ao péssimo desenvolvimento de sua máquina administrativa.

Depois de algum trabalho, a Equipe deixou em Parintins, devidamente aprovado pela Câmara Municipal, um sistema legal constante dos seguintes instrumentos:

Lei de Organização da Prefeitura; Regulamento interno da Prefeitura; Lei disciplinadora de licitação; Decreto de regulamentação da utilização da rede bancária para pagamento de despesas e arrecadação de receita pública; Código de Posturas; Estatuto dos Servidores Municipais; Lei de Classificação de Cargos e normas gerais estabelecendo níveis de vencimentos; Regulamento disciplinando o uso do pôrto com revisão das tarifas e taxas; Regulamento do Silo do Agricultor; Regulamentação da Biblioteca Municipal; Organograma da Prefeitura, retratando sua nova estrutura.

A Equipe deu um Curso Intensivo de Administração Municipal não apenas para os funcionários municipais, estaduais e federais, mas também para bancários e comerciários.

Os demais municípios visitados foram:

Manacapuru, cuja Prefeitura possui 27 funcionários, entre efetivos e comissionados. Durante oito dias, a Equipe promoveu um Curso de Administração Municipal, expedindo 97 certificados.

Eirunepé, com 11 funcionários da Prefeitura, entre efetivos e comissionados. Depois de nove dias de frequência, da aplicação do Curso Intensivo de Administração Municipal, foram expedidos 84 certificados.

Benjamin Constant, município de área de fronteira, serve de limite do Brasil com o Peru e a Colômbia. A Prefeitura possui 16 servidores, entre efetivos e comissionados. Durante nove dias a Equipe realizou um Curso Intensivo de Administração Municipal, com a expedição de 67 certificados.

A Equipe registrou uma peculiaridade de Benjamin Constant digna de nota: é que para ir-se de avião àquela cidade extrema de fronteira, nos dias de chuva, é necessário desembarcar-se em Letícia, na Colômbia, para dirigir-se depois de embarcação à cidade brasileira. Isto porque não há aeroporto e o que existe nas proximidades de Tabatinga, sede da 7.^a Companhia de Fronteira do Exército Brasileiro, não é de boa qualidade. Quando chove, o avião não desce de maneira alguma, o que obriga o usuário a deslocar-se a um país estrangeiro para tomar o avião. Ainda bem que o Brasil coexiste pacificamente com a República da Colômbia.

Coari, considerado o terceiro mais desenvolvido Município do Amazonas, deteve a Equipe por 16 dias, ao fim dos quais foram expedidos 178 certificados de frequência ao Curso Intensivo de Administração Municipal.

Nôvo Aripuanã, com 12 anos de fundação, recebeu por sete dias a visita da Equipe, que expediu 69 certificados de frequência do Curso Intensivo de Administração Municipal.

Bôca do Acre, município estratégico de localização geográfica, serve de ponto de apoio ao Estado do Acre para escoamento de sua produção e de entreposto de recebimento de mercadorias e materiais durante a época da seca no Rio Acre.

A permanência da Equipe em Bôca do Acre foi de oito dias, com a expedição de 55 certificados de freqüência a quem participou do Curso Intensivo de Administração Municipal.

Para o povo de Bôca do Acre, o PAC constitui a maior de tôdas as esperanças, no que tange aos seus ideais de arrancada para o progresso.

Tendo a Equipe verificado a impossibilidade de visitar os municípios de Lábrea e São Gabriel da Cachoeira, em face da grande dificuldade de acesso àquelas unidades municipais, por falta absoluta de transporte e locomoção, êsses Municípios foram substituídos pelos de Borba e Codajás. E um termo aditivo ao Convênio original incluiu mais as Prefeituras de Tefé, Anori e Atalaia do Norte.

Atalaia do Norte, por ser área estratégica de segurança nacional, seu Prefeito é nomeado. Atalaia do Norte em 1969 não recebeu nenhuma verba, a não ser as quotas do ICM. Receita tributária local não há nenhuma e poucas são as suas possibilidades.

Foi feito o levantamento de suas necessidades e preparada a legislação administrativa básica.

Anori, o menor município do Amazonas. Foi promovida sua reestruturação administrativa com êxito absoluto.

Codajás é um Município em fase de prosperidade e com grandes possibilidades no que tange à parte administrativa. Foi feita a reestruturação administrativa da Prefeitura, dando ênfase ao sistema tributário.

Trabalho Global

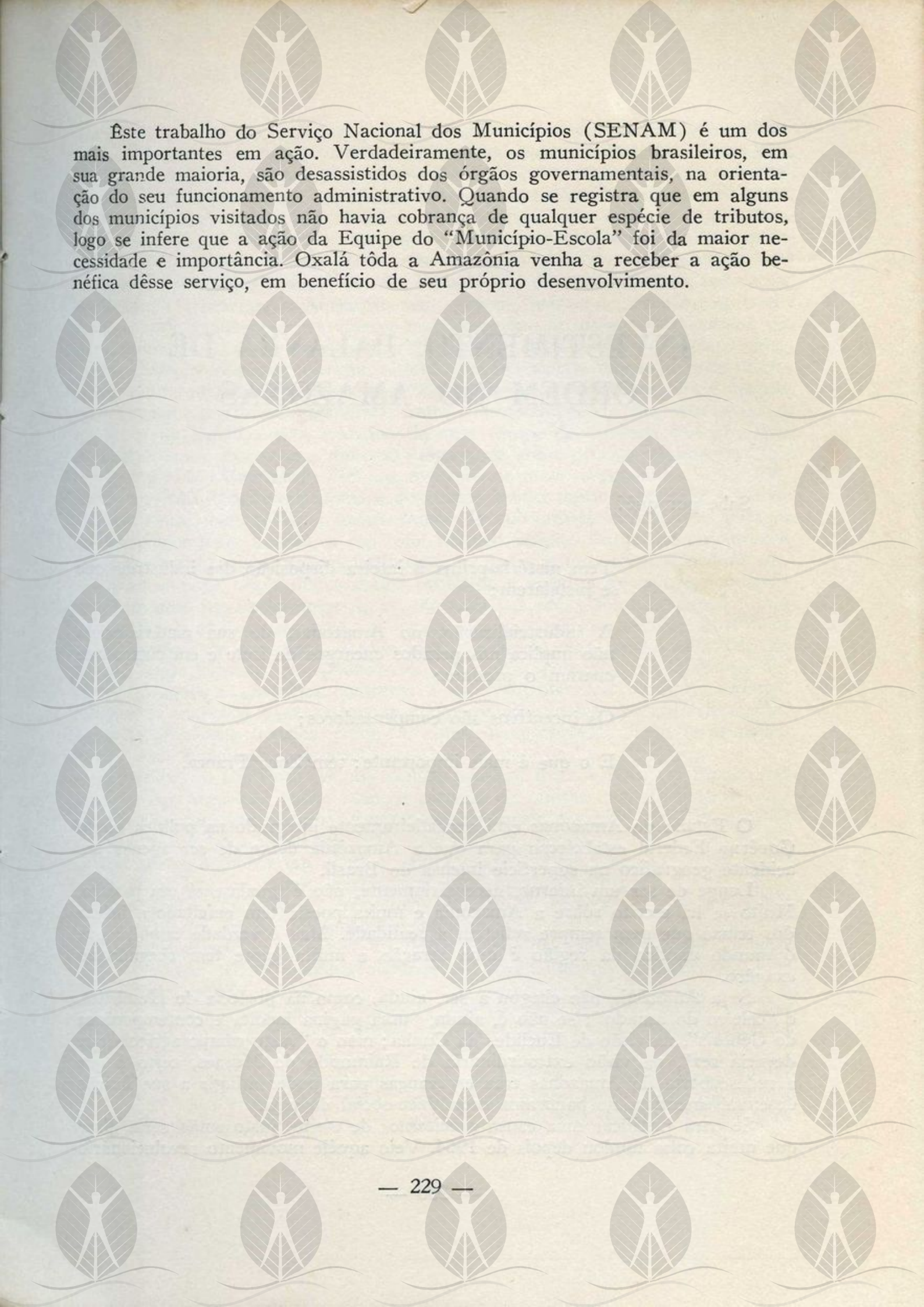
Em Benjamin Constant, Eirunepé, Nôvo Aripuanã, a reforma administrativa consistiu dos seguintes instrumentos básicos:

- a) Lei de Organização da Prefeitura;
- b) Regulamento Interno da Prefeitura com organograma;
- c) Lei disciplinadora das licitações, e
- d) Lei de Classificação de Cargos, quadro de pessoal e tabela de níveis de vencimentos, e uma série distinta de leis e decretos menores que foram solicitados pelo Prefeito, sendo, alguns dos quais, vitais para o lugar.

Em Coari e Manacapuru, além do elenco acima referido, foram elaborados um Código de Posturas e o Estatuto dos Servidores Municipais.

Para 1970 as Prefeituras que deverão receber a assistência do "Município-Escola Itinerante", um dos pontos vitais do PAC (Programa de Ação Concentrada), serão as seguintes:

Nhamundá, Silves, Itapiranga, Urucurituba, Urucará, Maués, Barreirinha, Tefé, Lábrea, Canutama e Tapauá.



Este trabalho do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM) é um dos mais importantes em ação. Verdadeiramente, os municípios brasileiros, em sua grande maioria, são desassistidos dos órgãos governamentais, na orientação do seu funcionamento administrativo. Quando se registra que em alguns dos municípios visitados não havia cobrança de qualquer espécie de tributos, logo se infere que a ação da Equipe do "Município-Escola" foi da maior necessidade e importância. Oxalá toda a Amazônia venha a receber a ação benéfica desse serviço, em benefício de seu próprio desenvolvimento.

INVESTIMENTO, PALAVRA DE ORDEM NO AMAZONAS

Sabe por quê?

Tem matéria-prima à inteira disposição das indústrias que se instalarem;

A industrialização, no Amazonas, de sua matéria-prima não implica nos pesados encargos de frete e em outros que oneram o produto;

Os incentivos são compensadores;

E o que é mais importante: tem Zona Franca.

O Estado do Amazonas está verdadeiramente integrado na política que o Governo Federal estabeleceu para que a Amazônia deixe de ser apenas um acidente geográfico na superfície imensa do Brasil.

Longe de ser um inferno, necessariamente, não é igualmente um paraíso. Muito se há escrito sobre a Amazônia e muita poesia tem enfeitado a beleza dos temas que nem sempre refletem a realidade. Mas é verdade também que o mundo exótico da região é uma atração e muita gente tem chegado ao exagêro.

Se a Amazônia não chegou a ser, ainda, como na profecia de Humboldt, o “celeiro do mundo”; se não é, ainda, “uma página inédita e contemporânea do Gênesis”, na visão de Euclides da Cunha; nem o “vasto campo agrícola que deveria ser”, na visão extraordinária de Raimundo de Moraes, certo é que a redescoberta do Amazonas traz esperanças para poder atingir a sua função desenvolvimentista no panorama econômico-social do país.

Se para justificar uma causa precisamos de efeito, justo então seria dizer que muita coisa mudou depois de 1964. Veio aquêlo movimento revolucionário

que sacudiu o Estado, que fêz o govêrno central a olhar com mais interêsse para a região. Veio aquêlo governante — justo é destacá-lo como o pioneiro do nôvo Amazonas — Artur Cesar Ferreira Reis —, realizando um trabalho de integração revigorando o homem da terra, estabelecendo um programa de trabalho onde os moços constituíram a viga-mestra — e o desafio ficou lançado. Desafio que poderia ser mais um convite para que todo brasileiro procurasse ver o nôvo Amazonas como uma terra de trabalho, de esforço, de boa vontade, de imensas riquezas naturais, estar sim, a desafiar o homem industrial brasileiro. Transformar o Amazonas num parque imenso de trabalho, aproveitando e industrializando sua imensa matéria-prima, abrindo novos campos de aproveitamento para o homem, aperfeiçoando-o através de um esforço educativo, difundindo novas técnicas, abrindo novas escolas, saneando seus municípios, difundindo na alma do povo a mística de que o Amazonas não é apenas uma extensão territorial gigantesca, antes a necessidade de sua efetiva posse em nome do Brasil, êste o trabalho de uma equipe de govêrno que não tem feito outra coisa senão dar a dimensão segura de que é preciso, realmente, “Integrar Para Não Entregar”. Fiel aos reclamos de uma necessidade conjuntural, isto é, que não deve haver ufania e que todos devem sentir a verdade, é indispensável, nos dias atuais, a árdua tarefa de substancial importância para o desenvolvimento do Estado, a sua total desmistificação. Porque só assim será possível alcançar, pelo real conhecimento, o que o Amazonas é e poderá ser.

Não se pode negar que o maior problema é a baixa densidade demográfica, com uma população dispersa, concentrada nas sedes dos municípios. Tudo isso porque o amazonense vive em função dos rios que, na região, constituem as principais e quase únicas vias de acesso. Criando, nas regiões centrais, um enorme vazio humano, que poderia ser, em outras palavras, um autêntico deserto. Só agora as rodovias começam a se desenvolver. E só agora existem realmente condições para enfrentar todos os obstáculos, porque eliminados estão os problemas fictícios, como “o clima insuportável”; “uma terra pouco fértil”; e o “flagelo das doenças”.

O clima, ao contrário do que muitos pensam, mais, talvez, em função das propagandas negativas (quem não se recorda de muitos que afirmavam viver na Amazônia era um castigo), é agradável na maior parte do ano. Plenamente suportável na época do verão. Não se registram, no Amazonas, casos de insolação, como acontece em outras regiões do país. Sua ação depressiva sobre o organismo humano é tese vencida, sem fundamento científico.

Valendo-nos dos dados estatísticos do IBGE, verificamos que em 1968, por exemplo, o Estado do Amazonas registrou:

Pressão atmosférica (Mb) — 1.004,8; média das máximas — 31,2; média das mínimas — 23.0; máxima absoluta — 35.7; mínima absoluta — 19.5; média compensada — 26,4.

Se estabelecermos uma comparação, por exemplo, com o Estado da Guanabara, verificamos o seguinte: Pressão atmosférica — 1.013,3 (Mb); máxima absoluta — 36.6; mínima absoluta — 14.1.

Não há no clima do Amazonas, como se verifica, excessos para qualquer dos extremos, podendo-se afirmar, como bem disse José Carlos Junqueira Schmidt, que “não oferece maior obstáculo ao desenvolvimento do seu progresso”.

No que diz respeito às terras amazonenses, embora alguns lhe atribuam condições desfavoráveis por sua inferioridade, certo é que o solo amazônico oferece plenas e ótimas condições de trabalho, não apenas considerando as terras de várzea irrigadas pelos rios e anualmente enriquecidas pelos sedimentos nelas depositados pelas enchentes, como nas próprias terras firmes, onde ano a ano proliferam e se desenvolvem atividades agrícolas, como é o caso das experiências vitoriosas realizadas por colonos japoneses ao longo da estrada Manaus—Itacoatiara e de tantas outras, aqui ou ali, diversificadas.

“No tocante aos solos a dúvida decorre da generalização feita, porque se trata de solos tropicais, pela ciência européia, de solos imprestáveis. A generalização não significa uma afirmação perigosa? Há alguma coisa absolutamente igual no mundo? Demais, as técnicas e a ciência dos solos permitem que se continue a falar em terras perdidas? Quanto às dificuldades que poderia oferecer, em consequência do clima úmido e quente, das endemias que a assaltam e lhe deram tanto descrédito, evidentemente estamos face a assertivas que não encontram amparo no rigorismo da constatação científica. As pesquisas dessa natureza só agora estão sendo realizadas pelas equipes libertas dos primarismos ideológicos, e firmes no propósito de verificar a verdade”. (Artur Cesar Ferreira Reis, em “Amazônia e a Cobiça Internacional” — Rio de Janeiro — 1960.)

Na opinião de Cosme Ferreira Filho, em “Amazônia em Novas Dimensões”, “essa escola, felizmente a caminho de desintegração, fecha os olhos e os ouvidos aos fatores políticos, verdadeiramente responsáveis pelo retardamento cultural desses países”.

O fantasma das febres palustres é bem possível que ainda persista para alguns brasileiros. Em tempos idos foi, não há dúvida, terrível flagelo, principalmente nos seringais. Hoje, todavia, graças aos serviços sanitários que se desenvolvem na região, através de instituições públicas federais e estaduais, a incidência daquele mal não mais constitui a perigosa ameaça que dizimou milhares de pessoas, principalmente no início do século. Por outro lado, é coerente admitir que não poderia ser de outro modo, uma vez que estamos no ano de 1970, quando bem outras são as condições de defesa e prevenção.

O interior do Estado, por muitos anos relegado a condenável abandono, exatamente a área mais atingida pela malária e por outras doenças tropicais, oferece, hoje, em dia, na maioria dos seus municípios, satisfatórias condições de vida, graças, sobretudo, ao importante papel desempenhado pela Campanha de Erradicação da Malária e pela Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, que, ao lado de outras instituições estaduais e particulares, vêm desenvolvendo um trabalho dos mais válidos no definitivo saneamento da região.

Quanto aos demais aspectos do Estado — saúde, educação, comunicações, energia elétrica e crédito — esses são tratados em outro capítulo.

Riquezas Naturais

As riquezas naturais do Amazonas são a flora, a fauna e a mineral.

FLORA — O Amazonas tem a maior reserva florestal do mundo. Existem palmeiras, madeiras de lei, madeiras para construção civil e marcenaria. Plan-

tas gomíferas, como a seringueira, a sôrva, a sucuba, a maçaranduba, o amapá, a muiratinga, etc. Plantas oleaginosas: ucuuba, cumaru, patauá, copaiba, andiroba. Entre as palmeiras convém destacar o açaí, bacaba, buçu, coqueiro, injá, patauá, paxiúba, tucum, etc.

FAUNA — A fauna existente no Amazonas é simplesmente fabulosa. Mamíferos: onças, maracajás, macacos, veados, coandu, coati-puru, caititus, antas, tamanduás, etc.

Aves: Maguari, papagaios, gaviões, araras, rouxinóis, tucanos, mutuns, periquitos, arirambas, colibris, aracuás, juritis, etc.

Répteis: Jacarés, camaleões, surucucus, sucurijus, etc.

MINERAIS — Além do manganês e do ferro já descobertos e em exploração, já está configurada a existência de mica, ouro, diamantes, cassiterita, salgema e linhito (uma variação de carvão em estado pouco avançado de transformação, alto teor de água e de materiais oxigenados e baixo poder calorífico). Ressalte-se também a existência de traços de cobalto nos rios Negro e Aripuanã.

Na área do mineral não-metálico, encontram-se a argila e o feldspato, o calcário, a pirita, o sal-gema (que a Petrobrás estima para a Região Amazônica uma reserva de 45 trilhões de toneladas) e a gipsita.

O distrito ferrífero do Rio Jatapu, cujo minério foi classificado como contendo alto teor de ferro, baixa sílica e alto fósforo, está localizado a cerca de 258 milhas marítimas de Manaus e pertencem à Cia. Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA), em plena fase de instalação e que produzirá, inicialmente, 35.000 toneladas anuais de perfis de aço carbono comum. Ao lado desta e com aproveitamento de gás e escória de seu alto-forno, será implantada a CIMAM — Cimentos de Amazônia S.A., com capacidade inicial de 450 t/dia.

Madeiras

O setor madeireiro no Amazonas está a merecer tratamento mais racional, quer na sua exploração, quer no seu aproveitamento industrial, de sorte a evitar a prática, no primeiro caso, de um processo predatório e antieconômico da obtenção do produto e, no segundo, as limitações que o caracterizam.

Embora pouco se tenha realizado nesse sentido, mesmo assim já é possível registrar que iniciativas de grande alcance econômico se vêm levando a efeito em toda a região, principalmente após a vigência de leis que, oferecendo inúmeros incentivos fiscais às indústrias que se instalarem no Amazonas, permitem a adoção de técnica mais avançada e a prática de um aproveitamento mais amplo, inclusive com a fabricação de laminados e compensados, produtos de plena aceitação, principalmente no mercado externo.

Por outro lado, é lícito lembrar que toda a riqueza florestal da Amazônia, no que diz respeito às variadas espécies de madeiras e seu valor econômico e industrial, já foi objeto de estudos por parte de equipes técnicas da FAO e da UNESCO, sendo possível aos investidores obter junto à SUDAM (que realizou convênios com aquelas instituições internacionais), bem como junto ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), todos os elementos necessários ao real conhecimento do potencial madeireiro amazônico.

É de se destacar algumas das madeiras mais produzidas no Amazonas, cujo uso e emprêgo é mais freqüente:

Louro-Rosa — imputrescível.

Louro-Abacate — bonita madeira amarelo-clara, lustrosa.

Louro-da-Beira — branca pardacenta clara, tenra.

Louro-Cumaru — castanho-clara, dura, grão fino.

Louro-Itaúba — amarelo-parda, passando ao castanho-escura.

Louro-limão — castanho, dura.

Louro-Prêto — amarelo-pardacenta, com manchas escuras.

Louro-Puxuri — amarelo-parda, tenra, sedosa.

Louro-da-Várzea — amarelo.

Louro-Vermelho — vermelho-castanho-clara, mosqueada de manchas pardo-clara, brilhante.

Cedro-Branco — mais claro que o cedro comum, pouco brilhante.

Cedro-Rana — textura do cedro, mas mais grosseira; pardacento.

Cedro-Vermelho — vermelho-castanho-clara; resinosa; aromática; não atacada pelos cupins; tenra.

Cedro-Y — bonita madeira vermelha, imitando o mogno.

Aguano — verdadeiro mogno.

Itaúba-Amarela — madeira de 1.^a ordem, amarelo-pardo-clara, virando rapidamente, na luz, ao pardo-escura; macia, gorda ao tocar; racha pouco; de dureza média; muito resistente, deixando-se trabalhar com facilidade pela ferramenta manual, mas gastando muito os dentes das serras mecânicas rápidas.

Itaúba-Rana — Pardo-cinzenta, nodosa, muito resistente; não se parte facilmente e deixa-se penetrar bem pelos pregos.

Jacareúba — Amarelo-avermelhada; de fibras trançadas, imitando o cedro, porém mais dura e menos flexível; mais revessa.

Samaúma — Madeira branca, muito leve, para jangadas, bóias. As sementes são envoltas em paina alva, ou pardacenta, muito leve e elástica, que constitui o "kapok", cujas propriedades hidrófugas são utilizadas na confecção de salva-vidas. Com o "kapok" se enchem colchões, travesseiros, etc.

Andiroba — castanho-vermelho-brilhante, sucedânea do mogno, não atacada pelo cupim.

Macacaúba da T.f. — castanho-claro-avermelhada, com veios prêtos largos; grão fino, dura. Madeira de Luxo.

Macacaúba da V. — bela madeira castanho-pardacento-clara, com largos veios castanho-escura; dureza média; trabalhando-se bem.

Sapupira-da-Mata (também conhecida como Sucupira) — castanho-escuro, resistente, de fibras grossas, entrelaçadas; não racha facilmente; parecida com o acapu.

Sapupira-do-Campo — castanho-escura. Durável.

Sapupira-Vermelha — castanho-vermelha sobre fundo pardo-amarelado; fibras grossas.

A Amazônia oferece, ainda, madeiras para construções navais; marcenaria fina e para ebanisteria; tanoaria; dormentes; caixas; combustível; arborização de ruas e parques; árvores e plantas para jardins; árvores e plantas para celulose e papel (anani; araracanga; arumá-rana mirim; bananeirinha do mato;

idônea). O prazo de reposição será fixado em função do tempo de execução do projeto e da capacidade de pagamento, normalmente em tórno de 4/5 anos, não podendo exceder a 10 anos (BANCO DO BRASIL/CREAI).

FIDAM (FUNDO PARA INVESTIMENTOS PRIVADOS NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA) — criado pelo artigo 45 da Lei 5.173, de 27/10/1966, será operado pelo Banco da Amazônia, diretamente ou através de repasses ou refinamento por êle feitos a outras instituições financeiras, segundo programas anuais e normas estabelecidas pelo Conselho Técnico da SUDAM.

Os recursos do FIDAM serão aplicados nas finalidades seguintes:

- I — Financiamento à iniciativa privada, para investimentos declarados pela SUDAM prioritários ao desenvolvimento da Região.
- II — Financiamento à iniciativa privada, para pesquisas que visem ao aproveitamento de recursos naturais e agrícolas da região.
- III — Financiamento para elaboração de projeto industrial decorrente de resultados positivos das pesquisas a que se refere o item II acima.

FIPEME — (FUNDO DE FINANCIAMENTO A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS — BNDE/BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A.) — destinado a proporcionar assistência financeira para implantação ou expansão de indústrias.

COMBRASIL S/A.

Representações e Comércio

Importadores — Atacadistas — Varejistas

Três Lojas com produtos importados pela
ZONA FRANCA DE MANAUS

* * *

Distribuidores dos afamados produtos

ADMIRAL — PROSDÓCIMO — WALLIG

* * *

Representantes da IMENSA — Indústria Metalúrgica do Nordeste

* * *

MATRIZ: Avenida 7 de Setembro, 617 — Fones: 11-76 e 2-5579

FILIAIS: Rua Marcílio Dias, 168 — Fone: 2-3499

Avenida Leopoldo Peres, 460 — Educandos

Assistência Técnica: Av. 7 de Setembro, 392-A — Fone: 24-74

End. Teleg. COMBRASIL — Caixa Postal 140

MANAUS — AMAZONAS — BRASIL

* * *

RABELO, SILVA & CIA.

Comissões — Consignações — Representações

IMPORTADORES E EXPORTADORES

DE

MERCADORIAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

* * *

Vendas sòmente por atacado

* * *

Rua Lôbo D'Almada, 196 — Fone: 22-13
End. Teleg. BELLO — Caixa Postal 433

* * *

Titulares de Rabello, Silva & Cia.:

Jurandir de Freitas Nême

Feliciano Nême

Juarez Rabello

José Gurgel Rabello

* * *

MANAUS — AMAZONAS — BRASIL

SALDO POSITIVO EM MANAUS

Em fevereiro do ano corrente, a convite do Governador Danilo de Matos Areosa, estêve em Manaus uma delegação de industriais paulistas, chefiada pelo presidente da FIESP-CIESP, sr. Theobaldo De Nigris. Dela participaram, além de diretores dessas entidades, empresários industriais, do comércio e da Agricultura.

As condições encontradas nessa visita apresentam saldo positivo para as atividades econômicas manauenses, com o funcionamento da ZF, favorecidas por uma série de medidas fiscais, federal e estadual.

A superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, órgão federal subordinado ao Ministério do Interior, controla e administra área de 10.000 km², na qual se faz comércio livre de mercadorias nacionais (inclusive locais) e estrangeiras, com regras disciplinadoras para preservar o espírito e a interpretação das leis que a beneficiaram. A SUFRAMA opera em estreita colaboração com os setores dos governos estadual e municipal, com repartições federais (alfandegárias etc.), fiscalizando sempre a entrada e saída de mercadorias, para evitar o contrabando.

Segundo a SUFRAMA, o movimento da ZF tem beneficiado a indústria nacional, pelo aumento progressivo das importações internas sôbre as externas. Em 1968 as importações externas (Cr\$ 133,6 milhões) foram superiores às internas (Cr\$ 121,45 milhões) em 10%. Em 1969 as posições se inverteram: nacionais Cr\$ 207,68 milhões e estrangeiras Cr\$ 11,2 milhões, ou 86% a mais. Comparando-se 1968 com 1969, houve variação de 70% para mais em relação às mercadorias nacionais e queda de 20% nas estrangeiras. Esse decréscimo era devido a uma causa já removida: restrições à importação de eletrodomésticos. Tudo indica que neste ano as importações do exterior aumentem ao nível de 1968. Mesmo assim haverá grande diferença quando comparadas com as internas.

Resultados

Os resultados das atividades da SUFRAMA em 1969 abrangeram administração de incentivos fiscais; expansão da ZF; implantação da infra-estrutura do Distrito Industrial-DI; e preliminares para o empreendimento no setor primário: agropecuário e pesca. Sua receita depende da movimentação dos incentivos fiscais que incrementem a ZF e em 1968 ela atingiu Cr\$ 2,9 milhões, su-

bindo para Cr\$ 4,2 milhões em 1969. Esse acréscimo de 43% na receita própria resultou do movimento de importação interna e externa, fluvial, aérea e terrestre.

Com base no estudo preliminar de urbanização do DI (área aproximada de 16 km²), plano diretor de urbanização da área pioneira (200 ha) e mapeamento do mesmo DI, a SUFRAMA está ultimando os serviços de infra-estrutura, como vias de acesso, esgotos, água, transporte e energia elétrica, bem como retificação de igarapés.

Visita

Algumas indústrias em implantação ou ampliação em Manaus foram visitadas pela delegação da FIESP-CIESP:

ESTALEIROS DA AMAZÔNIA S/A — ESTANAVE. Situada à margem esquerda do Rio Negro. Suas obras foram iniciadas em princípio de 1969 e deverão ser concluídas este ano. A empresa, que pertence à iniciativa privada, já está funcionando parcialmente, produzindo chatas de 40 cm de calado. Os incentivos fiscais para esse projeto, aprovados pela SUDAM e pela SUFRAMA, montam a mais de Cr\$ 5 milhões além do financiamento do exterior de £ 200 mil. Nas condições atuais a ESTANAVE produz em média duas chatas por mês. De modo geral, numa primeira etapa, em regime de trabalho de 300 dias/ano, a empresa pretende fabricar chatas, empurradores e embarcações variadas. Entre estas, por exemplo, rebocadores de 400 H.P., com dois motores de 200 H.P. cada, para nove tripulantes; rebocadores de 170 H.P., para quatro tripulantes; chatas de 200 TDW; e chatas-petroleiro de 5 mil TDW. Numa segunda etapa adicionará a estas linhas produtos metalúrgicos e de caldeiraria. A indústria utiliza 400 pessoas, matérias-primas e equipamentos nacionais na medida do possível. Já tem proposta para exportar aos países limítrofes.

MADEIRAS COMPENSADAS DA AMAZÔNIA S/A — COMPENSA. Também próxima ao Rio Negro, de onde recebe as madeiras com as quais trabalha, inclusive as destinadas à produção de compensados. Existe há quase dez anos e a SUDAM, ao aprovar o projeto para sua ampliação, concedeu-lhe incentivos fiscais no montante de Cr\$ 19 milhões. A área construída vai ser acrescida de mais 8.500 m², devendo as obras estarem concluídas no primeiro trimestre de 1971. Exporta para a Inglaterra, EUA e países do Caribe, e vai atingir agora o mercado da Holanda. Suas exportações em 1969 atingiram mais de US\$ 1 milhão, no corrente exercício deverão dobrar e, com a ampliação, chegarão a US\$ 4 milhões. Produz atualmente mil m³ de compensados por mês e a ampliação permitirá elevar a capacidade para 3 mil m³ mensais, com acréscimo de apenas mais 100 operários, cujo número no momento é de 400. Além da virola, as madeiras mais usadas são: hévea, andiroba, macacaúba, hacareúba, sucupira, angelim-rajado e cedro.

SIDERÚRGICA DA AMAZÔNIA — SIDERAMA. Com várias instalações já cobertas. Terá capacidade inicial de produção de 60 mil t/ano, elevada em recente revisão do projeto (inicialmente 20 mil t/ano). Os equipamentos,

bindo para Cr\$ 4,2 milhões em 1969. Esse acréscimo de 43% na receita própria resultou do movimento de importação interna e externa, fluvial, aérea e terrestre.

Com base no estudo preliminar de urbanização do DI (área aproximada de 16 km²), plano diretor de urbanização da área pioneira (200 ha) e mapeamento do mesmo DI, a SUFRAMA está ultimando os serviços de infra-estrutura, como vias de acesso, esgotos, água, transporte e energia elétrica, bem como retificação de igarapés.

Visita

Algumas indústrias em implantação ou ampliação em Manaus foram visitadas pela delegação da FIESP-CIESP:

ESTALEIROS DA AMAZÔNIA S/A — ESTANAVE. Situada à margem esquerda do Rio Negro. Suas obras foram iniciadas em princípio de 1969 e deverão ser concluídas este ano. A empresa, que pertence à iniciativa privada, já está funcionando parcialmente, produzindo chatas de 40 cm de calado. Os incentivos fiscais para esse projeto, aprovados pela SUDAM e pela SUFRAMA, montam a mais de Cr\$ 5 milhões além do financiamento do exterior de £ 200 mil. Nas condições atuais a ESTANAVE produz em média duas chatas por mês. De modo geral, numa primeira etapa, em regime de trabalho de 300 dias/ano, a empresa pretende fabricar chatas, empurradores e embarcações variadas. Entre estas, por exemplo, rebocadores de 400 H.P., com dois motores de 200 H.P. cada, para nove tripulantes; rebocadores de 170 H.P., para quatro tripulantes; chatas de 200 TDW; e chatas-petroleiro de 5 mil TDW. Numa segunda etapa adicionará a estas linhas produtos metalúrgicos e de caldeiraria. A indústria utiliza 400 pessoas, matérias-primas e equipamentos nacionais na medida do possível. Já tem proposta para exportar aos países limítrofes.

MADEIRAS COMPENSADAS DA AMAZÔNIA S/A — COMPENSA. Também próxima ao Rio Negro, de onde recebe as madeiras com as quais trabalha, inclusive as destinadas à produção de compensados. Existe há quase dez anos e a SUDAM, ao aprovar o projeto para sua ampliação, concedeu-lhe incentivos fiscais no montante de Cr\$ 19 milhões. A área construída vai ser acrescida de mais 8.500 m², devendo as obras estarem concluídas no primeiro trimestre de 1971. Exporta para a Inglaterra, EUA e países do Caribe, e vai atingir agora o mercado da Holanda. Suas exportações em 1969 atingiram mais de US\$ 1 milhão, no corrente exercício deverão dobrar e, com a ampliação, chegarão a US\$ 4 milhões. Produz atualmente mil m³ de compensados por mês e a ampliação permitirá elevar a capacidade para 3 mil m³ mensais, com acréscimo de apenas mais 100 operários, cujo número no momento é de 400. Além da virola, as madeiras mais usadas são: hévea, andiroba, macacaúba, hacareúba, sucupira, angelim-rajado e cedro.

SIDERÚRGICA DA AMAZÔNIA — SIDERAMA. Com várias instalações já cobertas. Terá capacidade inicial de produção de 60 mil t/ano, elevada em recente revisão do projeto (inicialmente 20 mil t/ano). Os equipamentos,

já encomendados, começarão a ser instalados dentro de um ano, a contar de março de 1970. Utilizará matérias-primas de fontes próprias: carvão mineral e vegetal e minério de ferro (à base de magnetita), de que existem reservas, em jazidas conhecidas da Amazônia, de 200 milhões de toneladas. Produzirá ferro de construção, perfis leves e arames, pregos e produtos siderúrgicos complementares.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE MANAUS (CEM), empresa de economia mista, sendo a Eletrobrás a maior acionista. Supre exclusivamente a capital do Estado e acha-se em processo de ampliação de sua capacidade. Dados de 1969 mostram que a capacidade instalada situava-se em 22.500 kW, dividida por três turbogeradores de 7.500 kW cada. Durante o ano verificou-se a instalação de quatro unidades diesel elétricas, sendo uma de 2.500 kW e três de 1.300 kW. Com isso as disponibilidades energéticas se elevaram a 28.900 kW. Em fins de 1969 foram incorporados ao sistema de geração mais duas unidades de 2.500 kW, subindo a capacidade instalada para 33.900 kW. Neste ano processar-se-á a instalação da quarta unidade turbogeradora, com 9.375 kW, de modo a elevar a potência instalada para 43.275 kW. Para 1972 está prevista a conclusão da segunda usina termelétrica de Manaus, com capacidade instalada de 33 mil kW.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO AMAZONAS — CELETRAMAZON, de que é o Estado o maior acionista. Supre o interior do Estado. Dentro do Plano Quinquenal do Governo do Estado do Amazonas — PLANAL — deverá aumentar o potencial energético do interior amazonense em 153,4%, beneficiando 44 municípios; 100,8% no biênio 1968/1969 (meta atingida); 37,9% no biênio 1970/1971; e 13,9% em 1972. Tal aumento de capacidade geradora e de fora de energia corresponde respectivamente a 4.800, 1.831 e 665 kWA.



ZONA FRANCA DE MANAUS

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Superintendente: Coronel Floriano Pacheco



QUE INCENTIVOS FISCAIS OFERECE A ZONA FRANCA DE MANAUS?

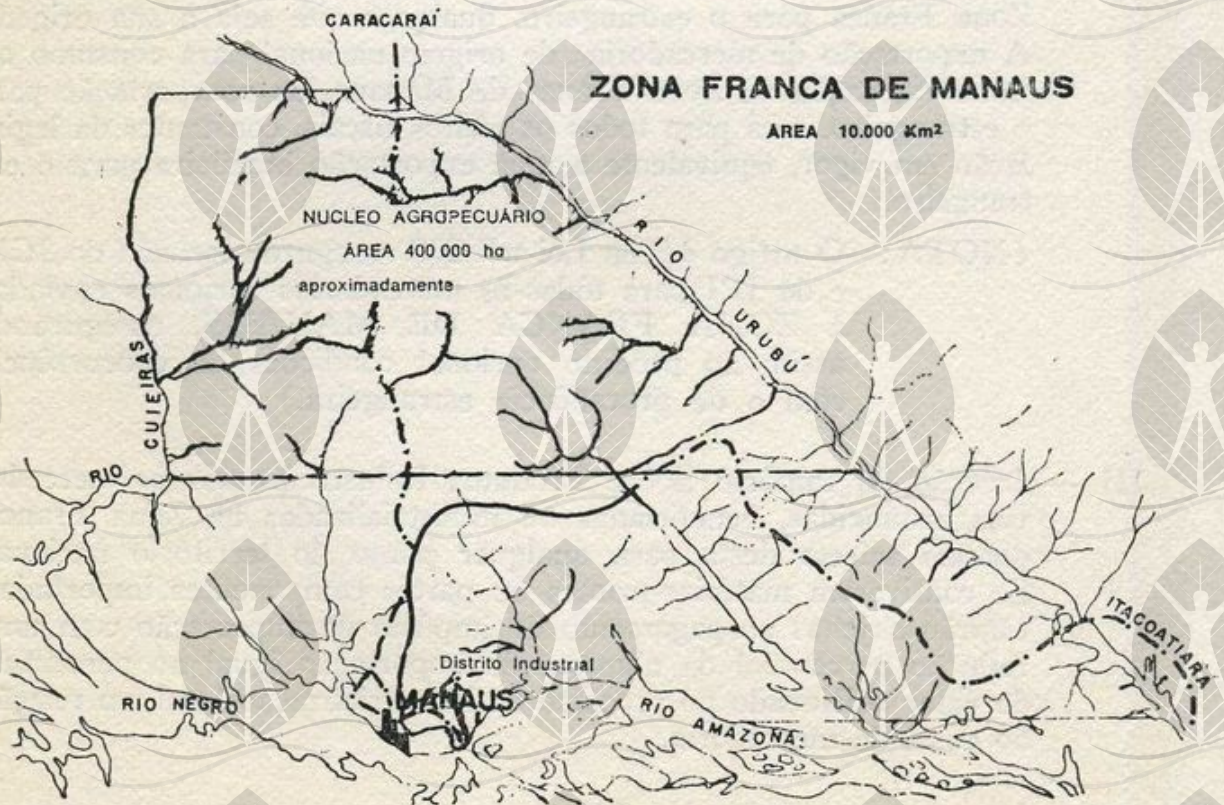
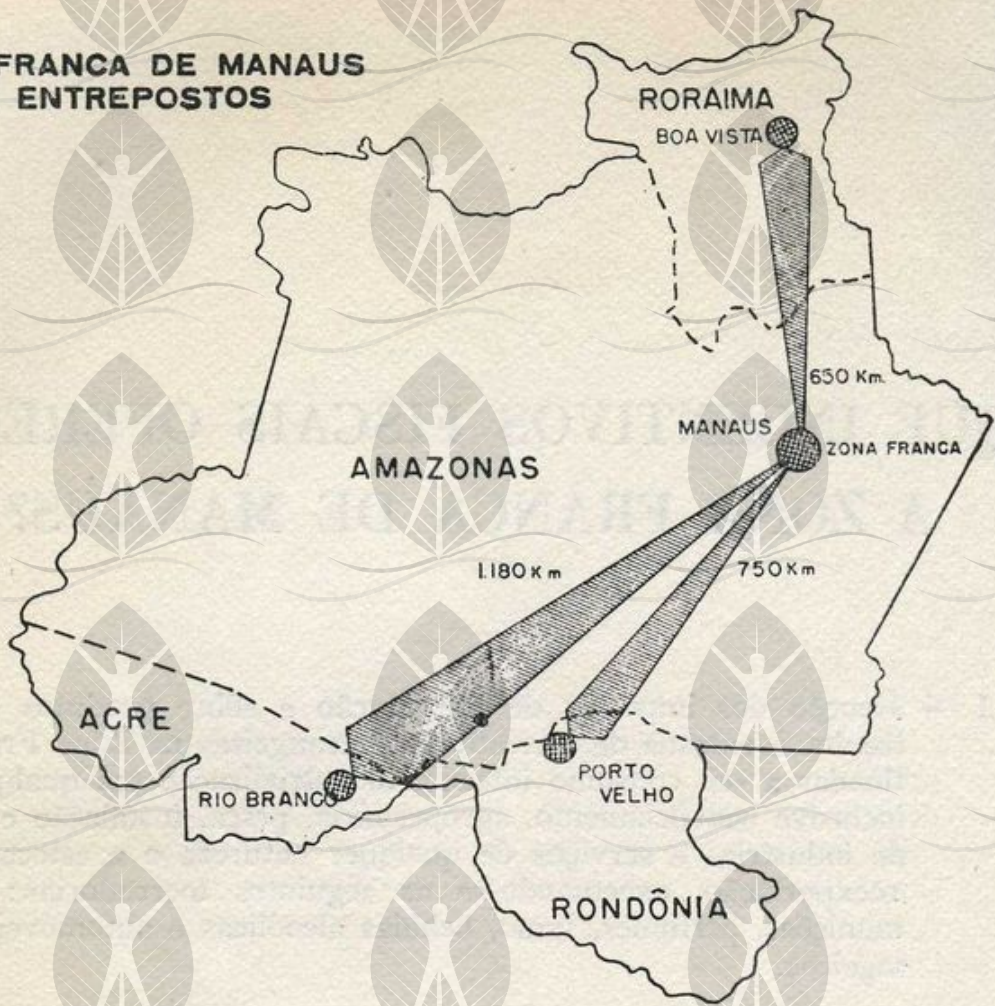
I — Isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados à entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, excetuando-se as seguintes mercadorias: armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.

II — Isenção do impôsto de exportação às mercadorias exportadas da Zona Franca para o estrangeiro, qualquer que seja a sua origem. A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro.

(NOTA: O artigo 4.º da Lei n.º 288 assegurou isenção do ICM e do IPI para tôdas as mercadorias nacionais enviadas à ZONA FRANCA DE MANAUS, assegurando assim ao produto nacional condições de concorrência com o de procedência estrangeira.)

III — Isenção do Impôsto Sobre Produtos Industrializados às mercadorias produzidas, beneficiadas ou industrializadas na Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional. Se contiverem matérias-primas ou partes componentes importadas, estarão sujeitas ao pagamento do impôsto de importação com uma redução percentual da alíquota de importação igual ao percentual do valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo da mercadoria.

ZONA FRANCA DE MANAUS E ENTREPOSTOS



IV — Isenção do Impôsto Sôbre Produtos Industrializados às mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do território nacional, à exceção de armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.

I — INTRODUÇÃO

Os incentivos fiscais especiais constituem um eixo polarizador de interesses para o desenvolvimento econômico do universo amazônico. A Zona Franca de Manaus, com uma área aproximada de 10.000 km², é a base física de operações da SUFRAMA, dirigidas em três sentidos: o livre comércio de importação e exportação, a concessão dos incentivos fiscais especiais, a criação “no interior da Amazônia de um centro comercial, industrial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores de seus produtos”. É o que se contém no *caput* do Decreto-Lei n.º 288, de 28.2.1967.

É um cometimento que tem por limite o infinito. A parte que cabe à SUFRAMA, como órgão sub-regional, nos limites do domínio de ação da SUDAM, representa apenas o passo inicial. Por sua vez, a Operação Rondon lança os germes da formação de uma cidadania simbólica — o amazônida do Brasil, que, em comunhão com o brasileiro da Amazônia, propõe-se a façanha histórica da integração cultural e econômica do continente amazônico ao universo brasileiro.

O gigantesco quadro físico do universo amazônico é um desafio à altura de um povo que vergou o Meridiano de Tordesilhas e escreveu as páginas épicas das Bandeiras:

Amazônia — Dimensões continentais

- Área — 4.981.950 km²
58,56% do Brasil; 4/10 da América do Sul; Trigésima parte do Globo Terrestre.
- Dimensões lineares — N-S = 2.356 km — 54,54% do Brasil
E-O = 3.512 km — 76,52% do Brasil
- Fronteiras = 10.948 km (7 Nações)
- Orla Marítima = 1.482 km — 20% do Brasil

Divisão Política

- 6 Estados (3 parcialmente amazônicos)
- 3 Territórios
- 331 Municípios (38 parcialmente amazônicos)

Demografia

- População absoluta:
7.070.699 habitantes — 7,4% do Brasil

- Densidades médias
 Amazônia: 1,42 hab/km²
 Máxima da Amazônia: 809,00 hab/km² (Belém)
 Mínima da Amazônia: 0,20 hab/km² (S. Félix do Xingu — Estado do Pará)
 Máxima do Brasil: 8.038,00 hab/km² (S. João de Meriti — Estado do Rio)
 Mínima do Brasil (fora da Amazônia): 0,62 hab/km² (Formosa do Rio Preto — Estado da Bahia)

Hidrografia

- Bacia hidrográfica
 Internacional = 6.915.000 km²
 Brasileira = 4.787.717 km — 56% da rede potamográfica nacional
 Potencial energético = 5.561.431 kW — 33,36% do potencial brasileiro
 Navegabilidade = 25.000 km — 56,8% do Brasil
 Calado variável com o regime de águas: de 7 a 10 m = 1.713 km (até Manaus); a partir de 4 m — 3.936 km (até Iquitos)
- Rio Amazonas
 Caudal = 227.075 m³/seg. (Óbidos)
 Maior vazão fluvial medida no mundo; 349% da descarga do Mississípi; 5 vezes superior à do Rio Congo; 1/5 dos cursos d'água do planeta
 Extensão = 7.200 km
 A mais extensa via fluvial do Globo; 1,74 vezes superior ao Mississípi e 112 do Nilo

Reserva Florestal

- Cerca de 281.000.000 ha, 79,7% da área florestal do Brasil — 56,4% da superfície total do Amazonas — 33% da superfície total do Brasil

II — ADMINISTRAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS

Os movimentos convergentes da importação externa e interna de mercadorias, condicionados e ativados pelos incentivos especiais e devidamente controlados, constituem as fontes de provisão da receita própria da SUFRAMA.

A perspectiva entrevista por muitos, segundo a qual a franquía alfandegária viria afetar negativamente os centros nacionais de produção, oferecendo aos produtos estrangeiros melhores condições de preço no mercado interno, não teve a menor correspondência na realidade efetiva dos fatos. Ao contrário, o que se constata é um crescimento progressivo das importações internas sôbre as externas.

Cr\$ 1.000,00

Mercadorias	1968	1969	Variações (%)
Nacionais	121.450	207.680	+70
Estrangeiras	133.600	111.207	-20
Variações (%)	-10	+86	

No ano de 1968, as importações externas foram superiores às internas, em 10%. Já em 1969, as posições se inverteram: as segundas cresceram de 86% em relação às primeiras.

Durante o biênio 1968/69, as importações do interior aumentaram de 70% e as do exterior diminuíram de 20%. Tal decréscimo é parcialmente devido a uma causa já removida — restrições à importação de eletrodomésticos; dêste modo, tudo indica que no exercício de 1970, as importações do exterior venham a restabelecer sua posição anterior, registrada em 1968 (Cr\$ 133.590.550,00 para Cr\$ 111.207.315,27 em 1969). Mas, ainda assim, guardará um sensível afastamento em relação às importações do interior, cuja curva apresenta um comportamento ascensional, perfeitamente definido e caracterizado em suas causas.

Acompanhando aquele crescimento, a receita da SUFRAMA se comportou da seguinte maneira:

Origem	1968	1969
Manaus	2.946.510,90	3.204.330,87
Entrepósitos		1.020.000,00
Total	2.946.510,90	4.224.330,87

Um fato bem representativo da gestão administrativa no exercício de 1969, consiste no aumento de cêrca de 43% da receita própria, resultante diretamente do crescimento dos movimentos da importação interna e externa: fluvial, aérea e terrestre.

A SUFRAMA começou do marco zero, sem um centavo de receita própria, em maio de 1967.

O quadro seguinte bem demonstra a força de atratividade dos incentivos fiscais, neste início verdadeiramente promissor de implantação de projetos industriais. Podem esperar-se resultados maiores quando se completar o estabelecimento da área pioneira do Distrito Industrial, cuja conclusão está prevista para o exercício de 1970, e a SUFRAMA estiver em condições de oferecer ao investidor uma infra-estrutura completa (urbanização: sistema viário e serviços públicos básicos) para a implantação de seus projetos industriais:

Ano	Quantidade de Projetos	Número de Empregos Novos	Valor Total dos Investimentos Cr\$ 1.000
1968	24	2.656	73.158
1969	35	4.717	194.324
Total	59	7.373	267.482

III — EXPANSÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS: CRIAÇÃO DE ENTREPOSTOS NO ESTADO DO ACRE, TERRITÓRIOS DE RORAIMA E RONDÔNIA

A expansão da Zona Franca, no sentido da interiorização da Amazônia Ocidental, efetivou-se através do estabelecimento de três Entrepostos, localizados nas capitais de Rondônia, Roraima e Acre.

Traçadas as diretrizes básicas, projetadas e iniciadas as atividades da SUFRAMA, nos setores secundário e primário, nos limites de seu território, os esforços se concentraram na expansão administrativa da Zona Franca, segundo a linha de ação estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 356, de 15 de agosto de 1968, que estende os benefícios do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, a outras áreas da Amazônia Ocidental.

As previsões não eram promissoras: tratava-se de aplicar a política de incentivos a regiões despidas de atrativos e possibilidades, em caracterizado estágio de perecimento econômico, e cuja reação constituía uma verdadeira incógnita. Baseada num patrimônio de experiências, acumulando durante dois anos de atividades no Município de Manaus, que concentra a quase totalidade da vida econômica do Estado do Amazonas, a SUFRAMA lançou-se, com a maior e melhor disposição, à difícil empreza. Motivava-a a consciência precisa de que ia de encontro a um estado agudo de necessidade. Esperava-se que, naquelas regiões, a administração dos incentivos especiais não cobriria seu próprio custo.

Se o montante das dificuldades não surpreendeu, os resultados constituíram uma surpresa total. As correntes de importação interna e externa (condicionadas e ativadas pela administração dos incentivos especiais) estabelecidas nas cidades de Rio Branco, Boa Vista e Pôrto Velho, produziram uma receita de

Cr\$ 1.020.000,00, pouco menos de um terço da auferida em Manaus. Durante o ano de 1969 saíram da Zona Franca de Manaus com destino aos Entrepósitos e outras áreas da Amazônia Ocidental:

	Cr\$	%
— Mercadorias Nacionais	44.224.134,05	80,95
— Idem Estrangeiras	10.458.239,43	19,05
TOTAL	54.682.373,48	

distribuídas por êsses grupos:

- | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|
| — Material de Construção | — Medicamentos |
| — Gêneros Alimentícios (predominante) | — Veículos |
| | — Motores Marítimos e Peças |
| | — Diversos |

IV — *DISTRITO INDUSTRIAL*

A política regional da Amazônia, definida no programa estratégico do Governo Federal, é condicionada pelo binômio SEGURANÇA-DESENVOLVIMENTO, e se orienta pelas seguintes linhas de ação:

- Estabelecimento de uma infra-estrutura adequada;
- Atendimento à formação de capital;
- Aprimoramento da mão-de-obra especializada e das técnicas empregadas;
- Promoção e incremento das exportações;
- Criação de condições favoráveis à participação da iniciativa privada.

O estabelecimento de um Distrito Industrial em Manaus contribuirá para uma maior aceleração do processo de capitalização de investimento reprodutivo na região.

A SUFRAMA programou para o biênio 1969/70 a implantação, numa área pioneira de 1.608.282 m², da infra-estrutura de um Distrito Industrial, consistente no seguinte conjunto de obras e serviços já concluídos e a concluir-se:

(Em Cr\$ 1.000, de 1969)

Aplicações	Total	1969	1970
1. Estudos e Projetos			
2. Sistema de Esgotos Sanitários e Industriais			
3. Retificação de Igarapés			
4. Sistema de Abastecimento D'água			
5. Sistema Viário			
6. Extensão da Rede de Energia			
7. Desapropriação do D. I.			
Total Geral	8.068	2.725	5.343

As obras e serviços executados e em fase de conclusão, assim se descrevem:

Estudos e Projetos

- a) Estudo Preliminar de Urbanização do Distrito Industrial, com área de aproximadamente 16 km², e Plano Diretor de Urbanização da área pioneira.
Fase de Execução: Concluído.
- b) Mapeamento do Distrito Industrial, para servir de base ao planejamento e implantação do plano urbanístico.
Fase de Execução: Concluído.

Sistema de Esgotos Sanitários e Industriais

Convênio celebrado entre DNOS X SUFRAMA, destinado ao Estudo, Projeto e Execução do sistema de Esgotos Sanitários e Industriais, na Área Pioneira do Distrito Industrial.

O Projeto compreende as seguintes construções:

- rede coletora tronco, ao longo da BR-319 e das estradas Contorno e Marapatá;
- rede coletora secundária, ao longo das vias de penetração;
- uma estação de tratamento;
- 200 poços de vista.

Fase de Execução: Estudos e Projetos — Concluídos.

Retificação de Igarapés

Convênio DNOS X SUFRAMA para retificação de Igarapés na Área Pioneira.

Fase de Execução:
Projetos — Concluídos;
Obras — Iniciadas.

Sistema de Abastecimento D'água

Convênio celebrado entre F-SESP X SUFRAMA, visando a construção de um sistema de abastecimento d'água com uma vazão de 50 m³/seg., na Área Pioneira do Distrito Industrial.

O Projeto compreende as seguintes construções:

- a) abertura de um conjunto de 16 poços;
- b) casas de bombas e instalação de conjuntos de recalques;
- c) construção de linhas troncos de distribuição;
- d) reservatório apoiado com 500 m³ e um outro elevado com 227 m³ de capacidade.

Fase de Execução: itens *a*, *b* e *d* — Concluídos.
item *c* — Iniciadas.

Sistema Viário da Área Pioneira

- a) Convênio SUFRAMA X DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL, para pavimentação de 1 km, na estrada do Contorno, que passa pela área do D. I., além dos 500 m já previstos no orçamento-programa do DRM, para 1969.
Fase de Execução: Em Conclusão.
- b) Convênio SUFRAMA X DER-AM, para a pavimentação de 3 km da rodovia BR-319.
Fase de Execução: Em conclusão.
- c) Contrato com a firma Construções e Transportes — CONSTRAN, para a execução dos serviços de desmatamento, limpeza, terraplenagem, aberturas de valas e valetas, assentamentos de tubos para bueiros, destinada à construção de vias de acesso, avenidas e ruas na Área Pioneira do D.I., de acordo com o Projeto de Urbanização e compreende a Grande Rótula, Via Central e Eixos 1, 2, 3, 4 e 5 do Projeto.
Fase de Execução: Em conclusão.

Foi prevista para o exercício de 1970 a pavimentação das vias mencionadas.

Extensão da Rêde de Energia Elétrica

Convênio SUFRAMA X COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE MANAUS, para estender dois circuitos numa extensão de 7.500 m, ao longo da Área Pioneira.

Fase de Execução: Iniciado.

Desapropriações de Terras e Benfeitorias na Área Definida pelo Decreto Federal n.º 63.105/68

Fase de Execução: Em conclusão.

V — DISTRITO AGROPECUARIO

A SUFRAMA definiu as seguintes metas a serem seguidas no setor primário:

- assistência técnica, visando ao aumento da produção rural;
- incorporação de novas áreas às atividades agropecuárias, ao longo da Estrada MANAUS—ITACOATIARA;
- estabelecimento de um Distrito Agropecuário ao longo da Estrada MANAUS—CARACARAÍ.

A ação da SUFRAMA voltou-se decididamente para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da pesca. Com êsse objetivo assinou convênio com a ACAR-AM (Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas) cujos objetivos se desenvolvem nas seguintes etapas: levantamento da Realidade Rural; elaboração do Plano de Trabalho; execução do Plano de Trabalho e avaliação de resultados. O levantamento da realidade rural tem por fim: permitir uma visão real da situação agropecuária nas áreas rurais da Zona

Franca de Manaus e fornecer dados essenciais ao planejamento de um programa de Assistência Técnica, a curto prazo, dirigido para a população rural econômica ativa. Os fins específicos, já determinados, são: avicultura, pimenta-do-reino e tomate.

Na mesma linha de ação assinou a SUFRAMA um contrato com a Cia. de Estudos e Participações Industriais e Comerciais (STUDIA) que já apresentou o seu "Estudo da Viabilidade da Implantação do Setor Agropecuário na Zona Franca de Manaus". Os objetivos assinalados pela SUFRAMA, assim se resumem: criação de uma base de abastecimento em produtos agrícolas para a população da região e, especialmente, para a população de Manaus, cujo crescimento deverá atingir taxas anuais maiores, na medida do desenvolvimento da Zona Franca; desenvolvimento de um núcleo de indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, tendo em vista o aumento do rendimento da produção agrícola da região e abrir caminhos para a exportação; promoção de um tipo racional e econômico de exploração agropecuária nas regiões florestais da Amazônia; constituição de bases para pesquisas relativas ao aproveitamento das madeiras e reflorestamento da região; escolha do melhor tipo de gado a ser criado nas terras de origem florestal da Amazônia; escolha das culturas mais rentáveis; seleção de sementes e mudas. Com base nesse Estudo de Viabilidade, a SUFRAMA dará o passo seguinte e consistente na estruturação do Distrito Agropecuário da Zona Franca.

Pré-Estudo do Distrito Agropecuário:

- Módulo para estudo: 20.000 ha;
- Terras doadas à SUFRAMA, pelo Estado do Amazonas: 400.000 ha;
- Estrada de acesso: artéria central — Rodovia BR-174, em tráfego;
- Infra-estrutura a implantar-se: estradas; energia elétrica;
- Projetos recomendáveis, em função das condições ecológicas:

exploração florestal contínua;
exploração pecuária;
culturas agrícolas complementares.

- Projetos específicos, a serem elaborados pelos investidores;
- Projeto global final: iniciativa da SUFRAMA com órgãos de pesquisas nacionais e internacionais:

o custo desse projeto será incluído no preço de venda de terras destinadas a exploração agropecuária, e no preço de arrendamento das terras destinadas a exploração florestal.

A SUFRAMA participa de dois convênios com a Secretaria de Produção do Estado do Amazonas: um, relativo ao projeto de estabelecimento da Colônia do Rio Prêto, e outro, relativo ao projeto de implantação do Entreposto de Pesca. Para o primeiro a SUFRAMA contribuirá com uma patrulha agrícola destinada à preparação dos lotes. Quanto ao segundo, cabe à SUFRAMA o encargo de fornecer os respectivos equipamentos.

VI — PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MANAUS

A integração da Amazônia no processo de desenvolvimento nacional, é um imperativo de ordem pública, e um dos principais objetivos do Programa de Ação Concentrada (PAC) estabelecido pelo senhor ministro do Interior, General JOSÉ COSTA CAVALCANTI.

Pela sua posição sócio-econômica, o Município de Manaus é o pólo de desenvolvimento, apoio e irradiação de tóda a área, merecendo, por êsses motivos, a atenção prioritária dos órgãos governamentais que objetivam essa meta.

Dêsse quadro emerge a necessidade fundamental de dotar-se o Município de Manaus com um instrumento de planejamento, capaz de dar-lhe condições sólidas e objetivas para cumprir com maior flexibilidade e eficácia, o relevante papel que lhe cabe ao processo de desenvolvimento econômico da Amazônia.

Essa fundamental finalidade sòmente poderá ser atingida com o esforço conjugado e a colaboração solidária das entidades governamentais, imediatamente interessadas no equacionamento harmônico dos graves problemas sócio-econômicos que afetam permanentemente todo o Estado.

Em talsentido, o Govêrno do Estado do Amazonas, a Prefeitura Municipal de Manaus, a Superintendência da Zona Franca de Manaus e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) subscreveram um Têrmo, referendado pelo senhor ministro do Interior, através do qual assumem formalmente o compromisso de promover, solidariamente, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Manaus, dentro das normas e orientação técnicas adotadas pelo SERFHAU.

Para o exato atendimento dêsse compromisso, ficaram assim dimensionados os encargos e fixadas as áreas de competência de cada um dos signatários:

“I — Ao Govêrno do Estado cabe colaborar financeiramente para a realização dêsse empreendimento com recursos, equivalentes a 30% (trinta por cento) do custo orçado para o citado Plano Integrado.

II — A SUFRAMA fornecerá, para êsse mesmo fim, o equivalente a 20% (vinte por cento) do preço previsto.

III — A Prefeitura responderá pelos restantes 50% (cinquenta por cento), os quais serão financiados pelo SERFHAU, na forma e condições das instruções financeiras vigentes. Compete-lhe, ainda, a incumbência de supervisionar e coordenar tódas as ações que se fizerem indispensáveis para a formalização da Proposta de Financiamento, a qual deverá ser encaminhada ao SERFHAU, no prazo de 90 (noventa) dias.

IV — O SERFHAU financiará, com absoluta prioridade, o correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo orçado, bem como cooperará tècnicamente com a Prefeitura no encaminhamento dos assuntos ligados ao citado Plano”.

VII — ACESSO AOS INCENTIVOS: COMO INVESTIR

Qualquer investidor, independentemente de origem, nacionalidade ou setor de atividade, tem acesso aos benefícios e incentivos fiscais concedidos para os

empreendimentos que venham a se instalar na área sob jurisdição da Zona Franca de Manaus.

Faz-se mister, no entanto, a elaboração e encaminhamento de projetos dentro das exigências contidas nos "Critérios e Procedimentos para a Apresentação, Exame e Aprovação de Projetos pela SUFRAMA", que são os seguintes:

1 — Da Apresentação

A apresentação de projetos será feita diretamente ao Superintendente da SUFRAMA, obedecendo aos seguintes quesitos:

1. requerimento solicitando a concessão dos incentivos fiscais previstos no Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, Leis Estadual n.º 567, de 7 de abril de 1967, e Decreto Municipal n.º 25, de 17 de fevereiro de 1967;
2. cópia autêntica da escritura da propriedade, objeto do projeto;
3. cópia autêntica dos Estatutos ou Contrato Social e prova do respectivo registro, no órgão competente;
4. cópia autêntica (no caso de Sociedade Anônima) da Ata da Assembleia Geral que elegeu a atual diretoria;
5. balanços e respectivas demonstrações da Conta de Lucros e Perdas, referentes aos 3 (três) últimos exercícios, no caso de firma já existente;
6. plantas de tôdas as obras de engenharia, com especificações e orçamentos detalhados, inclusive os relativos a obras preliminares (instalações de fôrça, luz, etc.);
7. catálogos ou desenhos das máquinas e equipamentos a serem adquiridos, contendo dados e especificações técnicas dos fabricantes;
8. fluxograma demonstrativo do processo técnico de produção;
9. *lay-out*, em planta baixa, da indústria e localização das máquinas;
10. faturas pró-forma e listas de preços em que se especifiquem claramente as condições de aquisição de todos os equipamentos, aparelhos, veículos, etc., previstos no projeto;
11. demonstração do valor e especificações técnicas dos bens de capital pré-existentes incorporados no projeto (apenas à contabilidade da empresa);
12. anexo, no caso de financiamento estrangeiro, contendo os dados especiais da operação de crédito, a saber: moeda em que será concedido o empréstimo; juros; prazos de carência e de amortização; tipo de garantia etc.;
13. indicação do mercado previsto para os produtos a serem fabricados;
14. especificações das fontes de matérias-primas e demais suprimentos necessários às empresas;
15. perspectivas de rentabilidade e de liquidez;
16. os projetos que, além dos incentivos previstos no Decreto-Lei n.º 288/67, pretendam gozar dos incentivos previstos na Lei n.º 5.174/66, deverão ser apresentados simultaneamente à SUFRAMA e SUDAM, tendo em vista que sua aprovação por um desses órgãos valerá como recomendação à aprovação pelo outro.

O exame de projeto deverá ser procedido de acôrdo com os critérios seletivos abaixo discriminados, obedecendo à ordem de prioridade fixada pela sua enumeração, dentro do respectivo grupo.

I — Critérios Seletivos de Interêsse Nacional

1. projetos que interessem à Segurança Nacional;
2. projetos que visem à competição no mercado externo e dos quais resulte a obtenção de divisas para o país;
3. projetos que visem a competir no mercado interno e nos quais haja participação do capital nacional;
4. projetos que venham recomendados pelos órgãos específicos da Administração Federal;
5. projetos que visem à transferência de bens de capital usados, de origem nacional ou estrangeira, sob forma de investimentos novos, obedecidas as normas disciplinares do Conselho de Política Aduaneira, quanto aos últimos.

II — Critérios Seletivos de Interêsse Regional

1. projetos que visem ao desenvolvimento da infra-estrutura da economia amazônica;
2. projetos que visem à implantação de indústrias básicas e germinativas, que objetivem a produção de bens de capital, de bens duráveis de consumo e de implementos para atividades industriais, florestais, agrícolas, de pecuária e de pesca;
3. projetos que visem à implantação de empreendimento agrícola ou pecuário, ou ampliação de empreendimentos já existente, capaz de propiciar sensível aumento da respectiva produtividade;
4. projetos que visem à produção, transporte, guarda ou conservação de produtos alimentícios de 1.^a necessidade, de oferta regional insatisfatória;
5. projetos que visem a promover o aproveitamento da matéria-prima regional, em nível tecnológico atualizado;
6. projetos que visem à diversificação da produção para utilização em programas de colonização, recolonização ou reforma agrária, através da introdução de culturas de espécies vegetais, de interêsse econômico para fins alimentares ou industriais, ou criação de espécies animais economicamente recomendáveis para a região;
7. projetos que visem à produção de bens considerados supérfluos ou não essenciais ao consumo ou à produção regional;
8. projetos que ensejam aumento do consumo de matérias-primas regionais ou consumo do exterior.

III — Critérios Seletivos de Interêsse Local

1. projetos que visem a empreendimentos sem similar na área da Zona Franca de Manaus, ou à complementação, ampliação, reequipamento ou modernização de unidades existentes, que estejam em funcionamento normal há mais de três (3) anos, em casos especiais, em menor prazo;

2. projetos que promovam à absorção intensiva de mão-de-obra, assim considerados os que assegurem empregos permanentes diretos e apresentem alta participação efetiva de salários e encargos trabalhistas e sociais;

3. projetos que apresentem condições tecnológicas de utilização superiores aos padrões já adotados na área.

3 — Da Aprovação

1. o projeto somente será aprovado pela SUFRAMA, quando elaborado por pessoa ou sociedade juridicamente constituída com registro no CREP ou no CRE, conforme o caso, mencionada obrigatoriamente a região em que está filiada;

2. a aprovação do projeto far-se-á mediante parecer fundamentado da Assessoria de Coordenação e Planejamento da SUFRAMA, nos moldes do que estabelecem as letras *d*, *e* e *f*, do art. 49 do Decreto n.º 61.244, de 28 de agosto de 1967;

3. não poderão ser objeto de exame os projetos elaborados com a participação, velada ou ostensiva, dos técnicos a serviço pertencentes aos Quadros da SUFRAMA;

4. os projetos cuja aprovação esteja condicionada à legislação específica, não serão considerados antes do pronunciamento do órgão competente;

5. a aprovação final do projeto fica na dependência do pronunciamento do Ministério da Fazenda, quanto aos aspectos fiscais inerentes ao regime de incentivos pretendidos, com observância do prazo estabelecido no parágrafo 1.º do art. 11, do referido Decreto n.º 61.244/67.

4 — Disposições Gerais

1. a SUFRAMA, quando solicitada, prestará às pessoas interessadas informações relativas ao processamento da análise dos projetos submetidos à sua apreciação;

2. a SUFRAMA poderá, a qualquer momento, convocar os responsáveis pelos projetos em análise para prestarem esclarecimentos, podendo usar, para tal fim, correspondência registrada.

3. a SUFRAMA reserva-se o direito de controlar a execução dos projetos, para verificar sua adequação aos planos aprovados;

4. na fase de instalação, poderá o empresário apresentar à SUFRAMA projetos complementares, devidamente justificados, visando a alteração ou aperfeiçoamento dos projetos regionais;

5. a SUFRAMA poderá, a juízo do Superintendente, ouvida a Assessoria de Coordenação e Planejamento, simplificar ou reduzir as exigências de "Apresentação", no caso de pequenas e médias empresas, cujas dimensões ou prazos de implantação não justifiquem a elaboração de projetos pormenorizados.

VANTAGENS DO INVESTIDOR

Por Que Investir na Zona Franca?

As vantagens oferecidas pela ZFM compreendem incentivos fiscais na produção e comercialização de mercadorias estrangeiras, mercadorias nacionais,

reexportação para outros pontos do território nacional e para o estrangeiro, e implantação de indústria nos limites da área.

Importação de mercadorias estrangeiras: isenção dos impostos de importação Sôbre Produtos Industrializados:

- nas mercadorias destinadas a consumo interno;
- industrialização em qualquer grau;
- beneficiamento de mercadorias;
- agropecuária e pesca;
- instalação e operação de indústrias e serviços;
- estocagem para reexportação.

Importação de mercadorias nacionais (remessa de mercadorias de origem nacional para ZFM) isenção do Impôsto Sôbre Produtos Industrializados e Sôbre Circulação de Mercadorias (IPI e ICM).

Crédito do ICM, tanto para a importação de mercadorias estrangeiras, como importação de mercadorias nacionais.

Reexportação para outros pontos do território nacional. Mercadorias Nacionais pagam ICM e IPI, não pagos quando da entrada na ZFM. Mercadorias Estrangeiras: pagam Impostos de Importação, IPI e ICM.

Reexportação para o estrangeiro. Mercadorias Nacionais e Estrangeiras: isenção completa de impostos.

Incentivos à industrialização: mercadorias produzidas na ZFM:

- isenção do IPI, quando destinadas a consumo interno na ZFM ou comercialização em qualquer ponto do território nacional;
- caso contenham matérias-primas ou partes componentes importadas, ao serem exportadas para outros pontos do território nacional, pagarão Impôsto de Importação relativo a essas partes.

Impôsto de Renda:

- isenção de até 100% e adicionais nos lucros obtidos nos empreendimentos econômicos localizados na Zona Franca de Manaus e que se implantarem até o fim do exercício financeiro de 1981;
- dedução, por parte das pessoas jurídicas, registradas no país, de 50% e seus adicionais, para inversões em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de serviços básicos.

Restituição do ICM, pelo prazo de 10 anos, às emprêsas que se instalarem no Estado do Amazonas com um capital mínimo de 2.000 (duas mil) vêzes o salário-mínimo regional.

Nas exportações, para o exterior, de produtos industrializados, o Govêrno do Estado do Amazonas concede aos respectivos estabelecimentos fabricantes-exportadores direito a crédito do Impôsto Sôbre Circulação de Mercadorias.

Isenção do Impôsto Sôbre Serviços às emprêsas de qualquer natureza.

Financiamento para Investimentos, Pesquisas e Elaboração do Projeto Industrial.

Uma firma industrial poderá instalar-se na Zona Franca de Manaus, com as seguintes vantagens:

- elaborar seu projeto, com financiamento do FIDAM;
- aplicar capital proveniente da dedução do Imposto de Renda;
- gozar da isenção do Imposto de Renda até 100%;
- isenção do IPI nas mercadorias produzidas para consumo na ZFM ou para comercialização em qualquer ponto do território nacional;
- isenção de tributos na importação de máquinas e equipamentos;
- isenção do Imposto Sobre Serviços;
- crédito do ICM das importações feitas;
- restituição do ICM;
- facilidades para localização;
- crédito do ICM aos fabricantes-exportadores.

Esclarecimentos numéricos:

As mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quando saírem para qualquer ponto do território nacional, pagam Imposto de Importação sobre as matérias-primas ou partes componentes importadas, com direito a uma redução percentual do valor adicionado no processo de industrialização local, em relação ao custo total da mercadoria. Para calcular o Imposto de Importação e a Redução Percentual usam-se as seguintes convenções e equação:

- M = Valor da Matéria-Prima Importada;
- A = Valor Adicionado no Processo Industrial;
- V = Custo Total;
- a = Alíquota incidente sobre a Matéria-Prima (em %);
- I = Imposto a pagar quando da saída do produto.

EQUAÇÃO

$$I = M \cdot a \left(1 - \frac{A}{V} \right)$$

EXEMPLO

Quanto pagará de Imposto de Importação um produto feito com Cr\$ 200,00 de Mercadoria Importada e Cr\$ 200,00 de Valor Adicionado no Processo Industrial?

$$\begin{array}{l} M = 200,00 \\ A = 200,00 \\ M + A = V = 400,00 \end{array} \quad a = 40\%$$

$$I = 200 \times \frac{40}{100} \left(1 - \frac{200}{400} \right) = \text{Cr\$ } 40,00$$

O mesmo imposto, em outros pontos do território nacional, seria:

$$I = 200 \times \frac{40}{100} = \text{Cr\$ } 80,00$$

VIII — INDICADORES DA INFLUÊNCIA DA SUFRAMA, NO
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA AMAZÔNIA
OCIDENTAL

1. Projetos Industriais Aprovados — V. Quadros I e II
2. Consumo de Energia Elétrica — V. Quadro III
3. Consumo de Combustíveis em Manaus — V. Quadro IV
4. Receitas Fiscais: Federais — Estaduais — Municipais — V. Quadro V
5. Cheques Compensados — V. Quadro VI
6. Transporte Aéreo Movimento — V. Quadro VII
7. Importações: Nacionais e Estrangeiras — V. Quadro VIII
8. Exportações: Interior e Exterior — V. Quadro IX
9. Importação de Eletrodomésticos — V. Quadro X
10. Área Construída e Importação de Cimento — V. Quadro XI
11. Indústrias Existentes na Zona Franca de Manaus — Trabalho a ser apresentado pelo FIEAM na 11.^a RIDA.
12. Carteiras Profissionais Expedidas — V. Quadro XII

PROJETOS ENTRADOS NA SUFRAMA
JAN/DEZ — 1968

QUADRO I

Nome da Empresa	Mão-de-Obra	Investimento Cr\$ 1.000,00			Total
		Recursos Próprios	Lei 5.174	Financiamento	
1. Cia. Siderúrgica do Amazonas - SIDERAMA	453	3.488	10.466	—	13.954
2. Cia. Fabril de Juta Parintins - FABRILJUTA	269	1.199	3.544	4.291	9.034
3. Papaguara S/A - Massas Alimentícias	121	97	—	227	324
4. Alcântara & Cia. Frigorífico - FRIMAZON	46	88	—	92	180
5. Beta - Indústria e Comércio de Jóias	81	645	—	—	645
6. Matadouro Frigorífico de Manaus - FRIGOMASA	98	1.200	3.376	—	4.576
7. Cia. de Eletricidade de Manaus - CEM	40	3.861	11.585	—	15.446
8. Le Toupet - Imp. de Perucas	42	250	—	—	250
9. Joiarte Ltda. - Indústria e Comércio	60	400	—	—	400
10. Estanave - Estaleiros da Amazônia Ltda.	220	665	450	2.839	3.954
11. SIM - Sociedade Industrial de Manaus	30	400	—	—	400
12. Indústrias Químicas do Amazonas	10	100	300	—	400
13. Trevezônia - Treves da Amazônia S/A	38	1.000	2.700	—	3.700
14. Cia. Amazonense de Cereais Armazens Gerais	92	2.674	4.000	1.500	8.174
15. Ind. Amazonense de Lentes Oftálmicas S/A. - IALC	66	1.000	3.000	—	4.000
16. Comarsa Motores Diesel S/A. - MODIESEL	21	500	1.000	—	1.500
17. Vicente Nogueira & Cia. Ltda.	54	278	—	438	716
18. Brinquedos Eletra Ltda.	322	350	—	550	900
19. J. A. Castro & Cia.	7	320	—	—	320
20. Indústria Amazonense de Ótica - IAOL	23	260	—	—	260
21. Despertext da Amazônia	45	120	—	—	120
22. Duque - Fábrica de Jóias Ltda.	70	275	—	—	275
23. Cia. de Petróleo da Amazônia - COPAM	250	29	444	9	482
24. Estaleiros da Amazônia Ltda. - ESTANAVE	218	3.148	—	—	3.148
TOTAL	2.656	21.267	40.865	9.946	73.158

PROJETOS ENTRADOS NA SUFRAMA
JAN/DEZ — 1969

QUADRO II

Nome da Empresa	Mão-de-Obra	Investimento Cr\$ 1.000,00			
		Recursos Próprios	Lei 5.174	Financiamento	Total
1. Equipesca da Amazônia - Equipamento de Pesca	57	517	1.551		2.068
2. Spuma - Indústria Química de Manaus	176	16.785	11.250	5.998	34.033
3. Companhia de Saponificação - Comasa	39	540	1.620		2.160
4. Cemefab de Manaus S/A.	56	394	788		1.182
5. Ava - Eletrônica Amazonense S/A.	365	1.250	3.750	3.762	8.762
6. Cia. Industrial de Madeiras	258	4.375	13.125		17.500
7. Cia. Industrial Amazonense	32	500	1.500		2.000
8. Tamoyo Aquametro	107	1.400	4.200		5.600
9. Agro-Industrial São Roque	10	121		199	320
10. Indústria Amazonense Reunidas	376	10.700			10.700
11. Gomas do Amazonas	26	700			700
12. Sembra - Semicondutores do Brasil	51	50		30	80
13. Amazonas Importadora e Exportadora Amim	16	30			30
14. Indústria Pereira Lopes - Ibesa	673	4.986	22.683	2.575	30.244
15. Bernier & Cia. Ltda.	25	30			30
16. A National Ltda.	46	30			30
17. Pritefisa	66	2.000	3.000		5.000
18. Brasveglia	24	300			300
19. Semp - Rádio e Televisão	192	1.142	3.426	1.000	5.568
20. Yoo & Choo Ltda.	18	50			50
21. Beta - Ind. Comércio de Jóias	218	2.269	6.806		9.075
22. Madeiras Compensadas da Amazônia Agro-Industrial		8.834	13.809		22.643
23. Indamar S/A.	376	880			880
24. Raymond S/A. - Ind. de Roupas	206	800		287	800
25. Curtume Rio Negro Ltda.	99	368			655
26. Ind. Madeireira Antônio Braga	28	50	4.181	2.574	50
27. Agrimsa - Agro Industrial de Madeiras	147	5.771	918		12.526
28. Italuz Ltda.	74	342			1.260
29. Fiação e Tecelagem de Juta - Fitejul	769	16.500			16.500
30. Ica-Cerâmica Construtora Alvorada	?	?	?	?	?
31. Ji San Kim	12	5			5
32. Amtex	34	250			250
33. Amazonas Telecontrôle, Telecomandos	82	400			400
34. Tucano Roupas	16	500	1.000	500	2.000
35. Tecnocério Ltda.	43	923			923
TOTAL	4.717	83.792	93.607	15.925	194.324

QUADRO III
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ano	Consumo Total em kWh	Aumento %
1967	62.487.310	—
1968	75.975.000	21
1969	94.806.035	24

QUADRO IV
CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS EM MANAUS

Produto	Ano			Crescimento % 67/69
	1967	1968	1969	
Gasolina (lt)	31.624.897	37.642.062	41.195.130	30
Querosene (lt)	10.925.537	12.204.652	11.244.611	9,7
Fuel Oil (kg)	35.891.529	41.656.268	64.200.725	78
Diesel (lt)	30.826.008	35.423.136	46.822.584	51

Fonte: COPAM
 Cálculos: SUFRAMA

QUADRO V
RECEITAS FISCAIS: FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Ano	Receitas		
	Federais	Estaduais	Municipais
1967	26.820.786,86	16.738.227,67	5.998.600,93
1968	33.089.296,28	33.524.025,33	14.244.100,00
1969	67.540.281,22	66.747.472,61	21.553.710,00
Aumento % 67/69	151	298	259

QUADRO VI
CHEQUES COMPENSADOS PELO BANCO DO BRASIL S. A.
 Agência de Manaus

Especificações	Anos		
	1967	1968	1969
Número de Cheques	249.700	426.742	534.595
Valor Cr\$ 1.000	672.323	1.143.755	1.607.057

Fonte: Banco do Brasil S. A.

QUADRO X
IMPORTAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS

Ano	Quantidade	Valor Comercial - CIF	
		Cr\$	US\$
1967	87.032	5.886.562,00	2.675.709,79
1968	428.320	23.381.619,00	6.104.861,35
1969	173.638	17.038.190,42	4.155.107,86

Obs.: O decréscimo verificado decorre da proibição de importação, já levantada para 1970.

QUADRO XI
ÁREA CONSTRUÍDA EM MANAUS

Ano	Área Construída em m ²	Aumento %
1967	52.022	—
1968	108.096	107
1969	157.610	45

IMPORTAÇÃO DE CIMENTO

Discriminação	A n o s		
	1967	1968	1969
Sacos	218.000	1.233.600	872.800
Pêso (kg)	10.500.400	61.680.000	29.879.340

Fonte: SUFRAMA

QUADRO XII
CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS

Ano	Quantidade de Carteiras	Aumento % 1968/69
1968	15.638	—
1969	23.620	51
Total	39.258	—

Fonte: Delegacia Regional do Ministério do Trabalho.

Obs.: O quadro refere-se a 1.^a via de Carteiras Profissionais expedidas.

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Quando se realizou em São Paulo, a "Semana do Amazonas", sob os auspícios do Governo do Estado de São Paulo, foi assinalado o propósito de lutar pela integração nacional, incluindo a conquista definitiva da Amazônia pelos brasileiros, para que essa vasta região passe a integrar de maneira efetiva a economia nacional. Estas foram as palavras do Governador Abreu Sodré. E a publicação de um excelente trabalho sôbre tudo quanto interessa ao Amazonas foi distribuído aos industriais paulistas, agora mais do que nunca interessados no desenvolvimento da Amazônia.

AMAZONAS

O Amazonas a exemplo de outras unidades da Federação parte para o desenvolvimento. Para tanto, apoia-se grandemente nas vantagens que o Governo Federal lhe conferiu.

Sua área é imensa, 1.558.987 km². Em contrapartida sua população não alcança 1.000.000 de habitantes e assim mesmo bastante dispersa.

É na Zona do Médio Amazonas que se encontram os maiores núcleos populacionais, destacando-se Manaus, capital do Estado, que detém uma população de quase 300.000 habitantes, aproximadamente 1/3 do Estado. Dêsse modo constituindo-se no centro dinâmico.

Outros núcleos importantes, também se localizam nessa Zona Fisiográfica. São os municípios de Itacoatiara, Parintins, Careiro e Manacapuru.

E é justamente nesta área de maior concentração demográfica que se reúnem condições infra-estruturais que servirão de pólos irradiadores do desenvolvimento para o interior dando-lhe condições de atrair investimentos de certa expressão econômica.

Dentro do espírito de levar para o interior de uma região tropical não desenvolvida, sem qualquer experiência semelhante em área similar no mundo, é que foi criada a Zona Franca de Manaus. Foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 288, de 28-2-67, que a definiu como uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, com base.

Zona Franca, Arrancada Para o Desenvolvimento

Como conseqüência natural do funcionamento da Zona Franca de Manaus, ocorreu inicialmente uma grande explosão comercial, gerando uma reação em cadeia a todos os outros setores da economia local. O setor terciário principalmente o comércio, foi o que acusou o maior crescimento, representando 60% da renda gerada na economia. Aos setores secundário e primário couberam 30 e 10% respectivamente.

Estudos recentes revelaram excelentes resultados, tais como elevação, em 1968, da arrecadação tributária estadual de 95% em relação ao ano anterior,

mudança marcante dos níveis de renda, alcançando um acréscimo em termos reais da ordem de 60% no que tange a renda média mensal familiar, período de maio de 66 a outubro de 1968; criação de cerca de 16.000 emprêgos, espalhados nos diversos setores da economia.

O ano de 1968 pode ser considerado como, praticamente, o do início da Zona Franca. Seus resultados positivos indicam uma perspectiva otimista.

Nesta sua primeira fase predominantemente comercial, o movimento de importações e exportações continuou a orientar-se para o mercado nacional, conforme os quadros abaixo.

As importações do exterior corresponderam a menos de 2% do total das importações do Brasil, sendo o petróleo o item mais representativo. No que tange às exportações para o exterior, corresponderam a menos de 1% do total do Brasil, sendo a castanha o produto mais expressivo. No cômputo geral, o Amazonas importou 53,5% do resto do Brasil e 46,5% do exterior, exportou 62,1% para o Brasil e 37,9% para o exterior.

Com as vantagens concedidas por intermédio dos incentivos e benefícios fiscais que atuam como elementos de atração de capitais e as precondições necessárias à efetiva arrancada para o desenvolvimento, reforçaram-se as facilidades para a industrialização, ocorrendo, como conseqüência imediata, uma reversão das expectativas por parte do empresariado nacional, pois a área vinha há algum tempo sofrendo um processo de estagnação econômica.

O elenco de incentivos fiscais contidos nos decretos 288 e 5.174, referentes à Zona Franca e à SUDAM, respectivamente, e na legislação posterior da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) já está produzindo resultados impressionantes no setor industrial.

Há uma série de empreendimentos em fase de implantação e de projeto, distribuídos pelos mais diversos ramos industriais e agropecuários, totalizando investimentos da ordem de Cr\$ 155.908.000,00 e que darão emprêgo a cerca de 3.800 pessoas.

Êsses projetos, em número de 34, foram apresentados à Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, Comissão do Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — CODEMA e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, nessa fase inicial e que tem como base o ano de 1968.

Onde as Indústrias se Encontram

A grande procura de áreas industriais decorrentes dêsse surto expansionista, fêz com que se aglutinassem esforços no sentido de proporcionar aos novos empreendimentos condições adequadas de infra-estrutura no mais curto prazo. A solução foi a criação do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, que cobrirá uma área de 1.600 hectares a leste da Capital, próximo à confluência dos rios Negro e Solimões, assentado sôbre a rodovia BR-319 (Manaus—Pôrto Velho). Esta área, que compreende o Distrito Industrial, dista 1 km do Aeroporto Internacional e 3 km do centro de Manaus, onde se localiza o pôrto com cais flutuante que pode receber navios de até 25 mil toneladas. A implantação do Distrito Industrial está sendo feita progressivamente,

partindo-se de uma área pioneira de 200 hectares, onde já foram aplicados Cr\$ 1.800.000,00.

A necessidade de investimentos para a área total, a preços atuais, são estimados em Cr\$ 25.000.000,00.

INFRA-ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Energia Elétrica Não É Problema

Duas companhias de economia mista atualmente atendem às necessidades do Estado: Companhia de Eletricidade de Manaus — CEM e Centrais Elétricas do Amazonas S.A. — CELETRAMAZON. Cabe à CEM o abastecimento energético da cidade de Manaus, através de um potencial instalado de 28.900 kW, que ainda este ano se elevará de mais 5.000 kW. Até fins de 1970, mais 9.375 kW serão instalados, elevando assim a capacidade energética a 43.275 kW. Em 1972 deverá estar concluída a segunda usina termelétrica com a capacidade inicial de 33.000 kW e que se localizará nas proximidades do Distrito Industrial.

A CELETRAMAZON tem sob seu encargo construir e explorar centrais e usinas geradoras, linhas de distribuição em todos os municípios do interior do Amazonas. Para a execução do Plano Quinquenal do Governo do Estado do Amazonas — PLANAL, iniciado em 1968, a CELETRAMAZON programou o aumento do potencial energético no interior do Estado em cerca de 153,4%: 100,8% no biênio 1968/1969, 37,9% no biênio 1970/1971 e, finalmente, 13,9% no ano de 1972.

Água

A fim de atender o acentuado aumento da população de Manaus, cuja taxa média geométrica de crescimento anual se eleva a 4,8%, o Estado promoveu inversões consideráveis na expansão do abastecimento de água de Manaus, atendendo amplamente a sua população de 300.000 habitantes.

Telecomunicações

O Amazonas está hoje ligado ao Brasil e ao mundo através de sua Capital, por todos meios modernos de comunicação.

A capital do Estado está dotada de uma moderna companhia telefônica, Companhia Amazonense de Telecomunicações — CAMTEL — que, para cumprimento efetivo de suas finalidades, estabeleceu uma política regional de telecomunicações abrangendo quase a totalidade da área estadual. Ainda no decorrer deste ano, mais treze municípios serão beneficiados elevando-se a 18 o número de comunidades servidas. Vale ressaltar que o Estado está constituído de 44 municípios.

Transportes

Favorecido pela maior bacia hidrográfica terrestre, o Estado do Amazonas

tem em seus rios o meio mais adequado de ligação entre suas localidades. Estima-se em mais de 25.000 km a extensão dos rios permanentemente navegáveis, o que indica a importância da rede fluvial no sistema regional de transportes. No que respeita ao transporte aéreo, é servido por várias companhias aéreas nacionais que realizam o serviço doméstico e, também, por companhias estrangeiras e nacionais que mantêm ligações internacionais entre o Estado e diversas nações vizinhas.

O transporte rodoviário é hoje uma realidade. Fora as pequenas ligações entre algumas cidades, dois grandes projetos despontam entre os demais, são: BR-319 (Manaus—Pôrto Velho) que integrará o Amazonas definitivamente no Sistema Rodoviário Nacional, e a BR-174 (Manaus-Alalaú) que possibilitará a ligação terrestre do Amazonas ao vizinho Território Federal de Roraima, estendendo-se posteriormente até Carretera Santa Helena, na Venezuela.

Turismo

É o Amazonas um dos lugares mais exóticos do país. Recebe anualmente mais de 20 mil turistas. Nêle destacam-se os rios com suas grandiosidades, a selva com sua exuberância, fauna variadíssima propiciando excelente caça e pesca.

Para atendimento dessa atividade, duas agências atuam na Capital e ainda existe um órgão estadual que exerce a coordenação, o Departamento de Turismo e Promoção do Estado do Amazonas — DEPRO.

Dispõe a capital do Estado de meia dúzia de hotéis bem dotados, dos quais dois de categoria internacional. Dentro em breve deverá tornar-se numa das mais eficientes redes hoteleiras do país, com o surgimento de três grandes empreendimentos, onde se destacam o Hotel Tropical de Manaus e o Hotel Nacional de Manaus.

É FÁCIL APROVAR PROJETO

MINISTÉRIO DO INTERIOR SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

SUFRAMA

O excelentíssimo senhor ministro do Interior, pela Portaria n.º 175, de 4 de junho de 1968, publicada à página 4.883 do Diário Oficial da União, de 14 do mesmo mês e ano, resolveu aprovar o seguinte:

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A APRESENTAÇÃO, EXAME E APRGVAÇÃO DE PROJETOS PELA SUFRAMA

1 — Da Apresentação

A apresentação de projetos será feita diretamente ao Superintendente da SUFRAMA, obedecendo aos seguintes quesitos:

1. requerimento solicitando a concessão dos incentivos fiscais previstos no Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, Lei Estadual n.º 567, de 7 de abril de 1967, e Decreto Municipal n.º 25, de 17 de fevereiro de 1967;
2. cópia autêntica da escritura da propriedade, objeto do projeto;
3. cópia autêntica dos Estatutos ou Contrato Social e prova do respectivo registro, no órgão competente;
4. cópia autêntica (no caso de Sociedade Anônima) da Ata da Assembléia Geral que elegeu a atual diretoria;
5. balanços e respectivas demonstrações da Conta de Lucros e Perdas, referentes aos 3 (três) últimos exercícios, no caso de firma já existente;
6. plantas de tôdas as obras de engenharia, com especificações e orçamentos detalhados, inclusive os relativos a obras preliminares (instalações de fôrça, luz, etc.);
7. catálogos ou desenhos das máquinas e equipamentos a serem adquiridos, contendo dados e especificações técnicas dos fabricantes;
8. fluxograma demonstrativo do processo técnico de produção;
9. *lay-out*, em planta baixa, da indústria e localização das máquinas;
10. faturas pró-forma e listas de preços em que se especifiquem claramente as condições de aquisição de todos os equipamentos, aparelhos, veículos, etc., previstos no projeto;
11. demonstração do valor e especificações técnicas dos bens de capital preexistentes incorporados no projeto (apenas à contabilidade da empresa);
12. anexo, no caso de financiamento estrangeiro, contendo os dados especiais da operação de crédito, a saber: moeda em que será concedido o empréstimo; juros; prazos de carência e de amortização; tipo de garantia, etc.;
13. indicação do mercado previsto para os produtos a serem fabricados;
14. especificação das fontes de matérias-primas e demais suprimentos necessários às empresas;
15. perspectivas de rentabilidade e de liquidez;
16. os projetos que, além dos incentivos previstos no Decreto-Lei n.º 288-67 pretendam gozar dos incentivos previstos na Lei n.º 5.174-66, deverão ser apresentados simultaneamente à SUFRAMA e à SUDAM, tendo em vista que sua aprovação por um desses órgãos valerá como recomendação à aprovação pelo outro.

2 — Do Exame

O exame de projeto deverá ser procedido de acôrdo com os critérios seletivos abaixo discriminados, obedecendo à ordem de prioridade fixada pela sua enumeração, dentro do respectivo grupo.

I — Critérios Seletivos de Interêsse Nacional

1. projetos que interessem à Segurança Nacional;
2. projetos que visem à competição no mercado externo e dos quais resulte a obtenção de divisas para o país;

3. projetos que visem a competir no mercado interno e nos quais haja participação do capital nacional;

4. projetos que venham recomendados pelos órgãos específicos da Administração Federal;

5. projetos que visem à transferência de bens de capital usados, de origem nacional ou estrangeira, sob forma de investimentos novos, obedecidas as normas disciplinares do Conselho de Política Aduaneira, quanto aos últimos.

II — Critérios Seletivos de Interêsse Regional

1. projetos que visem ao desenvolvimento da infra-estrutura da economia amazônica;

2. projetos que visem à implantação de indústrias básicas e germinativas, que objetivem a produção de bens de capital, de bens duráveis de consumo e de implementos para atividades industriais, florestais, agrícolas, de pecuária e de pesca;

3. projetos que visem à implantação de empreendimento agrícola ou pecuário, ou ampliação de empreendimento já existente, capaz de propiciar sensível aumento da respectiva produtividade;

4. projetos que visem à produção, transporte, guarda ou conservação de produtos alimentícios de 1.^a necessidade, de oferta regional insatisfatória;

5. projetos que visem a promover o aproveitamento de matéria-prima regional, em nível tecnológico atualizado;

6. projetos que visem à diversificação da produção para utilização em programas de colonização, recolonização ou reforma agrária, através da introdução de culturas de espécies vegetais, de interêsse econômico para fins alimentares ou industriais, ou criação de espécies animais economicamente recomendáveis para a região;

7. projetos que visem à produção de bens considerados supérfluos ou não essenciais ao consumo ou à produção regional;

8. projetos que ensejam aumento do consumo de matérias-primas regionais ou consumo do exterior.

III — Critérios Seletivos de Interêsse Local

1. projetos que visem a empreendimentos sem similar na área da Zona Franca de Manaus, ou a complementação, ampliação, reequipamento ou modernização de unidades existentes, que estejam em funcionamento normal há mais de três (3) anos ou, em casos especiais, em menor prazo;

2. projetos que promovam a absorção intensiva de mão-de-obra, assim considerados os que assegurem empregos permanentes diretos e apresentem alta participação efetiva de salários e encargos trabalhistas e sociais;

3. projetos que apresentem condições tecnológicas de utilização superiores aos padrões já adotados na área.

3 — Da Aprovação

1. o projeto somente será aprovado pela SUFRAMA, quando elaborado por pessoa ou sociedade juridicamente constituída com registro no CREP ou no CRE, conforme o caso, mencionada obrigatoriamente a região em que está filiada;
2. a aprovação do projeto far-se-á mediante parecer fundamentado da Assessoria de Planejamento e Coordenação da SUFRAMA, nos moldes do que estabelecem as letras *d*, *e* e *f*, do art. 49 do Decreto n.º 61.244, de 28 de agosto de 1967;
3. não poderão ser objeto de exame os projetos elaborados com a participação, velada ou ostensiva, dos técnicos a serviço ou pertencentes aos Quadros da SUFRAMA;
4. os projetos cuja aprovação esteja condicionada à legislação específica, não serão considerados antes do pronunciamento do órgão competente;
5. a aprovação final do projeto fica na dependência do pronunciamento do Ministério da Fazenda, quanto aos aspectos fiscais inerentes com observância do prazo estabelecido no parágrafo 1.º do art. 11, do referido Decreto n.º 61.244-67.

4 — Disposições Gerais

1. a SUFRAMA, quando solicitada, prestará às pessoas interessadas informações relativas ao processamento da análise dos projetos submetidos à sua apreciação;
 2. a SUFRAMA poderá, a qualquer momento, convocar os responsáveis pelos projetos em análise para prestarem esclarecimentos, podendo usar, para tal fim, correspondência registrada;
 3. a SUFRAMA reserva-se o direito de controlar a execução dos projetos, para verificar sua adequação aos planos aprovados;
 4. na fase de instalação, poderá o empresário apresentar à SUFRAMA projetos complementares, devidamente justificados, visando a alteração ou aperfeiçoamento dos projetos regionais;
 5. a SUFRAMA poderá, a juízo do Superintendente, ouvida a Assessoria de Planejamento e Coordenação, simplificar ou reduzir as exigências de "Apresentação", no caso de pequenas e médias empresas, cujas dimensões ou prazos de implantação não justifiquem a elaboração de projetos pormenorizados.
- Floriano Pacheco, Superintendente.

ABC DO BOM INVESTIMENTO

- a* — A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais;

b — Foi estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro comercial, industrial e agropecuário e condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento;

c — A ZFM compreende cerca de 10.000 quilômetros quadrados, o que corresponde à quase metade do Estado da Guanabara;

d — Essa área poderá ser aumentada, mediante decreto do Poder Executivo e por proposta da Superintendência da Zona Franca de Manaus, aprovada pelo Ministério do Interior;

e — A cidade de Manaus está incluída na ZFM e já oferece as condições indispensáveis a essa batalha do desenvolvimento que se trava na Amazônia, mormente na chamada “Amazônia Ocidental ou Interiorana”;

f — O Governo do Estado do Amazonas sustou a expedição de Títulos Definitivos de Terra, para evitar especulações. Há terras em abundância dentro dos limites da ZF de Manaus;

g — Estas terras serão aproveitadas para o estabelecimento de um parque industrial e empreendimentos agropecuários de grandes proporções, em substituição das importações, abertura de um grande mercado consumidor, aproveitando a mão-de-obra e diminuição do custo-produção das utilidades;

h — As vantagens oferecidas pela ZFM compreendem incentivos fiscais na produção e comercialização de mercadorias estrangeiras, mercadorias nacionais, reexportação para outros pontos do território nacional e para o estrangeiro, e implantação de indústria nos limites da área;

i — Importação de mercadorias estrangeiras: isenção dos Impostos de Importação Sobre Produtos Industrializados:

- 1) nas mercadorias destinadas a consumo interno;
- 2) industrialização em qualquer grau;
- 3) beneficiamento de mercadorias;
- 4) agropecuária e pesca;
- 5) instalação e operação de indústrias e serviços e
- 6) estocagem para reexportação.

j — Importação de mercadorias nacionais (remessa de mercadorias de origem nacional para ZFM): isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados e Sobre Circulação de Mercadorias (I.P.I. e I.C.M.);

l — Crédito do I.C.M., tanto para a importação de mercadorias estrangeiras, como importação de mercadorias nacionais;

m — Estas vantagens excluem mercadorias como: armas, munições, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros;

n — Reexportação para outros pontos do território nacional. MERCADORIAS NACIONAIS pagam I.C.M. e I.P.I. não pagos quando da entrada na ZFM. MERCADORIAS ESTRANGEIRAS: pagam Impostos de Importação, I.P.I. e I.C.M.;

o — Reexportação para o estrangeiro. MERCADORIAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS: isenção completa de impostos;

p — Incentivos à Industrialização: mercadorias produzidas na ZFM:

- 1) isenção do I.P.I., quando destinadas a consumo interno na ZFM ou comercialização em qualquer ponto do território nacional;
- 2) caso contenham matérias-primas ou partes componentes importadas, ao serem exportadas para outros pontos do território nacional, pagarão Imposto de Importação relativo a essas partes;

q — Imposto de Renda:

- 1) isenção de até 100% e adicionais nos lucros obtidos nos empreendimentos econômicos localizados na Zona Franca de Manaus e que se implantarem até o fim do exercício financeiro de 1981;
- 2) dedução, por parte das pessoas jurídicas, registradas no país, de 50% e seus adicionais, para inversões em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de serviços básicos;

r — Restituição do I.C.M., pelo prazo de 10 anos, às empresas que se instalarem no Estado do Amazonas com um capital mínimo de Cr\$ 250.000,00;

s — Isenção do Imposto Sobre Serviços às empresas de qualquer natureza;

t — Financiamento para Investimentos, Pesquisas e Elaboração do Projeto Industrial;

u — Uma firma industrial poderá instalar-se na Zona Franca de Manaus, com as seguintes vantagens:

- 1) elaborar seu projeto, com financiamento da FIDAM;
- 2) aplicar capital proveniente da dedução do Imposto de Renda;
- 3) gozar da isenção do Imposto de Renda até 100%;
- 4) isenção do I.P.I. nas mercadorias produzidas para consumo na ZFM ou para comercialização em qualquer ponto do território nacional;
- 5) isenção de tributos na importação de máquinas e equipamentos;
- 6) isenção do Imposto Sobre Serviços;
- 7) crédito do I.C.M. das importações feitas;
- 8) restituição do I.C.M.; e
- 9) facilidades para localização.

v — Esclarecimentos numéricos

As mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quando saírem para qualquer ponto do território nacional, pagam o Imposto de Importação sobre as matérias-primas ou partes componentes **IMPORTADAS** com direito a uma redução percentual do **VALOR ADICIONADO NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO LOCAL**, em relação ao custo total da mercadoria. Para calcular o Imposto de Importação e a Redução Percentual usam-se as seguintes convenções e equação:

M = Valor de Matéria-Prima Importada;
 A = Valor Adicionado no Processo Industrial;
 V = Custo Total;
 a = Alíquota Incidente Sobre a Matéria-Prima (em %);
 I = Impôsto a Pagar Quando da Saída do Produto.

EQUAÇÃO

$$I = M \cdot a \left(1 - \frac{A}{V} \right)$$

EXEMPLO

Quanto pagará de Impôsto de Importação um produto feito com Cr\$ 200,00 de Mercadoria Importada e Cr\$ 200,00 de Valor Adicionado no Processo Industrial?

$$\begin{array}{r}
 M = 200,00 \\
 A = 200,00 \\
 \hline
 M + A = V = 400,00 \quad a = 40\% \\
 \quad \quad \quad 40 \quad \quad 200 \\
 I = 200 \times \frac{40}{100} \left(1 - \frac{200}{400} \right) = \text{Cr\$ } 40,00
 \end{array}$$

O mesmo impôsto, em outros pontos do território nacional, seria:

$$I = 200 \times \frac{40}{100} = \text{Cr\$ } 80,00$$

x — Consultas sobre os investimentos devem ser encaminhadas, por escrito, mencionando as informações desejadas e encaminhando os seguintes dados: 1) indicação do interessado (pessoa física ou jurídica); 2) finalidade e caracterização da empresa e seus objetivos; 3) dimensionamento do investimento pretendido; 4) facilidades pretendidas em terreno, área construída, energia, água, etc.; 5) número provável de empregados: inicial e a pleno funcionamento; 6) insumos de matérias-primas: locais, nacionais ou importadas; 7) o que espera obter dos órgãos superintendentes da Zona Franca;

z — As normas para apresentação de projetos não são rígidas. Como sugestão para o investidor recomenda-se a elaboração de projeto integrado, detalhado: 1) no aspecto tecnológico: microlocalização, seleção e especificações de máquinas e equipamentos, obras civis, *lay-out* da fábrica, processamento, fluxos, dimensionamento da produção e qualificação dos produtos, insumos de fatores (matérias-primas, energia, água, mão-de-obra, etc.); “know-how” a empregar; 2) no aspecto econômico: avaliação de mercados, interno e externo, competição; 3) no aspecto financeiro: previsão dos investimentos, geral e particular (por itens); fontes de mobilização de fundos; cronograma de desembolsos: faturamento padrão; cálculo de custos operacionais; balanço de rentabilidade, a

níveis diversos de utilização da capacidade instalada; 4) no aspecto institucional: caracterização da empresa que vai operar o empreendimento; postulação de enquadramento no regime dos "incentivos fiscais"; e 5) plantas, etc.

A extensão dos detalhes fica a critério do investidor, compreendendo-se que, a maior riqueza de informações corresponderá uma melhor apreciação por parte dos órgãos competentes.

Endereços para pedidos de informações e apresentação de projetos: Rua Henrique Martins, 347 — Manaus — Amazonas — Brasil.

OS INCENTIVOS FISCAIS DA ZONA FRANCA

Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Altera as disposições da Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.

CAPÍTULO I

Das finalidades da Zona Franca de Manaus

Art. 1.º — A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

CAPÍTULO II

Dos Incentivos Fiscais

Art. 3.º — A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, será ISENTA dos impostos de importação e sobre produtos industrializados.

§ 1.º — Excetuam-se da isenção prevista no "caput" deste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.

Art. 4.º — A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação, para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro.

Art. 5.º — A exportação de mercadorias da Zona Franca para o estrangeiro, qualquer que seja a sua origem, está isenta do imposto de exportação.

Art. 6.º — As mercadorias de origem estrangeira estocadas na Zona Franca, quando saírem desta para comercialização em qualquer ponto do território nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos de uma importação do exterior, a não ser nos casos de isenção prevista em legislação específica.

Art. 7.º — As mercadorias produzidas, beneficiadas ou industrializadas na Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional, estarão sujeitas:

I — Apenas ao pagamento do impôsto de circulação de mercadorias, previsto na legislação em vigor, se não contiverem qualquer parcela de matéria-prima ou parte componente importante.

II — E ainda ao pagamento do impôsto de importação sôbre as matérias-primas ou partes componentes importadas, existentes nesse produto, com uma redução percentual da alíquota de importação igual ao percentual do valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo total da mercadoria.

Art. 8.º — As mercadorias de origem nacional destinadas à Zona Franca com a finalidade de serem reexportadas para outros pontos do território nacional serão estocadas em armazéns ou embarcações, sob contrôle da Superintendência e pagarão todos os impostos em vigor para a produção e circulação de mercadorias no país.

Art. 9.º — Estão isentas do impôsto sôbre produtos industrializados tôdas as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quer se destinem ao seu consumo interno, quer a comercialização em qualquer parte do território nacional.

Art. 42 — As isenções previstas neste Decreto-Lei vigorarão pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogadas por decreto do Poder Executivo mediante aprovação prévia do Conselho de Segurança Nacional.

Decreto-Lei n.º 291, de 28 de fevereiro de 1967.

Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, da faixa de fronteira abrangidas pela Amazônia, e dá outras providências.

Art. 1.º — Até o exercício de 1992, inclusive, não sofrerá incidência do impôsto de renda a parte dos lucros ou dividendos atribuídos às pessoas físicas ou jurídicas titulares de ações, cotas ou quinhões de capital de emprêsas localizadas na Amazônia, quando destinadas para aplicação na faixa de recursos próprios de projetos aprovados na Região, para efeito de absorção dos recursos oriundos do impôsto de renda, de que tratam o art. 2.º dêste Decreto-Lei e o art. 7.º da Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966.

Art. 2.º — No interêsse de incentivar a prestação de serviços à entidades engajadas no desenvolvimento da Amazônia, de favorecer o influxo de trabalhadores técnicos e empresários na área até o exercício de 1972, inclusive, as pessoas físicas que auferirem rendimentos assalariados ou não por trabalhos realizados para emprêsas ou instituições declaradas pela SUDAM como de interêsse para o desenvolvimento da área, terão o total dos descontos efetuados na

forma dos arts. 107 e 121, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 58.400, de 10 de maio de 1966, depositado no Banco da Amazônia S. A. e ulteriormente aplicado na forma dêste artigo.

Art. 3.º — A elaboração do total, fase ou parte de projetos econômicos a serem submetidos para aprovação na Amazônia, relativamente a empreendimentos em cujos planos de viabilidade financeira esteja prevista a captação de recursos oriundos do impôsto de renda, poderá ser totalmente financiada com recursos da mesma natureza, mediante prestação de garantias bancárias ou não, inclusive garantias reais de valor equivalente a, pelo menos, 150% do financiamento pleiteado pelos interessados, na forma dêste artigo e segundo os têrmos do regulamento próprio a ser aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 5.º — As emprêsas que mantenham no passivo compromisso oriundo de contrato de financiamento a longo prazo, obtidos para cobertura de investimentos fixos constantes de projetos aprovados na Amazônia para absorver recursos oriundos do impôsto de renda, conforme dispõe o art. 2.º dêste Decreto-Lei e o art. 7.º da Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, poderão absorver recursos da mesma natureza, para amortização, nas proporções de que trata o § 2.º, de parte do valor de cada uma das prestações vencidas referentes ao principal e juros, desde que:

- a) a parte restante seja atendida com recursos da emprêsa;
- b) se comprove, nos têrmos do regimento próprio, a afetiva aplicação do financiamento nas finalidades previstas no contrato.

Decreto-Lei n.º 356, de 15 de agosto de 1968.

Estende benefícios do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências.

Art. 1.º — Ficam estendidas às áreas pioneiras, zona de fronteiras e outras localidades da Amazônia Ocidental, os favores fiscais concedidos pelo Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e seu regulamento, aos bens e mercadorias recebidas, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca de Manaus, para utilização e consumo interno naquelas áreas.

Legislação Estadual

Lei n.º 839, de 17 de dezembro de 1968.

Concede incentivos fiscais às emprêsas industriais e agropecuárias que se instalem no Amazonas e dá outras providências.

Art. 1.º — São concedidos incentivos fiscais às emprêsas industriais e agropecuárias existentes, que ampliem as suas instalações, ou que venham a instalar-se no Estado do Amazonas, desde que consideradas de fundamental interêsse ao desenvolvimento econômico do Estado, nos têrmos da presente lei.

Art. 2.º — Para as atividades de natureza industrial, constituirão condições primárias cumulativas para a concessão de qualquer dos favores estabelecidos na presente lei:

- a) que as empresas pleiteantes promovam a transformação da matéria-prima, alterando-se as características intrínsecas, excluídas, assim, as indústrias extrativas e as que apenas realizem beneficiamento elementar;
- b) que sejam consideradas de fundamental interesse para o desenvolvimento econômico do Estado;
- c) que, também, o capital integralizado seja igual ou superior a 2.000 vezes o salário-mínimo regional.

Legislação Municipal

Decreto n.º 25, de 17 de março de 1967.

Isenta as empresas ou profissionais autônomos do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Art. 1.º — Ficam isentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza todas as empresas ou profissionais autônomos prestadores de serviços, com ou sem estabelecimento fixo, na forma do que preceitua o art. 49, do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967.

INCENTIVOS FISCAIS DA SUDAM PARA A AMAZÔNIA OCIDENTAL

Lei Federal n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966.

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Das Isenções em Geral

Art. 1.º — Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1982, inclusive, de isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e por esta considerados de interesse para o desenvolvimento da Região Amazônica, conforme as normas regulamentares a serem baixadas por decreto do Poder Executivo:

I — em 50% para os empreendimentos que se encontrarem efetivamente instalados à data da publicação da presente lei;

II — em 100% para os empreendimentos:

1.º — que se instalarem legalmente até o fim do exercício financeiro de 1971;

2.º — que já instalados à data da publicação da presente lei, ainda não tiverem iniciado fase de operação;

3.º — que já instalados à data da publicação da presente lei, antes do fim do exercício financeiro de 1971, ampliarem, modernizarem ou aumentarem o índice de industrialização de matérias-primas, colocando em operação novas instalações.

Art. 2.º — As pessoas jurídicas que se dedicarem a atividades industriais, agrícolas e pecuárias, ou de serviços básicos, estabelecidos na área de atuação da SUDAM, gozarão de isenção de impostos e taxas federais com relação:

I — à correção do registro contábil do valor dos bens de seu ativo imobilizado, e ao correspondente aumento de capital;

II — ao aumento de capital com recursos provenientes de reservas ou lucros suspensos.

Art. 4.º — Mediante reconhecimento pela autoridade competente, definida em regulamento, será isenta de quaisquer impostos e taxas, mesmo as cobradas por órgãos de administração indireta, a importação de máquinas e equipamentos destinados à Amazônia, para execução de empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários para o desenvolvimento econômico da Região.

CAPÍTULO II

Das Condições Tributárias para Investimentos

Art. 7.º — Tôdas as pessoas jurídicas registradas no País poderão deduzir no impôsto de renda e seus adicionais:

- a) Até 75% do valor das obrigações que adquirirem, emitidas pelo Banco da Amazônia S. A., com o fim específico de ampliar os recursos do Fundo de que trata o artigo 11 desta lei;
- b) Até 50% do valor do impôsto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de serviços básicos que a SUDAM declare, para os fins expressos neste artigo, de interêsse para o desenvolvimento da Amazônia.

Art. 9.º — As pessoas jurídicas poderão deduzir como operacionais as despesas que:

- a) efetuarem direta ou indiretamente na pesquisa de recursos naturais, inclusive a prospeccão de minerais, desde que realizadas na área de atuação da SUDAM, em projetos por esta aprovados;
- b) fizerem, como doações, a instituições especializadas, públicas ou privadas, sem fins lucrativos para a realização de programas especiais de ensino tecnológico ou de pesquisas de recursos naturais e potencialidade agrícola e pecuária, aprovadas pela SUDAM.

Art. 10 — As pessoas físicas poderão abater da renda bruta de suas declarações de rendimentos, as quantias correspondentes às despesas previstas no artigo 9.º, relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o impôsto fôr devido, observado o disposto no art. 9.º, da Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Decreto n.º 60.079, de 16 de janeiro de 1967.

Aprova o regulamento geral do plano de valorização econômica da Amazônia.

Art. 49 — Compreendem-se como empreendimentos econômicos considerados de interesse para o desenvolvimento da Região Amazônica para os fins do art. 48, aqueles que, em cada caso, forem assim classificados pelo Conselho Técnico da SUDAM, consoante critério de produtividade e/ou acréscimo de benefícios sociais e que organizados sob a forma de pessoa jurídica ou firma individual devidamente inscrita no Registro de Comércio ou equivalente, se dediquem naquela Região, a uma ou mais das seguintes atividades (vide Lei n.º 5.174/66, artigo 1.º):

- I — Produção extrativa mineral;
- II — Produção extrativa vegetal;
- III — Produção agrícola;
- IV — Produção pecuária;
- V — Produção pesqueira;
- VI — Produção industrial;
- VII — Serviços básicos; e
- VIII — Outras atividades não expressamente enumeradas que o Conselho Técnico da SUDAM, com base em parecer técnico fundamentado, reconheça como de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

Art. 62 — A venda de câmbio para importação dos bens a que se referem os artigos anteriores independerá de recolhimento antecipado ou depósito prévio de qualquer natureza que venha a constituir ônus adicional sobre o custo das divisas necessárias à importação pretendida.

Decreto-Lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966.

Define a política nacional de turismo, cria o conselho nacional de turismo e a empresa brasileira de turismo e dá outras providências.

Art. 25 — As pessoas jurídicas poderão pleitear o desconto de até 50% do imposto de renda e adicionais não restituíveis que devam pagar para investimento, na construção, ampliação ou reforma de hotéis, e em obras e serviços específicos de finalidades turísticas, desde que tenham seus projetos aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo, com parecer fundamentado da Empresa Brasileira de Turismo.

Decreto n.º 62.006, de 29 de dezembro de 1967.

Dispõe sobre os incentivos previstos no Decreto-Lei n.º 55, de 18-11-1966.

Art. 1.º — O desconto para os investimentos em hotéis de turismo, previstos nos artigos 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966,

alterados pelo artigo 17, e seus parágrafos, do Decreto-Lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1957, poderá alcançar até 8% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para aplicação nas regiões não situadas na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM.

INCENTIVOS FISCAIS À AGROPECUÁRIA E PESCA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

*Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965.
Institui o novo código florestal.*

A presente lei estabelece normas básicas para a atividade agropecuária em todo o Brasil. Assim, qualquer projeto neste particular terá que fazer remissão a essa lei, a fim de enquadrá-lo adequadamente.

*Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966.
Concessão de incentivos fiscais para a Amazônia.*

Oferece tratamento especial quanto à Agropecuária, quanto ao financiamento e à captação de recursos financeiros.

*Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967.
Regula a Zona Franca de Manaus.*

Na forma do “caput” do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 288/67, está previsto o apoio e incentivo às atividades agropecuárias, a ponto de, no momento, a SUFRAMA, responsável pela implementação da política da área, esboçar um trabalho visando à criação do Distrito Agropecuário.

*Decreto-Lei n.º 291, de 28 de fevereiro de 1967.
Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e da faixa de fronteiras.*

Essa lei promove a fundo, condições excepcionais para a implantação de projetos agropecuários na Amazônia Ocidental e nas faixas de fronteiras da área.

*Decreto n.º 62.458, de 25 de março de 1968.
Regulamenta o capítulo XIII Lei n.º 221, de 28-2-61 — isenções gerais e incentivos para investimentos na indústria pesqueira.*

Art. 27 — As deduções do imposto de renda prevista no Decreto-Lei n.º 291, de 28 de fevereiro de 1967, e na legislação dos incentivos fiscais da SU-

DENE e SUDAM poderão no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser dividida desde que não ultrapassem no total os seguintes limites:

- a) 50% do impôsto devido, quando as deduções incluírem a aplicação mínima de 25% nas áreas da SUDAM ou SUDENE, isoladas ou conjuntamente;
- b) 25% do impôsto devido quando as deduções se destinarem unicamente a aplicação fora da área da SUDAM e SUDENE.

Lei n.º 89, de 31 de dezembro de 1959.

Dispõe sôbre a lei de terras e dá outras providências.

Art. 46 — As emprêsas agrícolas, pecuárias ou industriais que se organizarem para exploração racional, em grande escala, da lavoura de subsistência, cultura permanente de plantas e árvores de ciclo vegetativo médio ou longo, criação de gado e outros animais, ou exploração industrial dos recursos florestais, que requeiram terras devolutas, submeterão ao Govêrno do Estado, para exame e decisão, os seus programas, projetos e pretensões.

§ 1.º — A concessão de terras devolutas mencionadas neste artigo dependerá de sua localização, no entanto, não poderá exceder a 10.000 hectares, e será sempre entregue a título provisório sujeito ao ônus do impôsto territorial pelo período de até 3 anos e durante ou após o qual se a emprêsa não puder comprovar a execução do programa contido ao projeto apresentado e aprovado pelo Govêrno, reverterão as terras ao patrimônio público.

§ 2.º — Comprovados, antes ou no final do período, os trabalhos, executados de conformidade com o plano apresentado, o Governador do Estado expedirá o Título Definitivo de alienação ou doação conforme o estabelecido no contrato de concessão.

Art. 37 — O valor arbitrado para a venda de terras devolutas variará de acôrdo com os fins indicados no requerimento de compra do interessado, levando-se também em consideração a sua localização, a fim de promover a melhor distribuição da propriedade nas zonas demograficamente ativas, incentivando a aquisição da terra pelos que nela queiram fazer moradia e cultura efetiva.

Lei n.º 839, de 17 de dezembro de 1968.

Concede incentivos fiscais.

Art. 3.º — São extensivos os favores desta lei às emprêsas dedicadas à pecuária, agricultura, frigorificação, pesca, avicultura, hortifrutigranjeira, independentemente da industrialização dos seus produtos.

Legislação Municipal

A Lei n.º 964, de 16 de dezembro de 1966, e o Decreto n.º 25, de 17 de março de 1967.

Ambos diplomas legais concedem incentivos fiscais às atividades agropecuárias no Município de Manaus.

**ESTADO DO AMAZONAS
ZONA FRANCA DE MANAUS
PROJETOS INDUSTRIAIS**

EMPRESA / LINHA DE PRODUÇÃO	Mão-de-obra	INVESTIMENTO — Cr\$ 1.000			
		Recursos próprios	Lei 5.174	Financiamento	Total
Companhia Siderúrgica da Amazônia S.A. Siderama usina siderúrgica	453	3.488	10.466	—	13.954
Companhia Fabril de Juta Parintins Fabrijuta riação e tecelagem de juta	265	1.199	3.544	4.291	9.034
Papaguara S.A. Massas Alimentícias bolachas finas e comuns	121	97	—	227	324
Alcântara & Cia. Frigorífico Frimazon beneficiamento e industrialização de pescado	46	88	—	92	180
Beta Indústria e Comércio de Joias fabricação de jóias finas	81	645	—	—	645
Matadouro Frigorífico de Manaus S.A. Frigomasa abate e industrialização de gado bovino e suíno	98	1.200	3.376	—	4.576
Companhia de Eletricidade de Manaus CEM energia elétrica	40	3.861	11.585	—	15.446
Le Toupet Indústria e Comércio de Perucas Ltda. fabricação de perucas e apliques	42	250	—	—	250
Joiart Ltda. Indústria e Comércio fabricação de jóias finas	60	400	—	—	400
Estanave Estaleiros Amazônia S. A. indústria naval	220	665	450	2.839	3.954
Sim Sociedade Industrial de Manaus Ltda. fabricação de meias	30	400	—	—	400
Indústrias Químicas do Amazonas S.A. anidrido carbônico (CO ₂)	10	100	300	—	400
Equipesca da Amazônia Equipamentos de Pesca S.A. artigos e implementos para captura de pescado	57	517	1.551	—	2.068
Trevezonia Treves da Amazônia S.A. fabricação de artefatos de metais preciosos	38	1.000	2.700	—	3.700
Campanha Amazonense de Cereais Armazéns Gerais Camage beneficiamento e conservação de cereais	92	2.674	4.000	1.500	8.174
Indústria Amazonense de Lentes Oftálmicas S.A. lentes oftálmicas	66	1.000	3.000	—	4.000
Spuma Indústria Química de Manaus S.A. óleos amaciantes, inseticidas e detergentes	176	16.785	11.250	5.998	34.033
Companhia Amazonense de Saponificação-COMASA fabricação de sabão e sabonete	39	540	1.620	—	2.160
Camarsa Motores Diesel S.A. MODIESEL montagem de motores da linha de fabricação MWM	21	500	1.000	—	1.500
Cemetab de Manaus S.A. fabricação de painéis de cimento/fibras p/const. civil	56	394	788	—	1.182
Vicente D. Nogueira & Cia. Ltda. bolachas finas e comuns	54	278	—	438	716
Ava Eletrônica Amazonense S.A. montagem de aparelhos elétricos e eletrônicos	365	1.250	3.750	3.762	8.762
Companhia Industrial de Madeiras fabricação de chapas de madeira aglomerada	258	4.375	13.125	—	17.500
Brinquedos Eletra Ltda. montagem de brinquedos e jogos	323	350	—	550	900
Companhia Industrial Amazonense usina de redução de minérios de estanho	32	500	1.500	—	2.000
Famoyo Aquametro S.A. fabricação de medidores de água	107	1.400	4.200	—	5.600
Agro-Industrial São Roque Ltda. beneficiamento de arroz	10	121	—	199	320
J. A. Castro & Cia. fabricação de sacos de papel	7	320	—	—	320
Indústrias Amazonenses Reunidas S.A. Indamar montagem de aparelhos eletrônicos e de refrigeração	376	10.700	—	—	10.700
Gomas do Amazonas Ltda. fabricação de goma éster	26	700	—	—	700
Indústria Amazonense de Ótica Ltda. IAOL fabricação de armação e montagem de peças p/ótica	23	260	—	—	260
Governo do Estado do Amazonas Secretária de Produção frigorífico de pescado	51	1.170	—	—	1.170
Amazonas S.A. Telecontroles e Telecomandos mont. de aparelhos de telecontrole p/indústria em geral	82	400	—	100	500
Sembra Semicondutores do Brasil Ltda. montagem de rádios transistorizados	51	50	—	30	80
	3.776	57.677	78.205	20.026	155.908

ESTADO DO AMAZONAS
TRANSAÇÕES DE MERCADORIAS
EXPORTAÇÕES

ANOS	QUANTIDADE:			VALOR COMERCIAL: Cr\$ 1.000,00			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)			
	Brasil (A)	Ext. (B)	Total C = A+B	Brasil (D)	Ext. (E)	Total F = D+E	Sôbre Quantidade		Sôbre Valor Comercial	
							Brasil (G = A/ C x 100)	Ext. (H = B/ x 100)	Brasil (I = D/F x 100)	Ext. (J = E/F x 100)
1965	214.124	25.283	239.407	61.845	19.171	81.016	89,4	10,6	76,3	23,7
1966	180.332	25.893	206.225	69.808	27.316	97.124	87,4	12,6	71,9	28,1
1967	192.095	17.498	209.593	81.564	30.453	112.017	91,7	8,3	72,8	27,2
1968	57.848	32.823	90.671	78.152	47.747	125.899	63,8	36,2	62,1	37,9

IMPORTAÇÕES

ANOS	QUANTIDADE:			VALOR COMERCIAL: Cr\$ 1.000,00			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)			
	Brasil (A)	Ext. (B)	Total C = A+B	Brasil (D)	Ext. (E)	Total F = D+E	Sôbre Quantidade		Sôbre Valor Comercial	
							Brasil (G = A/ C x 100)	Ext. (H = B/ x 100)	Brasil (I = D/F x 100)	Ext. (J = E/F x 100)
1965	104.962	258.707	363.669	60.119	11.798	71.917	28,9	71,1	83,6	16,4
1966	115.385	275.082	390.467	84.125	16.003	100.128	29,6	70,4	84,0	16,0
1967	118.162	287.160	405.322	98.276	25.952	124.228	29,2	70,8	79,1	20,9
1968	120.540	397.350	517.890	158.618	137.628	296.246	23,3	76,7	53,5	46,5

FONTE: 1 — Brasil (1965-1967) : SEEF-MF (Sòmente Comércio de Cabotagem)
 2 — Brasil (1968) : Sec. de Fazenda — Est. Amazonas (Sòmente Manaus)
 3 — Exterior (1965-1967) : SEEF-MF
 4 — Exterior (1968) : SEEF-MF (Dados coletados pela CODEAMA)

CÁLCULOS: CODEAMA

INVESTIMENTOS ÁREA PIONEIRA

DISCRIMINAÇÃO	ANOS			TOTAL
	1968	1969	1970	
1 — LEVANTAMENTOS:				
a) Aerofotogramétrico	81	—	—	81
b) Topográfico	4	10	—	14
c) Geológico	4	6	—	14
d) Batimétrico	100	—	—	100
e) Urbanização	—	127	800	927
2 — DESAPROPRIAÇÃO	—	400	1.000	1.400
3 — RÊDE DE ESGOTOS	—	300	550	850
4 — RETIFICAÇÃO DO IGARAPÉ	—	—	336	336
5 — RÊDE D'ÁGUA	—	297	514	811
6 — SISTEMA VIÁRIO	—	503	741	1.244
7 — ENERGIA ELÉTRICA	—	128	130	258
8 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	300	—	—	300
TOTAIS	489	1.771	4.071	6.331

INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

Quando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia completou o seu terceiro ano de atividades, o Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici dirigiu mensagem, que foi lida pelo ministro do Interior, Coronel Costa Cavalcanti:

“A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que hoje completa o seu terceiro aniversário, insere-se no amplo contexto das medidas adotadas pelo Governo para realizar, segundo os postulados da Revolução de 31 de Março, a política de integração do vasto território amazônico no esforço comum pelo desenvolvimento nacional.

A imensidade da tarefa não desanima aqueles que têm a consciência clara da imprescindibilidade e da urgência da sua concretização. Não é bastante considerar que o destino das gerações futuras depende daquilo que agora se fizer para arrancar do esquecimento, a que até há bem pouco se via relegada, essa região de proporções continentais. Temos deveres, certamente, para com as gerações futuras, mas pesam também sobre nossos ombros obrigações prementes no tocante à geração que aí está. Cumpre-nos olhar para o homem concreto e presente, que precisa ser acudido, a fim de que sua vida não transcorra, sem remédio, em condições que o colocam abaixo da linha da pobreza.

A integração social, que o Governo está firmemente disposto a promover em relação às populações do território amazônico, não é, porém, encargo de que

êle possa desincumbir-se sòzinho, exclusivamente através de investimentos públicos. A iniciativa privada, mediante os estímulos que lhe estão sendo oferecidos, toca igualmente papel decisivo no cumprimento dêsse programa.

Muito espera o Govêrno, para alcançar os objetivos a que se propõe, da ação que à SUDAM cabe desenvolver dentro da sua competência de planejar, executar e superintender a ação federal no território sob sua jurisdição.

Não tem faltado, no âmbito do esforço pelo desenvolvimento e integração da Amazônia, a cooperação eficiente e patriótica das Fôrças Armadas. A sua contribuição não é de caráter meramente militar, pois transcende êsses limites para revestir-se, ainda, de aspectos econômicos e sociais do maior relêvo.

A quantos dão o melhor de si mesmos em prol do êxito da "Operação Amazônia" quero dirigir uma palavra de incentivo e agradecimento, não só pelo muito que já fizeram, mas pelo que ora são ainda conclamados a fazer para que sejam plenamente alcançados os altos objetivos, em cuja realização todos nos empenhamos.

Desejo, entretanto, neste momento em que a SUDAM completa um triênio de existência, dirigir-me, de modo especial, àqueles que, nos quadros dessa entidade, dos postos menos elevados aos postos mais altos da escala hierárquica, se devotam ao cumprimento dos seus deveres funcionais, para dizer-lhes que o Chefe da Nação empenhará a autoridade do seu cargo no sentido de que sejam atingidos os fins para os quais essa instituição foi criada".



A SUDAM NA AMAZÔNIA

Superintendente: General Ernesto Bandeira Coelho



Já completou a SUDAM três anos de existência. Cabe, pois, que figure, dentre as comemorações dêsse registro, uma informação do que tem sido sua presença e seu trabalho na Amazônia. Sucessora da SPVEA — que falhou na destinação com que nascera, pela inadequada estrutura que se lhe deu, pela abusiva interferência de pressões políticas, pelo inadvertido desatendimento do Poder Público, pela invariável marginalização do setor privado, pela desalentadora insensibilidade aos reclamos da problemática regional, alicerçou-se a SUDAM sobre um sistema de caracteres que visam a conduzi-la pelo exato e seguro caminho que lhe traçou a Revolução de 1964, em busca do anelado e já, agora, irreversível desenvolvimento da área.

E como êste, forçosamente, terá de entretecer-se da própria essência do desenvolvimento do país, as relações de causa e efeito que os reúnem estarão definindo a SUDAM como um símbolo vivo e atuante de integração nacional no cenário Amazônico.

É grato, pois, poder-se afirmar, que a SUDAM já expressa, em apenas três anos de trabalho, um resultado que caracteriza apreciável demonstração de recuperação e de progresso regionais. Sente-se, nos 331 municípios dos Estados e Territórios, total ou parcialmente integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, um nôvo surto de crescimento e, até mesmo uma nova mentalidade a reger a conduta do homem do interior que, deixando o extrativismo empírico para uma etapa secundária, começa a encaminhar-se para outros setores de atividades. O ciclo dos incentivos fiscais, de cujos recursos, administrados e distribuídos pela SUDAM muito se beneficia a iniciativa privada para exploração racional das nossas riquezas naturais, teve o mérito de, nos poucos anos de existência da SUDAM, modificar os padrões sociais e a estrutura econômica da região, gerando novos mercados de trabalho, criando promissoras fontes de riquezas e descobrindo a possibilidade de empreendimentos de imediata rentabilidade.

Respira-se atualmente na Amazônia um ar de confiança no seu destino. Do Sul do país como, não raro, do estrangeiro, homens de empresa deslocam-se para sentir e viver o “Milagre da Amazônia”.

Como exemplo, podemos citar a empresa JARY INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com um projeto de silvicultura, no significativo montante de 300 milhões de cruzeiros, exclusivamente integrados por capital próprio da empresa. Há exemplos, igualmente, de grupos experimentados, de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, promovendo excepcionais investimentos no interior da Amazônia, através de projetos agropecuários, tènicamente planejados, levados à implantação em locais, anteriormente,

jamais palmilhados pelo homem da região. Em razão desses projetos, surgem e crescem rapidamente aglomerados humanos de expressiva presença colonizadora, como é o caso do norte de Mato Grosso, do norte de Goiás e do sul do Pará.

É verdadeiramente alentador, verificar-se, assim, que nesses lugares, inteiramente apartados da civilização, dezenas de homens provindos de distantes rincões do Sul dentre os quais muitos em magnífica afirmação de exuberante juventude — cujas disponibilidades de haveres poderiam lhes estar proporcionando o usufruto de grandes centros, estão embrenhados na floresta da Amazônia e, como partícipes de seu desbravamento, contribuindo para a integração dessa mesma Amazônia ao Brasil, não apenas no sentido físico, mas também no aspecto econômico e social, em termos positivos e válidos para a formação de uma nova civilização na planície.

Esses exemplos refletem o estado de confiança que a Amazônia hoje proporciona ao homem de empresa.

A evolução do desenvolvimento regional, em função dos estímulos fiscais, afigura-se, portanto, de maneira auspiciosa, quer quanto ao carreamento de recursos, quer em relação ao número sempre crescente de projetos econômicos, que chegam ao departamento especializado da SUDAM para efeito de análise e aprovação.

Cabe aqui realçar alguns valores de esclarecimentos a respeito:

Até janeiro p. passado, 291 projetos econômicos haviam sido aprovados, representando um investimento global de Cr\$ 2.023.813.830,00.

Dêsse total, Cr\$ 568.936.501,00, representam recursos próprios da empresa; Cr\$ 1.324.356.755,00, correspondem a captações do Imposto de Renda e os restantes Cr\$ 130.520.574,00, provém de outras fontes obtidos diretamente pelos empresários.

Setorialmente, êsses projetos assim se destacam:

AGROPECUÁRIOS — 169 Projetos com investimento de Cr\$ 969.135.308,00

INDUSTRIAIS — 115 Projetos com investimento de Cr\$ 804.521.891,00

SERVIÇOS BÁSICOS — 7 Projetos com investimento de Cr\$ 250.136.631,00

No setor *industrial* 13 projetos correspondem a beneficiamento de madeiras, 38 a produtos alimentares, inclusive óleos vegetais, 11 a têxteis e fibras, 3 a mineração, 7 a metalúrgica e os demais compoem indústrias de artefatos de borracha, fósforos, mobiliário, bebidas, química, minerais não-metálicos, perfumes, sabões e velas, couros e peles, fumo, vestuário, editorial e gráfica, material de transporte, produtos farmacêuticos e medicinais, papel e papelão, material elétrico, produtos plásticos.

Produção e Empregos

Dos projetos de agropecuária a produção comercial estimada é superior a 650.000 cabeças, de um plantel de cerca de 2.500.000, após a implantação para um total de 5.570.415,70 hectares. O valor da produção dos projetos industriais está estimada em Cr\$ 1.532.433.853,00 e mais a criação de cerca de 35.000 empregos diretos, nos diversos setores.

Liberações

Para implantação desses projetos, a SUDAM já liberou Cr\$ 259.946.949,00, assim distribuídos pelos três exercícios administrativos:

Em 1967 — Cr\$ 30.718.838,00

Em 1968 — Cr\$ 80.316.749,00

Até outubro de 1969 — Cr\$ 148.911.362,00

Independente desses 291 projetos de novas empresas que se implantam na região, a SUDAM aprovou também 53 reformulações de esquema financeiro e 25 projetos de empresas que solicitaram apenas isenção do Imposto de Renda ou isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos.

Observa-se nestes três anos de vida da SUDAM, um fluxo progressivo de projetos, numa demonstração patente do interesse que a Amazônia está despertando nos meios empresariais brasileiros, como área aberta a bons investimentos.

Atualmente mais de 60 projetos econômicos encontram-se no Departamento de Incentivos da SUDAM, em fase de análise para aprovação.

Esses projetos representam investimentos da ordem de Cr\$ 800.000,00, e a geração de novos empregos na região.

Muito Trabalho

Por outro lado, cresce dia a dia o movimento de processos de habilitação, obrigando a SUDAM a manter equipes permanentes em atividade, dia e noite, inclusive aos domingos e feriados, na adequação às normas dos incentivos fiscais, dos pedidos de pessoas jurídicas interessadas em aplicar suas deduções do Imposto de Renda, na Amazônia.

Para a formação de uma idéia rápida a respeito, situamos como exemplo de crescimento o número de processos que deram entrada no Serviço de Comunicações da SUDAM, nestes últimos três anos, a seguinte informação:

Em 1967 — 14.188 processos

Em 1968 — 26.617 ”

Em 1969 — 70.176 ”

Infra-Estrutura

No que toca ao setor público, tem a SUDAM, entre outras atribuições específicas, conferidas por sua lei básica, a de promover a execução de um Plano de Valorização Econômica mediante convênio com órgãos ou entidades Públicas e de economia mista.

Neste aspecto, atuando no setor com recursos orçamentários, a SUDAM empenha-se na implantação da infra-estrutura que funcionará como suporte aos empreendimentos da iniciativa privada e, conseqüentemente, à melhoria das condições de vida das populações amazônicas.

Rodovias

Seis grandes rodovias federais (Belém—Brasília, Pará—Maranhão, Cuiabá—Fronteira do Peru, Manaus—Fronteira da Venezuela e da Guiana, Manaus—Pôrto Velho—Guajará-Mirim, Macapá—Fronteira da Guiana Francesa), representando uma rêde de cêrca de 10 mil quilômetros sem considerar as de pequeno porte a cargo dos Governos estaduais, recebem substanciais recursos financeiros da SUDAM.

Embora ainda em fase de implantação pioneira, algumas dessas rodovias já oferecem um resultado positivo na batalha de incorporação da Amazônia. Centenas de núcleos populacionais, surgidos às margens dêsses caminhos de penetração, lançam os marcos de ocupação e domínio da selva, antes impenetrável. A parte ocidental da Amazônia, recebe, assim, os primeiros influxos do Brasil Grande de nossos dias, com a presença diária do caminhão transportando gêneros alimentícios e braços para o trabalho de abertura da selva.

O problema energético está, também, merecendo cuidados especiais. Três hidrelétricas constroem-se com recursos complementares da SUDAM: Curuá-Una, no Pará; Paredão, no Amapá, e Rio Casca III, em Mato Grosso. As Termelétricas das capitais dos Estados e Territórios da região recebem recursos da SUDAM para aumento dos seus potenciais. Pequenas usinas, no interior, fazem-se igualmente beneficiadas, inclusive com recursos para instalação de linhas de transmissão. Dá, assim, a SUDAM caráter prioritário ao atendimento da sempre crescente carência de energia elétrica, decorrente do surgimento de novas indústrias na região.

Telecomunicações

De igual modo, contribui a SUDAM com largos recursos financeiros para implantação do Sistema de Telecomunicações da Amazônia, em convênio com a EMBRATEL e o EMFA.

Esse empreendimento, dos mais arrojados dos nossos dias, vai retirar a Amazônia do isolamento e do silêncio, levando a comunicação perfeita a tôdas as comunidades regionais.

O Sistema de Telecomunicações da Amazônia cobrirá a área geográfica de jurisdição da SUDAM, juntando-se aos demais sistemas, para formação de uma cadeia única em todo o Brasil.

Está sendo montado com equipamento de alta confiabilidade para funcionamento através dos seguintes sistemas: Brasília—Belém; Belém—Manaus; Manaus—Boa Vista; Campo Grande—Rio Branco; Imperatriz—São Luiz e Pôrto Velho—Manaus.

A ligação Belém—Brasília, em fase de implantação, utilizará a técnica de microondas em visibilidade. Terá capacidade para 960 canais de voz, com um sistema auxiliar de 60 canais para servir as cidades ao longo da rodovia.

Permitirá serviços de telefonia, transmissão de dados, fac-símile, transmissão de programas de alta fidelidade, além de possuir um canal especial de TV, que poderá propiciar a assistência de palpitantes acontecimentos nacionais e estrangeiros.

Saneamento Básico

Importantes obras de saneamento básico estão sendo executadas, na região, com verbas do Fundo de Valorização da SUDAM. Ampliação e construção de novos sistemas de abastecimento d'água, bem como esgotos sanitários, refletem uma das preocupações da SUDAM para melhoria das condições sanitárias das populações da área. Em tôdas as comunidades regionais que recebem a execução dessas obras estão elas sendo aceleradas e levadas a têrmo.

Educação

No setor educacional, milhões de cruzeiros são manipulados através de convênios para formação de mão-de-obra especializada, aperfeiçoamento e treinamento de técnicos de níveis médio e superior, indispensáveis ao processo de desenvolvimento desencadeado nestes três anos de vida da SUDAM.

Pesquisas

No campo das pesquisas e experimentações, a SUDAM também oferece um lastro proveitoso de realizações. Dezenas de convênios firmados com órgãos especializados desenvolvem-se na área, cobrindo os setores minerais, florestais e de culturas diversas.

O cooperativismo e a colonização também estão sendo atendidos, através de convênios com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e as secretarias Estaduais de Agricultura e Produção.

Integração

Como medida altamente representativa da proveitosa conjugação de esforços em favor do desenvolvimento regional, a SUDAM tem contado com a colaboração valiosa das Forças Armadas. Tanto o Exército como a Aeronáutica e a Marinha contribuem com realizações objetivas no Plano de Valorização. Além de suas tarefas normais de segurança, as Forças Armadas sediadas na Amazônia concorrem, assim, decididamente, para a integração nacional com obras marcantes como: abertura de estradas, colonização das zonas fronteiriças, construção de aeroportos e campos de pouso, reaparelhamento de portos, sinalização e correção de vias navegáveis. Ao desempenho de todos êsses encargos empresta a SUDAM eficaz colaboração financeira.

Em linhas gerais e em resumida informação, êste é o perfil que define a presença da SUDAM, em três anos de existência na Amazônia.

Na brevidade de seu traçado, vale, no entanto, para revelá-la como sendo, a um só tempo, síntese e expansão da sistemática de um planejamento que, traduzindo multiplicidade de incidências e motivações, busca como um todo a Grande Área e, nela, corresponder ao chamamento de uma das sempre renovadas exigências de seu contínuo e indomado desafio.

ESTADO DO AMAZONAS

SUDAM — DIVISÃO DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS

Até 30 de junho de 1970, no setor de Incentivos Fiscais, foram aprovados, reformulados, ampliados, implantados, modernizados, etc. os seguintes projetos:

Isenções	13
Reformulação/ampliação-industrial	9
Implantação/modernização: agropecuária	2
industrial	27
serviço	2

PROJETOS AGROPECUÁRIOS

Projetos	2		
Recursos próprios		Cr\$	949.500
Reinversão		"	7.350
Incentivos fiscais		"	2.841.148
			3.797.998

PROJETOS INDUSTRIAIS

Projetos	27		
Recursos próprios		Cr\$	86.752.638
Outros		"	17.128.258
Incentivos fiscais		"	245.476.627
			349.357.523

PROJETOS DE SERVIÇOS BÁSICOS

Projetos	2		
Recursos próprios		Cr\$	52.860.793
Outros		"	3.256.619
Incentivos fiscais		"	55.079.881
			111.197.293

RESUMO GERAL — ESPACIAL

Recursos próprios		Cr\$	140.562.931
Outros		"	20.384.877
Reinversão		"	7.350
Incentivos fiscais		"	303.397.656
			464.352.814

INCENTIVOS FISCAIS

Projetos Aprovados — Recursos Liberados/Resumo Ano

1965	Setor Industrial	Cr\$	368.885,00
1966	Setor Industrial	"	449.620,00
1967	Setor Industrial	"	4.413.787,00
1968	Setor Industrial	"	7.788.231,00
1969	Setor Agropecuário	"	318.102,00
	Setor Industrial	"	6.580.482,00
	Setor Serv. Básico	"	1.226.232,00
1970	Setor Agropecuário	"	837.868,00
	Setor Industrial	"	16.022.845,00
	Setor Serv. Básico	"	2.500.000,00

RESUMO ESPACIAL — Cr\$ 1,00

1965	"	368.885,00
1966	"	449.620,00
1967	"	4.413.787,00
1968	"	7.788.231,00
1969	"	8.124.816,00
1970 (até 30-6-70)	"	19.360.713,00
	Cr\$	40.506.052,00

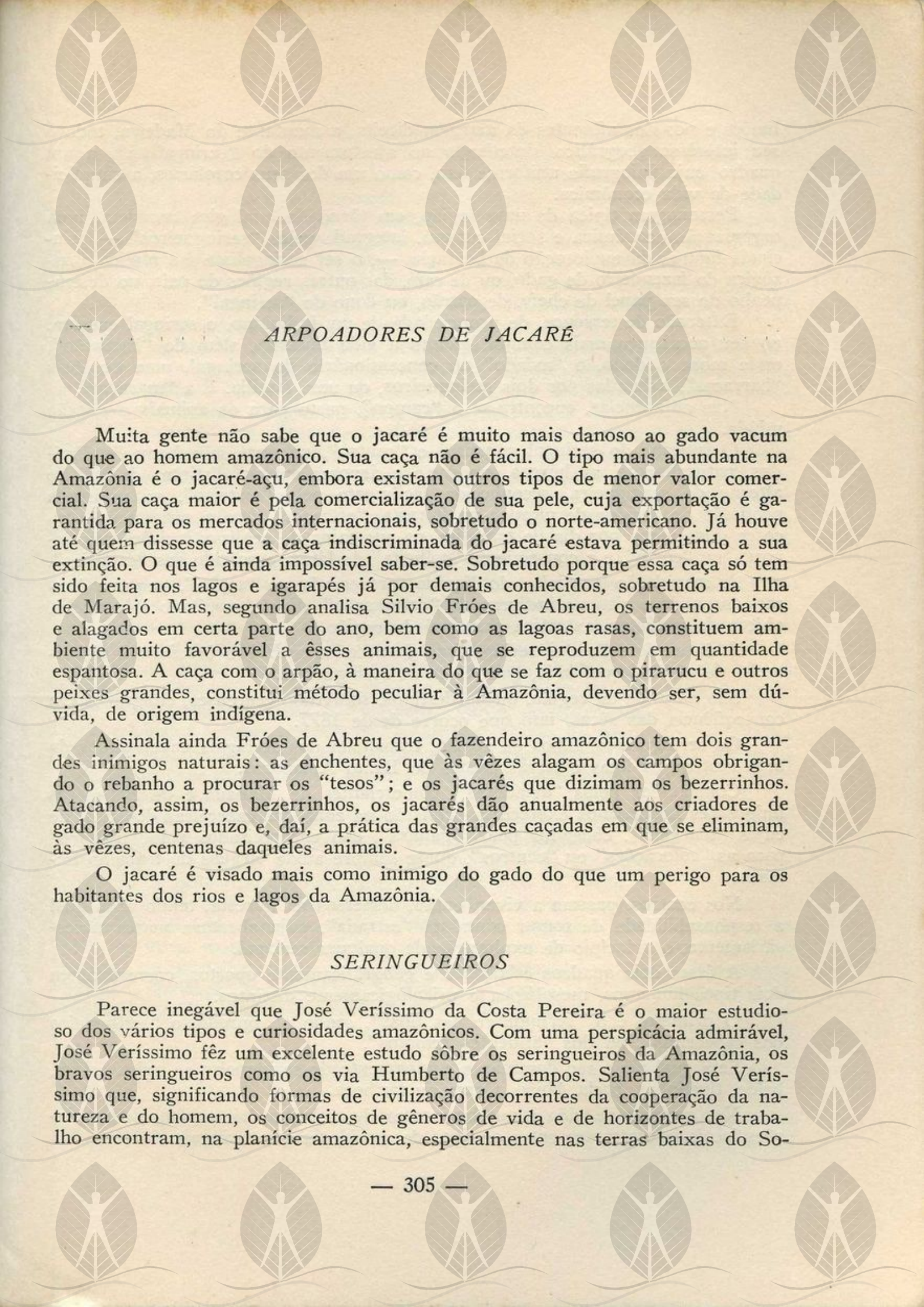
INCENTIVOS FISCAIS

Projetos Aprovados — Repercussão Econômica

Projetos	31	
Investimento total		Cr\$ 464.352.814
Comprometidos		" 303.397.656
Liberados		" 40.506.052
Previsão de empregos	7.162	
Previsão de empregos	7.162	
Hectares	4.631	
Produção comercial (em cabeças)	849	
Plantel	3.569	



TIPOS E ASPECTOS DO AMAZONAS



ARPOADORES DE JACARÉ

Muita gente não sabe que o jacaré é muito mais danoso ao gado vacundo do que ao homem amazônico. Sua caça não é fácil. O tipo mais abundante na Amazônia é o jacaré-açu, embora existam outros tipos de menor valor comercial. Sua caça maior é pela comercialização de sua pele, cuja exportação é garantida para os mercados internacionais, sobretudo o norte-americano. Já houve até quem dissesse que a caça indiscriminada do jacaré estava permitindo a sua extinção. O que é ainda impossível saber-se. Sobretudo porque essa caça só tem sido feita nos lagos e igarapés já por demais conhecidos, sobretudo na Ilha de Marajó. Mas, segundo analisa Silvio Fróes de Abreu, os terrenos baixos e alagados em certa parte do ano, bem como as lagoas rasas, constituem ambiente muito favorável a êsses animais, que se reproduzem em quantidade espantosa. A caça com o arpão, à maneira do que se faz com o pirarucu e outros peixes grandes, constitui método peculiar à Amazônia, devendo ser, sem dúvida, de origem indígena.

Assinala ainda Fróes de Abreu que o fazendeiro amazônico tem dois grandes inimigos naturais: as enchentes, que às vêzes alagam os campos obrigando o rebanho a procurar os "tesos"; e os jacarés que dizimam os bezerrinhos. Atacando, assim, os bezerrinhos, os jacarés dão anualmente aos criadores de gado grande prejuízo e, daí, a prática das grandes caçadas em que se eliminam, às vêzes, centenas daqueles animais.

O jacaré é visado mais como inimigo do gado do que um perigo para os habitantes dos rios e lagos da Amazônia.

SERINGUEIROS

Parece inegável que José Veríssimo da Costa Pereira é o maior estudioso dos vários tipos e curiosidades amazônicos. Com uma perspicácia admirável, José Veríssimo fez um excelente estudo sobre os seringueiros da Amazônia, os bravos seringueiros como os via Humberto de Campos. Salienta José Veríssimo que, significando formas de civilização decorrentes da cooperação da natureza e do homem, os conceitos de gêneros de vida e de horizontes de trabalho encontram, na planície amazônica, especialmente nas terras baixas do So-

limões e nos dos afluentes da margem direita, a montante do Madeira, todo o seu interesse geográfico sintetizado no ajustamento do “seringalista”, a um quadro, cuja fisiografia uniforme tem, como um dos seus corolários, a simplicidade da vida econômica.

Personagem típica de uma região, em torno da qual gira completa, uma organização econômica e social curiosa, integrada pelos “seringueiros” — principais figuras da exploração da borracha —, o ser seringalista é a réplica amazônica do fazendeiro de gado, ou de café, das outras regiões do país, no desempenho do seu papel de chefe, de patrão, ou dono do “seringal”.

Extensão de terrenos, de propriedade de um indivíduo, o seringal encerra, no seu arcabouço mais comum, quanto à vida humana, além do “barracão”, onde mora o dono, o “aviado” ou concessionário do seringal, uma ou duas “barracas”, habitadas por dois seringueiros, ou uma família. É a “margem”.

Nas adjacências, encontra-se o “campo”, pasto para os animais e criação miúda.

O interior do seringal constitui o “centro”, no qual se acham distribuídas, naturalmente, as héveas, em meio a árvores outras, distintas do trifólio alterno da seringueira, reconhecida facilmente pelo “mateiro”, na arriscada profissão de abridor de picadas na floresta, “estradas”, que o seringueiro percorre duas vezes por dia de trabalho, na sua faina de realizar incisões nas árvores, ou “corte”, e a conseqüente “colheita” do látex, escorrido das “sangrias”.

A coagulação posterior do líquido, processada no “tapiri”, pequena barraca, segundo o sistema indígena da “defumação”, dá em resultado a borracha, objeto da indústria extrativa principal da região.

É da exploração das seringueiras, fornecendo a *Hevea brasiliensis* a borracha de melhor qualidade, que vivem os seringueiros.

São naturais da região, ou nordestinos, sobretudo cearenses, emigrados em conseqüência das sêcas, fato que ocorre desde 1877.

Os seringueiros, filhos da região, trabalham nos seringais envelhecidos da área restrita às ilhas e terras planas do Baixo Amazonas.

Contratados pelos “aviadores”, comerciantes de Manaus e de Belém, os imigrantes nordestinos exercem a profissão na zona das cabeceiras dos rios, de cujas “margens”, chegados pelos “gaiolas”, são encarreirados pelo “mateiro” para as “colocações” ou “centros”, quase sempre ainda virgens do trabalho humano.

Nos centros, passam a viver, então, dispersos na floresta, tendo cada qual a responsabilidade de tomar conta da “estrada”, cuja abertura marca necessariamente, o princípio da exploração de qualquer seringal.

A êsses dois quadros esboçados e geograficamente opostos, correspondem dois tipos humanos, mesológica e psicologicamente distintos.

O primeiro é o “seringueiro das ilhas”, sendo o segundo, o “seringueiro das cabeceiras”, ou dos “afluentes remotos”.

Seja qual fôr o seu domínio, o equipamento do seringueiro se reduz a faca, balde, tigelinhas, bacia, boião, fôrma ou tariboca.

Nos regimes de vida e nos horizontes de trabalho, há, porém, diferenciações locais interessantes entre os tipos de servidores dos seringais.

O das ilhas, embarcado na "montaria", só depois de nascido o sol, parte para o trabalho, na vazante da maré, vestindo calça de algodão, blusa, gorro de pano à cabeça, levando faca, balde, terçado e espigarda "pica-pau".

Trabalha em seringal esgotado; sua "estrada" é às vêzes, de "espigão"; seu corte se estende a oitenta "madeiras", se tanto, para conseguir, no máximo três galões de látex, que no regresso à palhoça, "defumará", sob a assistência da mulher, com quem cedo se casou e à vista de numerosa prole.

Desenvolvendo sua atividade como emérito canoero, é um ictiófago que contrasta com o andarilho das cabeceiras, cuja alimentação essencial é constituída de feijão e assado de "jabá" atualmente em decadência.

Em regime já diverso, o seringueiro das cabeceiras é um madrugador que, às três horas da madrugada, se encontra sem demora, preparado para a luta, trajando calça e blusa de mescla azul, borzeguins de borracha, de fabricação própria, ostentando terçado à cinta e rifle a tiracolo.

Na cabeça, exhibe capacete de latão sôbre o qual assenta a lamparina de querosene, auxílio para o serviço de "corte", à noite, quando desfecha na casca de cada árvore, até três golpes seguros, com a faca, podendo, se fôr hábil seringueiro, sangrar e entgelar, umas duzentas madeiras, que lhe darão quantidade de látex, entre oito e vinte galões diários. Sua "estrada" é quase sempre a de "fecho" na "bôca", de sorte que, após haver descrito uma volta, encontra-se de nôvo ao pé da residência, à qual regressa muito antes do meio-dia.

A segunda fase da jornada consiste em nôvo mergulho na floresta, a fim de recolher o látex das tigelinhas, embutidas pela manhã, no corte das madeiras.

Cêrca das quinze horas, já outra vez na "barraca", inicia com a ajuda do "boião", e o emprêgo da "tariboca", o preparo da borracha, fabricando as "bolas", as quais, depois de "marcadas", seguem por terra, pelas tropas de burros "comboios", ou descem o curso d'água, à maneira de "balsas", amarradas em espiral, em busca da "margem", isto é, do "barracão" do seringalista, onde o serviço é pago, quando não se realiza a troca da produção por alimentos e artigos de primeira necessidade, num abuso mercantil de boa fé, só ultrapassado pela ganância do "regatão", singular mascate de "montaria", típico do interior amazônico.

Enfrentando clima hostil, "amansando o deserto", no dizer de Euclides da Cunha, humanizando a paisagem, os intrépidos seringueiros, além de concorrer para o povoamento e desenvolvimento econômico da Amazônia, realizaram o prodígio da reincorporação do Acre ao patrimônio da nação.

Na época da baixa das águas, ao partirem para os serviços do "centro", os seringueiros aí permanecem até a estação das grandes chuvas, quando a floresta se torna inabitável. Refluem, então, para os entrepostos, para os "barracões", ou povoados, onde, enfim, encontram realmente um pouco de descanso, graças à "pulsção sazônaria", que na grande "região natural", impõe sua disciplina geográfica a tôdas as variadas formas da atividade humana.

CABOCLO AMAZÔNICO

Num pequeno estudo feito sôbre o caboclo amazônico, José Veríssimo da Costa Pereira analisou a incidência do tipo pardo como o mais numeroso na

Amazônia, vindo logo abaixo o branco e em quantidade mínima, o prêto. Isto era efeito de um Censo Demográfico, para justificar o encontro de um tipo que caracterizasse o chamado caboclo amazônico, embora seja justo afirmar não existir um tipo único de caboclo amazônico. Mas, segundo o estudo de José Veríssimo, essa distribuição étnica corresponde com o sentido da penetração em todo o vale amazônico, do elemento branco colonizador. A distribuição também tem relação estreita com as providências legais restritivas, vigentes ao tempo da colonização. Estas, ao lado do estancamento das correntes imigratórias dos brancos, verificado após a primeira metade do século passado, e em consonância com a sempre diminuta presença do elemento negro na Amazônia, explicam o fato de caboclos, tapuios e mamelucos, haverem resultado tão-somente, do cruzamento do branco com o indígena. Em consequência, a forte mestiçagem pôde se processar isenta, por assim dizer, da contribuição perturbadora vinda de outros elementos raciais. Tudo isso proporcionou, então, à Região Norte, a singular situação de possuir, no Brasil, uma sociedade em que a expressão indígena predomina, tanto sob o ponto de vista étnico, quanto sob o cultural.

Da mestiçagem do branco com o índio resultou o curiboca (às vezes denominado erroneamente, tapuio) e da do curiboca com o branco, o mameluco. Na linguagem do povo, porém, curiboca e mameluco são englobados na denominação geral de "caboclo".

Um outro estudioso — Moacir Paixão e Silva — afirma que o que existe é uma vasta zona de comportamento humano unificado. O fato se verifica tanto no Madeira quanto no Solimões, tanto no Tocantins como no Tapajós ou no Rio Negro. E na sua opinião, com a pesca e o pequeno plantio, a coleta florestal, a vida nos postos de lenha, nos jutaís, "aí é onde se encontra a Amazônia genuinamente nativa curiosa naquela socialização cujas maneiras são ainda as do bugre manso. É zona de influência da economia do caboclo".

Esse caboclo tem um tipo étnico semelhante ao do índio. Pigmentação epidérmica; a barba diluída; certa obliquidade dos olhos; sobriedade dos gestos. "Só lhe falta, em conclusão dessa semelhança física — opina Moacir Paixão — a extensão e a rapidez dos movimentos, e isso deriva, por certo, da regressão secular que lhe impôs seu mau funcionamento orgânico, decorrente de um mínimo padrão alimentício inegavelmente a maior das forças que condicionam a nossa vida plástica e energética".

Onde quer que atue, e seja qual fôr a atividade a que se dedique, o caboclo amazônico traduz sempre a influência atávica na região. Antes de tudo é um nômade. Preferencialmente é um coletor, um pescador ou um caçador. Uma vez ou outra dedica-se a minguada cultura de subsistência, aproveitando ora uma nesga de terra limpa pelo fogo, ora certa porção do solo fértil das vazantes. Planta, então, aqui e ali um pouco de milho e de feijão, alguma batata, uns poucos legumes.

Perto da cabana rústica com dois puxados, de cobertura de palha, soalho e paredes de palmeira "paxiúba", um mandiocal e um bananal completam o quadro da moradia. Às vezes, um pequeno cercado próximo abriga algumas tartarugas fluviais.

A moradia se ergue sobre estacas a fim de evitar a invasão das águas nas enchentes ou, finalmente, assenta num pequeno terraço marginal, a regular

Erectas, com a sua fronde serenamente altaneira, as bertolécias — com exceção das samaumeiras — chegam a dominar certas partes das florestas amazônicas de terras altas.

Não são as únicas árvores amazônicas a produzir castanha, mas a de maior importância do ponto de vista comercial.

Os castanhais de *Bertholletia excelsa* são mais freqüentes nos planaltos entre os grandes afluentes do Baixo Amazonas. Todavia os mais importantes se situam em tôda a região desde o Jari até o Jamundá, pela parte norte da Bacia Amazônica, e na zona do Baixo Purus, pela parte sul da mesma bacia.

Não existem contudo no trecho em que o Purus penetra no Acre. Mas na parte sudoeste da bacia — do Iacó para o Acre reaparecem para se tornarem novamente abundantes no trecho compreendido entre o Purus e o Pauini.

Em geral os castanhais vestem as cristas de terras firmes como que descidas do planalto guianense. Fora porém da Bacia Amazônica apenas são encontradas no território das Guianas.

No Maranhão, Mato Grosso, no Pará, sobretudo a jusante do Araguaia e na região do Tocantins, há abundância de castanha-do-pará.

No Estado do Amazonas, a Bacia do Purus pode ser considerada como a região mais rica. Aí cada ouriço costuma encerrar de 15 a 20 castanhas e — segundo o testemunho do Tenente-Coronel Lima Figueiredo — um trabalhador pode colhêr, por dia, um ou dois hectolitros de castanhas (barricas). Há casos, contudo, de árvores produzirem de 2 a 4 barricas, 126 litros para cada barrica.

De crescimento moroso, o castanheiro frutifica aos oito anos e só aos doze produz normalmente. Quando adultos, podem dar cêrca de 500 quilos de frutos por ano.

Geralmente a *Bertholletia excelsa* floresce no mês de novembro e o crescimento completo dos frutos necessita de um período de 14 meses. Ficam assim maduros em dezembro ou janeiro do ano seguinte.

A colheita se inicia quando todos os frutos (ouriços) começam a cair das árvores, o que se dá em fins de janeiro. É a época em que o trânsito por debaixo de um castanhal constitui sério perigo, em vista dos acidentes que poderia acarretar semelhante imprudência. Além disso, as castanhas completamente maduras são as de melhor conservação.

Em vista da altura da copa a colheita da castanha se realiza no chão. Na própria mata, os colhedores partem os frutos para retirarem as amêndoas, comumente em número de 12 a 22 em cada ouriço. O trabalho obedece à disciplina sazonal, pois os ventos e as chuvas da estação precipitam a queda dos ouriços do castanheiro e obrigam a colheita no próprio seio da mata amazônica onde existe o castanhal em exploração. O modo de realizar o trabalho resulta da experiência e da inteligência humana posta a serviço de uma exploração rendosa e relativamente simples. Armada uma barraca singela sob a floresta, com uma cobertura fortemente inclinada para o chão, a fim de evitar o perigo da queda imprevista dos volumosos e pesados frutos, dentro dela espera o trabalhador dos castanhais (apanhadores, carregadores, etc.), o momento que, agitados pelos ventos, os galhos passam a desprender todos os ouriços maduros. Cautelosamente deixa, então, o abrigo e passa a encher o "paneiro" de frutos encontrados pelo chão. Realizada a primeira colheita, novamente se recolhe à

barraca-esconderijo a fim de aguardar a nova queda de frutos. Enquanto isso, no interior do abrigo, quebra os ouriços, consumindo o tempo. Retiradas as amêndoas são estas levadas em canoas ao barracão do proprietário ou arrendatário do castanhal. Os igarapés se animam, então, remontados pelos trabalhadores em batelões ou em "montarias". Há uma vida de certa agitação impulsionada pelo transporte dos resultados da "caçada" aos castanhais.

Ao contrário do seringueiro, o castanheiro ou trabalhador dos castanhais nas "cheias", trabalha e nas "sêcas", descansa. E, com êle, segundo o engenheiro Barbosa de Oliveira, descansam também as embarcações e o tráfego se paralisa.

As possibilidades econômicas dos castanhais são consideráveis. O epicarpo dos ouriços serve para o fabrico de objetos úteis e de fantasia e pode também ser aproveitado para defumar a borracha. As castanhas depois de sêcas e livres do tegumento fornecem de 50 a 67% de óleo, alimento agradável, outrora usado como sucedâneo do azeite de oliveira, quando não é aplicado na fabricação de sabões, em preparados farmacêuticos, na iluminação e maquinismos delicados.

Nas regiões onde existem naturalmente, as castanhas servem de alimento às populações pobres que as comem assadas ou as reduzem a óleo substituto da gordura de porco (banha de seringueiro). Delas fazem ainda mingaus e uma espécie de leite que costumam misturar ao café.

A POROROCA

Quem já estêve ou já viajou pela Amazônia, já ouviu falar, pelo menos, no fenômeno da pororoca. Pouca gente sabe o que é realmente a pororoca. Mas Hilson Carvalho Waehneltd num trabalho realizado concluiu que na luta do mar com o rio, surge a pororoca, que tudo destrói. As águas do grande rio amazônico (Amazonas), tranqüilas e espelhadas refletem, estranhamente, o azul do céu e o verde das florestas. Nem uma leve aragem, ao menos, faz ondular a superfície líquida e brilhante do curso d'água. Desapareceram os pequenos insetos que, em vôo rápido deslizam pela tona. Os pássaros e outros animais ribeirinhos emudeceram. Nenhum peixe salta no rio. Tudo é silêncio e expectativa. Há mistério no ar: alguma coisa vai acontecer na planície do rio-mar. Uma fresca brisa começa então a soprar da foz. E, imperceptivelmente um ruorejo longínquo se faz ouvir, avançando rio acima. Depois, um ruído constante, que se assemelha ao disparar de uma vara imensa de queixadas. O rumor, agora, é alarmante e a intensidade aumenta sempre. Já é um ronco sinistro. Há vibrações no ar. As aves passam, desorientadas. Treme o chão e a superfície das águas se encrespa. Na curva do rio, de repente, surge uma onda gigantesca que toma tôda sua largura e vem subindo avassaladoramente, alta, espumosa, destruidora. É a *pororoca*. À sua passagem impetuosa, tudo cede e é levado de roldão: árvores inteiras, troncos, folhagens, grandes blocos irregulares de pedra e terra, pedaços de madeiras, de casas dstruídas, embarcações, animais terrestres e até sêres humanos. Depois da grande onda, que pode atingir vários metros de altura, outras menores se sucedem, em vagas contínuas e pouco espaçadas da primeira. São os banzeiros, que acompanham

servilmente a pororoca e que também, de modo impiedoso, lambem as barrancas altas do rio e se arrebetam com violência nas praias de areia fina. Na paisagem, que foi plácida, tudo mudou: as águas do rio estão agitadas, escuras, feias; aqui e ali, árvores reviradas agonizam nas águas barrentas; animais e homens são levados na correnteza; detritos de toda espécie passam velozmente, boiando, rumo ao mar; os barrancos, fendidos e solapados, despencam com estrondo, agitando mais ainda a massa líquida. O rio fica mais largo, irreconhecível. É o caos.

Tal é o fenômeno da pororoca, cujas conseqüências são temidas das populações ribeirinhas de certos cursos d'água e que ainda não está devidamente estudado. E nem a origem do seu vocábulo que parece vir do tupi-guarani — poroc-poroc — que significa “mar roncador” ou “mar trovejante”. Este pelo menos foi o resultado de um estudo feito por Barbosa Rodrigues, igualmente. — Os cronistas portugueses da fase heróica dos grandes descobrimentos, foram os primeiros homens do mundo europeu a descrever a grande onda e a sentir, também, seus efeitos destrutivos. O macaréu — assim a denominaram — foi observado nas embocaduras dos rios da África e da Ásia, por onde navegaram os exploradores lusitanos em suas aventuras marítimas, nos séculos XV e XVI. A vaga gigantesca com as outras ondas paralelas foi vista pela primeira vez no litoral setentrional do Mar de Omã e do Mar de Bengala, pouco antes do descobrimento do Brasil. A palavra “macaréu”, ao que tudo indica, também parece ser originária do sânscrito — Maha (grande) e arivi (corrente d'água) e que, unidas, foram corrompidas pelo uso, segundo o costume da época em relação às palavras e expressões orientais. Para os ingleses a nossa brasileiríssima pororoca é “bore” e o fenômeno é visto também nos rios Wye, Severn e Trent, mas alguns autores enquadram o vocábulo macaréu nas circunstâncias que determinam o fenômeno e não, propriamente, os seus efeitos. As populações indígenas que tanto sofrem com o fenômeno vêm na assustadora vaga influências malignas. E para eles, a poroc-poroc, pororoca, macaréu, mascaret ou macréé, bore, maha-arivi — seja o que fôr — é, simplesmente, o enviado de um deus terrível e vingativo ou, então, um monstro marinho que tudo destrói à sua passagem catastrófica rio acima o que, de certa forma, confere.

No Brasil, a pororoca é comum no Canal Norte, nos rios Guamá, Guajará, Araguari, de um modo geral nos canais e barras dos rios que correm entre as ilhas de Maracá e Janaucu, todos pertencentes ao Estuário do Amazonas. Segundo a opinião controvertida mas abalizada de alguns estudiosos, a pororoca é um fenômeno que surge em conseqüência do embate violento das águas do oceano com as do rio, em marés altas. Só aparece, no entanto, nos canais de estuários sujeitos à pre e baixa-mar, em que são mais acentuadas as correntes de vazantes, ou nas embocaduras mais estreitas ou, ainda, em locais de fundo que não ultrapassam seis metros de profundidade, lisos de vasa ou de lama. Nos fundos de pedras, há enfraquecimento, até o desaparecimento da onda de refluxo. A altura da onda está na razão inversa da largura do canal, onde o fenômeno ocorre.

É assim, na grandiosa planície amazônica: na luta do mar com o rio, surge a pororoca, que tudo destrói!

O JUTEIRO

No excelente trabalho da Fundação do IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Tipo e Aspectos do Brasil — Írio Barbosa da Costa faz um estudo sôbre o juteiro, o homem que trata do cultivo da juta.

O cultivo da juta é responsável pelo aparecimento de mais um tipo na galeria dos habitantes rurais da Amazônia. Cultura introduzida por imigrantes japoneses, na década de 1930, cujas técnicas de plantio foram logo assimiladas pelos caboclos do Médio Amazonas, tornou-se em pouco tempo o principal produto comercial amazonense.

O médio Amazonas é a principal área de cultura da juta e para lá têm convergido populações, por vêzes de regiões longínquas, ligadas outrora ao extrativismo florestal.

Está bem nítida na paisagem, ainda em organização, a chegada recente do caboclo juteiro. Casas de palha de sopapo, muitas vêzes verdadeiros ranchos improvisados, abrigam uma ou mais famílias.

Aglutinados em tôrno do chefe de família, com alguns trapos a cobrir-lhe o corpo, cabeludo, de pés no chão, crianças barrigudas, chegam êles ávidos de melhores condições de vida.

Logo êle passa a familiarizar-se com a nova atividade e o meio a que está ligado. As condições de plantio da juta o obrigam a um contato íntimo com o rio, já que o calendário agrícola daquele produto é em função do seu regime.

Em novembro e dezembro, quando baixam as águas, inicia-se o plantio. Enquanto cresce a juta, o caboclo dedica-se a uma agricultura de subsistência, consistindo de mandioca, milho, abóbora, etc. À noitinha êle pesca. O peixe, abundante nos rios de águas brancas e regiões lacustres, constitui a fonte de proteínas de sua alimentação, de vez que a caça, nos dias atuais, já não lhe fornece os rendimentos de outrora. Os demais produtos são adquiridos nas casas flutuantes e principalmente nos “regatões”.

Quando o caboclo mora próximo dos flutuantes, é comum estabelecer-se um regime de trocas entre sua pequena produção e os gêneros de primeira necessidade, como querosene, sal, açúcar, etc.

Decorridos seis meses, quando a roça já foi colhida e as águas começam a subir nos rios, invadindo os jutais, é chegada a época em que o juticultor lhes dedica todo o tempo de suas atividades.

De facão em punho, descalço, e com o seu inconfundível chapéu de palha, de tez bastante queimada pelo sol, desce as barrancas do rio, em direção à várzea onde está o jutal, passando o dia no corte. Esta operação é bastante morosa, de vez que é feita de caule a caule, enfeixada em molhos, amarrados com a própria fibra da juta e em seguida carregados para dentro d'água. Aí permanecem os feixes de 15 a 20 dias para separar os fascículos fibrosos por fermentação.

Êle trabalha 12 horas dentro d'água, retirando a juta, batendo-a, lavando-a e colocando-a em varais para secar. Tais tarefas exigem mão-de-obra abundante e eficiente que, muitas vêzes, é complementada pela própria família do juticultor, ou pelo sistema do ajuri (correspondente ao “mutirão” do sul), ajuda mútua empregada pelos caboclos.

Plantação e Colheita

Num outro trabalho de autoria do presidente do Banco do Estado do Amazonas, Vieira Medeiros, é explicado que quatro são as variedades da juta cultivada na Amazônia: Roxa, Lisa, Branca e Solimões, sendo que as três últimas são as preferidas no cultivo destinado à produção de sementes, devido a uma maior ramificação.

O clima indicado para essa cultura é o quente e úmido, com temperatura média de 25°C a 33°C e umidade de 90%. Os terrenos mais favoráveis são aqueles de constituição argilo-silicosa de aluvião, com poder de retenção de umidade, sem excesso, o que é prejudicial ao desenvolvimento da planta, principalmente nos primeiros dias de cultivo. É de notar, contudo, que, quando já em seu pleno crescimento, a juta resiste às enchentes, desde que não totalmente coberta pelas águas. Esses os motivos pelos quais os plantios são feitos às margens dos rios, nas terras de várzeas, inundadas periodicamente.

Os trabalhos de preparo do solo — broca, derruba, queima e encoivamento — são efetuados no verão durante os meses de agosto e setembro.

No caso de terras de várzeas cobertas de capoeira fina, o preparo é menos trabalhoso e realizado com menos despesas.

O plantio de juta nas terras baixas de várzea é feito nos meses de agosto e setembro; nas terras altas, é efetuado nos meses de outubro e novembro. Pode ser realizado a lanço ou semeadeiras manuais denominados de "tico-tico". Este método é o mais comum, por não oferecer as desvantagens do primeiro — de gastar maior quantidade de sementes e irregularidades de espaçamento, que deve ser 30 cm X 30 cm.

Durante o seu crescimento, a juta exige cuidados especiais, tais como o desbaste, a extirpação dos pés excedentes e menos desenvolvidos, e eliminação das ervas daninhas, pois destes dependem o rendimento e a qualidade da fibra.

A colheita tem início a partir do 4.º mês, contados do plantio e, dependendo da subida das águas, até o 5.º mês, quando o corte se processa ainda com resultados vantajosos; a época ideal do corte está entre a floração e a frutificação. O retardamento do corte com o intuito de obter mais peso prejudica a qualidade do produto, por torná-lo menos flexível e resistente. O corte deve ser feito a uma altura aproximada de 20 cm do solo.

Terminada a colheita, são as hastes reunidas para o processamento de maceração viológica, consistindo em submetê-las à fermentação em água. As hastes amarradas em feixes de 20 a 30 são colocadas sobre jangadas e mergulhadas, colocando-se sobre elas troncos de árvores, ou por meio de varas amarradas horizontalmente a outras enterradas verticalmente, de modo que permaneçam sob as águas.

A maceração dura em média 15 a 25 dias. Na água estagnada a fermentação é mais ligeira, em virtude de o grau de aquecimento ser mais elevado do que em água corrente. O afogamento prolongado enfraquece a fibra.

Desde que se constate a maceração suficiente, deve-se proceder à bateção das fibras, as quais, uma vez descascadas das hastes e lavadas, são estendidas em varais, para secar ao sol. Depois de secas, são enfardadas manualmente, para serem levadas aos prensadores e, após a classificação, prensadas.

Condições Econômicas

Introduzida numa região economicamente pobre, carecida de capitais financiadores, seria inevitável que a cultura, exploração e comercialização da juta viessem a ser absorvidas, como foram, pelo sistema tradicional e vigente de "aviamentos", através do qual se processa todo o financiamento de produtos nativos.

A juta despertou o interesse de grupos ou indivíduos com recursos, devendo-se, assim, à iniciativa particular, de início, o amparo creditício necessário ao aumento da produção da fibra.

O financiamento às suas safras não fugiu às características regionais de distribuição de crédito, embora, na verdade, esse amparo financeiro seja mais amplo e mais livre que os destinados aos demais produtos. O fornecimento de numerário ou de mercadorias, em troca do compromisso de entrega da colheita de juta, ao preço então vigente, é igual, em sua prática, aos de outros setores agrícolas. Idêntica, ainda, é a interferência de intermediários, maléfica no aspecto de verdadeira servidão a que se sujeita o agricultor, asfixiando-o, mas, de qualquer modo, útil ao homem do campo, uma vez que ele não alcançou ainda o sentido da "oferta" e da "procura", e da valorização do seu trabalho.

Além disso, embora as plantações fiquem à beira dos rios, não é fácil ao plantador de juta dar escoamento à fibra, sujeitando-se, muitas vezes, à falta de meios de transporte que lhe possibilitem realizar negócios nos locais de prensagem, e vende o produto, independentemente de classificação.

Ainda assim, e embora com a interferência de intermediários, os juticultores têm conhecido bases mais justas para pagamento de seu trabalho, e vários deles progrediram de tal forma que passaram a reunir, em torno de si, trabalhando sob sua proteção e lhes proporcionando resultados econômicos, outros juticultores que não atingiram, ainda, seu estágio de progresso.

Além do produtor, três figuras participam do sistema da atividade jutícola:

I — *aviador* — elemento mais antigo e que melhor determina a economia da Amazônia. É o intermediário entre o produtor e o exportador. No início da safra, faz "adiantamentos" ou "aviamentos", em dinheiro, ao agricultor e, principalmente, em gêneros. Ao término da colheita, recebe o produto e negocia com o exportador. Auferir lucros altos, com a comercialização de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade ao produtor, e com a venda do produto ao exportador; corre porém sérios riscos com o financiamento para o interior, investindo grandes somas a prazos longos, enquanto paga, a prazos curtos ou à vista, os artigos que fornece.

II — *regatão* — olhado com certa antipatia, principalmente pelo aviador, porque adquire, muitas vezes, produto financiado por ele, é essencial à região. Realiza o comércio de troca de mantimentos por produtos, em suas próprias embarcações, à beira dos rios. Atinge pontos distantes, onde o agricultor está isolado, e, para este, se torna imprescindível. Alguns componentes deste grupo possuem firma organizada, escrita comercial e escritório na capital do Estado

ou nas sedes dos municípios. Revende ao aviador ou ao exportador o produto que adquire e, por vezes, age como aviador.

III — *exportador* — exporta o produto que compra do aviador, do “regatão”, ou diretamente do produtor. Nêle repousa, principalmente, a base financeira do negócio. Muitos exportadores há que fornecem mercadorias e dinheiro ao produtor ou a pequenos comerciantes do interior, exercendo, nesses casos, também a função de aviador.

Essa forma de financiamento tem sido muito criticada, mas não poderia ser de outra maneira, sobretudo porque o homem do interior não está preparado técnica e educacionalmente para receber assistência financeira direta.

Além da assistência financeira proporcionada pelos elementos citados, a juta é financiada pelo Banco do Brasil, no período de plantio pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, agente que é do Govêrno, em convênio com a Comissão de Financiamento da Produção, para aquisição da juta ou financiamento por meio de penhor mercantil; e pela Carteira de Crédito Geral, descontando os títulos relativos à venda de juta para a indústria de tecelagem. Como se vê, apenas a primeira está ao alcance dos produtores.

Produção

Não tem sido uniforme a produção jutícola no Amazonas, levando em conta os fatores negativos, já fartamente citados. O ano de maior produção — valendo a estatística das firmas exportadoras-preneiras — foi o de 1961, com 46.000 toneladas. Para 1968 e 1969, por exemplo, o Anuário Estatístico do IBGE registra uma produção muito baixa: (é uma produção estimada) — 18.338 e 19.289, respectivamente. Êstes números não são definitivos, mas de qualquer forma, vários fatores concorrem para essa posição:

- a) sistema defeituoso na obtenção e distribuição de sementes, pelos seguintes motivos:
 - cultivo, apenas em Alenquer e Monte Alegre, no Pará, quando o maior centro produtor está no Amazonas;
 - deficiência no contrôle dêsses serviços, ocasionando distribuição insuficiente e tardia; e
 - entrega de sementes de baixo teor germinativo;
- b) insatisfatória política de fixação de preços-mínimos; a Comissão de Financiamento da Produção toma tais providências com muito atraso, desestimulando o produtor que, ao iniciar o cultivo, não sabe qual a retribuição do seu trabalho. E há um dispositivo de lei determinando que o preço seja decretado dois meses antes do plantio;
- c) precária assistência financeira. A safra é preparada por meio de financiamento bancário e de particular. O produtor não se tem valido do financiamento direto, por não estar ainda preparado técnica e educacionalmente. Pela distância em que vive da sede da agência bancária, pela carência absoluta de

linha regular de transporte e, muitas vezes, por não dispor dos documentos hábeis da posse das terras onde trabalha, prefere o produtor receber o financiamento da mão de terceiros, no próprio local da produção;

d) condições de venda da fibra às indústrias de tecelagem do Sul, a prazos longos, que diminuem a rotatividade dos limites de crédito de que dispõem os exportadores;

E uma série de fatores desestimulantes ao produtor, a única vítima de todo um processo econômico que ainda não foi despertado ou, pelo menos, atenuado.

Mercado

No escoamento da produção da juta amazonense, três aspectos devem ser considerados:

- a) a absorção, por indústrias de tecelagem locais, da parte da produção;
- b) a exportação para o mercado tradicional do Nordeste e do Sul do país;
- c) exportação para o exterior.

O primeiro e o último desses aspectos vêm, nos últimos anos, ocasionando algumas alterações no mercado, abrindo assim, com especialidade às exportações para o exterior, novas perspectivas de mercado. As indústrias locais estão absorvendo uma média de vinte toneladas. Algumas exportações tem acontecido para a Argentina, aproveitando-se das facilidades permitidas pela Zona de Livre Comércio formada pela ALALC, além das vantagens fiscais oferecidas pelo Governo do Amazonas.

Problemas Industriais

Algumas vezes, o parque têxtil da juta se tem defrontado com crises, refletindo-se, essas dificuldades, também, sobre a produção da fibra. A diminuição no preço da sacaria, automaticamente determina queda no preço da fibra. As fábricas nacionais estão trabalhando em regime de ociosidade, pois que o consumo de manufaturados diminuiu consideravelmente, nos últimos anos, pelos seguintes fatores:

- transporte de cereais a granel;
- redução das exportações de café;
- construção de silos;
- concorrência de sacaria de papel, algodão e plásticos.

A grande solução seria a exportação dos excedentes de manufaturados. Todavia, as fábricas brasileiras não têm condições competitivas, porque os principais concorrentes — Índia e Paquistão — operam em circunstâncias muito favoráveis; fábricas imensas, de até 3.000 teares, subvencionadas pelo governo; e, as tarifas de fretes, mas favoráveis que as nossas.

Soluções

Dentre as soluções prováveis, parecem indicadas:

- modernização e racionalização das fábricas, utilizando-se as vantagens dos incentivos fiscais;
- crédito suficiente e a taxas de juros baixos;
- obtenção de tarifas de fretes e taxas portuárias mais favoráveis;
- transferência das unidades — que são antigas e obsoletas — estabelecidas no Sul e Nordeste, para a Amazônia;
- criação de um estoque regulador financiado, de produtos manufaturados que permita o constante e pleno funcionamento das indústrias e o fornecimento estável aos mercados internacionais que se viessem a obter, uma vez que o único comprador eterno é a Argentina, não obstante a ALALC.

“REGATÕES”

Na história econômica da Amazônia, o “regatão” tem um papel de muito destaque. Pouca gente sabe o que é “regatão”, mesmo neste alvorecer da chamada redenção da imensa área, pelo menos 25 anos depois das lutas e dos trabalhos realizados por Leopoldo Peres. Sem outras palavras êle não apenas é o comerciante que sobe e desce os rios, vendendo e comprando, comprando mais do que vendendo, pois o regime é de pura troca e quem faz os preços é êle, o “regatão”, que em última análise é a embarcação e o dono dela, também não deixa de ser verdade a grande importância social por êle exercida na Amazônia.

Mas, vamos nos valer dos estudos realizados ainda por José Veríssimo da Costa Pereira, quando afirma que o devassamento e a conseqüente forma do povoamento na Região Amazônica não são apenas o resultado da audácia e do espírito de aventura dos conquistadores luso-brasileiros, nos séculos passados. São ainda um corolário da função antropogeográfica dos rios, numa região de floresta espessa, maciça, em muitos pontos impenetráveis, porém sempre rica em árvores, das quais algumas, particularmente três, se tornaram símbolos econômicos e, ao mesmo tempo, fixaram os povoadores: a seringueira, a castanheira e o cacauero.

Se a topografia da região e as grandes precipitações atmosféricas dotaram a Bacia Amazônica de uma rede fluvial complexa e extensíssima, embora não totalmente navegável com facilidade, as correntes úmidas, aéreas, vindas de leste, determinaram na superfície do solo, uma contracorrente líquida, origem dos caminhos naturais de penetração, do mais alto valor social e econômico.

Os dois fatos essenciais que explicam, assim, a penetração linear do homem branco no vasto domínio da *Hyloea*, foram a rede fluvial e a floresta maciça, rica em valor econômico.

A maneira porém, como aquêle homem audaz e aventureiro realizou a penetração, somente poderia ser, como de fato foi, no início, principalmente pela ubá, igara ou canoa, embarcação sem quilha manejada pelo canoeiro indígena

e a única — segundo o comandante Eugênio de Castro — apropriada à missão do colonizador no sistema hidrográfico em que passava a viver.

Aperfeiçoando-a, o colonizador dela fêz, na Região Norte, como do cavalo, na região pastoril, o instrumento de sua conquista, a sua “montaria” — não pelos caminhos da terra, mas “pelos caminhos que andam”, os rios, pequenos ou grandes, igarapés e igapós.

Na Amazônia, a “montaria” teve e tem a função antropogeográfica muitíssimo importante. E à sua missão histórica ligam-se não apenas o colonizador, o missionário e o bandeirante, porém, ainda, e mais recentemente, o “regatão”, tipo social e econômico curiosíssimo, surgido da adaptação da inteligência de especulação comercial a um meio físico, regido por variações sazonárias, a que sem dúvida obedecem a atividade econômica e os “gêneros de vida” típicos da Região Amazônica.

O escritor Raimundo Moraes, que conheceu como poucos a calha do rio-mar, focalizou em “Na Planície Amazônica”, o tipo clássico do “regatão”: “o bufarinheiro conhecido nas cidades por teque-teque chama-se, no interior, “regatão”; somente, em lugar de transportar nas costas — pitoresco atlas de quinquilharia — o mundo de miudezas, transporta-o no bôjo de uma galeota que desloca duas, três, quatro toneladas, dividida em seções de secos e molhados, possui uma portinhola abrindo para vante e outra para ré. Dentro, nesse compartimento, riscado de prateleiras, encontram-se os artigos mais díspares, que vão da agulha à espingarda, do fósforo à bala, do cigarro ao fogareiro, da sêda ao baralho de cartas, do alfinete ao barbante, do prego ao pó de arroz, do sabonete ao leque, da corda de viola ao mosquiteiro, da requinta à coroa de defunto, do lençol ao cobertor, da chita à escôva de dentes. O “regatão” vende ali, come ali, pilota ali, dorme ali. Fora, nas amuradas de madeira pintadas de branco, azul, verde, amarelo, cinzento, lê-se em gordas letras o nome da galeota: “Primavera”, “Constantinopla”, “Brasileira”, “Monte Líbano”, “Acreana”, “Vencedora”, “Sempre Viva”. Foi português o “regatão” dessas priscas era, afirma-tava também Raimundo Moraes”.

Atualmente é possível distinguir pelo menos três tipos de “regatão”: o pequeno, o médio e o grande.

O pequeno é o tradicional mascate estabelecido em pequeno batelão, coberto de “palha” e tocado a remo. Vende em geral tudo o que se pode condenar: cachaça, cartas de jogar, etc. Prefere os altos igarapés, longe das sedes dos seringais, nos pontos onde a navegação regular não consegue atingir. É o tipo clássico do espoliador. Furta a borracha dos seringais e vicia os seringueiros.

O “regatão” médio usa uma pequena lancha de motor ou a vapor. Já é evoluído. Procura manter transações mais ou menos legais, comércio regular com os próprios seringalistas. Possui pequenos capitais e, assim, em sua minúscula lancha pode levar quase de tudo. Não visa, como os pequenos “regatões”, aos seringais menores, totalmente desprotegidos, mas de preferência, aos grandes, porque o seu comércio é lícito e de maior envergadura.

Os grandes “regatões” se estabelecem de preferência numa bôca de rio donde passam a irradiar o seu comércio. Dela fazem partir pequenas embarcações, depois de já haver criado um espécie de entreposto mantido com capi-

tais próprios, ou com créditos e “aviamento” feitos por “aviadores” de Manaus e Belém.

PESCADOR DE PIRARUCU

O pescador de pirarucu é um tipo característico de trabalhador encontrado, com frequência, nas zonas piscícolas propriamente amazônicas da grande Região Norte. É bem uma dessas distintas e singulares personagens que, na frase de M. P. e Silva, “várzea educou para a vida, debaixo da cartilha e das conveniências do rio”.

No comêço da vazante (meados de agosto), ou no início das enchentes (meados de novembro) — revela José Veríssimo da Costa Pereira — êsse tipo de pescador concentra tôda a sua atividade na grande pesca fluvial e lacustre, a qual se realiza, na Amazônia, mediante processos puramente regionais.

No tempo da salga ou verão, sobretudo durante os meses de setembro e outubro, para fins comerciais e industriais, êsse tipo de pescador tem por objetivo principal a pesca do enorme peixe vulgarmente conhecido pelo nome de pirarucu. Êsse nome indígena significa peixe-urucu (piras peixe) sendo urucu (bixa orellana) o nome de um fruto silvestre, que fornece tinta avermelhada com a qual costumam os silvícolas tingir o corpo. Pelo volume, o pirarucu corresponde ao jaú, na Bacia do Paraná-Paraguai, e ao surubim, na do São Francisco. Cientificamente, o pirarucu é um representante da família *Osteoglossum* — o *Arapaima gigas*, Cuvier. Na sistemática tal representante é conhecido pelas expressões sinônimas — *Sudis gigas* e *Vastres*.

O peixe tem a cabeça grande que termina em focinho. Seu corpo é cilíndrico, o ventre claro e o dorso mais escuro.

A carne do pirarucu, quer a de côr vermelha, quer a amarela ou escura, exerce na região o mesmo papel que a do bacalhau entre as populações pobres do Norte da Europa e da América Setentrional. Constitui, assim, a alimentação básica da população amazônica que é, sobretudo, ictiófaga em vista do meio aquático em que vive e devido, também, às enormes possibilidades que êsse meio oferece, sob o ponto de vista dos seus recursos em pesca. Além disso, embora divergindo do bacalhau quanto a vários aspectos de importância tais como sabor, digestibilidade, etc., o pirarucu fica em plano igual ao mesmo quanto aos valores nutritivos.

Medindo de dois a dois metros e meio de comprimento e pesando de cinquenta a oitenta quilogramas, o pirarucu depois de preparado, salgado, pode dar de vinte a quarenta quilogramas de carne vendável. Representa, portanto, produto de comercial valia principalmente numa região que possui população pouco afeita à criação e à cultura sedentária.

Muito poucas vêzes, como já foi dito, é o pescador de pirarucu tipo de côr preta, ou mestiço, cafuz, curiboca ou mulato. É a explicação que pode ser feita em breves linhas.

Devido a restritivas providências legais, nos tempos da colonização, caboclo, tapuio e mameluco resultaram quase que tão-somente do cruzamento do branco com o indígena. Além disso, o elemento africano sempre foi diminuto

na Amazônia. Ao cabo, porém, do período colonial, tendo escasseado o casamento de portugueses com mulheres indígenas — até então incentivado pelos poderes oficiais — o referido caldeamento praticamente desapareceu. Dêse modo, o sangue indígena teve oportunidade de se purificar por isso que permaneceu isento da contribuição perturbadora vinda de outros elementos raciais. Com a aproximação do tapuio ao índio, novos lares então se formaram, dispersando-se pelo vale. Hoje, decorridos mais de trezentos anos de constante diluição, o resultado final dêsse processo histórico foi a insignificante percentagem com que o sangue europeu concorreu para atualmente diferenciar a composição étnica da população amazônica.

O predomínio da mentalidade aborígine, a desambição, a tenacidade e o apêgo à vida livre — características da população amazônica — concorreram, então, para fazer do pescador de pirarucu um homem ingênuo, desprendido, tenaz e simples.

Tal simplicidade se reflete em tôdas as facêtas e todos os setores de sua atuação. Sua casa, por exemplo, erguida geralmente nos pontos mais elevados das terras baixas e úmidas, senão alagadiças, consiste numa meia dúzia de paus toscos fincados como esteios, enquanto vigas e caibros compõem a armação. É, pois, uma simples e pobre “barraca” tendo por cobertura palha de buçu, curoá, ubim, inajá, miriti ou uauaçu.

Misto de habitação e armazém, geralmente não dispõe de divisões internas. A “barraca” do pescador é, então, e na verdade, um tipo de casa elementar que reflete, sobretudo, as influências naturais e econômicas da região. Além de aproveitar todo o material fornecido pela floresta, serve, por um lado, de abrigo, cozinha, refeitório, dormitório e loja e, por outro lado, depósito para o peixe. Êste, depois de pescado, é salgado e pôsto a secar, fora, numa espécie de terreiro contíguo a casa. A carne é arrumada em postas que pendem de um certo número de varas assentes sôbre forquilhas de outros ramos de árvore. Daí é então transportada depois de sêca para o interior da barraca.

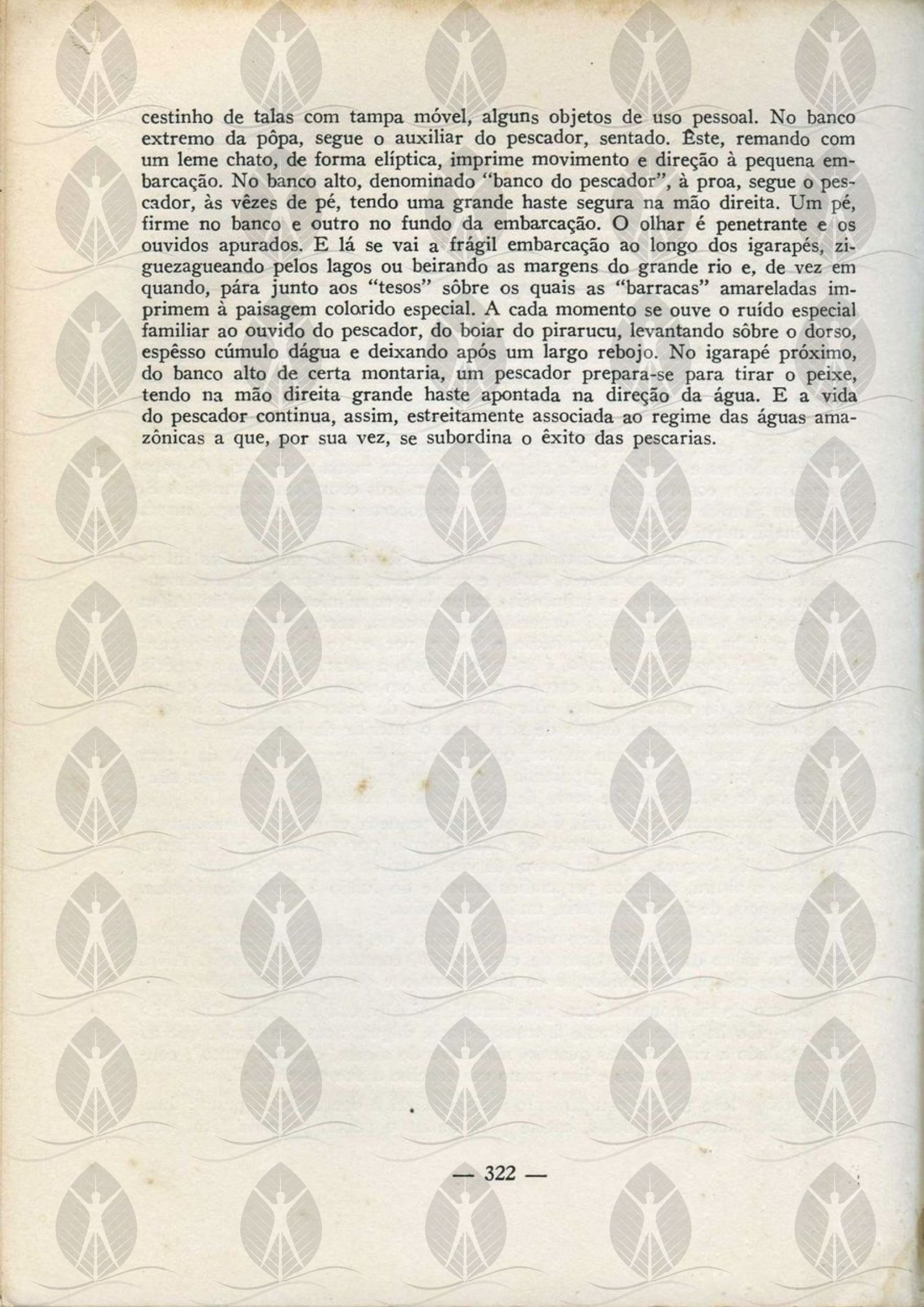
Para a execução do seu mister, quer se trate da pesca a linha, da pesca com arpão, ou com a fiska, gapuiando o pirarucu, utiliza o pescador uma simples canoa de pesca, que lhe serve de indispensável veículo.

Ordinariamente, nada mais é do que uma pequena embarcação rudimentar que mede de dois a três metros de comprimento por quarenta a cinquenta centímetros de largura. Apenas possui de vinte a trinta e três ou quarenta centímetros de altura, medidos perpendicularmente do fundo à linha das bordas. Trata-se, pois, de frágil montaria, muito rasa, aliás.

Considerando-se o objetivo visado, tal canoa de pesca apresenta algumas vantagens sôbre os demais tipos de embarcação, comuns na Amazônia. Além de deslizar célere, sem ruídos, é de fácil manejo e de rápida evolução.

Dentro de tal montaria leve, pela manhã, sai o pescador à pesca, “nem tão cedo que não haja luz bastante à transparência d’água, nem tão tarde, que as tenha agitado a viração, mas quando, não havendo ainda “caído o vento”, conservam-se as águas serenas e lisas como um espelho à sua superfície”.

Consigo leva todo o equipamento indispensável à operação da pesca: duas linhas, dois bicos, duas bolas, cacête para matar o peixe, pequena faca, uru,



cestinho de talas com tampa móvel, alguns objetos de uso pessoal. No banco extremo da pôpa, segue o auxiliar do pescador, sentado. Êste, remando com um leme chato, de forma elíptica, imprime movimento e direção à pequena embarcação. No banco alto, denominado "banco do pescador", à proa, segue o pescador, às vêzes de pé, tendo uma grande haste segura na mão direita. Um pé, firme no banco e outro no fundo da embarcação. O olhar é penetrante e os ouvidos apurados. E lá se vai a frágil embarcação ao longo dos igarapés, zigzagueando pelos lagos ou beirando as margens do grande rio e, de vez em quando, pára junto aos "tesos" sôbre os quais as "barracas" amareladas imprimem à paisagem colorido especial. A cada momento se ouve o ruído especial familiar ao ouvido do pescador, do boiar do pirarucu, levantando sôbre o dorso, espêssô cúmulo d'água e deixando após um largo rebojo. No igarapé próximo, do banco alto de certa montaria, um pescador prepara-se para tirar o peixe, tendo na mão direita grande haste apontada na direção da água. E a vida do pescador continua, assim, estreitamente associada ao regime das águas amazônicas a que, por sua vez, se subordina o êxito das pescarias.

GLOSSÁRIO

Abieiro — É uma árvore frutífera, oriunda do Peru. O fruto é comestível, variando de forma e tamanho, esférico ou ovóide. De alguns abieiros é aproveitado o látex e de outros a madeira. O látex é rico em guta.

Ananás — O ananás é conhecido pela denominação científica de *Ananas sativus* Schult. Sua reputação como sobremesa é imensa, dentro e fora das nossas terras, para o civilizado e para o índio. O ananás de duas regiões tão opostas da Amazônia Brasileira, enche de assombro e excita a gula dos viajantes: o ananás do Rio Negro, no Estado do Amazonas, e do Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. São de tamanho, pêso e sabor impressionantes.

Arrôcho — Processo primitivo de sangrar, com incisões de alto a baixo, a árvore da boracha.

Aturá — Cêsto de talas, em forma de balaio, de quatro pernas, utilizado para transporte de mandioca ou de apetrechos de pesca.

Aviado — O que recebe o financiamento ou o suprimento do "aviador".

Aviador — Comerciante "financiador" da produção extrativa ou agrícola.

Baila — Bom, experiente, destro, hábil. Grande, enorme, descomunal.

Balata — Árvore que produz látex e que começou a ser explorada na região no comêço dêste século.

Bamburral — Trecho de beira de rio ou margem de lago impenetrável por causa da vegetação densa e entrelaçada de cipós.

Banzeiros — Ondas provocadas pelos ventos, pela pororoca ou pela passagem de grandes embarcações, nos rios.

Baré — Os Baré, ao tempo da conquista do Amazonas, constituíam uma grande tribo, sendo, incontestavelmente os "senhores" do Rio Negro. Hoje já são bem raros os Baré em todo o Rio Negro.

Barraca — Habitação rústica, coberta de palha. Casa em que vive o seringueiro, empregado do seringal.

Barracão — Vivenda, armazém e depósito do dono do seringal. Sede do seringal.

Batição — Ato de bater a água para obrigar o peixe, encurralado, a cair na rêde.

Beijus -- Bôlos feitos de massa ou de polvilho de mandioca-puba e de polvilho ou de massa de mandioca fresca. Obedecendo à técnica tradicional da cozinha indígena os beijus são comidos, como pão, entre os civilizados, isoladamente. São onze os tipos de beijus em geral.

Bocó — Palerma.

Bôto — É o bôto um personagem místico, tendo determinado entre nós um autêntico ciclo: o ciclo do bôto. O bôto é o espírito das águas. E, se merece respeito especial, quando seduz uma "cunhã-mucu-pisasu", é bem mais responsável no seu parentesco com Rato, que é um demônio aquático, Senhor dos Peixes e de todos os bichos que moram nos rios, igarapés, cachoeiras, lagos e cacaias.

Bubuia (de) — Flutuando, à tona d'água.

Caçua — Cêsto grande, feito de cipó, que se pendura nos cabeçotes da cangalha do animal de carga. Têrmo provàvelmente levado pelos nordestinos para a Amazônia.

Caiçara — Cercado ou curral de madeira para guarda ou embarque de gado, à margem de um rio. Também curral tosco onde se guardam tartarugas.

Canarana — Capim aquático que orla as margens dos rios, dos igarapés e dos lagos e que é transportado em canoa, pelos vaqueiros, para o gado prêso nas marombas por ocasião das enchentes.

Candiru — É um peixinho cujas dimensões variam entre 25, 40, 70 e 80 mm. Esse representante singular da fauna ictiológica da Amazônia foi incorporado ao lendário e ao anedotário populares, em episódios mais trágicos do que cômicos. Dizem-no sedento de sangue, como as piranhas e os morcegos e escatófago insaciável, como os bacus e certas espécies de besouros; o que, porém, o torna temível para a gente ribeirinha nesta ou naquelas paragens amazônicas é a particularidade de introduzir-se na uretra, ânus ou vagina de banhistas e de pescadores inadvertidos de sua periculosidade.

Carimbó — Atabaque ou tambor de origem africana, usado no batuque. Feito de um tronco escavado, com couro esticado em uma das extremidades: o tocador, sentado sobre o tronco, bate no couro com as mãos.

Cauchero — O que se entrega à extração da borracha do caucho.

Caxiri — É, em geral, a denominação dos vinhos de frutas, dos indígenas e dos caboclos da Amazônia, cujo sumo é pôsto a fermentar: consomem-se nas festas, bailes e dabacuris, tanto dos índios como dos caboclos e até mesmo dos civilizados. Quanto mais fermentado mais será preferido o caxiri, porque embriaga, estimula a alegria e assanha os instintos. Diz-se que um caxiri de taperebã só pode ser suplantado por um caxiri de polpa de frutos de cacau. O seu uso é tradicional, provindo dos primeiros senhores das terras e rios da Amazônia. Quando os primeiros colonos portugueses introduziram o vinho de uvas e a aguardente do Reino, aumentou entre os índios o abuso de caxiris, cada vez mais fermentados.

Chibé — Alimento ou bebida do pobre, que consiste em um pouco de farinha diluída em água, com açúcar ou rapadura. Equivalente à jucuba do Sul do Brasil.

Cuí — Farinha fina, farinha peneirada.

Cuiambuca — Cuia feita do fruto da cuieira — em cuja parte superior se abre um buraco, e que serve para guardar ou transportar água e outros líquidos.

Cuiapitinga — Assim é chamada, na Amazônia, tôda aquela cuia cuja casca não foi pintada pelo processo descrito, há séculos, por Alexandre Rodrigues Ferreira. É a casca do fruto da cuieira, que depois de sêca e de se lhe extrair a massa interna, é usada para tomar qualquer espécie de bebida. Comercialmente, é pintada de prêto e depois aplicam-lhe desenhos coloridos, o que lhe dá certo realce. Conseqüentemente, muito vendida, sobretudo como adôrno, pelos civilizados.

Cumarú — Amêndoa comestível e medicinal, do cumaruzeiro, árvore da família das leguminosas.

Cumbucas — São vasilhas, de capacidade variável, utilizadas pelos indígenas e pelos caboclos da Amazônia para conter mel, vinhos ou, mais comumente, água.

Cunhã — Mulher, senhora.

Cunhatã — Menina, jovem, donzela.

Cunhatain — Menina.

Curabi — Pequena flecha, seta envenenada, muito usada por algumas tribos indígenas para caçar animais de porte médio.

Curare — Veneno terrível fabricado pelos silvícolas e cuja composição química, que varia de tribo para tribo, é ainda em grande parte desconhecida. Parece constituir-se não só de vegetais tóxicos (urari e icu) como também de venenos animais, principalmente dos anfíbios e das cobras.

Curumim — Rapazinho de seis a treze anos de idade. Moleque.

Curuperê — Riacho que seca no tempo do verão.

Droga do Sertão — Nome genérico com que se designava qualquer dos produtos nativos da floresta amazônica, explorados economicamente: salsaparrilha, canafístula, cravo, canela, cacau, raízes, cipós, plantas aromáticas ou medicinais.

Enluar — Quando aparece o primeiro fluxo catamenial, diz-se da môça "que enluou". A ação da lua abrange os seres humanos, os vegetais, os animais e as águas. Os frutos ficam enluados, isto é, apodrecem, fendidos; as árvores têm os troncos rachados; as mulheres sofrem, nas suas funções fisiológicas, a influência desse astro.

Estirão — Trecho de rio em linha reta, entre duas curvas.

Feitoria — Abarracamento provisório dos que vão à salga do peixe. Lugar no mato onde se faz pequena choça ou barraca para pernoite e guarda de mantimentos ou ferramentas.

Formiga-de-Fogo — É espécie muito abundante, espalhada e assaz nociva. Há duas formas dessas espécies, uma mais clara e outra mais escura. O ninho é feito na terra, nas raízes das plantas, sendo por essa razão uma verdadeira praga da lavoura. Sua mordida produz ardência, daí o seu nome.

Gaiola — Vapor apropriado à navegação fluvial na região com capacidade bruta variável entre 167 e 600 toneladas. "Da elevada superestrutura — escreve Raimundo Moraes —, desenvolvidas obras mortas, dois, três conveses, camarotes nas amuradas, adveio-lhe o apelido irônico e pitoresco".

Giquitara — Formiga-de-fogo, que devasta as roças nos altos rios. *Giquitara*

Igapó — Floresta alagada. Mata dentro da água. Pedaco de floresta inundada pela água dos rios na enchente. Pântano no meio da mata. Paul. Charco.

Igara — Nome da primitiva canoa pequena e esguia, do índio, feita de casca de árvore.

Igarapé — Pequeno braço de rio

Igarapés — A bacia hidrográfica do Amazonas não resulta apenas dos seus manadeiros, das suas caudais, da extensão e volume de rios como o Madeira, o Purus e o Rio Negro, mas, também, de igarapés, mais ou menos tormentosos, mais ou menos longos e amplos, descendo de serras e desdobrando-se, meandrosos, através da floresta até a calha dos grandes afluentes daqueles e outros rios. Durante o inverno, isto é, quando o índice pluviométrico se eleva, por causa das grandes chuvas, os igarapés tomam a fisionomia de verdadeiros rios, por eles subindo e descendo embarcações, até de médio porte.

Igarité — Canoa de um só mastro, com tóldo de madeira e dez e quinze palmos de boca. De dimensão maior que a montaria e menor que a galeota.

Inhambu — Existem várias espécies. São aves que vivem no chão e alimentam-se de frutos e sementes. Voam pouco. Algumas espécies são de côr uniforme, variando no tamanho e no colorido. O mais conhecido é o inhambu-relógio, o que desperta o seringueiro e o viajante na Amazônia, sendo para aquê, muitas vèzes, a primeira caça que encontra nas suas "estradas", às primeiras horas da manhã, abatendo-a por isso, sem nenhuma compaixão.

Irapuru, Uirapuru — Passarinho de plumagem bonita e de canto notável — a que se ligam várias lendas e crendices amazônicas.

Jacamim — Ave do tamanho de um galo, de pernas compridas, que vive na floresta, pelo chão, em grandes bandos. É domesticável e tida como fetiche de felicidade.

Jamaxi — Espécie de paneiro feito de timbó em que se transportam mercadorias muito usadas em viagem.

Jarina — Palmeira que dá excelente palha, com freqüência utilizada na cobertura de barracas de seringueiros, no Acre.

Jenipapo — Este vegetal é uma rubiácea indígena, bastante cultivada por seus apreciados frutos. É utilizada pelos índios, para a pintura da pele.

Macaxeira ou Macaxera — Espécie de mandioca cuja raiz não contém princípios venenosos. A planta é menor que a mandioca amarga, as hastes são angulosas, os frutos não têm alas. Os tubérculos podem-se comer assados, cozidos ou fritos, como a batata. É o aipim do Sul do Brasil.

Maniba, Maniva — O arbusto, a árvore da mandioca.

Maquira, Makyra, Maqueira — Rêde de dormir, batida ao tear, segundo Stradelli. No Rio Negro são feitas de miriti, de tucum, de curauá, sendo estas últimas as mais duradouras.

Maracajá — É um mamífero carnívoro da Amazônia que, dado o valor comercial da sua pele, principalmente nos Estados Unidos, donde a moda feminina o está reclamando, já tem contados os seus dias como tantos outros mamíferos daquela região.

Marupiará — Feliz na caça, na pesca e em geral em qualquer empresa.

Maromba — Jirau onde é metido o gado para não sofrer os efeitos da inundação.

Matapis — São covos de pescar, de forma cônica, feitos de talas de palmeira inajá ou paxiubinha, para recolher o pescado.

Matrinxão — É peixe das águas amazônicas. Os índios Maué o consideram da família dos peixes que conhecem e empregam "artes mágicas", chamando-os por isso "muri-cariuas" — feiticeiros maus.

Minhoca Grande — Ou Minhocaçu é, evidentemente, um personagem mitológico. No Rio Negro, porém, existe um dêsse vermes terrestres, de quatro a cinco palmos de comprimento. O viajante Pretorius afirmou que a minhoca-grande, ou minhocão, tem existência real.

Montaria — Canoa pequena, de três metros de comprimento e um de bôca, movida a remo. É o cavalo do cabloco da região.

Muruci — Casca da árvore dêsse nome, que dá uma tinta castanho-avermelhada, com que se tingem velas de embarcações e até roupas de vaqueiros.

Mutum — Ave do tamanho de um peru, tôda preta, o ventre branco e o bico vermelho-alaranjado. Há outros tipos com pequenas variações de colorido. Levam vida arbórea e poucas vêzes descem ao chão. Considerados como caça, os mutuns corpulentos e saborosos, de carne branca e portanto em tudo comparáveis ao peru doméstico.

Noz de Pixurim, ou Puxuri — Fruto aromático e medicinal do pixurim — árvore do igapó.

Olhos de Bôto — Amuleto destinado a dar felicidade no amor.

Ouriço — Fruto da castanheira, com cêrca de doze centímetros de diâmetro, e que contém as amêndoas.

Paitunare — Era uma cobra grande, de irresistível fascinação sôbre as mulheres, metamorfoseando-se na figura de um homem, para as surpreender no banho, principalmente se a êste iam sôzinhas ou quando, às primeiras luzes do dia, iam apanhar água nas margens do Rio Negro e seus afluentes. Entre as lendas dos povos primitivos da Amazônia Brasileira, são numerosas as que têm, como principal personagem, a Mbôí-Açu ou Cobra Grande. E êsse monstro ali não só devora as criaturas, mas com elas tem amôres, resultando sempre de suas ligações novos monstros. Na Amazônia Brasileira, a presença da Cobra Grande ou da Cobra da Festa — tal qual a serpente Emplumada da América do Norte e do México — enriquece extremamente a sua mitologia, a literatura oral dos indígenas e mesmo a dos civilizados. A Cobra Grande, entretanto, em suas aventuras e conquistas amorosas, não é menos fascinante do que o Bôto, figura de sedutor impeniente e violador e fecundador de mulheres.

Pajelança — Arte de curar. Benzedura. Feitiçaria. Conjunto de práticas orientadas pelo pajé.

Paneiro — Cêsto de malhas largas, feito de talas de palmeira e muito usado na região. Forrado com palha de ubim, serve para acondicionar farinha.

Panema — Diz-se, em geral, do indivíduo que tem pouca sorte na caça, na pesca e nos amôres, mofino, imprestável, sem expediente.

Paraoara, Paroara — Cearense que vive no Pará. Nordestino que vai trabalhar na Amazônia, nodatamente como seringueiro.

Pau — Chama-se, na Amazônia, geralmente, a qualquer indivíduo desagradável, simplesmente de pau. É o chato do Sul. Só que em vez de chamar-se "fulano de chato" diz-se que "fulano é pau".

Pau-Rosa — Madeira de que se extrai, pela destilação, um óleo utilizado na perfumaria.

Pedras — Numa enseada da margem esquerda do Rio Negro, no Estado do Amazonas, depois da Ilha das Flôres, o viajante encontra blocos de granitos, aglomerados,

de várias formas. Dentre êles sobressaem à vista, especialmente dois que, outrora, deveriam ter constituído a massa, redonda e pesadíssima, de um bloco só. Variações de temperatura teriam partido, remotamente, em duas metades, aquêlo bloco monolítico. Por entre essas duas metades, como através de duas muralhas de 6 a 8 metros de altura, se insinuaram as águas do Rio Negro, afastando-as e polindo-as, de modo a abrir-se ali um vão de 3 a 5 metros de largura.

Peixe-Boi — Peixe com cabeça semelhante à do bezerro de que se aproveitam a carne e o azeite.

Piranhas — ao lado dos representantes, fluviais e lacustres, da fauna ictiológica do Brasil e dos países que lhe são vizinhos, avultam as piranhas: sangüinárias, ferocíssimas, pois são eminentemente carnívoras. Sua reputação é aterradora e vastíssima é a área geográfica de sua distribuição. Constituem, nalguns rios e lagos, uma praga terrível, difícil de extinção. A piranha vermelha ou piranha-caju, é a mais agressiva e voraz, embora tenha menor porte, mas as pretas e as brancas do Rio Madeira, conquanto de maior parte e mais robustas, não atacam os pescadores e viajantes que atravessam as águas onde elas fervilham.

Pirapitinga — É peixe de vasta distribuição geográfica na Amazônia, principalmente no Estado do Amazonas.

Pirarucu — Um dos grandes peixes da região, correspondendo, pelo volume, ao surubim da Bacia do São Francisco e ao iaú da Bacia Paraná-Paraguai. Sua carne constitui um dos alimentos básicos da população regional e por isso êle é chamado "o bacalhau da Amazônia".

Pitiú — Cheiro desagradável, geralmente de peixe. É também um pequeno quelônio.

Piuns — É uma pequena e terrível mósca hematófaga, a *Simulim amazonicum* Goeldi, causadora de intenso incômodo e prurido. Grupo dos borrachudos.

Poqueca ou Moqueca — Guisado de peixe ou mariscos com azeite e pimenta. No Amazonas é o peixe "moqueado" envolto em fôlhas.

Poraquê — É um dos seres mais curiosos das águas amazônicas, quer pela sua forma, semelhante à de uma enguia ou de um muçum, quer pelos seus hábitos alimentares, pois é carnívoro e frugívoro, quer pelas suas propriedades de dar choques fulminantes nas suas vítimas: peixes, batráquios, animais de grande porte, como o boi e o cavalo e mesmo o próprio homem.

Peronga — Lamparina de querosene presa a um capacete de latão, utilizada pelo seringueiro, que assim fica com as mãos livres para o corte.

Priprioca — Raiz aromática usada para perfumar roupa lavada ou de infusão, no banho.

Puçá — É uma rêde de fios grossos de tucum, ligados fortemente entre si, a formar grandes e pequenas malhas, servindo para pescar.

Puçanga — Remédio, medicina, feitiço que serve para livrar de outro feitiço.

Putirum — Ajuntamento de vizinhos e amigos para trabalhos de parceria: pescaria, matança de jacarés, derrubada, apanha de cacau. Equivalente ao mutirão do Sul.

Quinhapira — É um prato indígena — um cozido de peixe ou de caça — no qual predominam as pimentas, dispostas ao fundo da panela ou de permeio com pedaços ou nacos de carne. Nos rios Negro, Uapés e seus afluentes, êsse prato é diariamente consumido (sendo os viajantes recebidos, hospitaleiramente pela dona da casa), seguindo-se-lhe frutos silvestres e bebidas fermentadas. Com pedaços de beijus se pescam nacos de carne, de caça ou de peixe, de mistura com as pimentas.

Regatão — Mascate amazônico que percorre os rios em igarité ou galeota conduzindo tôda a sorte de mercadorias. O nome se aplica também à embarcação.

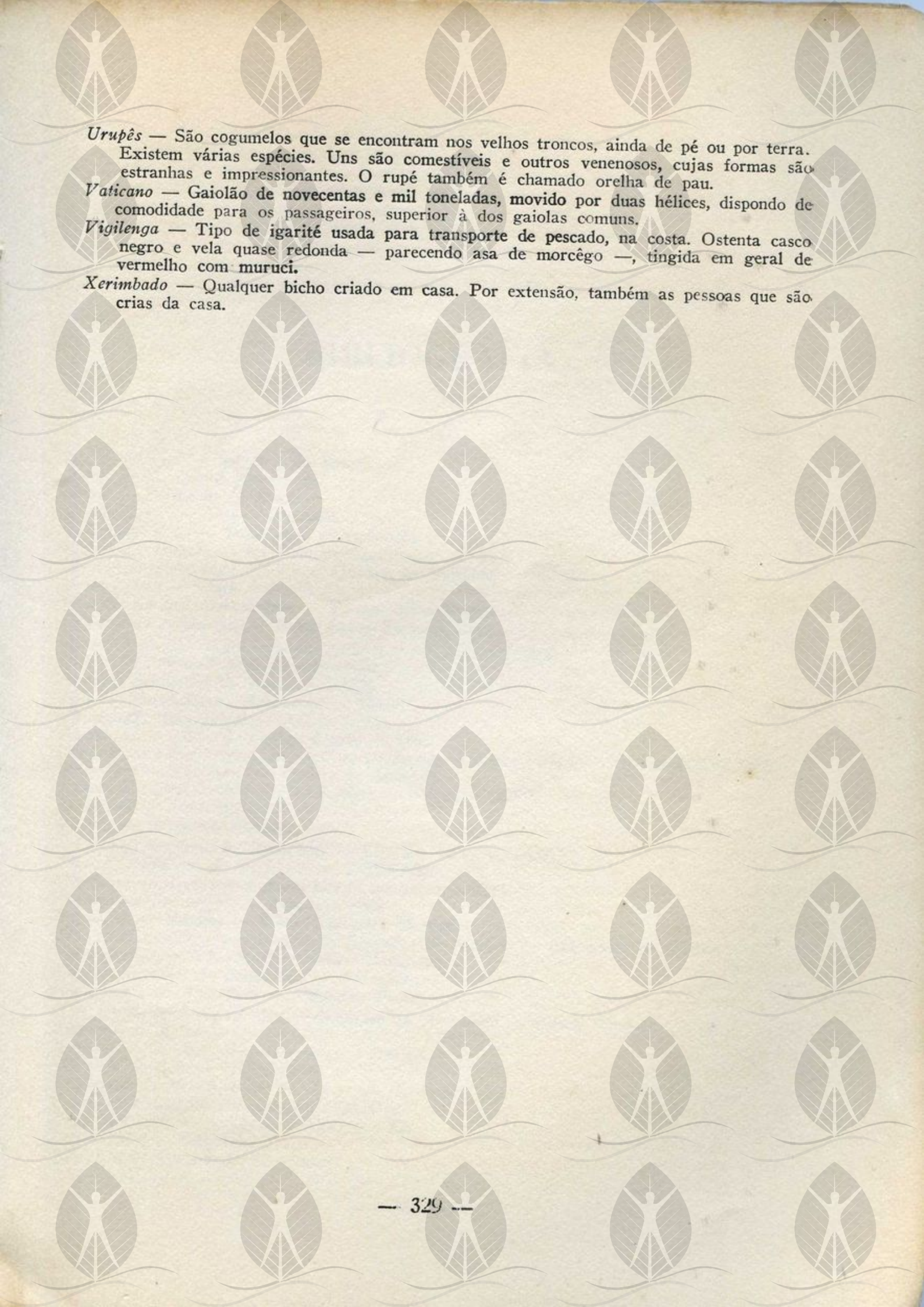
Saracura — As saracuras são aves de gênio alegre e folgazão. Basta que se julguem ao abrigo de surpresas desagradáveis, para que logo dêem expansão ao seu temperamento.

Socó — São aves semelhantes às garças. Variadas espécies. Bicho que se arrima, ave que se apóia em um pé.

Sôrva — Látex que se extrai da árvore denominada sorveira e que é objeto de exploração econômica.

Sucuriju — É a maior das serpentes do mundo, pois só tem como rival em tamanho a *Python reticulatus* das ilhas Sumatra e Bornéus, que atinge dez metros de compri-

- mento. A Sucuri, como também é conhecida, não é venenosa. Algumas pessoas na Amazônia afirmam que a carne da Sucuriju pode ser comida, cozida ou assada.
- Sumaumeira ou Sumaúma* — É árvore de porte majestoso dentre as mais representativas da sociologia vegetal da Hiléia Amazônica. Os índios a chamavam mãe das árvores. A única utilidade que no Brasil tiram desta planta é a da paina, alva e sedosa, que dão os frutos e que servem de travesseiros e colchões. A seiva é empregada contra a diarreia, a disenteria; diurética contra a anasarca e a hidropsia do baixo ventre.
- Surucucu* — É um réptil dos mais venenosos, abundante nas matas da Amazônia.
- Tajás* — A endobotânica tem, entre os inúmeros vegetais ligados às crenças, superstições e uso dos indígenas e dos caboclos da Amazônia, os tajás. Conhecidos, entre os civilizados, pelas denominações de tinhorões e caládios, foram eles batizados, consoante a botânica indígena, pelo nome de tajás.
- Tambaqui* — Peixe dos lagos e igarapés, de grande porte e carne muito apreciada.
- Tapera* — Casa ou barraca abandonada se chama tapera. Ruína ou lugar onde existiu uma povoação.
- Taperebá* — É um fruto ovóide, da grossura de uma pequena ameixa, amarelo, perfumado, ácido, de sabor agradável, próprio para refrêscos, sorvete; pela fermentação e destilação dá um álcool de bom gosto, aromatizado, com o qual se fabrica excelente licor. O dectoto das folhas é útil nas oftalmias e laringites. Internamente, a casca é emética e adstringente; emprega-se o cozimento como tônico e estimulante contra as diarreias, vômitos espasmódicos, cólicas, disenterias, blenorragias. O dectoto da flor é aromático, tônico do coração (contra as palpitações) e fortifica o organismo enfraquecido.
- Tapiri* — Cabana. Choça de bugre. Pequena cobertura de palha sobre travessas escoradas por quatro paus. Barraca onde o seringueiro procede à defumação do látex da hévea.
- Tapuio* — Indígena. Bárbaro. Bugre domesticado. Mestiço do índio com o branco.
- Tartaruga* — Há várias espécies de quelônios nas terras e águas da Amazônia Brasileira. A principal, porém, é a Tartaruga verdadeira do Amazonas. Teve — como ainda tem — grande papel na economia das gentes daquela região, tanto indígenas como caboclos ou civilizados, pois constituía — como ainda constitui — um dos alimentos mais saborosos da sua dieta.
- Têso* — Língua de terra firme entre alagadiços. Parte do campo que não é alagada na cheia. Elevação do terreno, onde não chega a água nas enchentes. Terraços de seis a quinze metros de altura, acima do nível das inundações.
- Timbó* — Planta venenosa com que o pescador tonteia e mata o peixe.
- Tipiti* — Cilindro de talas de palmeira, usado para espremer mandioca ou o fruto do cacau no preparo do vinho.
- Tipóia* — É entre os indígenas uma peça de algodão cru ou de palha, com um trançado caprichoso e resistente, variando de comprimento e de largura, simples ou com uma riqueza extraordinária de desenhos, para carregar uma criança, geralmente, ou para descansar um braço partido ou mão ferida.
- Tiririca* — É uma ciperácea. Tem folhas de bordas constantes, que são ricas de celulose e boas para a fabricação de papel transparente. É encontrada em Parintins, no Estado do Amazonas, nos lugares úmidos. Diz-se — tiririca, para uma pessoa visivelmente enraivecida.
- Tucunaré* — É um dos peixes de formas e cores mais decorativas da Bacia Amazônica. As linhas e a coloração do seu corpo — onde se misturam em tons vivos, o vermelho, o amarelo, o verde e o negro — lhe emprestam marcante expressão de beleza animal. Dois ocelos, de cada lado da cauda, nêle se exibem num desenho que representa, em fundo negro, círculos irregulares, todo em ouro-gema. Mas é à sua carne, um tanto seca mas delicada e rica em elementos nutritivos, que deve a sua reputação tão celebrada por cientistas e gourmets.
- Tucupi* — Mólho bastante condimentado obtido da mandioca. Antes de fervido é venenoso. Entra no tacacá e outros "pratos" típicos.
- Tuxaua* — Cacique. Morubixaba. Chefe de grupo indígena.
- Urucu* — Planta arbustiva cujos pequenos grãos são usados para dar coloração ao arroz e certos pratos da cozinha regional. Tinta com que se pintam cuias e outros utensílios.



Urupês — São cogumelos que se encontram nos velhos troncos, ainda de pé ou por terra. Existem várias espécies. Uns são comestíveis e outros venenosos, cujas formas são estranhas e impressionantes. O rupé também é chamado orelha de pau.

Vaticano — Gaiolão de novecentas e mil toneladas, movido por duas hélices, dispendo de comodidade para os passageiros, superior à dos gaiolas comuns.

Vigilenga — Tipo de igarité usada para transporte de pescado, na costa. Ostenta casco negro e vela quase redonda — parecendo asa de morcêgo —, tingida em geral de vermelho com muruci.

Xerimbado — Qualquer bicho criado em casa. Por extensão, também as pessoas que são crias da casa.

BIBLIOGRAFIA

- IBGE — Tipos e aspectos do Brasil.
IBGE — Municípios brasileiros.
IBGE — Paisagens do Brasil.
Gastão Cruls — Hiléia Amazônica.
Octaviano Melo — Topônimos amazonenses.
Raymundo Moraes — Na Planície Amazônica.
Presidente Garrastazu Médici — O Jôgo da Verdade.
A Amazônia — Clara Pandolfo.
História do Brasil-Amazônia — Ernani Silva Bruno.
História do Amazonas — Artur Cesar Ferreira Reis.
Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas — Anísio Jobim.
Diário Oficial do Estado do Amazonas.
Anuário Estatístico do Brasil — IBGE.
Tábuas Itinerárias do Amazonas — IBGE.
Panoramas Amazônicos — Anísio Jobim.
Amazônia — Lúcio de Castro Soares — 1963.
Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas — Cônego Francisco Bernardino de Souza.
Amazônia — Rio Juruá — Onofre de Andrade.
Indústria e Desenvolvimento — Revista — FIESP/CIESP.
Amazônia — Lino Macedo.
Uaupés — Frederico Rondon.
I Plano Quinquenal da Amazônia — SPVEA (dois volumes).
Plano Quinquenal do Amazonas — CODEAMA.
Mensagem do Governo à Assembléia Legislativa — 1969.
Prelazia do Rio Negro — Relatório 1969.
Fundação de Manaus — Mário Ypiranga Monteiro.
Síntese Histórica e Sentimental da Evolução de Manaus — Mavignier de Castro.
Terra Verde — Aducto de Alencar Fernandes.
Serviço Regional de Estatística — Amazonas.
Oleaginosas da Amazônia — Celestino Pesce.
O Papel da Rodovia no Desenvolvimento da Amazônia — Eliseu Rezende.
Amazônia — A Terra e o Homem — Araújo Lima.
Rodovia — A Amazônia Desperta — DNER.
SENAM — Boletim Informativo.
Investimentos Privilegiados na Amazônia — Basa.
Banco do Estado do Amazonas — Relatório.
Paul Le Cointe — A Terra, a Água e o Ar.
SUFRAMA — Relatório.
SUDAM — Resumo de Atividades.

Boletim Informativo do Amazonas — Semana do Amazonas em São Paulo — 1969.
Revista da PETROBRÁS — Pesquisas do Amazonas.

Juta — S. Vieira de Medeiros.

Roteiro do Folclore Amazônico — Mário Ypiranga Monteiro.

Sentinelas da Amazônia — Centro de Relações Públicas do Exército.

Ligeiros Aspectos Geográficos do Amazonas.

Indústria & Produtividade — CNI

Moronguetá — Um Decameron Indígena — Nunes Pereira.

Vocabulário da Língua Nheengatu-Português — Ermanno Stradelli.

Macunaíma — Mário de Andrade — 1928.

Coreografia do Amazonas — Agnelo Bittencourt.

Navegação do Amazonas e Portos da Amazônia — Agnelo Bittencourt — SPVEA — Belém.

O Curare, Veneno das Flechas na Amazônia — Paulo Berredo Carneiro — Lisboa

Antologia do Folclore Brasileiro — Luís da Câmara Cascudo.

Ferreira de Castro — A Selva.

Amazônia Brasileira — Paul Le Cointe — Paris.

Árvores e Plantas Úteis — Paul Le Cointe.

À Margem da História — Euclides da Cunha — Pôrto.

Memórias Sobre o Peixe Pirarucu — Alexandre Rodrigues Pereira.

O Rio Amazonas e Seus Tributários de Origem Andina — Othon Leonardos Júnior

Histórias da Amazônia — Peregrino Júnior.

Terra Imatura — Alfredo Anibal Ladislau.

Vocabulário da Região Amazônica — Alfredo da Mata.

Raimundo de Moraes — Anfiteatro Amazônico.

Um Naturalista Brasileiro da Amazônia (Barbosa Rodrigues) — Nunes Pereira.

A Amazônia e o Cobiça Internacional — Artur César Ferreira Reis.

Botânica e Nomenclatura Indígena — João Barbosa Rodrigues.

Uaupés (Hidrografia, Demografia, Geopolítica) — Frederico Rondon.

Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas — Francisco Bernardino Souza.

As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia: Linguagem, Crença e Costumes — José Veríssimo.

A Pesca na Amazônia — José Veríssimo.

ÍNDICE

Trecho do discurso do Presidente da República	6	Barreirinha	109
Trecho da conferência do Governador do Amazonas	8	Benjamin Constant	110
Amazonas, imagem de vida nova	11	Bôca do Acre	112
Mensagem do Governador Danilo Areosa à Assembléia Legislativa	13	Borba	114
O Amazonas é assim	21	Canutama	116
Estado do Amazonas	33	Careiro	118
O Rio Amazonas	36	Carauari	119
A terra — origem do vale amazônico	39	Coari	121
Ligeiros aspectos geográficos do Amazonas	40	Codajás	122
Venha ao Amazonas e veja Manaus	44	Eirunepé	124
O Exército na proa do desafio amazônico	47	Envira	125
A Comara na integração da Região Amazônica	53	Fonte Boa	126
Plano Quinquenal do Estado do Amazonas	55	Humaitá	128
Extratativismo florestal	81	Ilha Grande	129
O setor madeireiro da Amazônia	88	Itacoatiara	130
Sistema bancário do Amazonas — crédito e financiamento	92	Itapiranga	134
Os municípios amazonenses ..	97	Ipuxuna	135
Airão	100	Juruá	136
Anori	102	Japurá	138
Atalaia do Norte	103	Jutaí	139
Autazes	104	Lábrea	140
Barcelos	107	Manacapuru	142
		Manaus	145
		A cozinha amazonense	156
		Manaus — banhos e igarapés	158
		Relação de autoridades do Estado do Amazonas	159
		Órgãos e entidades federais etc.	168
		A imponente Igreja da Matriz	170
		Pôrto de Manaus	171
		Manicoré	173
		Maraã	175
		Maués	176
		Nhamundá	179
		Nôvo Aripuanã	180
		Nova Olinda do Norte	182

Parintins	184	Catalina, o "burro de carga da Amazônia"	219
Pauini	187	A Petrobrás na Amazônia	220
Santo Antônio do Içá	189	Refinaria de Manaus, um gran- de passo industrial	221
São Gabriel da Cachoeira	190	Projeto Rondon	224
São Paulo de Olivença	192	Município-escola	226
Silves	195	Investimentos, palavra de or- dem no Amazonas	230
Tapauá	196	Rabello, Silva & Cia.	243
Tefé	198	Combrasil S/A	243
Urucará	201	Saldo positivo em Manaus....	244
Urucurituba	203	Zona Franca de Manaus	247
Lendas	205	Integração e Desenvolvimento	270
A hora zero da nossa Amazônia	211	Integração da Amazônia	290
Um sistema rodofluvial para desenvolver a Amazônia ...	211	A SUDAM na Amazônia	293
Transamazônica: hora da in- tegração	213	Tipos e aspectos do Amazonas	303
Índios têm amparo das Missões e da FAB	215	Glossário	323
		Bibliografia	331



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA